

**Património Cultural Imaterial:**

**Políticas patrimoniais, agentes e organizações.**

**O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal**

**Carla Sofia Queiroz da Costa**

**Tese de Doutoramento em Antropologia**

**Políticas e Imagens da Cultura e Museologia**

**Julho, 2018**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia – Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, realizada em colaboração pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa sob a orientação científica da

**PROFESSORA DOUTORA NÉLIA DIAS**

Apoio financeiro da FCT no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

**Património Cultural Imaterial:**

**Políticas patrimoniais, agentes e organizações.**

**O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal**

**Carla Sofia Queiroz da Costa**

***A todos aqueles que lutam para alcançar os seus objetivos***  
***A nós que semeamos o amor...hoje somos três e em breve seremos quatro***

## AGRADECIMENTOS

Considerando o quão solitário foi, por vezes, este percurso é impossível não considerar outrossim o apoio e a generosidade de dezenas de pessoas que com esta pesquisa colaboraram.

As minhas primeiras palavras de agradecimento são, naturalmente, dirigidas à Orientadora deste trabalho, Professora Doutora Nélia Dias. Ser-lhe-ei sempre grata pela excelência da sua orientação, por ter acreditado e caminhado ao meu lado, por me ter impelido quantas e quantas vezes, por me ter dado a conhecer os limites da sua exigência, da sua incomensurável firmeza, da sua frontalidade sempre a bem dos meus objetivos e procurando a melhor forma de os atingir. Ser-lhe-ei sempre grata também por nunca me ter falhado e por nunca me ter faltado e, de um modo que não esquecerei, pela generosidade com que me amparou na reta final, em momentos complicados, fazendo-me ver que tudo ainda era possível. E foi! Muito obrigada.

Em segundo lugar quero agradecer: em termos gerais ao Programa de Doutoramento FCT em Antropologia: *Políticas e Imagens da Cultura e Museologia* (1ª edição), pela oportunidade; à Comissão Diretiva na pessoa da Professora Doutora Nélia Dias pelo acompanhamento; a todo o corpo docente pelos inestimáveis contributos científicos; aos colegas, aos que ficaram pelo caminho e àqueles que chegaram a bom porto. Agradeço aos convidados, meus *discussants* em particular, que se disponibilizaram voluntariamente para olhar para certas matérias ainda em fase de consolidação, problematizando questões, formulando críticas e sobretudo fazendo-nos argumentar, defender e amadurecer (e quantas vezes reformular) as nossas perspetivas.

Devo um especial agradecimento às instituições onde realizei trabalho de campo – a Direção-Geral do Património Cultural e à Associação Cultural Moinho da Juventude, bem como àqueles que o permitiram e aos que o tornaram possível facultando-me um acolhimento de excelência, tanto num caso como no outro. Ao Paulo Ferreira da Costa um especial agradecimento. Agradeço o acolhimento institucional, a sua disponibilidade total para colaborar com esta pesquisa e a confiança depositada que permitiu o acesso a todo um conjunto de documentação e informação dos quais muito beneficou este trabalho. As inúmeras conversas informais, a troca de ideias permanente, o seu profundo conhecimento e entusiasmo contagiante por estas matérias revelou-se fundamental nos bastidores deste trajeto.

Devo um especial agradecimento também a todos aqueles que entrevistei, pela sua generosidade, pela disponibilidade para responder às minhas questões, por voluntariamente se terem envolvido na minha pesquisa e assim me terem ajudado a construir o caminho. Obrigada a todos aqueles que mesmo não tendo entrevistado se foram cruzando comigo, me permitiram conversas informais, esclarecimentos e trocas de ideias e que, mesmo sem saber, me foram também ajudando a encontrar caminho.

Agradeço, com elevada estima e consideração, o acolhimento do grupo de Kola San Jon, na Cova da Moura. Não os nomearei para não correr o risco de eventualmente deixar alguém de fora. Todos em geral e cada um em particular. Esta pesquisa só faz sentido como resultado da sua paixão pela dança, pelo Kola, pela Cova da Moura, por Cabo Verde, por Portugal. Uma palavra de enorme reconhecimento e agradecimento à

Lieve pelo modo como facilitou e agilizou a minha relação com todo este contexto, com o Moinho da Juventude, com o grupo de Kola San Jon e com uma rede alargada de interlocutores que se movem em torno desta Associação.

Agradeço a todos aqueles que me receberam em Cabo Verde, às instituições, aos seus representantes e aqueles que a título pessoal tão carinhosamente me acolheram. Belarmina Vieira, em Porto Novo - Santo Antão e a Ana Furtado em Santiago ficarão para sempre na minha memória e no meu coração.

A si tia Teresa, minha rainha, por tudo aquilo que nos une, pela certeza de que somos mais do que amizade, somos amor. Se algum agradecimento lhe devo, durante este longo percurso, é o facto de todos os dias, incansavelmente, ter estado lá. Ser-lhe-ei eternamente grata por nunca me ter abandonado, mesmo nos momentos de maior solidão.

A ti Paulo, qualquer agradecimento será sempre insuficiente. São anos e anos de trabalho em conjunto, de enorme estima, de enorme reconhecimento e de incomensurável amizade. Liga-nos o PCI como já antes nos ligavam outros laços, profissionais e pessoais. Serás sempre o meu mestre, o meu mentor - mesmo quando não o queres reconhecer - e também o meu grande AMIGO.

Ao pai, à mãe, à Paula, ao Pedro, ao Guilherme. Aqueles a quem estou unida por laços de sangue, mas também de amor e de união, de total dependência afetiva e emocional. Aqueles que me fazem agradecer e reconhecer o verdadeiro e inestimável valor da família.

Ao meu filho João Maria que involuntariamente me acompanhou durante os últimos nove meses deste percurso e que trarei ao mundo, com infinito amor.

A ti meu Pedro, sem segredos, sem desabafos porque quase tudo está dito. O que te tenho a agradecer, para além do amparo, a tua infinita compreensão. Contudo, tranquiliza-me saber que as horas que vos roubei foram compensadas por todas as aquelas que consegui ganhar. Sei que entendes e também sei que sabes que nunca foi por mim, foi sempre por nós.

Finalmente a ti Francisca, minha querida filha, minha grande companheira nesta jornada. És a pessoa de quem mais perto estive e por vezes tão distante, nas longas horas de concentração. És pequenina e não percebes ainda, mas um dia vou explicar-te e vais compreender aquilo que eu e o teu pai sabemos. Nunca foi por mim, foi sempre por nós, foi sempre por ti. E estou tão feliz por isso!

**Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações.  
O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal**

Por: Carla Sofia Queiroz da Costa

**RESUMO**

A presente dissertação assenta num estudo sobre políticas públicas para o património cultural imaterial em Portugal num ciclo de dez anos compreendido entre 2007 e 2017. Em 2007 Portugal iniciou os preparativos para a ratificação da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) coincidindo com o momento em que o Estado iniciou o processo de conceção e implementação das primeiras políticas públicas passando a assumir um papel normativo e regulador no respeitante à salvaguarda do património cultural imaterial.

Esta dissertação foca-se também no modo como agentes e organizações, desenvolvem atuação específica nesta área do património cultural, contribuindo para um elevado grau de institucionalização que permite questionar os princípios definidos pela UNESCO no Tratado internacional do PCI, o qual atribui às comunidades o principal protagonismo na identificação, divulgação e salvaguarda do património cultural imaterial.

O estudo de caso incide no processo de patrimonialização do Kola San Jon. Trata-se de uma manifestação cultural de matriz cabo-verdiana que celebra São João Batista e a qual foi trazida para Portugal por emigrantes provenientes do arquipélago que se fixaram no bairro da Cova da Moura, na Amadora. Esta expressão cultural cabo-verdiana foi inscrita no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* (INPCI) em 2013. Uma das suas singularidades assenta no facto de ser a primeira e, até agora, a única manifestação de uma comunidade de origem não portuguesa radicada em Portugal, cuja possibilidade de inscrição no INPCI a legislação nacional prevê claramente. Outra das suas singularidades, não a última, é o facto de o processo ter sido conduzido a partir de uma Associação local – a Associação Cultural Moinho da Juventude – em estreita articulação com o meio académico e envolvendo ativamente os detentores do PCI. Neste sentido, a pesquisa debate-se necessariamente com o conceito de “comunidade” e a sua centralidade neste contexto.

**Palavras-chave:** Património Cultural Imaterial; *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*; Políticas Públicas; Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial; Comunidade; Patrimonialização; Kola San Jon;

**Intangible Cultural Heritage: heritage policies, agents and organizations.  
The heritigisation of Kola San Jon in Portugal**

By: Carla Sofia Queiroz da Costa

**ABSTRACT**

This dissertation focuses on the analysis of Portuguese public policies related with Intangible Cultural Heritage (ICH) between 2007 and 2017. In 2007 Portugal started the ratification process regarding the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (UNESCO) at a time when the Portuguese state began the process of conception and implementation of the first public policies; this entailed conferring to the State a normative and regulator role in what concerns the safeguarding of the intangible cultural heritage.

This dissertation also focuses on the ways in which agents and organizations developed particular forms of action within the field of cultural heritage leading to a highest level of institutionalization. This last aspect deserves to be questioned in the light of UNESCO's principles as defined by the International Treaty of ICH; this treaty allocates to communities a central role in the processes of identification, diffusion and safeguarding of ICH. The dissertation examines in the Portuguese context the ambivalence between the institutionalization of ICH and the notion of community.

The case study analyses the process of heritigisation of Kola San Jon; this cultural manifestation devoted to São João Baptista was primarily based in Cap Vert, then it was transposed to Portugal by Cap Verdians migrants inhabiting at Cova da Moura (Amadora). This Cap Verdian cultural manifestation was inscribed in the «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial» (INPCI) in 2013. One of the specificities of this manifestation resides on the fact that it is the first (and until now the unique) cultural expression of a non-Portuguese community settled in Portugal, a situation in accordance with the national legislation regarding the ICH. Another specificity of the Kola San Jon lies on the fact that local association, in articulation with the academic world, has conducted the process of heritigisation; thus, the centrality of the notion of community in this research.

**Keywords:** Intangible Cultural Heritage; *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*; Public Policies in Portugal; National Inventory of the ICH; community; Kola San Jon; process of heritigisation.



## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
1. Tema de pesquisa e motivações	1
2. Objetivos, relevância da investigação e metodologia	5
3. Estrutura e organização da dissertação	19
<b>CAPÍTULO I Património Cultural Imaterial: Políticas Patrimoniais</b>	23
I. 1. A institucionalização do património em Portugal e uma nova década de políticas públicas (2007-2017)	23
I.1.1. Antecedentes e contributos para o enquadramento e historicização	24
I.1.2. Continuidades e discontinuidades e novos modelos de gestão	31
I. 2. A ratificação da Convenção de 2003 por Portugal e o impulso para uma redefinição da ação do Estado	40
I.2.1. Enquadramento legislativo e normalização: o INPCI como «instrumento de importância estratégica para a salvaguarda do PCI em Portugal»	45
I.2.2. Formação e capacitação de agentes e outras iniciativas	58
I.2.3. O panorama atual e as suas (in)definições	65
<b>CAPÍTULO II Agentes e Organizações</b>	70
II.1. As instâncias administrativas e o regime de proteção e valorização de património cultural imaterial	70
II.1.1. Administração central e a ação de organismos dependentes dos Ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros: DGPC e CNU	72
II.1.2. Administração regional e local	80
II.2. O papel da investigação na reflexão e intervenção sobre o PCI em Portugal	87
II.3. O modelo de organização não governamental no âmbito da Convenção de 2003, sua aplicabilidade em Portugal	98
II.3.1. Fundação Inatel	98
II.3.2. CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia	100
II.3.3. Memória Imaterial Cooperativa Cultural CRL	105
II.3.4. Associação Internacional de Paremiologia (AIP)	106
II.4. A institucionalização do PCI e a sua inevitabilidade: síntese e conclusões	110
<b>CAPÍTULO III Patrimonialização do «Kola San Jon (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora)»</b>	119
III.1. A Cova da Moura e a Associação Cultural Moinho da Juventude	121
III.1.1. Um bairro ou «o bairro» e sua(s) História(s)	122
III.1.2. Associativismo, imigração e o contexto da Cova da Moura	134
III.1.3. A Associação, a Cultura e o Moinho	146
III.2. O processo de proteção legal, seus agentes e desafios	156
III.2.1. Produção cinematográfica como preâmbulo	157

III.2.2. <i>Kola San Jon</i> ou <i>Colá S. Jon</i> : várias realidades, a mesma prática? .....	160
III.2.3. Proteção legal: origens, enquadramentos e pressupostos .....	181
III.2.3.1. O <i>Kola San Jon</i> no Inventário Nacional do PCI .....	185
III.2.3.2. Dos antecedentes à experiência de patrimonialização.....	194
III.2.3.3. Submissão, tramitação do processo e decisão final .....	202
III.2.4. Sobre a proposta de inventário e os critérios de apreciação.....	208
III.2.4.1. Ficha de inventário PCI (Anexo I) .....	209
III.2.4.2. Fundamentação do pedido de inventariação (Anexo II) .....	214
III.2.5. Considerações finais.....	224
III.3. Implicações, consequências e efeitos da patrimonialização.....	226
III.3.1. Proposta de candidatura multinacional do KSJ à <i>Lista Representativa do Património Cultural Imaterial</i> da UNESCO .....	228
III.3.2. Do bairro à prática museológica, diálogos e correlações .....	256
III.3.3. Entre o discurso autorizado e a dissonância, suas formas e complexidades.....	268
III.4. O <i>Kola San Jon</i> e a celebração mexicana da Festa dos Mortos em França .....	272
<b>CAPÍTULO IV      Aproximação ao Contexto das Políticas Patrimoniais em Cabo Verde para o PCI</b> .....	280
IV.1. Políticas e património cultural (imaterial) em Cabo Verde: enquadramento legal e institucional.....	280
IV.1.1. Tabanca entre dois programas da UNESCO .....	286
IV.1.2. O Inventário de base comunitária como proposta de metodologia nos países da África Lusófona.....	292
IV.1.3. Candidatura da Morna à <i>Lista Representativa do Património Cultural Imaterial</i> da UNESCO .....	297
IV.2. Festas de Romaria e o São João Batista no Porto Novo, ilha de Santo Antão .....	304
IV.2.1. San Jon na Ilha de São Vicente e a influência de <i>cultural brokers</i> .....	317
IV.3. A patrimonialização da festa de São João Batista em Cabo Verde.....	324
IV.3.1. Algumas considerações a propósito da proposta de Candidatura da peregrinação de San Jon a património nacional .....	331
IV.4. A experiência do imaterial entre a comunidade cabo-verdiana em Portugal e Cabo Verde: que relações, que conexões, que futuro? .....	339
<b>CONCLUSÃO</b> .....	347
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	353
Legislação portuguesa.....	368
Sítios online institucionais consultados .....	371
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	373
<b>ANEXOS</b> .....	375

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>Siglas/Acrónimos</b>	<b>Descrição</b>
<b>ACIDI</b>	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
<b>ACIME</b>	Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
<b>ACMJ</b>	Associação Cultural Moinho da Juventude
<b>AIP</b>	Associação Internacional de Paremiologia
<b>ALV</b>	Aprendizagem ao Longo da Vida
<b>ASSACM</b>	Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
<b>CDLBP</b>	Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património
<b>CEMRI</b>	Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais
<b>CIDEHUS</b>	Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
<b>CMA</b>	Câmara Municipal da Amadora
<b>CML</b>	Câmara Municipal de Lisboa
<b>CMPN</b>	Câmara Municipal de Porto Novo
<b>CNAD</b>	Centro Nacional de Artesanato e Design
<b>CNU</b>	Comissão Nacional da UNESCO
<b>C-PCI</b>	Comissão para o Património Cultural Imaterial
<b>CPEI</b>	Comité du Patrimoine Ethnologique et Immatériel
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>CPPC</b>	Conselho Português para a Paz e Cooperação
<b>CRIA</b>	Centro em Rede de Investigação em Antropologia
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DPI</b>	Departamento de Património Imaterial
<b>DPIMI</b>	Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DRC</b>	Direção Regional de Cultura
<b>DRCLVT</b>	Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo
<b>EGEAC</b>	Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural
<b>FAUL</b>	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
<b>FCSH</b>	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
<b>FCSHA</b>	Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Arte
<b>FCT</b>	Fundação para a Ciência e Tecnologia

<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>IBC</b>	Iniciativa Bairros Críticos
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiro de Museus
<b>ICCROM</b>	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais
<b>ICH</b>	Intangible Cultural Heritage
<b>ICHNGO</b>	Intangible Cultural Heritage Non-governmental Organization
<b>ICOM</b>	Conselho Internacional de Museus
<b>ICOMOS</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
<b>ICTM</b>	International Council for Traditional Music
<b>I&amp;D</b>	Investigação e Desenvolvimento
<b>IELT</b>	Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
<b>IGESPAR</b>	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
<b>IHRU</b>	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
<b>IICT</b>	Instituto de Investigação Científica Tropical
<b>IIPC</b>	Instituto da Investigação e do Património Culturais
<b>IMC</b>	Instituto dos Museus e da Conservação
<b>I-MNE</b>	Instituto-Museu Nacional de Etnologia
<b>INA</b>	Instituto Nacional de Administração
<b>INAC</b>	Instituto Nacional de Cultura
<b>INET-md</b>	Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança
<b>INPCI</b>	Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial
<b>IPC</b>	Instituto do Património Cultural
<b>IPHAN</b>	Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional
<b>IPM</b>	Instituto Português de Museus
<b>IPPAR</b>	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
<b>IPPC</b>	Instituto Português do Património Cultural
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>ISCTE-IUL</b>	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa
<b>JEP</b>	Jornadas Europeias do Património
<b>KSJ</b>	Kola San Jon
<b>LNEC</b>	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
<b>MAP</b>	Museu de Arte Popular
<b>MNE</b>	Museu Nacional de Etnologia

<b>MpD</b>	Movimento para a Democracia
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OM</b>	Observatório das Migrações
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONGD</b>	Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
<b>PAICV</b>	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PCI</b>	Património Cultural Imaterial
<b>PRACE</b>	Programa de Reforma da Administração Central do Estado
<b>PREMAC</b>	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
<b>RMA</b>	Rede de Museus do Algarve
<b>RPM</b>	Rede Portuguesa de Museus
<b>SECPLP</b>	Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>UA</b>	Universidade de Aveiro
<b>Uab</b>	Universidade Aberta
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNI-CV</b>	Universidade de Cabo Verde
<b>UNRIC</b>	Centro Regional de Informação das Nações Unidas
<b>UTL</b>	Universidade Técnica de Lisboa

## LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviatura	Descrição
<b>Art.º</b>	Artigo
<b>i.e.</b>	<i>id est</i> (isto é)
<b>I.P.</b>	Instituto Público
<b>n.º</b>	número

## INTRODUÇÃO

### 1. Tema de pesquisa e motivações

#### *Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações*

Em 2009 encetei os primeiros contactos que viriam a resultar numa intensa experiência profissional que se manifesta impossível de dissociar do contexto que resultou no desenvolvimento desta investigação. Um convite para colaborar com o Departamento de Património Imaterial (DPI) do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) abria-me a possibilidade de transferir os meus horizontes profissionais da área do património móvel, na qual vinha trabalhando em estreita articulação com a Rede Portuguesa de Museus, para uma nova área que se autonomizava no domínio do património cultural e para a qual importantes políticas públicas patrimoniais estavam a ser particularmente dirigidas – a do património cultural imaterial (PCI).

Por esta ocasião a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, adotada pela UNESCO em 2003, havia já entrado em vigor e pelo nosso país havia já sido ratificada<sup>1</sup>. Passou quase despercebido o processo que levaria à ratificação em 2008 não tendo o mesmo sido isento de críticas, nomeadamente sendo apontada (Ramos, 2003) uma ausência de discussão pública em Portugal no período pré-adoção da Convenção e durante o qual, na sede da UNESCO em Paris, se adensou o debate. Este contou com o contributo português de Joaquim Pais de Brito designado, em 2002, pelo Ministério da Cultura para acompanhar e participar, como perito, na discussão que conduziria à implementação da Convenção. Internamente, a realização de um único Seminário interdisciplinar<sup>2</sup>, organizado conjuntamente pela Secção Profissional de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Unidade de Investigação do Departamento de Antropologia do ISCTE, não parece ter convencido o meio académico que insistia na crítica à ausência de discussão pública nesta matéria, envolvendo os especialistas nacionais (idem).

---

<sup>1</sup> A *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* foi adotada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de outubro de 2003 e entrou em vigor em 2006.

<sup>2</sup> A *Matéria do Património*, o qual decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa em 22 de novembro de 2002.

Quando em 2009 fui desafiada para colaborar com o DPI o panorama era outro. O Estado português havia ratificado a Convenção e, como consequência direta, desenhavam-se e implementavam-se as primeiras políticas públicas que emanavam do organismo ao qual foram atribuídas competências nesta área ainda em 2007 e o qual passei a integrar no início de 2010. Em marcha estava a conceção do Inventário Nacional, como resposta a uma das exigências decorrentes da ratificação do Tratado internacional, como avançava também a conceção e implementação de importantes instrumentos normativos para desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro), que viriam a constituir o regime jurídico nacional para o PCI<sup>3</sup>. No âmbito da sua missão e atribuições, o Departamento de Património Imaterial revelava-se igualmente dinâmico na execução de outras linhas de atuação destacando-se o investimento na formação e capacitação de agentes, a par com outras iniciativas de divulgação de que é exemplo a participação ativa do Diretor do Departamento nos mais diversos encontros, nacionais e internacionais. Muito presente estava ainda a iniciativa que marcou o ano de 2008, corporizada na organização do ciclo de colóquios “Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades” organizado pelo DPI/IMC que envolveu um considerável número de agentes e instituições - académicas, culturais, etc. - reunidos em torno da reflexão sobre os desafios e oportunidades que configurava a operacionalização e implementação, a nível nacional, da Convenção de 2003.

Desde 2008 que vinha sendo programada e trabalhada uma outra iniciativa que considero indissociável dos fundamentos que estiveram na origem na escolha do tema de trabalho no âmbito desta investigação. Coincide com um dos primeiros projetos que me foi atribuído assim que iniciei a colaboração com o DPI que foi precisamente prosseguir com a realização do Inquérito “Património Imaterial em Portugal”. Este projeto em particular e outros em que paralelamente fui sendo envolvida, permitiram-me ir tomando contacto com o universo do património imaterial e com o modo como a nível nacional e internacional se operacionalizava a atuação nesta área. Fui descobrindo também, a partir de profícuas reflexões com os restantes elementos da equipa, liderada pelo antropólogo Paulo Ferreira da Costa, as especificidades desta recente área de

---

<sup>3</sup> Quanto iniciei a minha colaboração com o Departamento de Património Imaterial do IMC, no início de 2010, já havia entrado em vigor o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho e uns meses depois entraria também em vigor a Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.



trabalho bem como alguns dos seus paradoxos. Um deles, com o qual fui confrontada à medida que fui dando continuidade ao desenvolvimento do referido Inquérito, decorre da ideia de que embora a Convenção coloque a tónica nos detentores do património cultural imaterial, aos quais atribui principais responsabilidades na sua salvaguarda, esta não deixa de estar vinculada, ou mesmo dependente, de uma ação altamente institucionalizada dirigida por um conjunto diversificado de agentes, organizações e instituições que, de diferentes formas e em diversas escalas<sup>4</sup>, nela estão ativamente envolvidos.

Num importante texto de 2013 o próprio Paulo Costa dava conta desta questão, sobre a qual algumas vezes havíamos falado sendo inclusive assinalada por diversos autores, considerando que qualquer etnografia de um processo de patrimonialização, no âmbito do PCI, deve também resultar na etnografia das organizações nele implicadas, como associações, universidades, centros de investigação, museus, administrações (local, regional, central), e, inclusive, no caso das próprias candidaturas às Listas instituídas pela Convenção, a própria UNESCO (Costa, 2013c).

Este foi de facto o ponto de partida que me levou, em 2013, a propor desenvolver uma investigação sobre **políticas patrimoniais** para o PCI, a partir desta experiência profissional que considero inigualável, agregando a possibilidade de aprofundar especificamente o modo como **agentes e organizações** contribuem para o «elevado grau de atuação institucionalizada», contrariando os pressupostos da própria UNESCO quando atribui total protagonismo e agencialidade aos detentores na identificação, valorização e salvaguarda do seu património imaterial ao abrigo dos princípios definidos pela Convenção.

#### *O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal*

O processo de patrimonialização do «Kola San Jon» da Cova da Moura constitui-se como objeto de estudo nesta pesquisa precisamente porque decorre da implementação de políticas públicas para o património imaterial desenvolvidas em

---

<sup>4</sup> Local, regional, nacional e, naturalmente, internacional.

Portugal a partir de 2007, em concreto pela inscrição, em 2013, no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* (INPCI).

A sua escolha como estudo de caso não foi aleatória, tal como deixei claro que não foi aleatória a decisão de trabalhar sobre *Políticas patrimoniais, agentes e organizações* no âmbito desta investigação. O facto de colaborar com a Direção-Geral do Património Cultural, a qual veio a suceder ao Instituto dos Museus e da Conservação, no período em que o processo foi desenvolvido e o facto de ter apoiado a entidade proponente na fase final da Candidatura permite-me agora, com outros objetivos e noutro enquadramento, analisar e estudar as suas singularidades. É importante deixar claro que o objetivo da pesquisa não passa pelo estudo da manifestação em si, sendo este um terreno que os etnomusicólogos já exploram, nomeadamente, como veremos, através do Instituto de Etnomusicologia. No âmbito desta pesquisa procuro sim compreender como a Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), entidade proponente, dinamiza a reprodução de expressões culturais de matriz cabo-verdiana, no caso, o Kola San Jon e os desafios que se colocam a um processo de patrimonialização que considero *suis generis* e o qual envolve interessantes perspetivas de abordagem entre elas, o facto de se constituir, inesperadamente, como um processo de resistência de uma comunidade que reclama e reivindica a pertença a um lugar e a um património cultural que é edificado – o bairro – e que luta contra a ameaça de demolição e contra o estigma da sua “desintegração” no contexto urbanístico envolvente.

## **2. Objetivos, relevância da investigação e metodologia**

Pretende-se com esta pesquisa desenvolver um estudo sobre políticas públicas para o património imaterial em Portugal no período compreendido entre 2007 e 2017. Considera-se 2007 como o ano zero das referidas políticas públicas na medida em que, nesse ano, o Estado português iniciava os preparativos para a ratificação da Convenção (UNESCO, 2003) e nesse mesmo ano, foram atribuídas competências específicas no domínio do património imaterial a um organismo da administração pública central. Em 2017 perfez-se uma década de trabalho nesta área pelo que se considerou interessante centrar a pesquisa neste período, recuando cronologicamente sempre que se justifique contextualização histórica.

Não existem em Portugal estudos académicos que incidam exclusivamente sobre políticas patrimoniais relativas ao PCI. O carácter inédito desta pesquisa define-se pela experiência prévia que o impulsionou como, em consequência, pelo acesso a determinadas fontes que estiveram na base da conceção e desenvolvimento dessas mesmas políticas e dos seus mecanismos operativos, considerando-se ser esta a sua grande originalidade e mais-valia. Contudo e apesar da relevância da investigação assentar num conhecimento privilegiado, no que tal acarreta em termos de vantagens e desvantagens, não significa que outros autores não se tenham debruçado sobre o assunto sendo que embora não proliferem os estudos, há interessantes perspetivas de abordagem que devem, obrigatoriamente, ser destacadas. Desde logo, o contributo de Clara Cabral (2009) que parte de um olhar sobre a adoção da Convenção de 2003 e a sua aplicação, para trazer para o debate temas polémicos, controvérsias e impraticabilidades da Convenção, não deixando, contudo, de reconhecer a importância do novo paradigma patrimonial, valorizando os seus efeitos positivos e a atuação dos múltiplos agentes com responsabilidades na salvaguarda do PCI. Um pouco na mesma linha, Ana Carvalho (2011) preocupa-se em explorar o tema do património imaterial e a importância que o mesmo tem vindo a assumir nas políticas culturais após a adoção da Convenção de 2003, no entanto, o seu olhar dirige-se fundamentalmente para os museus e para os seus profissionais, agora entendidos como agentes primordiais nos processos de identificação e salvaguarda desta tipologia de bens culturais desafiando

toda uma tradição fortemente ancorada na cultura material. Tal como Clara Cabral ou Ana Carvalho, Lorena Querol (2011) não fica indiferente, na sua investigação, à forma como as políticas culturais são capazes de responder às necessidades do novo paradigma patrimonial prosseguindo, no entanto, com a intenção de avaliar de que forma o inventário museológico se constitui como elemento de patrimonialização adequado aos bens intangíveis. Já em 2009 Celina Pinto havia promovido reflexão sobre a realidade museológica e o PCI usando como exemplo o trabalho desenvolvido pelo Museu da Terra de Miranda, a partir de 2007, no âmbito da inventariação, registo e divulgação de “objectos imateriais”.

Por fim, mas não menos importante, destacar os textos publicados por Paulo Ferreira da Costa desde 2008 e até 2017 onde as políticas patrimoniais para o PCI são o principal motivo de reflexão, neste caso a partir de dentro e do seu inquestionável engajamento na operacionalização destas matérias em que se sagra como um dos principais responsáveis. Refira-se que o antropólogo, atualmente Diretor do Museu Nacional de Etnologia, foi Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da Direção-Geral do Património Cultural entre 2012 e fevereiro de 2014 tendo sido Diretor do Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação entre 2007 e 2012. A ele se atribuem principais responsabilidades na conceção, coordenação e implementação das políticas públicas no período em que esta pesquisa se centra. Um primeiro artigo, publicado em 2008 na revista *Museologia.pt* (Costa, 2008), assinala o momento em que o Estado português se converte ao património imaterial sendo que, pela primeira vez, se consagra uma reflexão a esta nova dinâmica patrimonial na relação com a definição de estratégias públicas para a sua valorização e salvaguarda. Igualmente fundadora é a obra *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, coordenada por este antropólogo, que resulta do referido Ciclo de seis Colóquios que o DPI/IMC organizou em 2008 e que se assinala como primeira iniciativa pública do Instituto dos Museus e da Conservação no âmbito das suas muito recentes funções atribuídas em matéria de salvaguarda de PCI. No quadro da recente aquisição de competências relativas ao património imaterial, a organização do Ciclo de Colóquios e a publicação das respetivas atas define o momento histórico em que são alavancadas as políticas públicas culturais neste domínio, consagrando-se como

expressão de uma estratégia mais ampla de valorização e salvaguarda de PCI à escala nacional.

Esta pesquisa surge então como consequência direta de atividade profissional desenvolvida por mim entre 2010 e 2013 no Instituto dos Museus e da Conservação e posteriormente na Direção-Geral do Património Cultural sob coordenação de Paulo Ferreira da Costa. Foi também sob a sua supervisão que iniciei formalmente em 2015 o trabalho de terreno já no contexto desta investigação, o qual decorreu nas instalações da Direção-Geral do Património Cultural, junto da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, depois de obtida autorização, por escrito (através de ofício), por parte do então Diretor-Geral, Dr. Nuno Vassallo e Silva.

Paulo F. Costa havia estado à frente da referida Divisão até 2014 sendo que por esta ocasião o serviço era chefiado pela historiadora Deolinda Folgado com quem reuni antes de iniciar o trabalho de terreno para definir o enquadramento da minha estadia de alguns meses nas instalações da DGPC, no Palácio Nacional da Ajuda, com a equipa responsável pela área do património imaterial junto da qual se encontrava, à data do início do meu trabalho de terreno, o arquivo corrente do património imaterial. Nessa primeira reunião foram apresentados os meus objetivos e definidas as minhas condições de acesso aos arquivos e à informação e foi estipulado que o trabalho seria acompanhado e supervisionado pelo próprio Paulo Ferreira da Costa, na sua qualidade de especialista e principal responsável por esta área na instituição.

Assim, entre janeiro e abril de 2015 fui acolhida no Gabinete de Património Imaterial da DGPC onde me foi atribuído um espaço de trabalho, com secretária e computador e onde me foi facultado total acesso aos dossiês e processos que constituem o arquivo corrente do património imaterial. É importante esclarecer que por ser uma área de trabalho relativamente recente neste organismo, todo o arquivo se encontrava até abril desse ano, alojado nesse espaço. Mais tarde, parte deste arquivo seria transferido para as instalações do Museu Nacional de Etnologia, quando o próprio Paulo Costa assumiu a direção do Museu pelo que nessa ocasião também eu transferi o meu local de terreno das instalações do Palácio Nacional da Ajuda, para o Restelo onde está situado o MNE.

De sublinhar que a consulta do arquivo relativo ao património imaterial da DGPC permitiu-me aceder a duas grandes tipologias de processos: por um lado, documentação que considero de carácter histórico que foi produzida, sobretudo, entre 2007 e 2010/2011 no momento em que se acionavam os mecanismos de implementação das políticas públicas para o PCI e que estas já produziam os seus efeitos; por outro lado, documentação arquivística, corrente, que resulta de trabalho que ainda estava em curso. Há um aspeto que deve ser salientado e que me permitiu, ao longo desta primeira fase de trabalho de terreno, posicionar-me num papel diferente daquele em que estive enquanto colaboradora da instituição. Durante o período em que desenvolvi a minha atividade profissional, como antropóloga, no Instituto dos Museus e da Conservação e posteriormente na Direção-Geral do Património Cultural sempre desempenhei funções técnicas e, como tal, mantive afastamento em relação às decisões e às resoluções, concebidas e desenhadas superiormente. Isto significa que apesar de conhecer as dinâmicas de trabalho nunca me tinha sido facultado o acesso a certo tipo de documentação, considerada de carácter reservado, que agora, como investigadora de doutoramento, me foi disponibilizada. Refiro-me, sobretudo, a documentação interna, a qual considerei como de “carácter histórico” e que diz respeito por um lado, ao processo de conceção do regime jurídico que enquadra o património imaterial em Portugal, desenhado e concebido em estreita articulação entre o Departamento de Património Imaterial do IMC e a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural*; e, por outro lado, o processo de conceção e implementação do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, cuja conceção foi da exclusiva responsabilidade deste Departamento. A documentação consultada inclui informações internas, ofícios (internos e externos) e outro tipo de correspondência, inclusive correspondência eletrónica, pareceres, protocolos, relatórios, diplomas e documentos de carácter legislativo que me permitiu, à posteriori, traçar o historial da constituição de cada um dos processos que documentam.

No que respeita à documentação arquivística corrente, que resulta de trabalho que estava em curso, foi possível acompanhar os processos de candidatura ao Inventário Nacional que ocuparam, entre janeiro e maio de 2015, grande parte do trabalho desenvolvido quotidianamente pela equipa de trabalho da DGPC. Curiosamente este

período coincidiu com um momento particularmente dinâmico no que respeita à submissão e apreciação de propostas de inventário.

Importa deixar claro que embora me pareça dissociável, a minha relação com a DGPC após o *términus* do trabalho de campo estendeu-se a outras colaborações pontuais, nomeadamente com o convite para integrar a equipa de formação e coordenação de um Curso de E-Learning organizado em parceria com a Universidade Aberta e também para integrar os dois Cursos de formação no âmbito do programa de formação anual da Rede Portuguesa de Museus, coordenados por Paulo Costa, nas suas edições de 2015 e 2016.

Recuando um pouco e retomando as questões metodológicas, dar conta de que, se iniciei o trabalho de pesquisa junto da DGPC quando era suposto fazê-lo, em termos de calendarização do programa doutoral, na Cova da Moura iniciei o trabalho de campo bastante mais cedo, praticamente um ano antes do que estava previsto, ou seja, em pleno período de frequência curricular e no momento em que decidi, com o apoio da minha orientadora, introduzir na pesquisa um estudo de caso e que o mesmo seria o do «Kola San Jon». Note-se que nesta ocasião o processo de patrimonialização tinha sido concluído muito recentemente, com o anúncio publicado em Diário da República a 16 de outubro de 2013. Por este motivo foi-me permitido iniciar um pré-trabalho de terreno considerando que seria oportuno estar em campo no ano em que o Kola San Jon foi consagrado património cultural imaterial para perceber as dinâmicas, o impacto da inscrição no grupo e as novas perspetivas que se abriam perante este reconhecimento. Desde fevereiro de 2014 e até 2016 assisti a praticamente todas as reuniões quinzenais de encontro do grupo, que decorreram nas instalações da Associação Cultural Moinho da Juventude na Cova da Moura e também a muitas das iniciativas externas em que o grupo participou nomeadamente as mais representativas como no dia 25 de abril de 2014 no desfile na Avenida Liberdade; no dia 28 de maio do mesmo ano no Auditório da CPLP em Lisboa, onde foi exibido e comentado o filme do Rui Simões; na noite dos santos populares (2014 e 2015), numa parceria que o Moinho da Juventude tem há alguns anos com a Associação “Renovar a Mouraria”; ainda em 2014, na Universidade de Aveiro onde o grupo do Kola se associou a uma iniciativa académica promovida pelo INET-Aveiro, entre outras iniciativas em que fui marcando presença ao longo de 2015 e 2016

dentro e fora da Cova da Moura. Especial destaque para o acompanhamento da festa do Kola San Jon nos anos de 2014, 2015 e 2017, sendo que em 2016 não acompanhei por estar a realizar trabalho de campo em Cabo Verde.

Ainda em termos metodológicos de referir que assumiu especial relevância no âmbito desta investigação a condução de entrevistas formais como ferramenta metodológica fundamental, a par com inúmeras conversas informais tidas com dezenas de interlocutores com os quais me fui cruzando ao longo destes anos de forma mais ou menos intencional. A programação das entrevistas formais e a seleção dos entrevistados foi efetuada de acordo com os objetivos da pesquisa tendo em consideração o seu enquadramento em dois grupos distintos: o grupo de agentes relacionados com a temática das políticas públicas para o PCI e o grupo de agentes relacionados com o processo de patrimonialização do Kola San Jon. Assim, no primeiro grupo foram entrevistados:

Manuel Bairrão Oleiro  
(realizada a 07.01.2016)

Era o Diretor do Instituto dos Museus e da Conservação no ano em que Portugal ratificou a Convenção da UNESCO de 2003 e quando, como consequência, o IMC passou a ter responsabilidades nesta área. Foi quem criou o Departamento de Património Imaterial e acompanhou a conceção e implementação das primeiras políticas públicas. A entrevista ajudou a compreender este período histórico no qual MBO esteve ativamente envolvido.

Clara Camacho  
(realizada a 13.01.2016)

Foi subdiretora do Instituto Português de Museus e do seu sucedâneo Instituto dos Museus e da Conservação entre 2005 e 2009. Enquanto subdiretora do IMC foi responsável pela área do património cultural imaterial logo que foi atribuída, a este organismo, a missão de desenvolver e executar a política nacional neste domínio. Foi da sua responsabilidade, em equipa com o Diretor do Departamento de Património Cultural Imaterial, a operacionalização e implementação de medidas conducentes a este objetivo. Destaca-se a sua participação ativa na realização, em 2008, do Ciclo de Colóquios “Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras e identidades” considerado a primeira expressão do trabalho que o IMC desenvolveu no âmbito do PCI desde o momento da sua criação em 2007. Considera-se pertinente esta entrevista, em conjunto com a anterior, para compreender o contexto histórico que enquadra a atuação do Estado português nesta matéria.

João Martins Claro  
(realizada a 27.04.2016)

Advogado, especialista em Direito do Património, foi o coordenador da *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural* e, como tal, um dos elementos da equipa responsável pela conceção do regime jurídico para o património cultural imaterial. A entrevista permitiu esclarecer inúmeras questões levantadas pela consulta do dossiê relativo ao processo de construção da legislação – Proposta para o desenvolvimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro



– e nomeadamente, perceber as negociações entre esta Comissão tutelada pelo Ministério da Cultura e o Instituto dos Museus e da Conservação, através do seu Departamento de Património Imaterial. No momento em que foi efetuada a entrevista estava em curso uma reestruturação da legislação para o PCI, no entanto, a mesma já não foi da sua responsabilidade, mas sim do gabinete jurídico da Secretaria de Estado da Cultura.

NOTA: Não foi permitido gravar a entrevista pelo que o discurso direto não foi utilizado na dissertação.

Clara B. Cabral  
(realizada a 21.12.2015)

Trata-se de uma figura relevante no domínio do património cultural imaterial em Portugal, na medida em que há alguns anos é responsável pela área da Cultura da Comissão Nacional da UNESCO. Esta entrevista permitiu conhecer a perspetiva de Clara Cabral sobre a condução das políticas públicas no domínio do património imaterial em Portugal, às quais tem desfiado algumas críticas. Compreender a ação, neste domínio, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tutela a CNU, foi outro dos objetivos. Foram debatidas algumas matérias interessantes que envolvem a atuação da UNESCO, da Comissão Nacional e de outras organizações envolvidas na aplicação da Convenção de 2003 e na salvaguarda do património cultural imaterial em geral.

Joaquim Pais de Brito  
(realizadas a 16.03.2016 e  
08.06.2016)

Dirigiu o Museu Nacional de Etnologia entre 1994 e 2015, sendo uma figura de referência na Antropologia e no panorama museológico nacional. O testemunho de Joaquim Pais de Brito foi fundamental considerando não apenas a sua relação com estes dois universos disciplinares, mas fundamentalmente tendo em consideração o seu envolvimento em questões estratégicas no âmbito das políticas culturais nacionais como o facto de, em 2002, ter sido designado pelo Ministério da Cultura como perito para acompanhar e participar na discussão que conduziu à implementação da Convenção da UNESCO de 2003 e também por ter sido uma das cinco individualidades designadas pelo membro do Governo responsável pela área da cultura para integrar a *Comissão para o Património Cultural Imaterial*, que operou entre 2011 e 2012.

Amélia Frazão Moreira  
(realizada a 05.04.2016)

Considera-se o Centro em Rede de Investigação em Antropologia - CRIA uma instituição de referência, a nível nacional e internacional e, em concreto, uma das instituições de maior relevância no estudo e investigação em torno do património cultural imaterial em Portugal, o que decorre do facto de ser considerada a Unidade de Investigação de excelência e de referência na Antropologia em Portugal. O CRIA é também entidade acreditada pela UNESCO no âmbito da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Desenvolve, desde 2013, e em parceria, o único Programa de Doutoramento com particular foco no PCI. Amélia Frazão Moreira foi entrevistada, não apenas como elemento do CRIA, ao qual já presidiu, mas por estar engajada de outro modo, como veremos com a UNESCO e o domínio do património cultural imaterial.

Filomena Sousa  
(realizada a 01.04.2016)

O projeto MEMORIAMEDIA foi um dos primeiros a dedicar-se à recolha e salvaguarda do património cultural imaterial em Portugal. Como tal, vem-se consolidando como um projeto de referência nesta área. Filomena Sousa é uma das mentoras deste projeto o qual conta já com uma amostragem de milhares de registos de PCI divulgados via

web. No que diz respeito a esta pesquisa interessa também o facto de em dezembro de 2013 ter sido proposta, pela UNESCO como organização consultora do *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, constituindo, a par com outras, entidade acreditada nesta área.

Relativamente a este primeiro grupo de agentes entrevistados de referir que o mesmo se considera representativo na medida em que inclui um conjunto de personalidades que durante este ciclo de dez anos estiveram ativamente envolvidos na dinâmica do património cultural imaterial cada um desempenhando funções específicas em determinadas instituições.

Ainda relativamente a este assunto é importante destacar duas questões: a primeira, o facto de nunca ter sido retribuído o pedido para entrevista a algum representante da Fundação Inatel, a primeira ONG acreditada junto da UNESCO ao abrigo da Convenção de 2003. A segunda, o facto de não ter sido entrevistado Paulo Ferreira da Costa o que se justifica por vários motivos. Um deles porque ao longo dos anos em que esteve à frente da condução dos destinos do património imaterial a partir dos organismos da administração central, teve a preocupação de ir dando conta do trabalho que foi sendo desenvolvido através da publicação de um conjunto de textos que ajudam a conhecer e compreender as diversas fases de trabalho e os objetivos que para cada uma delas foram sendo traçados. Por outro lado, por ocasião do trabalho de pesquisa que efetuei na Direção-Geral do Património Cultural e o qual foi supervisionado, como referido, pelo próprio, foi-me facultado outro tipo de documentação de carácter reservado inclusive do próprio arquivo pessoal do atual diretor do Museu Nacional de Etnologia que ajudou também a esclarecer muitas das questões que foram surgindo ao longo da pesquisa. Por fim, as inúmeras conversas informais, discussões, reflexões que fomos travando, ao longo dos anos em que trabalhamos em conjunto nesta área, foram também não só um forte incentivo para a realização desta pesquisa, como serviram de base a muitos dos conteúdos que aqui são tratados.

Relativamente ao segundo grupo, dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização do Kola San Jon, foram efetuadas a seguintes entrevistas formais:

<p>Godelieve Meersschaert (realizadas a 04.08.2016 e 07.09.2016)</p>	<p>É uma das fundadoras da Associação Cultural Moinho da Juventude. Foi condecorada em 2005 pela Presidência da República com a “Ordem de Mérito”, e recebeu, no mesmo ano, o prémio “Mulher Ativa” da Edimpresa. Nasceu na Bélgica em 1945 e, em 1978 fixou-se em Lisboa, na Cova da Moura. De lá para cá tem-se destacado na luta a favor da qualificação deste bairro. As entrevistas, sobretudo a segunda, foram conduzidas, em parte, a partir da história de vida da interlocutora tendo sempre presente a sua ligação com o bairro e com a Associação que ajudou a criar. O Kola San Jon e o Batuque são duas manifestações da cultura cabo-verdiana que o Moinho da Juventude acolheu e que atualmente continua a dinamizar e que tem originado o interesse da comunidade científica e académica que, em 2013, deu um forte incentivo para que o Kola San Jon fosse reconhecido como património imaterial em Portugal. As duas entrevistas realizadas foram complementadas com inúmeras conversas informais que decorreram ao longo da estadia no terreno.</p>
<p>Eunice Delgado (realizada a 23.02.2017)</p>	<p>Mais conhecida por Niche, é um dos pilares do grupo de Kola San Jon. É funcionária do Moinho da Juventude onde exerce a função de cozinheira. Niche é natural do Mindelo, em São Vicente e a sua vinda para Portugal, ao contrário da maioria, não se inscreve no período de pós-descolonização. É koladeira e foi uma das pessoas do grupo selecionadas para entrevistar na medida em que exerce funções de coordenação e supervisão. Tem uma visão muito conhecedora do processo de patrimonialização no qual esteve ativamente envolvida.</p>
<p>Teodoro Ribeiro (realizada a 23.02.2017)</p>	<p>Foi entrevistado pela sua relação com a história do bairro da Cova da Moura e com o grupo de Kola San Jon, do qual considero ser um dos elementos mais emblemáticos. É natural da ilha de S. Nicolau onde as celebrações de São João Batista são menos expressivas do que na ilha de Santo Antão, aquela que inspira verdadeiramente a festa da Cova da Moura. Foi dos primeiros habitantes do bairro, chegando a integrar a primeira Comissão de Moradores. Teodoro Ribeiro ou sr. Teodoro associou-se ao grupo de Kola San Jon muito tardiamente. Não é tamboreiro, nem kola. Foi porta-bandeira do grupo e atualmente é chefe dos tamboreiros.</p>
<p>José da Silva Ribeiro (realizada a 02.06.2016)</p>	<p>Foi o primeiro investigador a trabalhar sobre o Kola San Jon da Cova da Moura cuja investigação deu origem à obra <i>Colá S. Jon, Oh que sabe!</i> A entrevista foi pouco profícua na medida em que o investigador há muito está afastado deste terreno e também do facto de sugerir uma relação conflitual com a Associação Cultural Moinho da Juventude que intencionalmente não explorámos.</p>
<p>Júlia Carolino (realizada a 19.04.2016)</p>	<p>Na ocasião pós-doutoranda a trabalhar sobre o lugar no contexto cabo-verdiano da Cova da Moura foi uma das responsáveis, em conjunto com Ana Flávia Miguel pela condução do processo que originou a inscrição do Kola San Jon no INPCI. Neste sentido, esta investigadora constituiu-se interlocutora fundamental nesta pesquisa.</p>
<p>Susana Sardo (realizada a 22.04.2016)</p>	<p>Coordenadora do Pólo de Aveiro do Instituto de Etnomusicologia, foi a orientadora científica da tese de mestrado de Ana Flávia Miguel sobre o Kola San Jon da Cova da Moura e acompanhou o processo de candidatura ao «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial». Tem alguns artigos publicados onde reflete sobre o fenómeno de importação desta prática cultural de Cabo Verde para a Cova da Moura e, nomeadamente, sobre a inscrição no INPCI. Esta entrevista foi de enorme relevância na</p>

medida em que permitiu dar conta do papel da academia neste processo, a sua efetiva relação com as comunidades (grupos e indivíduos), no caso, o grupo Kola San Jon e a Cova da Moura ao mesmo tempo que permitiu falar acerca do papel do INET não apenas neste contexto específico, através do pólo de Aveiro, mas a participação da Unidade de Investigação num contexto mais abrangente que o coloca, por intermédio dos seus investigadores, numa posição central na proteção e salvaguarda do património cultural imaterial, à escala nacional, bem como à escala internacional, com a sua participação ativa nas candidaturas do Fado e do Cante Alentejano à Lista Representativa da UNESCO. Para além da sua ligação ao Kola San Jon, através da tese de mestrado de Ana Flávia Miguel o Instituto mantinha na ocasião da entrevista uma outra ligação ao Moinho da Juventude e ao Bairro da Cova da Moura através da coordenação do Projeto Skopeofonia.

Elsa Shams  
(realizada a 21.10.2016)

Professora e Bailarina, especializada em Danças Orientais. Tem uma relação próxima com o grupo de KSJ que conheceu no Festival Andanças, em 2010. Nesse ano o grupo foi convidado pela organização para fazer um workshop no qual Elsa participou. A ligação formal com o grupo viria a dar-se mais tarde, com o convite para coreografar o Kola San Jon por ocasião da participação do grupo nas marchas de Lisboa em 2015. Foi nesta qualidade que foi entrevistada.

António Moreira -  
Vereador da Cultura  
da Câmara Municipal  
da Amadora  
(realizada a 30.03.2017)

Foi confirmado junto da instituição camarária, o ponto de situação relativo ao projeto de demolição/requalificação da Cova da Moura, bem como a perspetiva da autarquia sobre a patrimonialização do Kola San Jon. A entrevista tinha como grande objetivo esclarecer porque motivo a CMA não se pronunciou em fase de consulta direta, sobre o processo de inscrição do Kola San Jon no Inventário Nacional tendo sido impelida para o fazer por parte da Direção-Geral do Património Cultural. Esta entrevista foi ao encontro de questões sensíveis como a questão da requalificação do bairro da Cova da Moura e do enquadramento do processo de patrimonialização numa suposta estratégia por parte do Moinho da Juventude.

No que respeita a este segundo conjunto de entrevistas há a destacar que não foi entrevistada Ana Flávia Miguel que desde 2008 tem trabalhado sobre o grupo de Kola San Jon da Cova da Moura na medida em que se considerou suficiente para os objetivos da pesquisa o conteúdo dos seus trabalhos académicos, por um lado, a sua tese de mestrado, que é fundamental para enquadrar e caracterizar o grupo de Kola San Jon que é dinamizado no seio da Associação Cultural Moinho da Juventude, e a sua tese de doutoramento, de 2016, que acrescenta informação no que diz respeito ao processo de patrimonialização no qual, como veremos, a etnomusicóloga esteve plenamente envolvida e para o qual a sua investigação foi fundamental.

De sublinhar ainda que, como veremos também, a constituição do grupo de Kola San Jon tem um carácter flutuante sendo constituído por dezenas de pessoas, na grande maioria cabo-verdianos habitantes do bairro da Cova da Moura. Com este grupo estive

mais de três anos em frequente permanência pelo que, propositadamente, não efetuei entrevistas formais a não ser aos três elementos do grupo que identifiquei. Com todos os outros a estratégia passou por manter conversas informais que, de tão inúmeras, se revelam impossíveis de contabilizar.

De todos os entrevistados, do primeiro e do segundo grupo, obtive autorização para divulgar as informações prestadas, bem como para divulgar as fotografias captadas por mim no terreno. De referir que todas as entrevistas foram gravadas, com autorização dos entrevistados, e transcritas à exceção da situação já referida.

### **Trabalho de campo em Cabo Verde (18 de junho a 18 de julho de 2016)**

Daquilo que tem vindo a ser referido até aqui, exclui-se todo o contexto que diz respeito ao trabalho de terreno que foi realizado em 2016 em Cabo Verde cuja deslocação foi possível ao abrigo de um subsídio de formação complementar previsto no Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Programei esta pequena estadia em Cabo Verde com o grande objetivo de procurar os antecedentes e as origens do Kola San Jon considerando a sua inserção num quadro mais amplo de celebração das festas de romaria que se comemoram em todas as ilhas do arquipélago, correspondendo o Kola San Jon à forma que tais celebrações assumem nas ilhas de Barlavento, com destaque para Santo Antão e São Vicente, onde estive a realizar trabalho de campo, e também na ilha de São Nicolau (de onde algumas pessoas do grupo de Kola San Jon da Cova da Moura são originárias). O impulso foi-me dado pelos próprios cabo-verdianos do grupo de Kola San Jon que, sem terem noção disso, me foram aos poucos fazendo despertar a curiosidade e o interesse em aprofundar os contextos para os quais constantemente me remetiam sempre que, em conversas formais ou informais, me falavam das festas de romaria no arquipélago e em particular do modo como São João Batista é celebrado nas ilhas do Barlavento. Foi um momento da pesquisa programado ao detalhe no sentido de rentabilizar o tempo, escasso, para a investigação comparativamente com os objetivos que pretendia alcançar:

1. Conhecer o impacto do processo de patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura em Cabo Verde, de onde esta prática é originária e de onde foi trazida para Portugal através da diáspora cabo-verdiana;

2. Entrevistar os responsáveis pelas políticas públicas para o património cultural em Cabo Verde e perceber em que medida a salvaguarda e valorização das manifestações de «San Jon» eram prioridade na agenda política daquele país;

3. Conhecer a perspetiva de diferentes agentes políticos e culturais sobre uma possível candidatura à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO do Kola San Jon, promovida conjuntamente por Portugal e Cabo Verde;

4. Acompanhar as Festas de «San Jon» que decorreram no mês de junho nas ilhas de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Brava sendo que optei por acompanhar as da ilha de Santo Antão, na medida em que são aquelas que mais inspiram a festa que se realiza na Cova da Moura;

5. Desenvolver pesquisa bibliográfica e arquivística na Biblioteca Nacional de Cabo Verde e no Arquivo Nacional de Cabo Verde em torno da temática Festas de Romaria/ Festa de «San Jon».

Sucintamente damos conta do trabalho que foi desenvolvido:

**18 a 26 de junho de 2016:** Ilha de Santo Antão – acompanhamento da Festa de São João Batista que decorreu nesse período. Para além da observação direta manifestada no acompanhamento da festa nas suas diversas componentes, profana e religiosa, e da recolha intensiva de documentação audiovisual, procedeu-se à realização das seguintes entrevistas semiestruturadas: Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Porto Novo; juiz da festa de 2016; pároco de Porto Novo. Foram entrevistados igualmente diversos elementos da comunidade, tocadores de Kola San Jon, koladeiras e outros indivíduos a quem são atribuídos papéis específicos na celebração. Nas entrevistas formais e nas inúmeras conversas informais estabelecidas com os habitantes locais, procurou-se compreender o sentido da festa, as suas dinâmicas, os seus protagonistas e de que modo a questão da patrimonialização é, ou não, uma prioridade na agenda política local. A relação com o meu principal objeto de

estudo, a festa do Kola San Jon do Alto da Cova da Moura, em Lisboa, foi uma das principais preocupações da incursão no terreno.

**27 de junho a 1 de julho:** Ilha de São Vicente – Realização de entrevistas semiestruturadas a diversos agentes/indivíduos implicados na Festa de São João Batista: Presidente da Associação Terra Tambor (responsável pela organização da festa nesta ilha); Amadeu Cruz, ex-presidente da Câmara de Porto Novo (Santo Antão); Moacyr Rodrigues, investigador local que tem desenvolvido pesquisa, entre outras áreas, em torno das Festas de Romaria em Cabo Verde tendo estado envolvido na fase inicial da Candidatura da Morna a Património Imaterial da Humanidade. O trabalho de campo permitiu avaliar as diferenças entre a Festa de São João em Santo Antão e a Festa que decorre em São Vicente. Permitiu fazer a ligação com a diáspora e com o trabalho desenvolvido pelo Moinho da Juventude, que foi promotor da candidatura do Kola San Jon em Portugal, sendo que grande parte dos indivíduos que mantêm viva esta tradição na Cova da Moura são originários destas duas ilhas. Há uma outra questão que surge deste momento do trabalho de campo e que relaciona a prática do património imaterial com a questão da promoção turística e com o motor da economia local, que justifica a criação, no final de 2015, de um pequeno núcleo museológico dedicado ao Kola San Jon, na cidade do Mindelo. Foi entrevistado ainda um artesão, tocador e fazedor de tambor do San Jon que possibilitou a captação audiovisual do processo de realização deste instrumento musical que é componente essencial das festas de romaria em Cabo Verde e, consequentemente, das que se organizam na diáspora.

Neste período foi realizado trabalho de investigação na Biblioteca do Centro Cultural do Mindelo com recolha de toda a informação disponível acerca de Festas de Romaria no arquipélago.

**1 de julho a 18 de julho:** Ilha de Santiago - O trabalho foi maioritariamente desenvolvido junto do Ministério da Cultura, através do Instituto do Património Cultural, Departamentos de Património Móvel e Imaterial. Foi possível, através de entrevistas semiestruturadas e de várias conversas informais, conhecer o enquadramento das políticas públicas para o PCI em Cabo Verde, os seus principais constrangimentos e desafios. Foi possível encontrar elementos que permitem a caracterização e, de certo modo, o estudo comparativo com as políticas públicas para o PCI em Portugal, que é

uma das principais linhas de trabalho da pesquisa que desenvolvi. O conceito de «inventário comunitário» e o seu *modus operandi*, bem como a experiência pioneira do levantamento e inventariação do património imaterial da Cidade Velha constituíram igual fonte de informação e interesse para esta pesquisa.

Um dos grandes objetivos, igualmente cumprido, foi o conhecer o impacto do processo de patrimonialização do Kola San Jon em Cabo Verde, nomeadamente a partir do discurso das entidades oficiais cabo-verdianas que se concentram na cidade da Praia. Foi ainda possível obter a informação acerca da candidatura à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO do Kola San Jon, a ser eventualmente promovida conjuntamente por Portugal e Cabo Verde e, em prol da qual a Associação Cultural Moinho da Juventude se vem manifestando desde 2013.

Na cidade da Praia foi realizado trabalho de investigação na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, sendo que, para além da consulta de todas referências bibliográficas existentes sobre Festas de Romaria em geral, e Festas de São João, em particular, foram consultados os seguintes Jornais: *Expresso das Ilhas*; *Jornal Horizonte*; *Jornal Tribuna*; *Jornal A SEMANA*; *Novo Jornal Cabo Verde*; *Jornal A Nação*. Foram consultados todos os números de todos os jornais referenciados, relativos aos meses de maio, junho e julho que correspondem à maior incidência de notícias acerca de Festas de Romaria no arquipélago. Foram ainda consultados, no ano de 2013, todos os periódicos relativos ao último trimestre do ano, de modo a verificar, ao nível da imprensa cabo-verdiana, o impacto da patrimonialização do Kola San Jon, em Portugal, que decorreu em outubro desse ano.

Concluímos que o trabalho que nos propusemos foi, na generalidade cumprido, sendo que acabou por ser demasiado intenso, uma vez que por razões de ordem financeira, não foi possível permanecer mais do que um mês em Cabo Verde, como seria desejável e profícuo.



### **3. Estrutura e organização da dissertação**

A dissertação está estruturada em duas partes, cada uma delas contendo dois grandes capítulos e diversos subcapítulos. A primeira parte é dedicada ao património cultural imaterial na sua relação, por um lado, com políticas públicas patrimoniais e, por outro, com o modo como diferentes agentes e organizações intervêm nesta área em Portugal.

O Capítulo I vai à procura das raízes históricas que enquadram, no caso português, a emergência do conceito de «património cultural imaterial» cunhado pela UNESCO em 2003 sem extraordinário aprofundamento destas matérias que remetem para a cronologia dos factos, por dela se terem ocupado outros autores. O período compreendido entre 2007 e 2017 afigura-se esse sim central focando-se numa abordagem mais contemporânea e consentânea com os objetivos da investigação, a qual passa por dar conta do modo como tais políticas públicas se operacionalizaram a partir da ratificação da Convenção de 2003.

O mote para o Capítulo II é dado pelo Inquérito “Património Cultural Imaterial em Portugal” (IMC, 2010) e pelo facto de ter tido como destinatários quase meio milhar de entidades inquiridas. Partindo do conhecimento desta realidade, a pesquisa foi ao encontro da identificação dos agentes e organizações inquiridas, agregando-lhe outras e permitindo definir, a diferentes escalas, aqueles cuja ação se manifesta estrutural e estruturante no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial, desde as organizações administrativas que tutelam, operacionalizam e fiscalizam as iniciativas a nível nacional, passando pelas instâncias regionais que detêm um papel intermediário fundamental, inclusive consignado na lei, entre as organizações nacionais e as locais estas últimas as mais próximas das «comunidades, grupos e indivíduos» aos quais a Convenção da UNESCO de 2003 atribui particulares responsabilidades. Toma relevo nesta descodificação de agentes e organizações envolvidos na ação sobre o património cultural imaterial, o papel das instituições académicas e o lugar que ocupam nesta cadeia, bem como as Organizações Não Governamentais a quem também a UNESCO confere particular atenção no âmbito da Convenção, atribuindo-lhes responsabilidades que considera “vitais” na identificação e definição do património cultural imaterial, em

cooperação e coordenação com os organismos do Estado, com as próprias comunidades e outros atores envolvidos na implementação do Tratado.

Este Capítulo é transitório permitindo efetuar uma ponte com a segunda parte da dissertação, a qual é dedicada ao estudo de caso. Com efeito, o universo da salvaguarda do PCI, dos seus detentores, do modo como são – ou devem ser – envolvidos nesta ação por recomendação da Convenção, bem como a dinâmica que chama ao processo múltiplos agentes e organizações é trazido para esta pesquisa por via da Associação Cultural Moinho da Juventude, do bairro da Cova da Moura, e do processo de patrimonialização do «Kola San Jon» a segunda manifestação a ser inscrita no Inventário Nacional do PCI. O terceiro capítulo dá conta das especificidades deste processo, enquadrando devidamente as singularidades do próprio bairro da Cova da Moura bem como da ACMJ e do trabalho que lhe é reconhecido em prol do bairro e daqueles que o habitam num contexto muito específico e que é indissociável de uma conjuntura que a nossa história recente conheceu. O processo de proteção legal é escrutinado neste terceiro capítulo onde me detenho sobre matérias que envolvem as implicações, consequências e efeitos deste processo de patrimonialização em concreto.

Um último subcapítulo, igualmente transitório, foca-se nas afinidades entre Kola San Jon e a celebração mexicana da Festa dos Mortos abrindo caminho, propositadamente, ao último capítulo da dissertação. Uma pequena nota para dar conta de que solicitei a colaboração de Godelieve Meersschaert, na reta final do trabalho para efetuar a revisão deste terceiro capítulo, o qual beneficiou de alguns dos seus comentários e sugestões de melhoria.

O último capítulo reflete, como o próprio título indica, uma aproximação ao contexto das políticas patrimoniais para o PCI em Cabo Verde pretendendo sobretudo dirigir o foco para a celebração do São João Batista, «San Jon», precursor da festa que os emigrantes cabo-verdianos celebram em Lisboa, no bairro da Cova da Moura e a qual decorre em Cabo Verde em vários locais do arquipélago com maior expressividade na ilha de Santo Antão. Como veremos, este manifestou-se um tema tão complexo como apetecível de estudar, quem sabe convidando ao desenvolvimento desta pesquisa a partir deste ponto, num outro contexto académico.

Em jeito de conclusão referir que esta pesquisa traz consigo algumas questões que pretendo deixar claro e assumir tacitamente. A primeira é que se desenvolveu num contexto temporal que se viveu em simultâneo, ou seja, uma década de políticas públicas (2007/2017) – o que implica: por um lado, a impossibilidade de olhar distanciadamente para esta década porque a conclusão do período destinado à investigação decorreu, em simultâneo, com o final do ciclo dos dez anos de políticas públicas que se pretendeu analisar; por outro, uma certa indefinição que paira sobre o futuro destas mesmas políticas patrimoniais sobretudo quando o Estado não oferece garantias de que tenham continuidade, em matéria de PCI e em qualquer outro domínio patrimonial.

Depois, e o mais importante desafio que esta pesquisa enfrentou tem a ver com o meu engajamento profissional com praticamente todas as dimensões de análise que pretendi desenvolver - quer no âmbito das políticas patrimoniais, quer no âmbito do estudo de caso do Kola San Jon em que apenas a única implicação profissional que tive foi durante o período em que decorreu o processo administrativo conducente à patrimonialização.

Deixei claro que esta pesquisa decorreu num contexto onde trabalhei, com agentes com quem ainda me relaciono de uma forma muito próxima, inclusive a título profissional. Por outro lado, aquela que parece ser uma contrariedade, parece igualmente ser a grande mais-valia deste trabalho, e com ela a facilidade de aceder, como disse, de forma “privilegiada” a domínios desse mesmo terreno, alguns dos quais que nem sequer tive acesso enquanto trabalhei nessas mesmas entidades. Procurei, enquanto investigadora, desvincular-me desse papel mais institucional, ao qual no início ainda me sentia vinculada, e ter a capacidade de me colocar numa posição crítica e distanciada em relação ao meu objeto de estudo que, não por coincidência, se desenvolveu em terrenos que me são próximos e familiares. O grande desafio pessoal foi despir uma pele e vestir a outra, olhando para estes fenómenos com espírito crítico, analítico e não meramente laudatório ou predicatório. As críticas ao trabalho da DGPC e do seu antecessor IMC, provenientes dos mais diversos quadrantes institucionais

foram pontos de partida para este distanciamento, que exigiu respostas e reflexão crítica, conceptual, analítica e, sobretudo, descomprometida.

## CAPÍTULO I PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL: POLÍTICAS PATRIMONIAIS

### I. 1. A institucionalização do património em Portugal e uma nova década de políticas públicas (2007-2017)

2007 constitui-se como o ano zero das políticas públicas para o património cultural imaterial em Portugal. Por um lado, o Estado inicia os preparativos para a ratificação da Convenção da UNESCO de 2003, na mesma ocasião em que atribui competências específicas ao recém-criado Instituto dos Museus e da Conservação (IMC)<sup>5</sup> que a partir de então passa a constituir-se formalmente como o organismo da administração central responsável pelo desenvolvimento e execução da política cultural nacional para o património cultural imaterial.

Na sua estrutura orgânica o IMC contabilizava seis departamentos<sup>6</sup> entre os quais um Departamento de Património Imaterial (abreviadamente DPI) que entre 2007 e 2012 foi ativo no cumprimento de um conjunto amplo de funções previamente consignadas na legislação que aprova os seus estatutos<sup>7</sup>. Em 2012 e como daremos

---

<sup>5</sup> O Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., foi criado na dependência do Ministério da Cultura através do Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março, e respetiva Portaria n.º 377/2007, de 30 de março que define os seus estatutos. Nasce da fusão do antigo Instituto Português de Museus e do Instituto Português de Conservação e Restauro, integrando também a Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus. A sua existência é consignada no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

<sup>6</sup> Departamento de Museus; Departamento de Património Móvel; Departamento de Património Imaterial; Departamento de Conservação e Restauro; Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo; Departamento de Gestão.

<sup>7</sup> De acordo com a Portaria n.º 377/2007, de 30 de março, competia ao DPI: a) Promover o estudo e a salvaguarda do património cultural imaterial enquanto testemunho da memória colectiva e individual e factor de identidade nacional; b) Promover a valorização e a divulgação dos bens culturais imateriais que, pela sua relevância patrimonial, integrem a herança cultural do País e constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas; c) Apoiar programas e projectos de protecção das expressões orais de transmissão cultural e das técnicas e saberes tradicionais; d) Promover o registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro das realidades sem suporte material para efeitos do seu conhecimento, preservação e valorização; e) Promover o registo dos bens culturais móveis ou imóveis associados ao património imaterial, sempre que aplicável; f) Apoiar os museus da Rede Portuguesa de Museus na realização de estudos sobre o património imaterial associado e relacionado com as colecções; g) Cooperar com centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, autarquias e particulares com vista ao registo e divulgação dos bens imateriais; h) Estimular estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como o desenvolvimento de metodologias de investigação para a salvaguarda eficaz do património cultural imaterial; i) Promover campanhas de sensibilização aos níveis nacional e local sobre a importância da salvaguarda do património cultural imaterial e desenvolver programas educativos, designadamente a partir dos museus; j) Assegurar a articulação e o apoio técnico às Direcções Regionais de Cultura e a outras entidades públicas ou privadas em matéria de defesa e valorização dos bens imateriais representativos das comunidades, incluindo as minorias étnicas.

conta, o Instituto dos Museus e da Conservação haveria de ser extinto, fundindo-se com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e com a Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT), dando lugar à atual Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

O atual Diretor do Museu Nacional de Etnologia, Paulo Ferreira da Costa, dirigiu o Departamento de Património Imaterial do IMC durante o seu período de existência e a ele se deve a produção de artigos que foi publicando durante o exercício da sua função, ou relatórios de atividades que tornou públicos e que permitem caracterizar a atuação do DPI e, consequentemente, do IMC neste curto período histórico em que importantes medidas foram programadas, desenvolvidas e implementadas no que concerne à salvaguarda de património cultural imaterial em Portugal e que constituem a base da atual política patrimonial neste domínio.

#### **I.1.1. Antecedentes e contributos para o enquadramento e historicização**

No primeiro relatório de atividades do DPI, datado de 2007, Paulo Costa dá conta de uma questão, que retoma posteriormente noutros escritos, e que tem que ver com a ideia de que a criação deste Departamento vem preencher um vazio que se encontrava instalado na política cultural nacional desde o momento em que foi extinto o Departamento de Etnologia do antigo Instituto Português do Património Cultural (IPPC). A mesma questão é assumida pelo legislador que, nesse mesmo ano, e no preâmbulo do Decreto-Lei que cria o IMC, I. P., refere explicitamente que a atribuição de competências na área do património imaterial, com a correspondente criação de uma unidade orgânica, vem colmatar «a ausência, há muito identificada, de um serviço da administração central que coordenasse a salvaguarda e a divulgação dessa importante parcela do património cultural.» (Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março).

Importa partir do princípio, como relembra Ana Carvalho (2011), que em Portugal e à semelhança do que sucede noutros países, a responsabilidade perante a proteção do património, consignada na Lei Fundamental do Estado, cabe em primeira instância ao Governo através da implementação de políticas conduzidas por agentes e instituições especializadas. Na mesma linha, e num artigo que dedica ao *Património*

*como um todo* onde se foca na gestão do património no pós 25 de abril de 1974, Adília Alarcão ajuda a compreender a questão reportando-se à década de 80 do século XX considerando o período em que se operaram as grandes transformações na gestão do património em Portugal, desde a produção de um vasto conjunto de leis até à criação de organismos indispensáveis à sua concretização, desde logo, o próprio IPPC (Alarcão, 2014).

Atendendo a que esta questão se inscreve numa problemática extremamente densa e complexa, seria necessário percorrer a História e recuar alguns séculos atrás para compreender o fenómeno de evolução dos conceitos e da *práxis* subjacente à salvaguarda do património em Portugal. Não cabendo nesta dissertação o aprofundamento de matérias de que outros especialistas se têm ocupado, importa sublinhar que em 2010, e neste enquadramento, esteve patente na Galeria de Pintura do Rei D. Luís I no Palácio Nacional da Ajuda, a exposição *100 Anos de Património: memória e identidade – Portugal* da qual resultou um catálogo que se revela, a meu ver, fundamental para a compreensão do fenómeno numa perspetiva holística. Integrada nas Comemorações do Centenário da República, esta exposição foi coordenada pelo IGESPAR e, segundo o qual, a complexidade do tema ficou demonstrada na própria dimensão e extensão da exposição, estruturada cronologicamente em cinco núcleos correspondentes aos cinco capítulos em que também se divide o catálogo<sup>8</sup>. O percurso institucional, através da sucessiva criação de organismos públicos bem como os desafios que se lhes foram sendo colocados, foi uma das mais importantes tónicas expositivas que simultaneamente se transpôs para a publicação homónima para a qual deram o seu contributo cerca de quatro dezenas de autores, especialistas das mais variadas áreas disciplinares. A obra, como a exposição, permite viajar pelo *longo tempo do património*, i.e., pela história das instituições, dos agentes e dos contextos em que se operou a defesa e a salvaguarda do património cultural em Portugal recuando até aos antecedentes da República. O ciclo termina precisamente no ponto em que iniciamos esta pesquisa, ou seja, em 2007 (e até 2010), com a redefinição de alguns paradigmas decorrentes de alterações introduzidas no âmbito da reorganização do Estado e da

---

<sup>8</sup> 1. Os fundamentos; 2. A República e a “criação” do Património (1910-1932); 3. Os monumentos da Nação: restaurar, restaurar, restaurar... (1932-1964); 4. Depois da Carta de Veneza (1964-1980); 5. Sociedade, cidadania e modernização das políticas do Património (1980-2010).

administração pública e que, naturalmente, exclui o movimento posterior de similar reorganização que originou novas e importantes alterações em 2012 e do qual resultou a criação da atual Direção-Geral do Património Cultural e a extinção de organismos antecessores.

Ainda num plano teórico e para além da publicação que acompanha a exposição dos *100 Anos de Património*, serve como referência fundamental para o estudo da evolução histórica da ação sobre o património em Portugal, a tese de mestrado de Clara Frayão Camacho intitulada *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa (1974-90)* que contempla um capítulo, tão denso quanto a própria temática, à questão da institucionalização do património em Portugal e seus antecedentes. A sua pesquisa terá inspirado Ana Carvalho que em 2011 bebe de alguns destes contributos aplicando-os ao património cultural imaterial na sua obra *Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Nesta obra, que consideramos de referência para o estudo do PCI num contexto atual, a autora dedica um capítulo ao enquadramento normativo e institucional especificamente em matéria de património imaterial e retoma a ideia de que os anos 80 do século XX são fundamentais para perceber os alicerces da política cultural desta última década. Não obstante referir a existência de medidas legislativas anteriores no que respeita ao património cultural, confirmadas pela investigação de Camacho (1999), Ana Carvalho destaca a importância da Lei n.º 13/85 de 6 de julho por ser o primeiro diploma, no âmbito geral da legislação portuguesa, em que o conceito de «património imaterial» é pela primeira vez empregue. Com efeito e pese embora o diploma lhe dedique um único artigo (43º), são atribuídas ao Estado, por esta ocasião, responsabilidades na salvaguarda desta nova tipologia que passa a integrar a definição de «património cultural português»<sup>9</sup> e que surge aqui associada às «tradições culturais populares em vias de desaparecimento».

É precisamente no texto de Clara Camacho que Ana Carvalho se apoia para fundamentar a ideia de que esta Lei, como todo o quadro normativo relativo ao património cultural português numa conjuntura pós 25 de abril, beneficia de um

---

<sup>9</sup> «O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.» (Art.º 1, Lei n.º 13/85, de 6 de julho).



contexto para o qual foi determinante o papel da comunidade internacional (Conselho da Europa, ICOMOS, UNESCO) e da circulação de ideias e conceitos que então se fazia sentir e de que terá beneficiado a conceção desta que é considerada, no nosso país, a primeira lei de bases do património cultural e à qual são apontadas algumas fragilidades entre elas, a da sua não regulamentação<sup>10</sup>. Na área sobre a qual nos debruçamos, o PCI, Ana Carvalho considera que o diploma apresenta medidas de proteção de «caráter vago» tal como também verifica que não se observaram consequências práticas na formulação de políticas de salvaguarda do património cultural que incluíssem o património imaterial. A autora constata aquilo que uma leitura atenta do documento faz sobressair, i.e., um efetivo desequilíbrio, com pendor no tratamento e na atenção que é prestada ao património material relativamente à superficialidade no trato do património imaterial. Na mesma linha, Paulo Costa considera que esta Lei, tal como a sua sucessora, praticamente ignora o PCI (Costa, 2014a).

Com efeito, e como resultado de algumas insuficiências e desajustamentos (Camacho, 1999; Carvalho, 2011; Ribeiro, 2014) imputados a uma lei considerada inovadora em alguns aspetos, mas insuficiente noutros<sup>11</sup> entra em vigor, em 2001, a atual Lei de Bases do Património Cultural - Lei n.º 107/2001, de 9 de setembro – que revoga a anterior e que, pelo facto de dedicar no seu articulado apenas dois artigos (dos 115)<sup>12</sup> ao PCI, merece a mesma consideração por parte de Paulo Costa. Contudo, e retomando as ideias de Ana Carvalho que por sua vez subscreve o argumento do especialista José Casalta Nabais (2004), a atual Lei do Património Cultural revela-se mais ambiciosa no estabelecimento das bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, incluindo a dos bens imateriais. No que ressalta a esta tipologia de bens culturais a atual Lei enquadra-os no âmbito dos «testemunhos etnográficos ou antropológicos», sendo que as alterações relativamente ao diploma de 1985 residem, em particular, por um lado, no que respeita aos modos de salvaguarda deste tipo de património de natureza intangível e, por outro, preconizando a

---

<sup>10</sup> Ausência de publicação de decretos-leis de desenvolvimento para os quais a Lei n.º 13/85 de 6 de julho remetia.

<sup>11</sup> Carla Ribeiro na sua tese de doutoramento *A tutela jurídico-administrativa do património cultural: em especial, os museus* considera que a Lei n.º 13/85 de 6 de julho não respondeu «eficazmente à necessidade da consolidação de uma matriz legislativa adequada para a protecção, defesa e, sobretudo, para a valorização do património cultural português» (Ribeiro, 2014: 180).

<sup>12</sup> São dedicados aos bens imateriais os artigos 91º e 92º da Lei n.º 107/2001, de 9 de setembro.

necessidade de uma abordagem integrada ao património, material e imaterial (Costa, 2014a). Constitui, a meu ver, um dos aspetos mais interessantes da atual Lei de Bases do Património, o facto de preconizar a necessidade de incluir a proteção e valorização dos bens imateriais, incluindo «das minorias étnicas» que integram as respetivas comunidades, o que tem ligação, como veremos, com o processo de patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura sobre o qual me debruço na segunda parte da dissertação.

Por fim e em estreita articulação com o tema e com uma questão que tratarei ainda nesta primeira parte, de referir que a atual Lei de Bases do Património Cultural institui um novo paradigma aplicando formas de proteção legal distintas para o património móvel, imóvel e imaterial. Nas *Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul*, Paulo Costa dá conta desta questão que se revelou central na conceção de mecanismos e instrumentos chave no contexto do desenvolvimento e implementação das políticas públicas para o PCI que foram desenhadas a partir de 2007

À semelhança das suas congéneres de outros países, esta Lei sujeita os bens materiais (móveis e imóveis) a uma hierarquização entre “bens de interesse nacional”, “bens de interesse público” e “bens de interesse municipal”, diferenciações valorativas de que resultam diferenciados graus de prestígio para os bens “classificados”. Contudo, a Lei adota um paradigma distinto para o PCI, evitando a utilização de qualquer mecanismo de hierarquização entre as manifestações e um possível tratamento diferenciado para um mesmo tipo de expressões culturais, dado que a proteção legal do PCI se enquadra exclusivamente no registo patrimonial de inventário (Costa, 2013c: 98).

Trata-se de uma questão que retomaremos a propósito da conceção e implementação do regime jurídico para o PCI em Portugal, contudo, abreviar desde já para dar conta que a Lei n.º 107/2001, de 9 de setembro institui os fundamentos do paradigma a aplicar ao património imaterial por oposição ao património material e a ideia que um sistema de classificação e hierarquização de bens culturais não se aplica ao PCI mas sim, exclusivamente, o registo patrimonial de inventário como forma de proteção legal desta tipologia de bens culturais.

\*

Retomando o pressuposto de que os anos 80 do século XX foram determinantes no que diz respeito à gestão patrimonial e considerando que a ação do Estado se

intensificou após o 25 de abril de 1974<sup>13</sup> retomamos igualmente a ideia de que o IPPC<sup>14</sup>, presidido nos seus primeiros anos de existência por Natália Correia Guedes, surge no início desta década como o organismo ao qual cumpre *assegurar um melhor futuro para o nosso passado*<sup>15</sup>, o que se expressa na atribuição de um conjunto de competências visando a definição do modelo e da política cultural, bem como a coordenação de programas até então dispersos, o aproveitamento de experiências já realizadas em diversificados setores, a colaboração convergente entre os vários serviços oficiais, e entre estes e a ação privada, que constituem tarefas que o Governo de então considerava «prioritárias e inadiáveis». Na sua complexa e pesada estrutura orgânica, o IPPC contou desde a sua criação, com o referido Departamento de Etnologia ao qual foram atribuídas vastas competências que vigoraram até à sua extinção em 1989<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Note-se que a emergência de novos paradigmas e formas de atuação institucional do Estado na área do património cultural é, efetivamente, subsidiária da Revolução de abril de 1974. Refira-se que a expressão “património cultural” ela própria constitui um reflexo dessas alterações em curso sendo que apenas surge formalmente em 1973 na designação de uma “Divisão do Património Cultural”, criada na estrutura orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (Decreto Lei nº 582/73, de 5 de novembro). O conceito é plasmado logo na primeira Constituição da República Portuguesa, de 1976.

<sup>14</sup> Criado pelo Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de agosto sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura. O Decreto-Lei 59/80 de 3 de abril define a natureza e atribuições da Secretaria de Estado da Cultura, como o departamento governamental ao qual foi atribuída a missão de orientação e definição da política nacional cultural. Entre os órgãos e serviços dependentes, cria o Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Até 1983, ano em que é criado o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura, alterna entre a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Educação.

<sup>15</sup> Preâmbulo do Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de agosto.

<sup>16</sup> Conforme o artigo 24º do Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de agosto: a) Colaborar na organização e permanente actualização do cadastro dos monumentos, conjuntos, sítios e espécies etnológicas, incluindo as correntemente designadas por etnográficas, públicas e particulares, com vista ao Inventário Geral do Património Cultural; b) Propor a classificação de monumentos, conjuntos e sítios e a inventariação de espécies etnológicas, incluindo as etnográficas, organizando os respectivos processos; c) Coordenar e propor a aquisição de espécies etnológicas, incluindo as etnográficas e de outros documentos que interessem ao sector da etnologia; d) Exercer funções de apoio técnico e logístico a todas as colecções etnológicas dependentes das autarquias locais, empresas públicas e nacionalizadas e, bem assim, de entidades ou organismos subsidiados pelo Estado; e) Estudar, propor e tomar providências destinadas à defesa, detecção, recuperação, conservação e valorização dos monumentos, conjuntos, sítios e espécies etnológicas, incluindo as etnográficas; f) Fiscalizar quaisquer trabalhos em imóveis, de interesse etnológico, classificados ou não, bem como nas espécies inventariadas ou em processo de inventariação, sem prejuízo das atribuições cometidas ao Serviço de Inspeção e ao Departamento de Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural; g) Fazer suspender quaisquer trabalhos não autorizados ou autorizados, mas que estejam a ser efectuados incorrecta ou deficientemente, em imóveis de interesse etnológico, classificados ou não, e nas respectivas zonas de protecção, ou ainda nos bens móveis inventariados ou em processos de inventariação; h) Pronunciar-se sobre pedidos de cedência ou empréstimo e de exportação de espécies de valor etnológico, incluindo as etnográficas, ainda que não inventariadas, e impedir a exportação não autorizada das mesmas, podendo recorrer, para este efeito, a quaisquer autoridades ou serviços públicos; i) Promover a protecção de espécies e colecções etnológicas particulares, incluindo as etnográficas; j) Patrocinar a criação e apoiar o funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património etnológico, incluindo o etnográfico; l) Colaborar na

(...) dentro da orgânica do IPPC existia um Departamento de Etnologia que, a dada altura, foi coordenado pelo Professor Henrique Coutinho Gouveia. Esse Departamento tinha atuação sobre coleções e museus etnográficos. (...) na prática foi um Departamento que embora com um núcleo pequeno de técnicos foi bastante ativo durante um certo período de tempo, atuando, indo ao terreno, dando aconselhamento técnico, e de alguma maneira privilegiando questões ligadas a ofícios tradicionais em desaparecimento, portanto, numa linha de património etnológico ou mesmo etnográfico, diferenciado dos outros patrimónios culturais, do património arqueológico, que também tinha o seu Departamento, do Departamento dos Museus, Palácios e Fundações que era assim que se designava, na altura, o Departamento que tratava dos museus no âmbito do IPPC (Clara Camacho, 2016 - entrevista).

Retomando Ana Carvalho (2011) que analisou detalhadamente o trabalho desenvolvido por este Departamento de Etnologia conjugando relatórios publicados pelo Instituto com outras referências bibliográficas, entre as suas atividades desenvolvidas conta-se o «suporte técnico-científico a museus com coleções etnográficas, o apoio ao folclore e artesanato, o desenvolvimento de investigação, aquisição de coleções, levantamento e inventário de património etnológico, realização de seminários, participação em conferências e publicações» (Carvalho, 2011: 77).

De facto, e pelo que nos é dado a conhecer pelas investigações de Ana Carvalho e Clara Camacho, destaca-se a dinâmica do Departamento no que diz respeito ao trabalho desenvolvido no domínio museológico que se traduz na emergência de inúmeros projetos nesta área ao longo da década de 80. Carvalho convoca para esta discussão Cristina Pimentel que considera que no panorama museológico português, a criação do Departamento de Etnologia no seio do IPPC teve um impacto enorme. Considera Pimentel, que em menos de quatro anos, a ação deste Departamento conseguiu introduzir significativas alterações sobretudo na forma de atuação dos museus locais (Pimentel cit in Carvalho, 2011: 79).

Todavia e ao fim de cerca de uma década, o modelo de gestão patrimonial integrada e multidisciplinar<sup>17</sup> subjacente à criação do IPPC deu lugar, na transição para

---

superintendência técnica das colecções de etnologia dependentes da Secretaria de Estado da Cultura, de outros serviços do Estado, de autarquias locais, de empresas públicas e nacionalizadas e, bem assim, de entidades ou organismos subsidiados pelo Estado.

<sup>17</sup> Note-se que o IPPC nasce em 1980 após uns anos de instabilidade política e à semelhança do que sucedeu em França nos anos 60, alterna entre transferências de tutela do Ministério da Educação, para a Secretaria de Estado da Cultura e depois para o Ministério da Cultura, criado pela primeira vez em 1983. O IPPC é criado com funções abrangentes, como reflexo de uma visão holística do património que atravessa áreas distintas, desde o património arquitetónico, arqueológico, etnológico, artístico até ao documental, como se expressa na existência dos seus nove departamentos: Departamento de

os anos 90 do século XX, a uma preponderância de algumas áreas que dariam origem, no contexto da extinção deste organismo em 1992<sup>18</sup>, à redistribuição de competências e atribuições por diferentes organismos então criados. Assim, e em substituição do IPPC, é criado, em 1991, o Instituto Português de Museus (IPM) e no ano seguinte o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR)<sup>19</sup>, numa clara preferência por um modelo de gestão descentralizada em função das diferentes áreas de especialidade (Alarcão, 2014) deixando de fora a área do património etnológico que no contexto do anterior organismo estava confinada, como referido, ao Departamento de Etnologia conjugando as duas áreas disciplinares da Antropologia e Museologia.

### **I.1.2. Continuidades e discontinuidades e novos modelos de gestão**

#### **O papel do MNE no trajeto da salvaguarda do PCI em Portugal**

Toma relevância neste contexto e pese embora esta dissertação não tenha a pretensão de aprofundar a relação entre o património cultural imaterial e a área dos museus (de que foi alvo a investigação de Ana Carvalho em diversas fases), a publicação do Decreto-Lei 248/89 de 8 de agosto que, em 1989 cria o Museu Nacional de Etnologia (até então tutelado pelo IICT)<sup>20</sup> na dependência do Instituto Português do Património Cultural então presidido por António Lamas.

Esta iniciativa corresponde também à reestruturação do Instituto Português do Património Cultural, que prevê a extinção do Departamento de Etnologia, transferindo as suas competências de investigação e recolha museológica para uma unidade dependente (Decreto-Lei n.º 248/89 de 8 de agosto).

---

Arqueologia; Departamento de Artes Plásticas; Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação; Departamento de Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural; Departamento de Etnologia; Departamento do Inventário Geral do Património Cultural; Departamento dos Museus, Palácios e Fundações; Departamento de Musicologia; Departamento do Património Arquitectónico.

<sup>18</sup> Clara Camacho dá conta, na sua tese de mestrado, que o desmembramento do IPPC no final dos anos 80 é um processo contínuo que se inicia a partir de 87/88 quando começam a ser criados Institutos como o Instituto do Livro, o Instituto dos Arquivos e depois em 91 o Instituto Português de Museus.

<sup>19</sup> Decretos-Lei n.º 278/91 de 9 de agosto e n.º 106-F/92 de 1 de junho, respetivamente.

<sup>20</sup> Paulo Ferreira da Costa (2009a) e Ana Carvalho (2015) confirmam o que Henrique Coutinho Gouveia (1997) já havia dado conta, e que tem que ver com a criação, ainda em 1979 e antes da implementação do IPPC, de um Instituto agregador do Museu de Etnologia com os Centros de Investigação que lhe estão na origem – Centro de Estudos de Etnologia e Centro de Antropologia Cultural e Social –, ao Museu de Arte Popular e coleções etnográficas do Museu Nacional de Arqueologia. O Instituto-Museu Nacional de Etnologia (I-MNE), assim designado pelo decreto-lei que o instituiria, tinha como pressuposto base das suas ambições, a articulação com os Centros de Investigação e o papel que poderia «desempenhar como núcleo de apoio aos emergentes museus etnográficos locais, papel que, não obstante aquele diploma não ter entrado em vigor, efectivamente cumpriu a partir da década seguinte» (Costa, 2009a: 479).

Apesar de nunca se ter instituído formalmente como organismo acolhedor de competências específicas na área do PCI, é incontornável destacar a importância histórica e institucional do MNE no trajeto da salvaguarda do que consideramos hoje este universo da cultura imaterial em Portugal (Costa, 2013a).

É precisamente Paulo Costa, atual diretor da instituição e o principal responsável pela conceção, implementação e desenvolvimento das políticas públicas para o património imaterial no nosso país, que num texto de 2013 tematiza a questão da importância histórica e institucional do Museu no trajeto da salvaguarda do PCI em Portugal referindo, desde logo, que no plano das metodologias adotadas elas resultam, desde inícios da década de 1960, de uma conceção holística e de abordagem integrada ao património material e imaterial, a qual merece, segundo o autor, particular atenção na Convenção da UNESCO de 2003 e nos instrumentos que em Portugal foram instituídos para a desenvolver. Costa (2013a) considera, no que respeita à cultura material portuguesa, que na atuação do Museu Nacional de Etnologia essa abordagem integrada exprime-se, por um lado, na realização de recolhas de terreno, resultantes de um conhecimento prévio no quadro de levantamentos sistemáticos desenvolvidos desde 1947, «de que vêm a resultar a constituição das coleções etnográficas de maior envergadura a nível nacional» e, por outro, na constituição de fundos documentais – fotográficos, fílmicos, sonoros e de desenho etnográfico – para documentação da dimensão intangível a que respeita aquelas coleções, e que lhe permitem atribuir a classificação de um dos arquivos «de maior amplitude temática e relevância histórica e científica em Portugal no que consideramos a área do PCI». O atual diretor do MNE conclui que essa indissociabilidade entre a salvaguarda de expressões materiais (através da constituição de coleções sistemáticas) e a salvaguarda das respetivas expressões imateriais (através da produção de registos fotográficos, fílmicos e sonoros), constitui uma das marcas do que considera ser o “vanguardismo” do Museu Nacional de Etnologia pelo modo como organiza as suas exposições, conferindo nestas uma presença indispensável aos suportes documentais do PCI de modo a permitir ao visitante vislumbrar, embora «no quadro dos muitos condicionalismos do contexto museológico, o todo social original que esses fragmentos culturais pretendem documentar». Neste sentido, considera que um traço do carácter inovador da

museografia do Museu Nacional de Etnologia, depois amplamente vulgarizada a nível nacional, consistiu precisamente no recurso aos registos documentais de PCI como componente indispensável da sua comunicação com o público e, como tal, uma importante vertente de valorização do PCI em contexto museológico.

Mais recentemente, na sua tese de doutoramento datada de 2015, Ana Carvalho torna a tocar os terrenos do património imaterial e volta a trabalhar de forma interessante algumas questões que envolvem esta temática agora diluída numa análise comparativa entre três museus com coleções etnográficas, olhando para a questão do multiculturalismo e preservação da diversidade cultural como desafios para os museus, em particular os de carácter etnográfico. Sendo que o MNE consta como um dos três estudos de caso, o único a nível nacional, através do qual procura compreender o posicionamento no que concerne à diversidade cultural e à relação que o museu estabelece com as comunidades migrantes e para além da resenha histórica - «de Museu de Etnologia do Ultramar a Museu Nacional de Etnologia» - Ana Carvalho dedica um subcapítulo que intitula «Musealização do Imaterial». Assumindo, desde logo, que o Museu Nacional de Etnologia é o principal museu em Portugal no domínio da Antropologia e que, porquanto, constitui terreno fértil para refletir sobre as implicações do discurso da UNESCO por via da Convenção de 2003, a sua reflexão envereda pelo modo como a noção de património imaterial pode configurar um instrumento de análise para a valorização do PCI e das identidades dos grupos que compõe o tecido social português, com destaque para os grupos de imigrantes. Ana Carvalho convoca a entrevista que fez ao ex-diretor do Museu, Professor Joaquim Pais de Brito para conduzir uma das reflexões mais interessantes, o facto desta nova categoria operativa não ter representado novidade enquanto campo de atuação no domínio da Antropologia, confirmando assim a tematização que, quer Joaquim Pais de Brito (2009) quer o próprio Paulo Ferreira da Costa (2013c) já haviam feito acrescentando a novidade, essa sim da mudança de paradigma assente no envolvimento das comunidades que a Convenção de 2003 vem agora preconizar.

Ana Carvalho vai mais longe, em assunto que não nos cumpre alongar, mas para considerar que das fragilidades às mais valias da operacionalização do conceito de PCI em contexto museológico, em concreto no MNE, uma das mudanças que resultam da

institucionalização do PCI no âmbito de um novo quadro legislativo e de tutela tem que ver com novos desafios que a partir de 2011 são colocados aos museus como resultado do enfoque nas questões da inventariação de coleções que se observaram a partir do momento em que o Estado português alterou os paradigmas, introduzindo melhorias técnicas num renovado sistema de gestão integrada de património móvel, imóvel e imaterial.

Toda a problemática que envolve a ligação entre museus e PCI, a que associamos intencionalmente o caso do Museu Nacional de Etnologia, para além dos enormes contributos que presta ao setor museológico e à produção de conhecimento numa matéria sobre a qual os especialistas se têm debruçado recentemente, ajuda a compreender aquilo que no contexto desta dissertação se manifesta um importante desiderato, no fundo, perceber que o processo de institucionalização do património imaterial é indissociável, em Portugal, da história da Museologia contemporânea e, sobretudo, da história das suas instituições ou organismos e das políticas que através deles foram conduzidas sobretudo desde os anos 80 no domínio do que se convencionou designar como “património cultural”, ao cardápio do qual foram sendo acrescidas diversas tipologias, entre elas a do património cultural imaterial.

\*

No plano nacional, os anos 90 foram marcados pela institucionalização central do setor museológico e a sua autonomização da área do património cultural alicerçada na criação, em 1991, de um organismo próprio, o Instituto Português de Museus (IPM) a quem foi atribuída a responsabilidade técnica e administrativa sobre os museus dependentes do Estado<sup>21</sup>.

(...) os museus configuram uma realidade autónoma em relação ao demais património cultural que àquele Instituto [IPPC] compete salvaguardar e valorizar, tornando-se conveniente inseri-los numa perspectiva de desenvolvimento cultural local, regional, nacional e mesmo internacional em estreita ligação com outras entidades e em articulação com uma política museológica integrada, que simultaneamente optimize o museu de per si. (...) Afigura-se, por isso, que a gestão dos museus deve ser confiada a um organismo especial e exclusivamente vocacionado para os múltiplos problemas específicos do sector, com competências administrativas próprias (Decreto-lei n.º 278/91, de 9 de agosto).

---

<sup>21</sup> Decreto-lei n.º 278/91, de 9 de agosto.



Como um dos serviços do IPM, é criada a Direção de Serviços de Museus, Património Móvel e Imaterial que, por sua vez se subdivide em duas Divisões: a Divisão de Museus e a Divisão de Inventário, Classificação e Salvaguarda do Património Móvel e Imaterial. Curiosamente e apesar de contemplar o «Imaterial» na sua designação, são pouco claras as competências da Divisão nesta matéria, contrariamente às linhas de atuação que dizem respeito ao património móvel. Assim vejamos

«À Divisão de Inventário, Classificação e Salvaguarda do Património Móvel e Imaterial compete especialmente:

a) Promover a aprovação e fiscalizar o cumprimento das normas que assegurem, relativamente a bens classificados, em vias de classificação, ou que o IPM reconheça de inegável valor cultural, a respectiva conservação e segurança, bem como promover a correcta execução de trabalhos de conservação e restauro e a adopção de medidas cautelares que garantam a sua salvaguarda; b) Assegurar a formação de técnicos na área de conservação e restauro, em articulação com outras instituições, pronunciando-se vinculativamente sobre a criação de cursos para esse fim; c) Promover o exercício pelo IMP, em representação do Estado, do direito de preferência na alienação de bens móveis classificados, em vias de classificação, ou que reconheça de inegável valor cultural, devendo, nos casos de leilão ou hasta pública, tal direito ser exercido no prazo de cinco dias a contar da adjudicação; d) Promover a inventariação de bens museológicos; e) Propor a aplicação das medidas legais necessárias à salvaguarda dos bens museológicos inventariados ou em vias de inventariação; f) Promover a celebração de contratos com entidades públicas ou privadas que tenham por objecto a recuperação e restauro de espécies museológicas, em condições de segurança (Art.º 8 Decreto-lei n.º 278/91, de 9 de agosto).

Note-se que nesta ocasião, princípios dos anos 90, a Lei de Bases do Património Cultural já havia atribuído ao Estado responsabilidades na salvaguarda dos bens imateriais que passaram a integrar, em 1985, a definição de «património cultural português». Também no plano internacional, de que bebeu o contexto português, as questões do património intangível estavam a ser debatidas e faziam eco nos Estados membros da UNESCO, a qual havia criado, em 1982, a Secção de Património Não-Material (*Section for the Non-Physical Heritage*) na sequência da discussão gerada após a adoção da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972), sobre a importância da proteção das denominadas *living cultural expressions* que culminou, em 1989, com a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular*, considerado o primeiro normativo internacional com vista à

proteção da “cultura tradicional popular”<sup>22</sup>. O processo é conduzido e acelerado ao longo dos anos 90 que são, na conjuntura internacional, efetivamente anos de enorme dinamismo, intensas negociações, acesos e “apaixonantes” debates (Aikawa, 2004) marcados pela ação da UNESCO e pela instituição de programas como o dos *Tesouros Humanos Vivos*, em 1994, ou, em particular, a *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* (1997/1998), entendido como o prelúdio do grande Tratado internacional que viria a ser adotado em 2003 e que, logo que entra em vigor, alcança enorme projeção e aceitação.

Em Portugal, com o desmembramento do IPPC a partir de 1987/1988 (Camacho, 1999) e com a extinção do seu Departamento de Etnologia, o acolhimento formal e institucional destas competências foi transferido para o IPM, ficando-lhe assim acoplada a área do património imaterial.

Quanto o IPPC é extinto, ou seja, quando é criado o Instituto Português de Museus, que é criado por um diploma de 91, embora só tenha começado a funcionar em 1992, o Instituto Português de Museus tinha uma direção de serviços que se chamava “Direção de Serviços de Museus, Património Móvel e Imaterial”. E isto exatamente porque o Instituto Português de Museus era herdeiro das competências do IPPC para as áreas dos Museus e entendeu-se também, entendeu quem fez a lei, que deveria contemplar o património imaterial. Essa competência transitou para o IPM. Na verdade, foi criado também o IPPAR mas com competências exclusivas na área do património arquitetónico não tinha estas competência para o património imaterial. Portanto, competiria ao IPM, desde o seu início, salvaguardar e estudar o património imaterial. Havia uma Divisão de Inventário, Classificação e Salvaguarda do Património Móvel e Imaterial (Manuel Bairrão Oleiro, 2016 - entrevista).

Na carreira profissional que desempenhou na administração pública, Manuel Bairrão Oleiro foi alto quadro do Instituto Português de Museus trilhando um percurso

---

<sup>22</sup> Para assinalar os dez anos desta Recomendação, a conferência *Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation*, organizada pela UNESCO em colaboração com a Smithsonian Institution, que teve lugar em Washington, em 1999, veio concluir que não foram alcançados os resultados esperados e foram ponderadas algumas razões para este insucesso. Vários autores têm-se dedicado a procurar essas razões, sendo que uma das grandes críticas reside na centralidade que assumiu neste processo de salvaguarda, a documentação e a constituição de arquivos decorrente do trabalho desenvolvido por académicos e especialistas em detrimento de maior enfoque nos detentores dos conhecimentos associados às práticas e expressões culturais. Para contrariar esta tendência foi proposta uma inversão e uma maior preponderância do papel das comunidades na preservação e salvaguarda do seu património imaterial. Outra das grandes críticas a esta Recomendação centrou-se na utilização do conceito de “folclore” que ao longo da história tem sido utilizado com sentido pejorativo, pelo que foi também sugerida a escolha de outro vocábulo. Todas estas reflexões foram fundamentais para o desenho, relativamente rápido de um novo instrumento normativo para a salvaguarda desta tipologia de património que viesse ajustar estas e outras preocupações.

ascendente durante o período em que Simonetta Luz Afonso dirigiu este organismo (1991-1997). Note-se que de técnico superior passou a chefiar a Divisão de Museus tendo assumido entre 1995 e 1997 a liderança da referida Direção de Serviços de Museus, Património Móvel e Imaterial, cargo que deixou para se tornar Subdiretor, na ocasião em que Raquel Henriques da Silva assumia a Presidência do Instituto. Manuel Oleiro ascende a Diretor em 2002 e assegura, cinco anos depois, o processo de transferência de competências para o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), criado em 2007 na sequência da extinção do Instituto Português de Museus.

Nesta entrevista que me concedeu em janeiro de 2016, Manuel B. Oleiro<sup>23</sup> reflete sobre o percurso das instituições museológicas do Estado desde o IPPC e levanta algumas questões interessantes acerca do período que se estende desde os anos 90, com a criação do IPM, até 2007 com a sua extinção e subsequente criação do IMC o qual se pode considerar como um período de total inatividade em termos de desenvolvimento da política pública para o património imaterial, pese embora a conjuntura internacional se revelasse, como vimos, inversamente dinâmica neste setor.

Bairrão Oleiro confirma que, na prática, o que aconteceu «foi que as questões do património imaterial não foram objeto de qualquer intervenção, nem acompanhamento, nem preocupação por parte do IPM» justificando que, quando foi criado, o Instituto tinha uma equipa muito pequena o que se traduzia numa estrutura também ela frágil.

A prioridade total foram as questões relacionadas com os museus, com o Inventário, enfim, com os bens móveis classificados, mas não com o património imaterial. E, exatamente por não ter havido nenhuma preocupação com o património imaterial nos serviços centrais do Instituto, quando houve uma reformulação da lei orgânica do IPM, esta referência aos bens imateriais desapareceu. E, portanto, há um hiato no qual não há nenhuma estrutura, da administração central, nem da cultura, que tenha a preocupação de refletir, estudar, proteger, salvaguardar, etc., divulgar o património imaterial. A Divisão que existia e que referia no fim o património imaterial deixa de referir o património imaterial o que significa que deixa de haver quaisquer referências a esta área. (idem).

---

<sup>23</sup> Por ocasião desta entrevista Manuel Bairrão Oleiro era Diretor do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direção-Geral do Património Cultural em regime de substituição, cargo que assumiu entre 2012 e 2016, ano em que se transferiu para a EGEAC, empresa municipal que gere os espaços e a animação cultural de Lisboa.

Manuel Oleiro vai mais longe na sua apreciação considerando mais um elemento importante que tem que ver com a criação do Museu Nacional de Etnologia em 1989<sup>24</sup>, como vimos, na dependência do Instituto Português do Património Cultural e sucessor, conforme o diploma legal<sup>25</sup>, do Departamento de Etnologia do qual herdou as «competências de investigação e recolha museológica». Segundo Bairrão Oleiro, passado pouco tempo do IPM ter sido criado, o Professor Joaquim Pais de Brito foi nomeado diretor do Museu Nacional de Etnologia.

Recorde-se que o MNE já estava nessa altura como serviço dependente do IPM. Portanto, era mais ou menos implícito, apesar de não estar explícito em lado nenhum, que as questões do património imaterial que viessem a suscitar algum tipo de intervenção ou preocupação poderiam ser remetidas de forma, mais formal ou mais informal, para o Museu Nacional de Etnologia e seriam acompanhadas pelo Professor Pais de Brito (idem).

O ex-diretor do IPM-IMC confirma o que Paulo Costa havia escrito em 2013 (Costa, 2013c) que a referência ao património imaterial é definitivamente erradicada da administração pública com a revisão da lei orgânica do IPM em 1999.

O panorama assim se mantém até 2007 com a implementação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) que cria, na dependência do Ministério da Cultura dirigido por Isabel Pires de Lima, o Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. o qual sucede nas atribuições do Instituto Português de Museus e seus serviços dependentes, do Instituto Português de Conservação e Restauro e da Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus.

A junção, num mesmo instituto, de competências na área dos museus e na área da conservação e restauro do património cultural móvel, resulta da necessidade de concentrar serviços mas, ao mesmo tempo, da vontade de dar condições ao IMC, I. P., para que, de forma crescente e progressiva, se vá afirmando cada vez mais como um serviço de referência, normativo e regulador, difusor de boas práticas e novas metodologias, em ambas as áreas. (...) Importa salientar ainda, a atribuição ao IMC, I. P., de competências na área do património imaterial, com a correspondente criação de uma unidade orgânica, desta forma colmatando a ausência, há muito identificada, de um serviço da administração central que coordenasse a salvaguarda e a divulgação dessa importante parcela do património cultural [sublinhado nosso] (Decreto-Lei n.º 97/2007 de 29 de março).

---

<sup>24</sup> Relativamente à questão da indefinição do “lugar” do MNE no que respeita ao seu enquadramento institucional entre as décadas de 70 e 80 do século XX, cf Carvalho, 2015.

<sup>25</sup> Decreto-lei n.º 248/89, de 8 de agosto.

O processo de transferência de competências do IPM para o novo organismo foi acompanhado, como referido, por Manuel Bairrão Oleiro que desde 2002 dirigia o Instituto Português de Museus coadjuvado por Clara Frayão Camacho que, em 2005 havia assumido o cargo de Subdiretora<sup>26</sup>. Manuel Oleiro e Clara Camacho compuseram a Direção do recém-criado IMC, como Diretor e Subdiretora respetivamente, entre 2007 e 2009. A referência a esta questão e à equipa fundadora do Instituto dos Museus e da Conservação tem relevância no contexto desta dissertação pelo facto de considerarmos que foram estes, a quem associamos o nome de Paulo Ferreira da Costa, os responsáveis pelas primeiras decisões e ações tomadas no âmbito da salvaguarda do PCI em Portugal no ciclo de dez anos de políticas públicas que esta pesquisa pretende abranger.

A área do património imaterial volta a ser retomada, de uma forma completamente diferente em 2007, na transformação de IPM para Instituto de Museus e Conservação. Nessa altura, em que as questões dos museus já estavam muito mais estruturadas, muito mais respondidas, já havia outro lastro de conhecimento e de capacidade técnica para alargar áreas de competência, e também e sobretudo, se quisermos, porque entretanto o Dr. Paulo Costa tinha passado a trabalhar nos serviços centrais do IPM, depois IMC<sup>27</sup>, entendi que era possível e vantajoso, retomar a responsabilidade que tinha sido desde o início do IPM e que nunca tinha sido cumprida, de criar uma estrutura dentro da orgânica do Instituto que respondesse às questões do património imaterial que então já tinha uma expressão muito mais forte. As questões do património imaterial tinham ganho uma relevância muito forte, uma importância muito grande (Manuel Bairrão Oleiro, 2016 - entrevista).

A questão inscreve-se numa política mais ampla e que já em 2006 havia dado sinal com a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Cultura<sup>28</sup> (decorrente da aprovação do PRACE) e consequente redefinição das orientações, gerais e específicas, para a reestruturação dos ministérios. O diploma preconizava já a "definição e execução de uma política integrada do património material e imaterial" e como uma das principais alterações decorrentes da reestruturação levada a cabo, a concentração num novo organismo já definido no diploma como sendo o IMC, I.P. das atribuições de gestão, valorização e conservação do património móvel, assumindo novamente competências

---

<sup>26</sup> Deixando a Rede Portuguesa de Museus que desde 2000 coordenava.

<sup>27</sup> Entre 1993 e 2001 o antropólogo Paulo Ferreira da Costa desempenhou atividade profissional no Museu Nacional de Etnologia. Em 2002 mudou-se para os serviços centrais onde assumiu a função de Diretor de Serviços de Inventário no Instituto Português de Museus (até 2007).

<sup>28</sup> Decreto-lei n.º 215/2006, de 27 de outubro.

relativamente ao património imaterial e preenchendo um vazio que se instalou na política cultural patrimonial por quase duas décadas.

## **I. 2. A ratificação da Convenção de 2003 por Portugal e o impulso para uma redefinição da ação do Estado**

Com efeito, entre 2006 e 2007 já se fazia sentir plenamente a influência e as exigências do contexto internacional na medida em que a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO era já uma realidade. Variadíssimos países já a haviam ratificado e Portugal preparava-se para fazê-lo no verão de 2007 em resultado de uma Proposta de Resolução do Conselho de Ministros que aprovava a referida Convenção e se destinava igualmente a submeter à aprovação da Assembleia da República para semelhantes fins. Assim, e já no início de 2008 a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* seria aprovada por unanimidade pela Assembleia da República<sup>29</sup> e em março procedia-se à sua ratificação<sup>30</sup>.

Contudo, e antes mesmo de entrar em vigor no nosso país a Convenção da UNESCO de 2003 - o que aconteceria apenas em agosto desse ano - o Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação já estava ativo no desempenho das suas funções.

O Departamento começa a funcionar e o Paulo Costa, digamos, lança o departamento, funda o departamento. Há um conjunto de circunstâncias que são vantajosas para a possibilidade de arranque deste processo. De facto, nós tínhamos a pessoa certa na hora certa, exatamente. Provavelmente estou a especular, mas se o Paulo Costa não estivesse nos serviços centrais do IMC nessa altura, provavelmente eu não teria avançado para a criação do “Departamento de Património Imaterial”. Porque depois voltava a passar-se o que se tinha passado em 1992, na lei fica criado mas depois não há capacidade técnica, de recursos técnicos e humanos para o poder desenvolver (Manuel Bairrão Oleiro, 2016 - entrevista).

Na sequência da entrevista que me concedeu e na qual passou em revista todo este contexto, Manuel Bairrão Oleiro destaca a importância de ter “elegido” Paulo Ferreira da Costa para dirigir a área do património imaterial numa conjuntura

---

<sup>29</sup> Resolução AR n.º 12/2008.

<sup>30</sup> Por publicação em Diário da República do Decreto do Presidente da República n.º 28/2008 (DR. N.º 60, de 26 de março).

francamente distinta, em termos nacionais e internacionais, daquela que já havia vigorado.

[A escolha de Paulo Costa para liderar o DPI] Não foi uma coincidência, de todo. Foi mesmo deliberado. Foi muito bem pensado. Do ponto de vista teórico julgo que faz todo o sentido que quem seja o responsável de uma área específica que acompanha e se centra nas questões do património imaterial tem que ter uma capacidade de entender o que se passar no terreno, nas comunidades, o que lhe é fornecido pelas metodologias e pelas ferramentas de trabalho de antropólogo. Nos primeiros tempos do IPM nunca tivemos um antropólogo. O Paulo Costa partiu do zero, como sabe, não tinha equipa. (...) O Paulo Costa conseguiu, na verdade, criar os instrumentos todos que eram necessários para que o Instituto desse resposta e se posicionasse em relação às questões do património imaterial. Mérito absoluto da capacidade de trabalho extraordinária do Paulo Costa e do conhecimento muito sólido que ele tem de todas estas questões e das articulações que são necessárias com as várias entidades para que as coisas funcionem (ibidem).

Julgo que é importante, perante esta questão que é colocada por Manuel Bairrão Oleiro, fazer uma pausa no percurso que temos vindo a esmiuçar, para considerar uma pequena análise. É certo que o Estado é uma entidade abstrata e que dele fazem parte instituições que controlam e administram, *grosso modo*, os estados-nação. Contudo e considerando que esta questão tem particular relevância neste contexto e neste curto período em que se conceberam e implementaram relevantes medidas de proteção, valorização e salvaguarda de PCI, não é de todo inoportuno considerar, e tomando apenas como referência este caso, que as próprias políticas patrimoniais dependem dos agentes (e, naturalmente, das circunstâncias) que as conduzem, independentemente se lhes podem ser imputadas fragilidades ou sucessos. Ao considerarmos o discurso de Manuel Oleiro percebemos, por um lado, a sua capacidade de liderança e de certo modo a sua sensibilidade ou ousadia para conduzir este processo que não era, visivelmente, o seu *core business*. Por outro lado, o modo como confiou o “modus operandi” no técnico que nomeou para dirigir esta área e que lhe permite, à distância, a avaliação “de excelência” que faz da prestação técnica e do trabalho que foi desenvolvido neste curto período de tempo.

A questão convoca igualmente o discurso de Clara Camacho, a quem, como Subdiretora do IMC, foi entregue a “pasta” do Património Cultural Imaterial em 2007 e que se assume como “uma grande entusiasta e defensora desse departamento [DPI]”

Avalio de forma extraordinariamente positiva [o trabalho que foi desenvolvido pelo DPI/IMC durante o período em que foi dirigente]. Acho que houve um esqueleto que foi montado e que foi preparado pelo Paulo, sem dúvida pelo Paulo, sempre numa grande sintonia comigo. Era uma área pela qual eu tinha muito gosto pessoal e o gosto pessoal nestas coisas conta muito, assim como não tinha gosto pessoal por determinadas outras áreas, por esta tinha, portanto, acompanhei sempre muito de perto e com muito entusiasmo as propostas que o Paulo trazia, os textos, os programas, as ações que se fizeram no terreno e acho que o trabalho desses anos teve, creio eu, duas ou três linhas de força que eu gostava de sublinhar (Clara Camacho, 2016 - entrevista).

A primeira destas linhas tem que ver, na sua opinião, com a atitude de reflexão e responsabilidade que foi empreendida por esta equipa em torno das diretivas da Convenção da UNESCO (de 2003) e da sua aplicabilidade a Portugal, bem como a reflexão sobre outros conteúdos analíticos relativos à questão da diversidade cultural que enquadram esta área, «foi uma reflexão muito aprofundada e muito adequada. Ou seja, partiu-se de conhecimento científico sério».

Destaca, como segundo aspeto, a ligação com o terreno conduzida, em parte, pelo próprio trabalho desenvolvido pela Rede Portuguesa de Museus, que havia sido constituída uns anos antes e que a própria Clara Camacho havia coordenado, e que agora se encontrava no seu auge de atuação.

(...) era o nosso domínio de *expertise*, o facto de a Rede Portuguesa de Museus ter sido constituída uns anos antes e estar, eu diria, no seu apogeu, nesses anos, com muitos museus municipais aderentes, com o conhecimento do trabalho que esses museus desempenhavam. E nós tínhamos um conhecimento muito concreto, muito concreto porque a equipa da Rede Portuguesa de Museus ia ao terreno, sabia onde estavam as boas práticas e isso levou a um bom casamento que nesses anos se deu entre a área dos museus e a do património imaterial, inclusivamente quando se partiu para aquele programa de colóquios de 2008 (idem).

Como terceiro aspeto, sublinha a questão normativa que gerou resultados efetivos e amplamente favoráveis na definição de regras de inventário e metodologias de trabalho que os museus necessitavam e de que passaram a dispor

todo este trabalho, neste período a que me estou a reportar, teve muito bom acolhimento dos museus. Os museus locais, sobretudo, e também os municipais estavam sequiosos de ter interlocutores nesta área porque de uma maneira geral, já vinham desenvolvendo esse trabalho bocadinho tateando, (...) e isso é normal. Portanto, aparecer uma oferta nesta área foi fantástico, na altura (Ibidem).

Clara Camacho justifica assim a harmonia e o consenso gerado no início deste ciclo de políticas, no estabelecimento da relação, que considera profícua, entre



património imaterial e a área dos museus e seus profissionais. O seu discurso encontra eco no percurso e nos antecedentes históricos dos quais demos conta e que a própria museóloga aprofunda, em parte, na sua pesquisa de 1999. A sua leitura assenta também na ideia que traduz a urgência em resolver questões prementes relacionadas com os conceitos de memória e identidade que não eram tratados, na maioria dos museus portugueses, na sua opinião, «de uma forma muito profissional».

É impossível, neste ponto não considerarmos um outro aspeto relevante e que assenta precisamente neste facto do PCI ter sido integrado, em Portugal, no setor dos museus, ao contrário por exemplo, do que sucedeu em França, onde o património imaterial surge no seio do Ministério da Cultura, na sequência do trabalho desenvolvido desde 1980 pela *Mission du Patrimoine Ethnologique* (mais tarde *Mission à l'Ethnologie*) até ser incluído num departamento do mesmo Ministério que, em 2009, herdou as competências da *Mission Ethnologie*, agora com esta designação, a quem foi cometida nesse ano (em que foi ratificada, por França, a Convenção da UNESCO de 2003), a missão de implementação da Convenção à escala nacional. Curiosamente, e mais próximo da realidade portuguesa, no caso brasileiro museus e património imaterial tem um historial comum sendo que atualmente estão separados em unidades orgânicas distintas vinculadas ao Ministério da Cultura - o IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional) fundando em 1937 e que acarreta toda a história institucional do património no Brasil, do qual, em 2009, foi autonomizada a área dos museus com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. As competências para o património imaterial mantêm-se no IPHAN que, desde 2004, dispõe de um Departamento de Património Imaterial<sup>31</sup>, ou seja, antecessor do Departamento homónimo que seria criado em Portugal três anos depois no seio do IMC.

Retomando o caso português e a ligação que historicamente e institucionalmente se mantém entre PCI e museus, suscita reflexão um aspeto que decorre do (eventual) risco de fazer coincidir *o modus operandi* da salvaguarda do

---

<sup>31</sup> Cabe ao Departamento de Património Imaterial do IPHAN, em conjunto com as Superintendências Estaduais, a organização de programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do Património Cultural Imaterial brasileiro. Cabe também ao DPI superintender e executar o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*, sendo responsável por implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, com vista ao reconhecimento de novos bens por meio do *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*.

património imaterial, numa lógica completamente contrária à da Convenção da UNESCO, com a forma como os museus preservam e salvaguardam o património móvel, ou seja, para manter os bens culturais (materiais e imateriais) nas perfeitas condições *ad eternum*. Ou seja, sendo o património imaterial ativo e dinâmico por natureza porque depende diretamente da ação e da intervenção das comunidades e dos indivíduos, a sua salvaguarda não pode, ou não deve ser pensada na mesma lógica museológica atribuída aos bens culturais móveis e esse parece ser um desafio para as políticas patrimoniais que, com alguma promiscuidade, associam a tutela dos bens culturais móveis aos imateriais. A questão não é nova e em 2004 Richard Kurin mostrava-se apreensivo, questionando: «Should governments around the world now designate museums as the primary agencies for the new Convention? Can museums really safeguard intangible cultural heritage?» (Kurin 2004c: 7). O que preocupava Kurin era o facto de o património cultural imaterial ser, por natureza vivo, dinâmico e de estar ativo nas relações sociais, tornando difícil o trabalho dos museus e ambicioso, tanto quanto, parecendo contrariar a sua missão tradicional de lidar com a cultura material e com a questão da “fossilização” dos testemunhos dessa cultura numa perspetiva oposta à que o património imaterial pressupõe:

One might argue that it would be better for museums not to have such a role in safeguarding culture. Indeed, many museums have built their great collections from cultures dead or dying with no one to complain, no one to consult, no competing power to challenge the museum’s authority no obligation to the producers and creators of the artefacts and works of art. Some museums like their culture dead and stuffed. As many museum professionals and commentators have found, it is hard to bring life into the museum. (...). Museums are generally poor institutions for safeguarding intangible cultural heritage — the only problem is that there is probably no better institution to do so. (Kurin, 2004c: 8).

Esta é uma questão que deve transparecer na reflexão sobre museus e PCI, sobre a qual, como referido, não aprofundaremos mais do que o suficiente para estabelecer algumas conexões com as temáticas sobre as quais nos debruçamos.

Efetivamente e pese embora considere que os museus têm tido um contributo ativo na implementação, a nível nacional, da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Clara Cabral, técnica do setor de Cultura da Comissão Nacional da UNESCO, destaca esta questão e o risco que, a seu ver, incorre a administração central do património, ao focar-se por exemplo na gestão de um

inventário que fica “arrumado numa reserva” e que não gera frutos no que respeita à efetiva salvaguarda das manifestações de património imaterial.

Clara Camacho, no papel de ex-dirigente, dá resposta a esta questão defendendo o modelo de gestão patrimonial preconizado pelo Estado português, que enquadra o património imaterial na tutela do património móvel.

Não é crível, nem seria adequado, num país com a nossa dimensão e com uma administração pública da nossa dimensão, criar um Instituto ou uma Direcção-Geral específica para o património cultural imaterial. Isso implicaria recursos que nós não temos. Portanto, vendo as coisas pragmaticamente do lado da administração pública portuguesa, quando há uma decisão política de dar atenção ao património cultural imaterial, ele terá que ser alojado, associado. Onde? À Torre do Tombo? Ao Instituto de Arqueologia? Ao Instituto de Património Arquitectónico? Ficar junto do organismo que tem competência sobre o património cultural móvel parece-me pacífico e factível (Clara Camacho, 2016 - entrevista).

Clara Camacho recusa a metáfora museológica que personifica a ideia de que um bem cultural imaterial, sendo inscrito num Inventário Nacional, fica disposto numa “vitrine”, com tendência para se tornar estático quando, na sua opinião, tão pouco os objetos museológicos se podem considerar atualmente estáticos. Veremos se a questão é esclarecida quando, de seguida, nos detivermos sobre os instrumentos e as medidas de salvaguarda do património cultural imaterial, concebidos e implementados pelo Estado português a partir de 2007, no enquadramento que acabámos de identificar.

### **1.2.1. Enquadramento legislativo e normalização: o INPCI como «instrumento de importância estratégica para a salvaguarda do PCI em Portugal»**

A criação do IMC veio potenciar o cumprimento das obrigações do Estado decorrentes, por um lado, do disposto na Lei de Bases do Património Cultural no que concerne ao património cultural imaterial e, por outro, do compromisso assumido com a UNESCO em resultado da ratificação da Convenção de 2003, que entraria em vigor cerca de um ano depois de o Instituto ter sido criado e já em plena fase de atuação do Departamento de Património Imaterial.

Claro que havia uma desproporção. Na verdade, se confrontarmos as responsabilidades da totalidade do Instituto, o facto de termos, na altura, vinte e tal museus com as principais coleções nacionais à nossa guarda e isso (...) obrigava a uma concentração de recursos maior na área do património móvel. (...) Ou seja, quando o Departamento de

Património Imaterial foi criado a nossa perspectiva, quer minha, quer do Paulo Costa, quer da Clara Camacho era que pudéssemos vir a fortalecer o departamento através da contratação de um número significativo de pessoas que pudessem apoiar o Paulo Costa no desenvolvimento do departamento e das iniciativas que ele estava a preparar e que tinha vontade de lançar. Essas expectativas que tínhamos acabaram por ser coartadas (...) indiscutivelmente, os meios, os recursos, as capacidades do DPI fossem sempre muito inferiores às do departamento de património móvel (Manuel Bairrão Oleiro, 2016 - entrevista).

A questão da escassez de recursos humanos, apontada como uma das principais fragilidades do DPI/IMC ao longo do seu período de existência acaba diluída no trabalho que foi encetado e desenvolvido entre 2007 e 2012 e ao qual temos acesso a partir, como referido, de relatórios anuais de atividades e de vários artigos que foram publicados desde então. Data de fevereiro de 2011 um documento que considero fundamental para a apreciação e caracterização das ações e iniciativas que foram desenvolvidas pelo DPI. Trata-se do “Relatório de Comissão de Serviço DPI/IMC”<sup>32</sup> redigido pelo próprio Diretor do Departamento no período de transição entre a extinção do Instituto e a criação da DGPC.

Este Relatório, tal como o primeiro Relatório de Atividades (de 2007) dá conta que a primeira iniciativa conduzida pelo DPI corresponde a uma solicitação da *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património* (CDLBP) constituída no âmbito do Ministério da Cultura, com o objetivo de proceder à elaboração das propostas de Decreto-Lei e Portaria, aplicados ao património cultural imaterial, para desenvolvimento da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Recorde-se que uma das fragilidades da Lei anterior, entre outras que juristas e especialistas do património identificam, foi precisamente a da sua não regulamentação. Desta colaboração e das negociações estabelecidas entre o Departamento de Património Imaterial e a *Comissão*, presidida pelo advogado, especialista em Direito do Património, João Martins Claro resultaria, em 2009, na publicação do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho - que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial - e, no ano seguinte, a Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril - que aprova o formulário para pedido de

---

<sup>32</sup> «Relatório de Comissão de Serviço, elaborado por Paulo Jorge Moreno Ferreira da Costa, Diretor do Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., elaborado para cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual, para os fins do previsto no n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma, e elaborado por referência a 28/02/2011».

inventariação de uma manifestação do PCI e respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário.

Tendo iniciado funções em fevereiro de 2006 com vista à apresentação de projetos de diplomas para proteção e valorização do património cultural - móvel, imóvel e imaterial - a CDLBP reuniu pela primeira vez com o Instituto de Museus e Conservação em junho de 2007 solicitando a apresentação de contributos na área do património cultural imaterial com vista ao «desenvolvimento de uma política legislativa coerente para o património cultural». Serve como argumento, por parte do gabinete da então Ministra da Cultura para a solicitação da participação – a nível técnico – do responsável do Departamento de Património Imaterial do IMC, a ratificação da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* que então se preparava e a consequente necessidade de divulgação do sistema de proteção nacional relativa ao PCI.

No âmbito do trabalho inicial de organização do Departamento do Património Imaterial e correspondente definição das áreas prioritárias de actuação, no âmbito da missão e atribuições o IMC em matéria de património imaterial, o Director do DPI, em resposta à solicitação da Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património, procedeu à elaboração das propostas de Decreto-Lei e correlativa Portaria de regulamentação, para desenvolvimento da Lei 107/2001, de 8 de Setembro, no âmbito do Património Cultural Imaterial. Este trabalho foi concluído a 18 de dezembro de 2007, com o envio das propostas finais àquela Comissão dos referidos diplomas (Costa, 2011: 13).

O processo colaborativo que se estabeleceu entre o DPI/IMC e a CDLBP resultou num conjunto de propostas e contrapropostas que, entre finais de 2007 e princípios de 2009, foram discutidas e negociadas entre ambas as partes com vista ao estabelecimento de um consenso técnico e jurídico e à estabilização final dos diplomas de proteção e valorização do património cultural imaterial. A complexidade do processo reflete-se na necessidade de dar cumprimento ao disposto na *Lei de Bases do Património Cultural* (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), e proceder ao seu desenvolvimento, conjugando com a obrigatoriedade de responder aos desafios impostos pela ratificação da referida Convenção, pelo que se verifica, durante todo o desenvolvimento do processo legislativo um conjunto de questões interessantes a considerar. Importa sublinhar e antes de olharmos para aquelas que são efetivamente mais relevantes, que no domínio técnico e conceptual, cuja responsabilidade se consignou ao diretor do Departamento de Património Imaterial, o processo legislativo desenhou-se a partir

do levantamento e análise exaustivos de legislação e normativos relativos ao PCI propriamente dito, à protecção das culturas populares e à protecção da propriedade intelectual, produzidos em Portugal, noutros países ou por organizações internacionais de referência para estes domínios. No caso da legislação nacional, foi tida em particular consideração a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), cujos artigos 91.º e 92.º são dedicados aos «bens imateriais», mas também legislação relativa à protecção do artesanato, da gastronomia, da língua e à propriedade industrial. (...) foi também compulsada legislação de outros países, em particular do Brasil, de Espanha e de outros países da região ibero-americana dedicados ao PCI e/ou à protecção das culturas populares (Costa, 2013a: 46).

Paulo Costa acrescenta ainda (2013a; 2013c) que assumiu particular relevo no processo criativo de conceção do regime jurídico português para o PCI, a análise da bibliografia e normativos adotados pela UNESCO e pela OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual sendo que o processo beneficiou igualmente de um trabalho exaustivo de levantamento de políticas, medidas, projetos e instrumentos adotados por países que, nessa ocasião, já haviam ratificado a Convenção da UNESCO de 2003. Tomou relevância, pela convergência de interesses, o levantamento de projetos de inventário do PCI já realizados, a nível nacional ou local e o levantamento de vários projetos realizados no Brasil e em Espanha, no âmbito de iniciativas governamentais (administração central e regional), de universidades, centros de investigação, associações de desenvolvimento e museus.

Uma das primeiras questões que sobressai da análise da proposta inicial apresentada pelo IMC é a evidência de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro que define, como demos conta, que a proteção legal do PCI se enquadra exclusivamente no registo patrimonial de inventário, pelo que a base de construção deste processo legislativo assenta nessa premissa e na consequente necessidade de implementação de um sistema adequado de proteção legal para esta categoria específica do património cultural.

Analisando o processo desde a sua fase mais embrionária constata-se que um dos primeiros anteprojetos estabelecia uma interdependência, que não se consumou na versão definitiva do diploma, entre o Instituto dos Museus e da Conservação e as Direções Regionais de Cultura. De acordo com este modelo que a dada altura das negociações foi abandonado, as propostas de inventário seriam apresentadas pelas entidades proponentes (identificados como sendo autarquias, museus e outros agentes

de carácter científico ou educativo) diretamente às DRC's da sua área de atuação e ao IMC competiria a inventariação das manifestações de património cultural imaterial num sistema de informação adequado, a partir das propostas submetidas às DRC's. A questão, que levantava dúvidas acerca do papel do IMC, obrigava a um reforço do relacionamento institucional entre os diferentes organismos do Estado e acabou revertida, como daremos conta em capítulo subsequente. A participação das Direções Regionais de Cultura foi revista sendo-lhes atribuído na versão definitiva do diploma um papel tanto menos operacional e mais representativo e institucional, enquanto administração de proximidade, no apoio às «comunidades, grupos ou indivíduos» envolvidos nos processos de inventariação.

Data também do início do processo de desenvolvimento da Lei n.º 107/2001, numa das versões preliminares apresentadas à CDLBP pelo Diretor do Departamento de Património Imaterial do IMC, uma das questões que considero mais relevantes no desenho do processo legislativo que tem que ver com a Antropologia e com o papel que lhe foi atribuído, como «disciplina que deve enquadrar, com recurso aos seus métodos e técnicas de pesquisa, a identificação, estudo e documentação de uma manifestação de PCI». Acrescenta-se, na proposta apresentada para apreciação pela CDLBP, que este processo de identificação, estudo e documentação de uma manifestação de PCI é conduzido por profissionais portadores de habilitação académica adequada, designadamente a Antropologia. A referência a esta questão, que nas primeiras versões circula entre o Preâmbulo das propostas de Decreto-Lei e Portaria, acaba, na versão final, expressa no Anexo II da Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril<sup>33</sup> como requisito fundamental no âmbito da elaboração de pedidos de registo no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.

Consideramos que é indiscutível atribuir a Paulo Costa o ónus da apresentação da proposta que apesar de não ser consensual foi aceite pela CDLBP acabando por vingar no processo legislativo. Antropólogo de formação, Paulo Costa justifica a opção num texto publicado em 2013 considerando, *tout court*, que este ciclo de desenho e implementação de políticas públicas para a salvaguarda do PCI em Portugal, pelo qual responde, foi pensado, no plano científico, a partir do campo da Antropologia e do

---

<sup>33</sup> N.º 8 do parágrafo III.

estudo das culturas tradicionais/populares, simultaneamente, como quadro teórico e crítico de referência para a atuação sobre o PCI (Costa, 2013a). Toda a fundamentação que se segue dá conta desta ideia de que aquilo que atualmente reconhecemos e designamos por «PCI» - e que é fruto de uma expressão muito recente cunhada pela UNESCO - é plenamente coincidente com o objeto tradicional dos estudos antropológicos pelo que estamos longe de poder considerar como um território desconhecido. Prossegue Paulo Costa esclarecendo que o setor do PCI beneficiou, em Portugal, desde finais do século XIX, de uma produção de conhecimento bastante considerável, que se encontra dispersa por importantes arquivos públicos constituídos ao longo de décadas de trabalho e que, em muitos casos, urge preservar.

Contudo, para além de tais relações históricas entre a Antropologia e o conhecimento do PCI, (...) a razão fundamental para o destaque conferido ao papel da Antropologia no processo de inventariação decorre do entendimento deste como resultado necessário da documentação dessa realidade social, no presente, a partir da prática etnográfica. É neste quadro de preocupações metodológicas e de exigência técnica na produção do conhecimento sobre o PCI que deve ser entendido o requisito do n.º 8 do § III do Anexo II da Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, através do qual a formação em área adequada das Ciências Sociais, a formação específica em Antropologia e a experiência profissional que decorre da prática etnográfica são juridicamente reconhecidas, pela primeira vez em Portugal, como de importância central no processo de produção de conhecimento sobre as culturas tradicionais/populares, na perspectiva da elaboração de pedidos de registo no INPCI, tendo em vista a produção de informação sobre o PCI num mesmo quadro de exigência científica e metodológica e, enfim, a actuação qualificada nesta área (Costa, 2013a: 52).

Em 2013 e já com conhecimento de causa, Paulo Costa permitia-se considerar que naquela ocasião era assinalável o número de entidades, de âmbito regional ou local (em particular Direções Regionais de Cultura, Municípios e Museus), que haviam prestado atenção a este requisito agregado profissionais com formação nas áreas exigidas, em particular antropólogos, aos seus projetos de salvaguarda do PCI, tendo em vista a colaboração em processos de patrimonialização e/ou coordenação ou realização de atividades de valorização do PCI. Uma crítica surge numa pequena nota de rodapé onde o autor considera, não obstante os benefícios, que a «comunidade» antropológica permanece ainda, na sua generalidade, grandemente desatenta das potencialidades deste mercado profissional».



A questão acaba vinculada à versão final do diploma e não se revela consensual. Na entrevista que me concedeu no final de 2015, Clara Cabral, da Comissão Nacional da UNESCO e antropóloga de formação, manifesta-se discordante

O que eu não concordo e, repare, não concordei desde o início é que ficasse no Decreto-Lei que têm de ser os antropólogos a fazer este tipo de trabalho. Eu acho que isso é extremamente redutor e que vai criar imenso mal-estar entre outras pessoas. (...) Há outras pessoas que se calhar têm trabalhado a vida inteira naquela área, que conhecem as manifestações muito melhor que qualquer antropólogo e que, se calhar, falta-lhes um pouco de enquadramento teórico e metodologia e tudo mais mas que lhes pode ser transmitida também. Portanto, eu acho bem que teoricamente os antropólogos estejam envolvidos, mas agora impô-lo através de legislação é que eu não sei se será muito boa ideia porque cria todos estes mal-estares e até contra os antropólogos. Quer dizer, pode-se reverter um bocadinho contra os próprios antropólogos (Clara Cabral, 2015 - entrevista).

A relação da Antropologia com a área do património cultural imaterial, que as políticas públicas desenvolvidas a partir de 2007 tornaram operativamente dependentes - e que não é alheia ao facto de tais políticas patrimoniais serem, à época, conduzidas por um antropólogo - foi efetivamente delineada neste período de arranque do Departamento de Património Imaterial e de desenho e construção do processo legislativo. A questão, que encontra justificação nos pressupostos históricos e metodológicos que subjazem à prática disciplinar, encontra outra repercussão legislativa interessante que não surge nas primeiras negociações entre DPI/IMC e CDLBP. Tem a ver com a criação, instituída nesta primeira versão da lei, de uma Comissão Independente «com competência exclusiva para decidir sobre a inscrição de manifestações do património cultural imaterial no inventário nacional» e à qual se juntam, a par das funções deliberativas, «competências consultivas no âmbito das componentes específicas da política do património cultural imaterial.» Esta Comissão, da qual adiante falaremos a propósito da sua curtíssima existência, reunia cinco especialistas em Antropologia, representantes de organizações de reconhecida importância científica no setor do PCI em Portugal. Integrava ainda, para além de dois representantes do IMC, dois representantes nomeados pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no sentido de assegurar a participação institucional das comunidades no processo de salvaguarda.

A consulta do arquivo do património imaterial da Direção-Geral do Património Cultural possibilitou-me o acesso a um conjunto de informação inédita, de carácter reservado, entre a qual, como estamos a dar conta, todo o processo de conceção do regime jurídico desenvolvido entre finais de 2007 e 2009 o qual expressa a articulação entre o Departamento de Património Imaterial do IMC e a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural*. Há grandes questões que são discutidas neste processo desde a questão da incorporação da referência à Antropologia que acabou, como vimos calcada na lei, passando pelas negociações que conduziram à criação da Comissão para o PCI que acabou também instituída ainda que mais tarde a legislação tenha sido revista sendo que um dos grandes objetivos dessa primeira revisão seria a extinção desta Comissão, até outras questões interessantes que acabaram revertidas no pacote final da legislação.

Numa fase muito embrionária do processo de desenvolvimento do regime jurídico, dar conta da proposta de criação de um novo domínio, «tradições artesanais» quando a Convenção de 2003, que inspira o regime jurídico apenas define cinco<sup>34</sup>. A questão, que partiu de proposta da CDLBP foi abandonada tal como foi abandonada uma outra proposta apresentada por esta Comissão que previa a possibilidade de atribuir uma “certificação” ou seja, o título de “tesouro cultural vivo” ao detentor “a um alto nível de um conhecimento ou de um saber fazer específico, exclusivo, raro, dado como extinto ou em vias de extinção em determinado domínio do PCI”, título esse que seria atribuído pelo Ministério da Cultura. A proposta é inequivocamente inspirada no programa dos *Tesouros Humanos Vivos* que a UNESCO lançou em 1994 a partir de experiências conduzidas em países asiáticos e que pressupunha, com base na retórica da perda, identificar a salvaguardar os praticantes e detentores de conhecimentos tradicionais, incentivando a transmissão dos saberes às gerações futuras e a proteção das referências culturais imateriais. O programa, sobre o qual não nos alongaremos, teve muita aceitação em países como a Coreia do Sul, Tailândia e Filipinas sendo o país que mais se destacou a França, onde foi implementado o sistema “Maîtres d’Art” em

---

<sup>34</sup> «Tradições e expressões orais»; «Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo»; «Práticas sociais, rituais e eventos festivos»; «Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo»; «Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais».

que o Ministério da Cultura francês reconheceu simbolicamente e financeiramente mais de 40 “mestres de arte”. Em Portugal não foi implementado, pelo menos no que respeita à conceção de políticas públicas específicas para o promover como sucedeu em França, contudo fica a ideia de que a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património* terá sido inspirada na criação do conceito *Living Human Treasure* sendo que por esta ocasião e apesar de o programa já ter entrado em declínio em alguns países<sup>35</sup>, a UNESCO continuava a apoiar, tardiamente, a implementação do sistema em países como o Senegal, as ilhas Fidji, o Camboja ou a Roménia.

Importa agora considerar o seguinte: por esta ocasião não estavam ainda definidos os moldes em que se configuraria o processo de inventariação sendo que a proposta da CDLBP passava pela existência de dois procedimentos distintos: a) registo no repertório; b) inscrição no inventário. O primeiro contemplava o «levantamento participado, sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo das manifestações do património cultural imaterial através de uma base de dados em linha de acesso universal e registo livre» e o segundo, dependente de inscrição no primeiro procedimento – registo no repertório – consistiria na relação das manifestações do PCI objeto de decisão favorável por parte de uma Comissão então designada como *Comissão Independente para o Património Cultural Imaterial*. A questão suscitou o incómodo por parte do Diretor do Departamento de Património Imaterial que num parecer dirigido aos seus superiores, Manuel Oleiro e Clara Camacho dá conta dessa preocupação evocando a consequente hierarquização de manifestações de PCI perante este cenário, em que as manifestações a inventariar (por parte da Comissão Independente) seriam selecionadas a partir do “repertório” geral de registos e, como tal, «declaradas hierarquicamente superiores às que não venham a ser inventariadas». Na sequência desta preocupação a Subdiretora do IMC encaminha à Secretaria de Estado da Cultura uma Informação

---

<sup>35</sup> Muito em parte pelo facto de a própria UNESCO se reposicionar perante a conceção de instrumentos de proteção do denominado *living heritage* lançando pouco depois, logo em 1997, o *Programa das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* com o qual se propunha incentivar os países a criar mecanismos de salvaguarda do seu património oral e imaterial, com especial enfoque não nos detentores mas nas manifestações culturais em risco iminente de desaparecimento (estimulando o desenvolvimento de planos de salvaguarda como garantia da sua continuidade e/ou revitalização). Este Programa constituiu-se como experiência preliminar e determinante quer para o enfraquecimento dos programas anteriores quer para o avanço das discussões em torno da implementação de medidas e instrumentos legais mais eficazes com vista à efetiva valorização e salvaguarda do património de natureza intangível.

datada de 10.12.2008, contendo a apreciação relativamente a esta versão do anteprojeto que dava conta destas questões. Reitera-se a questão do conflito com a Lei de Bases (a qual o regime jurídico vem desenvolver) e o modo como o anteprojeto prevê a instituição de um mecanismo que diferencia e hierarquiza as manifestações de PCI ao considerar umas que são objeto de registo no “Repertório” e outras de inscrição no “Inventário Nacional”. Tal é sublinhado pelo facto de o referido anteprojeto prever que as funções da Comissão Independente se limitariam ao processo de decisão sobre as manifestações de PCI que sendo previamente objeto de registo no “Repertório” seriam selecionadas para fins de inscrição no Inventário. O regime jurídico a instituir com base neste anteprojeto seria, na perspetiva do IMC, altamente contraditório com: a) o princípio da equivalência estabelecido pelo próprio regime jurídico; b) com o espírito, lógica e articulado da Lei de Bases; c) com os princípios gerais de atuação preconizados pelas Ciências Sociais; d) com os princípios e metodologias gerais de atuação do IMC no âmbito das suas competências relativas ao PCI.

Esta questão e o facto de ter sido acautelada cuidadosamente pelo IMC durante este processo vai ter reflexo em todo o espírito de conceção do INPCI pelo que é importantíssimo dar conta do modo como foi conduzida. É nesta Informação, dirigida à Secretária de Estado da Cultura, que o IMC toma posição, ao declarar explicitamente a necessidade de adoção apenas de um mecanismo de inventário como sistema agregador das diversas formas de registo:

Consideramos assim (...) ser de reitar a posição deste Instituto relativa à definição e implementação de um Sistema de Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, do qual não deverá decorrer qualquer diferenciação de valor, explícita ou implícita, entre as manifestações que aí serão inventariadas, pelo que se nos afigura pertinente a adopção apenas do mecanismo único de inventário, como sistema agregador das diversas formas de registo (gráfica, sonora, audiovisual ou outras) do PCI, e como medida fundamental para a salvaguarda do PCI.

No Ofício-resposta, dirigido ao Diretor do Instituto dos Museus e da Conservação, Dr. Manuel Oleiro, e ao qual é anexado nova versão do anteprojeto reformulada pela CDLBP, a Secretária de Estado da Cultura dá conta que se procurou integrar da melhor forma possível os contributos recebidos de modo a ultrapassar as preocupações expressas pelo IMC nomeadamente as que dizem respeito ao Inventário do Património Imaterial bem como à constituição da Comissão para o PCI.

Com efeito, esta versão do anteprojeto datada de 14.01.2009 aproxima-se já bastante do documento final que vem a ser publicado em Diário da República a 15.09.2009, quer em termos de conteúdo, quer em termos de estrutura. É relevante considerar que surge estabilizada a designação definitiva da “Comissão para o PCI”, abandonando-se a proposta de “Comissão Independente para o PCI”. Acrescenta-se também, pela primeira vez, a natureza da Comissão “órgão independente com funções deliberativas e consultivas no âmbito da salvaguarda do PCI”. Relativamente à composição da “Comissão para o PCI” surge uma alteração em relação à versão anterior do anteprojeto sendo que não foram atendidas as sugestões do IMC apresentadas na referida Informação de 10.12.2008 dirigida à Secretária de Estado da Cultura e que respondia à proposta da CDLBP de que a “Comissão Independente para o PCI” fosse constituída por “sete individualidades de reconhecido mérito” e não por representantes de sete entidades de reconhecido mérito na salvaguarda do património cultural imaterial. Considerava o IMC a necessidade de abandono de uma visão centrada em indivíduos devendo-se privilegiar a constituição de uma Comissão representativa de entidades [Universidades, Centros de Investigação, Museus, ou outras] «de modo a conferir ao processo de decisão um caráter técnico-científico, ou outro, assim promovendo também uma maior uniformização com a escolha da Associação Nacional de Municípios Portugueses para integrar essa Comissão». Nesta versão do anteprojeto que vai coincidir com a versão final do diploma no que respeita à constituição da Comissão para o PCI, altera-se um pouco o texto relativamente à composição da Comissão, no entanto, prevalece a intenção de designar “individualidades de reconhecido mérito”, desconsiderando, portanto, a proposta do IMC.

Nesta que é considerada uma das últimas versões do anteprojeto e aí sim correspondendo a uma das grandes preocupações do IMC, é totalmente revista a questão da salvaguarda do património imaterial sendo definitivamente erradicada a ideia da existência de um “repertório” pelo que passa a ser assumido apenas a Inventariação como forma de salvaguarda do PCI à escala nacional.

\*

Se a definição do regime jurídico para a salvaguarda do PCI foi efetivamente a primeira linha de trabalho desenvolvida pelo Departamento de Património Imaterial do

IMC, ainda em finais de 2007, em consequência, a criação e disponibilização pública do «Inventário Nacional para o Património Cultural Imaterial» constitui outro desafio para o qual devemos olhar neste ciclo de implementação de políticas públicas patrimoniais.

Ultrapassada a questão que, como vimos, antagonizou a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural* e o Instituto dos Museus e da Conservação durante o período de conceção do regime jurídico, a legislação veio de facto determinar que a salvaguarda do PCI se realiza, fundamentalmente, com base na inventariação, a qual consiste «no levantamento participado, sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo das manifestações do património cultural imaterial de modo a permitir o respetivo inventário» (n.º 1 do Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho).

Sobre o Inventário Nacional não nos prenderemos muito. Paulo Costa foi pródigo, durante os anos em que chefiou o Departamento de Património Imaterial do IMC e posteriormente a Divisão do Património Móvel, Imóvel e Imaterial da DGPC em produzir e comunicar informação sobre a natureza e as características do INPCI o qual conta atualmente com nove manifestações inscritas e vinte e sete processos em curso, ou seja, em fase de apreciação por parte da DGPC.

Sumariamente referir que a constituição do INPCI corresponde a um requisito decorrente da ratificação da Convenção UNESCO 2003, nomeadamente para cumprimento do Artigo 12.º<sup>36</sup>. Segundo Paulo Costa, «não foi concebido como plataforma para constituição de uma Lista indicativa nacional do PCI, através de uma estratégia de seleção *top-down*, mas como uma plataforma aberta, destinada a que, através de um processo *bottom-up*, os detentores do PCI o utilizem diretamente com vista à valorização das suas próprias expressões culturais.» (Costa, 2013c: 108) Decorre da filosofia da UNESCO e do espírito da Convenção, esta ideia de que Inventário Nacional é um instrumento para utilização por entidades que, a partir do terreno e em resposta à iniciativa ou com o envolvimento próximo das comunidades, grupos e indivíduos,

---

<sup>36</sup> Nos termos do Art.º 12.º da Convenção: “1 – Cada Estado Parte elabora, a fim de assegurar a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do património cultural imaterial existente no seu território. Tais inventários são objeto de uma atualização regular. 2 – Cada Estado Parte, ao apresentar periodicamente o seu relatório ao Comité, em conformidade com o artigo 29.º, fornece informações relevantes sobre tais inventários.”

desenvolvem projetos efetivos de salvaguarda do PCI. É neste sentido que o próprio Paulo Costa sempre veio defendendo a ideia, materializada na implementação deste sistema, que a identificação e a salvaguarda do PCI devem obrigatoriamente resultar da iniciativa dos respetivos detentores ou ocorram com o seu envolvimento não se constituindo o INPCI como um sistema para gestão das iniciativas da administração do património (atualmente a DGPC). Por este motivo, o acesso ao Inventário Nacional realiza-se via internet a partir do web site MatrizPCI. Para realização de um pedido de inventário qualquer entidade deve registar-se online no sistema e a partir daí tem acesso ao início do processo de inventariação. O próprio Paulo Costa refere, no texto de 2013 que este terá sido o primeiro software no seu género concebido a nível internacional, em particular no que respeita à possibilidade da participação dos detentores do PCI no seu processo de inventariação. Na Bélgica foi lançado posteriormente um sistema com características semelhantes, igualmente estabelecido para os fins previstos no Art.º 12.º da Convenção sendo que atualmente não temos dados globais que nos permitam aferir se outros países, entretanto, desenvolveram sistemas de inventariação congéneres. Note-se que atualmente decorre em Portugal um projeto que trará seguramente resposta a esta questão. Trata-se do projeto *Mapa dos e-Inventários do Património Cultural Imaterial* conduzido por Filomena Sousa, gestora do projeto MEMORIAMEDIA, que tem como objetivo identificar e recolher dados sobre Plataformas Digitais disponíveis na Web e dedicadas a este tipo de património, precisamente a partir das experiências que foram implementadas com base na obrigatoriedade a que se refere o artigo 12º da Convenção.

Em Portugal e como resultado de uma primeira alteração legislativa que decorreu em 2015, o INPCI constitui, não apenas o único inventário de património imaterial em Portugal elaborado para os fins específicos e nos termos requeridos pela Convenção, como atualmente o único Inventário que, nos termos legais, pode ser utilizado à escala nacional para fins da proteção legal de manifestações de PCI cuja candidatura às Listas da UNESCO se pretenda promover. Ou seja, o Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, veio estabelecer a obrigatoriedade de inscrição de uma manifestação de património cultural imaterial no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*

previamente à sua eventual candidatura à «Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade» ou à «Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente».

Retomando uma questão que foi alvo de negociação entre a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural* e o Instituto dos Museus e da Conservação durante o período de conceção do regime jurídico, o facto de que o Inventário Nacional repousa sobre o princípio da “equivalência” contrariamente ao que a referida CDLBPC a determinada altura terá proposto e que se manifestava inclusive, contrário aos princípios definidos pela Lei de Bases do Património Cultural. Nesta estão contidos os fundamentos do paradigma a aplicar ao património imaterial, substancialmente distintos do paradigma do património material (móvel e imóvel) que assenta num sistema de classificação e hierarquização de bens culturais – “de interesse nacional”, “de interesse público” e “de interesse municipal”. O mesmo não se aplica no caso do PCI, sendo que a legislação dá conta, de que prevalece o princípio da equidade entre as diversas manifestações imateriais, em permanente devir. De salvaguardar que nem sempre esta questão, que é explícita, é entendida por parte dos agentes que sobretudo a nível local intentam em conduzir processos de patrimonialização. Neste caso é sintomático o exemplo dos municípios que há uns tempos a esta parte têm vindo a classificar como «Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal» determinadas práticas locais (por exemplo, tauromaquia ou o cante) considerando como uma medida de salvaguarda quando, como vimos, em termos jurídicos esse ato não tem qualquer valor ou fundamentação na medida em que a Lei de Bases do Património Cultural prevê apenas a classificação e, conseqüentemente, esta forma de proteção legal, para os bens culturais móveis e imóveis, e não para os bens imateriais.

### **I.2.2. Formação e capacitação de agentes e outras iniciativas**

No âmbito da implementação deste ciclo de políticas públicas e para além dos processos de conceção e implementação quer do regime jurídico, quer do INPCI, importa dar conta de uma outra importante linha de atuação do Estado português em matéria de PCI e que tem que ver com a formação e capacitação de agentes nesta área.



A realização da ação de formação *Inventário e Gestão do Património Cultural Móvel: Princípios, Metodologias, Boas Práticas*<sup>37</sup>, que decorreu no Museu Municipal de Viana do Castelo em outubro de 2007 no contexto do Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus, marca o início de um processo de formação e capacitação de agentes na área do património cultural imaterial ao qual se haveria de dar continuidade através não só da própria RPM e do seu programa de formação, como através de outras entidades às quais o IMC, e posteriormente, a DGPC se associariam. Esta foi, de facto, a primeira ação de formação organizada no âmbito da implementação das políticas públicas para o PCI ficando igualmente marcada como a primeira atividade externa do Departamento de Património Imaterial do recém-criado Instituto dos Museus e da Conservação (Costa, 2007). No ano seguinte, e ainda no âmbito do programa de formação da RPM, manteve-se este conceito de agregar património móvel e imaterial<sup>38</sup> sendo que apenas em 2009 o património imaterial se autonomizou do património móvel com a organização da ação “Inventário do Património Cultural Imaterial: contextos e metodologias” que decorreu no final do ano no Museu da Pólvora Negra, em Oeiras. De acordo com o Relatório do DPI/IMC desse ano, a ação teve como objetivos principais o desenvolvimento de competências profissionais no âmbito do estudo, inventário e documentação do PCI; a divulgação de normativos, princípios, metodologias e boas práticas neste domínio, bem como a contribuição para o entendimento da documentação do PCI como eixo de atuação em contexto museológico, tendo contado com um total de trinta e um participantes não apenas de Museus da RPM, mas também de outras entidades, entre as quais Autarquias e Direções Regionais de Cultura.

Por esta ocasião a área do património imaterial estava em crescendo tanto no que respeita ao desenvolvimento e implementação das políticas públicas, como quanto ao interesse demonstrado pelos mais diversos tipos de agentes - sobretudo

---

<sup>37</sup> Considerando o período transitório, em que se extinguiu o Instituto Português de Museus e se criava o Instituto dos Museus e da Conservação, esta ação foi organizada ainda no âmbito da Direção de Serviços de Inventário do IPM, sendo que os seus conteúdos foram ajustados às novas competências do IMC em matéria de património cultural imaterial pelo que foi introduzido um módulo dedicado ao estudo, inventário e documentação de PCI «evidenciando as relações entre este e o património móvel, na perspectiva de uma abordagem integrada, tal como preconizado pela Convenção UNESCO e posteriores instrumentos conceptuais e técnicos, bem como na perspectiva da importância que tal estratégia deve assumir no contexto da actividade museológica» (Costa, 2007: 2).

<sup>38</sup> Ação de formação *Documentação do Património Móvel e Imaterial*, realizada no Museu de Portimão de 20 a 23 de outubro de 2008.

provenientes do setor museológico, mas igualmente de outras áreas adstritas ao património cultural - que procuravam obter qualificações nesta área. Nos anos de 2010 e 2011 mantiveram-se, com grande procura e participação, conforme nos foi confirmado por parte do Departamento de Museus da DGPC a partir dos seus relatórios de atividades, as ações de formação coordenadas, no âmbito da RPM, pelo DPI<sup>39</sup> motivo pelo qual, e após um período de interregno de atividade da Rede Portuguesa de Museus, foram retomadas em 2014 quando o programa de formação foi reativado.

Importa sublinhar, dando conta do contexto atual, que em 2017 e 2018 tais ações de formação dedicadas ao património imaterial deixaram de constar do programa de formação da RPM. Contactado, já em 2018, o Departamento de Museus da DGPC (que tutela a RPM) foi-nos dado conta que houve um decréscimo acentuado do interesse dos técnicos dos museus pela área do património cultural imaterial, no que respeita às suas necessidades de formação, pelo que a temática foi retirada do calendário de formação. Segundo nos foi comunicado a questão é aferida no final de cada ano, altura em que o Departamento de Museus leva a cabo uma consulta, que é feita através de email, a todos os museus que integram a RPM no sentido de apurar as necessidades de formação para o ano seguinte. Por essa ocasião os responsáveis dos museus são convidados a apresentar propostas para a programação do calendário de formação do próximo ano, tal como são convidados a fazê-lo os técnicos que frequentaram as ações de formação a cada ano e no final lhes é distribuído um documento de avaliação do curso onde num dos campos é pedido igualmente que identifiquem as temáticas que gostariam de ver abordadas nas próximas formações da RPM. Num caso como noutro, nestes últimos dois anos tem-se verificado que a área do património cultural imaterial não tem sido identificada como necessidade de formação nestes momentos de consulta aos responsáveis e técnicos museológicos o que explica que, desde 2016, a Rede Portuguesa de Museus não organize esta ação, como vinha fazendo desde 2007.

Com efeito, a ligação entre museus e PCI, que não se aprofunda nesta dissertação pelos motivos já referidos, marca o início da história da implementação das políticas

---

<sup>39</sup> Ação de Formação “Inventário do Património Imaterial: princípios e metodologias” (Museu Municipal de Coimbra, 8 e 10 de novembro de 2010); Ação de Formação “Inventário do Património Imaterial: princípios, metodologias e instrumentos de referência nacional” (Museu Nacional de Etnologia, 24 e 27 de outubro de 2011).

públicas para o PCI em Portugal no quadro da adoção e ratificação da Convenção da UNESCO de 2003 e toma, nos primeiros anos após a ratificação, um lugar essencial. Se em 2007, mesmo antes da entrada em vigor da Convenção, o Instituto dos Museus e da Conservação já dispunha de um Departamento de Património Imaterial que começou por se ocupar, entre outras ações, da organização de um programa de formação sobre princípios e metodologias de inventário do PCI – destinado, como referido, aos museus da Rede Portuguesa de Museus – em 2008, no ano em que a Convenção entrou em vigor em Portugal, o IMC lançou-se na realização do referido Ciclo de Colóquios subordinado ao tema “Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades”<sup>40</sup>. Este ciclo constituiu-se como o primeiro grande fórum de reflexão e debate públicos sobre o programa de salvaguarda do PCI em Portugal.

(...) teve como objectivo fundamental a promoção da reflexão, debate e auscultação públicos sobre esta área de actuação patrimonial, designadamente sobre os desafios e oportunidades que a mesma configura, bem como sobre as modalidades de operacionalização e implementação a nível nacional da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (...). (...) constituiu um instrumento particularmente relevante sobre o contexto nacional de aplicação daquela Convenção, designadamente no que respeita à multiplicidade de questões que o tema suscita e na perspectiva das variadas instituições implicadas no seu estudo e documentação, com destaque para os museus, as universidades e os centros de investigação, como agentes incontornáveis desse processo (INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2008: 6).

Na avaliação que faz da organização deste Ciclo de Colóquios, a museóloga Clara Camacho, na qualidade de Subdiretora do Instituto dos Museus e da Conservação, considera-o como resultado de uma clara expressão de uma estratégia de valorização e divulgação do papel que os museus assumem no processo de salvaguarda do PCI, considerando-os como *lugares de memória, produtores e detentores de conhecimento, agentes de desenvolvimento social das comunidades e grupos que representam* (Camacho in Costa, 2009b). Constata-se que esta ideia, de que os museus são agentes por excelência neste processo e na abordagem e documentação integrada do património, material e imaterial, é muito acarinhada nestes primeiros anos de

---

<sup>40</sup> Constaram deste Ciclo seis colóquios: *Máscaras Portuguesas: autenticidade e reinvenção* (Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto 22 de fevereiro 2008); *Inventário, Protecção, Representatividade* (Museu Nacional do Teatro, Lisboa 11 abril 2008); *Memória, Identidade e Projecto* (Museu da Luz, Mourão 30 maio 2008); *Saberes e Técnicas: entre o Registo e a Transmissão* (Ecomuseu Municipal do Seixal 27 junho 2008); *Terrenos Portugueses: O que fazem os Antropólogos?* (Faculdade de Ciências e Sociais e Humanas - UNL, Lisboa 13 outubro 2008); *Museus Globais: Coleções Etnográficas e Multiculturalidade* (Museu Nacional de Etnologia, Lisboa 28 novembro 2008).

implementação de políticas públicas para o PCI, sobretudo por parte daqueles que detinham responsabilidades nesta matéria, numa ocasião em que o setor museológico disponha de um organismo a ele exclusivamente dedicado ao qual, e não despropositadamente, se associou a área do PCI. Isso explica também, a meu ver, o facto de durante esses anos, os próprios museus e os seus técnicos se terem deixado contaminar por esta “nova” área de trabalho que não sendo naturalmente “nova” estava agora formalizada e institucionalizada.

A despeito desta questão, e porque falamos neste capítulo de formação e capacitação de agentes, durante o curto período de existência do IMC foi efetivamente pródiga a sua ação. Note-se que no âmbito das suas competências esta questão não era, de todo, indissociável das atribuições do DPI a quem competia entre outras funções: o apoio aos museus da Rede Portuguesa de Museus na realização de estudos sobre o património imaterial associado e relacionado com as respetivas coleções; promover campanhas de sensibilização aos níveis nacional e local sobre a importância da salvaguarda do PCI; cooperar com centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, autarquias e particulares estimulando estudos e o desenvolvimento de metodologias de investigação para a salvaguarda eficaz do património cultural imaterial; assegurar a articulação e o apoio técnico às Direções Regionais de Cultura com vista ao apoio a prestar por estas ao registo do PCI, bem como a outras entidades públicas ou privadas em matéria de defesa e valorização dos bens imateriais representativos das comunidades. Neste sentido, impunha-se que o organismo fosse efetivamente ativo no cumprimento da sua missão de formar e capacitar profissionais desta área. São inúmeras as iniciativas, a nível nacional e internacional, em que o Departamento de Património Imaterial se envolveu para o cumprimento desta missão. Os relatórios de atividades do DPI/IMC, disponíveis publicamente através do website de acesso ao Inventário Nacional, identificam-nas pelo que nos dispensamos de o fazer. Contudo, dar conta no âmbito deste périplo de participação do Diretor do DPI nos mais diversos encontros, colóquios, debates, fóruns, etc., das diferentes tipologias de entidades organizadoras das iniciativas, com grande destaque para os Municípios, as Direções

Regionais de Cultura, as Universidades, os Centros de Investigação, as Associações de Defesa do Património ou, curiosamente, a Assembleia da República<sup>41</sup>.

Destaca-se ainda, no âmbito desta linha de atuação, a ativa colaboração com estabelecimentos de ensino superior e um considerável número de vezes em que o DPI assegurou igualmente a realização de aulas dedicadas ao estudo, documentação e inventário do património cultural imaterial em diversos Cursos de Licenciatura e Mestrado, desde Antropologia, Conservação e Restauro, Museologia, Património Cultural, Culturas em Cena e Turismo ou Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.

A partir de 2012, com a extinção do IMC e a consequente criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), organicamente e institucionalmente todo o acolhimento dado ao património imaterial se altera e no âmbito da formação e capacitação de agentes toma especial destaque a realização de Cursos de Formação E-Learning em parceria com a Universidade Aberta resultante de um Protocolo assinado em 2011 entre esta Universidade e o ainda Instituto dos Museus e da Conservação e de que resultou uma primeira experiência ainda nesse ano, com o Curso ALV *Inventário de Património: princípios, metodologias e instrumentos de referência em contexto lusófono*<sup>42</sup>.

Com a criação da DGPC os Cursos de E-Learning (edições 2013, 2014 e 2015) passaram a ser exclusivamente destinados ao património imaterial uma vez que a primeira experiência de 2012 agregava património móvel e imaterial.

De referir que a convite da Direção-Geral do Património Cultural fui formadora nas edições de 2013 e 2014, sendo que acumulei com a função de coordenação a par

---

<sup>41</sup> Colóquio *Património Mundial: Significado, Procedimentos, Realidades* (novembro de 2008) organizado pelo Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO, em parceria com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Comissão Nacional da UNESCO.

<sup>42</sup> Apenas dar nota de que, no contexto académico e para além da Universidade Aberta que dispõe de formação específica na área do património imaterial, tal como o ISCTE-IUL e a FCSH-UNL através do Programa de Doutoramento de que falaremos, também a Universidade Lusófona dispõe de uma Pós-Graduação em Património Cultural Imaterial, a qual vai na sua 6ª edição. Destinada a técnicos, professores, investigadores, animadores, políticos, etc., visa apoiar formas de atuação consentâneas com a especificidade do património imaterial, em linha com a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) e o regime jurídico nacional em vigor. Note-se que deste Curso de Pós-Graduação, iniciado em 2012, resultou a criação da «Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial» e a criação de uma plataforma de divulgação via facebook (<https://www.facebook.com/pcimaterial>).

com Paulo Costa (DGPC/MNE) e Lúcio Sousa (Uab) na edição de 2015. Não compete, no âmbito deste que é um subcapítulo de identificação e enquadramento às questões da formação e capacitação de agentes no que respeita ao património imaterial, aprofundar a informação acerca da realização destes Cursos nos quais estive ativamente envolvida e que se revelou bastante profícua. No entanto, de sublinhar, desde logo o interesse que as três edições despertaram junto do público-alvo, ou seja, profissionais de entidades envolvidas na elaboração de processos de inventariação de património imaterial, em particular técnicos da administração local e de museus, nomeadamente de âmbito municipal e regional.

Realizado com recurso à Plataforma Moodle da Universidade Aberta, o Curso tinha como objetivos gerais por um lado, promover a utilização de instrumentos e metodologias de inventário adequadas ao PCI, elaborados em conformidade com as orientações técnicas da UNESCO e, por outro, promover a utilização de instrumentos e metodologias de inventário adequadas ao PCI, elaborados em conformidade com as orientações técnicas da DGPC como organização nacional de referência em matéria de salvaguarda do património imaterial. A realização de um trabalho final, que consistia na elaboração de um pedido de inventariação de uma manifestação de PCI em acordo com a legislação nacional em vigor, pressupunha a demonstração da compreensão dos respetivos requisitos técnicos e científicos, ou seja, no fundo, a verificação da aquisição de competências e capacitação dos alunos. Como exercício meramente académico não fazia parte dos objetivos do Curso que a realização do trabalho final resultasse em pedidos efetivos de inventariação a integrar o INPCI sendo que o grande objetivo era dotar e habilitar os alunos para a organização de processos de inventariação e apresentação futura de pedidos de registo de manifestações de PCI no Inventário Nacional, que poderiam vir a coincidir com os resultados dos próprios trabalhos finais.

Esta linha de atuação conduzida pelo organismo responsável pela tutela do património cultural imaterial tem atualmente resultados visíveis que se relacionam também com a realização deste Curso organizado em parceria com a Uab. O mesmo é dizer que neste momento constam do Inventário Nacional sete registos conduzidos por

ex-alunos deste Curso (das três edições)<sup>43</sup> sendo que em fase de apreciação encontram-se mais onze pedidos igualmente despoletados a partir de trabalhos realizados no âmbito desta formação<sup>44</sup>. Em termos gerais dominam, como entidades proponentes de tais pedidos de inventário, os Museus e as Autarquias.

Como conclusão sublinhar e nos termos da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto<sup>45</sup>, que germinaram neste Curso de E-Learning duas candidaturas que constam das referidas listas da UNESCO: na *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* a «Produção de Figurado em Barro de Estremoz» inscrita em 2017 e na *Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente*, a «Louça Preta de Bisalhães», inscrita na lista em 2016. Foi submetida, em março de 2018, a candidatura da «Festas de Inverno Carnaval dos Caretos de Podence» numa parceria entre a Associação dos Caretos de Podence e o Município de Macedo de Cavaleiros sendo que o resultado da integração, ou não, na Lista Representativa será conhecido em 2019.

### **I.2.3. O panorama atual e as suas (in)definições**

Observámos, neste que é um capítulo de abordagem sucinta à cronologia nacional que enquadra a ação sobre o património cultural imaterial, que o tema não pode ser desassociado do seu lastro histórico o qual nos permitiria ir muito mais além, aprofundando os contextos e os enquadramentos, contudo, desviar-se-ia do intuito original desta investigação, que se foca no panorama atual e no que consideramos serem as suas (in)definições. Com efeito, e pese embora terem sido dados importantes passos no sentido da salvaguarda do património cultural imaterial na última década, a

---

<sup>43</sup> «Produção de Figurado em Barro de Estremoz»; «Festa em Honra de Nossa Senhora da Penha de França»; «Endoenças de Entre-os-Rios»; «Conhecimentos tradicionais, de carácter etnobotânico e artesanal, utilizados no processo de produção de palitos»; «Festa de Carnaval dos Caretos de Podence»; «Arte-Xávega na Costa da Caparica»; «Processo de confeção da Louça Preta de Bisalhães».

<sup>44</sup> «Teatro de Dom Roberto»; «Confeção do Bordado de Tibaldinho»; «Festa das Chouriças em honra de São Luís (de Anjou)»; «Confeção das “Passarinhas” e dos “Sardões”»; «Cantar os Reis em Ovar»; «Processo de confeção da Louça Preta de Gondar»; «Danças e bailinhos do Carnaval da ilha Terceira»; «Técnicas de construção e reparação naval em madeira»; «Saber Fazer dos Santeiros de São Mamede do Coronado»; «Festa das Rosas de Vila Franca (Viana do Castelo)»; «Equitação Portuguesa».

<sup>45</sup> Que fixa a obrigatoriedade de inscrição de uma manifestação de património cultural imaterial no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* previamente à sua eventual candidatura às listas instituídas pela Convenção da UNESCO

situação atual faz crer que com a criação da DGPC, em 2012, a área do património imaterial parece ter-se diluído nesta mega estrutura institucional que assegura a gestão do património cultural em Portugal continental, desde a gestão do património imóvel, móvel e imaterial, passando pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, gestão dos museus nacionais e monumentos classificados pela UNESCO como Património Mundial, coordenação da Rede Portuguesa de Museus, indo até às intervenções de conservação e restauro de património móvel e integrado.

Desde logo notar que no seio desta mega estrutura, aquele que era um Departamento no contexto institucional anterior – o DPI – foi integrado numa Divisão (hierarquicamente inferior a um Departamento, do qual depende, em termos administrativos) - a Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial – que o próprio Paulo Costa chefiou entre 2012 e 2014, e na qual se manteve, entre 2014 e 2015, como técnico superior com desempenho de funções na área do património imaterial e assegurando a continuidade de projetos e linhas de trabalho que definiu para esta área desde 2007. Em março de 2015 Paulo Costa, assume o cargo de diretor do Museu Nacional de Etnologia “em regime de substituição”, sucedendo a Joaquim Pais de Brito, por este ter atingido o limite de idade de serviço para a função pública sendo que em 2017 tomou posse do cargo de diretor MNE/Museu de Arte Popular oficialmente, em consequência de seleção realizada por concurso público. A situação vem impor algumas dúvidas na atribuição das competências para o PCI no enquadramento orgânico da DGPC, na medida em que desde que assumiu o cargo de Diretor do MNE/MAP, as iniciativas resultantes da ação sobre o património cultural imaterial, agora consideravelmente mais escassas, emanam desta instituição museológica, pese embora, formalmente o PCI continue a constar da designação da Divisão que desde 2014 é dirigida pela historiadora Deolinda Folgado.

Um dos dados relevantes a observar é que, desde que Paulo Costa assumiu, ainda em regime de substituição a direção do MNE, o acompanhamento do processo de tramitação dos pedidos de inscrição no Inventário Nacional passou a ser da responsabilidade do Museu, através do seu Diretor que responde perante o Departamento de Bens Culturais da DGPC, conforme é possível verificar através da documentação oficial constante do MatrizPCI relativa a cada processo registado no



INPCI a partir de 2015. No seu Relatório de Atividades de 2016 a Direção-Geral do Património Cultural faz referência ao facto de Paulo Costa ser representante da DGPC para o património imaterial o que explica que outras iniciativas, como a organização das ações de formação da RPM para o património imaterial nas suas edições de 2015 e 2016 ou a organização da edição de 2015 do Curso de E-Learning, tenham passado a ser conduzidas desde o MNE a partir do momento em que este assumiu a Direção da instituição museológica. A questão deixa em aberto, a meu ver, a possibilidade, que não é nova, de uma eventual transferência das competências na área do património imaterial, no que respeita à orgânica da DGPC, dos serviços centrais, para um serviço dependente, no caso, o Museu Nacional de Etnologia. Referimos que a questão não é nova a partir do que nos é comunicado pelo próprio Paulo Costa ainda em 2012, como signatário do *Relatório de Comissão de Serviço* que medeia o período transitório entre a extinção do IMC e a criação da DGPC. Na conclusão do documento e abordando questões que então o inquietavam, Costa dá conta de ter sido equacionada a possibilidade de atribuição ao Museu Nacional de Etnologia das competências até ao momento cometidas ao DPI/IMC.

Esta possibilidade foi equacionada como alternativa ao destino inicial de passagem do DPI de Direcção de Serviços a Divisão e, não obstante a inicial receptividade e concordância que o Director do MNE manifestou para tal, a 18/02/2011, não se concretizou em função da sua revisão de opinião, a 22/02/2011 (Costa, 2011: 91).

Adianta ainda que a não atribuição ao Museu Nacional de Etnologia das competências cometidas ao DPI/IMC, que num primeiro momento suscitaram a concordância de Joaquim Pais de Brito e num segundo momento a sua desaprovação, a seu ver constituiu uma oportunidade perdida tanto na perspetiva do que tal possibilitava em termos de reforço da missão do Museu, como na perspetiva do reforço da equipa com a actual e integral equipa do DPI/IMC, que naturalmente integraria a do MNE.

Na altura perspetivava-se o desaparecimento do Departamento de Património Imaterial como unidade orgânica do Instituto dos Museus e da Conservação, tal como a extinção do próprio Instituto tendo este processo sido conduzido pelo sucessor de Manuel Bairrão Oleiro. Todavia, na entrevista que me concedeu em 2016, Bairrão Oleiro abordou a questão considerando que este pode ser, de facto, um momento transitório.

Note-se que vale a pena, pelo seu teor, reproduzir toda o seu discurso relativamente a este assunto, pese embora seja um pouco alongado:

Formalmente as competências estão na Divisão, na DPIMI. Formalmente estão lá. Como são as pessoas que fazem os cargos e que permitem responder às competências, o facto de o Paulo Costa ter passado da Chefia da Divisão para a direção do Museu Nacional de Etnologia, levou a que, naturalmente as pessoas olhassem para o Museu Nacional de Etnologia como sendo o herdeiro das competências que a DPIMI tinha nesta área. Mas a verdade é que não foi, formalmente as competências estão na DPIMI, quem tem a capacidade de por em prática aquilo que a lei prevê continua a ser a Divisão e não o Museu Nacional de Etnologia. Eu não tenho acompanhado o que vem acontecendo na área do património imaterial. Não conheço quais são as atividades da DPIMI em relação às questões do património imaterial. Conheço o que são as atividades do Museu Nacional de Etnologia e as preocupações do diretor do Museu Nacional de Etnologia em relação às matérias que estão associadas à vocação do Museu. Eu acho que faria sentido que tendo o Ministério da Cultura o único Museu de Etnologia, o único Museu que tem as articulações necessárias com as áreas do património imaterial, faria sentido, reforçar esse Museu para que esse Museu pudesse ter um papel muito mais decisivo na condução das políticas públicas na área do património imaterial. Ou seja, atendendo às dificuldades que vamos atravessando, o país, há restrições e tudo isso, se há que reforçar equipas técnica para tratar de questões também do património imaterial, então acho que faz muito sentido reforçar equipas técnicas do Museu Nacional de Etnologia, em vez de reforçar equipas técnicas dos serviços centrais para tratarem questões do património cultural imaterial. Mas esta é uma perspetiva meramente pessoal porque, qualquer alteração na estrutura da Direção-Geral do Património Cultural tem que merecer o acordo, para já da própria Direção-Geral e depois também dos decisores políticos que são quem trata destas questões no nível adequado (Manuel Bairrão Oleiro, 2016 - entrevista).

Manuel Bairrão Oleiro adianta-se dando conta do episódio ao qual Paulo Costa se refere, da tentativa falhada de atribuição de competências ao MNE para que a área do património imaterial fosse acautelada na transição para a DGPC.

Como curiosidade posso-lhe dizer que em determinada altura, quando o Paulo Costa ainda era chefe do Departamento do Património Imaterial, houve uma conversa com o então diretor do Museu Nacional de Etnologia, o Professor Pais de Brito no sentido de auscultar se Professor Joaquim Pais de Brito teria vontade, interesse e capacidade de fazer com que o Museu ficasse responsável pela condução das políticas públicas nessa área e Professor Pais de Brito entendeu que não era conveniente. Provavelmente porque já estava numa fase final do seu mandato, já estava a aproximar o momento em que se iria aposentar, provavelmente porque tinha a noção de que o Museu estava a ser esvaziado de recursos técnicos, de recursos humanos e que não haveria condições para repor esses recursos humanos e, portanto, ele iria assumir uma responsabilidade que depois não tinha condições para concretizar e para cumprir. Acho que fará todo o sentido debater essa questão, meditar sobre essa questão e no fim de pesados os prós e os contras e todas as vantagens e benefícios de uma solução ou outra, optar pela solução que dê maiores garantias de capacidade de uma boa condução da política pública nesta área e que permita também valorizar todo o trabalho que o Museu Nacional de Etnologia faz enquanto museu nesta área (idem).

O momento que Manuel Bairrão Oleiro considerava como *transitório* nesse mesmo ano, mantém-se em 2018 uma vez que aparentemente o panorama não foi alterado desde então, sendo que é facto que as iniciativas nesta área, pungentes durante o período de existência do IMC, decaíram consideravelmente com a criação da DGPC. Paulo Costa previra-o em 2012 como comprovamos pela sua inquietação que manifesta no referido *Relatório de Comissão de Serviço* no capítulo «Conclusão: Balanço e Perspectivas» e no qual encerra formalmente, com a extinção do DPI, este primeiro ciclo de políticas públicas. Considerava então Paulo Costa, ainda na qualidade de diretor do Departamento que será «pouco provável que o impulso inicial deste ciclo possa ser prolongado por muito mais tempo» referindo-se aos escassos recursos sobretudo, humanos e também materiais, disponíveis. Termina prevendo que da extinção do DPI como unidade orgânica autónoma, decorrerão muito provavelmente custos em termos de visibilidade e de reconhecimento público, não apenas para o Instituto dos Museus e da Conservação mas também para o Ministério da Cultura, que não se coadunam de qualquer forma com a importância estratégica que se tem procurado conferir à atuação no setor do Património Imaterial em Portugal quer, a partir da Administração do Estado (Central, Regional e Local) quer a partir das expectativas criadas desde 2007 junto das comunidades e grupos detentores do PCI e das entidades de referência para a documentação do PCI (Museus, Universidades e Centros de Investigação).

## CAPÍTULO II AGENTES E ORGANIZAÇÕES

«(...) qualquer etnografia de um processo de patrimonialização de uma expressão cultural como «PCI» deverá também resultar na etnografia das organizações nele implicadas, tais como associações, universidades, centros de investigação, museus, administrações (local, regional, central), e, inclusive, no caso das próprias candidaturas às Listas da Convenção, a própria UNESCO» (Costa, 2013c: 101).

### II.1. As instâncias administrativas e o regime de proteção e valorização de património cultural imaterial

Em 2010 o Departamento Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação levou a cabo o Inquérito “Património Cultural Imaterial em Portugal”, que teve como destinatários os agentes preferenciais nos processos de Estudo e Documentação de PCI, de que foram alvo, no total, 494 entidades inquiridas (IMC, 2010). O Estado português procedia, por esta ocasião, ao levantamento de ações recentemente realizadas no âmbito do PCI, bem como à identificação de fundos documentais nesta área. Dois anos depois da ratificação da Convenção de 2003, e no cumprimento das responsabilidades daí decorrentes, o Estado lançava-se na tentativa de cartografar o território nacional, identificando não apenas ações desenvolvidas ou em curso, mas os próprios agentes responsáveis, procurando conhecer e delimitar um universo suscetível de vir a contribuir para um debate alargado nesta matéria, ao mesmo tempo que trabalhava na constituição de um importante recurso para a criação do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, nomeadamente para a sistematização de informação a divulgar, através do seu website, sobre as principais instituições de pesquisa e documentação de património imaterial em Portugal<sup>46</sup>.

Em causa não estão os objetivos deste Inquérito, nem tão pouco os resultados obtidos, que não chegaram a ser publicados na íntegra, em causa está que os responsáveis pela condução das políticas públicas para o PCI em Portugal contabilizavam, em 2010, cerca de meio milhar de instituições passíveis de demonstrar

---

<sup>46</sup> Que constam da seção Recursos/Directório de Entidades do website de acesso ao Inventário Nacional.

potencial numa área que então se autonomizava no interior do setor cultural do Estado e para a qual se canalizavam recursos conducentes à implementação e operacionalização de políticas fortemente influenciadas e motivadas pelo impulso internacional, nomeadamente pela ação da UNESCO.

As tipologias de entidades inquiridas<sup>47</sup> constituem um ponto de partida para podermos considerar que o património cultural imaterial em Portugal é dominado pela ação do Estado que assume neste panorama uma posição centralizadora e reguladora, inclusive, conduzindo este Inquérito, mas que convive de forma mais ou menos próxima e articulada com o trabalho desenvolvido por múltiplos agentes e instituições, de carácter público e privado, que alimentam outras formas de atuação neste domínio.

É no próprio articulado da lei que percebemos que o peso da administração – central, regional e local – marca a ação sobre o património cultural imaterial em Portugal, revelando-se nodal a ação que é conduzida a partir da administração central do Estado, que difere, em consequência das suas atribuições, da ação que é desenvolvida pela administração regional e local. Dir-se-ia que se alguma tipologia se poderá constituir dorsal relativamente a outras de que falaremos será esta – a da administração central do Estado representada pelas duas entidades que em Portugal são responsáveis, quer pela implementação da Convenção da UNESCO de 2003 – a Direção-Geral do Património Cultural, quer pela verificação da sua correta aplicação em Portugal - a Comissão Nacional da UNESCO, as quais estabelecem a articulação com as demais instâncias: as supranacionais, onde se definem e categorizam os princípios e os procedimentos gerais; as regionais, nomeadamente as Direções Regionais de Cultura que estão incumbidas, por lei, de prestar apoio às comunidades na inventariação de manifestações do património cultural imaterial, respeitando normas, metodologias e procedimentos de salvaguarda estabelecidos pela Direção-Geral do Património Cultural; os municípios que se posicionam como agentes privilegiados na condução e instrução de processos de patrimonialização a nível local e todas as demais organizações que em contextos mais específicos promovem a salvaguarda do património cultural imaterial neste país.

---

<sup>47</sup> Tipologias de entidades inquiridas: Museus (139), Municípios (308), Direções Regionais de Cultura (7) e Unidades de Investigação consideradas de potencial relevância para a atuação no setor (40).

### **II.1.1. Administração central e a ação de organismos dependentes dos Ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros: DGPC e CNU**

Verificámos no capítulo anterior que a problemática do património imaterial e nomeadamente a sua relação com as políticas públicas em Portugal, e com as organizações, não nasce em 2008 com a ratificação da Convenção de 2003, mas tem os seus antecedentes na década de 80 do século XX, quando esta categoria é introduzida pela primeira vez, de uma forma inovadora ainda que embrionária, na Lei de Bases do Património Cultural. Contudo, e pese embora essa conjuntura, é facto que a entrada em vigor da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* vem alavancar a ação do Estado português em matéria de património cultural imaterial tendo sido atribuídas inicialmente as competências a um organismo pertencente à administração indireta do Estado, o Instituto dos Museus e da Conservação as quais transitaram para a recém-criada Direção-Geral do Património Cultural, organismo da administração direta do Estado, a qual ficou “obrigada”, tal como o seu antecessor, a trabalhar colaborativamente, ainda que de forma nem sempre consensual, com a Comissão Nacional da UNESCO (CNU). Estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros que tem por missão prosseguir os fins previstos no Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura<sup>48</sup>, a Comissão Nacional Portuguesa para a UNESCO nasce em 1979<sup>49</sup> precisamente no ano em que Portugal aderiu à *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972) tendo apenas iniciado as suas atividades em 1981. Desde então desenvolve atividades no âmbito das quatro áreas de mandato da UNESCO – educação, ciência, cultura e comunicação – difundido e dinamizando no nosso país, as políticas e os programas aprovados no seio da Organização em colaboração com as demais entidades governamentais e os diferentes grupos ativos na sociedade. No que interessa a esta investigação, sagra-se como uma das suas funções na área da Cultura, a participação e acompanhamento das atividades

---

<sup>48</sup> Note-se que, no seu Ato Constitutivo, datado de 16 de novembro de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), previu a necessidade de serem criadas comissões nacionais, como órgãos consultivos dos Estados membros e como agentes para a disseminação no terreno das políticas e das iniciativas aprovadas no seio desta Organização. O papel destas comissões foi crescendo e diversificando-se levando à aprovação da Carta das Comissões Nacionais, em 1978, no âmbito da Conferência Geral. Existem atualmente 198 Comissões Nacionais da UNESCO a nível mundial.

<sup>49</sup> Decreto-Lei n.º 218/79 de 17 de julho, revisto pelos Decreto-Leis n.º 103/89 de 30 de março, n.º 58/2003 de 1 de abril, n.º 121/07 de 27 de abril e n.º 16/2012 de 30 de janeiro.

decorrentes da implementação em Portugal das Convenções em que o país é Estado Parte, entre elas, a referida Convenção de 2003 o que torna as duas entidades – CNU e DGPC – como referido, necessariamente operativas e colaborativas. A questão traduz-se no facto de que a Convenção para o PCI - cuja implementação em Portugal a CNU tem como responsabilidade promover e acompanhar – reclama que à escala nacional cada Estado Parte deve identificar e definir os diferentes elementos do património cultural imaterial existentes no seu território e adotar as medidas necessárias para a sua salvaguarda, contemplando a obrigatoriedade de participação das comunidades, dos grupos e indivíduos e das organizações não governamentais pertinentes (Art. 11º). As medidas que cada Estado Parte deve aplicar a nível nacional – através dos seus organismos competentes - para fins de salvaguarda do património cultural imaterial encontram-se explicitadas nas *Diretivas Operacionais (para implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial)* quando são enumeradas as informações que devem constar nos relatórios periódicos que os Estados Parte devem apresentar *ao Comité Intergovernamental de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (Cabral, 2009). Com efeito, tais Diretivas obrigam a que

(V.I. 151) Each State Party to the Convention periodically submits to the Committee reports on the legislative, regulatory and other measures taken for the implementation of the Convention. States Parties are encouraged to complement the data gathered on the implementation of the Convention with information provided by relevant non-governmental organizations (*Operational Directives for the implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Heritage*. Current version, as amended during the last General Assembly 6.GA, 2016).

No final de 2014 a Direção-Geral do Património Cultural – no papel de entidade a quem compete a coordenação, a nível nacional, das diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial - fez chegar à Comissão Nacional da UNESCO o primeiro “Relatório de aplicação pelo Estado Português da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” relativo ao período 2008-2014, a fim de ser dirigido, pela CNU, à sede da UNESCO em Paris<sup>50</sup>. Cumpria-se a diretiva que impõe a apresentação de um documento desta natureza a cada seis anos após a ratificação da Convenção por cada Estado Parte.

---

<sup>50</sup> O Relatório foi aprovado na 10ª sessão do Comité Intergovernamental que decorreu em novembro de 2015, na Namíbia.

A relevância deste Relatório para a presente investigação manifesta-se, não só porque traça o percurso das principais políticas desenvolvidas pelo Estado português (desde 2007) até 2014, apresentando dados muito concretos, como identifica agentes e organizações engajados com o património imaterial e o respetivo âmbito desse envolvimento. Dá-se destaque ao papel das organizações não governamentais, das instituições que promovem a transmissão do conhecimento (formal e não-formal), das instituições de carácter científico que promovem ações de estudo e documentação de PCI e da própria sociedade civil *profundamente envolvida nesta matéria*, pelo que se torna importante aprofundar um pouco o conteúdo do documento o qual reflete a colaboração entre a DGPC, que redigiu o documento, agregando contributos da própria Comissão Nacional da UNESCO e de outras entidades.

A Direção-Geral do Património Cultural dá destaque, logo na introdução do documento, ao facto de que este pretende expressar o trabalho desenvolvido por múltiplas organizações, *public and private, as well as of civil society, deeply involved in this common endeavour*, dando conta desta ideia que a salvaguarda do património cultural imaterial em Portugal envolve múltiplos agentes e instituições.

This report stresses the activities developed by the organizations formally involved in the promotion, enhancement and safeguarding of ICH in Portugal, even though many other initiatives have been developed by several other public and private entities. Emphasis is given to fundamental role of the National Commission for UNESCO and the General Directorate for Cultural Heritage, to the accomplishments of the Regional Directorate for Cultural Affairs of the Government of the Region of Azores, as well as to the Portuguese NGOs with recognized competence in the field of ICH to act in an advisory capacity to the Committee: INATEL Foundation, CRIA – Centre for Research in Anthropology, and Intangible Memory – Cultural Cooperative CRL (Report on the implementation of the Convention and on the status of elements inscribed on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity).

O Relatório centra-se no trabalho desenvolvido por algumas entidades que se destacam pela relevância da sua missão e atribuições, deixando de fora muitas iniciativas empreendidas no quadro da implementação da Convenção pelos mais diversos tipos de agentes/organizações (Direções Regionais de Cultural, Municípios, Museus, Universidades, Centros de Investigação, Associações) pretendendo-se, como requerido, dar plena expressão às que resultaram das duas candidaturas à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial*, nomeadamente o Fado e a Dieta Mediterrânea bem como as instituições que lhes estão associadas em termos do



desenvolvimento de esforços para a promoção de cada uma destas manifestações de PCI.

Naturalmente e como resposta a uma das principais solicitações da UNESCO no âmbito deste Relatório<sup>51</sup>, a Direção-Geral do Património Cultural detém-se na implementação do Inventário Nacional enfatizando que se trata do único inventário de património imaterial em Portugal elaborado para os fins específicos e nos termos requeridos pela Convenção (assim como pelas Diretivas Operacionais para a sua implementação). Destaca-se ainda, para efeitos de conciliação com os requisitos da Convenção da UNESCO que

(...) the initiative for the inventorying of an element of ICH must come, first and foremost, from its practitioners, even if an organization may act as intermediate of the community in that process. The “National Inventory” is not therefore a management tool for the use of heritage administration but a tool designed for the empowerment of communities, groups and individuals in the identification, documentation, research, promotion, enhancement, and management of their own intangible cultural heritage. In short, the mission of the “National Inventory” is to be a really participatory inventory for the ICH in the Portuguese territory (idem).

O Relatório dá conta da existência de outros inventários – como o Inventário Regional do Património Cultural Imaterial dos Açores<sup>52</sup> que à época já se revelava (naturalmente, não neste documento) como um projeto menos em sucedido pois não contemplava qualquer manifestação inscrita, tal como ainda hoje sucede. É curiosa a alusão que consta também deste Relatório, aos «inventários temáticos» e a forma como é apresentada revela-se interessante sobretudo porque justifica o modo como o Estado português contornou o incómodo, ou como diria Ana Carvalho o “equivoco”<sup>53</sup>, de não

---

<sup>51</sup> «Please report on the inventory or inventories of the intangible cultural heritage present in your State’s territory, as referred to in Articles 11 and 12 of the Convention and paragraph 153 of the Operational Directives.»

<sup>52</sup> Cuja implementação tem início em 2011, com a adoção do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011/A, de 4 de julho, por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, onde se estabelecem os princípios orientadores relativos ao procedimento de inventariação do PCI com expressão na Região Autónoma dos Açores.

<sup>53</sup> Ana Carvalho vai considerar, no seu blog, que no caso português, o inventário nacional é «um processo não isento de fricções e sobre o qual se tem gerado vários mal-entendidos». Na sua opinião, um dos equívocos reside precisamente no facto de que o Fado, reconhecido pela UNESCO como património imaterial da humanidade, não se encontrar inscrito no inventário nacional, quando este é aparentemente um requisito da UNESCO ([https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/patrimonio-imaterial-europa-do-sul#\\_ftn11](https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/patrimonio-imaterial-europa-do-sul#_ftn11)). Clara Cabral ajudará a esclarecer a questão quando refere que no espírito da Convenção e das suas Diretivas o bem cultural tem de estar inscrito num Inventário, não necessariamente num Inventário Nacional. Amélia Frazão Moreira, na qualidade de *expert* e como veremos adiante, vai dar

ter inscrito no Inventário Nacional nenhuma das manifestações até então inscritas na Lista Representativa – O Fado, a Dieta Mediterrânica ou o Cante Alentejano – e que encontra explicação no argumento de estarem inscritas em “inventários temáticos” de PCI implementados por diferentes parceiros como a Casa do Cante, o Museu do Fado, o Museu de Tavira, ou projeto MEMORIAMEDIA (que, neste caso, atribui maior credibilidade ao assunto pelo facto da Cooperativa Memória Imaterial ser ONG acreditada junto da UNESCO para o património imaterial).

Note-se que é desta prerrogativa que resulta em 2015 a primeira alteração à lei de que já falámos, que entre outros aspetos vai definir a obrigatoriedade de inscrição de qualquer manifestação de património imaterial no Inventário Nacional previamente à sua candidatura a qualquer uma das listas da UNESCO, processo para o qual foram ouvidas diversas entidades como o Conselho Nacional de Cultura, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, o CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia e, naturalmente, a Comissão Nacional da UNESCO que não se manifestou a favor por ter um entendimento diferente

A Convenção diz é que o bem tem de estar inscrito num Inventário do Estado Parte, mas não diz qual é o Inventário, não diz que é o Inventário Nacional. (...) Portanto, o Estado Parte, Portugal e neste caso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros que é quem apresenta a candidatura, define se o Inventário proposto pelos promotores se está coadunado com aquilo que exige a UNESCO, ou não. (...) Para nós não é um problema. Tem apenas de estar inscrito num Inventário tanto pode estar no Inventário Nacional, como no MEMORIAMEDIA, como no Inventário do Museu do Fado, ou no Inventário do Museu de Tavira como a Dieta Mediterrânica ou pode inclusive estar num Inventário criado para o efeito como o do Cante Alentejano. Para nós [CNU] a questão está resolvida desde que exista um Inventário, qualquer que seja ele, o qual tenha uma página ou um link associado como a UNESCO exige (Clara Cabral, 2015 - entrevista).

Foi referido que nem sempre as duas instituições - DGPC e CNU - tem trabalhado de forma consensual e que nem sempre revelam entendimento, como ficou subentendido na entrevista que Clara Cabral, da Comissão Nacional de UNESCO, me concedeu no final de 2015. Apesar de valorizar e reconhecer o esforço da Direção-Geral do Património Cultural na sua missão de desenvolver e implementar as políticas nacionais para o PCI, a técnica da CNU revela-se crítica relativamente a algumas matérias

---

conta que esta é uma das questões mais complicadas de analisar no processo de avaliação das candidaturas às listas instituídas pela Convenção de 2003.

essenciais. Desde logo no que se refere à alteração da lei à qual, segundo Clara Cabral, a CNU se opôs, que fixa esta obrigatoriedade de pré-inscrição das manifestações de PCI no Inventário Nacional quando, à priori a própria Convenção não o exige, independentemente de tal tornar, a seu ver, até facilitador o trabalho da própria CNU que vê assim amplamente reduzidas as propostas de inscrição que passam a depender da avaliação prévia da DGPC. Sendo que esta questão não reúne consenso, o mesmo se pode dizer da questão que envolve a apreciação das candidaturas que, de igual modo, suscita reservas por parte de Clara Cabral. A crítica decorre da extinção da *Comissão para o Património Cultural Imaterial* (C-PCI), que operou entre 2011 e 2012<sup>54</sup>. Note-se que em 2009, na conceção do regime jurídico, o legislador preocupou-se em criar uma Comissão independente, dotada de autonomia administrativa, técnica e científica, a quem atribuiu competências nos domínios instrutório e decisório no âmbito dos procedimentos de proteção legal do PCI (ou seja, tomando a responsabilidade de decisão acerca da inscrição, ou não, de manifestações no Inventário Nacional). Ora esta Comissão veio a ser extinta logo em 2012 com a criação da Direção-Geral do Património Cultural entidade para a qual transitaram em exclusivo as referidas competências nos domínios instrutório e decisório e para o Conselho Nacional de Cultura - Secção dos Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial - no domínio consultivo<sup>55</sup>. A técnica da CNU mostra-se crítica fazendo um paralelismo com o trabalho desenvolvido na própria Comissão Nacional da UNESCO para apreciação das candidaturas internacionais.

Não conheço, de todo, como é que é feito o processo de avaliação [das candidaturas ao INPCI] (...). Eu sei que antes existia uma Comissão de peritos, bons ou maus, não me vou pronunciar, mas de facto havia uma Comissão que tomava a decisão, agora não sei como

---

<sup>54</sup> A C-PCI integrava representantes das seguintes entidades: Departamento de Antropologia da FCSH-UNL (João Leal); Departamento de Antropologia do ISCTE-IUL (Rosa Perez); CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Antónia Pedrosa de Lima); INET-MD – Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos de Música e Dança (Salwa Castelo-Branco); e Museu Nacional de Etnologia (Joaquim Pais de Brito). Por designação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Comissão integrava os seguintes membros: Catarina Vaz Pinto (Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa) e Mário Dorminsky (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Gaia). Finalmente, como foi referido em capítulo anterior integravam a Comissão, por inerência, o Diretor do Instituto dos Museus e da Conservação e o Diretor do Departamento de Património Imaterial do IMC.

<sup>55</sup> Todo o processo relativo à C-PCI - desde a sua constituição, à sua extinção, passando pelo trabalho desenvolvido, pela justificação dos peritos que a integraram, aos instrumentos técnicos concebidos para apoio ao seu funcionamento – pode ser consultado no «Relatório de Comissão de Serviço» de Paulo Ferreira da Costa datado de 28.12.2011. Note-se que as atividades da C-PCI constituem objeto de Relatório Anual específico.

é. É uma única pessoa? São várias pessoas? São os técnicos? Eu não sei (...). Eu acho que seria legítimo haver um grupo de pessoas, tal como criámos um Grupo de Trabalho para o Património Imaterial [na CNU], onde está a Comissão Nacional da UNESCO, a DGPC e onde estão as três primeiras entidades que foram acreditadas como ONG para o património imaterial junto da UNESCO: o INATEL, o CRIA e o MEMORIAMEDIA. Achámos que seria um grupo consensual, no qual ninguém pode pegar (...) O que eu gostaria é que para o Inventário Nacional existisse também um conjunto de entidades isentas, como responsabilidade e conhecimento na matéria que pudessem também pronunciar-se sobre essas propostas (Clara Cabral, 2015 - entrevista).

A questão não suscitou reservas apenas a Clara Cabral. Também Manuel Bairrão Oleiro se pronunciou sobre o assunto na entrevista que me concedeu demonstrando que concorda com a extinção da Comissão, “que não serviu os seus intuitos, lamentavelmente” mas que faria sentido, “atendendo à importância que o património cultural imaterial tem e continuará a ter nas políticas públicas, que houvesse uma seção especializada de património cultural imaterial no âmbito do Conselho Nacional de Cultura, onde pudessem estar presentes mais especialistas, que tivesse uma composição mais diversificada, não necessariamente muito vasta, mas mais diversificada para poder ter uma palavra a dizer sobre essas matérias, partindo de pessoas que conhecem bem a realidade”. Já Clara Camacho se mostrou mais radical na sua convicção considerando que

Eu sou a favor da Comissão, completamente. Eu sou a favor sempre de organismos consultivos e de organismos de peritos na administração pública. É uma questão princípio em todas as áreas e nesta também, ainda por cima porque chegou a existir, depois desaparece e não fica bem à administração pública não ter um organismo de ordem científica em quem se apoiar para estas matérias, portanto, discordo dessa alteração (Clara Camacho, 2016 - entrevista).

Esta é, de facto, uma das questões mais acutilantes deste período e que não deixou de surpreender outros agentes inclusive aqueles que estiveram diretamente envolvidos no assunto, desde logo, o antropólogo João Leal que assumiu publicamente – nomeadamente no Colóquio Internacional “Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas”<sup>56</sup> a sua perplexidade perante esta decisão governamental de extinção da Comissão, da qual fazia parte, justificada com o argumento da necessidade de redução de encargos financeiros. Note-

---

<sup>56</sup> Colóquio Internacional, realizado em Lisboa, em 2012, organizado conjuntamente pela Direção-Geral do Património Cultural e pelo CIDEHUS, da Universidade de Évora.

se que a C-PCI dá conta, no seu único Relatório de Atividades (C-PCI, 2011) que de todo o trabalho por si desenvolvido não resultaram quaisquer encargos financeiros para a administração, o que aparenta ser contraditório com o argumento que justifica a sua extinção.

Neste aspeto podemos tomar como ponto de partida para uma pequena reflexão, o caso francês e a criação em 2006, de uma instância consultiva informal, o «Comité technique du PCI», que serviu de fórum para a troca de informações relativas à Convenção para a Salvaguarda do PCI. Progressivamente, o Comité foi-se tornando responsável pela análise e avaliação dos dossiês de candidatura para a inclusão de uma manifestação de PCI no inventário nacional francês ou para a inscrição numa das listas instituídas pela UNESCO. Em 2012, no mesmo ano em que foi extinta em Portugal a C-PCI, foi criado, oficialmente o «Comité du patrimoine ethnologique et immatériel» (CPEI)<sup>57</sup> o qual se mantém responsável pela análise e apreciação dos processos de inclusão de manifestações de PCI no inventário nacional francês e dos dossiês de candidatura para a inscrição nas listas da UNESCO.

Como já foi referido, com a criação de uma “pesada” e “disforme”<sup>58</sup> Direção-Geral do Património Cultural, a área do património imaterial parece ter conhecido um retrocesso ou até talvez um desinvestimento comparativamente com os anos de existência do Instituto dos Museus e da Conservação conforme demonstram os Relatórios de Atividades da DGPC (de 2013 a 2016) onde inclusive se verifica que das poucas iniciativas previstas para esta área, algumas estão por realizar sendo que a tónica assenta, sobretudo, em «Assegurar a análise crítica, a emissão de parecer e a instrução de novos procedimentos de inventariação de património imaterial, nas suas diversas componentes» e em «Prestar apoio técnico a entidades terceiras no âmbito do inventário do património imaterial». Esta questão leva-nos a considerar, o que não é de todo isento de críticas, que a DGPC, embora tenha herdado as competências do IMC

---

<sup>57</sup> Constituído por: «Trois représentants du ministère de la Culture et de la Communication, dont le directeur général des patrimoines, membre de droit; Trois personnalités qualifiées choisies en raison de leurs compétences dans le domaine du patrimoine ethnologique et immatériel; un maire, désigné sur proposition de l'Association des maires de France; un président de conseil général, désigné sur proposition de l'Association des départements de France; un président de conseil régional, désigné sur proposition de l'Association des régions de France».

<sup>58</sup> Nas palavras do atual Ministro da Cultura Luís Filipe Castro Mendes conforme notícias do Jornal *Público* de 21.09.2017 e do *Observador* de 07.11.2017.

nesta matéria, centraliza a sua ação quase em exclusivo na gestão do Inventário Nacional e que este se constitui atualmente como o principal motor da relação do Estado com os agentes e as organizações que desenvolvem atuação nesta área. Em 2011 Ana Carvalho havia considerado que embora os inventários, enquanto ferramenta para a identificação do PCI, se possam revelar de grande utilidade e validade, quando se desenham políticas o enquadramento que se exige é mais vasto e necessariamente mais transversal. Partilho da opinião da autora – que veio a reiterar no seu blog a mesma ideia a propósito de uma crítica ao referido Colóquio Internacional “Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas”<sup>59</sup> - que os inventários são apenas uma das medidas de salvaguarda previstas na Convenção de 2003 e que se a criação de um inventário nacional se apresentar desvinculado de uma política de salvaguarda mais abrangente corre o risco de não ter verdadeiro impacto sobre a preservação do património (Carvalho, 2011: 99). Ainda nesta crónica, Ana Carvalho vai mais longe para considerar que com criação da nova Direção-Geral do Património Cultural e consequentemente com atribuições mais alargadas na área do património e museus, não se verificaram mudanças quer a nível das estratégias quer das práticas que estimulem a perspetiva integradora do património. Significa, na sua ótica, que as aparentes reestruturações nas instituições do Estado que decorreram em 2012 «foram exclusivamente de ordem economicista e não foram acompanhadas de uma reflexão interna sobre os problemas da gestão do património face a novos paradigmas».

### **II.1.2. Administração regional e local**

Numa conferência proferida em 2009, Paulo Ferreira da Costa dava conta do inegável fator de oportunidade que constituía o então quadro institucional configurado no âmbito do Ministério da Cultura, designadamente o papel normativo atribuído ao Instituto dos Museus e da Conservação, as competências repartidas entre este e as Direções Regionais de Cultura, bem como o papel fundamental de articulação próxima

---

<sup>59</sup> A propósito do Colóquio, que teve lugar em 2012, considera a autora no seu blog que « (...) o debate não fez jus à ambição do título da conferência “Políticas públicas para o património imaterial...” , uma vez que o leque de experiências apresentado se reportou a uma análise sobre as formas de inventariar o PCI adoptadas pelos países representados».

que se desenhava entre estas e as autarquias (Costa, 2009c: 176). Estas considerações são proferidas à época em que se assinalava a entrada em vigor do primeiro decreto-lei que veio estabelecer o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial e traduzem aquele que é um dos seus principais fundamentos, averbados pelo decreto-lei que em 2015 veio proceder à sua primeira alteração e o qual reitera os princípios do anterior nomeadamente no que respeita ao envolvimento das Direções Regionais de Cultura e das Autarquias na salvaguarda do património cultural imaterial no quadro da pós-ratificação da Convenção de 2003.

Enquanto administração cultural de proximidade<sup>60</sup>, a legislação atual sublinha o papel determinante que desempenham as DRC's no apoio às comunidades, grupos ou indivíduos para a proteção legal do respetivo património cultural imaterial convocando a ideia de que «4 - as direções regionais de cultura prestam apoio às comunidades, grupos ou indivíduos na inventariação de manifestações do património cultural imaterial, respeitando as normas, metodologias e procedimentos de salvaguarda estabelecidos pela Direção-Geral do Património Cultural» e que «5 — (...) desenvolvem, em articulação com a Direção-Geral do Património Cultural, estratégias e ações para a salvaguarda de manifestações do património cultural imaterial».

No âmbito das competências que lhes estão atribuídas está reservado às DRC's e às Autarquias um papel de extrema importância no procedimento de registo de manifestações de PCI no Inventário Nacional para fins de proteção legal. Sempre que estejam em causa decisões sobre o registo no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, a Direção-Geral do Património Cultural pede parecer, em fase de consulta direta, às DRC's e às câmaras municipais relevantes em função da abrangência territorial da manifestação do património cultural imaterial. Tal parecer é emitido no prazo de 40 dias desde que as mesmas entidades não sejam proponentes do procedimento de proteção legal. Vejamos o caso da «Capeia Arraiana», a primeira manifestação a ser inscrita no Inventário Nacional, em que foi consultada a Direção

---

<sup>60</sup> Trata-se de organismos desconcentrados do Ministério da Cultura que, conforme consignado no Decreto Regulamentar n.º 114/2012, de 25 de maio, têm por missão - na sua área de atuação geográfica e em articulação com os serviços e organismos do Ministério da Cultura - a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial e o apoio a museus.

Regional de Cultura do Centro, que emitiu parecer favorável, mas não foi consultada a Câmara Municipal que se sagra entidade proponente do pedido de inventariação ou o caso da inscrição do Kola San Jon, em que se apresenta como proponente a Associação Cultural Moinho da Juventude, tendo considerado a Direção-Geral do Património Cultural auscultar, como veremos, apenas a Câmara Municipal da Amadora tendo em conta que as atribuições cometidas à Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo transitaram, com a sua extinção em 2012, para a própria DGPC, por ocasião da reorganização de serviços empreendida no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)<sup>61</sup>.

A articulação entre património cultural imaterial e o papel das Direções Regionais de Cultura esteve presente logo desde 2007 e consta das primeiras tentativas de definir um regime jurídico para o PCI, como tive oportunidade de comprovar quando da consulta do processo de elaboração das propostas de Decreto-Lei e correlativa Portaria para desenvolvimento da Lei 107/2001, de 8 de setembro que resultou do trabalho conjunto, como vimos, entre o DPI/IMC e a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património*. Definido o seu papel na legislação, a partir de 2008 e até 2011 adensaram-se as iniciativas promovidas pelo IMC envolvendo as Direções Regionais de Cultura. O Relatório de 2009 do DPI/IMC dá conta, por exemplo, da realização de uma reunião que teve lugar a 10 de março no Museu Nacional de Etnologia entre o IMC e todas as DRCs, com vista à articulação e envolvimento destas no âmbito do processo de constituição do Inventário Nacional. O documento adianta que tendo contado com a presença de representantes de todas as Direções Regionais de Cultura procedeu-se ao balanço dos trabalhos até então realizados, focando as atividades programadas para esse ano, bem como a identificação de boas-práticas e modos de colaboração a prosseguir e/ou a implementar entre todos os organismos no sentido de uma atuação concertada neste domínio. Na mesma reunião, foi apresentado às DRCs o projeto de desenvolvimento do sistema de informação para acesso ao Inventário do PCI sendo que nessa ocasião, o IMC colocou à apreciação das Direções Regionais de Cultura a proposta

---

<sup>61</sup> Uma das alterações que o Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio vem estabelecer é a extinção da referida Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo definindo que as suas atribuições e competências são prosseguidas pela Direção-Geral do Património Cultural nos domínios da salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial e do apoio a museus e pela Direção-Geral das Artes no domínio do apoio às artes.



de ficha a utilizar no INPCI. Dando continuidade a esse permanente diálogo o IMC prosseguiu em 2010 com a realização de reuniões de trabalho em que foi sendo fornecida a essas entidades interlocutoras documentação vária produzida pelo Departamento de Património Imaterial no âmbito da sua esfera de atuação.

Deste esforço de actuação concertada entre o IMC e as DRCs têm já resultado projectos de particular relevo, tais como o papel que a DRC-Algarve conferiu à Rede de Museus do Algarve para o estudo, documentação e inventário do PCI da região, assim como os projectos que a DRC-Centro desenvolve desde 2010 no âmbito dos saberes e práticas alimentares, em conjunto com a Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas (...). Tendo conhecimento global e regular dos projectos das Direcções Regionais de Cultura em matéria de PCI, não obstante em 2010 o Director do DPI elegeu também estas entidades como destinatárias do Inquérito “Património Imaterial em Portugal”, para um conhecimento mais aprofundado das respectivas realidades, incluindo neste universo de análise também as Direcções Regionais de Cultura dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, com as quais, sobretudo a primeira, o DPI tem estabelecido contactos (Costa, 2011: 61).

A título de nota referir que em 2011 decorreu, no Algarve, a Ação de Formação *Inventário do Património Imaterial em Contexto Museológico: princípios, metodologias e boas práticas* organizada pelo DPI/IMC a pedido da Direção Regional de Cultura do Algarve e Rede de Museus do Algarve, visando a capacitação dos profissionais dos museus da RMA, quer no âmbito da elaboração de pedidos de inventariação no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, quer no âmbito do planeamento e gestão de projetos de salvaguarda e valorização do património imaterial em contexto museológico, em particular em contexto de utilização do Programa Matriz 3.0 (Relatório DPI, 2011). Por outro lado, e no que respeita ao Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus, de sublinhar que em 2014 a ação de formação sobre PCI decorreu na ilha do Faial com o pleno envolvimento da Direção Regional da Cultura dos Açores e em 2015 decorreu novamente no Algarve a pedido do «Grupo de Trabalho Património Cultural Imaterial da Rede de Museus do Algarve» com o apoio da respetiva Direção Regional de Cultura. Há a destacar também, no âmbito da formação, a participação de técnicos das Direcções Regionais de Cultura nos cursos de E-Learning, sobretudo na edição de 2013, cuja participação foi bastante acentuada com a presença

de um número considerável de técnicos das Direções Regionais de Cultura do Norte e dos Açores<sup>62</sup>.

De referir que em qualquer ação de formação organizada pelo IMC/DGPC no que respeita ao património imaterial e pese embora se confirme a presença de um número diversificado de participantes, tem-se estabelecido como destinatários preferenciais os técnicos das autarquias e/ou dos museus, sendo que muitos destes são também técnicos municipais na medida em que a tutela da instituição que representam é municipal. Esta questão remete-nos para o papel das autarquias que tanto quanto o das DRC's se sagra fundamental no âmbito da promoção, valorização e salvaguarda do PCI em Portugal, nomeadamente no que diz respeito à sua consagração por parte das políticas públicas nacionais. A própria legislação consagra-lhe esse valor pelo «papel de especial importância que desempenham (...) na promoção e apoio ao conhecimento, defesa e valorização das manifestações do património cultural imaterial das respetivas comunidades, incluindo as minorias étnicas que as integram»<sup>63</sup> sublinhando que pode partir das Autarquias locais a iniciativa para a inventariação.

Neste sentido, as Autarquias, mais do que as próprias Direções Regionais de Cultura, desempenham um duplo papel: por um lado, um papel institucional de apoio às comunidades na identificação do seu próprio PCI agindo inclusive como entidades de referência eleitas pelo organismo do Estado competente para fins de emissão parecer no âmbito da instrução dos procedimentos de inventariação e, por outro, demarcando-se dessas funções consultivas e propondo, enquanto “detentores” e em nome da própria comunidade (grupos ou indivíduos), efetivos pedidos de proteção legal. Tem sido, efetivamente, uma tendência observável nos últimos anos, o interesse que as Câmaras Municipais têm manifestado na condução de processos de patrimonialização sendo que os *media* são pródigos em noticiar declarações de interesse divulgadas pelos municípios no que respeita às mais diversas intenções de candidatura. Esta questão leva-nos para o campo teórico e para um tema que tem vindo a ser analisado pelos

---

<sup>62</sup> O Relatório de Balanço do Curso (edição de 2013) faz a relação entre a procura de formação e capacitação dos participantes residentes no arquipélago dos Açores com a necessidade de aquisição de conhecimentos para fins da proteção legal de PCI no âmbito do «Inventário Regional do Património Cultural Imaterial dos Açores», gerido pela Direção Regional da Cultura dos Açores.

<sup>63</sup> Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto.

especialistas à medida que a Convenção da UNESCO para a salvaguarda do património imaterial vai ganhando história. A questão sofre, a meu ver, das consequências não apenas das próprias políticas nacionais, cujo alcance tende a ser generalizado e estrategicamente direcionado, como do impacto público-mediático e da construção da opinião que é produzida não só nos *media*, mas também a partir de outras entidades como as próprias universidades – veja-se a proliferação de cursos e áreas de especialização que têm como *focus* a área do património (e consequente formação de técnicos especializados para intervir nesse domínio), de determinados círculos culturais, associativos e mesmo políticos que vão penetrando e toldando o discurso dos agentes locais, agora mais despertos e interessados nas vantagens que o “regime patrimonial” (Hafstein 2007) pode trazer e assim, naturalmente, promovendo a “inflação patrimonial” (Heinich, 2009). O tema revela-se interessante para uma auscultação mais demorada e mais dialogada que deixe entender como se forja a construção da identidade na sua relação com a construção social do património e com o modo como o discurso autorizado tende a ser seletivo empregando mecanismos para definir e distinguir, a partir da realidade local, aquilo a que se atribui “valor” e agora já não apenas “valores” que remetem para antiguidade, autenticidade, originalidade e raridade como instituído para os bens móveis e imóveis - mas outro tipo de valorização que incorpore as características dos bens de natureza intangível. Estes agentes assumem a responsabilidade de definir aquilo que deve ser salvaguardado do que não será resgatado e deixará de subsistir enquanto “património imaterial” ficando condenado à categoria de “memória social”.

O teor desta investigação não passa pelo aprofundamento de certas matérias, como esta que facilmente nos conduz para as questões da mercantilização e turistificação, contudo e porque a realidade nos apela constantemente à reflexão há uma outra questão que, essa sim, se encaixa no conteúdo desta investigação e para a qual pode ser importante olhar. O Inventário Nacional foi disponibilizado publicamente em 2011 e em várias ocasiões o seu mentor Paulo Ferreira da Costa considerou que o mesmo não se destina apenas ao inventário dos “tesouros” e das “obras-primas” do PCI em Portugal, isto é, daquelas manifestações que se encontram facilmente nos roteiros turísticos de cada região, pela sua estética, espetacularidade ou projeção territorial e

mediática, mas também, e em primeiro lugar, a todas as práticas sociais tradicionais que, discretamente, se encontram ausentes desses roteiros, e que frequentemente são as que mais riscos e ameaças enfrentam (Costa, 2013 a, c, d). A atitude e a insistência, quase pedagógica com que tem vindo a passar esta mensagem revela, a meu ver e nos termos de Laurajane Smith, que diferentes formas de engajamento com o património podem revelar diferentes “discursos autorizados sobre património”. Num texto de 2013 e num período em que o Inventário Nacional ainda dava os seus primeiros passos e que a ação, formativa ou de capacitação, estava no seu auge, Paulo Costa deixa, em jeito de rodapé uma nota interessante que, não sendo dirigida a nenhum agente ou entidade em particular é perfeitamente entendida, a meu ver, como um alerta para o poder local e para os seus representantes.

Precisamente este tipo de projeção mediática de determinadas expressões do PCI, em particular as festividades locais, tem tido particular expressão nos últimos anos, em resultado da atenção que os canais de TV generalistas dedicam a tais «eventos» e, subsidiariamente, às atividades tradicionais e produtos de um determinado local ou região, constituindo este um dos terrenos possíveis mais interessantes para a análise contemporânea dos processos de patrimonialização do PCI. Para além dos inúmeros dilemas éticos que, por princípio, se deverão colocar a uma atuação sobre o PCI numa perspetiva de estrita gestão económica e financeira, a turistificação constitui frequentemente um enorme risco, como o reconhece a própria UNESCO, de adulteração das características de uma manifestação do PCI. Deve notar-se que esta adulteração não deve ser confundida, em caso algum, com o carácter dinâmico característico do PCI. E, sobretudo, este carácter dinâmico não pode ser entendido como pressuposto para que adulterações daquele tipo possam ocorrer com ligeireza. Devemos estar conscientes do risco de, em último grau, querendo rentabilizar (economicamente) o património imaterial de uma comunidade, possamos fazer com que essa manifestação cultural deixe de ser o património de alguns, isto é, as pessoas dessa comunidade, para se tornar no património de ninguém, isto é, os turistas que acorrem a assistir, a fotografar, a filmar essa manifestação, mas que não fazem parte dessa comunidade (Costa, 2013c: 112).

Embora me pareça cedo para aferir estas questões uma vez que, tendo o INPCI sido disponibilizado publicamente em 2011, a sua dinâmica conheceu um maior impulso a partir de 2015, no entanto, olhando para o que já está inscrito (ou candidatado) observa-se que a tendência da parte dos municípios é efetivamente para inscrever no Inventário Nacional as manifestações de PCI que identificam e caracterizam cada município: a Capeia Arraiana do Sabugal, as Festas do Povo de Campo Maior ou o Carnaval de Torres Vedras. Mais coadunado com o discurso “oficial” aquele que empreende as políticas patrimoniais, parece estar o entendimento de outros agentes que fora deste discurso autorizado apresentam propostas de patrimonialização mais

conducentes com a teoria da salvaguarda do que da mediatização. Nestes casos observa-se que os processos são conduzidos por outras entidades que não as autarquias, por exemplo, Associações como o caso da Associação Cultural Moinho da Juventude que propôs a candidatura do «Kola San Jon»; Museus por exemplo, o Museu da Marioneta que propôs a candidatura do «Teatro de Dom Roberto», Juntas de Freguesia, a da Lousa, por exemplo que candidatou ao INPCI as «Danças Tradicionais» e, inclusive, Universidades de que é exemplo, a inscrição na Lista de Salvaguarda Urgente da Candidatura das «Artes e saberes de construção e uso da bateira», promovida pelo Instituto Politécnico de Santarém.

## **II.2. O papel da investigação na reflexão e intervenção sobre o PCI em Portugal**

No que respeita ao PCI, falar em investigação pressupõe refletir sobre o papel das universidades e centros de investigação, mas também da investigação que tem lugar a partir dos museus. Sobre museus vimos sublinhando o modo como, no plano das metodologias adotadas e muito antes de estar categorizada pela UNESCO a área do património imaterial, ela sempre esteve presente na gramática museológica com maior incidência na dos museus com coleções etnográficas. É paradigmático, como vimos, o caso do Museu Nacional de Etnologia onde a dimensão intangível que remete, como nos recorda o seu ex-diretor, Joaquim Pais de Brito (2009), para os domínios tradicionais da Antropologia, sempre foi indissociável da materialidade da cultura e, como tal, da constituição das suas coleções e da forma como, ao longo da sua história, o museu as exhibe e as comunica. A partir desta realidade e da relação entre a materialidade e intangibilidade vamos encontrar múltiplos casos em que campos especializados de pesquisa se abriram não apenas dentro do museu como a partir do museu e das suas coleções.

Dando conta desta questão, em 2015 e no âmbito da comemoração do seu 50º aniversário, o MNE foi responsável pela organização de um ciclo de conferências - *Entre as coleções e o terreno: Investigações no Museu* - dedicado à divulgação de projetos de pesquisa antropológica desenvolvidos a partir das coleções do Museu Nacional de Etnologia. O texto introdutório remete para a importância desta linha de atuação do Museu:

A investigação constitui uma função de central importância na atividade museológica, reconhecida como tal pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (...). No caso do Museu Nacional de Etnologia, cuja criação é indissociável da própria emergência da moderna Antropologia em Portugal, é inegável a relevância assumida pela investigação. Este papel crucial da pesquisa etnográfica encontra-se expresso quer nas coleções relativas às culturas populares portuguesas, elas próprias resultantes de linhas de pesquisa sistemática desenvolvidas pela equipa fundadora do Museu desde muito antes da criação formal deste, quer nas coleções relativas a muitas outras culturas constituídas no âmbito de missões e projetos de investigação, e que nas duas últimas décadas se articularam de forma decisiva com a realização de projetos expositivos muito diversificados. O carácter programático de que se reveste a investigação para o Museu Nacional de Etnologia decorre, enfim, da sua articulação com universidades, centros de investigação e outros museus, nacionais ou estrangeiros, que encontram neste Museu diversificados terrenos de pesquisa para o estudo de inúmeras culturas. É este o quadro global para o ciclo de conferências *Entre as coleções e o terreno: Investigações no Museu*, realizado no âmbito do 50.º aniversário do Museu Nacional de Etnologia, dedicado à divulgação de projetos de pesquisa desenvolvidos no cruzamento com as suas coleções, no âmbito de estágios, projetos académicos ou colaborações diversas, por vezes indutores de revisitações e de novas pesquisas etnográficas nos terrenos e nas sociedades produtoras dessas mesmas coleções.

No contexto deste ciclo de dez anos de políticas patrimoniais para o PCI sobre o qual nos debruçamos e retomando o Relatório da Comissão de Serviços do Diretor do Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação, importa agora deitar um olhar sobre a cooperação com Universidades e Centros de Investigação no que respeita à implementação da política nacional de salvaguarda para o PCI. Esta cooperação decorre, como referido, das atribuições estabelecidas não apenas pelos diplomas orgânicos dos organismos que tutelam a área do PCI desde 2007, mas também pelo estabelecido pelo regime jurídico para a sua salvaguarda a que se refere a alínea l) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto:

A política de salvaguarda do património cultural imaterial integra especificamente as seguintes componentes: l) Cooperação com autarquias locais, estabelecimentos de ensino superior, centros de investigação e associações de defesa do património cultural com vista à salvaguarda do património cultural imaterial.

Neste pacote de cooperação institucional que decorre desde o início da implementação de tais políticas patrimoniais para o PCI inclui-se, ainda em 2007, a marcada intenção de aproximação ao ambiente académico patente desde logo na organização do já referido Ciclo de Colóquios em 2008. Com efeito e embora tenha sido transversal a todo o programa, o 5º Colóquio foi o que se revelou mais explícito na intenção de trabalhar em proximidade com o meio académico, sobretudo na área da

Antropologia. O pressuposto de que constitui um dos campos disciplinares de referência, em termos teóricos e metodológicos, para o estudo e inventário dos vários domínios que configuram o PCI no âmbito da respetiva Convenção da UNESCO explica que o referido Colóquio tenha decorrido nas instalações da Universidade (FCSH/UNL) numa parceria em termos de organização, com o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA).

Confere também que, em 2010, no âmbito do já mencionado Inquérito “Património Imaterial em Portugal” conduzido pelo DPI/IMC foram inquiridas quatro dezenas de unidades de investigação, detentoras de registos e arquivos de particular relevância documental sobre este domínio e, como tal, consideradas de extrema relevância para a atuação no setor, entre elas o próprio CRIA. Deste levantamento resultou, como também referido, informação a divulgar no website de acesso ao INPCI sobre as principais instituições de pesquisa e documentação de património imaterial em Portugal sendo que para além destes contributos para o Projeto MatrizPCI, foram estabelecidas por esta ocasião parcerias com diversos investigadores com vista à divulgação online, através do respetivo website, de Fichas de Inventário de PCI elaboradas a partir das respetivas investigações no terreno. A participação dos investigadores, através das respetivas universidades e centros de investigação na salvaguarda do PCI convoca uma das ideias fundamentais que decorre do facto de o INPCI ter sido concebido com vista a permitir, por um lado, a participação ativa dos detentores do Património Imaterial, numa lógica de *bottom-up* preconizada pela UNESCO no âmbito da Convenção de 2003 e, por outro, a promoção da sua documentação no contexto de estudos aprofundados, a realizar por profissionais técnica e cientificamente qualificados para tal.

Como tal, o sistema assenta sobre um paradigma de cooperação e de partilha do conhecimento sobre o Património Imaterial, pretendendo-se que contribua para a congregação da informação dispersa por muitas entidades e a valorização de inúmeros fundos documentais e que, como tal, contribua para a divulgação do trabalho desenvolvido por inúmeros agentes que têm actuado desde há muito e em diversificados planos na documentação e salvaguarda do Património Imaterial em Portugal (INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2009: 5).

Deste pressuposto resulta que alguns investigadores tenham dado corpo à ideia de propor a patrimonialização de algumas práticas cuja matriz tem enquadramento no

conceito de património cultural imaterial e nos pressupostos da sua salvaguarda à luz da Convenção da UNESCO. Sucedeu, por exemplo, com o processo de inscrição no INPCI do «Kola San Jon da Cova da Moura» de que daremos conta na segunda parte da dissertação, sendo que a participação dos investigadores e o seu engajamento com a área do património imaterial tem estado na origem de outros processos de patrimonialização em que os próprios investigadores procuram enquadramento institucional – já que não o podem fazer a título individual conforme define a legislação – para avançar com propostas de patrimonialização relativas a práticas que os ocupam amiúde, em termos de investigação, há alguns anos. A título de exemplo, referir o processo de inscrição no INPCI da «Arte-Xávega na Costa da Caparica», cuja entidade proponente é a Câmara Municipal de Almada, mas que resulta de um trabalho de investigação desenvolvido pelo historiador Francisco Silva (coordenador do Centro de Arqueologia de Almada) que remonta a 2004, altura em que encetou o contacto regular com a comunidade piscatória da Costa da Caparica através da «companha S. José» com o objetivo de trabalhar as questões ligadas à caracterização das práticas e conhecimentos associados à prática da pesca nesta cidade piscatória do concelho de Almada<sup>64</sup>. Com vista a aprofundar estes conhecimentos o historiador procurou, em 2014, formação na área do património cultural imaterial através da participação na 2ª edição do Curso de E-Learning promovido conjuntamente pela DGPC e Universidade Aberta. O trabalho inicialmente académico, foi posteriormente acompanhado por parte da Direção-Geral do Património Cultural e resultou na submissão da proposta aprovada em fevereiro de 2017.

Refletir sobre património cultural imaterial na sua relação com instituições académicas e/ou de investigação implica obrigatoriamente mencionar o papel do CRIA como Unidade de I&D de referência para a prática antropológica em Portugal. Criado em 2007, o CRIA encontra-se organizado em polos sediados em quatro instituições universitárias (FCSH-UNL, ISCTE-IUL, Universidade de Coimbra e Universidade do Minho). O seu modo de funcionamento em rede permite que cada polo desenvolva de forma autónoma as suas atividades facilitando, contudo, a partilha de recursos em

---

<sup>64</sup> Inserido no projeto «Fronteiras Urbanas» apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com base no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e no âmbito do qual doze etnógrafos interdisciplinares trabalharam com duas comunidades na Costa de Caparica: a piscatória e a agrícola.



termos de gestão, captação de fundos, divulgação das atividades de pesquisa e promovendo também atividades conjuntas com outras unidades de investigação e ensino/formação. Enquanto principal organização dedicada à Antropologia Social e Cultural, lidera as atividades de investigação nesta área de estudos sendo que atualmente acolhe cerca de duas centenas de investigadores, portugueses e estrangeiros, com diferentes formações académicas.

A investigação desenvolvida no CRIA organiza-se em torno de quatro Grupos de Investigação os quais correspondem a campos específicos de pesquisa: (1) Circulação e Produção de Lugares, (2) Desafios Ambientais, Sustentabilidade e Etnografia, (3) Governança, Políticas e Quotidiano, e (4) Práticas e Políticas da Cultura<sup>65</sup>. No âmbito do PCI, o CRIA desenvolve ações de investigação, recolha, divulgação e educação em todos os domínios preconizados pela Convenção UNESCO 2003. Embora a sua ação transcenda as questões do património imaterial, nesta estrutura elas circunscrevem-se a um conjunto de investigadores, cerca de setenta, que integram o Grupo de Pesquisa "Práticas e Políticas de Cultura" coordenado por Nélia Dias e Sónia Vespeira de Almeida.

Although safeguarding intangible cultural heritage is not CRIA's primary objective, the research group "Practices and Politics of Culture" deal directly with this issue. CRIA's members study very diverse social and cultural contexts. Their ethnographic activity provides the empirical basis and the cultural knowledge that are necessary for an objective assessment of the relevance, interest, urgency, viability and sustainability of safeguarding initiatives.

Aliando a abordagem etnográfica à perspetiva histórica e crítica, as investigações desenvolvidas no âmbito deste Grupo de Investigação focam-se em temas como os processos de circulação e reajustamento de formas culturais, mercadorização da cultura, papel dos museus, festivais e rituais no quadro dos processos de objetificação da cultura e a construção de lugares como destinos turísticos. O património, tangível e intangível, tem sido um tema fortemente mobilizado no seio deste grupo de pesquisa.

No âmbito da atuação do CRIA merece ainda destaque a edição da revista *Etnográfica*, considerada a principal publicação periódica em Antropologia, em Portugal.

---

<sup>65</sup> De forma complementar desenvolvem-se linhas temáticas e núcleos de trabalho que agregam investigadores dos vários grupos de investigação em torno de temas e contextos específicos de pesquisa, como por exemplo, Antropologia da Saúde, Antropologia Visual e da Arte, Estudos em Contextos Árabes e Islâmicos, entre outros.

Trata-se de uma revista internacional com periodicidade quadrimestral que está indexada em importantes bases de dados e coleções, como Anthropological Index Online, EBSCO, Revues.org, SciELO, Scopus, Web of Science – SciELO Citation Index. Abrange uma grande diversidade de contextos etnográficos e tem sido um veículo de promoção e divulgação de pesquisas também em torno do património cultural imaterial.

Da relação entre PCI e as instituições académicas e/ou de investigação parecem-nos relevante, por fim, destacar o papel do INET-md - Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos de Música e Dança. Fundado em 1995 no seio da FCSH/UNL cumpre o objetivo de realizar investigação multidisciplinar sobre a música, a partir de uma perspetiva etnomusicológica. A participação do Instituto de Etnomusicologia no Inquérito “Património Cultural Imaterial” e a consequente integração no Diretório de Entidades do MatrizPCI permite dar conta que, no seu percurso, o INET tem tido uma atividade intensa no estudo e documentação do Património Cultural Imaterial em Portugal, «designadamente através da promoção e apoio de projetos com inúmeras instituições, nacionais e estrangeiras, e da constituição de bases de dados relativas a expressões musicais e coreográficas de carácter tradicional e popular».

Atribui-se-lhe especial destaque no âmbito desta dissertação e em concreto neste capítulo em que tratamos de agentes e organizações engajados na salvaguarda do PCI em Portugal, não apenas pela vocação e pela intensa atividade demonstrada ao nível da promoção do estudo e documentação do património cultural imaterial português, mas também pelo envolvimento ativo do Instituto de Etnomusicologia e de alguns dos seus colaboradores em processos de patrimonialização, conduzidos a nível nacional e internacional. A primeira participação e que, a meu a ver, capacitou e catapultou o INET para o desenvolvimento destas competências foi a parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC e o Museu do Fado, na Candidatura do Fado à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO)*<sup>66</sup> aprovada em 2011. Exatamente três anos após a inscrição no Fado na referida Lista Representativa, o Instituto de Etnomusicologia voltaria a ver reconhecido o seu trabalho com a participação (protocolada) na Candidatura do Cante Alentejano à mesma Lista. O

---

<sup>66</sup> Do INET-md integraram a Comissão Científica da Candidatura Rui Vieira Nery e Salwa Castelo-Branco e a Comissão Executiva Pedro Félix e Paulo Lima.

processo, iniciado ainda em 2009 por Salwa Castelo-Branco, docente do Departamento de Ciências Musicais e Presidente do INET com a colaboração de outros elementos do Instituto, culminou, em 2014, com uma votação em Paris onde a Assembleia Geral aprovou a candidatura por unanimidade. Em 2013 havia sido formalmente apresentado no Comité Internacional da UNESCO tendo sido considerado, na ocasião, como um processo “exemplar” pelo comité de avaliação.

Note-se que neste ano de 2013 Salwa Castelo-Branco foi eleita Presidente do International Council for Traditional Music (ICTM)<sup>67</sup>, cargo que desempenhará até 2021. Num texto de 2009 Anthony Seeger, Presidente do ICTM entre 1997 e 1999 dá conta, ainda em vigência do *Programa das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, de que grande parte das expressões culturais propostas para avaliação se incluíam no domínio da música e outras formas de comportamento expressivo. Tal explica, na opinião deste especialista, o magnânimo esforço desenvolvido pelas equipas do ICTM durante o tempo em que foi Secretário-Geral, revelando-se uma das organizações não governamentais mais solicitadas para analisar e avaliar tais processos de candidatura. Acerca desse trabalho no contexto atual não temos feedback mas crê-se que a eleição de Salwa Castelo-Branco confere, em vigência da atual Convenção, o mesmo enquadramento a esta questão e averba a participação desta ilustre etnomusicóloga nos dois referidos processos de patrimonialização a nível internacional e de outros investigadores do INET na condução ou no apoio a processos de patrimonialização a nível nacional.

Com efeito, a articulação entre patrimonialização e PCI no que toca ao trabalho desenvolvido no seio do INET não se resume apenas ao contexto internacional. Dar conta que o Instituto teve participação muito ativa, como veremos, no processo de inscrição do Kola San Jon da Cova da Moura que decorreu entre 2012 e 2013, na mesma ocasião em que uma outra equipa se ocupava, no plano internacional, da instrução da Candidatura do Cante Alentejano. Mais tarde, em janeiro de 2017 uma outra equipa do INET-md, desta vez coordenada pelo Professor do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Jorge Castro Ribeiro, viria a submeter ao Inventário

---

<sup>67</sup> Organização não-governamental, reconhecida pela UNESCO, que tem como objetivos a promoção do estudo, da prática, da preservação e da divulgação da música tradicional e dança de todos os países, assim como o levantamento de documentação sobre este tema.

Nacional do PCI a proposta de candidatura do «Cantar dos Reis em Ovar», a qual se encontra, de momento, em fase de apreciação por parte da DGPC. No âmbito deste projeto, a equipa do INET-md (UA) desenvolveu todo o trabalho de documentação, levantamento documental histórico, análise de gravações, partituras, e letras e estudo crítico da atividade das troupes que sustentam a tradição, assumindo-se como proponente da Candidatura, a Câmara Municipal de Ovar. De referir que, à semelhança do que sucedeu com o historiador Francisco Silva em 2014, a equipa do INET-md considerou inscrever um investigador, Alexander Duarte, na edição de 2015 do Curso de E-Learning promovido conjuntamente pela DGPC e Universidade Aberta. Foi assumido, no contexto da sua inscrição, o objetivo de procurar apoio técnico especializado para efeitos de melhoria do processo de candidatura já então em curso. Neste caso concreto a equipa docente esteve consciente e conhecedora desta intenção pelo que apoiou a participação do investigador na perspetiva da sua capacitação para efeitos da efetiva instrução do processo de patrimonialização da tradição reiseira de Ovar no INPCI, a qual se veio a efetivar, como referido, em 2017.

Ainda sobre INET e sobre o modo como internamente se lidou com a ideia da participação dos seus investigadores quando esta Unidade de Investigação foi convocada para colaborar na Candidatura do Fado, falou-me a etnomusicóloga Susana Sardo.

(...) quando apareceu essa primeira oportunidade ligada ao Fado, nós tivemos grandes discussões no INET sobre se deveríamos ou não participar. Porquê? Porque nessa altura...estamos a falar de 2000 - 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 - ainda vivíamos debaixo de um pensamento de higienização da ciência. Que nós etnomusicólogos, devíamos ir ao terreno, como os antropólogos, e quase passar invisíveis. Não podíamos modificar o terreno. E portanto, nós sabíamos que o processo de patrimonialização inevitavelmente conduzia a uma alteração (...) como é que de repente nós íamos estar a participar num processo de modificação, se a mudança era aquilo que nós estudávamos (Susana Sardo, 2016 - entrevista).

A coordenadora do polo de Aveiro do INET-md recorda que se estava, portanto, perante um grande dilema: não se deveria intervir de modo a não participar na mudança porque a mudança é objeto de estudo da própria etnomusicologia ou, se não se intervém, quem vai então intervir? Segundo Sardo, este era o dilema que confrontava os investigadores no INET no momento em que se corporizava a ideia de apoiar técnica e cientificamente a Candidatura do Fado da Património da Humanidade. Remontamos

a 2004 quando Pedro Santana Lopes então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, anunciava a intenção de candidatar o Fado à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO, nos termos da Convenção recentemente adotada. Na ocasião a CML aprovou a proposta designando quatro investigadores para apoiar o processo de candidatura entre eles os dois investigadores do INET, Salwa Castelo-Branco e Rui Vieira Nery (juntamente com Maria Luísa Guerra e Joaquim Pais de Brito)<sup>68</sup>.

Prossegue Susana Sardo dando conta que o assunto foi muito discutido no seio do INET e que o dilema encontrou resposta na comparação com o trabalho desenvolvido noutros países.

Tudo isto foi muito discutido no INET, muito discutido. Depois começámos a ver o que se passava noutros lugares. Fomos ver que no Brasil, todos os etnomusicólogos estavam a trabalhar nisto (...) a patrimonialização do samba, por exemplo, tinha sido feita pelo Carlos Sandroni. Todas as práticas performativas tinham sido patrimonializadas com um etnomusicólogo à cabeça (...) aí começámos a perceber que se calhar tínhamos de repensar o nosso posicionamento (idem).

As palavras de Sardo espelham-se na própria reflexão de Seeger (2009) e na constatação de que a Etnomusicologia se tem vindo a afirmar neste domínio do património imaterial, o qual assenta num terreno que os antropólogos também reclamam para si. Esta questão que a meu ver não decorre de disputas disciplinares levar-nos-ia para uma reflexão mais aprofundada, que embora extravase os limites desta investigação nos parece que seria conduzida a partir de um olhar sobre os elementos que estão inscritos nas listas nacionais e internacionais onde de facto se revela abundante, como confirma Seeger, o domínio da música, da dança e outras formas de comportamento expressivo no qual os etnomusicólogos estão particularmente focados. Fazendo a ponte com a segunda parte da dissertação, de referir que os etnomusicólogos, entre eles os portugueses, estão particularmente atentos aos Estudos de Migrações e, em particular, ao modo como a cultura expressiva modela e negoceia as identidades em contextos de diáspora. Esta observação ajuda a explicar a colaboração fundamental do INET no processo de patrimonialização do «Kola San Jon» do Bairro do Alto da Cova da Moura.

---

<sup>68</sup> O protocolo entre a EGEAC/CML e o Instituto de Etnomusicologia seria já formalizado com Carmona Rodrigues à frente da Câmara Municipal de Lisboa após a indigitação de Santana Lopes como Primeiro-Ministro, em julho de 2004.

Importante também dar conta, neste capítulo em que falamos do lugar da investigação no pensamento e na intervenção sobre património cultural imaterial em Portugal do papel da Universidade de Évora que em 2006 foi pioneira no desenvolvimento de um projeto sobre património imaterial - MEDINS - “Identity is future: The Mediterranean Intangible Space”. Trata-se de um projeto europeu de cooperação internacional que decorreu, ao abrigo do FEDER, entre 2006 e 2008 procurando seguir as orientações da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO. O objetivo do projeto centrou-se no desenvolvimento de ações conducentes à identificação e salvaguarda do património cultural imaterial na região do Mediterrâneo, em articulação com políticas de promoção do desenvolvimento sustentado local e regional. A Universidade de Évora, através do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – CIDEHUS foi um dos elementos do projeto o qual foi coordenado por Filipe Themudo Barata (Investigador responsável) tendo feito parte da equipa, entre outros elementos, a própria Ana Carvalho<sup>69</sup>.

No caso português, no âmbito deste que é considerado um dos projetos pioneiros desenvolvidos em torno do património cultural imaterial ao abrigo da Convenção da UNESCO, foram desenvolvidos diversos instrumentos metodológicos como base de dados de PCI, fichas de inventário, thesaurus, etc. vocacionados para esta área, bem como foram organizadas várias iniciativas como as exposições “Património Imaterial pelos Trilhos do Alentejo e do Mediterrâneo” e “Património Imaterial do Ervedal – Memórias Fotográficas de uma Comunidade Rural Alentejana (1900-1970)” e publicação do respetivo catálogo, a criação de um website com alguns dos conteúdos expositivos e informação sobre o projeto, ou a publicação de três volumes da coleção Património Cultural – Cadernos de Campo, sendo que o segundo resultou de um Encontro Internacional que teve lugar, no âmbito do projeto, na Universidade de Évora em junho de 2007 e cuja coordenação editorial do volume das atas foi da responsabilidade de Themudo Barata e Ana Carvalho. A apresentação final dos

---

<sup>69</sup> Integraram o projeto, para além do CIDEHUS/Universidade de Évora os seguintes parceiros: Região Siciliana (IT) (project manager); Região de Murcia (ES); Universidade de Granada (ES); COPPEM (IT); HERIMED (IT); UNIMED (IT); Pit Demetra (IT); Iworld (IT); Município de Bagheria (IT); Município de Kalivia Thorikou (GR); TEDKNA (GR); Associação de Municípios de Malta (MT).

resultados do projeto teve lugar num Encontro que decorreu em junho de 2008 em Palermo.

A Universidade de Évora, através do CIDEHUS, voltou a tomar protagonismo nesta área, em 2013, quando lhe foi atribuída a Cátedra UNESCO<sup>70</sup> em Património Imaterial cujo titular é Filipe Themudo Barata. Instituída mais uma vez em linha com os princípios e fundamentos definidos pela Convenção de 2003, a Cátedra “Intangible Heritage and Traditional Know-how: Linking Heritage” (Cátedra de Património Cultural Imaterial e Saber-Fazer Tradicional) tem como primeiro grande objetivo «apoiar e desenvolver a investigação, melhorar e divulgar o uso de boas práticas e sensibilizar e transmitir conhecimentos sobre as ligações entre o património material e imaterial, nomeadamente realçando a importância do saber-fazer tradicional para a conservação, salvaguarda e valorização do património cultural móvel e imóvel». Desenvolve várias iniciativas ligadas à investigação que envolvem uma rede alargada de investigadores e instituições nas regiões do Mediterrâneo e da África. Os Encontros promovidos no âmbito da Cátedra têm-se constituído como espaços privilegiados de partilha e reflexão com foco na salvaguarda do património cultural imaterial pelo que têm reunido um conjunto amplo e diversificado de intervenientes, desde especialistas, políticos aos representantes das mais diversas entidades.

No âmbito da sua ação a nível internacional destacar a parceria com a Universidade de Cabo Verde sendo que um dos objetivos da Cátedra é «desenvolver e implementar, em conjunto com outros parceiros, um programa de cooperação para apoiar, do ponto de vista científico, a criação de um centro para investigação de excelência na Universidade de Cabo Verde (UNICV)». Esta parceria e estreita colaboração com Cabo Verde está assente no facto de constar como elemento da equipa da Cátedra o Professor da UNI-CV João Lopes Filho. Prevê-se que os resultados desse trabalho poderão ser ampliados ou transferidos para outros países, como Angola e Moçambique. Em junho de 2017 o titular da Cátedra participou num Workshop que teve lugar na Cidade da Praia subordinado ao tema “Património cultural imaterial em perigo – Que fazer?” organizado pelo Instituto do Património Cultural e pela Fundação João

---

<sup>70</sup> Cátedra UNESCO: Programa UNESCO para o desenvolvimento de competências nas instituições de ensino superior e investigação mediante o intercâmbio e a partilha do saber em prol de um espírito de solidariedade internacional.

Lopes. Para além de se inscrever no âmbito da parceria com Cabo Verde, esta ação inscreve-se no cômputo da Cátedra que tem como um dos seus objetivos também, constituir-se como disseminador de boas práticas na aplicação do património cultural imaterial e do saber-fazer tradicional na conservação do património em geral.

### **II.3. O modelo de organização não governamental no âmbito da Convenção de 2003, sua aplicabilidade em Portugal**

A UNESCO confere particular atenção ao papel das organizações não governamentais a quem atribui, no âmbito da Convenção de 2003, importantes responsabilidades que considera como “vitais”, na identificação e definição do património cultural imaterial e de medidas apropriadas de salvaguarda, em cooperação e coordenação com os organismos do Estado, com as próprias comunidades e outros atores envolvidos na implementação do Tratado. Atualmente Portugal conta com quatro organizações não governamentais acreditadas junto do Comité Intergovernamental da UNESCO. Tipologicamente distintas desempenham, neste contexto, papéis igualmente distintos.

#### **II.3.1. Fundação Inatel**

A Fundação Inatel foi a primeira entidade portuguesa a apresentar a sua proposta para acreditação junto do *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*<sup>71</sup>, apenas um ano após a ratificação da Convenção de 2003 por Portugal. A proposta foi aprovada pelo órgão no ano seguinte, ou seja, 2010.

Conforme deu conta no Relatório de Atividades que em 2015 dirigiu ao referido Comité para efeitos de avaliação e consequente renovação da sua acreditação, a primeira iniciativa organizada pela Fundação Inatel na posse do seu novo estatuto foi

---

<sup>71</sup> Um dos órgãos que, juntamente com a Assembleia Geral, zela pela aplicação da Convenção para a Salvaguarda do PCI. O Comité Intergovernamental possui 24 membros com um mandato de 4 anos, é apoiado por um Secretariado e aconselhado por organizações consultivas. Detém as seguintes funções: promover os objetivos da Convenção; aconselhar boas práticas; emitir recomendações sobre medidas de salvaguarda; encontrar formas de aumento dos recursos; preparar Diretivas Operacionais para aplicação da Convenção; apreciar relatórios periódicos; examinar pedidos de inscrição nas Listas e pedidos de assistência internacional.



em 2011 o Encontro *Tradições que Vivem - Encontro sobre Património Cultural Imaterial*, o qual contou com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO<sup>72</sup>. Na prossecução das mesmas funções lançou-se, em 2013, na organização de um outro Seminário - *Património como Identidade – 10 Anos da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, como a própria designação indica, com o objetivo de assinalar, em Portugal, o décimo aniversário da Convenção respondendo a uma solicitação da UNESCO para que tal fosse feito em cada Estado Parte. Como pretendido, voltou-se a abrir um espaço de diálogo entre os diversos agentes envolvidos na implementação da Convenção em Portugal tendo sido possível reunir associações, agentes culturais, representantes do meio académico e das organizações governamentais que deram a conhecer diferentes linhas de trabalho desenvolvidas na área do património imaterial.

A realização, por parte da Fundação Inatel, do evento *A Cidade das Tradições* que conta com três edições, sagra-se já como um evento de referência que reflete o cumprimento da sua missão no que respeita à salvaguarda do património cultural imaterial no âmbito do seu estatuto junto da UNESCO. Trata-se de um festival com a duração de três dias onde se reúnem e se apresentam associações culturais e comunidades, agentes culturais e artistas dedicados à preservação e divulgação das artes e práticas culturais tradicionais, em áreas como a música, dança, teatro, artes e ofícios e gastronomia tradicional. A segunda edição, de 2014, deu particular destaque ao Cante Alentejano, por ocasião da candidatura a Património Imaterial da Humanidade.

---

<sup>72</sup> Em representação do Instituto dos Museus e da Conservação, marcou presença neste Encontro o Diretor do Departamento de Património Imaterial que proferiu a comunicação “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: novas perspectivas para a salvaguarda e valorização do PCI em Portugal” num painel intitulado *As Instituições e a Convenção para a Salvaguarda do PCI*. Interessante também dar conta da participação de agentes/instituições que se perfilavam já, em 2011, engajados com o património imaterial. Destaca-se a presença de Salwa Castelo-Branco, do Instituto de Etnomusicologia como moderadora de um painel sobre Tradições Orais e a presença, também como moderadora, de Antónia Pedroso de Lima em representação do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, entidade que viria a conseguir a mesma acreditação junto da UNESCO no ano seguinte. Na mesma lógica, a presença de José Barbieri e Filomena Sousa, que proferiram uma comunicação intitulada “MEMORIAMEDIA e-Museu de Património Imaterial” a partir do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto - Memória Imaterial que estaria na origem da terceira acreditação, a da Memória Imaterial Cooperativa Cultural CRL, em 2014. Nesta ocasião aguardava-se já o resultado da Candidatura do Fado à Lista Representativa do Património Imaterial que seria conhecido cerca de um mês depois, pelo que a Diretora do Museu do Fado foi também uma das oradoras convidadas. Por esta ocasião subentende-se que decorria o trabalho conducente à Candidatura da Dieta Mediterrânica que também neste Encontro foi apresentada e viria a ser a segunda manifestação portuguesa a integrar a Lista Representativa da UNESCO, em 2013.

É importante dar conta que a relação entre as ONG's portuguesas acreditadas junto do Comité da UNESCO tem-se pautado por algum distanciamento, o que me foi confirmado por alguns entrevistados, representantes dessas mesmas organizações. Um exemplo contrário é o do protocolo que a Fundação Inatel estabeleceu com o CRIA, assinado em setembro de 2013, com o objetivo de colaborar no “desenvolvimento de projetos de Património Cultural Imaterial Português”, através de uma parceria que segundo os seus representantes, “pretende ter em conta a complementaridade dos dois parceiros, ambos consultores da UNESCO para a área do património imaterial”. Este protocolo prevê, entre outros, o desenvolvimento do projeto-piloto “arqueólogos do imaterial”, dirigido à comunidade escolar do 1.º ciclo, e prevê a “aproximação às conceções contemporâneas sobre o património cultural e imaterial, nas suas múltiplas expressões”, através do envolvimento da escola considerada “instituição fundamental no processo de divulgação, sensibilização e comunicação do património cultural imaterial – essencialmente por meio da educação formal e não formal”. Neste momento, o projeto “arqueólogos do imaterial” foi interrompido sendo que um dos objetivos da parceria era que, em 2015, o projeto pudesse ser alargado a outros centros educativos da Associação de Jardins-Escolas João de Deus onde teve a primeira experiência-piloto, o que ainda não se verificou.

Mais recentemente e no que toca a cumprir a sua missão de entidade responsável pela salvaguarda do PCI, conta-se em 2015 a organização da iniciativa *É DE FONES!* consagrada à valorização do património musical coletivo, com a participação de músicos, profissionais e amadores, tocadores populares, professores e alunos de música, concretizando-se numa verdadeira invasão da Baixa Pombalina, na cidade de Lisboa, pelos instrumentos musicais tradicionais, enriquecida pela diversidade sonora do território português.

### **II.3.2. CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia**

Retomamos a referência ao CRIA agora para dar conta de que no *Relatório de Comissão de Serviço*, datado de 2011 e que nos serviu como referência fundamental para caracterizar o principal período de implementação de políticas públicas patrimoniais para o PCI neste ciclo de uma década, Paulo Costa refere que «estimulou a

Direcção do Centro em Rede de Investigação em Antropologia a apresentar junto da Sede da UNESCO proposta para se constituir como ONG para o sector do PCI em Portugal». Na proposta de candidatura que submeteu em 2010 à Assembleia Geral de Estados Partes, o CRIA elenca um conjunto de argumentos<sup>73</sup>, traduzidos em ações de estudo e investigação que terão conduzido à decisão favorável e à aceitação como a segunda organização portuguesa apta a prestar serviços de consultoria ao *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.

O património imaterial tem sido, como vimos, um tema bastante mobilizado pelo Grupo de Pesquisa "Práticas e Políticas de Cultura". O seu trabalho culminou com esta acreditação como ONG consultora da UNESCO, mas reflete-se também com particular relevância, na participação desta Unidade de Investigação, conjuntamente com outros dois centros – INET-md e IELT –, no Programa de Doutoramento FCT em *Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia* (organizado conjuntamente pela NOVA FCSH e ISCTE-IUL), o qual conta com três edições iniciadas em 2013, 2015 e 2018<sup>74</sup>.

Relativamente à ação do CRIA na área do PCI e em concreto na sua relação com as políticas públicas patrimoniais, dar nota de que, em 2012 foi assinado um protocolo entre esta Unidade de I&D e a Direção-Geral do Património Cultural em que ambas as partes se comprometem a cooperar com vista à «promoção da inscrição de manifestações de Património Cultural Imaterial (PCI) no *Inventário do Património Cultural Imaterial* designadamente no âmbito da organização dos pedidos de inventariação de PCI a desenvolver pelo CRIA, diretamente ou através dos seus investigadores associados.» O protocolo define, para além do objeto, a sua aplicação e as metodologias de pesquisa, as obrigações de ambas as entidades<sup>75</sup>. A realização deste protocolo - que nos levanta algumas dúvidas acerca da sua efetiva implementação - entre o organismo do Estado que tutela a área do património imaterial e aquela que é

---

<sup>73</sup> Que não reproduzimos por serem exaustivos e por estar disponíveis para consulta através do web site da UNESCO para o PCI (<https://ich.unesco.org/>).

<sup>74</sup> Na primeira edição do qual esta dissertação se inscreve.

<sup>75</sup> Entre elas, da parte da DGPC, proceder à capacitação dos investigadores, prestar-lhes apoio técnico na condução dos processos de estudo, documentação e de organização dos procedimentos de proteção legal bem como prestar apoio técnico à utilização da base de dados *MatrizPCI*. Da parte do CRIA, sensibilizar os investigadores para esta questão, divulgar junto deles o Protocolo e, em última instância, promover a inscrição de manifestações no INPCI de acordo com o Plano de Atividades estabelecido conjuntamente com a DGPC.

considerada entidade de referência para a prática antropológica em Portugal, vem firmar, a meu ver, um pressuposto que discretamente incorpora toda a ação do Estado em torno da conceção das políticas patrimoniais para esta área, e o qual atribui à Antropologia um papel de referência em termos teóricos e metodológicos no estudo e o inventário dos vários domínios que configuram esta tipologia de património, à luz da respetiva Convenção da UNESCO<sup>76</sup>. Retomando a questão, tal é expreso, sem rodeios, no articulado da legislação<sup>77</sup> que apresenta como requisito fundamental no processo de identificação, estudo e documentação de uma manifestação do património cultural imaterial a formação específica na área da Antropologia o que nem sempre se revela, como vimos, consensual e como tive oportunidade de confirmar na última edição do Curso de E-Learning, no qual participei como formadora e elemento da equipa de coordenação, onde a questão foi levantada de forma crítica por parte de alguns alunos. Recordemos o teor da crítica de Clara Cabral, ela própria antropóloga de formação, que embora considere que não ofereça dúvidas o facto do património imaterial estar diretamente associado ao território disciplinar da Antropologia, não concorda que esta questão tenha ficado vinculada na Lei um pouco na mesma linha de raciocínio de Ana Carvalho quando considera, no seu blog, que deve ser igualmente reconhecido o papel que outros especialistas da cultura podem ter na salvaguarda do PCI. Ainda na mesma crítica que desfere ao Colóquio organizado em 2012 pela DGPC/CIDEHUS, Ana Carvalho adianta que a interpretação da Convenção de 2003 deve remeter para um questionamento e uma reflexão não só do papel tradicional das instituições, como dos profissionais (incluindo os antropólogos) e acima de tudo para a aplicação de práticas inclusivas e não exclusivas.

\*

Dar conta ainda, no âmbito desta breve apresentação do CRIA enquanto ONG acreditada junto do Comité da UNESCO, da participação de Amélia Frazão Moreira como

---

<sup>76</sup> Tanto quanto esteve subjacente à composição da própria *Comissão para o Património Cultural Imaterial*.

<sup>77</sup> N.º 8 do § III do Anexo II da Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.

membro do Órgão de Avaliação (*Expert*) da *Convenção da Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO<sup>78</sup>.

In 2014, CRIA acting President (Amelia Frazao Moreira), was individually appointed as Member of the Evaluation Body of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage for the UNESCO 2015 and 2016 cycles. Expert representing the States Parties non-Members of the Committee of the Electoral Group I-West Europe, elected at the 9th Session of the Intergovernmental Committee (Paris, November 2014; DECISION 9.COM 11).

Na entrevista que me concedeu em abril de 2016 a propósito desta sua função, Amélia Frazão Moreira deu conta do processo que conduziu à sua nomeação durante a 9ª Sessão do Comité Intergovernamental que decorreu entre 24 e 28 de novembro de 2014 em Paris, e o qual foi despoletado por um convite/pedido dirigido ao CRIA pela Comissão Nacional da UNESCO.

Ao CRIA foi dirigido um pedido para que nos candidatássemos como *expert* e ao Inatel outro pedido para que se candidatassem como ONG. Foi uma estratégia absolutamente errada. Primeiro porque era quase impossível, num órgão que tem 12 pessoas, pensar que dois lugares seriam ocupados por Portugal. Era difícil. Mas bom, foi a estratégia da Unesco Portugal e restávamo-nos dar resposta da nossa parte. Enquanto Presidente do CRIA e com o acordo da Vice-Presidente, a professora Antónia Pedroso de Lima propus que fosse uma outra colega a aceitar o desafio, a qual nos parecia que reunia as condições favoráveis para desempenhar a função. Por razões pessoais a colega não aceitou e então concluímos que o melhor era eu candidatar-me, convencida eu que o trabalho ia ser dividido por áreas de especialidade (Amélia Frazão Moreira, 2016 - entrevista).

Amélia Frazão Moreira esclarece que fez uma interpretação errada das funções que passaria a desempenhar sendo que enviou o Curriculum Vitae, tal como solicitado, identificando que era especialista em património relativo à natureza.

(...) como é obvio, não tenho conhecimentos sobre canto, ou chocalhos, ou provérbios da Indonésia. Não tenho formação para isso. Só que, de facto, a lógica não funciona assim. Todos nós avaliamos tudo...é um trabalho brutal, porque a cada ano avaliamos todas as candidaturas. E é uma avaliação técnica. Estamos a falar de cerca de cinquenta candidaturas, o que corresponde ao mesmo número de pareceres (idem).

Amélia Frazão Moreira dá conta do que considera ser um trabalho gigantesco o qual, acrescido a outras funções que desempenha na academia, se torna incomensurável. O facto de ter sido nomeada como *expert* faz com que tenha de assumir

---

<sup>78</sup> Para os ciclos de 2015 a 2018, em representação do Grupo I dos Estados não membros do Comité (2015 e 2016).

individualmente e em exclusivo, essas funções, o que não aconteceria, na sua opinião, se o CRIA se tivesse candidatado como ONG como poderia ter feito. Nesse caso, o trabalho poderia ser repartido entre vários colegas.

Todo o trabalho é feito online, embora a cada ano, no mês de março, tenhamos uma reunião em Paris em que nos explicam as regras. Nessa altura fazemos um exercício, com um falso dossiê, só para treinar a avaliação. Depois temos até junho para ler as candidaturas e avaliá-las todas. Em junho é a reunião decisiva, em que nos voltamos a reunir para a avaliação de cada dossiê (...) São raríssimos os dossiês em que está tudo de acordo. São cinco dias para 50 dossiês, tirando a primeira manhã e a última tarde em que se tratam de assuntos gerais. É um desgaste enorme (idem).

A entrevista convoca-nos para questões muito interessantes como as que são colocadas na lógica da avaliação. Ficamos a conhecer através da experiência que nos é relatada em primeira mão por Amélia Frazão Moreira que a avaliação as candidaturas às Listas instituídas pela Convenção de 2003 é feita critério a critério, o que significa que não há um parecer geral, como à partida pensaríamos, mas sim tantos pareceres quantos critérios existentes. Na última reunião, a de junho, os critérios são analisados e discutidos um a um,

(...) não é por votação, é por consenso. Isto é importante porque muda tudo. Não votamos, senão não precisávamos de lá ir. É exclusivamente por consenso. Há uns que têm de ceder aos outros e argumentar (idem).

Consta que uma das questões mais complicadas de avaliar é a que tem que ver com a integração das manifestações num inventário, «às vezes damos conta que há manipulações. Muitas vezes percebe-se que a questão é trabalhada para a candidatura». No caso português, daqui resultaram efetivamente alguns “equívocos” como vimos anteriormente a propósito do discurso e das considerações quer de Ana Carvalho, quer de Clara Cabral e, sobretudo, no que respeita ao facto de algumas manifestações reconhecidas pela UNESCO como património imaterial da humanidade, entre elas a do Fado, não estarem inscritas no INPCI. A revisão da legislação nacional em 2015 veio aparentemente resolver tais “equívocos”.

### II.3.3. Memória Imaterial Cooperativa Cultural CRL

A terceira ONG acreditada junto do *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO é a Cooperativa Cultural Memória Imaterial que gere o projeto MEMORIAMEDIA. O projeto tem como instituição de acolhimento o IELT - Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da FCSH/UNL. Subintitulado “e-Museu do Património Cultural Imaterial” tem como objetivos o estudo, a inventariação e divulgação de manifestações do património cultural imaterial em todos os seus domínios. Os conteúdos são disponibilizados online e encontram-se organizados em secções de acordo com critérios baseados nas recomendações da UNESCO, bem como na legislação nacional em vigor para o PCI.

O projeto foi alavancado em 2006 numa altura em que em termos nacionais e, sobretudo, internacionais estava aceso o debate relativamente à implementação da Convenção de 2003 que nesse ano entrara em vigor. A acreditação junto do Comité ocorreu em 2014 pelo que a entidade ainda não elaborou, tal como as suas antecessoras, o relatório (conducente à renovação da acreditação), a partir do qual é possível efetuar um balanço das suas atividades<sup>79</sup>.

Um dos papéis que lhes está cometido é o da descodificação das diretrizes da Convenção junto dos atores sociais, do qual está arredado o objetivo de instruir efetivos processos de patrimonialização. De acordo com Filomena Sousa, uma das fundadoras, grande parte das pesquisas realizadas no âmbito do projeto implicam a participação ativa das comunidades sendo que em muitos casos são despoletadas por solicitação da administração local e/ou de associações locais que as representam. Por esse motivo, desde 2006 que o projeto MEMORIAMEDIA vem estabelecendo protocolos de colaboração com instituições e grupos informais - autarquias, fundações, associações locais, grupos locais, agentes de desenvolvimento local e outras organizações não-governamentais. A investigadora dá conta das dificuldades com que se deparam no terreno: “Em todo o processo é necessário dialogar, ouvir e negociar e, numa postura ética e profissional, utilizar o bom senso e entender a posição e os interesses das comunidades. Uma das dificuldades com que a equipa se depara frequentemente tem

---

<sup>79</sup> Deverá fazê-lo apenas, de acordo com os procedimentos, em 2019.

a ver com as diferentes interpretações que os representantes das comunidades fazem do património cultural imaterial, às vezes pouco informadas outras vezes intencionalmente deturpadas” (Sousa, 2015: 27).

Desde a acreditação pela UNESCO, o MEMORIAMEDIA tem-se revelado ativo em termos de participação em fóruns internacionais onde se problematizam as questões relativas à implementação da Convenção de 2003 e ao papel das organizações não governamentais neste quadro. A sua dinâmica manifesta-se no que respeita à representação junto das organizações internacionais congéneres, mas também a nível nacional alimentando o seu trabalho de recolha e difusão online de conteúdos relativos a expressões culturais de matriz popular e/ou tradicional agrupadas em torno das categorias: Expressões Orais, Saberes-fazer, Celebrações, Práticas Performativas e Natureza e Universo. A título de exemplo, dar conta que no caso das Expressões Orais (contos, cantos, lendas, adivinhas, provérbios e outras) o projeto MEMORIAMEDIA tem online mais de seiscentas entradas de vídeos catalogados, com dados de inventário e transcrição<sup>80</sup>.

Desde 2017, o projeto acolhe a edição da Revista MEMORIAMEDIA onde são publicados conteúdos sob a forma de artigos, documentários, registos etnográficos, criações artísticas (vídeo, fotografia, ilustração), entrevistas e resenhas críticas que resultam de pesquisas sobre o património cultural imaterial, memória coletiva e história oral. O primeiro número da revista foi apresentado um dos mais recentes projetos do MEMORIAMEDIA, o já referido *Mapa dos e-inventários do Património Cultural Imaterial*, uma plataforma que permite aceder a mais de 150 e-inventários. O segundo número foi dedicado ao tema *Rituais – práticas, lugares e objetos*.

#### **II.3.4. Associação Internacional de Paremiologia (AIP)**

Em 2016 e de uma forma diríamos, bastante discreta, foi acreditada junto do *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, a Associação Internacional de Paremiologia. Fundada em 2008 assume-se como uma instituição cultural sem fins lucrativos que se dedica ao estudo científico dos provérbios.

---

<sup>80</sup> Fonte de informação: <http://www.memoriamedia.net/index.php/inventario/fundo-memoriamedia>.



Está sediada em Tavira e sobre o seu trabalho nesta área não há ainda grande feedback embora se encontre bem fundamentada, a meu ver, a sua articulação com um domínio muito específico do PCI tal como consta da fundamentação da candidatura apresentada na proposta de acreditação submetida à UNESCO

AIP-IAP develops pedagogical, awareness-raising, dissemination and research activities directed to communities and people of all ages. Its members have experience in the intangible heritage area, namely as regards the study, dissemination and transmission of proverbs. Field work is carried out with communities, groups and individuals, who know proverbs and may transmit it to younger generations. The results of AIP-IAP work is usually published for dissemination purposes. As regards pedagogical activities, AIP-IAP works mainly in the Algarve region, by developing educational projects in kindergartens and basic schools, and by producing and editing pedagogical materials in Portuguese and English to be used by teachers. AIP-IAP organises annually the Interdisciplinary Colloquium on Proverbs, which currently has the support of the Portuguese National Commission for UNESCO, Algarve General Directorate for Culture, and the High Patronage of the Primer Ministry of Portugal, among others (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PAREMIOLOGIA, 2016).

Dos seus objetivos contam-se, entre outros, estabelecer programas de ação educativa com entidades oficiais públicas ou privadas; organizar ciclos de conferências nacionais e internacionais e promover a realização de estudos em paremiologia (estudo dos provérbios). A AIP conta com cerca de duzentos e cinquenta sócios no mundo inteiro, entre eles, especialistas na temática proverbial, nomeadamente paremiologistas, fraseologistas, linguistas, historiadores, etc.. Dos seus órgãos sociais contam-se inclusive diversos especialistas internacionais.

De referir que em 2011 por ocasião do já mencionado Encontro *Tradições que Vivem - Encontro sobre Património Cultural Imaterial*, organizado pela Fundação Inatel com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO, estiveram patentes três exposições temáticas entre as quais a *Exposição de Provérbios*, promovida pela Associação Internacional de Paremiologia. Recorde-se que neste evento estiveram assim representadas todas as organizações que hoje se sagram aptas para prestar serviços de consultoria ao *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.

Apesar de trabalharem autonomamente e de raramente, neste percurso, terem estabelecido sinergias<sup>81</sup> revela-se manifestamente importante de sublinhar que as três primeiras ONG's portuguesas acreditadas pelo UNESCO na área do PCI se reúnem ocasionalmente no âmbito da sua participação num Grupo de Trabalho, ao qual já fizemos referência, criado pela Comissão Nacional da UNESCO com o objetivo de analisar as propostas de candidatura às Listas instituídas pela Convenção de 2003. Sobre a constituição deste Grupo falou-me Clara Cabral (da CNU) e sobre o mesmo consta informação no primeiro "Relatório de aplicação pelo Estado Português da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial" relativo ao período 2008-2014:

The National Commission for UNESCO established in 2014 a working group to examine new Portuguese nominations to the Convention's Lists and Register. Headed by the President of Portuguese National Commission, it includes experts from the Portuguese Natcom, the General Directorate for Cultural Heritage and from the ONGs already accredited by the ICH Committee. The Group also provides advice for intangible heritage issues in general.

Estão representadas neste Grupo de Trabalho, para além da própria Comissão Nacional da UNESCO, um representante da Direção-Geral do Património Cultural e representantes das três primeiras ONG's acreditadas junto do Comité Intergovernamental da UNESCO. Amélia Frazão Moreira participa destas reuniões a título individual, como *expert* no âmbito das funções que lhe estão atribuídas e às quais já nos referimos sucintamente. Na apresentação dos seus relatórios elaborados para fins de renovação dessa acreditação, tanto a Fundação Inatel, como o CRIA dão conta dessa participação como uma das suas principais importantes linhas de atuação<sup>82</sup>.

During 2014, Fundação INATEL integrated a national ICH working group, coordinated by UNESCO National Commission and composed by the other two Portuguese NGO accredited (Memória Imaterial Cooperativa Cultural, CRL and CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia) and Direção-Geral do Património Cultural – DGPC, the institution responsible for developing the national policy concerning legal protection and definition and promotion of safeguarding methodologies and procedures for the intangible cultural heritage.

---

<sup>81</sup> Com exceção, como referido, da participação de todas as entidades no Encontro de 2011 promovido pela Fundação Inatel e com exceção da parceria entre o CRIA e esta Fundação com vista ao desenvolvimento do projeto "arqueólogos do imaterial".

<sup>82</sup> Recorde-se que nem a Cooperativa Cultural Memória Imaterial CRL, nem a Associação Internacional de Paremiologia procederam ainda à renovação das suas creditações pelo que ainda não elaboraram relatórios desta natureza.

Os objetivos inerentes à criação do Grupo acompanham a sua caracterização, tal como é identificada a presença, em maioria, de antropólogos<sup>83</sup>.

Para finalizar fazer uma referência ao trabalho desenvolvido pelas ONG's na sua relação com o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas em Portugal. Tal como nos foi confirmado em várias entrevistas o papel das ONG's tem sido pouco relevante, meramente consultivo, o que contrasta com a relevância que a UNESCO lhes atribui não só através da valorização do seu papel, que imprime no próprio texto da Convenção e na especificação das suas atribuições que constam das diretivas operativas, como também estimulando a organização dos fóruns e a sua participação ativa nas reuniões do Comité. De salientar quem em 2017, no texto da sua proposta de renovação para acreditação, o CRIA dá conta de uma estreita colaboração *with the Department of ICH of the Directorate-General for Cultural Heritage (Ministry of Culture)* e aponta de que forma essa colaboração se tem efetivado, por exemplo, através da participação em inúmeras iniciativas promovidas por esse organismo do Estado. A título de exemplo, em 2016, no âmbito do Colóquio internacional «Contemporary Unmasking / 1º Encontro Práticas e Políticas da Cultura»<sup>84</sup>, o Museu Nacional de Etnologia e o CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia celebraram um Protocolo de Colaboração que tem por objetivo estabelecer as bases gerais da colaboração sistemática a desenvolver entre ambas as entidades com vista à realização de ações de carácter científico, formativo e de divulgação nas áreas da antropologia e da museologia, assim como ações de salvaguarda de património etnográfico e imaterial.

---

<sup>83</sup> «The main objectives of these working group meetings are: to analyse the several requests presented, at national level, for registration in the inventory; to analyse the several requests presented, at national level, for inscription on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage and for Urgent Safeguarding; to define priorities and criteria concerning the elements presented and its consistency with the Convention; to create guidelines and checklist in Portuguese language, with simple but accurate information in order to help promoters and local agents to evaluate the relevance and consistency of their proposals in line with the Convention; to publicize the Urgent Safeguarding List and the Register of Best Safeguarding Practices as a way to promote and contribute for the replication of good practices; to promote educational actions and events, in mutual cooperation, in order to publicly raise awareness about intangible cultural heritage. Even if it is mainly composed by anthropologists, this working group has an interdisciplinary approach, in line with the different cultural and professional background of its members (governmental, academic and third sector)».

<sup>84</sup> Colóquio organizado pelo Grupo de Investigação “Práticas e Políticas da Cultura”, do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

Nos relatórios individuais de renovação de acreditação, tanto a Fundação Inatel como o próprio CRIA, dão conta dos contributos prestados à DGPC para efeitos de realização do “Relatório de aplicação pelo Estado Português da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”. Em 2015 e no âmbito do Grupo de Trabalho constituído no seio da Comissão Nacional da UNESCO, foram discutidas e analisadas, em conjunto, as alterações à legislação portuguesa relativa à salvaguarda do Património Cultural Imaterial de que resultou a entrada em vigor do Decreto-Lei 149/2015 de 4 de agosto.

#### **II.4. A institucionalização do PCI e a sua inevitabilidade: síntese e conclusões**

O conceito de património imaterial vem-se instalando na sociedade civil de um modo quase apropriatório como um conceito que serve todos em, em geral, e cada um em particular. Dir-se-ia que nesta espécie de advento do imaterial, os conceitos gerais de ‘património’, ‘identidade’ e ‘diversidade cultural’ andam, evidentemente, a par com outros específicos como os conceitos de ‘participação’ e ‘comunidade’. Posiciona-se o património cultural imaterial nesta lógica, como um olhar sobre o passado ou um legado para o futuro?

*A Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* ou, simplificada, Convenção de Faro, não só ajuda a pensar esta dialética como impõe uma visão contemporânea assente na ideia de “porquê e para quem valorizar o património?” Para além de inovadora na própria definição de património cultural que classifica como “o conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução”, esta Convenção vem concretizar a ideia de que o conhecimento e a prática do património cultural está diretamente associado, por um lado, à ideia de “recurso” e da sua utilização sustentável ao serviço do progresso económico e social e, por outro, à ideia de “valor” atribuído a realidades dinâmicas e resultantes de processos dialógicos que se estabelecem entre aquilo que se recebe das gerações passadas e o legado que se deixa às gerações futuras, tendo como base o princípio da “participação” da sociedade civil na tutela dos bens culturais.

As preocupações refletidas neste diploma dão enquadramento e expressão a um fenómeno que se foi desenhando e consolidando lentamente ao longo do século XX e que se firma na transição para o século XXI e sobre o qual vários autores têm refletido. Este fenómeno manifesta-se no modo como, por um lado, a conceção de património foi sendo gradualmente substituída pelo conceito mais abrangente de património cultural (Lowenthal, 1998), ao qual foram sendo associadas novas e complexas dimensões - entre as quais a noção de património natural (*cultural landscape*) bem como a dimensão intangível - e, por outro, como se tornou indissociável do facto das políticas patrimoniais nacionais serem, na contemporaneidade, definidas à escala supranacional por intermédio das grandes organizações internacionais. A este propósito, Eva-Maria Seng traz para este campo das ciências sociais, e do património imaterial em particular, o conceito de “glocal” importado da área da economia e cunhado por Roland Robertson, em 1990, e que demonstra como os dois fenómenos (global e local) se conjugam, produzindo reciprocidade, sem que tal implique a disseminação no local no global (Seng, 2016: 22). Desta premissa resulta o envolvimento de um conjunto diversificado e alargado de organismos, instituições e agentes que conduzem tais políticas e procedimentos a nível global ou os aplicam a nível local, interagindo entre si com maior ou menor grau de dependência de uns face a outros consoante os papéis que desempenham e as posições que ocupam neste processo de glocalização.

Note-se que o enquadramento histórico-político que norteia a emergência do conceito de “património” e das suas subseqüentes extensões, não está, evidentemente desassociado de toda a conjuntura internacional que marca a sociedade ocidental, pelo menos, desde a Revolução Francesa e que tem como marco referencial o contexto pós 2ª Guerra Mundial que veio acentuar a consciencialização relativamente ao papel dos Estados, ao desempenho das suas funções públicas e aos imperativos decorrentes da necessidade de encontrar formas de cooperação mútua. Crescente torna-se o protagonismo e o papel das organizações ou agências então criadas como atos de vontade coletiva com o fim de atender às necessidades comunitárias imediatas do pós-guerra, mas que rapidamente vão introduzir profundas alterações no paradigma clássico das relações e do direito internacional.

A UNESCO nasce precisamente neste contexto aportando fortes convicções no espírito da união e da solidariedade e, somando a outras preocupações, a crescente preocupação com a promoção do diálogo intercultural e com o modo como a cultura pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o reconhecimento da “diversidade cultural”. As preocupações culturalistas e patrimoniais que a UNESCO vai fomentar ao longo do século XX estendem-se a igualmente a outras organizações internacionais e intergovernamentais então criadas, como o próprio Conselho da Europa, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais (ICCROM) ou Conselho Internacional de Museus (ICOM), cujas linhas de atuação vão conduzir à produção de um vasto conjunto de instrumentos jurídicos amplamente negociados e debatidos no seio das instituições que visam consagrar e legitimar tais preocupações que emanam da comunidade internacional. Celso Albuquerque Mello, especialista em direito internacional público, ilustra este fenómeno e o crescimento exponencial resultante da ação destas organizações referindo que, desde o século XVI até meados do século XIX se contabilizam cerca de 800 tratados (de paz) e que apenas entre 1947 – dois anos depois da criação da UNESCO - e 1984 foram contabilizados entre 30 e 40 mil tratados. Neste número não estão ainda contabilizados instrumentos jurídicos de referência que vêm a ser implementados a partir do final dos anos 80, nomeadamente aqueles que vão influenciar a atual dinâmica do património cultural imaterial e onde assume particular relevância, em 1989, a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular*, considerado o primeiro normativo internacional com vista à proteção da chamada “cultura tradicional popular” (Blake, 2009; Kurin, 2004b) mas, fundamentalmente, em 2003, com a aceitação por unanimidade da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, por parte da Conferência Geral da UNESCO, a qual vem estabelecer uma mudança de paradigma relativamente ao diploma anterior, ao transferir o protagonismo da salvaguarda do PCI das organizações de carácter científico e patrimonial para uma outra dinâmica à qual se atribui um carácter totalmente inovador, fundado na “participação” ativa dos próprios detentores na identificação e preservação do seu património (Bortolotto, 2010; Costa, 2013c).

As noções de “cultura popular” e “património imaterial” transformaram-se assim em recursos simbólicos, políticos e jurídicos imprescindíveis na reflexão e na atuação em prol da “diversidade cultural”, ao mesmo tempo que se tornaram objetos de proteção e de gestão por via das políticas públicas nacionais e internacionais.

No caso português, ainda que se atribua ao Estado um papel central na condução das iniciativas desenvolvidas no âmbito da salvaguarda do património imaterial, sobretudo a partir de 2007 com a atribuição de competências ao Instituto dos Museus e da Conservação, agentes e organizações mostraram-se sensíveis mais cedo, para a salvaguarda do património de natureza intangível, logo na década de 90 e a partir do momento em que a própria UNESCO ativa o conceito mediante a configuração e reconfiguração de um conjunto de programas e atividades específicas que vai desenvolver a partir de 1989 e até à implementação da Convenção de 2003.

Um dos primeiros passos que é dado em Portugal e que precede a implementação da Convenção e o ciclo de políticas públicas que lhe dá origem, estabelece-se numa lógica inversa à que vem a ser instituída com a adoção do Tratado. Com efeito, quando em 1997 lança o *Programa das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, a UNESCO manifesta claramente a intenção de dar prioridade à valorização e salvaguarda dos bem culturais arredados do enquadramento legislativo previsto pela Convenção de 1972 e que viria a definir como património cultural imaterial. Com esta iniciativa, propunha-se a incentivar os países a criar mecanismos de salvaguarda do seu património oral e imaterial, com especial enfoque para as manifestações culturais em risco iminente de desaparecimento, estimulando o desenvolvimento de planos de salvaguarda como garantia da sua continuidade e/ou revitalização. Em Portugal, ao contrário de muitos outros países que viram proclamadas obras-primas do seu “património oral e imaterial”, não se produziram resultados a não ser a divulgação de uma lista de intenções por parte da Comissão Nacional da UNESCO, em 2000.

Na fundamentação deste Programa da UNESCO, pré-Convenção de 2003, estava sobretudo em causa o “risco de extinção”, decorrente das ameaças crescentes resultantes dos processos contemporâneos de mercantilização e globalização o que levou, a que a UNESCO tenha recusado a inscrição no Programa da proposta de

classificação dos Impérios do Espírito Santo (Açores) - justificada pelo argumento da tradição estar bem estruturada e inserida no tecido social - como recusou o Tango da Argentina ou como recusou também a candidatura do Samba proposta inicialmente pelo governo brasileiro, por considerar desajustadas dos objetivos do programa devido à sua vitalidade, razão pela qual, no caso brasileiro a candidatura do Samba tenha sido substituída pela candidatura do Samba de Roda do Recôncavo da Baía (Sandroni, 2011) que, desde 2008 faz parte da *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade*.

A implementação deste programa, que em Portugal não avançou mais do que na definição da referida lista indicativa, aporta algumas críticas interessantes que o vão conduzir à sua extinção e que obrigam a um esforço de reconfiguração no âmbito da Convenção de 2003. Subjacente está uma certa ideia de «manipulação política» da cultura (Sandroni, 2011) que norteia o espírito da salvaguarda do património cultural em termos coletivos, em estreita relação com a própria ideia de “auto-criação do PCI” defendida por Barbara Kirshenblatt-Gimblett, que a própria UNESCO fomenta, propondo a objetificação de expressões de natureza intangível que, posteriormente, distingue ou classifica como “PCI” (Kirshenblatt-Gimblett, 2004).

Se o Programa incentivava à criação e manipulação da cultura estimulando processos de patrimonialização engendrados ou pré-acordados pelas elites nacionais (políticas, culturais ou científicas) em articulação com a UNESCO, que em última instância poderia propor, como visto, a alteração das propostas de candidatura, as comunidades assumiam um papel secundarizado ao serem envolvidas em fases muito avançadas de processos, desencadeados na esfera política e conduzidos por especialistas e/ou profissionais do património. É aqui que reside a mudança de paradigma relativamente ao que vem a ser adotado com a Convenção de 2003 e que reflete um sentido de organização e consciencialização crescente relativamente aos detentores do PCI e à sua própria agencialidade (ISNART, 2012) e empoderamento.

Nesta mudança de paradigma parece lícito afirmar que mudam menos os atores sociais envolvidos e mais os papéis que cada um desempenha no todo. Ou seja, na realidade, com a Convenção de 2003, a UNESCO continua a definir princípios e metodologias e a estabelecer as diretivas que outras agências complementam



aplicando-as a contextos específicos; as mesmas diretivas que a nível nacional os estados implementam, por intermédio dos seus agentes e organismos representativos, os quais mantêm o ónus de ligação entre as diversas instâncias supra nacionais, nacionais, regionais e locais através da implementação e condução de políticas públicas setoriais. Neste novo enquadramento, comunidades e detentores, adquirem “agencialidade”, nos termos de Sherry Ortner (2006) e *empowerment* através do reconhecimento do seu papel na salvaguarda do património, o que leva a que as instituições culturais, científicas e académicas até então envolvidas em processos *top-down*, mantenham a suas funções coadjuvantes nos processos de identificação e preservação do património imaterial, o que de algum modo já faziam com maior responsabilidade no âmbito dos programas anteriores, mas agora mais próximos da base, dos atores sociais locais (comunidades, grupos e indivíduos), numa perspetiva *emic* que parte do pressuposto que os processos de patrimonialização resultem da iniciativa dos *stakeholders*, por oposição à perspetiva *etic* vigente nos programas anteriores e em que, de facto, os processos de patrimonialização se ativavam na esfera das organizações científicas, técnicas ou administrativas (Costa, 2013c; Leal, 2013b; Sousa, 2015).

Desde logo, perante o primeiro desafio que se coloca e que, segundo Bortolotto, foge dos paradigmas clássicos, o de saber como proteger bens culturais, evitando a sua fixação, atribuindo-lhes um estatuto patrimonial até ao momento concedido a objetos, monumentos e sítios naturais, assentes em critérios absolutos e objetivos, a práticas vivas que podem ser reconhecidas como “património cultural imaterial” apenas quando admitida e comprovada a sua dimensão viva, dinâmica e quando assegurada a sua transmissão e a sua continuidade. Nesta perspetiva, património é mais do que um conjunto de elementos pré-selecionados a partir de critérios e procedimentos tendencialmente objetivos e científicos (Heinich, 2009) na medida em que é expressão autoreferencial de pertença, o que levanta, evidentemente dificuldades aplicativas seja de ordem institucional ou política (Bortolotto, 2010b).

Neste ponto as Convenções – da Salvaguarda para o Património Cultural Imaterial e a de Faro – compartilham o mesmo princípio, o da partilha de responsabilidades entre poder público que mantém um papel importante, mas não

exclusivo, e a sociedade civil a quem são atribuídas reforçadas responsabilidades, nomeadamente no que respeita aos critérios de atribuição de valor a seleção patrimonial que deixam de ser estipulados e codificados pela prática científica e institucional, mas que se estendem a incluir também aqueles apontados pelos atores sociais. Nenhuma das Convenções exclui o facto de o estatuto patrimonial depender de um processo institucional e administrativo, mas ambas reificam a ideia de “valor patrimonial” que no enquadramento do património cultural imaterial deixa de ser estabelecido pelos detentores de um saber técnico-científico e passa a ser definido pela “comunidade” que o produz e reproduz.

Desta complexidade resulta um dos maiores paradoxos que envolve o património imaterial e a implementação da Convenção de 2003 e que tem sido motivo de reflexão por vários autores. Assenta na ideia, a qual subscrevemos inteiramente, de que embora a Convenção atribua protagonismo aos detentores (a quem reserva um lugar primordial e confere ao Tratado a sua grande originalidade) e não às organizações, a salvaguarda do PCI se exprime por um elevado grau de atuação institucionalizada, à escala local, regional, nacional e internacional o que torna, a história da salvaguarda do PCI indissociável da história e da atuação das organizações nela implicadas (Costa, 2013c).

\*

A atual dinâmica do património cultural imaterial, o impacto e a projeção que esta categoria tem vindo a suscitar desde que o momento em que conceito foi pré-ativado pela UNESCO no final dos anos 80 tem servido de alimento, ao longo dos anos, para estudos que procuram, nesta complexidade, encontrar as suas fragilidades e os seus paradoxos e, não obstante algumas visões mais radicais que nele vêem um campo perverso, impregnado de tensões e contradições, visões mais moderadas tendem a avaliar as ambiguidades e a objetificar os seus efeitos na operacionalização não só dos conceitos, como dos procedimentos.

*Experts* envolvidos nestas matérias permanecem atentos a uma das maiores preocupações já referidas que envolve, naturalmente, os conceitos de “participação” e “comunidade” que têm de certo modo acompanhado este percurso evolutivo mas que têm sido alvo de muito recentes preocupações que resultam em parte daquilo com que

se têm deparado *experts*, que são simultaneamente ativistas no terreno no PCI, e que se traduz não só na dificuldade de compreender o alcance e a (pouca) profundidade com que os conceitos são usados e aplicados mas, sobretudo, na forma como os “heritage makers” tornam operativos os conceitos e os traduzem efetivamente em procedimentos. Como e por quem são esses conceitos interpretados e re-interpretados e quais os reais efeitos e impactos dessa interpretação? Chiara Bortolotto (2013) interroga-se sobre o modo como os atores nas suas diferentes escalas, do local ao nacional, agilizam estas demandas e como traduzem estes imperativos que se criam a partir de ditames pré-estabelecidos pelo discurso autorizado que os legitimam e sob outras formas de discurso autorizado se manifestam?

A despeito desta questão, não é irrelevante atentar-se naquilo que, em Portugal, vozes que representam discurso autorizado consideram ser a falta de entendimento e operacionalização de princípios e requisitos fundamentais, expressos pela Convenção da UNESCO, na sua relação com os conceitos de “participação” e “comunidade” em torno dos quais se tem providenciado *expertise*: “Mesmo instituições de âmbito local ignoram por vezes esse papel dos reais detentores, entendendo-os apenas como espectadores e ou beneficiários da patrimonialização, pretendendo reservar para si mesmas, assim como, por vezes a organizações totalmente exógenas à comunidade, a agencialidade efetiva nesse processo. Em certos casos, para suprir tal necessidade processual do envolvimento dos detentores, determinadas instituições responsáveis pelos processos de patrimonialização entendem como suficiente a agregação formal da comunidade à iniciativa a posteriori, através da realização de sessões de esclarecimento ou «divulgação», ou mesmo da angariação de declarações ou cartas de intenções de agentes locais para o dossiê que fundamenta o processo de patrimonialização” (Costa, 2013b: 155).

O património imaterial que é, como diria Marilena Alivizatou (2008), o conceito mais recente e o mais popular no âmbito das mais recentes adições ao léxico do património, não deixa, contudo, de ser qualificado por vários autores como uma arena (Hafstein, 2009) inquietante onde se disputam interesses e onde se confrontam discursos, raramente consensuais e frequentemente antagónicos e onde parece que o grande desafio para os antropólogos será o de saber como se deixar “contaminar”, sem

perder sentido crítico, distanciamento e reflexividade por aquela que muitos autores já consideram ser categoria patrimonial que constitui em si um objeto privilegiado de estudo para antropólogos dispostos a adotar uma análise reflexiva do seu próprio trabalho ou aqueles prontos a observar à distância os processos de patrimonialização, seja nos terrenos clássicos, seja no interior das instituições” (Bortolotto, 2011: 23).

Com efeito, em Portugal, antropólogos têm estado particularmente ativos e engajados com o património cultural imaterial, quer a título pessoal, quer no plano institucional. Antropólogos que assumem responsabilidades na condução das políticas públicas patrimoniais; antropólogos que assumem responsabilidades nos organismos nacionais representantes da UNESCO; antropólogos que integram as ONG’s portuguesas acreditadas junto do Comité Intergovernamental da UNESCO, as quais desempenham um papel fundamental na descodificação dos princípios e das diretrizes da Convenção da UNESCO junto das comunidades; antropólogos que asseguram a transmissão do conhecimento nesta área através do ensino formal e não formal; antropólogos que conduzem processos de patrimonialização à escala nacional e internacional ou que integram as candidaturas como consultores e/ou elementos das comissões científicas ou executivas; antropólogos que têm assento no Órgão de Avaliação do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO (como *experts*); antropólogos que têm assento no Conselho Nacional de Cultura; antropólogos que integram associações locais; antropólogos que fazem parte das comunidades; antropólogos portugueses que se engajaram no debate que conduziu à preparação do texto da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*; antropólogos que participaram e participam ativamente dos fóruns nacionais e internacionais organizados para discutir as questões do PCI; antropólogos que olham para estas realidades com o olhar distanciado, menos engajados mas igualmente contaminados, atentos, reiterando aquilo que João Leal considera: que “os antropólogos portugueses têm de facto reclamado para si o Património Cultural Imaterial e têm tido uma intervenção ativa nos processos sociais e institucionais a ele ligados” (Leal, 2013a: 138).

### CAPÍTULO III PATRIMONIALIZAÇÃO DO «KOLA SAN JON (BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA, AMADORA)»

O universo das associações locais é tratado, nesta pesquisa, a partir do estudo de caso. Com efeito, as associações locais são as entidades que mais próximas estão do que se considera ser, numa perspetiva UNESCO, os detentores do PCI que, neste contexto, adquirem *agencialidade* e *empowerment* através do reconhecimento do seu papel na salvaguarda do património, numa perspetiva *emic* que, como vimos, parte do pressuposto que os processos de patrimonialização resultem da iniciativa dos *stakeholders*, por oposição à perspetiva *etic* vigente em programas anteriores da UNESCO, pré-Convensão de 2003, e em que os processos de patrimonialização se ativavam na esfera das organizações científicas, técnicas ou administrativas (Costa, 2013c; Leal, 2013b; Sousa, 2015).

A questão da permeabilidade e o modo como agentes e instituições se articulam em diferentes níveis é particularmente interessante quando se confronta o princípio da partilha de responsabilidades entre poder público e sociedade civil. Recorda-se, com efeito, aquela que é considerada a grande originalidade da Convenção da UNESCO repousa precisamente na atribuição do protagonismo aos atores sociais, retirando peso e responsabilidade na salvaguarda a agentes externos, e que corrobora a ideia de que se o “valor patrimonial” de uma prática ou de uma manifestação passa a ser atribuído, segundo a UNESCO, pelos seus detentores, o estatuto patrimonial é sempre ativado e atribuído pelas instituições governamentais que mantêm a prerrogativa de gerir as intervenções de salvaguarda a nível nacional e internacional (Bortolotto, 2011).

Como referido, no âmbito desta pesquisa, a questão é trabalhada através da análise do processo de patrimonialização do «Kola San Jon (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora)», que em 2013 foi classificado como património cultural imaterial em Portugal, através da inscrição no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. As suas especificidades convocam para esta reflexão um conjunto de questões que se articulam com a problemática do património cultural em si e com o modo como ele é ativado pelos agentes e pelas organizações no terreno. Conceitos como “identidade”, “diversidade cultural”, “participação” e “comunidade”, que integram o léxico do

património cultural imaterial da UNESCO e sobre os quais vários autores têm vindo a refletir, encontram feedback neste processo que foi despoletado numa circunstância, dir-se-ia casuística, mas que foi de imediato apropriado por uma associação local que o conduziu no que será talvez o mais próximo possível de um espírito de *bottom-up*.

Este processo de patrimonialização contempla especificidades que carecem de aprofundada reflexão e que encontra, inclusive, algumas afinidades com exemplos que encontrarmos noutros contextos. Note-se que o Kola San Jon foi a segunda manifestação a integrar o Inventário Nacional em Portugal e, como tal, a usufruir dos mecanismos decorrentes da recente implementação das políticas de salvaguarda de PCI pós-ratificação da Convenção e da consequente forma de proteção legal que esta condição acarreta. Na sua relação com demais agentes e organizações, para além da vinculação ao Estado português que lhe atribuiu o estatuto patrimonial, o processo de patrimonialização contempla a ligação a outros agentes que o colocam em rede. Desde logo, a relação com o meio académico estabelecida através da participação das duas Unidades de Investigação que prestaram apoio científico ao processo e que, apesar de compartilharem o mesmo terreno de estudo, o bairro da Cova da Moura, nunca haviam trabalhado em conjunto – o INET – Instituto e Etnomusicologia e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Sardo, 2013). O processo de patrimonialização do Kola San Jon acaba por despoletar e estabelecer diálogo interdisciplinar e permitir assim a interligação entre linguagens distintas, mas complementares, onde a Etnomusicologia vai predominar, em virtude das características específicas da prática sujeita à patrimonialização.

Por outro lado, a relação com a administração local - Câmara Municipal da Amadora e Junta de Freguesia de Águas-Livres, arredadas de qualquer envolvimento neste processo. A relação com o poder local é marcada pela tensão que decorre do posicionamento de ambas as partes relativamente ao processo de requalificação do bairro que, por ser classificado como de “génese ilegal”, luta contra a ameaça de demolição e contra o estigma de descontextualização em relação ao meio envolvente. Esta relação é marcada no decorrer do processo de patrimonialização pela posição da Câmara da Amadora que em sede de consulta direta não se pronunciou relativamente ao processo de inscrição no Inventário Nacional e que até hoje mantém uma posição de

reserva relativamente às ações que decorrem da patrimonialização, inclusive, as que dizem respeito à implementação do plano de salvaguarda. Por fim, a análise do processo de patrimonialização do Kola San Jon na sua relação com demais agentes e organizações não fica completa sem a referência à relação da Associação que é proponente no processo, com as outras três associações locais que não só compartilham o mesmo espaço territorial, o bairro da Cova da Moura, mas também algumas preocupações comuns o que levou a que, em 2002, se unissem numa “Comissão” em defesa da sua não demolição mas que, em 2013, ficaram à margem do processo de patrimonialização que acabou por ser conduzido apenas na esfera de uma associação e dos seus protagonistas. Vejamos.

### **III.1. A Cova da Moura e a Associação Cultural Moinho da Juventude**

No ano de 2005 o bairro do Alto da Cova da Moura, na Amadora, era notícia nos meios de comunicação social por motivos, invulgarmente, abonatórios. A psicóloga de origem belga Godelieve Meersschaert, uma das fundadoras da Associação Cultural Moinho da Juventude, havia sido condecorada no Dia Internacional da Mulher pelo Presidente da República Portuguesa com a «Ordem de Mérito» e galardoada, no mesmo ano, com o prémio «Mulher Activa»<sup>85</sup>.

Fiquei muito surpreendida quando soube que ia receber o prémio. Não fazia ideia do que se tratava. Ligaram-me a dizer que eu estava nomeada e eu achava que só podia ser engano. Entretanto convidaram-me para a cerimónia de entrega dos prémios, onde se iam conhecer as vencedoras. Eu fui, acompanhada de duas pessoas do Moinho, convencida de que ficaria nos últimos lugares. Acabei por ficar em primeiro. Foi uma surpresa enorme. Foi muito bom, o valor do prémio era muito generoso (Godelieve Meersschaert \_notas de campo 2016).

Godelieve Meersschaert doaria o prémio, no valor de trinta e cinco mil euros, à Associação Cultural Moinho da Juventude que adquiriu, com a verba, um imóvel onde instalou a Biblioteca António Ramos Rosa e o Centro Tomkiewicz, inaugurados em janeiro de 2006.

---

<sup>85</sup> O prémio MULHER ACTIVA, atribuído a Godelieve Meersschaert pela EDIMPRESA, consagra anualmente mulheres que se distinguem pelo seu contributo em prol da sociedade portuguesa ou dos povos de língua portuguesa no âmbito da investigação, da ciência, dos negócios, das artes ou, como neste caso, na área social.

### III.1.1. Um bairro ou «o bairro» e sua(s) História(s)

São estas gentes da Cova da Moura que deram sentido ao lugar, produto da simbiose entre as pessoas e o espaço, que ganha um propósito, fruto da experiência e das vivências, da relação e da identidade (Malheiros; Vasconcelos cit in Sousa, 2012).

Em meados dos anos 80 do século XX já a Cova da Moura conhecia uma dinâmica pungente, depois de uma primeira fase de ocupação mais lenta, nos anos 50/60, quando começaram a ser erguidas as primeiras barracas, i.e., construções feitas a partir de materiais precários (Barata Salgueiro, 1977) para apoio a pequenas hortas<sup>86</sup> e a subsequente fixação de pessoas vindas do interior do país que deixavam o campo à procura de melhores condições de vida na cidade. Fatores como a oferta habitacional, a proximidade de Lisboa, acessibilidade rodoviária e ferroviária<sup>87</sup> e o desenvolvimento industrial tornaram o concelho da Amadora atrativo para quem chegava de fora (Mendes, 2008; Santos, 2014). Dados municipais<sup>88</sup> indicam que, em 1974, na zona oriental do concelho situada na encosta entre as freguesias da Damaia e Buraca<sup>89</sup>, viviam 360 pessoas e que a fixação começou por se distribuir em dois núcleos, um junto à Quinta do Outeiro onde se fixaram antigos trabalhadores da Quinta e outro próximo de uma pedreira por essa altura já desativada, junto à atual Avenida da República. Daqui resultou a atual configuração urbanística da Cova da Moura e acredita-se que a designação pela qual ficou conhecido o bairro incorpora a referência à encosta (alto) situado numa das extremidades e onde se procedia ao cultivo do trigo, ao buraco causado pela antiga pedreira (cova) a que se associou a referência à família Moura, que habitava nas proximidades (Malheiros et al., 2007). Curiosamente, e a despeito do nome

---

<sup>86</sup> Cultivadas por habitantes dos bairros vizinhos e antigos trabalhadores agrícolas da Quinta do Outeiro, uma extensa área de cultivo de cereal e produtos hortícolas, desativada na década de 50.

<sup>87</sup> Atualmente é servido por um importante eixo de circulação rodoviária, o IC 19, e por um estruturante eixo ferroviário, que conecta Sintra a Lisboa, habitualmente conhecido como “Linha de Sintra”.

<sup>88</sup> “Levantamento Urbanístico da Cova da Moura, C.M.A”, citado por ILHÉU, Ana; SILVA, Carlos, 1991, in *Minorias Étnicas, Comunidade Cabo-Verdiana no Concelho da Amadora*, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 46-48.

<sup>89</sup> O bairro do Alto da Cova da Moura situa-se no concelho da Amadora e pertence, desde 2013, à freguesia de Águas Livres. Note-se que no âmbito da reorganização administrativa do território nacional, empreendida pelo Estado Português em 2013, as antigas freguesias da Buraca e da Damaia, que compartilhavam administrativamente a organização do bairro da Cova da Moura, fundiram-se numa única freguesia.



pelo qual veio a ficar conhecido, o bairro acabou por se desenvolver mais na encosta do que na cova.

É com o 25 de abril de 1974 e consequentes movimentos de descolonização, que o bairro do Alto da Cova da Moura conhece a sua expansão, num primeiro momento com a fixação de retornados das ex-colónias portuguesas, sobretudo Angola e Moçambique<sup>90</sup>. Na década de seguinte, já em franco contexto de pós-descolonização, o denominado efeito de chamada propaga-se por via das redes sociais dos imigrantes intensificando o fluxo migratório (Mendes, 2008) e a progressiva ocupação e construção clandestina<sup>91</sup> por famílias oriundas dos PALOP, sobretudo de Cabo Verde, mas também Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Fixaram-se um pouco mais tarde alguns cabo-verdianos que após a independência do país e antes de deixarem o continente africano procuraram um primeiro acolhimento noutras ex-colónias portuguesas, em particular, São Tomé.

O fenómeno, que fazia crescer as periferias urbanas da cidade de Lisboa, incapaz de responder à procura e à forte especulação imobiliária, fez da Amadora um dos destinos mais procurados<sup>92</sup>. Em consequência o concelho torna-se um dos mais

---

<sup>90</sup> Os portugueses retornados das ex-colónias foram os primeiros a estabelecer-se, ocupando a zona a norte do bairro, mais perto da estação de comboios da Damaia, onde se fixaram igualmente os migrantes internos e uma pequena burguesia africana. A sul do bairro fixaram-se, em massa, os imigrantes provenientes dos PALOP. Ambas as zonas convivem pacificamente mas revelam marcos diferenciadores notórios, nomeadamente ao nível da estrutura organizativa, mais programada e consolidada na parte norte que apresenta ruas mais largas e moradias unifamiliares com pequenos quintais ajardinados que traduzem, aparentemente, um maior poder económico comparativamente com a outra área, mais densamente ocupada, onde o poder económico é menor e, consequentemente, a precariedade maior. Aqui predominam as casas plurifamiliares, as ruas apresentam-se estreitas e labirínticas e a sobreocupação do espaço público reflete muitas vezes o desempenho de atividades domésticas no exterior, que potencia e favorece a convivialidade e o estreitamento de laços entre vizinhos. Todavia, se a fixação inicial determinou a ocupação do espaço e o posicionamento dos moradores no bairro, essa será, de acordo com Godelieve Meersschaert, a única manifestação de diferença cultural com expressão construída no bairro (Godinho, 2010).

<sup>91</sup> Teresa Barata Salgueiro define “construção clandestina” como a construção que é edificada sem cumprir o enquadramento legal sujeito à época, ou seja, “toda a construção edificada sem licença camarária exigida pelo R.G.E.U (Regulamento Geral das Edificações Urbanas)” (Barata Salgueiro, 1977: 28). Segundo a autora, as construções clandestinas podem surgir no seio de malhas urbanas já existentes ou em conjuntos perfeitamente definidos, segregados das restantes malhas construídas que tomam a designação de *bairros clandestinos*. Dentro dos “clandestinos” o bairro da Cova da Moura situa-se na tipologia que Maria Teresa Craveiro considera como «Os fenómenos de invasão, em terreno público ou privado, em que apenas estamos em presença de um processo de construção espontânea por terceiros que o ocupam ilegalmente» (Craveiro, 2010: 41).

<sup>92</sup> Terá sido um dos motivos pelos quais a Amadora foi o primeiro município a ser criado em Portugal após o 25 de Abril de 1974 e mantém-se, atualmente, como o município com maior densidade populacional (Fonte: Pordata).

populosos e multiculturais<sup>93</sup> do país permitindo contabilizar, já neste século, dezenas de nacionalidades estrangeiras distintas aqui fixadas no topo das quais se encontra a população de origem cabo-verdiana com maior número de habitantes (7.077 habitantes em 2011<sup>94</sup>).

Na Cova da Moura, em particular, a fixação de indivíduos provenientes da Europa de Leste e Brasil, verificada a partir de meados da década de 90, veio acentuar a heterogeneidade do bairro e a sua multiculturalidade, ainda que ao contrário da população de origem africana, a estas últimas subjaz uma tendência para permanecer no bairro provisoriamente ocupando casas já existentes, em regime de subarrendamento.

Estudos vários confirmam a dificuldade em contabilizar o número total de habitantes da Cova da Moura considerando, precisamente, o carácter flutuante e transitório da sua população. Um deles, levado a cabo pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil em 2008<sup>95</sup>, apontava para 4.800 habitantes sendo que, em 2011, os dados censitários (os últimos realizados) indicavam um decréscimo, identificando 3.900 residentes<sup>96</sup>. O relatório de 2014 do Plano de Ação da Comissão Social de Freguesia de Águas Livres (Município da Amadora) apresenta dados mais recentes, dando conta que as associações locais estimam que residam no bairro cerca de 6500 pessoas. A discrepância entre os valores estimados pelas associações locais relativamente aos dados recolhidos no último recenseamento demográfico firmam o facto do bairro servir como plataforma de acolhimento transitório para novos imigrantes temporários - que através das suas redes sociais fazem da Cova da Moura o local de acolhimento numa primeira estadia de integração - mas também pela existência de um elevado número de

---

<sup>93</sup> De acordo com os Censos 2011, a população com nacionalidade estrangeira na Amadora representa cerca de 10% da população total, sendo mais de 50% proveniente dos PALOP.

<sup>94</sup> Fonte: *Censos 2011: síntese dos resultados definitivos*, Município da Amadora: Divisão de Informação Geográfica.

<sup>95</sup> No âmbito da iniciativa Bairros Críticos, o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - solicitou a colaboração do LNEC na análise das condições de habitabilidade do Alto da Cova da Moura no sentido de desenvolver uma caracterização pormenorizada do bairro e proporcionar uma ferramenta prática de desenvolvimento do posterior Plano de Pormenor e com vista à sua futura reabilitação. Em resposta a esta solicitação o LNEC desenvolveu, em 2008, o estudo intitulado “Análise das condições de habitabilidade do edificado existente no Bairro do Alto da Cova da Moura”.

<sup>96</sup> Recuando um pouco mais, ao período em que o bairro se encontrava em franco crescimento, verifica-se que em 1981, contabilizavam-se cerca de um milhar de habitantes; no início dos anos 1990 rondava os quatro mil e, em 2000, ultrapassava os cinco mil habitantes (Ferreira; Carvalho, 2010: 20).

imigrantes sem a documentação regularizada que, evidentemente, não são contabilizados nas estatísticas (Santos, 2014: 70). Esta situação influenciou decisivamente uma tendência que se reflete na movimentação do mercado de arredamento informal – de casas e quartos - extremamente dinâmico e, por vezes, fortemente especulativo<sup>97</sup>.

Considerado um dos maiores e mais antigos enclaves de migrantes do concelho da Amadora e de toda a Área Metropolitana de Lisboa, o bairro do Alto da Cova da Moura, classificado como «bairro degradado de génese ilegal»<sup>98</sup>, ocupa cerca de 16.5 hectares deste território. Ana Paula Beja Horta debruçou-se detalhadamente sobre a história da edificação do bairro, constatando que as primitivas barracas em madeira e zinco foram gradualmente dando lugar a outro tipo de edificações - numa primeira fase apenas de piso térreo – revestidas de tijolo e cimento mas igualmente precárias, que aos poucos foram conhecendo melhorias ao nível de infraestruturas e condições de conforto consoante as necessidades familiares e as possibilidades económicas (Horta 2006, 2008; Santos, 2014). Neste processo de desenvolvimento veio a ganhar significado o fenómeno de ampliação das habitações e consequente crescimento volumétrico quer em altura, quer em termos de ocupação do próprio espaço público, que se manifesta na configuração aparentemente caótica e desorganizada observável em algumas zonas do bairro.

Transpondo as suas “fronteiras”<sup>99</sup> encontramos um território de contrastes: contrasta com a sua envolvente onde predominam bairros-dormitório característicos da

---

<sup>97</sup> Uma das tendências é a do aluguer de quartos ou pisos da própria casa, permanecendo os proprietários a residir nela; a outra passa pelo arrendamento da própria casa, alterando a morada dos proprietários, dentro ou fora do bairro. Esta última situação observou-se, sobretudo, nas décadas de 80/90 quando alguns dos primeiros “construtores” retornaram ao seu país de origem ou, perante a consolidação do seu poder de compra, alguns acabaram por deixar o bairro encontrando outras alternativas habitacionais dentro da Área Metropolitana de Lisboa.

<sup>98</sup> O *Relatório da «Cova da Moura»*, datado de 1983, é o primeiro documento oficial produzido pela administração local sobre o bairro do Alto da Cova da Moura. A sua autoria é atribuída aos Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal da Amadora. Neste Relatório o bairro é oficialmente classificado como «bairro degradado de génese ilegal». Ao longo da década de 80 outros relatórios foram produzidos pela autarquia alertando para a necessidade de elaboração de planos de intervenção e reabilitação urbana desta área, os quais reforçavam representações do bairro assentes em noções de “segregação espacial” e “pobreza”.

<sup>99</sup> Note-se que a configuração morfológica e urbanística da Cova da Moura, que é descrita e analisada em vários estudos realizados nos domínios da arquitectura e do urbanismo como o que foi desenvolvido, em 2008, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, torna visível a ideia de “fronteira” mais explícita, na minha opinião, em algumas zonas do bairro do que noutras, por exemplo, na zona oeste que conflui com

periferia de Lisboa, idênticos a tantos outros bairros suburbanos; a sua malha labiríntica que se expande a partir de duas ruas centrais<sup>100</sup> e o traçado íngreme e tortuoso contrastam com as largas avenidas que o circundam; a apropriação do espaço coletivo pelos moradores, que não deixa de causar um certo «sentimento de estranheza quando um visitante percorre as ruas do bairro, como se entrasse nas salas de estar dos habitantes» (Antunes, 2010: 23), que contrasta vivamente com o modo como, nas proximidades, os vizinhos usufruem do seu espaço público e, por fim, o ambiente hostil e repulsivo que lhe é atribuído por alguns que contrasta com a atratividade que o bairro e as suas vivências exerce sobre outros.

De notar que toda a situação infraestrutural que circunda a Cova da Moura, localizada entre o IC19 e a Avenida da República, na Buraca, tanto quanto a topografia do terreno contribuem, em certa medida, para o isolamento do bairro, acentuando a sua pouca abertura ao exterior e a noção de intransponibilidade e, consequentemente, favorecendo a ideia de que quem lá vive são “eles” e quem não vai lá somos “nós”. Neste ponto, cabe destacar que a ideia de “gueto”, curiosamente, ganha maior relevância em sentido contrário, ou seja, a partir de dentro e da imagem que os locais produzem de si próprios por oposição à imagem que creem representar para o exterior. Tal reflete-se na cultura do *Rap*, particularmente expressiva na Cova da Moura e já conhecida do meio académico<sup>101</sup>, onde os artistas se assumem porta-vozes do bairro, a “voz do gueto”, encaixando o espírito crítico, inconformado e intervencionista que imprimem nas suas composições e performances (De Juan; Rodrigues, 2013). Todavia, Jorge Malheiros (2007) considera, em matéria que não me cumpre aprofundar, que o conceito sociológico de “gueto” não se aplica à Área Metropolitana de Lisboa dado que a sua

---

a Damaia, onde a existência de uma vedação acentua essa ideia. Curiosamente a ideia de “fronteira” passou a fazer mais sentido para mim a partir do momento em que foi inaugurada (a 01.05.2016) a Praça Eduardo Pontes, na Damaia, de que falarei adiante e que se veio a instituir como local de passagem obrigatória para muitos habitantes da Cova da Moura, nomeadamente para o grupo de Kola San Jon que ali passou a deslocar-se com frequência para homenagear a figura de um dos fundadores da Associação Cultural Moinho da Juventude.

<sup>100</sup> Rua Principal e Rua do Moinho.

<sup>101</sup> Edurne de Juan, da Universidade de Barcelona e Donizete Rodrigues do pólo do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) da Universidade da Beira Interior trabalharam em conjunto sobre a questão do rap na sua relação com a construção Identitária entre os jovens de origem cabo-verdiana da Cova da Moura tal como em conjunto trabalharam igualmente Ricardo Campos, da Universidade Aberta e Cláudia Vaz, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa sobre as questões identitárias e a condição dos jovens negros a partir do contexto da Cova da Moura e das expressões culturais mais associadas ao movimento hip-hop, o rap e o graffiti.

estrutura socio-espacial, à semelhança do que sucede na maioria das metrópoles europeias, se caracteriza pelo que considera a inexistência - ou pela sua redução a situações muito excepcionais - de guetos “étnicos” -, quer em termos de frequência, quer em termos das características que possuem.

Muito associado à disseminação dos bairros de génese ilegal, também na Cova da Moura o fenómeno da *entreaajuda* e solidariedade social marcou a expansão do bairro e manifestou-se, desde logo, na própria autoconstrução das habitações e na sua posterior ampliação que resultou, em parte, do envolvimento e da ajuda de vizinhos, familiares e amigos, a troco de semelhante prestação. Neste contexto, tem total representatividade a expressão crioula *djunta mon* que literalmente significa juntar as mãos e em termos simbólicos representa o espírito de *entreaajuda* entre os cabo-verdianos. Estudos sobre a caracterização e diagnóstico do bairro do Alto da Cova da Moura, como o que foi realizado em 2006 no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos<sup>102</sup>, demonstram que as redes familiares – as quais entre os cabo-verdianos, nomeadamente entre os que estão deslocados, ultrapassam a família nuclear e se estendem à família alargada - e de solidariedade se refletiram, de início, numa equivalente distribuição dos indivíduos pelo espaço territorial de acordo com a naturalidade, revelando estratégias de organização familiar e de proximidade entre indivíduos da mesma origem favorecendo, naturalmente, a criação de círculos de interação e o estabelecimento de relações sociais baseadas em laços de vizinhança, de parentesco e de *conterraneidade*<sup>103</sup>, bem como favorecendo o desenvolvimento de modos de vida e estilos de sociabilidade culturalmente específicos.

---

<sup>102</sup> Por ocasião da Iniciativa Bairros Críticos, implementada pela administração central, o bairro da Cova da Moura foi alvo de um estudo pormenorizado conducente à apresentação de uma proposta intervenção urbanística (in *Iniciativa Bairros Críticos*, 2006, Volume I - Diagnóstico, Operação Cova da Moura, Dimensão Sócio-Demográfica: 5).

<sup>103</sup> Os laços de parentesco e *conterraneidade* transcendem o contexto local e têm vindo a ser amplamente alargados por via do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, em particular da internet, e da aceleração dos processos de globalização que configuram novas formas de sociabilidade seja ao nível das relações entre indivíduos que estão mais próximos fisicamente, seja ao nível de relações entre indivíduos que se encontram distantes, os que permaneceram no arquipélago ou daqueles que embarcaram na diáspora para outras latitudes (Góis; Marques, 2008).

Esta questão tem as suas implicações também na organização da festa<sup>104</sup> de Kola San Jon, que se constitui como objeto de estudo nesta pesquisa, no que concerne à definição do percurso por onde passa o cortejo o qual tem confluído, intencionalmente, para as ruas do bairro onde se situam as casas dos elementos do grupo, defronte das quais, em alguns casos, se efetua uma breve paragem. Sendo o Kola San Jon uma manifestação cabo-verdiana originária das ilhas do Barlavento, são sobretudo os cabo-verdianos oriundos dessas ilhas que na Cova da Moura reproduzem a festa, procurando conduzi-la pelos espaços públicos onde se concentra maior número de moradores de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau. Arredados da festa ficam outros espaços públicos do bairro e, conseqüentemente, outros moradores, de origem africana e não só. Na reunião de balanço da festa de 2016<sup>105</sup> que decorreu no dia 07 de agosto desse ano e na qual estive presente, foi levantada a questão, a propósito de uma constatada diminuição do número de participantes que usualmente se associam ao cortejo na rua. Elementos do grupo presentes discutiram o facto de ser necessário cativar mais pessoas para o grupo, por uma questão essencial de rejuvenescimento - uma vez que se verifica uma tendência para o aumento da idade dos participantes e, conseqüentemente, a perda de algumas capacidades físicas que a performance exige<sup>106</sup> – mas também de modo a atrair e integrar um maior número de pessoas do bairro, pessoas de outras origens cabo-verdianas, ou seja, de outras ilhas e, inclusive, de outras nacionalidades. Uma das formas discutidas seria a de alargar o percurso pelo bairro, ou reconvertê-lo, de modo a que outros se sintam aliciados para participar, quer no dia da festa reagindo à passagem do cortejo, quer, desejavelmente, integrando o grupo de Kola San Jon

---

<sup>104</sup> Note-se que o conceito de “festa” é tomado nesta dissertação de forma ampla, correspondente ao que David Guss (2000) propõe com a expressão *festive forms*: «the sites of continue struggle, public stages on which competing interests converge to both challenge and negotiate identity» (Guss, 2000: 23).

<sup>105</sup> Anualmente, o grupo de Kola San Jon efetua uma reunião de balanço que acontece, por norma, alguns dias depois da festa anual. O objetivo da reunião é fazer a avaliação dos pontos fortes e fracos que resultem, preferencialmente, em propostas de melhoria a ter em conta em futuras edições.

<sup>106</sup> Efetivamente, como veremos e a despeito do que é comumente referido a propósito da caracterização dos cabo-verdianos em Portugal e do facto de se tratarem de populações jovens, no grupo de Kola San Jon começam a surgir alguns sinais de envelhecimento que acusam o quarto de século de existência do grupo e o facto de existir uma primeira geração de elementos, fundadores do grupo que coincidem com os primeiros moradores da Cova da Moura, que atualmente somam mais de 60 anos de idade o que lhes traz algumas implicações físicas que começam a ser evidenciadas e sistematicamente abordadas nos encontros coletivos. Por esse motivo alguns elementos “menos novos” têm vindo a assumir posições de retaguarda dentro do grupo, nas suas atuações, dando lugar e protagonismo aos mais novos, como sucedeu por exemplo, com a participação das Marchas Populares de Lisboa, em 2015, de que daremos conta.

dinamizado no seio do Moinho da Juventude e que necessita, na opinião dos elementos do grupo, de ser rejuvenescido de modo a garantir a sua continuidade.

\*

É mais ou menos consensual que no final dos anos 90 o bairro da Cova da Moura estava praticamente construído nos moldes que ainda hoje se mantém. Godelieve Meersschaert garante que entre 1985 e 1986 foram construídas as últimas casas de raiz e que a partir de então se impulsionou o que os arquitetos designam como a «autoconstrução evolutiva», ou seja, em altura, com o acrescento de pisos sobre as estruturas já existentes.

a promoção de novas habitações no Bairro tem sido quase nula nos últimos anos. Assim, o mercado de habitação local tem ficado progressivamente reduzido ao parque existente, à compra e venda – geralmente por mecanismos informais – de fogos usados e, claro, ao dinamismo do arrendamento de casas (na sua totalidade ou parcialmente) ou quartos, também ele efectuado maioritariamente de forma informal (Ferreira; Carvalho, 2010: 20).

A ocupação clandestina, espontânea, progressiva e não planeada de terrenos – privados e do Estado<sup>107</sup> - que marca a fundação do bairro e vem alimentando a polémica em torno da Cova da Moura, foi acompanhada por um processo de instalação de infraestruturas básicas por parte da autarquia<sup>108</sup> como arruamentos, saneamento, recolha de lixo, iluminação pública e, inclusive, instalação de alguns equipamentos públicos, sociais e educativos<sup>109</sup>.

Estas condições e a evolução progressiva do bairro favoreceram a autocriação de postos de trabalho e o desenvolvimento de uma economia local, assente no pequeno comércio, formal e informal, muito ativo onde vingaram os chamados serviços de proximidade, como estabelecimentos de restauração, cabeleireiros, mercearias, oficinas, agentes de viagem, vendedores de rua, postos de venda de produtos

---

<sup>107</sup> Note-se que a maior parte do terreno onde está situado o bairro da Cova da Moura pertence a um único proprietário privado. Existem duas pequenas parcelas que são igualmente propriedade privada e uma quarta parcela que é pertença da Fazenda Pública.

<sup>108</sup> Inicialmente a de Oeiras e depois a da Amadora, como referido, após a sua criação em 1979.

<sup>109</sup> Como o estabelecimento de ensino primário, atual escola EB1/JI da Cova da Moura construída no final dos anos 80 no seio do bairro ou a requalificação do “Polidesportivo da Cova da Moura” em 2010-2011 que permitiu transformar um ringue em mau estado num local adequado à prática desportiva e cultural e que inclui a sua utilização por parte do grupo de Kola San Jon.

tradicionais, lojas de música, etc..<sup>110</sup> Apesar desta pequena economia local gerar alguns postos de trabalho, num bairro que alguns habitantes ousam dizer que «é quase autossuficiente»<sup>111</sup>, a grande maioria dos moradores emprega-se fora, em atividades menos qualificadas e socialmente mais desvalorizadas. A atual tendência para a diversificação do emprego (Malheiros et al., 2007), para a qual concorre também um aumento do nível de escolaridade médio, define a condição dos mais jovens habitantes da Cova da Moura que procuram demarcar-se, em termos de saídas profissionais, do caminho encetado pelos familiares de primeira geração, no caso dos homens, a construção civil e obras públicas, que atualmente é geradora de elevados níveis de desemprego e, no caso das mulheres, os serviços domésticos, a empregabilidade em empresas de limpeza bem como na restauração. Ainda assim, a precariedade, os baixos salários e a necessidade de acumulação de mais do que uma ocupação profissional continua a ser uma constante.

Importa também referir a existência de uma economia paralela que se desenvolve em algumas zonas do bairro e que está relacionada com o tráfico de substâncias ilícitas. Com efeito, é por esta via que a Cova da Moura tem ganho destaque e mediatismo entre os meios de comunicação social que frequentemente dão conta de conflitos no bairro, cobrindo algumas intervenções policiais, elas próprias criticáveis pelos moradores que afirmam que a polícia «quando entra, entra a matar».

Toda a questão que envolve o mediatismo desfavorável, a relação com a questão da criminalidade, da violência, do tráfico e consumo de substâncias ilícitas que, de acordo com alguns testemunhos locais, inclusive o de Godelieve Meersschaert, se acentuou a partir do momento em que foi desmantelado o bairro do Casal Ventoso, em Lisboa, é fraturante na Cova da Moura e acentua-se nos testemunhos dos mais jovens. Expressões como a supramencionada ou outras semelhantes - “quando a polícia entra é o salve-se quem puder”, “somos tratados que nem uns cães” - são frequentes ouvir-

---

<sup>110</sup> De acordo com o diagnóstico efetuado no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos, em 2006, identificam-se na Cova da Moura 35 atividades diferentes representadas em 148 estabelecimentos comerciais recenseados (Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura. Volume I, Malheiros et. al. 2006).

<sup>111</sup> O mesmo estudo indica que o emprego gerado no bairro em atividades comerciais de serviços e no setor associativo, em particular, na Associação Cultural Moinho da Juventude estimava-se, em 2006, entre 16% a 18% (Idem).



se, tal como é apontada, com a frequência, a questão do abuso de poder e as ações desajustadas por parte das autoridades policiais, sobretudo por parte da Polícia de Intervenção<sup>112</sup>.

Na realidade não é assim tão mau. Há bairros em que a Polícia atua de forma bem pior. A questão é que aqui temos uma Associação [referindo à Associação Cultural Moinho da Juventude] que nos protege, noutros sítios não existe e a polícia tem noção disso (morador não identificado\_notas de campo 2016).

Com efeito, situações de maior tensão, ou comportamentos considerados desadequados ou injustificados a partir do exterior desencadeiam e ativam formas de mediação por parte das instituições e o engajamento dos seus líderes, em defesa do bairro e dos moradores, ao mesmo tempo que desenvolvem na população sentimentos de proteção e segurança, individual e coletiva<sup>113</sup>.

«O bairro tem os mesmos problemas que os outros têm. Trabalhamos diariamente [no Moinho da Juventude] para mudar a vida desses jovens e não queremos que o nosso trabalho fique comprometido por alguém que simplesmente vem implantar o ódio. Ninguém aqui quer que a polícia deixe de vir e também ninguém quer interferir no trabalho da polícia mas essa violência tem de parar» afirma Jakilson Pereira, dirigente da Associação e um dos organizadores de um protesto que decorreu no Largo de São

---

<sup>112</sup> Em 2002 a Polícia de Segurança Pública implementou um programa de proximidade desenvolvido em conjunto com as associações do bairro com vista a criar laços e consciencializar moradores e agentes policiais para as questões da cidadania e para a importância das boas relações entre ambos. Durante alguns anos foram realizados torneios de futebol no qual se defrontavam agentes das várias esquadras da Amadora e jovens do bairro e outras ações esporádicas foram conduzidas, nomeadamente debates, sessões de esclarecimento e ações específicas junto das crianças da creche e do jardim-de-infância o que acabou por criar sentimentos de ambivalência face à Polícia de Proximidade e à de Intervenção. Atualmente, episódios específicos de violência e constantes conflitos com as autoridades parecem ter feito esmorecer a iniciativa: «Não deixámos de o fazer, mas começámos a apostar num combate mais efectivo ao crime e isso não agrada a muitos moradores», testemunhou uma fonte policial ao jornal SOL.

<sup>113</sup> Os anos de 2017 e 2018 têm sido marcados por uma polémica que tem trazido a Cova da Moura em grande destaque nos meios de comunicação social. O assunto tem que ver com um alegado ato de violência policial sobre seis jovens da Cova da Moura (dois dos quais pertencentes à Associação Cultural Moinho da Juventude), ocorrido em fevereiro de 2015 na esquadra de Alfragide após conflitos desencadeados durante uma operação de rotina no bairro. Em julho de 2017 o Ministério Público decidiu, de forma considerada inédita em Portugal, acusar dezoito agentes da PSP dos crimes de tortura, sequestro, injúria e ofensa à integridade física qualificada, agravados pelo ódio e discriminação racial contra os referidos jovens da Cova da Moura. O assunto tem sido amplamente escrutinado na comunicação social, tanto quanto, abonatoriamente, na Cova da Moura e, em particular, por parte do Moinho da Juventude que se move a favor dos ideais e das lutas que vem travando desde a sua criação, mas que se vê particularmente envolvido neste caso, por estarem também envolvidos alguns colaboradores.

Domingos, no Rossio, em Lisboa, em março de 2015 para assinalar o Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial e o qual teve como um dos pontos principais a insurjeição contra uma forte investida policial que ocorreu no dia de 5 de fevereiro desse ano na esquadra da PSP de Alfragide, envolvendo jovens do bairro e elementos da ACMJ e que foi amplamente mediatizada através da comunicação social.

num bairro onde já foram assassinados polícias, os profissionais devem reforçar a sua segurança (Presidente do Sindicato Nacional de Polícia, Jornal *i* 12.02.2015).

É certo que ali vivem muitas pessoas de bem, mas é preciso desmistificar a Cova da Moura. Estamos a falar de um local dominado pelo tráfico de droga, os esfaqueamentos e ajustes de contas entre grupos rivais são constantes, há casas subarrendadas por pessoas de fora que ali desenvolvem todo o tipo de actividade criminosa (...). Não é seguro patrulhá-la a pé, há características urbanísticas muito complicadas, e a Polícia continua a ser permanentemente hostilizada (Fonte policial, Jornal *SOL* 14.02.2015).

No dia 20 de junho de 2015, dia em que o Kola San Jon realizou a sua festa anual, Godelieve Meersschaert mostrava-se indignada, no momento o cortejo parou à sua porta, como habitualmente. Nesse ano, por estar Godelieve enlutada pela morte da irmã ocorrida naquela manhã e pela morte do marido, que ocorrera alguns meses antes, a atuação do Kola San Jon defronte da sua casa foi mais contida e, a meu ver, claramente marcada por um sentimento geral de tristeza. No interior, Godelieve mostrava-se desapontada

Como é possível que no dia de hoje, que é um dia de festa e depois de uma coisa tão bonita que fizemos ontem e tão importante, onde esteve tanta gente [referindo-se ao colóquio que decorreu no Museu Nacional de Etnologia, de que daremos conta], como é possível que a comunicação social publique isto? É inadmissível. Nem uma referência à festa, nem ao Colóquio. Nada. É isto que querem mostrar do bairro, é isto que continuam a mostrar do nosso bairro. Das coisas boas, da nossa cultura, daquilo que fazemos, não publicam nada. Temos que fazer alguma coisa, isto não pode ser assim. (Godelieve \_notas de campo 2015).

Godelieve referia-se a uma reportagem alargada que um conhecido jornal semanário publicava nesse dia, a propósito da alegada ligação entre um jiadista islâmico, de origem portuguesa e a Cova da Moura de onde se presumia ser oriundo. A indignação era maior pelo facto da referida publicação dedicar duas páginas centrais a esta notícia que «não é notícia, na realidade, o rapaz foi viver para a França com 9 anos de idade. Casou em França com uma rapariga da Tunísia e acompanhou a família da esposa para

a Tunísia» afirmava, mostrando-se absolutamente indignada e revoltada com o facto do Moinho da Juventude ter feito ampla divulgação dos eventos organizados nesse ano no contexto da festa do Kola San Jon e perante a atitude da imprensa de ignorar tais iniciativas dando, ao invés, ampla publicitação de um assunto que a seu ver não traduzia sequer realidade, apenas contribuía para acentuar a imagem depreciativa do bairro e a sua estigmatização.

Elisabete Rodrigues que estudou a *Cova da Moura: por dentro e por fora* (2009) faz notar que nem sempre é assim, e que como contraponto à ideia de *no go area*<sup>114</sup>, um local perigoso a evitar, veiculada em alguma comunicação social, surge, sobretudo a partir da segunda década de 2000, um outro tipo de olhar que vai dando origem a notícias e/ou reportagens mais abonatórias mostrando o “lado bom” da Cova da Moura, que remetem frequentemente para contextos de multiculturalidade, desmistificação e integração, que dão voz aos moradores do bairro e protagonismo às associações locais<sup>115</sup>.

\*

Com efeito, ideias de estigmatização e segregação contrastam com fortes sentimentos de proximidade e comunidade que transpiram entre moradores da Cova da Moura e se refletem nos laços de solidariedade e coesão que a população manifesta entre si e que traduz, simbolicamente, a manutenção dos laços com o país de origem. Neste sentido, alguns autores (Barbosa; Ramos, 2008; Monteiro, 2008) ousam

---

<sup>114</sup> O termo *no-go area* foi aplicado ao bairro da Cova da Moura em 2007 numa publicação coordenada por Jorge Malheiros e Manuela Mendes (Malheiros et al., 2007) no fundo associado aquilo que Richard Norton considera ser “the feral cities” tal como descreve no artigo assim intitulado, que publica em 2003 na *Naval War College Review*. Estas “cidades selvagens” ou *no-go areas* definem-se, segundo Norton, como “a metropolis with a population of more than a million people, in a state the government of which has lost the ability to maintain the rule of law within the city’s boundaries (...). Some elements, be they criminals, armed resistance groups, clans, tribes, or neighborhood associations, exert various degrees of control over portions of the city. Intercity, city-state, and even international commercial transactions occur, but corruption, avarice, and violence are their hallmarks.” (Norton, 2003: 98). Norton dá o exemplo das favelas na cidade do México, Joaneburgo ou mesmo do Rio de Janeiro.

<sup>115</sup> Por exemplo, o programa de televisão da RTP “Cova da Moura, Aqui é o Meu Bairro” (2008), apresentado por Catarina Furtado e organizado em parceria com o Moinho da Juventude a partir de um trabalho desenvolvido em três meses por um grupo de quinze jovens que durante esse período filmaram o seu dia-a-dia no bairro e de onde resultaram seis mini-documentários; a “Vida Normalmente”, um documentário realizado pela RTP2, em 2009; a reportagem do Jornal o Público “O lado bom da Cova da Moura” (2004), ou do Diário de Notícias “Roupa “KM” mostra orgulho em viver num bairro como a Cova da Moura” (2007).

apropriar-se do conceito de “comunidade imaginada” que Benedict Anderson (1983) adota para tratar as questões do nacionalismo e da constituição dos Estados-Nação europeus, aplicando-o à escala local e ao contexto da Cova da Moura, pressupondo que a noção de pertença a uma *cultura* ou a uma determinada comunidade incorpora a ideia de um “nós” onnipresente, imaginado, «onde se tecem e se (re)criam laços e espaços tangíveis e intangíveis de sociabilidade, mesmo na ausência de interacção física com a comunidade real do país de origem» (Monteiro, 2008: 133).

Portugal (sobretudo a AML) surge como a maior das ilhas no exterior e onde Cabo Verde é mais espelhado. Por vezes, onde Cabo Verde é mais parecido com o original.» (Góis 2009: 18)

A identificação com o bairro é marcada por arreigados sentimentos de pertença e identidade que os indivíduos cultivam na sua relação com o espaço e com a sua comunidade no sentido mais amplo e diversificado, ou de uma forma mais acentuada e circunscrita dentro do seu grupo orientado em função das redes familiares, sociais e culturais que se desenvolvem, entre as quais, naturalmente, as redes associativas.

### **III.1.2. Associativismo, imigração e o contexto da Cova da Moura**

Perante a constatação de que o estudo do fenómeno associativo se torna indispensável, pela sua relevância, em qualquer abordagem que envolva contextos de imigração, o Observatório das Migrações<sup>116</sup> lançou, em 2010, um número da Revista *Migrações* dedicado ao tema “Associativismo imigrante”. Na nota de abertura a antropóloga Rosário Farmhouse<sup>117</sup>, então Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, destaca o papel relevante do movimento associativo imigrante o qual está

---

<sup>116</sup> Criado em 2002, o Observatório das Migrações (OM) integra o Alto Comissariado para as Migrações, instituto público que tutela a execução das políticas públicas em matéria de migrações. O OM é responsável pela promoção, publicação e lançamento de estudos e organização de conferências para a compreensão dos fenómenos migratórios em Portugal.

<sup>117</sup> O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) foi criado em 1996 com a designação de “Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas” (ACIME) com o objetivo de coordenar as políticas de acolhimento e integração dos imigrantes. Em 2007, com a entrada em vigor do decreto-lei nº 167/2007 de 3 de maio, tomou a designação atual assumindo a missão de “colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões.”

consignado na lei portuguesa<sup>118</sup> e o seu contributo para a definição das políticas públicas nesta área. Ana Paula Beja Horta, coordenadora científica do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, a quem foi incumbida a organização deste número temático da *Migrações*, é conhecedora da realidade associativa migrante em Portugal e entre outros contextos também o da Cova da Moura, por onde fez passar a sua investigação<sup>119</sup>.

Ao longo dos tempos, as associações migrantes têm desempenhado um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, inter-regionais e internas. Tradicionalmente, estas organizações têm-se revestido de uma multiplicidade de funcionalidades, constituindo-se como estruturas vitais de processos de socialização, de reforço de laços culturais comuns, de afirmação identitária, de solidariedades e de práticas de entreajuda, desempenhando um papel fundamental na vida dos migrantes face a situações de isolamento e, frequentemente, de adversidade decorrentes do percurso migratório. Por outro lado, as organizações de migrantes têm-se, igualmente, constituído como um espaço privilegiado de mobilização social e política visando a defesa dos interesses dos seus membros nas sociedades receptoras (Horta, 2010: 11).

Na Introdução da obra Beja Horta apresenta uma síntese da literatura produzida no âmbito desta área de estudo fazendo remontar a sua análise à perspetiva funcionalista que marca o período entre os anos sessenta e oitenta, em que autores como Raymond Breton (1964) e Jeffrey G. Reitz (1980) coincidiam na ideia de que criação e a persistência de associações migrantes contribuíam para a segregação social, limitando a interação social do grupo com a sociedade maioritária: «Para estes autores, o isolamento social é tanto maior quanto maior for o tecido institucional paralelo criado pelas comunidades imigradas» (Horta, 2010: 12). O final dos anos 80 consagra uma mudança de paradigma e a perspetiva de que, para além da dimensão étnica, cultural e simbólica associada ao desempenho das associações, uma outra dimensão subjaz, mais *instrumental e facilitadora* dos processos de integração na sociedade de acolhimento. A ideia de que as associações apoiam os indivíduos no acesso a um conjunto de recursos indispensáveis à sua fixação seja a nível da saúde, educação, emprego ou habitação vem consumir a mudança de paradigma, num quadro onde, em Portugal, o Estado se

---

<sup>118</sup> Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, que regulamenta o regime jurídico das associações de imigrantes em Portugal.

<sup>119</sup> Ana Paula Beja Horta integrou a equipa responsável pelo processo de preparação da disciplina de «Sociologia das Migrações» (Universidade Aberta) em que participou igualmente José da Silva Ribeiro, autor da obra *Colá S. Jon, Oh que sabe!*. O projeto previa a ligação dos processos de investigação no terreno ao ensino à distância e à produção de videogramas, previstos dois no caso da Cova da Moura.

mostrava ainda ausente, sem ter despertado para o fenómeno, o que se veio a verificar apenas nos anos 90 quando se estabeleceram os alicerces da política da imigração. Note-se que a constituição das estruturas governamentais responsáveis pela condução de tais políticas públicas resultou em parte do diálogo com as associações de imigrantes, antes mesmo de estas passarem a dispor de um regime jurídico próprio, o que só veio a acontecer em 1999, com entrada em vigor do referido decreto-lei n.º 115/99, de 3 de agosto.

No domínio académico, Beja Horta salienta o papel da Sociologia e da Ciência Política como áreas disciplinares de onde emergiram os primeiros estudos que retratam a questão da imigração e do movimento associativo em Portugal que verdadeiramente se desenvolvem no início dos anos 2000 associados ao crescente interesse por parte de outras disciplinas, nomeadamente da Antropologia e da Geografia. Salienta o pioneirismo de Fernando Machado e a ideia de “mobilização da etnicidade”, fraca, segundo o autor, até aos anos 90, altura em que

passa-se para uma fase de politização e de alargamento das áreas de intervenção das associações imigrantes, que no início do novo milénio assumem-se como importantes parceiros sociais na relação com o governo central, com o poder local e com instituições e organizações migrantes transnacionais (Horta, 2010: 17).

É no início dos anos 90 que a questão da imigração e do associativismo ganha maior visibilidade na sociedade portuguesa fruto, naturalmente, da massificação da imigração africana originária dos países lusófonos sendo também durante este período, que se formalizam, como Associações, algumas organizações informais que vinham ganhando relevância como a Associação Guineense de Solidariedade Social, a Associação Unidos de Cabo Verde ou Associação Cultural Moinho da Juventude (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000: 41).

O caso cabo-verdiano em Portugal é sintomático sendo que a fixação destas comunidades no nosso país e as suas especificidades tem sido tratada de forma acutilante pelas mais diversas áreas de investigação, não apenas pelo facto de ser o grupo numericamente mais expressivo entre os oriundos das ex-colónias portuguesas

em África<sup>120</sup> mas, sobretudo, por representarem, no século XX, o movimento migratório mais antigo e regular entre Portugal e o continente africano e no seio do qual se identifica um maior número de associações. Note-se que apesar de se ter massificado a partir de 1975, com independência do país, a história da imigração dos cabo-verdianos para Portugal no século XX é o resultado de um somatório de sucessivos fluxos com distintas especificidades, que não cabe neste estudo analisar, mas de que resultam distintos tipos de migrantes que, naturalmente, no seu todo, não formam uma comunidade homogénea (Batalha, 2008).

A Embaixada de Cabo Verde em Portugal disponibiliza online informação sobre cerca de sete dezenas de associações e organizações associadas às diversas comunidades de origem cabo-verdiana no nosso país<sup>121</sup>. Num estudo comparativo, Mapril e Araújo (2002) concluem que a prática associativa dos cabo-verdianos tem sido mais preponderante no âmbito da intervenção e assistência social junto da população carenciada do que, por exemplo, no caso da imigração chinesa em que o movimento associativo e as redes envolvidas atribuem maior relevância ao domínio empresarial e comercial.

Não se pretende aqui aprofundar o conhecimento em torno dos contextos de emergência dos movimentos associativos migrantes e das suas especificidades, temática sobre a qual vários autores em Portugal têm refletido, bem como alguns líderes associativos atentos à conjuntura e às dinâmicas em que estão inseridos. Antes, perceber que o contexto da emergência dos movimentos associativos cabo-verdianos em Portugal está, naturalmente, conectado com o fenómeno mais amplo de fixação, na

---

<sup>120</sup> De acordo com o Relatório Estatístico do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 2015 os cabo-verdianos considerados estrangeiros, em Portugal, somavam 38.674 (SEF, 2015: 12). São ultrapassados apenas pelos imigrantes de nacionalidade brasileira, considerada a principal comunidade estrangeira residente (82.590 cidadãos no mesmo ano). O grupo cabo-verdiano lidera no seio da imigração proveniente os países de língua oficial portuguesa. Há que considerar, todavia, que a tendência geral para a redução do número total de estrangeiros residentes em Portugal, incluindo os provenientes de Cabo Verde - que dez anos antes, em 2005, contabilizavam 56.433 indivíduos - deve-se a vários fatores para os quais concorrem a aquisição da nacionalidade portuguesa, a alteração de fluxos migratórios e o impacto da atual crise económica no mercado laboral (SEF, 2015:13)

<sup>121</sup> Em 1990 contabilizavam-se apenas dez associações, sendo que seis anos depois o número tinha subido para setenta e oito. À exceção da Casa do Brasil, todas as associações eram de comunidades africanas, em particular cabo-verdianas e angolanas. Atualmente o ACIDI reconhece a existência de 124 associações de imigrantes e um número indeterminado de outras entidades que, não sendo oficialmente reconhecidas pelo Estado português como associações de imigrantes, desenvolvem atividade no âmbito do apoio às comunidades imigrantes da sua área de influência (Mendes, 2010: 234).

Área Metropolitana de Lisboa, de um grande número de cidadãos africanos após a independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa do que resulta, *grosso modo*, a criação de associações informais como forma de suprimir a falta de apoio das autoridades portuguesas e a tentativa de acolher e integrar aqueles que iam chegando. Esta primeira fase, que decorreu a partir de meados da década de 70 e ao longo de toda a década de 80 do século XX, é designada por alguns investigadores como a fase da emergência (Mendes, 2010).

O bairro da Cova da Moura, cuja expansão, como vimos, é signatária da revolução de 1974, beneficiou dessa conjuntura histórica propícia ao desenvolvimento do movimento associativo português que teve com uma das principais consequências a transformação de muitas estruturas já existentes e a criação de muitas outras emergidas num novo enquadramento político de forma mais ou menos espontânea, voluntária e pró-ativa<sup>122</sup>. Fruto dessa conjuntura e dos novos desafios colocados face à participação dos indivíduos na sociedade civil e no desenvolvimento local é facto que o movimento associativo se expande para áreas até então não experimentadas como a da defesa do património, dos consumidores ou das vítimas, por exemplo, os movimentos estudantis, ou de moradores, os movimentos ambientalistas ou mais tarde, já na década de oitenta, com as responsabilidades atribuídas às IPSS definidas nos seus primeiros estatutos aprovados em 1979<sup>123</sup>.

Neste contexto surge, em 1978, a primeira Comissão de Moradores da Cova da Moura, constituída essencialmente por retornados provenientes de Angola, que começa por reivindicar infraestruturas básicas perante o cenário de miserabilidade e todo o tipo de carências desde redes de água e esgotos, eletricidade, telefone, arruamentos, etc..

A despeito das dificuldades, o bairro foi crescendo e acolhendo um número cada vez maior de moradores que, nesse ano, despertaram a consciência para a necessidade de se organizarem com intuítos reivindicativos nomeadamente perante as instituições públicas, a Junta de Freguesia da Amadora e a Câmara Municipal de Oeiras que, à época, exerciam tutela administrativa sobre aquele espaço territorial. Em plenário foram

---

<sup>122</sup> A propósito da história da emergência do movimento associativo que acompanha o movimento de imigração dos cabo-verdianos, mais restrito até aos anos sessenta e amplamente alargado a partir de meados dos anos 70 cf. MACHADO, 2010.

<sup>123</sup> Conforme o Decreto-lei 519-G2/79, de 29 de Dezembro.



agendadas eleições para a primeira Comissão de Moradores, o que veio a concretizar-se no primeiro ato eleitoral realizado no bairro do Alto da Cova da Moura a 12 de novembro desse ano<sup>124</sup>.

Ao longo dos anos a Cova da Moura soube cultivar e estimular a sua dinâmica associativa elevando-a a um patamar de amadurecimento que revela incomuns capacidades operativas e notáveis capacidades de resiliência e esforço por parte dos seus líderes demonstrada no elevado nível de concretização das mais diversas ações dentro do bairro. Atualmente contabilizam-se três associações na Cova da Moura: a Associação de Moradores constituída em 1994 e cuja fundação se cruza com a história das sucessivas comissões de moradores eleitas a partir de 1978; a Associação de

---

<sup>124</sup> O ato foi acompanhado por representantes da Junta de Freguesia da Amadora que testemunharam a obtenção de 247 votos a favor da única lista, num total de 249 votantes.

Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM)<sup>125</sup> e a Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ)<sup>126</sup>.

Em 2002 as três associações uniram-se, agregando o Centro Social Paroquial Nossa Senhora Mãe Deus da Buraca<sup>127</sup>, formando uma Comissão de Bairro disposta a lutar pela reabilitação e requalificação do bairro.

---

<sup>125</sup> Mais conhecida entre os moradores da Cova da Moura e seus frequentadores como o “Clube”, assume-se como instituição promotora da «Igualdade, Formação, Desenvolvimento, Desporto, Cultura e Recreio, de modo a responder às necessidades da população». Fundada em fevereiro de 1980, começou por ser um Clube Desportivo impulsionado por um pequeno grupo de europeus e africanos, regressados das ex-colónias portuguesas, sobretudo de Angola. Em 2001, dada a necessidade de alteração dos estatutos com vista à inclusão da vertente social, adquire o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social. Tal como as restantes associações, tem desempenhado um papel importante na vida social, cultural e desportiva do bairro. A ASSACM garante atividades de tempos livres para crianças e jovens, bem como atividades desportivas e iniciativas culturais destinadas a todos os grupos etários e populacionais. Estima-se que preste apoio a cerca de 400 famílias, maioritariamente cabo-verdianas, por intermédio das várias valências que dispõe. No âmbito das suas atividades, o Clube promove anualmente a comemoração de algumas datas relevantes como o Carnaval, a Páscoa, os Santos Populares, a data de Independência de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, a festa do São Martinho e a comemoração da passagem do ano. Todas elas são de acesso gratuito e abertas à comunidade local incluindo, naturalmente, aqueles que, por vários motivos, estão mais próximos de outras associações do bairro. Quando questionados sobre a participação nas atividades/festividades do Clube, elementos do grupo de Kola San Jon demonstram à vontade ao assumir que participam de iniciativas organizadas pelo Clube, nomeadamente algumas festas que já se tornaram referência no bairro. Os elementos do grupo demarcam-se assim de situações de conflito e/ou tensão que possam existir entre os líderes das associações. O importante, salienta uma koladeira é que «não se utilize a nossa farda do Kola nas festas deles. Se assim for, não vejo problema, eu por exemplo gosto de participar na festa de Carnaval ou na comemoração da independência de Cabo Verde». A este propósito, em maio de 2015, numa das reuniões quinzenais do grupo, foi discutido um episódio que causou algum constrangimento. Em discussão estava o facto de seis elementos do grupo terem sido identificados num vídeo, ao qual a Direção do Moinho teve acesso, a integrar uma festa do Clube onde se improvisava um grupo de Kola San Jon constituído informalmente, para a ocasião, no caso, a celebração da data de aniversário da Associação. Estes seis elementos do grupo de Kola San Jon do Moinho envergavam t-shirts do Clube, o que provocou o descontentamento entre os colegas e levou a Direção do Moinho da Juventude a pronunciar-se sobre o caso, contudo, sem identificar protagonistas: «Numa atitude de lealdade e de respeito pela cultura Caboverdiana, o ASSACM poderia ter convidado o grupo do Kola San Jon do Moinho da Juventude», reforçando que «as pessoas têm a liberdade para pertencer a outro grupo do Kola, mas têm que escolher qual o grupo a que pertencem». Não havendo possibilidade de algum elemento da Direção da ACMJ poder participar na reunião do Kola San Jon, foi pedido a Godelieve Meersschaert para abordar esta situação. Equacionada a questão em conjunto com Eunice Delgado, que tendo já conhecimento da situação, se mostrava igualmente indignada, Lieve acabaria por fazê-lo nesta reunião onde para além de mim estiveram presentes, a coreógrafa Elsa Shams e também uma equipa da Universidade de Aveiro representada por Susana Sardo e Ana Flávia Miguel que nesse dia se faziam acompanhar por um grupo de investigadores brasileiros. Foi-me confirmado por Godelieve que algum tempo depois deste episódio, ela própria e Vitalina Monteiro, tesoureira da ACMJ, abordaram a questão diretamente com um representante do Clube, esclarecendo o assunto.

<sup>126</sup> Para aprofundar a questão das associações existentes na Cova da Moura, da sua contextualização e do trabalho que desenvolvem, cf. Carolino (no prelo).

<sup>127</sup> Organização católica, instalada fora do bairro, que presta apoio aos moradores, desde 1983, sobretudo a famílias carenciadas e indivíduos em situação precária, seja junto dos mais novos, promovendo a ocupação das crianças depois do horário escolar, ou junto dos mais idosos através dos serviços prestados pelo centro de dia que dirige. Não sendo uma associação de bairro, foi envolvida no processo de qualificação, colaborando pontualmente, em virtude do trabalho social que desenvolve.

Note-se que, dois anos antes, em 2000, a Câmara Municipal da Amadora havia encomendado a um gabinete privado de Arquitectura um estudo de caracterização e diagnóstico da Cova da Moura de que resultou, em 2002, um Plano de Pormenor desenvolvido numa ótica *top-down* sem envolvimento da comunidade (Raposo, 2010) que pressupunha a demolição de 80% do bairro e ao qual os moradores se opuseram veementemente.

Os abaixo assinados, moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura regeitam frontalmente o Estudo Prévio para o Plano Pormenor aprovado pela Câmara Municipal da Amadora, no passado dia 27 de Março, para a Cova da Moura. Neste sentido uniram-se numa “Comissão de Bairro” constituída por: Associação de Moradores, Associação Clube Desportivo, Associação Cultural Moinho da Juventude, com o apoio da Paróquia da Buraca. Contrariamente ao “Estudo”, os moradores consideram ser mais adequada a reconversão do Bairro respeitando a presente realidade de ocupação do espaço, e aproveitando o maior número de habitações existentes. Não aceitando a “espoliação” do património edificado com luta e sacrifício nem ver destruída a sua vida comunitária de relevante valor sócio-cultural.

Os moradores defendem que o seu bairro construído num “Djunta Môn” não deve servir à especulação imobiliária que vem desumanizando e descaracterizando o nosso país, sendo que lutamos pela sua recuperação e reconhecimento como testemunho das competências e criatividade duma comunidade de enraizados valores, numa perspectiva de sustentabilidade para o contínuo desenvolvimento humano, tal como os exemplos dos bairros recuperados de La Boca de Buenos Aires – e o de Hundertwasser em Viena (Abaixo assinado 2002).

A contraproposta apresentada pela Comissão de Bairro assentava numa perspectiva de reabilitação do tecido existente sob o mote ‘A requalificação do bairro é possível se a gente quiser’<sup>128</sup> sendo que a negociação não foi isenta de tensão e conflito entre as partes.

---

<sup>128</sup> Este foi o título de um workshop organizado pelo Moinho da Juventude na Escola Secundária D. João V na Damaia no dia 18 de junho de 2005, integrado na programação da festa anual do Kola San Jon. O evento tornou-se mediático com a presença do então Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, que nesse dia visitou o bairro pela terceira vez, fazendo-se acompanhar de oito ministros. A comitiva liderada pelo Presidente assistiu a uma parte da sessão de trabalho que contou com o apoio das outras associações locais e juntou a então bastonária da Ordem dos Arquitetos Helena Roseta, os arquitetos Manoel Ribeiro e Isabel Raposo, a socióloga Isabel Guerra e a psicóloga Godelieve Meersschaert. Alunos da Faculdade de Arquitectura da UTL apresentaram cinco projetos para a qualificação do Bairro do Alto da Cova da Moura na sequência de um projeto desenvolvido no bairro e coordenado por Isabel Raposo, Professora Auxiliar da FAUTL. As propostas apresentadas pelos alunos corporizavam, segundo a arquitecta-urbanista, um paradigma de intervenção mais conforme às expectativas locais e alternativo ao modelo de tabula rasa veiculado em 2002 pela Câmara Municipal da Amadora no «Plano de Pormenor do Alto da Cova da Moura», que previa a demolição de uma parte significativa do bairro. Este encontro ficou conhecido também e ainda hoje é mencionado, pelo facto de o então Presidente da Câmara Municipal da Amadora se ter recusado a entrar na sala onde decorria o debate.

Em 2006 a Comissão de Bairro conduziu, com o apoio da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, um inquérito aos moradores da Cova da Moura, relativamente à situação do bairro e às perspetivas de requalificação no âmbito da iniciativa então lançada pelo governo. O inquérito, bastante extensivo, permitiu concluir que 78.4% dos inquiridos manifestava vontade de continuar a viver no bairro, apontando como principal razão o facto de possuírem casa própria o que se espelha no discurso dos moradores que continuam, dez anos depois a pensar do mesmo modo, ou seja, a rejeitar: “sair daqui e ir para um prédio? Ainda por cima pagar renda, depois do dinheiro que gastei aqui? Não, nem pensar, não concordo. Além disso, eu comprei a minha casa, paguei-a, ela é minha.” Afirmava, no dia 9 de outubro de 2016, uma moradora numa reunião, a que retomaremos, convocada por uma das associações locais para debater o problema da legalização do bairro (o qual foi despertado novamente em setembro desse ano, por uma reportagem que passou na estação de televisão pública).

Ainda relativamente ao Inquérito, os restantes 14% pensavam, à data, de modo diferente, aceitando a hipótese de adquirir casa noutra local. Na referida reunião a que assisti, de 9 de outubro, ninguém se manifestou a favor desta hipótese, ou seja, todos os presentes, grande parte deles elementos dos grupos de Kola San Jon e Batuque Finka Pé, se demonstraram a favor da permanência no bairro e da união dos moradores contra qualquer proposta de demolição.

Completando estes dados – e perante um cenário de demolição - a maioria dos inquiridos demonstrava, em 2006, a mesma vontade de ser reinstalado numa nova habitação no interior do bairro (46% em moradia e 9% em apartamento) contrariamente a uma percentagem menor de inquiridos que manifestavam preferência por ser reinstalados numa casa nova fora do bairro sendo que apenas um número ínfimo (cerca de 3%) optaria por regressar à terra natal. Godelieve Meersschaert, que desempenhava funções como dirigente associativa na altura em que foi realizado o Inquérito e sendo uma das representantes da ACMJ na Comissão de Bairro, reforça a questão defendendo que «os processos de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa mostram que os problemas associados aos bairros degradados não foram resolvidos. Apenas se

transferiram de local e, nalguns casos, agravaram-se porque as pessoas não se identificam com o lugar onde vivem».

Com efeito, forjam-se aqui os principais argumentos que dão corpo à luta empreendida pelos agentes locais a favor da requalificação do bairro da Cova da Moura e contra a sua demolição e que assenta na ideia de que qualquer deslocação, no âmbito de um processo de demolição e realojamento, acarretaria consequências negativas naturalmente na manutenção das redes sociais e dos laços de vizinhança que definem a relação com o espaço exterior e desenham os mecanismos de pertença e identidade que ao longo dos anos se foram consolidando e fortalecendo na Cova da Moura, mas igualmente resultaria num impacte económico desfavorável àqueles que no bairro mantêm os espaços comerciais e os negócios que garantem a sobrevivência económica de um número considerável de indivíduos e famílias.

A Iniciativa Bairros Críticos (IBC) – *Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos* – lançada em 2005 marca, sem dúvida, o percurso histórico da Cova da Moura e mais uma vez a capacidade de luta, resistência e diálogo envolvendo os agentes locais. A iniciativa, que foi suspensa em 2012 sem ter gerado resultados efetivos na resolução do problema urbanístico, apresentava-se como experiência inovadora que pretendia operar ao nível da qualificação e reinserção urbana de três bairros críticos e propunha-se dar uma importância crucial às populações moradoras e suas associações nos bairros selecionados, aliando a preocupação social à necessidade de resolução das questões urbanísticas. O papel dos agentes locais foi decisivo nas conquistas alcançadas no âmbito do projeto que contemplou a assinatura de um protocolo de parceria entre vinte e seis entidades públicas e privadas assente numa lógica de responsabilização e comprometimento, e envolveu uma complexa logística de organização de grupos de trabalho, gabinetes e comissões de estudo de onde resultaram algumas iniciativas empreendidas e concertadas entre agentes.

A comunicação e articulação foi considerado um dos aspetos mais positivos da Iniciativa Bairros Críticos (Ramos et al., 2008) da qual resultaram projetos vários de intervenção social, educativa, urbanística bem como algumas melhorias que implicaram diretamente a ação das administrações central e ou local, ao nível de infraestruturas,

como melhorias no sistema de recolha do lixo e de limpeza das ruas e a reconstrução do polidesportivo de que falámos, da qual veio a beneficiar a festa do Kola San Jon.

A iniciativa foi suspensa em 2012 com a interrupção da participação do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana não sem antes a Comissão de Bairro promover reflexão organizando, em abril de 2012, de um seminário em jeito de balanço, intitulado *Cova da Moura, que desígnio, que desenho* em parceria com outras entidades que contou com a presença de representantes do meio académico, especialistas em intervenção socio territorial e urbana e ao qual não compareceram os interlocutores municipais.

A questão urbanística, que em grande parte motivou a criação do programa, ficou por resolver. Há que ter em conta que a Cova da Moura foi erguida de forma clandestina num terreno que pertence a quatro proprietários, em que um é detentor da esmagadora maioria, a família Canas, que em 2016 veio de novo reclamá-lo e reacender a polémica. Em 2010, a Câmara Municipal da Amadora promoveu a abertura de um concurso para a elaboração de um plano de pormenor, sendo que fizeram parte do júri, para além da Câmara Municipal, o Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana e a Comissão de Bairro. Com o voto contra da Comissão ganhou a proposta apresentada pela mesma empresa privada que em 2002 havia elaborado um plano de pormenor (e que inclusive fez originar a criação da Comissão de Bairro). Nesta proposta, já não se tratava de demolir 80%, mas 60% do bairro.

Quando confrontada com a questão da demolição Godelieve Meersschaert é perentória «Não faz sentido nenhum, não podemos deixar que isto aconteça. Destruindo-se o bairro destrói-se a sua forte comunidade. Temos que lutar porque este é um bairro histórico, um testemunho de uma era em Portugal<sup>129</sup>. Seria impensável demolir Alfama, tal como deve ser impensável demolir a Cova da Moura» e acrescenta

---

<sup>129</sup> No referido workshop “A Requalificação é possível se a gente quiser” que decorreu no dia 18 de junho de 2005, a socióloga Isabel Guerra defendeu a ideia de que, no processo de reintegração em bairros de realojamento, as famílias *perdem os seus recursos criativos de sobrevivência económica*. Cabelheiros, restaurantes e outros estabelecimentos deixam de existir. Esta ideia está presente na conceção de Godelieve tanto quanto está presente a ideia defendida por Helena Roseta no mesmo encontro, onde a Arquiteta defendeu que a Cova da Moura *é um bairro histórico e não se abatem bairros históricos*. Neste dia, Helena Roseta mostrou-se disponível para apoiar na solução do problema de requalificação do Bairro da Cova da Moura.

que «não há outro bairro que tenha as características da Cova da Moura e que seja um testemunho da história de Portugal dos últimos 30 anos».

Com a suspensão da Iniciativa Bairros Críticos mantém-se a indecisão e o horizonte da demolição continua a pairar sobre a Cova da Moura. A Comissão de Bairro deixou de operar em 2015, tendo sido retomada em 2017. As associações locais mantêm o seu papel crucial em prol do desenvolvimento social e comunitário local bem como na defesa dos interesses dos moradores, nomeadamente continuando a alimentar formas de individuais de luta e resistência pela não demolição do bairro. Na mesma reunião de moradores convocada pela Associação Cultural Moinho da Juventude com caráter de urgência em outubro de 2016, na sequência da reportagem que a estação pública de televisão exibiu no dia 23 do mês anterior e onde deu voz aos representantes da família que reclama grande parte do terreno onde se situa a Cova da Moura, o grupo de moradores presente, na sua maioria cabo-verdianos escutava Godelieve Meersschaert que esclarecia:

Passou uma reportagem na TV [questiona quantos viram e apenas uma minoria assistiu] por causa do nosso bairro e da polémica dos terrenos. A família Canas vem reclamar o terreno. Temos de pensar em conjunto como vamos lutar contra isto. Na realidade a família não está contra nós, o que quer é que a Câmara ou o Governo resolvam a situação. Eles pagam IMI e nós também, andamos a pagar duplamente (Godelieve Meersschaert\_notas de campo 2016).

Godelieve, que em 2015 deixou intencionalmente os Corpos Gerentes da Associação Cultural Moinho da Juventude, voltava por esta ocasião a assumir, como nos esclarece, a pedido de elementos da Direção da ACMJ, a condução do debate demonstrando também que se mantém firme na resistência e na defesa das suas convicções que se revelam a favor da requalificação do bairro da Cova da Moura e contra as propostas de demolição e realojamento.

O processo de patrimonialização do Kola San Jon inscreve-se nesta luta como mais uma forma de resistência a somar a outras que se têm empreendido ao longo da história da Associação Cultural Moinho da Juventude.

### III.1.3. A Associação, a Cultura e o Moinho

“Ninguém fala da Cova da Moura sem falar do Moinho e ninguém fala do Moinho sem falar da Cova da Moura”. (A.) (Rodrigues, 2009: 41)

A Associação Cultural Moinho da Juventude, ou apenas o Moinho, como é conhecida localmente, assume-se como um Projeto Comunitário. A sua história confunde-se, naturalmente, com a história do bairro do Alto da Cova da Moura, ambas subsidiárias da história de Portugal do século XX.

A adversidade tem marcado o bairro ao longo da sua existência<sup>130</sup>. Complexas questões urbanísticas por resolver, problemas sociais profundos, desemprego, precariedade, pobreza e exclusão social, agravados pelas questões de estigmatização já abordadas que teimam em associar o bairro e a sua população à delinquência e marginalidade. Por outro lado, e a despeito destas condições, tem-se constituído como território de atratividade não apenas para investigadores que aqui encontram matéria-prima que satisfaz as suas necessidades de investigação, como para outros agentes culturais, sociais, educativos, etc. que encontram na Cova da Moura condições para desenvolvimento dos mais variados tipos de programas e projetos conduzidos, na maioria das vezes, de forma participativa com o apoio das associações locais e, amiúde, com o envolvimento dos moradores que, desejavelmente, beneficiam com as iniciativas.

Damos prioridade ao trabalho que estimula a participação e envolvimento dos moradores e consideramos estudos e investigações 'sobre' a população como secundários e muitas vezes inoportunos. Privilegiamos o processo da aprendizagem

---

<sup>130</sup> A propósito da questão da adversidade, citamos o Relatório de Atividades do 2015 da Associação Cultural Moinho da Juventude: «No bairro, o panorama actual é muito preocupante. Diariamente, 100 pessoas continuam a vir buscar o seu almoço à nossa cantina social e há 50 moradores na lista de espera. Pessoas que trabalharam 20, 30 ou 40 anos na construção civil, para empreiteiros que não pagaram as contribuições para a Segurança Social, veem-se agora obrigadas a pedir almoço para assegurar a sobrevivência mais elementar, a sua e a dos seus filhos. Existem também famílias com crianças com necessidades especiais de educação, incluindo 53 crianças/jovens que frequentam o Moinho. Entretanto, as famílias mais vulneráveis sofrem cortes no Rendimento Social de Inserção. Numa altura em que sentimos que o Estado não cumpre as suas obrigações para com a população mais desfavorecida, lembramos que as Traves Mestras do Moinho contemplam “a solidariedade” e redobramos, no nosso trabalho, a atenção às situações difíceis vividas pelos habitantes que são empurrados para situações de pobreza e pelos que resistem todos os dias. Diariamente, dirigem-se dezenas de pessoas ao GIP – Gabinete de Inserção Profissional. São pedreiros, armadores de ferro, calceteiros, ladrilhadores que estão desempregados; jovens estudantes que não vislumbram perspectivas de trabalho. Apercebemo-nos de que são muitos os pais que estão presos, por tráfico de droga, assalto ou condução sem carta. Tal significa que há muitas mulheres a trabalhar 10 horas fora de casa, para além das 4 horas de tarefas domésticas que diariamente as ocupa nas suas próprias casas. Mulheres que se angustiam continuamente pelas crianças, entregues a si mesmas na rua ou em casa (...)» (in ACMJ\_Relatório de Atividades 2015/2016).



social dos moradores através da concretização dos seus projectos.  
(<http://www.moinhodajuventude.pt/>)

Não é impróprio admitir que a Associação Cultural Moinho da Juventude é das que mais tem contribuído para a projeção do bairro e, por isso, goza de um amplo reconhecimento dentro e fora da Cova da Moura. Atualmente é uma instituição que extravasa os limites do território onde está inserida, às portas de Lisboa, e do concelho onde está registada como pessoa coletiva com sede na Travessa do Outeiro, n. 91, Alto Cova da Moura, Buraca, Amadora. O seu trabalho foi reconhecido, em 2007, pela Assembleia da República que lhe atribuiu o Prémio Direitos Humanos por decisão de um júri constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Moinho da Juventude nasce nos anos 80 do século transato a partir de um conjunto de ações informais levadas a cabo por um grupo de moradores que partilhava entre si um conjunto de preocupações comuns relativas às débeis condições de habitabilidade, aliadas a preocupações de carácter social e económico que atingiam grande parte daqueles que então se fixavam na Cova da Moura. As primeiras reuniões decorreram em 1984<sup>131</sup> com o objetivo de encontrar soluções concretas com vista à resolução do problema da água e esgotos, ainda inexistentes. Godelieve Meersschaert, moradora e, como referido, uma das fundadoras da Associação relata que na Cova da Moura existia apenas um fontanário que era partilhado por 900 pessoas. O tempo que consumiam nas filas fazia deste o local propício para os moradores partilharem os seus problemas, nomeadamente as deficientes condições de habitabilidade do bairro, mas não só.

(...) lá ao pé do fontanário, quando ia buscar os baldes estavam lá muitas pessoas, muitas vezes, na fila. E depois, as pessoas falavam sobre o facto de trabalharem como empregadas domésticas, de não terem os direitos, de serem despedidas e não receberem nada. E então, convidámos uma pessoa do sindicato para vir falar e tivemos aqui reuniões com o sindicato do serviço doméstico e foi assim que começámos a organizar um curso de formação (Meersschaert, 2009, cit in Miguel, 2010).

---

<sup>131</sup> A primeira reunião decorreu a 1 de novembro de 1984 na casa de Godelieve Meersschaert e Eduardo Pontes.

As preocupações com a questão do saneamento básico encabeçavam a luta, mas também idênticas preocupações com a condição dos grupos mais desfavorecidos, por um lado as mulheres - e a dignificação do trabalho doméstico – e, por outro, crianças e jovens, que nos anos 80 cresciam desprotegidamente no bairro, num ambiente hostil.

Por essa ocasião, a dinâmica associativa local<sup>132</sup> impele a Junta de Freguesia da Buraca a disponibilizar uma casa na rua S. Tomé e Príncipe, a qual os moradores mais antigos da Cova da Moura ainda identificam como sendo a «primeira sede do Moinho». O espaço - compartilhado então com a Associação de Moradores<sup>133</sup> - acolheu a primeira biblioteca infantil que, no início, funcionava apenas aos domingos<sup>134</sup>. Segundo Ana Flávia Miguel, um holandês de nome Jan de Zanger, terá doado cem mil escudos, verba com a qual foram adquiridos os primeiros livros (Miguel, 2010: 54).

No princípio dos anos oitenta, íamos aos domingos de manhã com a Augusta, a Isabel e a Conceição à biblioteca “O Moinho”, na Rua de São Tomé e Príncipe, 10A. Em pouco tempo inscreveram-se 700 leitores (Meersschaert, 2017: 9).

«Foi aqui que nasceu a Associação. Nós íamos para lá ler livros ou fazer os trabalhos de casa. Todos os jovens da minha idade, que cresceram na Cova da Moura, passaram por este espaço» recorda Silvino Furtado (Bino). A vida pessoal e profissional de Bino revelou-se indissociável do Moinho da Juventude, primeiro por ter usufruído dos espaços e equipamentos sociais criados para crianças e jovens a partir da década de 80 e depois empregando-se na instituição onde trabalhou como auxiliar de educação e mediador sociocultural, acumulando com a função de guia “turístico” do projeto

---

<sup>132</sup> É preciso frisar que, de acordo com Júlia Carolino (no prelo), a dinâmica associativa da Cova da Moura tem a sua génese mais cedo i.e., durante a fase de consolidação do assentamento, quando a ocupação predominantemente agrícola deu lugar à construção das habitações. Carolino dá conta de uma questão que me foi igualmente relatada na primeira pessoa por Teodoro Ribeiro (morador) que experienciou a situação: «Com o avanço das construções, os ocupantes passam a confrontar-se com a acção dissuasora do poder público, sendo regularmente abordados pela GNR, obrigados ao pagamento de coimas ou, mesmo, vendo demolidas as construções que não estivessem manifestamente habitadas. É neste contexto, e após um episódio marcante de demolição de dezasseis edifícios em construção, que um grupo de homens de perfil empreendedor, que estão a reorganizar as suas vidas em Portugal na sequência do processo de descolonização, decidem dirigir-se à Câmara Municipal de Oeiras, onde à data se incluía a então Freguesia da Amadora» (Carolino, no prelo). Neste texto, Júlia Carolino trabalha a história do associativismo (em geral) na Cova da Moura, focando o seu percurso e as suas conquistas e dando protagonismo aos seus agentes.

<sup>133</sup> A sede da Associação de Moradores do Bairro Alto Cova da Moura ainda hoje funciona neste espaço.

<sup>134</sup> Para além de Biblioteca, no espaço funcionavam cursos de alfabetização e de corte e costura para adultos (Carolino, no prelo).

Sabura<sup>135</sup>, antes de emigrar, em 2017, para a Alemanha. Nas visitas que acompanhei, Bino retratava a sua história de vida entroncando-a com a história da Cova da Moura e com a criação do Moinho da Juventude quando cruzava as ruas do bairro conduzindo visitantes, como sucedeu em novembro de 2016 quando me acompanhou na visita a um grupo de investigadores do CRIA que se deslocou ao bairro no âmbito de uma iniciativa académica acolhida pela Associação<sup>136</sup>.

Os anos 90 foram determinantes para a consolidação do trabalho desenvolvido pela Associação que, em 1989, havia adquirido o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, contava já com a existência formal de uma sede e revelava uma dinâmica de trabalho bastante ativa e participativa. O relatório de atividades do Moinho da Juventude desse ano dá conta do processo de edificação da Associação

O ano de 1989 foi, para a nossa associação, um ano decisivo. Para além de assegurar o normal funcionamento das diversas atividades todos nós, membros diretivos, sócios, moradores e amigos, conseguimos, com êxito, um objetivo que, à partida, parecia impossível: a construção de uma nova sede, na qual já se investiram quase 5.000 contos e muito trabalho voluntário. Foi em fins de Janeiro de 1989 que comprámos, por 1.700.000\$00 uma casa constituída por um rés-do-chão ainda em toско, uma pequena

---

<sup>135</sup> Sabura é uma expressão crioula que significa "apreciar aquilo que é bom, saborear". O Moinho da Juventude dinamiza, desde abril de 2004, o projeto "Sabura — África Aqui Tão Perto!" que consiste em trazer visitantes à Cova da Moura procurando atenuar o estigma associado à criminalidade e marginalidade com que o bairro é frequentemente conotado. Trata-se, adotando a ideia de Iñigo Sánchez, de *experienciar o risco mas sem risco* (esta expressão foi utilizada pelo etnomusicólogo em maio de 2014 numa sessão doutoral na qual participei, a propósito da requalificação urbana do bairro da Mouraria), propondo visitas acompanhadas e orientadas que dão a conhecer a Cova da Moura na sua dinâmica quotidiana e, conseqüentemente, uma parte significativa do património e da *cultura* de Cabo Verde. É o que se oferece a visitantes ou viajantes que procuram um turismo alternativo, à semelhança do que é feito nas favelas do Rio de Janeiro ou os bairros sociais de Joanesburgo, prática que encontra as suas origens no *Slumming* a que as elites inglesas se dedicavam nos finais do século XIX (Kirshenblatt, 1991). Esta prática volta a reaparecer já nos anos 90 nos bairros e favelas do Brasil e da África do Sul, mas também no México, no Quênia e na Índia (Freire-Medeiros, 2009). Inspirado no mesmo conceito, o projeto Sabura procura mostrar o que a ACMJ considera "autêntico" na Cova da Moura promovendo a deambulação dos visitantes por espaços de referência que, para além de poderem ser observados e contemplados, podem igualmente ser fruídos e consumidos (desde restaurantes, cabeleireiros, mercearias locais, etc.). Do projeto Sabura usufruem igualmente investigadores, cientistas e outros agentes que recorrem a este serviço prestado pela ACMJ para conhecer melhor o local onde desenvolvem ou irão desenvolver projetos. Os guias do projeto Sabura reforçam a imagem do bairro e os elos de ligação com o exterior, convidando os "turistas" a voltar em junho por ocasião da festa do Kola San Jon, o que com que frequência sucede, tal como me foi referido. Note-se que, independentemente da festa, é também frequente os visitantes voltarem autonomamente noutras ocasiões, com o objetivo de usufruírem do comércio local. O cineasta Rui Simões emprega uma expressão que considero que se aplica neste contexto: "é termos África às Portas de Benfica".

<sup>136</sup> No âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia 2016 - Programa Ciência Viva, o Centro em Rede de Investigação em Antropologia promoveu um passeio científico na Cova da Moura intitulado "Um outro mundo é possível se a gente quiser". A Associação Cultural Moinho da Juventude acolheu o evento integrando-o projeto "Sabura".

cave e quintal. A campanha de solidariedade então lançada reuniu 1.389.397\$00. Foram donativos de sócios, comerciantes, moradores do bairro; receitas de festas organizadas na Cova da Moura e também por um grupo de amigos da Bélgica (...). Em trabalho voluntário, muitos sócios deram o seu contributo. Registamos também o grande apoio que nos foi dado pela organização [belga] 'companheiros construtores' que ao nosso Bairro se deslocou (...) e ainda o Walter, da mesma organização, (...) ele ajardinou, com muito carinho, o terreno à frente da Associação e está a dar apoio na construção do sótão. Todos eles apreciaram muito o contacto com as crianças, jovens, moradores do Bairro, vencendo as barreiras da língua' (in Policopiado ACMJ, 1990).

O fenómeno é comum a outras comunidades de imigrantes que, por essa ocasião, convergiam para a grande Lisboa e se reuniam em pequenas estruturas associativas criadas com o objetivo de contribuir para a melhoria de condições de vida nos locais onde se fixavam, desempenhando um papel fundamental na sua sobrevivência.

A criação do Moinho da Juventude assentou, desde o início, num princípio comumente enunciado por aqueles que estão, ou estiveram, envolvidos neste empreendimento. O princípio corporiza-se na referida expressão crioula *djunta mon* constantemente reproduzida nos discursos locais e que remete para a união de forças, ou seja, traduz o espírito de entreajuda com o qual os cabo-verdianos se identificam. Na construção do Moinho da Juventude a expressão representa literalmente o espírito com que o projeto foi edificado, desde logo, na construção do edifício sede, inaugurado a 1 de novembro de 1990, que beneficiou do contributo de grande parte dos homens que trabalhavam na construção civil.

Foram os moradores que construíram aos poucos, consoante as possibilidades, a sede da Associação Moinho da Juventude e foram eles que delinearam os seus projectos e actividades. No início, com recursos muito limitados, contámos com o trabalho voluntário dum engenheiro que fez os cálculos certos para a construção dos alicerces. Numa fase posterior, o apoio do FEDER permitiu pagar um Mestre de Obras. Ele ensinou aos jovens do bairro a aprendizagem dos cálculos, do desenho, das técnicas para construir o seu 'Espaço'. Esta aquisição de conhecimentos contribuiu para que os jovens melhorassem o seu próprio habitat (<http://www.moinhodajuventude.pt/>).

A rede de relações que se foram estabelecendo, a nível nacional e internacional, em parte motivadas pela iniciativa do casal Godelieve e do seu companheiro Eduardo Pontes, proporcionaram a ampliação do trabalho desenvolvido pela Associação criando novos eixos de atuação e, consequentemente, proporcionando uma maior abertura da comunidade ao exterior.

Se no final dos anos 90 o Moinho da Juventude contava com cerca de três dezenas de trabalhadores no quadro de pessoal e havia consolidado o serviço de apoio, sobretudo nas áreas infantil e juvenil, atualmente o número ronda a centena<sup>137</sup> sendo que a larga maioria dos postos de trabalho é ocupada, intencionalmente, por pessoas que vivem ou viveram no bairro, inclusive jovens quadros superiores que cresceram com a Associação, frequentando durante a infância e juventude as atividades educativas, desportivas, culturais dinamizadas pela instituição.

Estes colaboradores distribuem-se por um conjunto alargado de valências, consideradas “serviços de proximidade”: na área educativa o Moinho da Juventude gere um jardim-de-infância, uma creche - a *Árvore*, uma creche familiar *O Moinho* (serviço de amas)<sup>138</sup>, um centro de atividades de tempos livres (CATL), um centro de atendimento familiar e aconselhamento parental (*PULO*), um pólo informático e um espaço de cidadania participativa que opera no âmbito da prevenção da delinquência. Na área profissional dispõe de um gabinete de inserção profissional (GIP), um gabinete de apoio à documentação e um gabinete de apoio social e um Balcão do Cidadão. A nível desportivo o Moinho proporciona a prática de diversas modalidades como o Basquetebol, Futsal e Atletismo pelas quais distribuem equipas de crianças e jovens.

Relativamente à área cultural o Moinho da Juventude acolhe, desde 2005, o grupo de dança feminino hip-hop “Wonderfull's Kova M” que alia ritmos de Cabo Verde com referências europeias e americanas e o “Estúdio Kova M: o céu é o limite”, inaugurado em 2009, que dá a oportunidade aos jovens *rappers* do bairro de produzirem a sua própria música<sup>139</sup>. Contudo, é por via da dinamização dos dois grupos culturais que a

---

<sup>137</sup> Distribuídos da seguinte forma, conforme o Relatório Anual da Associação Cultural Moinho da Juventude (2016): nove Educadores de Infância; doze Auxiliares de Educação; onze Agentes de Educação Familiar; um Agente de Ocupação; nove Técnicos Auxiliares de Serviço Social; uma Professora; um Monitor; vinte Amas; quinze Técnicos Superiores (diversas Licenciaturas); três Operadores de Experiência em Pobreza e Exclusão Social; um Rececionista; duas Cozinheiras; duas Ajudantes de Cozinha; dois Trabalhadores Auxiliares; um Técnico de Construção Civil/Condução de Obras. Em regime de voluntário encontram-se vinte e três colaboradores em diversas áreas e também todos os elementos pertencentes aos Corpos gerentes da ACMJ.

<sup>138</sup> Trata-se de uma prestação de serviço conduzido por amas que acolhem as crianças no seu domicílio. Esta valência, criada em 2001 no âmbito de um acordo com o Ministério de Solidariedade e Segurança Social, nasceu para solucionar o problema da creche que, entretanto, atingira o seu limite em termos de espaço e recursos. Uma das amas, é uma das mais antigas e carismáticas koladeiras do grupo de Kola San Jon.

<sup>139</sup> Parte do equipamento do Estúdio Kova M foi adquirido com o apoio financeiro do Programa Escolhas, sendo que a construção beneficiou de um avultado donativo particular.

Associação ganha maior protagonismo: o “Finka Pé”, *o mais antigo e emblemático grupo de batuque sedado em Portugal* (Ribeiro, 2012), criado institucionalmente em 1988<sup>140</sup> e o grupo de “Kola San Jon”, cujas origens remontam ao início dos anos 90.

Entre os serviços prestados pelo Moinho da Juventude, e da plêiade de estruturas e equipamentos sociais criados pela instituição para responder às necessidades dos moradores, há que destacar ainda a criação da já citada Biblioteca, inaugurada em janeiro de 2006 com a presença do próprio poeta António Ramos Rosa<sup>141</sup> que resulta, em grande parte, da iniciativa de Eduardo Pontes e do seu apego aos livros. “Ele promovia muito a leitura, criou a biblioteca, e costumava dizer que cada criança deste bairro que lê um livro é um ato revolucionário” afirma vezes sem conta Jakilson Pereira, sempre que fala da história deste espaço pelo qual é atualmente responsável. Jakilson, cabo-verdiano nascido na Achada em Santo António, na ilha de Santiago, é *rapper*, autor, compositor. No Bairro, e fora dele, muitos o conhecem por “Hezbo (Ilah)”. Para além de integrar a Direção do Moinho da Juventude, aqui encontrou condições de empregabilidade. Jakilson foi encaminhado por Eduardo Pontes para lhe suceder na dinamização da Biblioteca e do seu sucessor herdou a missiva de que «um livro na mão de uma criança do bairro é uma poderosa promessa de transformação do quotidiano», mensagem que passou num discurso emotivo e simbólico que dedicou a Pontes no dia do seu funeral, 22 de janeiro de 2015, quando a urna de «Nhu Eduardo» se deteve por momentos defronte do edifício que alberga a Biblioteca e o Centro de Documentação Tomkiewicz<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> Na Introdução à obra “Eduardo, Vida, Obra, Revolução” Godelieve Meersschaert descreve o modo como nasceu o grupo de Batuque Finka Pé: «À janela do nosso sótão víamos as mulheres batucar na véspera do casamento do nosso vizinho. Ouvimos a noite toda os conselhos cantados à noiva. Incentivaste-me a falar com as batucadeiras para formar um grupo, o grupo de batuque Finka Pé!» (Meersschaert, 2017: 10).

<sup>141</sup> «Estou num lugar mágico de vida e sensibilidade. Isto é que é Portugal. Um lugar mestiço. Faz-me lembrar as mantas de retalhos que minha mãe fazia. A nossa sociedade é isto e não apenas aquele quotidiano das pessoas esmagadas e inexpressivas que vemos nos transportes públicos. A festa também faz parte da vida e estas pessoas estão vivas. Isto é vida. O humano é divino». Palavras do poeta António Ramos Rosa na inauguração do Centro de Documentação Tomkiewicz/Biblioteca no dia 28 de janeiro de 2006.

<sup>142</sup> Constituído em janeiro de 2013, o Centro Tomkiewicz é dinamizado no seio da ACMJ e propõe-se refletir sobre as atividades formativas organizadas pelo Moinho da Juventude bem como proporcionar consultadoria para ações de formação e suas estratégias de desenvolvimento. Entre outras atividades enunciadas no Relatório de Atividades, no ano de 2015, o Centro Tomkiewicz promoveu o colóquio “Cultura Proibida, Património Estimado” iniciativa que decorreu do processo de patrimonialização do Kola San Jon e da qual falaremos adiante. A título de curiosidade, referir que a designação do Centro foi

Para além de dinamizar várias iniciativas de carácter educativo e cultural, o espaço alberga mais de três mil livros e está atualmente capacitado para responder às solicitações de inúmeros estudantes e investigadores, nacionais e estrangeiros, que procuram, neste bairro, satisfazer os seus interesses académicos e científicos. Ana Flávia Miguel demonstra, na tese de mestrado, o modo como o espaço da Biblioteca António Ramos Rosa influenciou momentos chave do seu trabalho de terreno na Cova da Moura, desde logo o facto de ter travado conhecimento com o próprio Eduardo Pontes neste espaço, no dia 28 de janeiro de 2008, dia que marca a sua primeira incursão no terreno para estudar o Kola San Jon. Neste espaço Ana Flávia desenvolveu pesquisa para a sua investigação e marcou presença em algumas iniciativas que ali decorreram por ocasião da primeira festa do Kola San Jon a que assistiu e que, nesse ano de 2008, teve lugar no dia 13 de junho<sup>143</sup>. A investigadora faz também alusão ao espaço como local de reencontro depois de ter acompanhado o grupo de Kola San Jon na viagem a Cabo Verde.

Depois do regresso a Lisboa, a 2 de Julho de 2008, foi rápido o reencontro do grupo de KSJ. O hábito de convivência diária fora de Portugal e a vontade de recordar momentos únicos acelerou a realização de uma reunião, que aconteceu a 12 de Julho de 2008. Neste dia, o local de encontro foi a esplanada da Biblioteca Ramos Rosa e, o ambiente era de descontração, alegria e de urgência em rever as emoções partilhadas (Miguel, 2010: 129).

Considera-se que às preocupações iniciais com a melhoria das condições de habitabilidade no bairro e com a educação e ocupação das crianças e jovens que acionaram e impeliram a criação desta Associação, somaram-se outras preocupações entre as quais com as condições de acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho, bem

---

proposta pela pedopsiquiatra e “amiga” do bairro, Ana Vasconcelos «TOM para os amigos, foi um pedopsiquiatra e psicoterapeuta reconhecido, internacionalmente que dedicou, toda a sua vida, às crianças e aos adolescentes em sofrimento psicológico e vítimas de injustiças e maus tratos. (...) Militando sempre pelo humanismo nas práticas terapêuticas destinadas às crianças e aos jovens em sofrimento psicológico e em risco, dedicou toda a sua vida a encontrar modos inovadores e eficazes na reeducação de adolescentes socialmente desadaptados e em risco social. (...) Por isso, eu sei que o TOM gostaria muito deste bairro e de todo o trabalho do Moinho da Juventude. Penso que ficaria muito contente por saber que o seu nome estava ligado a este projecto do centro de documentação e que nos brindaria com a sua gargalhada franca e o seu “Genial, não acham?”» Ana Vasconcelos, in <http://www.tomkiewicz.org/o-centro.html> (acedido a 16.08.2017).

<sup>143</sup> Nesse ano, a festa do Kola San Jon decorreu um pouco mais cedo que o habitual, a 13 de junho, dia de Santo António devido à deslocação do grupo a Cabo Verde, entre 20 de junho e 2 de julho, para participar nas festas de São João Batista em Santo Antão e São Pedro em São Vicente.

como com a preservação e a divulgação da *cultura* dos moradores do bairro, na sua grande maioria cabo-verdianos, que permanecem configurando a dinâmica atual do Moinho da Juventude. A par da criação dos diversos equipamentos sociais de que usufruem largas centenas de moradores, a Associação apoia-se num conjunto de princípios, «traves mestras»<sup>144</sup> que potenciam o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e a valorização da diversidade cultural existente no bairro.



**Figura 1** - Painel de azulejos autoria coletiva que reflete as «traves mestras». Ilustrado por cada núcleo da Associação Cultural Moinho da Juventude. Fotografia: Carlos Palma/ACMJ, 2007.

Tal como identificado previamente, na Cova da Moura existem várias associações locais, implementadas e dirigidas por moradores, bem como existe um conjunto de entidades e instituições que ali possuem instalações que se constituem como um prolongamento, no local, desses organismos oficiais. Neste sentido, a frequência das instituições, como a adesão às associações, apresenta-se livre, o que significa que por princípio, qualquer residente, independentemente da sua origem, pode tornar-se membro ou frequentador das associações de bairro e através delas exercer a sua cidadania participativa. A proximidade ou o envolvimento com uma outra associação gera ao mesmo tempo sentimentos de pertença e fortalece os laços entre os indivíduos, as instituições e os seus líderes e é com frequência que se ouvem expressões entre aqueles que circulam pelo Moinho da Juventude como «o que seria da Cova da Moura sem o Moinho».

<sup>144</sup> Conjunto de doze princípios que norteiam a ação da associação: interculturalidade; comunicação; alegria e boa disposição; *gender*; respeito pelas convicções políticas e religiosas; cooperação, *empowerment*; respeito pelo meio ambiente; criatividade; persistência; qualidade, eficiência e eficácia e solidariedade.



A Associação constituiu-se, ao longo da sua existência, como um local de identificação e pertença independentemente da origem étnica dos que participam, usufruem e beneficiam da sua ação e do seu papel mediador que tende a atenuar a fronteira entre o bairro e o exterior. Analisando a natureza do associativismo, nomeadamente do modo como é acionado pelo Moinho da Juventude, verificamos que se desenvolveu em torno de um conjunto de reivindicações encabeçadas pela luta a favor da defesa do bairro, da defesa dos direitos dos moradores e, inevitavelmente, as reivindicações e as estratégias a favor da construção de uma imagem positiva da Cova da Moura.

Beja Horta considera que no plano da ação-intervenção se distingue o papel das duas principais associações locais no desempenho da cidadania ativa

Nas décadas de oitenta e noventa de 1900 as duas principais associações locais, a Associação de Moradores e a Associação Cultural Moinho da Juventude levaram a cabo diferentes estratégias de acção colectiva local. A actuação da associação de moradores, dado o seu relacionamento com o poder instituído foi marcada por uma forte dependência, clientelismo partidário, conivência e resistência. A estas “estratégias do dominado” para utilizar uma expressão de Ruivo (1993) no seu trabalho sobre o poder local em Portugal, contrapõem-se estratégias conflituais e de pressão formal e informal por parte da Associação Cultural Moinho da Juventude (Horta, 2008).

A questão política não sendo explícita, está implícita no contexto da Cova da Moura, talvez porque o intrincado de questões urbanísticas, jurídicas, sociais, etc. que afetam o bairro só têm efetivamente resolução na esfera política e é nela que se circunscrevem. Godelieve Meersschaert demarca-se do envolvimento partidário remetendo essa ação para outros agentes locais que segundo ela: «esses sim, têm interesses e envolvimento partidário, nós não, nós juntamo-nos para defender o bairro» (Godelieve Meersschaert \_notas de campo 2016).

A despeito disso, na verdade o bairro tem-se constituído como arena política para onde têm convergido não apenas interesses, como inúmeras personalidades que, sobretudo em períodos pré-eleitorais, aparecem para corresponder às refinadas estratégias de marketing político. A ambivalência toma conta dos moradores e põe em confronto dois estados de alma, o dos mais otimistas, geralmente os incansáveis líderes das associações locais que consideram que a visita das personalidades políticas é sempre bem vinda e continua a valer a pena, sobretudo se forem dirigentes de partidos, pelo

mediatismo e visibilidade que acionam e por contribuírem para chamar a atenção para os problemas existentes e para a necessidade de solucioná-los, que se contrapõe a uma perspectiva menos otimista que, com descrédito, vê nestas intervenções um aproveitamento político (da imagem mediática do bairro) que raramente traz efeitos ou resultados visíveis.

Com efeito e retomando Beja Horta, ao longo dos anos, as duas principais associações da Cova da Moura – a Associação de Moradores e a Associação Cultural Moinho da Juventude – têm vindo a defender os interesses dos moradores através da implementação de estratégias distintas, nem sempre pacíficas ou consensuais, mas que se complementam e fazem enriquecer não apenas o próprio movimento associativo como as comunidades que dele usufruem e, em muitos casos, dele dependem. A Associação de Moradores, batalha nas questões da legalização e manifesta maior proximidade com a política local e não só. Em novembro de 2016 esta Associação proporcionou a visita ao bairro do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que apelou ao entendimento entre Governo e Autarquia e à união de esforços para a resolução dos problemas da Cova da Moura. Efetivamente, e na sequência dos acontecimentos, uns dias antes o Presidente da República tinha sido interpelado sobre o assunto, através de carta enviada pela família que reclama a propriedade nos terrenos.

Esta iniciativa da Associação de Moradores foi bem acolhida pelas associações e organizações locais e pelos moradores que se empenharam em providenciar o acolhimento adequado ao Presidente da República Portuguesa que foi recebido pelos líderes de todas as instituições locais. Jakilson Pereira, juntamente com outros dirigentes e colaboradores da ACMJ, recebeu o Presidente na sede do Moinho da Juventude, a instituição que muitos consideram ser o principal cartão de visita do bairro.

### **III.2. O processo de proteção legal, seus agentes e desafios**

No dia 4 de outubro de 2013 decorreu nas instalações da Biblioteca António Ramos Rosa uma reunião entre um representante da Direção-Geral do Património Cultural e duas representantes da Associação Cultural Moinho da Juventude. Paulo Ferreira da Costa, na qualidade de Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e

Imaterial da DGPC, deslocou-se à Cova da Moura para entregar pessoalmente à Coordenadora da Direção da Associação Cultural Moinho da Juventude o ofício, datado de 30 de setembro, no qual se comunicava a decisão favorável de inscrição do Kola San Jon no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*

no passado dia 30 de setembro de 2013, a Direção Geral do Património Cultural, decidiu favoravelmente sobre o pedido de inscrição do “Kola San Jon” (Amadora) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, apresentado pela Associação Cultural Moinho da Juventude a 29.04.2013, conforme Anúncio em anexo a publicar oportunamente em Diário da República (Of. DGPC\_30.09.2013).

A 16 de outubro haveria de ser formalmente reconhecido o «“Kola San Jon” (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora)» como Património Cultural Imaterial, em Portugal, através da publicação da decisão em Diário da República<sup>145</sup>. Como entidade proponente da candidatura, a Associação Cultural Moinho da Juventude via assim concretizado o objetivo a que se tinha proposto cerca de dois anos antes, depois da estreia do documentário de Rui Simões «Kolá San Jon é Festa di Kau Berdi».

### **III.2.1. Produção cinematográfica como preâmbulo**

Rui Simões estreou-se na produção cinematográfica sobre a Cova da Moura, em 2010, com o filme «Ilha da Cova da Moura». A preparação do documentário implicou uma intencional aproximação do realizador à Cova da Moura e a sua presença regular no bairro ao longo de três anos, durante os quais contactou com os moradores, com as instituições locais e os seus representantes. Numa entrevista dada a um portal de cinema, Rui Simões esclarece que se deslocou pela primeira vez à Cova da Moura já depois de ter surgido a ideia de fazer este primeiro filme e a primeira relação estabeleceu-se por intermédio de uma pessoa conhecida, de nacionalidade cabo-verdiana, seguindo-se de uma segunda incursão onde tomou contacto com Moinho da

---

<sup>145</sup> «Nos termos do n.º 2 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, conjugado com o disposto pela alínea d) do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, faço público que, por decisão de 30 de setembro de 2013, a Diretora-Geral do Património Cultural decidiu favoravelmente sobre o pedido de inscrição do “Kola San Jon” (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, apresentado pela Associação Cultural Moinho da Juventude. (...)» (excerto do Anúncio n.º 323/2013, Diário da República, 2.ª série — N.º 200 — 16 de outubro de 2013).

Juventude e com o casal Godelieve e Eduardo, com quem veio a estabelecer uma relação de proximidade. A relação com o bairro tornou-se “muito fácil”, nas suas palavras, como cada vez mais assídua se tornou a sua presença.

Comecei aos poucos a integrar-me naquele ambiente. Comecei a ir às festas e filmá-las. Durante três anos, eu filmo tudo o que é festejo. É a forma mais visível, mais fácil e até mais tolerante de me aceitarem, visto que está tudo em festa posso filmar. Aquelas festas de rua, festas públicas, onde o acesso a uma câmara de filmar é natural, porque as televisões também lá vão, há turistas, há pessoas a filmar com câmarazinhas caseiras, portanto, o facto de eu aparecer equipado profissionalmente não é estranho. Mas, as primeiras vezes, nem foi equipado profissionalmente, foi com uma câmara pequenina que eu comecei a captar imagens para levar para casa, para ver, para olhar, para perceber o que é que estava a fazer, o que é que estava ali. A pouco e pouco fui-me integrando naquele grupo (Rui Simões, 2010 – entrevista C7NEMA).

Estreitas tornaram-se também as relações com o grupo de Kola San Jon dinamizado no seio da Associação Cultural Moinho da Juventude. Em 2006 Rui Simões acompanhou a viagem do grupo a Madrid para participação no filme “Fados” do realizador espanhol Carlos Saura<sup>146</sup>. Por ocasião desta viagem Rui Simões realizou um pequeno documentário - *Viagem a Madrid* - que veio a ser editado em DVD, em 2007, como extra do filme de Saura.

A «Ilha da Cova da Moura» surge do cruzamento do olhar, com a experiência do realizador e a sua vontade de transportar o bairro da Cova da Moura para os festivais e para “as salas de cinema em alta definição com grande qualidade”. O filme dialoga com as reais intenções de um realizador assumidamente “militante de causas”

É um objecto para eles poderem ter um património na mão e dizer “Tenho aqui um filme sobre mim e orgulho-me deste filme. Quero este filme para lutar contra futuras eventualidades de ataques da comunidade. Tenho aqui um filme a dizer que nós não somos assim, não somos isso tudo que dizem. Somos isso tudo que dizem, também, mas não somos só, também somos estes” e isso era a razão de ser deste filme. Era a única razão. Eu queria fazer este filme para isso. Para contribuir para que eles possam

---

<sup>146</sup> A participação de cerca de 60 elementos do grupo de Kola San Jon no filme do realizador espanhol deriva, segundo Ana Flávia Miguel, da ligação de carácter histórico que alguns autores, nomeadamente o Musicólogo Rui Vieira Nery, estabelecem entre o Kola e o Fado, mais concretamente entre a dança do Kola e o Lundum um género muito semelhante ao Fado, que se dançava no Brasil do século XIX. A participação de Vieira Nery no projeto “Fados” proporcionou o convite e a participação do grupo no filme (Miguel, 2010). No dia 01 de novembro de 2007 o filme “Fados” foi exibido na Cova da Moura no âmbito da comemoração dos 20 anos da Associação Cultural Moinho da Juventude. Godelieve Meersschaert (2010) faz notar a importância desta viagem inclusive na perspectiva social dado que cerca de metade dos elementos do grupo não tinha documentação regularizada e com o apoio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras conseguiu-se fazê-lo. A resolução da questão traduziu-se, segundo Meersschaert, no aumento das possibilidades reais de inserção profissional por parte destes indivíduos.

defender-se melhor contra as investidas que são muito fortes no âmbito da imobiliária, do poder político, do poder económico (Idem).

Nesta entrevista, que data de 2010, Rui Simões empregava o conceito de “património”, o qual continua a manter no seu discurso<sup>147</sup>, mais vinculado ao conceito de *empowerment* do que acionando qualquer retórica sobre património cultural imaterial cuja influência da UNESCO já então se fazia sentir em Portugal. Note-se que em Portugal se estava em plena fase de concretização de importantes linhas de trabalho no quadro de implementação de políticas públicas nesta área e recorde-se que nesse ano se consolidava o regime jurídico para o património imaterial com a entrada em vigor da Portaria n.º 196/2010 de 9 de abril. O próximo documentário de Rui Simões - «Kolá San Jon é Festa di Kau Berdi» - acabaria por ficar associado a esta conjuntura por se ter constituído como mote para a candidatura do Kola San Jon ao Inventário Nacional do PCI.

O facto de o Rui Simões ter feito o filme sobre o Kola San Jon quando o grupo foi a Cabo Verde foi de grande importância para este reconhecimento (Godelieve Meersschaert, 07.09.2016 - entrevista).

Com efeito, no ano em que estreou o seu primeiro documentário sobre o bairro da Cova da Moura, Rui Simões divulgou o projeto seguinte e a intenção de realizar um segundo filme na Cova da Moura, desta feita a propósito da viagem realizada em 2008 pelo grupo de Kola San Jon a Cabo Verde para participar nos festejos em honra de São

---

<sup>147</sup> No dia 24 de junho de 2017, dia da festa do Kola San Jon, Rui Simões estreou na sala multiusos da Associação Cultural Moinho da Juventude, o seu mais recente projeto cinematográfico sobre a Cova da Moura. O filme “Retratos a Preto e Branco” que neste dia teve a sua estreia em Portugal, tem como ponto de partida um projeto desenvolvido por Maria Pires, uma jovem estudante de Belas Artes junto de algumas pessoas do bairro. A particularidade deste documentário, em formato de curta-metragem, é o facto de a jovem estudante entrar em diálogo com os seus interlocutores, focando aspetos da sua história de vida, enquanto desenha os seus retratos com grafite. Por ocasião dessa estreia, o realizador voltou a revelar publicamente o seu engajamento, insistindo na ideia de que a sua produção cinematográfica sobre o bairro da Cova da Moura não é inocente, antes pelo contrário, tem por trás o objetivo de “criar património” ao serviço da comunidade que vive confrontada com o cenário da demolição. Segundo Rui Simões, “é um património para as comunidades, a ideia é mostrar que existe património. Assim, quem tem coragem de chegar aqui e deitar isto abaixo? A Cova da Moura é África às portas de Benfica”. O realizador vai mais longe considerando que “isto é nosso, é da humanidade, não só dos cabo-verdianos”. Rui Simões demonstra porque se tornou, a meu ver, um dos principais “amigos” da Cova da Moura, motivo pelo qual é inúmeras vezes “convocado” para colaborar com a Associação Moinho da Juventude, ao mesmo tempo que continua, pontualmente, trabalhando cinematograficamente este contexto.

João Batista e São Pedro nas ilhas de Santo Antão e São Vicente, viagem que o realizador acompanhou com uma equipa de filmagem profissional<sup>148</sup>.

2011, ano em que foi lançado o filme «Kolá San Jon é Festa di Kau Berdi»<sup>149</sup> coincide com o ano em que foi lançado publicamente o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. Entre muitas outras pessoas que marcaram presença na antestreia, que decorreu a 26 de outubro no Cinema Londres, estavam antropólogas Júlia Carolino, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa que realizava trabalho de campo na Cova da Moura e Cláudia Freire, técnica da Rede Portuguesa de Museus/Instituto dos Museus e da Conservação, as quais, inspiradas pelo filme, acabariam por propor ao Moinho da Juventude o desafio de candidatar o Kola San Jon ao Inventário Nacional do PCI.

### **III.2.2. Kola San Jon ou Colá S. Jon: várias realidades, a mesma prática?**

O Kola San Jon é uma prática performativa cabo-verdiana, ou um ritual, que celebra as festas do solstício de verão ou as «Festas Juninas» e que têm no dia de São João Batista (24 de junho) o seu apogeu. Em Cabo Verde inscreve-se no ciclo de Festas

---

<sup>148</sup> A propósito da divulgação deste segundo filme, Rui Simões revela ter-se inspirado no pequeno navio que integra simbolicamente a performance do Kola San Jon e segue-lhe o rasto partindo da Cova da Moura até às suas origens cabo-verdianas.

<sup>149</sup> O filme foi lançado em 2011, mas teve a sua estreia em circuito comercial em maio de 2012. Segundo a informação disponibilizada online pela Real Ficção, a produtora de Rui Simões, o filme já foi emitido nos Canais TVCine, ZAP TV e RTP e marcou presença em vários festivais nacionais e internacionais como o DocLisboa (2011), Caminhos do Cinema Português (2011), Festival de Cinema Digital de Odemira (2011), 7º Dockanema – Festival do Filme Documentário (Moçambique 2012), Medimed’12 (Espanha) ou o Festival Internacional de Cinema de Luanda (2012). Foi nomeado para os Prémios SOPHIA 2013 na categoria de Melhor Documentário de Longa Metragem. O filme foi exibido inúmeras vezes em Portugal e fora do país sendo que destaco a sua projeção em junho de 2011 no Espaço Multiusos do Moinho da Juventude na Cova da Moura e no mesmo local no ano seguinte por ocasião da Festa do Kola San Jon. Foi também exibido em Cabo Verde, em 2012, nas ilhas de São Vicente e Santo Antão onde uma parte do filme foi rodada. Vi pela primeira vez o filme no dia 28 de maio de 2014 no auditório da CPLP em Lisboa no âmbito do Ciclo de Cinema “Cine-ONU/Direitos e Desenvolvimento”, organizado conjuntamente pela Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e pelo Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC). Esta iniciativa, organizada no mês comemorativo do Dia Mundial para a Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, contou com a presença do realizador no debate que se seguiu à projeção do filme onde participou também uma koladeira do grupo de Kola San Jon. Na assistência, outros elementos do grupo marcaram presença. Assisti novamente à projeção do filme em 2016, no mesmo Espaço Multiusos, na Cova da Moura, por ocasião da participação do Moinho da Juventude nas Jornadas Europeias de Património.

de Romaria sendo uma das principais festividades populares das ilhas do Barlavento – Santo Antão, São Vicente e São Nicolau.

Não sendo o objetivo aprofundar nesta dissertação o estudo da prática performativa, considera-se importante rever as especificidades do Kola San Jon enquanto processo ritual e social que viajou de Cabo Verde até Portugal transformando-se num *objeto* cultural patrimonializável, atualmente abrangido por um regime de proteção legal por parte do Estado português.

Autores como Félix Monteiro (1958), Moacyr Rodrigues (1997), Margarida Brito (1998), Silva Ribeiro (2000), Barbosa e Ramos (2008), Castro Ribeiro (2010) ou Alcides Lopes (2015) empregam a expressão *Colá S. Jon*, enquanto outros, como Ana Flávia Miguel (2010, 2016), Francisco Cuberos (2015), Júlia Carolino ou o próprio realizador Rui Simões adotam uma grafia diferente, correspondente aquela que a própria Associação Cultural Moinho da Juventude adota: *Kola San Jon*. Argumenta Miguel (2010) que, em Cabo Verde, se utilizam as duas formas de escrita - com “k” e com “c” - e que a opção pela utilização da letra “k” está intrinsecamente relacionada com o movimento *hip hop*, muito fulgurante na Cova da Moura e que se traduz na própria identificação do bairro como *Kova M* numa alusão ao universo residencial, social e cultural e, consequentemente, identitário dos jovens. Posicionando-me na mesma linha dos autores que têm trabalhado sobre o Kola San Jon a partir da Cova da Moura e do contexto institucional circunscrito pela ação do Moinho da Juventude, adoto nesta dissertação a mesma grafia que considero inclusivamente averbada pelo ato publicado em Diário da República em consequência da inscrição da manifestação no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*<sup>150</sup>. Procurei esclarecimento junto da Professora Elvira Gomes dos Reis<sup>151</sup>, da Universidade de Cabo Verde, que confirmou que a grafia do crioulo cabo-verdiano é de natureza fonético-fonológico por isso todo o som [k] escreve-se com a letra K pelo que, no seu entender é correto empregar a expressão

---

<sup>150</sup> Note-se que esta questão da ortografia foi discutida previamente no seio do Moinho da Juventude, ainda em plena fase de preparação da candidatura, pelo grupo de trabalho que considerou de manter a utilização da letra “K” na designação da manifestação.

<sup>151</sup> Elvira Gomes dos Reis, especialista em Educação Linguística, é docente da Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Arte (FCSHA) da Universidade de Cabo Verde. É doutorada pela Universidade de Santiago de Compostela – Galiza, Espanha onde defendeu, em 2011, a tese intitulada *O Crioulo como Língua Materna, em Cabo Verde, e a sua Implicação no Currículo Escolar em Português*.

“Kola San Jon”. Assim, utilizo a mesma fundamentação para todas as palavras que derivam de «Kola» e que nesta dissertação escreverei igualmente com a letra “k”, como “kolar” - o ato de dançar o Kola San Jon ou “koladeira” – mulher que interpreta o Kola San Jon. Emprego a mesma grafia relativamente ao contexto cabo-verdiano a despeito de ter observado, na viagem que fiz ao arquipélago em 2016, diferentes variações dependendo das fontes, dos autores, dos contextos e das ilhas e de ser recorrente a utilização da expressão «Colá S. Jon» nos documentos oficiais redigidos em língua portuguesa.

A problemática não está igualmente isenta de incertezas e variações no que respeita às questões etimológicas e polissémicas relacionadas com a palavra *Kola*, associada ao verbo “kolar”, que significa “dançar” e que têm sido igualmente discutidas e problematizadas por vários investigadores (Rodrigues, 1997; Ribeiro 2000; Miguel 2010). Importa deixar claro que nesta dissertação utiliza-se a expressão *Kola San Jon*<sup>152</sup> em duplo sentido, o qual julgo identificável no contexto: por um lado, “Kola San Jon” para referir a prática performativa (independentemente do contexto territorial em que decorre) e, por outro, a utilização da mesma expressão “Kola San Jon” para identificar o grupo que é dinamizado, desde o início dos anos 90, pela Associação Cultural Moinho da Juventude, no âmbito da sua ação cultural.

\*

O Kola San Jon é interpretado no bairro do Alto da Cova da Moura desde 1991<sup>153</sup>, depois de ter sido proposta a realização da festa por um dos elementos da Direção do Moinho da Juventude, Gualdina Valério (Dina), moradora no bairro e natural de Santo Antão, uma das ilhas do arquipélago cabo-verdiano onde a prática está mais enraizada. Dina propunha dar visibilidade e valorizar as tradições da sua ilha perante o facto de a Associação já apoiar a dinamização do grupo de Batuque, género representativo do património musical da ilha de Santiago, desde 1988.

---

<sup>152</sup> A questão divide opiniões: para uns a expressão *kola san jon* traduz uma saudação, “saudar São João” (San Jon), para outros está relacionado com o ato de “kolar”, ou seja, interpretar a dança que acompanha os festejos ao ritmo muito particular das quadras de tamboreiros.

<sup>153</sup> A primeira festa de Kola San Jon na Cova da Moura decorreu nos dias 27 e 29 de junho de 1991. Contudo, de acordo com Ana F. Miguel, nos anos oitenta um casal de moradores já teria organizado, junto com alguns vizinhos, um cortejo de Kola San Jon (Miguel, 2010: 29).



Fomos procurando os sócios e moradores que podiam colaborar. Dina lembrou-se de um primo que sabia fazer o barco (...) foi indicando outros sócios e vizinhos que conheciam bem as tradições da Festa. As estagiárias do Serviço Social (Elvira e Isabel) foram contactando e falando com as pessoas e pouco a pouco foi-se preparando a Festa. Elas aperceberam-se dos muitos requisitos, muitas cerimónias e regras da festa do Kola San Jon. Foi também a descoberta de muitas capacidades desconhecidas: vários sócios e moradores conheciam tudo sobre a feitura de um tambor, sabiam todos os pormenores sobre a preparação e qualidades das peles para os confeccionar. (Doc. ACMJ, 1996)

Não obstante a diversidade e as múltiplas formas e dimensões que adquire nos diferentes espaços geográficos onde é interpretado, seja no arquipélago ou fora dele, o Kola San Jon constitui-se como uma prática multi-expressiva que envolve música, dança, palavra e artefactos (Miguel, 2010). O acompanhamento musical e o ritmo decorrem do som de tambores e apitos<sup>154</sup> que acompanham toda a performance. A dança tem no *golpe da umbigada* o seu movimento mais característico que consiste no movimento de recuo e aproximação dos intérpretes/dançarinos que se tocam simultaneamente com a parte superior das coxas. Frequentemente um dos dançarinos ergue os braços ao mesmo tempo que o par coloca um dos braços por detrás da cabeça e o outro na anca, enquanto os ombros executam um movimento de rotação (Miguel, 2016: 138).

No estudo sobre *Instrumentos Musicais em Cabo Verde* Margarida Brito (1998) debruça-se sobre as formas musicais do arquipélago e entre inúmeros géneros e manifestações artísticas sobre as quais se detém - como o Batuque, a Tabanca, a Morna, o Funaná, a Coladeira, entre outros - analisa uma tradição que considera comum a todas as ilhas de Cabo Verde e que denomina como *Festas de Romaria* que atingem o seu auge na celebração de São João Batista por ocasião do solstício de junho. Margarida Brito faz alusão às “lumenaras”, a tradição de saltar à fogueira que em Cabo Verde, como em Portugal, acontecem por ocasião das festas juninas. A autora relaciona a origem desta tradição cabo-verdiana com a sua eventual origem portuguesa e convoca para esta discussão o historiador cabo-verdiano Félix Monteiro que se refere à existência de uma dança que terá sido proibida, em Portugal, em meados do século XVIII, à qual se dava o

---

<sup>154</sup> A utilização do apito na interpretação do Kola San Jon em Portugal, não é regular, nem existe um elemento do grupo que, obrigatoriamente, o faça ressoar. Por norma, o chefe dos tamboreiros toca o apito, o comandante do navio também, assim como alguns elementos do grupo, nomeadamente tamboreiros ou koladeiras e também, por vezes, alguns elementos externos (família ou amigos) que acompanham o grupo sem participar da performance.

nome de *Chegança* «popularíssima e plebeia, lasciva, arrebatada» onde «o par solto se unia rapidamente em atritos sensualíssimos» (Monteiro cit in Brito, 1998: 3) que, ao invés de se extinguir, evolui «passando a ser dançada aos grupos de dois pares soltos (...) os quais alternadamente se aproximam do centro fingindo querer unir-se em umbigadas (...) com os mesmos movimentos com que, noutros tempos, se dançava Colá-San Jon na ilha da Boavista» (idem: 3). Num texto de 1968, o escritor Júlio Dantas refere-se igualmente à existência das *Cheganças*, proibidas desde 1745, pelo rei D. João V.

Porque mereceu semelhante dança a honra de ser proibida? O que eram, afinal, as «cheganças»? (...) Era uma dança de abominação e de inferno, tão rebolada de quadris, tão jogada de lombos, tão batida de ventres, (...) Era a grande dança lisboeta do momento, que irrompera bruscamente por terreiros e ruas-sujas, pelos alpendres da Mouraria e pelas hortas do Ducado, que invadira tudo, desde o Mocambo até ao Paço dos reis, batida agora nos socos de pau das maranhoas, tairocada logo nos sapatos de perdiz das «franças», desnalgada, violenta, ignóbil, mas viva, orgulhosa, pitoresca, ondulada primeiro em ritmos de chacoína, rompendo depois em sapateados bravos de fandango, acabando, ventre contra ventre, peito contra peito, no impudor canalha da «fofa» das mulatas e dos negros (...) (Dantas, 1968).

Estilos de dança com características semelhantes parecem encontrar-se noutras esferas do globo, com destaque para a América Latina. O escritor Alejo Carpentier na obra *Music in Cuba* refere-se à existência de uma dança cubana, “El Chuchumbé”, que na última metade do século XVIII terá sido levada para Vera Cruz onde, em 1776 foi proibida pela Santa Inquisição: «An informer of New Spain’s Inquisition describes ‘El chuchumbé’: “The verses are sung while others dance, a man with a women or four women and four men; the dance is performed with gestures, shaking, and swaying contrary to all honest intentions...because in it they embrace one another and dance belly to belly» (cf. Carpentier, 2001). Carpentier considera que esta foi uma dança de resistência no período da Inquisição no México<sup>155</sup>.

Etimologicamente a expressão “El Chuchumbé” deriva do termo “cumbé”, traduzindo para castelhano como “ombligo” ou “barriga” e para inglês como “belly button” ou “belly”, de onde advêm as características da performance que lhe atribuem o carácter ‘desonesto’ com que as autoridades coloniais mexicanas a vão classificar e definir

---

<sup>155</sup> Na mesma obra Alejo Carpentier menciona que foi referenciada uma dança com características muito semelhantes em Santo Domingo, República Dominicana, em 1698.

The dance is with the movement of hands and shaking that is contrary to all with honesty, a bad example of what you see when you mix touching, stretching arm to arm and then stomach to stomach, and I was also informed that this is danced in ordinary houses of mulattos and people of broken race, not of serious people, not of circumspect men, and yes of soldiers, marines, and people with no trade or employment (Díaz-Sánchez, M.; Hernández, A. 2013: 194).

Práticas congêneres são também identificadas no Brasil<sup>156</sup>. É o caso do *Lundu* ou *Lundum* considerado pelos musicólogos um dos primeiros ritmos afro-brasileiros, fruto de um sincretismo que mescla influências portuguesas e africanas e que terá passado o atlântico através dos escravos negros ou dos marinheiros, mesmo antes de em Portugal terem sido proibidas, no séc. XVIII, práticas performativas semelhantes consideradas indecorosas ou imorais. No *Lundum*, tal como nas *Cheganças*, no *Chuchumbé* e, inclusive, no Kola San Jon, são os movimentos sensuais de aproximação do ventre entre os dançarinos que lhe atribuem o erotismo e o carácter obsceno que popularizaram as danças entre as classes populares e, em contrapartida, as tornaram repudiadas e reprovadas pelas classes 'eruditas'. Alguns autores, como Rui Vieira Nery, encontram uma relação entre o Fado português e o *lundum* colocando, perante fontes históricas, a hipótese de que o Fado seria dançado no Brasil no século XIX e cuja dança revelava características próximas dos ritmos afro-brasileiros e destas performances trazidas pelos negros de África, às quais se atribuía o carácter devasso e de imoralidade sustentado nas suas características performativas intrínsecas<sup>157</sup>.

---

<sup>156</sup> A antropóloga brasileira Marianna Monteiro, Professora do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Estadual Paulista esteve em Portugal entre 2017 e 2018 para realizar investigação pós-doutoral junto do grupo de Kola San Jon da Cova da Moura, pondo em evidência a conexão do Kola San Jon com outras danças de umbigada já estudadas por esta investigadora no Brasil, no quadro do seu doutoramento. Na sua proposta de trabalho apresentada ao Moinho da Juventude em março de 2017, Marianna Monteiro revela que o Kola San Jon pode ser confrontado com outras danças de umbigada brasileiras e faz referência à publicação *Samba de Umbigada*, de 1961, de Edson Carneiro, etnólogo baiano e estudioso das questões afro-brasileiras, referindo que ele e Câmara Cascudo foram os primeiros autores a apontar para esta "família" de danças que se caracterizam pela presença da umbigada. Nesta sua aproximação prévia ao tema de estudo, Marianna vai encontrar semelhanças ou pontos de contacto entre o Kola San Jon e uma série de danças populares brasileiras: o gesto umbigada na dança, a centralidade da percussão, a existência dos navios presentes também em algumas festividades populares brasileiras ou a existência dos rosários vestidos transversalmente pelos *brincantes* nos congos de Minas Gerais. Marianna vislumbra ainda no Kola San Jon uma «tensão criativa entre a forma "cortejo" e a forma "roda"» patente em várias danças populares brasileiras que estudou.

<sup>157</sup> Não se pretendendo enveredar pelo debate em torno do Fado e das suas origens importa apenas sublinhar a relação que alguns investigadores encontram entre este tipo de práticas performativas. Entre eles, o musicólogo português Rui Vieira Nery que faz alusão, na sua obra *Para uma história do Fado*, ao facto de existirem fontes históricas que mostram estas evidências relativamente à história e às origens do Fado.

Com efeito, práticas artísticas do passado parecem fazer coincidir a existência do Kola San Jon com práticas expressivas congêneres existentes em Portugal e noutras partes do mundo. Porém, mais do que procurar conhecer as origens e as possíveis conexões das quais outros investigadores se ocupam, interessa destacar que o sincretismo, cultural e religioso, é o que melhor define o Kola San Jon que contempla a celebração e devoção aos santos católicos ao mesmo tempo que revela traços e representações de matriz cultural claramente africana.

\*

Enquanto género expressivo, o Kola San Jon é interpretado na Cova da Moura num desfile de rua que tem lugar no sábado mais próximo do dia 24 de junho<sup>158</sup>. Aos pares, os dançarinos executam movimentos marcados pelo toque do tambor, com avanços e recuos e tocando-se impetuosamente na zona pélvica. A este *golpe da umbigada* se deve, como foi referido, o erotismo da dança. A performance é sempre idêntica: homens e mulheres (a quem se atribui a designação de “koladeiras”<sup>159</sup>), a pares ou em grupos de quatro movem-se espontaneamente, mulher com mulher, mulher com homem ou homem com homem, numa combinação claramente menos usual<sup>160</sup>.

---

<sup>158</sup> O que sucede para coincidir com a disponibilidade dos participantes. Em 2017, por ter coincido o dia 24 de junho com um sábado, a festa foi realizada neste próprio dia. Refira-se que em 2016 o assunto não foi isento de polémica. Calhando o dia 24 de junho a uma sexta-feira, foi decidido, em reunião, que a festa se realizaria no sábado anterior, 18 de junho. A conclusão é que neste ano o público aparentemente diminuiu, de acordo com alguns elementos do grupo, o que levou a que alguns atribuíssem ao facto de a festa se ter realizado cedo demais e que talvez algumas pessoas não se tenham apercebido da sua realização. A polémica está em que alguns elementos do grupo defendem que a festa se deveria ter realizado a 25 de junho (sábado mais próximo) mas outros garantem que tal nunca poderia suceder, caso do sr. Teodoro Ribeiro que me garantiu ser inaceitável que a festa se realize depois da data: «se assim fosse já estaríamos a comemorar o S. Pedro e não o S. João e assim não pode ser», afirmou.

<sup>159</sup> Não existe vocábulo, que eu tenha conhecimento, para referir o homem que *kola*.

<sup>160</sup> Por vezes os interpretes proclamam algumas expressões, em crioulo, enquanto dançam. Uma das mais características traduz a conotação sexual da dança: “kola por cima que por baixo não é de bô conta”. (“kola por cima, que por baixo não é da tua conta”). Da minha experiência de terreno, a expressão é sobretudo tematizada em entrevistas e conversas informais na medida em que o som dos tambores, por vezes ensurdecedor, não deixa ouvir o que os interpretes pronunciam.



**Figura 2** – Elementos do grupo de KSJ participando na Festa que decorreu a 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Par de dançarinos executando o *golpe da umbigada*. Fotografia de Carla Queiroz.

**Figura 3-** Elementos do grupo de KSJ participando na Festa que decorreu a 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Koladeiras executando o *golpe da umbigada*. Fotografia de Carla Queiroz.

Elementos do grupo, ou de fora do grupo, revezam-se para transportar em ombros uma imagem de São João Batista que acompanha todo o percurso e que, segundo Godelieve Meersschaert, é para alguns apenas um “adorno, tal como é o tambor ou navio”, desprovido de qualquer ênfase ritual ou significado religioso. Dando voz à Associação Cultural Moinho da Juventude, Meersschaert considera que a integração da imagem de São João Batista no cortejo tem sobretudo um caráter “representativo” em respeito pela diversidade de crenças e práticas religiosas conhecidas no bairro e, em particular, no seio do grupo de Kola San Jon. Assim, e intencionalmente, o Kola San Jon na Cova da Moura é celebrado como um evento festivo. É neste ponto que mais se afasta da realidade cabo-verdiana em especial da forma como, em Porto Novo, na Ilha de Santo Antão, se celebra a festa de São João Batista da qual o Kola San Jon é apenas uma das componentes e onde se destaca uma dimensão religiosa muito acentuada e estimulada pela ação da própria Igreja Católica que inclui, como veremos, diversas formas de culto desde a veneração da imagem do santo, ao pagamento de promessas, à realização de missas, procissões e peregrinações. Esta questão leva-nos a considerar, partindo do conceito de *de/territorialização*<sup>161</sup>

<sup>161</sup> O conceito de *de/territorialização* proposto por Xavier Inda e Renato Rosaldo (2002) torna-se bastante operativo pela impossibilidade, conforme sugerem os autores, de pensar os processos de

proposto por Inda e Rosaldo (2002), que a “reterritorialização”, i.e. a sua reinscrição no novo contexto espaço-temporal, tornou o Kola San Jon refém do próprio processo de institucionalização que lhe deu origem e acolhimento em Portugal que, por um lado, lhe tem garantido condições de subsistência e durabilidade mas, por outro, o mantém sujeito à influência dos princípios e do *modus operandi* da instituição que fundou o grupo e que continua a ser responsável pela sua dinamização. É exemplo disso a discussão que presenciei na reunião de balanço da festa do Kola San Jon de 2016, que decorreu no dia 07 de agosto desse ano, em que um grupo de koladeiras refletia sobre a necessidade de “dignificar” a imagem de São João Batista que se encontra depositada, inadequadamente, na opinião de algumas mulheres, na sala polivalente do Moinho da Juventude.



**Figura 4** - Imagem de São João Batista depositada na sala polivalente da Associação Cultural Moinho da Juventude, em 05.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.

A proposta defendida por um grupo de mulheres presente na reunião seria erguer uma pequena capela no bairro (por exemplo, junto ao edifício sede da Associação) com o *agreement* da Igreja Católica, onde a imagem ficaria depositada durante todo o ano, albergando-a assim num espaço mais “adequado” que, na sua opinião, se poderia inclusive tornar num local de culto. Godelieve Meersschaert não se mostrou favorável, bem não se mostraram outros elementos do grupo, à proposta de

---

desterritorialização e reterritorialização em separado, ou seja, como independentes um do outro: «(...) globalized culture is never simply deterritorialized. Is also reterritorialized. We are not dealing (...) with two separate processes. Rather, they occur simultaneously. It is a double movement. We would like to capture this double movement with the neologism de/territorialization.(...) The key to the meaning of this term is the slash. It allows us to separate “de” from “territorialization”, thus calling attention to the fact that deterritorialization always contains territorialization.» (Inda; Rosaldo, 2002: 12).

construção de “uma capelinha”, preconizando a ideia de *democratização* da festa, ou seja, uma festa que é de todos, onde todos podem participar. Meersschaert manifestou a opinião de que o Moinho da Juventude, como entidade que acolhe o grupo, não deve tomar partido, nem apoiar ou valorizar crenças religiosas em detrimento de outras que se praticam no bairro, inclusive, entre os próprios elementos do grupo. A ideia convoca o caso da Festa dos Caretos de Podence, em Macedo de Cavaleiros, estudada por Paulo Raposo que dá conta de uma idêntica questão de “democratização” da festa, tematizada no discurso de agentes locais que consideram que agora “a tradição é de todos”, (Raposo, 2009). Todavia, e a despeito desta tematização que, no caso dos Caretos, como no caso do Kola San Jon é alimentada discursivamente por líderes (ou ex-líderes) das associações locais, o autor considera que se trata de uma “sentença superficial” na medida em que é influenciada pela ação daqueles que denomina como “sujeitos medulares”, ou seja, indivíduos que exercem o poder sobre a “tradição” e que legitimam a sua autoridade de forma bastante evidente. Raposo personifica a questão na figura do principal responsável pela associação local a quem atribui as principais responsabilidades na dinamização da festa, devido à «sua capacidade mobilizadora evidentemente decorrente do peso, das redes de amizades e do papel social que ocupa na comunidade» (Raposo, 2009: 75).

Note-se que a presença da imagem de São Batista no cortejo do Kola San Jon é recente. Conforme esclarece Godelieve, a imagem foi adquirida por Eduardo Pontes, em 2009, num estabelecimento comercial em Lisboa, após a viagem do grupo a Cabo Verde, que decorreria no ano anterior. O motivo da aquisição está relacionado com o facto de alguns elementos do grupo manifestarem interesse em ter presente no cortejo a imagem do santo, à semelhança do que observaram no arquipélago. Godelieve acrescenta que em 2013, a pedido de alguns elementos do grupo, um colaborador do Moinho da Juventude efetuou o “andor”, uma espécie de padiola ornamentada que permite que a imagem seja conduzida por duas pessoas em simultâneo<sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> Uma especial atenção a esta questão permitiu-me dar conta, na edição da festa de Kola San Jon em 2017, que a imagem de São João Batista foi transportada, na grande maioria do percurso, por pessoas externas ao grupo. Não tendo sido possível identificar se eram visitantes, turistas, ou os chamados “amigos” do bairro aqueles que se revezaram para transportar a imagem, contudo, era claramente notória a sua não integração no grupo, inclusive, pelo modo como se intencionalmente se fotografavam no desempenho desta tarefa. De notar que a própria coreógrafa Elsa Shams foi uma das pessoas que



**Figura 5** - Festa do Kola San Jon de 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Participação da imagem de São João Batista no cortejo pelas ruas do bairro. Fotografia de Carla Queiroz.

Na Cova da Moura a festa foi realizada ao longo de quase duas décadas sem a presença de qualquer evocação religiosa o que relativiza determinantemente a dimensão sagrada e acentua o seu carácter profano. A questão tem influência no modo como o Kola San Jon se caracteriza e se define na Cova da Moura, essencialmente como uma prática festiva e performativa, o que no âmbito dos Estudos da Performance os autores consideram como *performances culturais*<sup>163</sup> (Singer, 1972; Raposo, 2004; Hartmann, 2011), neste caso, mais associado à manutenção dos laços de sociabilidade, à construção e fixação das identidades e à promoção e divulgação da *cultura* cabo-verdiana do que a quaisquer formas de ritualidade ou religiosidade que, independentemente dos significados que possam assumir em termos individuais (como ficou demonstrado na referida reunião em que se discutia a edificação da “capelinha”), se desvanecem no coletivo. O processo de patrimonialização do Kola San Jon, num

---

transportou a imagem durante uma parte do percurso. Esta ideia de participação de indivíduos externos ao grupo permite-me curiosamente estabelecer uma ligação com o modo como os investigadores são “convidados” ou “convocados” pelo Moinho da Juventude para participar das suas iniciativas e remete-me para a edição da festa de 2014, a primeira em que participei, em que dei conta que um determinado investigador que então desenvolvia um trabalho académico no bairro, transportou durante grande parte do percurso uma das bandeiras que abria o cortejo do Kola San Jon.

<sup>163</sup> Num texto publicado na *Etnográfica*, em 2011, Luciana Hartmann define *performances culturais* a partir da definição do conceito de Milton Siger, «como formas de expressão artística e cultural que obedecem a uma programação prévia da comunidade, com uma sequência determinada de atividades, local próprio para sua ocorrência, horário definido de início e fim, delimitação entre performers e público e, principalmente, expressas através de meios comunicativos diversos, como narrativas, canto, dança, artes visuais, etc., chamados pelo autor de “mídia cultural”» (Hartmann, 2011: 233).



ponto que aprofundaremos, deu conta desta questão, desde logo porque a manifestação foi caracterizada e identificada pelos promotores como um evento festivo e como tal foi apreciada por parte da administração do património que, como veremos, dispensou a consulta à Igreja (Católica) como sucede quando se constituem como objeto do pedido de inventariação práticas, rituais e eventos de natureza religiosa, de acordo com o previsto na legislação em vigor para o PCI.

\*

Retomando a descrição da festa, importa referir que a performance integra um grupo de tamboreiros, que com a percussão dos tambores vão marcando o ritmo da dança<sup>164</sup>. Ao longo dos anos de existência do Kola San Jon na Cova da Moura, o grupo de tamboreiros sempre foi composto apenas por elementos do sexo masculino. Contudo, a situação alterou-se em 2016 quando Ana Gomes, koladeira do grupo, decidiu iniciar-se no processo de aprendizagem da “toca” do tambor. Ana refere que tomou esta iniciativa para satisfazer «um grande desejo», tendo-se preparado ao longo do primeiro semestre para se estrear como tamboreira no cortejo do dia 18 de junho de 2016, tal como veio a suceder.



**Figura 6** – A Koladeira do grupo de KSJ, Ana Gomes, ensaiando a toca do tambor em vésperas da realização da Festa do Kola San Jon de 2016 no bairro do Alto da Cova da Moura. Fotografia de Carla Queiroz captada a 05.06.2016.

---

<sup>164</sup> Ana Flávia Miguel (2010) dá conta da história que lhe foi transmitida por Godelieve, da aquisição dos primeiros tambores pelo Moinho da Juventude, referindo que depois de o grupo conseguir reunir alguns meios financeiros para o efeito, logo foram adquiridos dois ou três tambores num estabelecimento comercial situado na estação de metro dos Restauradores, em Lisboa. Relata a etnomusicóloga que os instrumentos musicais foram entregues a alguns tamboreiros com a finalidade de serem avaliados, no entanto, o que fizeram foi desmanchá-los totalmente com o argumento de não serem adaptados «(...) fomos ver a casa deles e estava tudo desmanchado! Disseram-nos que os tambores tinham que ser cortados porque eram muito altos e que a pele não servia e que tinha que ser posta no dia certo, com a lua certa» (Meersschaert cit in Miguel, 2010: 30).

**Figura 7-** A Koladeira do grupo de KSJ, Ana Gomes, integrando o cortejo como tamboreira na Festa do Kola San Jon que decorreu no bairro do Alto da Cova da Moura a 24.06.2017. Fotografia de Carla Queiroz.

A partir de então, Ana Gomes tem acompanhado os tamboreiros em várias ocasiões para além da festa anual, como sucedeu, por exemplo, na receção ao Presidente da República de Cabo Verde que teve lugar na Cova da Moura no dia 22 de março de 2017. O seu mestre foi o tamboreiro Alexandre Martins mas Ana, que acumula as funções de tamboreira e koladeira (como demonstrou na edição da festa de 2017), dá conta que a aceitação da sua performance no tambor não é totalmente consensual e generalizada entre os elementos masculinos do grupo mas isso não a inibe de continuar<sup>165</sup>.

Para além dos tamboreiros e das koladeiras assumem relevância na performance do Kola San Jon na Cova da Moura, o navio e a figura do comandante. Os navios são elementos que integram o cortejo e que representam, em miniatura, uma embarcação sem fundo, que é comandada por um indivíduo que dentro dele se posiciona e que acompanha o cortejo executando movimentos ondulantes que dão a entender que navega num mar agitado: «Considera-se que o navio poderá aludir às caravelas portuguesas (trazendo nas suas velas a insígnia da Ordem de Cristo) mas, também, aos navios de pirataria que assolavam, no passado, as costas de Cabo Verde» (Pedido de Inv, 2013)<sup>166</sup>. O Moinho da Juventude possui atualmente dois navios, a serem “comandados” por adultos e um navio em miniatura, adaptado ao porte infantil, que serve o “kolinha”, o grupo infantil de Kola San Jon.

---

<sup>165</sup> A presença de mulheres tamboreiras é também uma realidade em Cabo Verde, como confirmei em 2016 na ilha de Santo Antão, nomeadamente durante a peregrinação religiosa que teve lugar no dia 23 de junho entre a povoação de Ribeira das Patas e Porto Novo.

<sup>166</sup> De uma outra versão, mais generalizada em Cabo Verde, falaremos adiante.



**Figura 8-** Elementos integrantes do cortejo da Festa do Kola San Jon que decorreu no bairro do Alto da Cova da Moura a 21.06.2014. Navio e navio em miniatura. Fotografia de Carla Queiroz.

O cortejo é encabeçado pelos porta-bandeiras que transportam as bandeiras de Portugal, de Cabo Verde e do Moinho da Juventude (no dia da festa como em qualquer outra atuação do grupo)<sup>167</sup>. Tal como a imagem de São João Batista cuja função é sobretudo representativa, a utilização das três bandeiras é geradora de múltiplos sentidos e significados simbólicos: por um lado, considero que para este grupo de pessoas é pacificadora e conciliadora da memória e da convergência histórica que une os dois Estados-nação, Portugal e Cabo Verde ao mesmo tempo que define um processo de construção identitária destes migrantes em contexto de diáspora. A meu ver é também uma forma de negociação e legitimação da pertença - por um lado a Cabo Verde sempre que o grupo de Kola San Jon atua em Portugal (no bairro ou fora dele, por exemplo, sempre quando participa na noite de Santo António, em Lisboa) e que o identifica com a sua herança cultural, e por outro, a Portugal mais acentuada quando o grupo se desloca para fora do país, como sucedeu na viagem a Espanha em 2006; na viagem a Itália em 2011 (Miguel; Sardo, 2014) ou mesmo na viagem que o grupo realizou, em 2008, às ilhas de São Vicente e Santo Antão<sup>168</sup>. A deslocação para fora do

---

<sup>167</sup> Segundo me foi reportado, na festa de 2012, por sugestão de um elemento do grupo juntaram-se as bandeiras de Angola, Moçambique, São Tomé, Guiné e Brasil representando as diferentes comunidades existentes no bairro.

<sup>168</sup> Em 2016, ano em que acompanhei a Festas de São Batista na ilha de Santo Antão, constatei a presença de várias bandeiras e estandartes na procissão que transportou a imagem de São João Batista da Ribeira das Patas até Porto Novo. Para além da bandeira nacional cabo-verdiana e daquelas que identificavam o município e as freguesias envolvidas, identifiquei igualmente a presença de uma bandeira evocando símbolos religiosos e outra, de grandes proporções, representando um clube de futebol português (Sport Lisboa e Benfica).

país reforça a legitimação de uma suposta “portugalidade” com a qual estes emigrantes cabo-verdianos, muitos ainda da primeira geração pós-colonial, se identificam quando transpõem as fronteiras do seu país de acolhimento. A bandeira do Moinho da Juventude acentua e legitima essa diferenciação tanto quanto legitima a representatividade do grupo e naturalmente o vincula à instituição que o acolhe, tornando-o diferenciador dentro do bairro - perante os outros moradores e perante as outras dinâmicas associativas locais - e fora do bairro pela defesa ou promoção dos interesses do grupo e da comunidade que a Associação Cultural Moinho da Juventude representa.

De ano para ano o cortejo segue um percurso previamente definido e aprovado pelo grupo nas suas reuniões preparatórias. Nos anos em que acompanhei a festa – 2014, 2015 e 2017<sup>169</sup>, a primeira paragem do percurso aconteceu junto à casa dos fundadores da Associação, Godelieve Meersschaert e Eduardo Pontes. Em 2014, tal como em 2015 e 2017, os elementos do grupo acentuaram a performance e foram recompensados pela anfitriã com pequenas oferendas que se consumiram no local. Note-se que em 2014 alguns elementos do grupo deslocaram-se ao interior da moradia para saudar Eduardo Pontes que, por motivos de saúde, já não participou da festa.



**Figura 9** – Elementos do grupo de KSJ participando na Festa que decorreu a 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Godelieve Meersschaert na escadaria de sua casa preparando-se para distribuir pequenas oferendas. Fotografia de Carla Queiroz.

---

<sup>169</sup> No ano de 2016 não acompanhei a festa na Cova da Moura por me ter deslocado a Cabo Verde para conhecer e acompanhar a Festa de São Batista na ilha de Santo Antão. No ano de 2017 por ter dado como encerrado o trabalho de campo, participei apenas da festa que decorreu, como referido, no dia 24 de junho, não tendo acompanhado, como nos outros anos, os preparativos.

**Figura 10-** Festa do Kola San de 2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Koladeiras executando a sua performance defronte da casa de Godelieve Meersschaert e Eduardo Pontes. Fotografia de Carla Queiroz.

O cortejo segue daí por outras ruas do bairro, vai agregando mais pessoas e efetuando paragens simbólicas (onde é reforçado o ritmo da performance), junto de alguns pontos estratégicos, como cafés e restaurantes, edifícios que albergam serviços ou espaços geridos pelo Moinho da Juventude e também junto à sede da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, mais conhecida como o “Clube”. Nestas paragens, interpretes/dançarinos e acompanhantes aproveitam para se refrescar e descansar.



**Figuras 11 e 12** - Festa do Kola San de 2017. Atuação do grupo frente ao Clube. Fotografias de Carla Queiroz.

Ao longo do percurso vão recebendo oferendas, em dinheiro e/ou em géneros, que revertem para o grupo<sup>170</sup>. Nos anos 2014 e 2015 o cortejo terminou ao final do dia no ringue (nome atribuído localmente ao campo Polidesportivo da Cova da Moura) onde a festa se prolongou pela madrugada com a atuação de vários grupos musicais<sup>171</sup>. Em

<sup>170</sup> Segundo informação constante da ata da reunião de balanço da festa de 2017 (que decorreu no dia 9 de julho de 2017 e da qual não participei por ter dado por encerrado, como referido, o trabalho de campo), o grupo recebeu no desfile 38€, uma garrafa de grogue de 1,5l e uma garrafa de 1l de vinho verde.

<sup>171</sup> Durante alguns anos o cortejo terminava de onde partia, na sede da Associação Cultural Moinho da Juventude onde em conjunto se partilhava uma cachupa confeccionada pelas cozinheiras da Associação. A festa prosseguia no ringue. Em entrevista Godelieve Meersschaert esclarece que desde o primeiro ano se festeja o Kola San Jon no ringue, o qual na altura tinha fracas condições e era gerido pela Câmara Municipal. Por duas vezes sofreu obras de melhoramento sendo a última no quadro da Iniciativa Bairros

2017 o cortejo terminou, como já havia sucedido noutros anos – e por decisão prévia do grupo -, no terreiro junto ao edifício sede da ACMJ (depois de uma breve passagem pelo Polidesportivo), onde a festa continuou.

Habitualmente e até ao ano de 2016, o cortejo do KSJ cingia-se ao bairro da Cova da Moura, não ultrapassando os seus limites<sup>172</sup>. Contudo, a situação alterou-se após o falecimento de Eduardo Pontes. A título de enquadramento, refira-se que no dia 29 de janeiro de 2015, alguns dias depois do seu falecimento, a Assembleia Municipal da Amadora, reunida em sessão extraordinária, deliberou, por unanimidade, recomendar a perpetuação do nome de Eduardo Pontes na toponímia da cidade. A Assembleia Municipal veio a concretizar esta ideia no ano seguinte, tendo a Associação Cultural Moinho da Juventude tomado conhecimento através de carta remetida pela Presidente da Câmara Municipal, Carla Tavares, no dia 10 de março de 2016. A “Praça Eduardo Pontes”, situada em frente à esquadra da PSP da Damaia, veio a ser inaugurada no dia 1 de maio de 2016<sup>173</sup> com a presença de dirigentes, colaboradores e amigos do Moinho da Juventude e ao som dos tambores do Kola San Jon.

Caros/as Amigos/as

Dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador e ante-véspera do Dia de Santa Cruz, saímos com o Grupo de Kola San Jon para celebrar a nova Praça Eduardo Pontes.

Encontramo-nos no átrio do Moinho da Juventude pelas 15 horas, de onde partimos após um Grogue de Honra com a Vereadora Cristina Ferreira, em representação da Presidente da Câmara Municipal da Amadora. É um dia especial para todos nós, em memória do Eduardo e afirmando a cultura que ele sempre estimou e cuja valorização defendeu. Não deixem de aparecer! (email/convite\_Direção da ACMJ\_ 27.04.2016).

Nesse ano e no ano seguinte, o cortejo do Kola San Jon passou a ter como ponto de passagem obrigatório a “Praça Eduardo Pontes” que, como referido, se situa na Damaia, fora dos limites do bairro, com o objetivo de prestar homenagem ao primeiro Presidente da Associação Cultural Moinho da Juventude, e um dos seus fundadores.

---

Críticos, onde o espaço recebeu a cobertura que tem hoje. Atualmente é gerido pela Junta de Freguesia de Águas Livres, uma das seis freguesias em que está atualmente dividido o município da Amadora na sequência da reorganização administrativa de 2013.

<sup>172</sup> Não obstante, em 2015, o grupo ter decidido, atempadamente, conduzir o cortejo do Kola San Jon até à Igreja Paroquial Nossa Senhora Mãe Deus, na Buraca, onde foi recebido pelo pároco.

<sup>173</sup> A inauguração estava inicialmente prevista para dia 22 de março, tendo sido cancelada por uma questão de respeito e solidariedade decorrente de uma ação terrorista que teve lugar nesse dia, em Bruxelas.



**Figura 13** - Festa do Kola San de 2017. Passagem do cortejo pela “Praça Eduardo Pontes”. Fotografia de Carla Queiroz.

Não é difícil prever que este local se venha a tornar efetivamente um local de passagem (e paragem) obrigatória do cortejo, tal como se instituiu como passagem obrigatória, com paragem, a Rua B onde se situa a casa que Godelieve Meersschaert partilhou com o seu companheiro, desde 1983, e que no fundo reflete a importância do casal fundador para os elementos do grupo de Kola San Jon que nas mais diversas ocasiões o homenageiam (em público e em privado).

Independentemente do percurso e dos locais por onde o cortejo se estende, a festa congrega um número variável de pessoas, entre os elementos do grupo - os que se apresentam regularmente nas reuniões e os que só aparecem no dia<sup>174</sup> – seus familiares e amigos, sócios e colaboradores do Moinho da Juventude, investigadores e outros anónimos. Tomo como exemplo o caso de quem visitou a Cova da Moura numa

<sup>174</sup> Por este motivo, não é tarefa fácil caracterizar o grupo de Kola San Jon. É um grupo irregular, que não pode, nem deve ser caracterizado a partir dos elementos que estão presentes com regularidade nas reuniões que decorrem ao longo do ano, com maior predominância nos meses que antecedem a realização da festa. Nestas reuniões participam, habitualmente, o mesmo núcleo de pessoas (entre quinze a vinte) por norma os seniores do grupo. São estes os elementos que são frequentemente consultados e opinam sobre as mais variadas questões que surgem para debater, refletir ou aprovar nas reuniões. Nos momentos festivos o grupo alarga-se, podendo chegar a meia centena de elementos, ou até, ultrapassar. A participação no grupo depende da disponibilidade, do interesse e, inclusive, da disposição: «uns podem kolar este ano e no ano seguinte não» (Júlia Carolino, 2016 - entrevista). Os elementos mais novos do grupo mantém relações de proximidade, por via de parentesco ou vizinhança com os mais velhos, e através deles mantêm-se informados sobre a condução das iniciativas. Desde 2005 que o grupo de Kola San Jon toma a iniciativa de participar nas Festas de Lisboa na noite de Santo António. Tive a oportunidade de presenciar, em 2014 e 2015, aquilo que alguns elementos do grupo me confirmaram, que a presença na noite de Santo António, em Lisboa, é das mais concorridas e é a ocasião onde o grupo está mais alargado. O “traje” define aqueles que são e não são do grupo. Como referência ao universo de pessoas que fazem parte do grupo tomo a participação das Marchas Populares de Lisboa, em 2015 (que aprofundarei mais adiante): trinta koladeiras; quatro comandantes (do navio); doze tamboreiros. Na sua maioria são cabo-verdianos provenientes das ilhas do Barlavento, ou seus descendentes.

visita *Sabura* e logo ficou “convidado” para regressar e participar da festa<sup>175</sup>. A questão convoca a ideia de *mercantilização da cultura* - i.e., a transformação da *cultura* em mercadoria/objeto de consumo (Raposo, 2004) e que está, de certa forma, subjacente ao próprio conceito do “Sabura — África Aqui Tão Perto!”.

A necessidade de distinguir os elementos do grupo de Kola San Jon originou, desde muito cedo, a preocupação com o trajar (Miguel, 2010)<sup>176</sup>. Atualmente, as mulheres envergam saia azul (com ou sem *leggings* azuis por baixo) e t-shirt com o logotipo da ACMJ e a referência ao “Kola San Jon / Património Cultural Imaterial”<sup>177</sup>, tal como os homens, que aparentemente são menos rigorosos no trajar, mas aos quais se solicita que envergum a referida t-shirt branca com o logotipo da Associação e a referência ao “Kola San Jon/PCI”. O capitão ou capitã enverga calça e camisa branca com galões e um boné.

Em Portugal o Kola San Jon perde parte do seu essencialismo ou da sua suposta “autenticidade” ganhando uma dimensão híbrida que nos termos de Néstor García Canclini, o *desterritorializa* das ilhas de Cabo Verde e o *reterritorializa* nas ruas do Bairro da Cova da Moura, na periferia de Lisboa, anualmente em junho por ocasião da celebração de São João Batista, mas também, noutros dias, noutras ruas, noutros espaços, em salas de espetáculo ou em qualquer local onde o grupo Kola San Jon da Cova da Moura é convidado, ou se propõe atuar. Segundo Canclini, que desenvolve a sua teoria no contexto latino-americano, trata-se de um processo fundamental na construção e amplificação do fenómeno de “globalização de culturas” que assim se

---

<sup>175</sup> Para além de ter assistido a convites desta natureza no âmbito de visitas Sabura que acompanhei, a informação foi-me confirmada por elementos da equipa deste projeto durante um curso de formação para “Guias Sabura” que decorreu em novembro de 2016 e no qual participei, como formadora voluntária, a convite do Moinho da Juventude. É inequívoco que a festa do Kola San Jon da Cova da Moura tende a beneficiar da condição favorável da divulgação que é feita no âmbito do projeto *Sabura*.

<sup>176</sup> Esta é uma questão que, curiosamente, em Cabo Verde também se coloca, não tanto, parece-me, com a intenção de distinguir participantes da festa, dos não participantes como sucede na Cova da Moura, mas mais pelo interesse em ostentar roupa (t-shirt) alusiva à festa de São João Batista, sob a qual muitos colocam um ou dois rosários. No ano em que assisti à festa em Santo Antão, a própria Paróquia comercializava t-shirts (que vi à venda em Ribeira das Patas, antes de iniciar o cortejo e depois, ao longo do percurso, junto com rosários que vários indivíduos também comercializavam no local).

<sup>177</sup> As t-shirts com esta referência datam de 2014, naturalmente, em consequência da aprovação da candidatura do Kola San Jon no Inventário Nacional do PCI. A questão do “traje” e a sua evolução é aprofundada por Ana Flávia no âmbito das suas dissertações, de mestrado e doutoramento (2010, 2016). A autora refere que a última alteração da saia decorreu em 2015 e foi inspirada em pinturas do artista plástico cabo-verdiano Kiki Lima.



mesclam, adquirindo características umas das outras. O autor analisa a questão sob a perspectiva do multiculturalismo, concretamente a partir do conceito de *hibridismo* o qual, melhor do que “sincretismo”, rompe com a ideia de *autenticidade* e assenta num processo multicultural resultante do contato com o “outro” gerando novas culturas, novas representações, novas manifestações (Canclini, 1997), entre as quais podemos enquadrar o Kola San Jon da Cova da Moura.

Resulta também daquilo que Stuart Hall considera ser a *tradução cultural* (contraponto da *tradição*, mais próxima do conceito de *autenticidade*) para a compreensão do processo de constituição da identidade cultural num contexto da globalização cultural. Segundo Hall (1999), a definição das formas de identidade ultrapassa as fronteiras da nação junto com os sujeitos que emigram e que se veem confrontados, no destino, com a necessidade de negociar e respeitar hábitos e costumes da nova *cultura* do lugar em que habitam, mas que, simultaneamente, não se desligam dos seus hábitos, dos seus costumes, das histórias, das suas tradições, das suas linguagens. Esses sujeitos acabam por nunca ser totalmente assimilados e por isso se mantêm numa *cultura* híbrida, vivendo entre *tradição* e *tradução*, entre passado e presente, entre local e global, entre suas raízes e as novas vivências. É nesta aceção que os cabo-verdianos do grupo Kola San Jon forjam a sua identidade cultural, gerindo o seu sistema de referências na mescla do cruzamento das culturas portuguesa e cabo-verdiana. Diríamos que o Kola San Jon se constitui assim como elemento de um processo mais amplo de *etnicização*<sup>178</sup> (Leal, 2007), inter e intracomunitário, em contexto de afirmação e negociação de identidades, quer na própria Cova da Moura para com cabo-verdianos de outras origens que habitam no bairro e para com outros agentes locais perante os quais o grupo se afirmar; quer perante o exterior, reivindicando a pertença a outros signos culturais que se excluem do convencional - o que podemos considerar dentro dos cânones da “cultura popular portuguesa” - e desafiam o *mainstream* português.

---

<sup>178</sup> «(...) por intermédio dos quais práticas e representações características do modo de vida (...) são reconvertidas em marcadores simbólicos da identidade da comunidade étnica. Assim encarada, a etnicização pode ser vista como um caso particular do processo de objectificação da cultura de que fala Handler (1988)» (Leal, 2007: 67).



**Figuras 14 a 17-** Participação do grupo de KSJ na noite de Santo António em Lisboa a 12.06.2014. Fotografias de Carla Queiroz.

Atente-se no modo como a participação anual do grupo de KSJ na noite de Santo António em Lisboa<sup>179</sup> agita a curiosidade dos lisboetas e dos turistas em geral, que se deixam envolver e contaminar pelo ambiente que o grupo cria à sua volta desde o momento em que chega à estação do Rossio, o que nos leva a considerar que este seja talvez um dos maiores momentos de etnicização intercomunitária que o grupo compartilha e onde fazem questão de representar duas “pátrias”: a pequena “pátria” – a Cova da Moura – e a grande “pátria”, Cabo Verde (Leal, 2007) . Daí que seja também, a meu ver, um dos momentos mais bem vividos pelo grupo como tive oportunidade de confirmar mais que uma vez.

<sup>179</sup> Como referido, o grupo de Kola San Kon desloca-se ao centro de Lisboa, na noite de Santo António (12 de junho) o que, segundo me foi confirmado por Godelieve Meersschaert, sucede desde 2003. Por essa ocasião, o grupo vinha já manifestando a ambição de participar nas Marchas de Lisboa. Todavia e perante tentativas infrutíferas, o grupo tomou a decisão de ir pelos próprios meios e participar das Festas de Lisboa de forma espontânea. Ainda hoje se mantém a iniciativa, que é sempre muito participada e bem acolhida por todos. A ACMJ, em acordo com o grupo, aproveita a ocasião para divulgar e promover a festa que se realiza, dentro da mobilidade da data, algures uns dias depois, na Cova da Moura.

### III.2.3. Proteção legal: origens, enquadramentos e pressupostos

Por ocasião da realização da terceira edição da Trienal de Arquitectura de Lisboa<sup>180</sup> que teve lugar em 2013, a Associação Cultural Moinho da Juventude foi desafiada a desenvolver uma proposta de atividades no âmbito do projeto «Sala da Nação – Embaixada de Terra Nenhuma»<sup>181</sup>, propondo a dinamização de um programa específico em torno da instituição focando, em retrospectiva, ações, conquistas e dificuldades surgidas ao longo do seu percurso histórico. No encerramento, o Moinho da Juventude apresentou uma programação dedicada ao Kola San Jon que uns dias antes havia sido inscrito no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* e que se apresentava publicamente, pela primeira vez, como o «Kola San Jon da Cova da Moura inscrito no Inventário do Património Cultural Imaterial de Portugal». Em atenção ao cariz do evento assumia-se então como a “conquista” mais recente do Moinho da Juventude.

A relação do bairro da Cova da Moura com a Trienal de Arquitectura remonta a 2010, à segunda edição do evento que contou com a realização do concurso *Universidades “Cova da Moura”*, através do qual foi lançado o desafio a todas as faculdades de Arquitectura e Arquitectura Paisagista do país para pensar a resposta à questão "Como é possível a Arquitectura contribuir para melhorar, em concreto, as condições de vida das pessoas deste bairro?" A escolha da Cova da Moura para o desenvolvimento do projeto não foi alheia, supomos, ao facto de existir no bairro uma dinâmica associativa que acolhe e propicia interlocução, nomeadamente com entidades académicas, tendo em vista o desenvolvimento e implementação de projetos que visam a requalificação e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

---

<sup>180</sup> A Trienal de Arquitectura de Lisboa é uma organização sem fins lucrativos que se dedica à promoção e divulgação do pensamento e da prática em arquitetura. Tem sede em Lisboa, e a cada três anos realiza um fórum. A primeira edição, *Vazios Urbanos*, data de 2007, a segunda, *Falemos de Casas*, de 2010 e a terceira edição, *Close, Closer* decorreu entre setembro e dezembro de 2013. A *Forma da Forma* foi o título da edição de 2016. O Moinho da Juventude participou, pela primeira vez, na edição de 2010.

<sup>181</sup> Projeto de Paulo Moreira e Kiluanji Kia Henda integrado na exposição *A Realidade e Outras Ficções*, com curadoria de Mariana Pestana, para a 3ª edição da Trienal de Arquitectura de Lisboa (2013). Trata-se da embaixada de uma nação imaginária que, segundo os seus mentores, não representa qualquer espaço, nem tempo. Diversas associações e grupos foram convidados a assumir-se como “embaixadores” e a desenvolver semanalmente um programa de iniciativas refletindo trabalho nas áreas do ativismo político, cidadania e inclusão social, entre as quais, receções, performances, mesas redondas e outros eventos abertos ao público.

A Cova da Moura enquanto terreno etnográfico e laboratório de experimentação de projetos de natureza vária encontra nesta dinâmica associativa o acolhimento e a abertura de portas que investigadores, “experimentalistas” e outros agentes procuram, não sendo, por isso, invulgar que aqueles que encontram objetos de estudo dentro das “fronteiras” do bairro, e que a partir dele satisfazem as suas necessidades de investigação, se sintam convidados a participar na sua dinâmica.

Acontece regularmente: Investigadores, estudantes e doutorand@s enviam, por carta ou por e-mail, questionários / inquéritos para uma investigação social e pedem ao Moinho da Juventude para aplicá-los num grupo específico de moradores e devolvê-los dentro dum prazo definido. Alguns d@s investigadores/estudantes referid@s nunca entraram no bairro do Alto da Cova da Moura (Meersschaert, 2004: 4).

A relação entre os investigadores e a Cova da Moura, nem sempre pacífica como a própria citação supracitada deixa entender, tem resultados práticos e observáveis na quantidade de estudos que têm vindo a ser realizados, desde os anos 90, sobre o bairro, grande parte dos quais se encontram reunidos e acessíveis na Biblioteca António Ramos Rosa<sup>182</sup>. Nesta relação com os investigadores, o Moinho da Juventude potencia a operacionalidade do conceito de “sinergia”, que a meu ver se poderia classificar igualmente como “reciprocidade”, sinónimo de cooperação que se estende para além dos objetos de estudo e dos pressupostos teóricos e conceptuais que enquadram os trabalhos académicos e os seus objetivos. É frequente que desta relação dialógica resultem formas de colaboração pontuais que convidam os investigadores a envolver-se voluntariamente e a participar das ações e das iniciativas da Associação.

A patrimonialização do Kola San Jon beneficiou de uma relação dessa natureza estabelecida entre o meio académico e o meio local, cruzando áreas disciplinares aparentemente tão distintas quanto complementares, curiosamente, partindo da Arquitectura e através dela, convocando as áreas da Antropologia e da Etnomusicologia.

---

<sup>182</sup> Acresce um dado que considero de extrema importância e que tem a ver com a atração que a Cova da Moura exerce sobre os investigadores. Face à observância de um considerável número de investigadores a trabalhar questões relacionadas com os grupos culturais dinamizados pelo Moinho da Juventude, Kola San Jon e Batuque, a equipa do Centro Tomkiewicz da Associação Cultural Moinho da Juventude propôs, em abril de 2017, ao investigador Alcides Lopes, autor da dissertação “Os Tamboreiros da Ilha das Montanhas. Musica e sociabilidade no Colá Son Jon de Porto Novo” a coordenação de uma «rede de investigadores». A questão foi comunicada ao grupo de Kola San Jon na reunião de 23 de abril de 2017 e formalizada através de email dirigido a um grupo de investigadores, no qual me incluo, três dias depois. A partir deste email o grupo estabeleceu alguns contactos mostrando-se disponível para o trabalho em rede e em parceria.

Com efeito, numa perspetiva de investigação-ação, os arquitetos despertaram para o bairro da Cova da Moura alguns anos antes da Trienal quando se foram tornando mais evidentes as preocupações com a qualificação sócio urbanística e do espaço público (Raposo, 2010) e, particularmente, em 2005, quando uma Resolução do Conselho de Ministros aprovou a *Iniciativa Operação de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos* (abreviadamente Iniciativa Bairros Críticos)<sup>183</sup>, no âmbito da qual foi escolhido a Cova da Moura como um dos bairros piloto.

Coincidentemente, o ano letivo de 2004-2005 marca o momento em que a Faculdade de Arquitectura da UTL assume uma posição interventiva desafiando alunos do 5º ano a desenvolver um «Plano Estratégico e de Estrutura» destinado à qualificação de três bairros de génese ilegal do concelho da Amadora, entre os quais o bairro do Alto da Cova da Moura<sup>184</sup>. A apresentação final das propostas decorreu no dia 18 de junho de 2005 durante a realização do workshop ao qual nos referimos intitulado “A requalificação do bairro é possível se a gente quiser”.

Desta experiência resultaram importantes contributos para a FAUL, nomeadamente o impulso para a realização de estágios, académicos e profissionais no bairro da Cova da Moura, e a configuração do pleno envolvimento da Faculdade no arranque da Iniciativa Bairros Críticos, na primeira fase do processo de qualificação, através do apoio técnico à Comissão de Bairro e expresso no contributo para a concertação de esforços visando a melhoria do tecido urbano existente e o direito dos moradores a permanecer no local (ACMJ, 2013).

Os primeiros seis meses da Iniciativa Bairros Críticos no Bairro da Cova da Moura seguiram os passos e tempos previstos, com uma boa dinâmica (...) de envolvimento dos moradores e de integração das associações locais, organizadas na Comissão de Bairro. A partir desta data, e depois da assinatura por todas as instituições de um Protocolo de

---

<sup>183</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005, de 2 de agosto (publicada no DR, I Série – B, de 7 de setembro de 2005), a qual lança um programa nacional, coordenado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades com o objetivo de promover o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos sujeitos a fatores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio-territoriais. Para além da Cova da Moura (Amadora) o programa abrangia, a título experimental, os bairros do Lagarteiro (Porto) e do Vale da Amoreira (Moita). A iniciativa foi suspensa em 2012 com a interrupção da participação do IHRU.

<sup>184</sup> Segundo Isabel Raposo, arquitecta-urbanista e Professora Auxiliar da FAUTL, responsável pelo projeto, as propostas apresentadas pelos alunos *corporizavam um paradigma de intervenção mais conforme às expectativas locais e alternativo ao modelo de tabula rasa veiculado em 2002* (Raposo, 2010) pela Câmara Municipal da Amadora no «Plano de Pormenor do Alto da Cova da Moura», que previa a demolição de uma parte significativa do bairro.

Parceria “Programa de Intervenção 2007-11. Cova da Moura” (...) os prazos previstos foram sendo progressivamente dilatados, levando a algum descrédito local em relação à Iniciativa e ao sentimento de marginalização da Comissão de Bairro (Raposo, 2010).

Não sendo o objetivo convocar para esta discussão as questões que envolvem a Iniciativa Bairros Críticos e o *modus operandi* do programa, contudo, após a sua suspensão, em 2012, a incerteza voltou a instalar-se na Cova da Moura e o regresso da ameaça da demolição fez renascer nos moradores e nas associações locais o espírito de luta e mobilização coletiva a favor da requalificação do bairro e contra a sua demolição. O Moinho da Juventude, que ao longo dos anos se foi assumindo como uma das principais forças da resistência local, mantém-se firme no seu papel, reinventando estratégias e conduzindo ações visando reforçar a vinculação ao território e contrariando qualquer tentativa de realojamento. Mantém-se também o envolvimento da Faculdade de Arquitectura que, em 2007, cria o GESTUAL - grupo de estudos socio-territoriais, urbanos e de ação local<sup>185</sup> – financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e integrado no Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD). Assumindo-se como um projeto de investigação coletivo e multidisciplinar, o GESTUAL centrou a sua atenção na reconversão dos bairros de génese ilegal, em particular, os da Área Metropolitana de Lisboa numa perspetiva comparativa com situações análogas identificadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Istambul e Maputo. Na Cova da Moura, o GESTUAL conduziu o projeto *A qualificação sócio espacial do Bairro da Cova da Moura. História, balanço e perspectivas*, coordenado pela antropóloga Júlia Carolino

Este projecto tem por objectivo resgatar a história da Iniciativa Bairros Críticos tal como se desenvolveu no Bairro da Cova da Moura, a partir do ponto de vista dos actores envolvidos e das questões por estes valorizadas. Assenta na ideia de que o conhecimento aprofundado e documentação da dinâmica decorrida é um recurso chave para a continuidade de um processo assente nas premissas da participação cívica, articulação colaborativa entre os actores e requalificação socio-espacial. Sendo coordenado pela antropóloga Júlia Carolino, este projecto insere-se no programa, mais vasto, do GESTUAL, de âmbito multidisciplinar (...), articulando-se, por isso, com outros projectos (...) no domínio do urbanismo e arquitectura, com destaque para o projecto 'Cova da Moura que desígnio que desenho. Olhares académicos', coordenado pela investigadora Isabel Raposo (Carolino, s/d).

---

<sup>185</sup> Isabel Raposo (FA/ULisboa) é coordenadora do GESTUAL desde 2007 e a ela se deve, em grande parte, a ligação que a Faculdade de Arquitectura veio a estabelecer com a Cova da Moura onde, nos anos 2000, começou a levar os seus alunos. Hoje é uma reconhecida “amiga” do bairro.

A inscrição do Kola San Jon no *Inventário do Património Cultural Imaterial* bebe destes antecedentes que explicam a presença da antropóloga Júlia Carolino na Cova da Moura através da sua participação numa equipa pluridisciplinar que penetra no bairro com um objetivo de produzir conhecimento sobre a qualificação sócio espacial e as suas complexidades em proximidade com os atores sociais e as estruturas associativas locais. A Antropologia, que é convocada para pensar questões que nascem a partir das preocupações centradas nos problemas do Urbanismo e da Arquitetura, encontra, no decorrer deste processo participativo, um objeto de estudo paralelo que lhe dá protagonismo e, simultaneamente, enquadramento na prossecução do objetivo mais amplo de encontrar estratégias de luta a favor da (re)qualificação do bairro e contra a sua demolição, premissa que, em última instância, move e serve os objetivos dos agentes locais e da própria intervenção académica que do seu lado se posiciona.

### **III.2.3.1. O Kola San Jon no Inventário Nacional do PCI**

Como vimos, no dia 1 de junho de 2011 o Instituto dos Museus e da Conservação, à data a autoridade nacional em matéria de salvaguarda do Património Cultural Imaterial, lançava publicamente a plataforma de acesso ao *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* no âmbito do Seminário que decorreu no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Com um Departamento de Património Imaterial ativo na condução das mais diversas iniciativas nesta área, ganha destaque a realização de uma Ação de Formação realizada por este Departamento, em 2011, no contexto do Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus sobre o tema *Inventário do Património Imaterial: princípios, metodologias e instrumentos de referência nacional* que teve lugar no Museu Nacional de Etnologia, entre os dias 24 e 27 de outubro de 2011 e onde participou, como formanda, a antropóloga Cláudia Freire<sup>186</sup>, então técnica da Rede Portuguesa de Museus. Essa semana ficou igualmente marcada pela antestreia do filme «Kolá San Jon é Festa di Kau Berdi», de Rui Simões que decorreu, como referido, no dia 26 de outubro no Cinema Londres e onde marcaram presença a própria Cláudia Freire e

---

<sup>186</sup> Cláudia Freire é antropóloga e pertence à equipa fundadora da Rede Portuguesa de Museus (IMC) onde trabalhou entre 2000 e 2012. Em 2011 integrou o grupo de formandos da ação de formação que decorreu no Museu Nacional de Etnologia, sendo que já havia participado, igualmente como formanda, na ação de formação que decorreu em novembro de 2009 no Museu da Pólvora Negra, em Oeiras.

Júlia Carolino que depois da visualização do filme se sentiram inspiradas a propor ao Moinho da Juventude a inventariação do Kola San Jon.

A Associação tomou conhecimento do *Inventário Nacional do Património Imaterial* desta forma ainda com grandes incertezas relativamente ao seu *modus operandi* e à viabilidade de inscrição do Kola San Jon.

Eu fiquei incrédula e disse ‘mas podemos fazer? como é que isso é possível? Isso é uma tradição de Cabo Verde’. Só depois me explicaram que sim, que em princípio era possível porque apesar do Kola San Jon ter uma origem cabo-verdiana já tinha raízes na Cova da Moura. Isto nunca me tinha passado pela cabeça. A ideia foi mesmo dela [Cláudia Freire] (Godelieve Meersschaert, 07.09.2016 - entrevista).

No momento em que se acertavam os pressupostos da salvaguarda do património imaterial em território nacional, as dúvidas emanavam da própria definição do conceito de “comunidade” e do seu papel amplamente valorizado pela Convenção e transposto, com a mesma valoração, para a legislação nacional. Para quem se destinava e quem podia participar? De facto, esta foi uma discussão que se gerou no seio da UNESCO ainda durante o processo de preparação do diploma e se acentuou depois da sua implementação. Um ano antes da adoção da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, em 2002, um grupo de peritos trabalhou na elaboração de um Glossário<sup>187</sup> na sequência de uma recomendação, tida como importante e de carácter urgente, emanada de uma reunião que decorreu no Brasil, em janeiro desse ano onde se discutia a definição de terminologias a adotar na elaboração do futuro Tratado internacional<sup>188</sup>.

Au cours du processus d’élaboration d’une nouvelle convention internationale pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel, il s’est révélé indispensable d’établir un glossaire présentant et définissant les termes les plus fréquemment utilisés dans les textes, analyses et documents relatifs au patrimoine culturel immatériel. Lors de la réunion internationale d’experts organisée par l’UNESCO à Rio de Janeiro sur «le patrimoine culturel immatériel: domaines prioritaires pour une convention internationale» (Brésil, 22-24 janvier 2002), les experts avaient notamment souligné l’importance et l’urgence de disposer d’un tel glossaire. Par conséquent, il fut décidé de convoquer au siège de l’UNESCO, en juin 2002, une réunion d’experts pour mettre au point les définitions de ces termes (Zanten, 2002).

---

<sup>187</sup> No âmbito da reunião *Intangible Cultural Heritage - Establishment of a Glossary* que decorreu na sede da UNESCO em Paris, entre os dias 10 e 12 de junho de 2002, e que deu origem ao Relatório *Glossary - Intangible Cultural Heritage* realizado sob a orientação de Wim van Zanten e datado de agosto de 2002.

<sup>188</sup> Ainda no espírito da Mesa Redonda de Turim crucial na definição da terminologia a adotar para o património cultural imaterial quando os conceitos e a princípios da Recomendação de 89 ainda estavam presentes e com os quais se pretendia, de certo modo, romper.



Do Glossário consta a definição, em desdobramento, dos conceitos de “community”<sup>189</sup> e “cultural community”<sup>190</sup> mas o assunto estava longe de estar resolvido e de se tornar consensual pelo que a discussão se manteve após a adoção da Convenção levando a que diversos autores como Blake (2009), Kurin (2004a) Noyes (2006) ou Hafstein (2007) vissem a questão do envolvimento das comunidades e do seu *empowerment* como uma das maiores fragilidades da implementação da Convenção. O problema foi retomado em 2006 numa reunião decorrida em Tóquio, onde mais uma vez um grupo de peritos se ocupou de repensar e problematizar a questão do envolvimento das comunidades, *stakeholders* (na gramática da UNESCO), na salvaguarda do PCI, tecendo algumas recomendações que ficariam registadas no Relatório que se veio a tornar um documento amplamente referenciado por peritos e investigadores por nele se encontrar uma definição dos conceitos de “comunidade”<sup>191</sup>, grupo”<sup>192</sup> e “indivíduo”<sup>193</sup> aos quais se encontra reservado, na Convenção, o papel principal.

Não sendo estes três tipos de detentores do PCI a que se refere a Convenção, objeto de definição no articulado desta, considera-se fundamental, para o seu entendimento no quadro do trabalho que a UNESCO tem vindo a desenvolver, atentar nas (...) definições elaboradas no âmbito da Recomendação do Encontro de Peritos do Centro Cultural da UNESCO para a Ásia/Pacífico Cultural sobre “Envolvimento das Comunidades na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial: para a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, Tóquio, 15 de Março de 2006 (Costa, 2013b: 154-155).

---

<sup>189</sup> **Community:** People who share a self-ascribed sense of connectedness. This may be manifested, for example, in a feeling of identity or in common behaviour, as well as in activities and territory. Individuals can belong to more than one community (Glossary - Intangible Cultural Heritage 2002).

<sup>190</sup> **Cultural community:** A community that distinguishes itself from other communities by its own culture or cultural design, or by a variant of the generic culture. Among other possible extensions, a nation can be a cultural community (Id.).

<sup>191</sup> **Communities** are networks of people whose sense of identity or connectedness emerges from a shared historical relationship that is rooted in the practice and transmission of, or engagement with, their ICH (ACCU-UNESCO 2006).

<sup>192</sup> **Groups** comprise people within or across communities who share characteristics such as skills, experience and special knowledge, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners or apprentices (id.).

<sup>193</sup> **Individuals** are those within or across communities who have distinct skills, knowledge, experience or other characteristics, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners and, where appropriate, apprentices (ibid.).

Com efeito, em Portugal também o assunto mereceu atenção por parte de alguns autores: Ana Carvalho (2011), Paulo Ferreira da Costa (2013), Filomena Sousa (2015) ou João Leal que, em 2015, publica um artigo onde se propõe intervir na discussão sobre comunidade e PCI. Neste artigo, Leal começa por discutir a centralidade do conceito de “comunidade” no desenvolvimento da Antropologia - «Mesmo quando ele não é explicitamente utilizado, muitos antropólogos têm de facto trabalhado com ideias implícitas sobre ele» (Leal, 2015: 144) – para chegar à centralidade do conceito nas *tematizações* de Património Cultural Imaterial. O autor convoca para a sua discussão autores que se têm revelado críticos e que demonstram reserva no que se refere aos usos do conceito de “comunidade” no quadro do património cultural imaterial, desde logo, Janet Blake que apesar de sublinhar as potencialidades do conceito e a aproximação participativa que o mesmo envolve, coloca-se no papel de porta-voz de algumas «críticas, que reflectem, para o caso do PCI, o incómodo que o conceito provoca nas ciências sociais» (idem: 145) apontando a sua reserva relativamente à ocorrência de riscos entre eles, o da potencialização de conflitos *dentro e entre* comunidades, por exemplo, na questão da representação e/ou gestão local do património imaterial. Convoca também Dorothy Noyes, uma das autoras que mais tem refletido sobre as limitações do conceito de comunidade na sua relação com o PCI e que propõe, em alternativa a substituição pelo conceito de «rede social» na sequência de uma proposta já apresentada em 2003 e que levou João Leal a considerar interessante perceber até que ponto a definição de “communities” que resultou da referida reunião da Tóquio de 2006 - e onde a ideia de rede é central: «networks of people whose sense of identity or connectedness emerges from a shared historical relationship that is rooted in the practice and transmission of, or engagement with, their ICH» - não revela já influência do pensamento de Noyes.

Neste quadro, e outorgando questões que são amplamente discutíveis e pouco consensuais, mas totalmente relevantes no contexto desta dissertação, é importante ainda dar conta da construção da noção de “comunidade”, aplicada a contexto da diáspora cabo-verdiana. Com efeito, a construção da noção de “comunidade cabo-verdiana” pode revelar-se falaciosa e não é, evidentemente, alheia ao carácter polémico e controverso que o próprio conceito de “comunidade” suscita no domínio da

Antropologia e demais Ciências Sociais. Por esse motivo é um assunto sobre o qual vários autores têm vindo a refletir. O antropólogo Luís Batalha escreve, em 2008, um artigo que intitula *Cabo-Verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade* onde se propõe refletir sobre o conceito de “comunidade” e onde debate igualmente conceitos, não menos polémicos, como “identidade” e “raça”, ancorados ao fenómeno da emigração cabo-verdiana no nosso país. Não se pretende aqui alimentar este debate nem apontar as fragilidades analíticas e conceptuais que lhe são atribuídas, porém, importa sublinhar que em contexto diaspórico o termo “comunidade” é utilizado em sentido lato para qualificar populações em deslocamento sem que, contudo, não deixem de ser contestáveis tais pressupostos que evidenciam um carácter homogéneo e simplificador do conceito. Na realidade mais do que falar de uma “comunidade” cabo-verdiana fora do seu arquipélago, seria talvez mais adequado e consensual pensar em múltiplas comunidades cabo-verdianas espalhadas por todo o mundo, seja noutros países do continente africano, nos EUA, no Brasil, na América Latina, na Europa Ocidental ou, inclusive, na Europa de Leste. Dentro de cada país multiplicam-se os focos onde se encontram grupos de cabo-verdianos instalados. Em Portugal, encontram-se indivíduos de origem cabo-verdiana, sobretudo, em Lisboa mas também em Setúbal, no Algarve, no Porto, em Braga, em Coimbra e no arquipélago dos Açores (Mendes 2008; Batalha 2008). Um enfoque maior permite observar que, em Lisboa, os cabo-verdianos estão espalhados por toda a Área Metropolitana desde os concelhos da Amadora, Loures, Oeiras, até Cascais. Uns habitam em bairros sociais ou em bairros de construção clandestina; outros já estão, ou sempre estiveram, fixados em bairros de classe média urbana; uns possuem nacionalidade portuguesa (ou cabo-verdiana, no caso dos descendentes), outros não; no seu todo ocupam-se de atividades profissionais diversas, uns são desqualificados, outros semiqualeificados, outros são, inclusive, quadros superiores. Há os de primeira geração, mas existem já os de segunda, terceira e quarta geração. Assim, como falar em “comunidade”? Como se define? Como se estrutura? Como se organiza?

Na ausência de expressão lexical que reúna maior consenso, o termo “comunidade” continua a ser empregue em contextos muito específicos de análise. Nesta dissertação ele é utilizado em diferentes sentidos: por um lado, em sentido lato,

para referir todos aqueles que fora de Cabo Verde são deste arquipélago originários, ou os seus descendentes; em sentido mais restrito no que respeita aqueles que em Portugal estão fixados; e, por último, muito especificamente para identificar o grupo de cabo-verdianos residentes no bairro do Alto da Cova da Moura, na periferia de Lisboa.

Continuaremos considerando que a questão é discutível, porque não é unânime ou consensual e que o conceito, em geral, será tanto mais problemático (Leal, 2015: 156) quanto necessariamente operacional.

Num artigo de 2013, Paulo Ferreira da Costa ajuda a pensar a questão não descurando o facto de ser uma das de maior complexidade na aplicação do quadro conceptual do PCI à sociedade portuguesa que

reside, precisamente, no que pode ser entendido como «comunidade», e é precisamente como reconhecimento do carácter plural e complexo da sociedade portuguesa contemporânea que o regime jurídico para o PCI em Portugal prevê que no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial possam ser inventariadas não apenas as expressões de PCI de comunidades (e de grupos e indivíduos) que permanecem inscritos nos territórios que lhes deram origem (normalmente de circunscrição regional, municipal ou local), mas também as expressões imateriais de comunidades (e grupos e indivíduos) deslocalizados do seu território de origem. Assim, o regime jurídico prevê a possibilidade de registo no Inventário Nacional de manifestações de PCI de comunidades de origem não portuguesa radicadas em Portugal, como o Diwali da tradição hindu, ou o Aid al-Kabir e o Aid al-Seghir da tradição islâmica, praticados nas respectivas comunidades radicadas na área de Lisboa. Neste sentido, para além de se constituir como instrumento para o conhecimento da diversidade das tradições portuguesas, o INPCI afirma-se também como um instrumento para a promoção do diálogo intercultural, tal como subjacente à própria letra e espírito da Convenção UNESCO 2003 (...) [sublinhado nosso] (Costa, 2013a: 64-65).

Este entendimento, que surge esclarecido cerca de dois anos após a implementação do Inventário Nacional, vem reforçar a ideia presente, desde 2009, no preâmbulo do diploma que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial e o qual prevê, de forma inclusiva, a inscrição no inventário das manifestações de PCI de todos os tipos de *comunidades* existentes no nosso país.

Disto é exemplo recente o pedido de inventariação, apresentado em abril de 2012, pela Associação Cultural Moinho da Juventude, que visa a proteção legal do Kola San Jon, uma tradição ritual e festiva realizada, desde 1991, no Bairro do Alto da Cova da Moura (concelho da Amadora), com uma forte componente de expressão identitária que remete, por um lado, para as raízes culturais da comunidade, de matriz cabo-verdiana, em particular para as ilhas de Santo Antão e São Vicente, e, por outro, para a ancoragem da sua atual pertença ao próprio Bairro (Costa, 2013b: 158).

Assim, e retomando o processo de patrimonialização do Kola San Jon, mesmo não estando livre de incertezas prévias o assunto foi analisado na reunião da Direção do Moinho da Juventude que aprovou a proposta e, de seguida, colocado à consideração do grupo de Kola San Jon que tomou conhecimento e acolheu a ideia. A 16 de dezembro de 2011, poucos dias depois da antestreia do filme de Rui Simões, reuniu-se um grupo de trabalho criado no seio da Associação já com o objetivo de pensar em conjunto a proposta de candidatura do Kola San Jon tendo como horizonte uma reunião com o Departamento de Património Imaterial do IMC, entretanto, agendada para 13 de janeiro de 2012<sup>194</sup>. A ata dessa primeira reunião que decorreu ainda em 2011 confirma que a equipa procurava já informar-se «sobre as formalidades a cumprir para a inscrição do Kola San Jon como Património Imaterial» tal como confirma que Júlia Carolino se «disponibilizou para assegurar a orientação técnica do projeto».

A reunião com o Diretor do DPI veio a acontecer, como referido, a 13 de janeiro de 2012 no Palácio Nacional da Ajuda onde se deslocou uma delegação do Moinho da Juventude constituída por cinco pessoas: Godelieve Meersschaert; Eunice Delgado (Niche)<sup>195</sup> – koladeira; António Manuel do Rosário (conhecido como o Sr. Lela ou ‘Ti Lela’) - um dos tamboreiros mais carismáticos do grupo, ao qual pertence desde o início<sup>196</sup>; Júlia Carolino – investigadora do GESTUAL; Deborah Delgado – filha de Eunice Delgado, licenciada em Ciências da Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e estagiária no Moinho da Juventude. Godelieve, Niche e Sr. Lela foram durante

---

<sup>194</sup> Cláudia Freire facultou os contactos e «todos os links para informação que havia na altura sobre candidaturas ao inventário nacional do PCI» (Júlia Carolino, 2016 - entrevista). Assim justifica-se que na reunião de 16.12.2011 (antes do primeiro encontro no Palácio Nacional da Ajuda com o DPI/IMC) esta equipa já tenha demonstrado conhecimento do disposto na Portaria n.º 196/2010 de 9 de abril, como se verifica na ata da reunião que alude ao facto deste diploma fazer referência ao perfil de formação académica do responsável pelo processo de estudo, documentação e investigação da manifestação do PCI correspondendo preferencialmente ao responsável científico pela elaboração do dossiê de instrução do processo. Esta constatação deu azo a que Júlia Carolino, cumprindo os requisitos, se tenha disponibilizado para assegurar a orientação técnica do projeto. Na reunião seguinte que decorreu ainda antes da reunião com o DPI, a equipa mostrou-se mais uma vez informada sobre questões relativas ao património cultural imaterial, fazendo nomeadamente referência à consulta do Inquérito “Património Imaterial em Portugal”, realizado pelo Instituto dos Museus e da Conservação, em 2010.

<sup>195</sup> Eunice Delgado, mais conhecida por Niche, é um dos pilares do grupo de Kola San Jon. É funcionária do Moinho da Juventude onde exerce a função de cozinheira. Quando questionada sobre a sua importância no grupo, Niche desvaloriza e responde «só sirvo para fazer os lanches». É, a meu ver, uma das Koladeiras mais carismáticas do grupo. Niche é natural do Mindelo, em São Vicente e a sua vinda para Portugal, ao contrário da maioria, não se inscreve no período de pós-descolonização.

<sup>196</sup> Sr. Lela é referido no programa da Festa de 1991, o primeiro ano em que se realizou, como sendo um dos tamboreiros do grupo.

alguns anos os representantes do grupo de Kola San Jon, daí a sua presença na reunião<sup>197</sup>.

Da agenda constavam os seguintes temas a tratar:

1. Teor da inventariação: o Kola San Jon, prática performativa / festividade cíclica levada a cabo no Bairro da Cova da Moura (desde 1991)

Este ponto é mais no sentido de dar a conhecer à equipa do DPI o que se pretende inscrever – o Kola tal como se pratica no Bairro

2. Formalização do pedido de inscrição

Confirmar se é preciso outro tipo de formalização para além da inscrição no MatrizPCI (base de dados online)

3. Inventariação e catalogação da documentação relacionada com o Kola San Jon

Podemos falar um pouco da ideia de constituir desde já um ‘embrião’ de um Centro de Documentação associado ao Kola (ou cultura cabo-verdiana), a ideia de procurar as melhores parcerias e saber se têm sugestões quanto a apoios, financiamentos, etc.

4. Expectativas quanto à duração do processo de inscrição e forma de articulação com o DPI

No sentido de perceber quais as expectativas quanto à duração deste processo e como vêm o seu papel de apoio ao processo. Pode falar-se de como estamos a organizar-nos (acompanhamento do Kola ao longo deste ano e registo, tertúlias, articulação com investigadores que têm vindo a trabalhar sobre o Kola e outros aspectos da vida do bairro...) (ACMJ\_notas da agenda da reunião com DPI\_janeiro 2012)

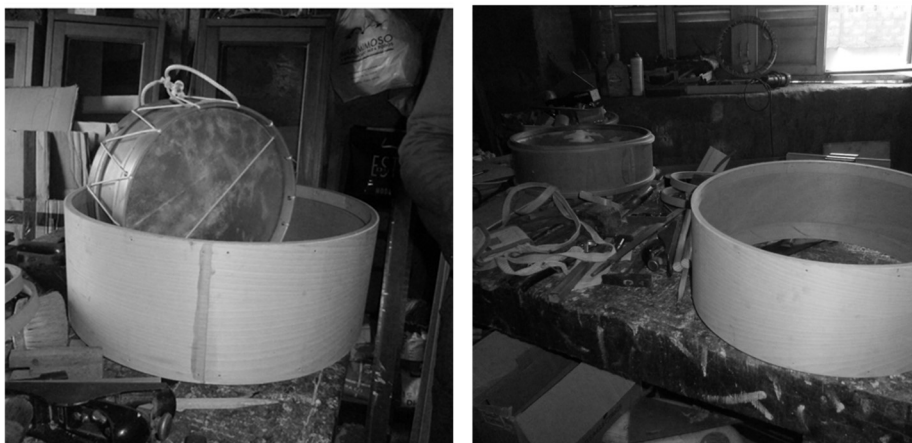
Estas notas deixam antever a organização prévia de uma estratégia que implicava trabalho de campo, envolvimento da comunidade e articulação com o meio académico, ao mesmo tempo que lançava bases de uma futura proposta de salvaguarda.

O teor da reunião entre o Moinho da Juventude e o DPI ficou registado também numa ata que dá conta das questões abordadas. Destaca-se a introdução feita por Godelieve Meersschaert sobre a intenção da candidatura do Kola San Jon ao INPCI, bem como os contributos de Niche e Sr. Lela, na qualidade de representantes do grupo e detentores do património imaterial que teceram algumas considerações sobre a prática do Kola San Jon na Cova da Moura e também em Cabo Verde, a simbologia dos rosários<sup>198</sup>, a refeição de Cachupa que é partilhada no final da festa e aspetos da construção do tambor.

---

<sup>197</sup> Atualmente, e devido à idade avançada de Sr. Lela, Godelieve e Niche estão mais ativas neste papel.

<sup>198</sup> Os rosários são adornos que os participantes da festa penduram ao pescoço (ou cruzam a tiracolo). São feitos de massa de pão a que chamam “roscas”, pipocas, frutos, rebuçados, intercalados por tiras de papel colorido. Estes colares adornam igualmente o santo e os navios que integram o cortejo. São feitos no dia da festa (na parte da manhã) ou na noite anterior pelas mulheres do grupo.



**Figuras 18 e 19** – Aspeto da construção de um tambor destinado à participação na Festa da São João Batista, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde. Fotografias de Carla Queiroz.

O Diretor do DPI fez notar a importância de não se considerar, na proposta de candidatura, a comunidade cabo-verdiana em geral mas aquela em cuja prática se encontra ancorada, ou seja, a comunidade do bairro do Alto da Cova da Moura. Paulo Costa salientou a necessidade de trabalhar de acordo com os procedimentos previstos na legislação, nomeadamente os que são definidos pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril que estipula, entre outras, as condições a observar em matéria do processo de identificação, estudo e documentação do Kola San Jon, entre as quais o âmbito dos métodos e técnicas de pesquisa a aplicar pelas responsáveis científicas da candidatura (recolhas de histórias de vida, entrevistas, etc.) e que define as qualificações académicas de que devem ser dotados os profissionais responsáveis pela condução dos processos que vinha confirmar a habilitação académica da própria Júlia Carolino, presente na reunião, e a sua situação favorável para conduzir o processo, na altura, em plena fase de arranque. Na reunião foi abordada a questão das medidas de salvaguarda a propor, tendo o diretor do DPI apresentado algumas sugestões a título exemplificativo. A questão da recolha e organização da documentação audiovisual a associar ao pedido de inventário e a respetiva salvaguarda dos direitos de autor esteve igualmente em cima da mesa de trabalho. O documento deixa claro que o responsável pela área do património imaterial acolheu com agrado a proposta, considerando a possibilidade da

candidatura do Kola San Jon poder vir a revelar-se «exemplar e inspiradora para outras»<sup>199</sup>.

### **III.2.3.2. Dos antecedentes à experiência de patrimonialização**

O grupo de Kola San Jon reúne-se anualmente entre fevereiro e julho<sup>200</sup>, quinzenalmente, de modo a preparar a organização da festa que decorre, como referido, no sábado mais próximo do dia 24 de junho, dia de S. João Batista

A Associação não tem condições de fazer a festa no dia 24 de junho, como deveria ser e como acontece em Cabo Verde, porque a maioria das vezes é dia de semana e as pessoas não tinham condições de participar porque estão a trabalhar, por isso é que a festa é sempre feita no sábado mais próximo do dia 24. Este ano [2017] o dia calha a um sábado e a festa vai ser feita mesmo no próprio dia (Teodoro Ribeiro, 2017 - entrevista).

As reuniões são convocadas informalmente pela Associação que muitas vezes faz correr a palavra entre os elementos do grupo que habitam no bairro. Como nem todos são moradores ou porque muitas vezes não se chegam a cruzar no bairro, Niche toma frequentemente a iniciativa, ou é incumbida, de convocar os elementos do grupo por telefone, certificando-se que a mensagem chega a todos. Sr. Lela também se ocupa por vezes de comunicar aos outros tamboreiros a data de algum compromisso para o qual são requisitados, tal como o faz Teodoro Ribeiro<sup>201</sup>.

A participação nas reuniões não é obrigatória e observa-se que a frequência é assegurada frequentemente pelo mesmo núcleo de pessoas

Nas reuniões estão quase sempre as mesmas pessoas, geralmente os mais velhos. Os mais novos nunca aparecem, mas nas festas ou nas saídas aparecem. É sempre assim. (Niche, 2017 - entrevista).

Eu não tenho ido às reuniões, quase nunca vou mas nos dias da festa apareço sempre. (Albertina Ramos\_notas de campo 2017).

---

<sup>199</sup> À data o Kola San Jon continua a ser a única manifestação no INPCI de comunidades de origem não-portuguesa radicadas em Portugal.

<sup>200</sup> Fora destas datas o grupo reúne-se sempre que algum motivo o justifique, nomeadamente por convocação da Associação.

<sup>201</sup> Natural da ilha de S. Nicolau, foi dos primeiros habitantes da Cova da Moura, chegando a integrar a primeira Comissão de Moradores. Teodoro Ribeiro ou sr. Teodoro, do qual já falámos, associou-se ao grupo de Kola San Jon muito tardiamente, apenas nas vésperas da viagem do grupo a Madrid, a qual já acompanhou. Não é tamboreiro, nem kola. Foi porta-bandeira do grupo e atualmente é chefe dos tamboreiros. Sr. Teodoro é atualmente Presidente do Conselho Fiscal da Associação Cultural Moinho da Juventude.



As reuniões decorrem sempre ao fim de semana, sábado ou domingo, na sala polivalente do Moinho da Juventude após a hora do almoço e antecedem as reuniões do grupo de Batuque Finka Pé que decorrem, por norma, no mesmo dia, ao final da tarde. As reuniões nunca coincidem, mas é frequente os dois grupos cruzarem-se.



**Figura 20** – Aspeto da sala polivalente do Moinho da Juventude preparada para receber a reunião do grupo de Kola San Jon no dia 05.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.

**Figura 21** – Aspeto da reunião do grupo de Kola San Jon no dia 05.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.

Atendendo a que grupo de Kola San Jon se reúne habitualmente a partir de fevereiro, no ano de 2012 reuniu-se um pouco mais cedo do que o habitual, a 22 de janeiro, pela necessidade de dar conhecimento ao grupo do avanço da proposta de candidatura, nomeadamente do resultado da reunião entre a delegação do Moinho da Juventude e o Diretor do Departamento de Património Imaterial do IMC. Esta reunião foi gravada e transcrita, na íntegra, por Júlia Carolino e o documento, ao qual tive acesso, deixa clara a intenção de trabalhar em sintonia com os detentores do PCI - os elementos do grupo de Kola San Jon – e de envolvê-los no processo de preparação da candidatura (ideia também subjacente à de convocar representantes do grupo para participação na referida reunião com o DPI). Esta posição, que não difere daquela que o Moinho da Juventude adota na sua atuação em geral, vai ao encontro da ideia central que a UNESCO fez valer no Tratado internacional do património imaterial e que prevê, como vimos, a mais ampla participação possível das comunidades, grupos e indivíduos na salvaguarda do seu património cultural imaterial.

Nessa reunião, Godelieve Meersschaert em representação da Direção do Moinho da Juventude da qual ainda fazia parte, e como uma das dinamizadoras do

grupo, demonstra ter confiado a Júlia Carolino a responsabilidade de coordenar o projeto e de trabalhar em estreita articulação e proximidade com o grupo de Kola San Jon, com o qual a antropóloga ainda não tinha contacto mesmo já estando envolvida com o bairro.

Eu não conhecia o grupo antes, não conhecia ninguém do grupo. Eu estava mais ligada às questões da qualificação. Tanto que eu disse à Lieve: «Lieve eu dou apoio enquanto não houver um antropólogo da área do património». Foi por isso que depois entrou a Ana Flávia que tinha feito investigação sobre o Kola San Jon (...) A minha ideia era dar um apoio até que viesse alguém. Eu estava longe destas questões...na realidade eu só descobri o grupo no fim, o que acho que é interessante. Eu já conhecia o bairro mas eu descobri o grupo e a festa do Kola através do filme do Rui Simões, não foi através do contacto direto com o bairro. Eu lembro-me de ter ouvido falar que tinha havido uma festa no verão anterior, mas eu não vim cá, portanto eu não conhecia a festa<sup>202</sup>. O trabalho da candidatura começou em janeiro de 2012. Foi aí que eu vim à primeira reunião do grupo de Kola San Jon (Júlia Carolino, 2016 - entrevista).

Para além de Godelieve, Júlia, Niche e Sr. Lela, estiveram presentes nesta reunião que decorreu no dia 22 de janeiro de 2012 alguns dos elementos do grupo que ainda hoje mantém presença assídua nas reuniões quinzenais: D. Rosa, esposa do sr. Lela, natural da Ilha de São Vicente<sup>203</sup>, Maria do Livramento Rodrigues (Bibia)<sup>204</sup>, Sr. Martinho, Sr. Damásio, Filomena Rosário (Filó) e outros<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> Júlia Carolino presenciou a festa do Kola San Jon pela primeira vez em junho de 2012, já estava plenamente envolvida na candidatura.

<sup>203</sup> D. Rosa é uma das koladeiras do grupo, se bem que hoje kola com menos frequência, por motivos de saúde. É uma das amas da Creche Familiar *O Moinho*. Em 2017 foi a responsável pela decoração do andor que transporta a imagem de São João Batista. D. Rosa é uma das principais defensoras da construção de uma “capelinha” junto do edifício sede da Associação Cultural Moinho da Juventude. Na referida reunião de 07 de agosto de 2016 foi uma das pessoas que defendeu mais acutilantemente a ideia de construção de um espaço de culto religioso que “dignifique” a imagem de São João Batista, propondo inclusive solicitar-se o apoio e o envolvimento do pároco.

<sup>204</sup> Bibia é outra figura que considero das mais carismáticas do grupo. É koladeira mas desempenha, sobretudo, a função de porta-bandeira. É frequente vemo-la muito perto do grupo dos tamboreiros, ajudando, com o apito, que faz soar estridentemente, a marcar o ritmo. Maria do Livramento é proprietária de um café na Cova da Moura e faz questão que o cortejo se detenha junto do seu estabelecimento comercial onde, por norma dá uma oferenda. Bibia é conhecida, no bairro e não só, por gostar de receber os amigos e os “amigos dos amigos”. É muito extrovertida, gosta de falar e contar histórias e, por isso, é geralmente a pessoa que é convocada, ou convidada para falar sobre o grupo em sessões públicas. Em agosto de 2017 participou num programa de televisão onde falou sobre os problemas sociais que afetam a Cova da Moura, na sequência do alegado ato de violência policial sobre os jovens do bairro, ocorrido em fevereiro de 2015 na esquadra de Alfragide. Bibia ocupa atualmente o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Associação Cultural Moinho da Juventude.

<sup>205</sup> É muito provável que outros elementos do grupo tenham estado presentes na reunião atendendo a que no início Godelieve se expressa da seguinte forma: «Boa tarde, é ótimo, estão a vir todas as pessoas, assim é que é arrancar bem, para este ano» o que nos leva a considerar que para além das pessoas identificadas na transcrição da ata da reunião, a plateia pode ter sido mais alargada. O documento apenas identifica quem interveio na reunião e não a totalidade dos participantes.

Godelieve e Júlia conduziram a sessão começando por contextualizar o assunto e efetuar os esclarecimentos com base nas informações obtidas na reunião com Paulo Costa para depois passarem a palavra aos elementos do grupo.

Lieve - E por isso é que estamos aqui, para falar sobre isto. E pensámos, para sintonizar todas a pessoas, que começávamos por falar (...) perante a Júlia, que não sabe muito bem o que é que é o Kola, que viu o filme mas que gostava de ouvir de vocês o que é que é o Kola, que vocês explicassem a uma pessoa que nunca ouviu falar do Kola, como é que vocês iam explicar o Kola a esta pessoa.

Júlia – Um bocadinho, também, pensando (...) nos documentos que nós vamos ter de preencher para a candidatura. É explicar, a quem nunca ouviu falar do Kola, explicar do que é que se trata. E então pensámos que a boa maneira de fazer isso seria mesmo com as pessoas que fazem o Kola, daí começarmos a fazer o registo, as pessoas que fazem o Kola explicarem mesmo do que é que se trata e registar dessa forma.

(...)

Lieve -Então, começamos primeiro com esta questão de o que é que é o Kola, falamos um bocadinho, vocês falam disto perante a Júlia, ela regista e depois isto fica como mais um testemunho para este levantamento. Quem é que quer começar? (ACMJ\_ata da reunião KSJ\_22.01.2012).

Alguns dos presentes, o caso de Bibia, corresponderam e prestaram-se a testemunhar sobre a sua experiência e participação no Kola San Jon perante a antropóloga que deu início assim a um trabalho de terreno que se prolongou durante todo o ano de 2012, intensificando-se por ocasião da aproximação da festa que nesse ano se realizou a 23 de junho.

(...) eu fui acompanhando sempre todas as reuniões e à medida que se ia aproximando a festa começaram a acontecer mais coisas. Fui acompanhando esses vários momentos e fazendo entrevistas aos elementos do grupo e depois foi participar na festa, aqueles dias de montar coisas. Fui sempre registando coisas e depois, acabada a festa, começámos então o trabalho de redigir o texto. Eu fiz uma primeira versão, que vi com a Lieve e que depois vimos com o grupo. Foi muito bonito. Eu gostei muito, foi quando eu gostei mesmo de fazer esse trabalho. Esse crescendo até ao momento em que levámos o texto para o grupo e o lemos e discutimos. Para mim foi um momento bom porque eu vi como as pessoas estavam presas, interessadas no texto. Foi muito tempo a ler o texto e a discutir e mudámos ali coisas, que eles me explicaram que não era assim e que era assim. Isto durou até setembro (Júlia Carolino, 2016 - entrevista).

O texto da candidatura foi trabalhado por Júlia Carolino durante o verão de 2012, revisto com Godelieve e depois com o grupo, numa reunião extraordinária que decorreu

no dia 4 de novembro de 2012, já em pleno segundo semestre do ano, a “época baixa” dos encontros do grupo<sup>206</sup>.

Júlia Carolino apresentou a proposta de documentos para o pedido de inventariação do Kola San Jon no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Os textos foram discutidos com o grupo. Foram dados elementos para acrescentar, alterar e enriquecer os textos. Foi uma reunião muito participada, que proporcionou um grande orgulho para todos os presentes (ACMJ\_ata da reunião KSJ\_04.11.2012).

Carolino considera que esta reunião extraordinária, para a qual o grupo foi convocado com o objetivo de discutir o texto e adicionar propostas de melhoria, marca o fim da primeira fase do projeto e abre caminho a um outro momento onde ganha destaque o apoio formal e efetivo da Universidade de Aveiro e da Direção-Geral do Património Cultural.

Com efeito, ao nível da administração central do património os acontecimentos também se precipitaram e antes do contacto ser retomado deu-se a extinção do Instituto dos Museus e da Conservação e, conseqüentemente, a criação da Direção-Geral do Património Cultural. Já na qualidade de Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da recém-criada DGPC, Paulo Ferreira da Costa apoiou a equipa nesta segunda fase.

Eu regressei à questão que tinha posto no princípio, que era a necessidade de termos um antropólogo do património, «precisamos de um especialista de património. Precisamos de alguém com mais formação, com mais conhecimentos na área de património». (...) E foi por isso que eu entrei em contacto com a Ana Flávia, que, entretanto, eu já tinha conhecido pessoalmente numa reunião do Kola. Eu pus-me em contacto com ela, fui a Aveiro e propus-lhe fazer a candidatura comigo. Foi feito com o conhecimento e consentimento da Lieve mas não do grupo. O ir buscar a Ana Flávia não foi uma coisa falada com o grupo. Quando ela esteve cá no Verão e se falou na candidatura, ela disponibilizou-se para colaborar com o que fosse necessário, com materiais e tudo isso. Ela sempre disponibilizou todo o trabalho que ela fez para integrar o acervo, para poder ser usado em candidatura. E ela tem uma relação muito boa e muito afetiva com as pessoas do Kola, portanto, estar a pôr a questão se ela devia participar...na prática ela já fazia parte. E para as pessoas não é assim tão importante, esse lado mais procedimental. Quando ela depois apareceu comigo nas reuniões, começámos a discutir com o grupo as duas (Júlia Carolino, 2016 - entrevista).

---

<sup>206</sup> Para além de Júlia Carolino e Godelieve estiveram presentes na reunião os seguintes elementos do grupo de Kola San Jon: Eunice Delgado, Manuel do Rosário, Damásio Alves, João Carlos Santos, Joana da Cruz, Isidora Gomes, Diana Torres, Maria Rodrigues, Maria Filomena Andrade, Ana Gomes, Roseana Silva, Pedro Simão, Osvaldina Rosário (Dina), Carlos Semedo (Galo), Amélia Semedo (Montura), Filomena Rosário (Filó), Gabriela Rosário e António Neves.

Ana Flávia Miguel juntou-se assim à equipa em outubro de 2012, de forma natural e, como diria Júlia Carolino, “quase inevitável”, não estivesse a sua investigação e a sua experiência de terreno junto do grupo de Kola San Jon, na base da proposta científica da candidatura: «tornou-se mais premente ir falar com a Ana Flávia e trazê-la» (idem). A partir do momento em que entrou na equipa, Ana Flávia tomou pulso à estabilização final do texto em articulação com Júlia Carolino. Por esta altura o grupo de trabalho ocupava-se também da organização da documentação associada, em estreita articulação com os elementos do grupo de Kola San Jon. A reunião extraordinária do grupo que teve lugar a 16 de dezembro de 2012 (que havia ficado programada no encontro de 04 de novembro), contou com a participação de Ana Flávia, já como elemento da equipa<sup>207</sup>.

Foi apresentado o trabalho feito até à data por Júlia e Ana Flávia em relação ao processo de reconhecimento do Kola San Jon como Património Imaterial. Assim como se exibiu o trabalho recolhido e já pronto. Foi lido o texto de apresentação do Kola para a candidatura, texto este escrito por Júlia e Ana Flávia (ACMJ\_ata da reunião KSJ\_16.12.2012).

Na sua dissertação de doutoramento (2016) Ana Flávia Miguel dá conta do processo *partilhado* de construção do dossiê de candidatura a PCI, salientando o elevado interesse que várias pessoas demonstraram não apenas em ceder materiais (audiovisuais, etc.) provenientes dos seus arquivos pessoais, como também disponibilizando-se para participar em entrevistas e reuniões de trabalho.

Uma das componentes de enriquecimento do projeto foi a realização de um registo audiovisual que acompanhou o dossiê de candidatura. Ana Flávia dá conta desse processo no qual esteve particularmente envolvida visto que o filme foi produzido pela equipa da Universidade de Aveiro que disponibilizou recursos técnicos e humanos para o efeito<sup>208</sup>. O processo de produção do filme é amplamente escrutinado por Ana Flávia (Miguel, 2016) que dá conta dele e do modo como intencionalmente a comunidade e

---

<sup>207</sup> Para além de Júlia Carolino, Deborah Delgado, Godelieve e Ana Flávia Miguel estiveram presentes na reunião os seguintes elementos do grupo de Kola San Jon: Eunice Delgado, Carlos Santos, Pedro “Sintra”, Jacinto Pires, Claudino Correia, António Rosário, Diana Gomes, Maria de Livramento (Bibia), Ana Gomes, Joana da Cruz, Filomena Andrade, Rosa Rosário, Amélia Correia, Natália Silva.

<sup>208</sup> Equipa de trabalho multidisciplinar constituída por Ana Flávia e Rui Oliveira, com o apoio técnico de António Veiga do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro e consultoria de Susana Sardo.

outros agentes foram envolvidos. Uma primeira versão do filme foi apresentada numa reunião que decorreu no dia 10 de fevereiro de 2013

(...) que tinha como ordem de trabalhos a visualização do filme e a visualização de fotografias a incluir no dossier. A reunião realizou-se na sala polivalente da ACMJ e contou com uma grande participação de membros da equipa da candidatura, moradores do bairro e pessoas exteriores ao bairro e à candidatura convidados para o efeito, tal como aliás é hábito na maioria destes momentos de trabalho. Decidimos que faríamos a discussão dos materiais separadamente, logo após a visualização de cada um dos conteúdos: primeiro o filme e depois as fotografias. A partir do meu computador foi então feita uma projeção que foi também gravada no sentido de posteriormente podermos assistir e analisar coletivamente as reações dos participantes neste momento (Miguel, 2016: 153).

Ana Flávia Miguel apresenta dois excertos da transcrição desta reunião que, pela sua singularidade, vale a pena reproduzir uma pequena síntese:

(Após a visualização do filme)

*ED – Do que eu vi talvez focar mais nas koladeiras porque estava mais nos tamboreiros. As koladeiras não têm um grande destaque. Um bocadinho mais, talvez.*

*GM – E os trechos um bocadinho maiores. O tempo acho que foi sempre tudo muito curto. Porque de repente estava com coisas de 91, 92 e depois de repente a gente (...)*

(...)

*TR – Uma parte que também é muito importante são as ofertas. As ofertas, é de extrema importância para mostrar também as nossas raízes, não é? Porque o KSJ é uma festa da partilha. Isso é muito importante. Aquele cestito aparecer aí com as ofertas quando a gente sai. Quer dizer, partimos dessa parte aí, depois temos as koladeiras, temos os tamboreiros, o navio... Isso é muito fundamental. (...)*

(Após visualização das fotografias)

*FR - Falta as fotografias de Itália que não tem nenhuma... E do grupo em si. Se somos um grupo, vês e muita gente mas não tem quem participa no grupo.*

*AFM – Vocês acham que era importante aparecer o nome das pessoas em algum sítio? O problema disto, de aparecer os nomes, é que vai faltar sempre alguém, não é?*

*(Reunião KSJ, 10 de fevereiro de 2013).*

Os excertos dão conta do que se considera ter sido o processo *participativo* e *partilhado* da candidatura do Kola San Jon, menos porque os procedimentos legais (para o PCI) assim o exigem, mas porque reflete a forma de atuação e o trabalho colaborativo que o Moinho da Juventude fomenta e desenvolve - expresso num conjunto de conceitos que constituem a gramática da Associação: «djunta-mo», «sinergia», «empowerment», «cooperação», «interligação», «tandem», «rede», «cidadania participativa» - e que a própria equipa de investigação estimulou, não apenas durante o

processo de produção do filme e de recolha de documental, mas durante todo o processo de construção da candidatura.

Às vezes as pessoas não percebiam bem as coisas, mas explicavam melhor e lá iam entendendo e dando a sua opinião (Niche, koladeira, 2017 - entrevista).

Esta componente participativa e partilhada prolongou-se até ao produto final.

Não seria possível construir a candidatura de forma participativa sem que todos estivessem em permanente diálogo e quanto mais vozes incorporadas mais tempo necessitaríamos para organizar toda a documentação e finalizar a candidatura. Assim, procedemos à organização de outros momentos de contacto com os moradores do bairro em encontros individuais ou coletivos. Reunimos individualmente com Júlia Carolino, que preencheu os formulários oficiais da candidatura, e também com representantes da ACMJ ou do grupo de KSJ, como Godelieve Meersschaert para recolher documentos de arquivo, publicações em jornais, registos audiovisuais, fotografias, por exemplo, mas também coletivamente (Miguel, 2016: 155).

Relativamente à documentação, para além do filme, o pedido de inventariação do Kola San Jon inclui cerca de uma centena de fotografias<sup>209</sup>, na sua maioria representativas do período 2000-2012, que documentam as diferentes componentes da manifestação, incluindo o seu património associado. O pedido incorpora ainda outro tipo de documentação considerada pela equipa de trabalho como fundamental para a compreensão do Kola San Jon no presente, como no seu percurso histórico: documentos cartográficos, *flyers* e outro material de divulgação do Kola, artigos de imprensa e exemplares de atas de reuniões do grupo. Os documentos são representativos de vários períodos históricos (consta por exemplo, o programa da primeira festa organizada em 1991). Grande parte desta documentação encontra-se organizada e acessível num arquivo de que a Associação dispõe, desde meados de 2016, onde reúne os principais documentos de carácter histórico que atestam o percurso da instituição e o trabalho desenvolvido<sup>210</sup>. O conjunto de documentação associada ao pedido de inventário incorpora igualmente a ficha técnica do filme.

---

<sup>209</sup> Inclui-se neste lote de fotografias algumas do fotógrafo Rui Palha que mantém com a Cova da Moura, o Moinho da Juventude e o grupo de Kola San Jon uma estreita proximidade. Alguns dos trabalhos deste *street photography* têm sido doados ao Moinho da Juventude para promoção das suas iniciativas.

<sup>210</sup> Em ata conjunta das reuniões de Direção datadas de 3 e 4 de agosto de 2016 é possível confirmar que no dia 27.07.2016 ficou acessível o arquivo, organizado por Godelieve Meersschaert, do qual consta a documentação relativa aos grupos de Kola San Jon e Batuque Finka Pé. O arquivo encontra-se depositado na sala de reuniões (antiga sala de informática) do edifício sede da Associação. Segundo o documento, esta documentação sempre esteve disponível no Moinho da Juventude, no entanto, ao longo dos anos foi

O trabalho foi terminado em março de 2013 considerando-se concluído o processo de instrução do pedido de registo do Kola San Jon no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, o qual foi submetido à Direção-Geral do Património Cultural, através da base de dados MatrizPCI, no dia 29 de abril de 2013, configurando e subscrevendo a ideia de *bottom-up* que a UNESCO consagra e a legislação nacional para o PCI preconiza.

(...) o INPCI não foi concebido como plataforma para constituição de uma Lista indicativa do PCI, através de uma estratégia de seleção *top-down*, mas como uma plataforma aberta, destinada a que, através de um processo *bottom-up*, as comunidades, grupos e indivíduos aí procedam ao registo e valorização das suas próprias expressões culturais. Correlativamente, o INPCI não foi concebido como sistema para gestão das iniciativas da própria administração central, mas como ferramenta metodológica para utilização pelas próprias entidades que, a partir do terreno e em resposta à iniciativa ou com o envolvimento próximo das comunidades, grupos e indivíduos, desenvolvem projetos efetivos de salvaguarda do PCI (Costa, 2013d: 52).

### III.2.3.3. Submissão, tramitação do processo e decisão final

A ativação do mecanismo de submissão do processo de patrimonialização do Kola San Jon faz levantar a questão de saber quem decide e como decide, em Portugal e no contexto atual, se um bem cultural imaterial é ou não *patrimonializável* e com base em que critérios a decisão é tomada. Tal como definido nos termos do Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, após a elaboração e apresentação à administração do património da proposta, a tramitação de cada pedido de inventariação desenvolve-se ao longo de quatro fases: 1) apreciação prévia por parte da DGPC; 2) apreciação, em sede de consulta direta, por parte do Município e Direção Regional de Cultura competente<sup>211</sup>; 3) apreciação em sede de consulta pública (sendo nesta fase acessível ao público, através da internet toda a documentação integrante do pedido de proteção legal); 4) decisão final da administração do património sobre a proposta de proteção legal (Costa, 2013c: 95).

---

ficando desorganizada. Godelieve tomou a responsabilidade pela sua reorganização, tendo demorado, por circunstâncias pessoais, cerca de dois anos a fazê-lo. O arquivo foi enriquecido por material adquirido pelo casal Eduardo e Godelieve, o qual foi doado ao Moinho da Juventude. Este arquivo está disponível para consulta, mediante autorização prévia.

<sup>211</sup> De acordo com a legislação, sempre que práticas, rituais e eventos religiosos se constituam objeto do pedido de inventariação deve pronunciar-se igualmente a respetiva igreja ou comunidade religiosa.



A tramitação do pedido de inventariação do Kola San Jon decorreu segundo o procedimento previsto na legislação e o processo administrativo que, de acordo com os agentes da administração, visa reduzir *ao mínimo* a ação do Estado sobre o património imaterial<sup>212</sup>, encontra-se totalmente disponibilizado online, na secção referente à documentação da candidatura do Kola San Jon no website do MatrizPCI<sup>213</sup>. Deste processo administrativo constam, no total, quinze documentos dos quais ganham destaque os instrumentos técnicos desenvolvidos pelo IMC, em 2010, para apreciação e aprovação dos pedidos de inscrição no INPCI. Importa referir que, de acordo com o Relatório de Atividades do DPI/IMC de 2010, os modelos destes instrumentos técnicos foram desenvolvidos pelo Departamento de Património Imaterial para apoio ao funcionamento da *Comissão para o Património Cultural Imaterial*, para efeitos de apreciação de pedidos de inscrição de manifestações no Inventário Nacional. Trata-se, designadamente, de modelo de «Parecer Técnico» e «Check-list» e modelo de «Proposta de Decisão». Com a extinção da Comissão, em 2011, e com a consequente determinação de integração das suas atribuições - no domínio consultivo, no Conselho Nacional de Cultura e, nos domínios instrutório e decisório, na nova Direção-Geral do Património Cultural - os documentos foram readaptados e mantêm-se operativos no processo de avaliação e apreciação das propostas de inventário, agora a cargo da Direção-Geral do Património Cultural.

Sendo que a primeira proposta de inventário inscrita no INPCI – a Capeia Arraiana - foi analisada e aprovada pela *Comissão para o Património Cultural Imaterial* que deliberou apenas sobre a inscrição dessa manifestação e, sendo o Kola San Jon a segunda a integrar o Inventário Nacional do PCI, significa que a candidatura apresentada pela Associação Cultural Moinho da Juventude foi a primeira a ser avaliada pela DGPC no âmbito do novo enquadramento legal e de acordo com os procedimentos

---

<sup>212</sup> Num artigo publicado em 2013, Paulo Ferreira da Costa reforça a ideia que o regime jurídico, desenvolvido em articulação com a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, visa reduzir ao mínimo a atuação institucionalizada sobre o património imaterial, não obstante o percurso administrativo que sucede à submissão formal de qualquer pedido de registo no INPCI, que implica a participação de diversas entidades do Estado como a Direção-Geral do Património Cultural, as Direções Regionais de Cultura, enquanto “administração cultural de proximidade” e os Municípios, desde que não sejam entidades proponentes da candidatura (Costa, 2013c: 106).

<sup>213</sup> <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=337&EntSep=7#gotoPosition>, consultado em 24.03.2017.

decorrentes da extinção da referida *Comissão*. Os documentos administrativos que integram o processo conferem esta situação quando comparados com os documentos que resultam do processo de apreciação da candidatura proposta pela Câmara Municipal do Sabugal, que se encontram igualmente disponíveis publicamente no website do MatrizPCI, na secção referente à documentação da candidatura da Capeia Arraiana<sup>214</sup>.

### **Apreciação prévia por parte da DGPC**

O primeiro documento que consta do processo de análise do Kola San Jon é o «Parecer Técnico» enquadrado na fase apreciação prévia por parte da DGPC e que procede à análise de conformidades no disposto conjuntamente pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, e pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril. No final do documento o pedido é considerado «conforme» os requisitos definidos conjuntamente pelos dois diplomas.

Considera-se que o Pedido de Inventariação se encontra bem estruturado e devidamente elaborado, caracterizando adequadamente a prática do Kola San Jon, e reunindo igualmente um corpus documental indispensável à devida compreensão da prática, quer na actualidade, quer no percurso histórico no âmbito da comunidade detentora (Parecer Técnico\_DGPC\_06.05.2013, p. 12).

De acordo com os procedimentos decorrentes da tramitação, o «Parecer Técnico», assinado por Paulo Ferreira da Costa<sup>215</sup>, identifica quais são as entidades a auscultar na fase seguinte, em sede de consulta direta. Considera-se apenas a Câmara Municipal, excluindo-se a Direção Regional de Cultura e a Igreja/Comunidade Religiosa.

Tendo a Direção-Geral do Património Cultural sucedido, nos termos do disposto na al. c) do Art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo nos domínios da salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imaterial, considera-se dever ser solicitado Parecer Prévio (...)

---

<sup>214</sup> Na construção do dossiê de candidatura do Kola San Jon revelou-se importante, segundo Ana Flávia Miguel (2016), a análise do processo de inscrição da *Capeia Arraiana* no INPCI, tal como se revelou a consulta e análise dos processos relativos a práticas performativas patrimonializadas a nível internacional, como a candidaturas do *Fado* a Património Imaterial da Humanidade e a inscrição do *Samba de Roda do Recôncavo da Bahia*, em 2005, na Lista das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade e que em 2008 transitou para a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, ao abrigo da Convenção de 2003.

<sup>215</sup> Na qualidade de Chefe da Divisão (em regime de substituição) do Património Imóvel Móvel e Imaterial/Departamento dos Bens Culturais, da DGPC.

exclusivamente à Câmara Municipal relevante, no caso a Câmara Municipal da Amadora. Não obstante a sua relação com a celebração de S. João Batista, a prática do Kola San Jon, no âmbito da comunidade do bairro do Alto da Cova da Moura, não conta com a presença de oficiantes religiosos da igreja católica, pelo que se considera não haver lugar ao pedido de parecer prévio a que se refere o n.º 2 do Art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho (Idem).

Tal como o «Parecer Técnico» consta do processo a «Check-list», igualmente datada de 6 de maio de 2013, que procede à análise técnica do cumprimento de requisitos e da qual não constam «não-conformidades»<sup>216</sup>.

(...) A Associação Cultural Moinho da Juventude, entidade responsável pela iniciativa do presente procedimento de proteção legal do Kola San Jon, possui um largo historial de valorização da cultura e identidade da comunidade do Bairro da Cova da Moura, pelo que se considera que o não envolvimento de outras entidades no processo de salvaguarda (campos III - 1.5, 1.6. e 1.8.) não pode ser considerado como não-conformidade, tendo aquela entidade contado igualmente no processo de documentação da manifestação de PCI com a colaboração do INET-MD (Universidade de Aveiro). Do mesmo modo, considera-se que não poderá ser considerada como desconformidade a não apresentação de qualquer relação/documentação entre o Kola San Jon e: a) Património Natural (campos III - 1.3); b) outras manifestações de património imaterial (campo III - 1.2.) (Check-List\_DGPC\_06.05.2013, p. 4).

### **Apreciação em sede de consulta direta**

Na sequência da apreciação destes dois documentos e face à deliberação constante do «Parecer Técnico» e da «Proposta de Decisão», a Direção-Geral do Património Cultural endereça ofício à Câmara Municipal da Amadora, comunicando: a) a formalização do pedido de inscrição do Kola San Jon (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora) no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, por parte da Associação Cultural Moinho da Juventude; b) a verificação, em fase de apreciação prévia por parte da Direção-Geral, da ausência de não conformidades relativamente ao disposto no quadro legal; c) a necessidade de dar prossecução ao procedimento através

---

<sup>216</sup> Note-se que do processo administrativo constam outros dois documentos datados de 06 de maio de 2012 e que permitem reconstituir o percurso de apreciação do pedido de inventário do Kola San Jon. São eles: a) uma Informação interna (ref. º DPIMI 29/2013) do Chefe da Divisão do Património Imóvel Móvel e Imaterial da DGPC dirigida superiormente, dando conta da conclusão da fase de apreciação prévia do procedimento de inventariação do Kola San Jon e propondo à Diretora-Geral do Património Cultural a abertura do procedimento de consulta direta à Câmara Municipal da Amadora. A referida Informação tem o Despacho favorável da Diretora do Departamento dos Bens Culturais e da Diretora-Geral do Património Cultural; b) «Proposta de Decisão» de Consulta Direta assinada pela Diretora-Geral do Património Cultural.

da consulta direta à Câmara Municipal da Amadora; d) a solicitação de Parecer Prévio sobre este pedido de inscrição no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, no prazo legal de 20 dias. O ofício é acompanhado do envio de documentação para apreciação (que não inclui a documentação técnica produzida pela DGPC no âmbito da fase de apreciação prévia<sup>217</sup>), nomeadamente os anexos I e II da candidatura.

Em Informação interna (ref. <sup>a</sup> DPIMI 44/2013) datada de 01 de julho de 2013, o Chefe da Divisão do Património Imóvel Móvel e Imaterial da DGPC informa superiormente que «esgotado o prazo legal para aquela consulta direta, verificou-se que a Câmara Municipal da Amadora optou por não emitir Parecer sobre o pedido de inventariação em apreço» e propõe que, não tendo sido apresentadas quaisquer objeções em sede de consulta direta, que prossiga transitando o processo para a fase de consulta pública. Convém salientar o facto de se ter apurado, em entrevista com o vereador responsável pelo pelouro da Cultura e Turismo que decorreu no dia 30 de março de 2017, que a Câmara Municipal da Amadora não se pronunciou relativamente ao pedido de inscrição do Kola San Jon da Cova da Moura em sede de consulta direta por “falta de tempo e recursos disponíveis para cumprir os prazos legais impostos”. O responsável pelo setor de Cultura da CMA destaca o facto de ter reunido com Paulo Ferreira da Costa em junho de 2013, a seu pedido, de modo a obter esclarecimentos conducentes à formulação do referido Parecer que acabou, segundo o vereador e de acordo com as razões referidas, por não ser efetivado<sup>218</sup>. Perante a ausência não se verificaram quaisquer consequências para o andamento do processo de tramitação do pedido, visto a emissão do Parecer não ser de carácter obrigatório.

A referida informação que foi acompanhada, em anexo, de quatro documentos igualmente públicos: a) «Proposta de Decisão» para realização da Consulta Pública, que atesta que o pedido está em conformidade com os requisitos e que dá conta da não emissão de parecer por parte da Câmara Municipal da Amadora sobre o procedimento

---

<sup>217</sup> Contudo, e apesar de não constar em anexo ao ofício, a DGPC disponibiliza-se para facultar, caso a entidade entenda necessária, essa documentação.

<sup>218</sup> Apesar de não ter havido consequências diretas da não emissão de Parecer por parte da CMA, favor ou contra a tramitação do pedido de inventário do Kola San Jon, o assunto não deixou de causar algum incómodo e “estranheza” junto da Direção do Moinho da Juventude que, como vimos tem travado com a Câmara Municipal da Amadora uma luta pela requalificação do bairro da Cova da Moura, na qual o próprio pedido de inventariação se inscreve.

de inscrição; b) proposta de anúncio para Consulta Pública; c) proposta de ofício à Câmara Municipal da Amadora para divulgação da Consulta Pública; d) proposta de ofício à Associação Cultural Moinho da Juventude para o mesmo fim<sup>219</sup>.

### **Apreciação em sede de consulta pública e decisão final**

A fase de Consulta Pública relativa ao pedido de inscrição do Kola San Jon no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* teve início a 8 de julho de 2013 tendo sido publicitada pela Direção-Geral do Património Cultural nas suas páginas eletrónicas<sup>220</sup>. A Associação Cultural Moinho da Juventude fez ampla divulgação da Consulta Pública, tal como a Embaixada de Cabo Verde em Portugal e alguma imprensa cabo-verdiana<sup>221</sup>.

Novamente através de Informação interna (ref.<sup>a</sup> DPIMI 64/2013) a Divisão do Património Imóvel Móvel e Imaterial da DGPC informa superiormente que esgotado o prazo legal para a conclusão da consulta pública, não foram emitidas quaisquer observações sobre o pedido de inventariação em apreço e propõe-se a conclusão do procedimento de proteção legal do Kola San Jon (Amadora) através da sua inscrição no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* de acordo com os critérios de apreciação previstos pelo decreto de lei em vigor. São anexados a esta Informação três documentos fundamentais, ainda sob a forma de proposta e que mais tarde, são tornados públicos:

- a) Proposta de Decisão sobre a conclusão do procedimento de proteção legal;
- b) Proposta de Anúncio a publicar em Diário da República;
- c) Proposta de Anúncio a divulgar na página eletrónica da DGPC.

A Informação tem despacho favorável de Catarina Coelho, Diretora do Departamento de Bens Culturais da DGPC, bem como da Diretora-Geral do Património

---

<sup>219</sup> Ambos os Ofícios (para a Câmara Municipal da Amadora e para a Associação Cultural Moinho da Juventude) foram enviados a 03 de julho de 2013.

<sup>220</sup> [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt) e [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt).

<sup>221</sup> A Embaixada de Cabo Verde em Portugal divulgou a Consulta Pública do pedido de inscrição do Kola San Jon na sua página eletrónica no dia 10.07.2013; o Jornal *A Semana* divulgou na sua edição online de 22.07.2013.

Cultural, Isabel Cordeiro, que concordam, propondo a conclusão do procedimento de proteção legal através de inventariação no INPCI, em conformidade com a apreciação técnica.

A «Proposta de Decisão» assinada por Isabel Cordeiro data de 30 de setembro de 2013.

Reafirmando que o pedido de inventariação do Kola San Jon cumpre os requisitos definidos conjuntamente pelo Decreto-lei n.º 139/2009, de 15 de junho, e pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril (...) considero encontrarem-se reunidas todas as condições para a inscrição do «Kola San Jon» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (Proposta de Decisão\_DGPC\_30.09.2013).

O processo administrativo encerra com o Ofício da Diretora-Geral do Património Cultural dirigido à Coordenadora da Associação Cultural Moinho da Juventude - com a referência ao qual iniciámos este capítulo - comunicando a decisão favorável de inscrição do Kola San Jon no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.

#### **III.2.4. Sobre a proposta de inventário e os critérios de apreciação**

Tendo em conta as prerrogativas subjacentes a formalização de qualquer pedido de inscrição no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, as que são defendidas pela UNESCO e as que são enquadradas legalmente pelo regime jurídico português, atente-se na ideia de que a atuação sobre o património imaterial deve decorrer de uma ação de estudo e documentação da prática cultural do presente para o passado, documentando a realidade social na atualidade a partir da referida prática etnográfica e que, no estudo e investigação de uma manifestação de PCI com vista o seu registo no Inventário Nacional, a pesquisa etnográfica e a prática antropológica devem ter prioridade e preponderância sobre a pesquisa histórica e documental (Costa, 2013c). Como vimos, a candidatura do Kola San Jon obedeceu a esta prerrogativa que não desvinculou do fundamento primário que “obriga” ao consentimento, participação e, preferencialmente, ao envolvimento ativo dos detentores do PCI no processo.

A elaboração e apresentação à Direção-Geral do Património Cultural do pedido de inventariação do Kola San Jon consubstanciou-se, de acordo com os procedimentos,

no preenchimento dos campos da Ficha de Inventário instituída pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.

Do pedido de inventariação constam dois tipos de informação: a) informação de carácter etnográfico e histórico que atesta a dinâmica atual do Kola San Jon comprovada com a transmissão intergeracional, assim como a sua contextualização histórica; b) proposta de medidas de salvaguarda por parte da Associação Cultural Moinho da Juventude e no âmbito da sua articulação com outras entidades.

#### **III.2.4.1. Ficha de inventário PCI (Anexo I)**

Deste anexo consta a caracterização em profundidade do Kola San Jon, com a referência ao contexto social - comunidade, grupos e indivíduos. O grupo de trabalho responsável pela condução científica do processo, entendeu considerar que a «comunidade» se circunscreve aos habitantes do bairro do Alto da Cova da Moura, situado no concelho da Amadora; o «grupo» é o do Kola San Jon dinamizado no seio da Associação Cultural Moinho da Juventude e os indivíduos, os elementos do grupo que estão mais diretamente envolvidos na realização da festa anual.

**Comunidade(s):** A festa de Kola San Jon está intimamente associada à vida social e cultural dos habitantes do Bairro do Alto da Cova da Moura, situado no concelho da Amadora e, nascido nos interstícios da expansão urbana de Lisboa, fruto da ocupação de terrenos e da construção de habitação por populações recém-chegadas à capital portuguesa. De entre essas populações destacam-se as famílias vindas das ex-colónias portuguesas em África, no pós-25 de Abril de 1974, e migrantes laborais, também eles originários sobretudo do continente africano (principalmente de Cabo Verde, mas também de Angola, de São Tomé e da Guiné-Bissau). A Cova da Moura cresceu significativamente no fim da década de 70 e durante os anos 80 do século XX, sendo preponderante o número de habitantes de origem cabo-verdiana. Consequentemente, a cultura cabo-verdiana constitui um traço distintivo da vida do bairro e o Kola San Jon uma das suas expressões mais significativas, porque é feito e partilhado por todos os habitantes, independentemente da sua origem.

**Grupo(s):**

A festa do Kola San Jon é organizada anualmente pelo “grupo de Kola San Jon” (grupo de Kola) do Bairro do Alto da Cova da Moura, enquadrado institucionalmente pela Associação Cultural Moinho da Juventude. O grupo do Kola consiste num conjunto flexível de pessoas que participa nas apresentações do Kola San Jon e que se reúne regularmente na Associação Cultural Moinho da Juventude, em função de atividades e projetos promovidas pela ACMJ ou de propostas feitas por outras instituições e organizações. Embora não exista nenhum mecanismo de formalização da pertença ao grupo, ele tem apresentado uma configuração relativamente estável porque existe um

núcleo mais restrito de membros do grupo que se tem mantido constante ao longo das duas últimas décadas. Esta situação permite fazer a manutenção das práticas rituais, através de uma atividade artística que acontece durante todo o ano e através da passagem de testemunho aos habitantes mais jovens.

A natureza participativa e dialógica do trabalho que o grupo Kola San Jon desenvolve, constitui um aspeto importante para a compreensão desta prática performativa, dado que é através da participação coletiva que todas as decisões são tomadas.

**Indivíduo(s):**

As pessoas mais diretamente envolvidas na realização da festa do Kola San Jon são membros do “grupo Kola San Jon”. Estas pessoas são originárias, principalmente, da ilha de Santo Antão e da ilha de São Vicente, mas também de outras ilhas de Cabo Verde e de outros países (incluindo Angola, Bélgica e Portugal). Atribui-se, no entanto, aos membros provenientes das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau uma maior legitimidade no que diz respeito ao conhecimento do Kola San Jon e, consequentemente, uma maior autoridade simbólica na definição das características da festa. O “grupo de Kola San Jon” envolve um número indeterminado de pessoas, sendo composto por quatro a seis tamboreiros, koladeiras em número variável (mulheres) e os homens que dançam com elas, comandantes dos navios (no máximo de cinco, uma vez que a associação possui cinco barcos. São normalmente homens, mas ao longo dos anos duas mulheres interpretaram também este papel), um capitão (elemento da tripulação do navio, que toca apito e manipula simbolicamente uma espada; “desdobra”; abre caminho para; comanda o barco), fardado de branco como um capitão da marinha, munido de uma espada e apito (este papel tem sido desempenhado por homens e mulheres) e outras pessoas que transportam os artefactos, tais como os estandartes, os cestos de alimentos, os ramos para leiloar e a imagem do santo. Em 2008 foi criado um grupo infantil de Kola San Jon, o “kolinha”, que participa no cortejo da festa de Kola San Jon com um navio (transportado por um jovem/criança de cerca de 5 anos) e com koladeiras e seus pares (meninas e meninos com cerca de 5 a 7 anos) (...).

O anexo I do pedido de inventário contempla a identificação do contexto territorial em que a manifestação ocorre tendo sido este um dos assuntos abordados na primeira reunião entre o Departamento de Património Imaterial do IMC e o Moinho da Juventude e onde ficou claro que o pedido de inventário se reportaria obrigatoriamente ao bairro do Alto da Cova da Moura na medida em que é aqui que a prática performativa se reproduz.

A caracterização da manifestação é um dos pontos essenciais deste formulário e é nela que o Moinho da Juventude descreve, aprofundada e exaustivamente, todas as características de que se reveste o Kola San Jon: no que consiste; onde decorre; quem participa; os modos de organização e os quadros referenciais envolvidos, nomeadamente a ligação com o país de origem dos emigrantes, de onde a manifestação “foi trazida”.



Deste primeiro anexo consta igualmente a identificação do contexto e dos modos de transmissão da prática, que comprova que a tradição está ativa na comunidade do bairro do Alto da Cova da Moura e que se constitui como uma importante expressão da dinâmica social desta comunidade<sup>222</sup>.

A transmissão está ativa. A primeira realização do Kola San Jon deu-se em 1984, por iniciativa das pessoas que viriam mais tarde, a partir de 1991 e sob o enquadramento da Associação Moinho da Juventude, a realizá-la todos os anos (com exceção de 1999 e 2001, por impedimentos pessoais de pessoas envolvidas na organização).

(...)

Para muitos cabo-verdianos residentes no Alto da Cova da Moura, o Kola San Jon é uma festa “de sampadjudos”, isto é, de naturais das ilhas cabo-verdianas de Barlavento (Santo Antão, São Vicente e São Nicolau), a quem os cabo-verdianos atribuem hábitos culturais diferentes dos “badios”, cabo-verdianos das ilhas de Sotavento (Santiago).

(...)

O acesso e pertença ao “grupo de Kola San Jon” são, no entanto, abertos.

(...)

A transmissão dos saberes e práticas associados ao Kola San Jon faz-se através da oralidade e, sobretudo, pelo envolvimento prático, através da participação direta nas atividades do “Grupo de Kola San Jon”. Este oferece um contexto propício à aprendizagem pela prática, sendo comum os adultos fazerem-se acompanhar de crianças durante as performances. Este processo é extremamente favorável à transmissão intergeracional.

Deste modo a caracterização da manifestação, dos agentes e dos modos de transmissão tem preponderância, como referido, sobre a sua origem histórica para fins de inventariação pelo que a Origem/historial é um campo subsequente e onde deve ser identificado, sem aprofundamentos excessivos, o percurso histórico – conhecido e comprovado com recursos aos mais variados tipos de fontes – da manifestação. A origem do Kola San Jon é uma questão complexa, como é admitido no texto que consta do pedido e inventário e também como foi referido previamente na contextualização que fizemos da prática. As autoras do texto optaram por fazer remontar o historial à referência, em final do século XIX, ao Kola San Jon feita por Carlos Ferrão, administrador

---

<sup>222</sup> A propósito da questão da transmissão e longe de se pensar no processo de patrimonialização e na formalização das questões da salvaguarda, foi criado, em 2008, o “kolinha”, um grupo infantil de Kola San Jon, dinamizado pelo Jardim de Infância da Associação Cultural Moinho da Juventude que integra crianças de ambos os sexos, entre os 5 e os 7 anos de idade. O “kolinha” participa na festa anual integrando o cortejo com um pequeno navio, adaptado ao porte infantil. O navio, como referido, foi construído na carpintaria da Associação na presença de algumas crianças do Jardim de Infância. O Moinho da Juventude tem o hábito de desenvolver ou estimular ações (de vária índole) dirigidas às crianças, ou que as envolvem, na aprendizagem dos saberes e conhecimentos relacionados com o Kola San Jon. É muito frequente também crianças participarem das reuniões do grupo (filhos, netos ou bisnetos de elementos do grupo).

da ilha de Santo Antão que descreve a festa e a localiza no lugar de Porto dos Carvoeiros (hoje designado por Porto Novo), entre os dias 21 e 24 de junho, designando-a por “Festa de São João Baptista”. O argumento à volta do qual se constituiu o pedido de inventário, nomeadamente a componente científica expressa fundamentalmente nos campos da caracterização, transmissão e origem/historial, bebe em grande parte da investigação desenvolvida por Ana Flávia Miguel no âmbito da sua dissertação de mestrado, bem como de outras referências bibliográficas identificadas neste anexo I do formulário de candidatura.

O separador «Património Associado» encerra este primeiro anexo e nele são identificados os elementos patrimoniais com as quais o Kola San Jon se articula, nas tipologias de Património Cultural (móvel, imóvel e imaterial) e Património Natural com o qual, neste caso, se considerou não existir relação.

Este é um ponto particularmente interessante de analisar pela relação que estabelece com o processo de qualificação da Cova da Moura, do qual já demos conta. Com efeito, a Cova da Moura lida há alguns anos com uma ameaça de demolição em resultado de um processo complexo que remete para a origem do bairro e para a ocupação progressiva de terrenos que conheceu o seu expoente máximo após o 25 de abril de 1974. A Associação Cultural Moinho da Juventude considerou a possibilidade de o pedido de inventariação do Kola San Jon se inscrever na luta que os moradores e as associações locais têm vindo a travar, de forma resiliente, há mais de uma década pela requalificação do bairro e à qual algumas entidades se têm associado, entre as quais, algumas entidades académicas. Vimos como a Faculdade de Arquitectura se associou a esta causa apoiando tecnicamente e como se associou a Universidade de Aveiro, através da participação do INET-md no processo de inventariação. A questão é transposta para o processo claramente em dois momentos, um que consta deste anexo e outro que consta do anexo seguinte do formulário.

A comissão da candidatura considerou contemplar, na seção do «Património Associado», o Bairro da Cova da Moura na categoria de património imóvel associado<sup>223</sup>.

---

<sup>223</sup> O processo contempla ainda, na seção de «Património Associado» os objetos e artefactos que integram a festa e a performance do Kola San Jon na Cova da Moura - navio, tambores, rosários e ramo – os quais foram incorporados na categoria de património móvel associado. A sua relevância como património

A existência e transmissão do Kola San Jon está intimamente associada à origem e vida social do Bairro da Cova da Moura (...). Em 2002 o espectro da demolição da Cova da Moura uniu a população e associações locais numa Comissão de Bairro, na oposição a projectos da Câmara Municipal conducentes à demolição do bairro e sua substituição por outro tipo de urbanização. Esta mobilização deu frutos, conseguindo-se que no bairro da Cova da Moura ocorresse uma das operações piloto desenvolvida no quadro da Resolução do Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005 de 2 de agosto) Iniciativa Bairros Críticos (IBC). No âmbito desta, a qualificação urbanística do Bairro avançaria visando a melhoria do tecido urbano existente e o direito dos moradores a permanecer no local. No entanto, desde Abril de 2012 a participação do IHRU na IBC foi interrompida, reestabelecendo-se a incerteza quanto ao destino da Cova da Moura (...) (MATRIZ PCI/Kola San Jon, 2016).

A questão é retomada no anexo II do pedido de inventário na seção onde constam as ameaças à continuidade/transmissão do Kola San Jon onde se considerou reiterar a questão considerando que a maior ameaça à continuidade do Kola San Jon está *no risco de demolição parcial do bairro em consequência do ainda indefinido processo de qualificação socio-urbanística e legalização do Bairro do Alto da Cova da Moura*.

Neste ponto, o pedido de inventariação traduz assim, implicitamente a ideia de “endangerment sensibility”<sup>224</sup> proposta por Fernando Vidal e Nélia Dias (2016) e que parte precisamente da percepção que há um bem cultural “under threat”, ou seja, ameaçado. Neste caso, a ameaça provém da ideia que é defendida por agentes locais, nomeadamente pela ACMJ, que uma intervenção radical, que envolva demolições em grande escala na Cova da Moura, tende a comprometer a manutenção das socialidades e da vida institucional local, comprometendo também a produção e reprodução do Kola San Jon.

A realização do Kola San Jon na Cova da Moura surge em continuidade com estas dinâmicas. Se, por um lado, o Kola San Jon contribui para a sedimentação da pertença ao lugar, por outro ele é fruto da história muito própria do bairro da Cova da Moura e das dinâmicas que essa história gerou, estando a sua continuidade e transmissão em risco com a desestruturação do tecido urbano em que se insere.

O Kola San Jon liga-se à identidade do bairro também na medida em que a história da Cova da Moura re-situa, dando-lhes novos significados, os valores de partilha e união associados ao Kola enquanto “festa do povo”, ou “festa dos pobres”, facto que perderia

---

móvel associado deu origem a uma doação que a Associação Cultural Moinho da Juventude fez ao Museu Nacional de Etnologia, em 2015, e da qual daremos conta num capítulo subsequente.

<sup>224</sup> «(...) that is, a complex of knowledge, values, affects and interests characterized by a particularly acute perception that some organisms and things are ‘under threat,’ and by a purposeful responsiveness to such a predicament” (Vidal; Dias, 2016: 2).

todo o sentido com a descontextualização da festa e do Grupo de Kola (Pedido de Inv, 2013).

A noção de “endangerment sensibility” pressupõe, como evidenciam os autores e de um modo que se aplica a este contexto, a ideia de que é preciso proteger (neste caso, o bairro) para preservar (o bem cultural) e igualmente o seu contrário, i.e., a ideia de que é preciso preservar o bem cultural para proteger o bairro.

Ana Flávia Miguel (2016), como agente envolvido no processo de patrimonialização, dá conta desta questão considerando indissociável a história da Festa de Kola San Jon, da história do próprio bairro, *intercetam-se e “alimentam-se” mutuamente*. A etnomusicóloga afirma claramente que o Kola San Jon e o bairro têm uma relação de interdependência e que a destruição de um implica o desaparecimento do outro. Foi por esta razão, considera Miguel, «que o bairro da Cova da Moura foi inscrito como património imóvel associado ao Kola San Jon o que significou, também, a garantia da sua preservação e o fim da ameaça de demolição». É curiosa a ideia com que Ana Flávia termina a sua reflexão sobre o processo de patrimonialização do Kola San Jon, considerando-o como uma espécie de *xequete-mate* às instituições, a meu ver, pelo facto de colocar o Moinho da Juventude numa posição privilegiada perante as instituições do Estado, por um lado, da administração local com quem a Associação tem um litígio e uma complexa questão por resolver e, por outro, com a administração central que, conhecendo o enquadramento, não encontrou razões para inviabilizar o processo de patrimonialização.

#### **III.2.4.2. Fundamentação do pedido de inventariação (Anexo II)**

Na qualidade de entidade responsável pela iniciativa para a inventariação do Kola San Jon, a Associação Cultural Moinho da Juventude demonstra a relevância da inventariação da festa de acordo com um conjunto de critérios genéricos de apreciação que discrimina no anexo II do formulário:

- a) A importância do Kola San Jon enquanto reflexo da comunidade/do grupo que se expressa nos sentimentos de pertença que a festa

de Kola San Jon gera entre cabo-verdianos e seus descendentes (portugueses), residentes no Alto da Cova da Moura;

b) Os contextos sociais e culturais da sua produção, reprodução e formas de acesso, designadamente quanto à respetiva representatividade histórica e espacial, que liga entre si a Amadora e o bairro do Alto da Cova da Moura com o arquipélago de Cabo Verde, designadamente, com as ilhas do Barlavento onde se conectam hábitos culturais, questões sociais, ligações pessoais, familiares, institucionais, etc.;

c) A efetiva produção e reprodução da manifestação que é organizada há mais de 20 anos na Cova da Moura;

d) A efetiva transmissão intergeracional os modos em que se processa, nomeadamente no seio familiar, mas também num enquadramento institucional proporcionado pelo Moinho da Juventude ou âmbito de iniciativas, como workshops e outros eventos referidos com o objetivo de promover a transmissão das práticas e saberes associados a este universo cultural;

e) As circunstâncias suscetíveis de constituir perigo ou eventual extinção, parcial ou total, da manifestação que se coloca, por exemplo, perante o risco de existir desestruturação do tecido urbano em que o Kola San Jon se insere e que deriva das questões de qualificação do bairro;

f) As medidas de salvaguarda em relação à continuidade da manifestação do património cultural imaterial no âmbito da qual o Moinho da Juventude assume responsabilidades, nomeadamente no reforço das componentes de pesquisa e construção do conhecimento, bem como da divulgação da prática;

g) O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos, considerando-se que o Kola San Jon se constitui como uma manifestação cultural que não colide com o respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos e onde se reforça o facto da Associação ter recebido, em 2007, o Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República;

h) A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, à qual não é alheio o facto do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Associação Cultural Moinho da Juventude em torno do Kola San Jon, faz integrar um propósito mais abrangente de promoção do desenvolvimento comunitário do Bairro do Alto da Cova da Moura, onde se considera a sustentabilidade como um valor fundamental.

O anexo II do formulário de candidatura retoma a fundamentação da relevância do Kola San Jon na sua relação com demais manifestações de Património Cultural Móvel - nomeadamente o uso dos diferentes artefactos que incorporam a prática (ex.: navio, tambor, rosários) - e Imóvel e a sua ligação intrínseca com a origem e vida social do bairro da Cova da Moura. Contempla também a fundamentação da relevância desta manifestação na sua relação com estudos científicos ou técnicos, expressa na atratividade que o bairro da Cova da Moura tem gerado, ao longo dos anos, entre o meio académico, bem como na relação com programas de informação e divulgação, ou com programas de sensibilização por parte da entidade proponente.

Uma das componentes fundamentais deste anexo II diz respeito à identificação e caracterização de futuras ações de salvaguarda a desenvolver pela entidade ou por entidades parceiras, sendo nesta seção que o proponente se compromete a envidar esforços conducentes à preservação do património imaterial que pretende valorizar e salvaguardar, independentemente de estarmos, ou não, perante manifestações em risco efetivo de desaparecimento.

(...) deve destacar-se que, para além da exigência científica de que se deve revestir a documentação de uma manifestação de PCI, constitui componente fundamental da sua proteção legal, conforme requerido no Anexo II à Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril, a apresentação de um plano ou de medidas de salvaguarda adaptadas à situação presente da manifestação, encontrando-se a entidade responsável pela iniciativa de inventariação vinculada à implementação de tais medidas, de forma autónoma ou em colaboração com outras entidades (Costa, 2013c: 98).

Note-se que o regime jurídico para o património imaterial em Portugal institui dois tipos de registo / inscrição – o «registo de inventariação» e o «registo de salvaguarda urgente» – e qualquer um deles requer a apresentação de medidas de

salvaguarda. Naturalmente, considero que um pedido de inventário inscrito, ou proposto ao registo de salvaguarda urgente, que não é o caso do Kola San Jon, carece necessariamente de um plano de salvaguarda mais ambicioso. Em ambos os casos, a mesma legislação aponta para que qualquer registo - de «inventariação» ou de «salvaguarda urgente» – seja objeto de revisão ordinária em período de 10 anos<sup>225</sup>, o que compromete e, naturalmente, vincula a entidade proponente dado que este procedimento visa dar conta dos efeitos da implementação das medidas de salvaguarda inicialmente propostas<sup>226</sup>.

Tal como temos vindo a demonstrar, grande parte do processo de patrimonialização do Kola San Jon assentou num trabalho colaborativo, com o amplo envolvimento e participação dos detentores do PCI - os elementos do grupo de Kola San Jon que desde o início do processo foram chamados a intervir e a participar. Tal sucedeu igualmente no âmbito da definição do plano de salvaguarda em que o grupo foi auscultado durante a reunião extraordinária que decorreu a 16 de dezembro de 2012 nas instalações do Moinho da Juventude, já na fase final do processo e no momento em que a equipa responsável pela elaboração do dossiê de candidatura se detinha também sobre o assunto.

Para efeitos de salvaguarda do Kola San Jon, a Associação Cultural Moinho da Juventude propôs-se organizar, acolher e dinamizar um conjunto de ações diversificadas que constam do anexo II do pedido de inventário. Apresentando de forma sucinta, propõe a realização de atividades em escolas básicas situadas nas freguesias da Buraca e da Damaia, que integram a realização de workshops orientados por elementos do “grupo de Kola San Jon” ou por académicos (sobre a construção de tambores, a dança e a “toca” de tambor). Propõe também a realização de iniciativas destinadas à exploração do universo visual do Kola San Jon; a realização de atividades com os elementos do “grupo de Kola San Jon” e os habitantes do bairro do Alto da Cova da Moura, por exemplo, a formação de elementos do “grupo de Kola San Jon” em fotografia, no sentido

---

<sup>225</sup> Sem prejuízo de revisão em período inferior sempre que sejam conhecidas alterações relevantes e sendo que qualquer interessado pode solicitar em qualquer altura, a revisão ou a atualização do processo de inventário.

<sup>226</sup> Tal como, eventualmente, apresentar novas propostas e outras medidas para o período subsequente. O objetivo principal continua a ser o de assegurar a “viabilização” e a transmissão intergeracional da manifestação de PCI (Costa, 2013c).

de produzirem os seus próprios registos visuais sobre o Kola San Jon, a integrar futuramente uma exposição itinerante.

No sentido de assegurar a transmissão propõe-se a criação, na carpintaria da ACMJ, de um núcleo de reparação e construção de tambores, envolvendo um elemento mais velho do grupo Kola San Jon e alguns aprendizes. Consta igualmente da proposta, a realização de um documentário de curta duração sobre o Kola San Jon, tendo por base um trabalho de investigação já realizado<sup>227</sup> e propõe-se a publicação de um livro infantil sobre o Kola San Jon, tal como a publicação da dissertação de mestrado, realizada em 2010, na Universidade de Aveiro por Ana Flávia Miguel.

Consta ainda do plano de salvaguarda a proposta de criação de uma base de dados, assente numa plataforma aberta e de fácil acesso pela comunidade, destinada a reunir toda a informação sobre o Kola San Jon<sup>228</sup> e a proposta de criação de um arquivo (aperfeiçoamento do núcleo de documentação sobre o Kola integrado na Biblioteca António Ramos Rosa). Esta última proposta deriva de uma ideia surgida numa fase embrionária do processo, durante as primeiras reuniões de trabalho que decorreram entre meados de dezembro de 2011 e início de janeiro de 2012<sup>229</sup> e onde se considerou, desde logo, a hipótese de criar um Centro de Documentação a partir do espólio documental já existente no Moinho da Juventude. A ideia que chegou a ser discutida na primeira reunião com o DPI/IMC, veio a ser formalizada, não sob a forma de criação de um Centro de Documentação, como previamente sugerido, mas sim sob a forma de «aperfeiçoamento do núcleo de documentação» existente na Biblioteca do bairro<sup>230</sup>.

---

<sup>227</sup> O documentário que consta como medida de salvaguarda desta manifestação foi realizado em 2014 por Alexandra Fernandes. Intitulado “Ligria de nós terra: O Kola San Jon em Portugal e em Cabo Verde” resulta do projeto final do Mestrado em Comunicação Multimédia, no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro e está disponível online no canal Youtube do INET-md Aveiro.

<sup>228</sup> Útil, de acordo com o que consta do pedido de inventário, para a expansão do conhecimento produzido dentro da comunidade principalmente porque a tecnologia permite a construção de um conhecimento participativo. Prevê-se que a base de dados seja acessível também a investigadores e outros interessados no aprofundamento do conhecimento sobre o Kola San Jon.

<sup>229</sup> A 16, 22 e 29 de dezembro de 2011 e 5 de janeiro de 2012.

<sup>230</sup> Foi igualmente motivo de reflexão nas reuniões iniciais, uma proposta de Júlia Carolino de criação de um espaço de tertúlia destinado a debater questões relacionadas com o KSJ que, segundo Godelieve ia ao encontro do espírito do Moinho da Juventude, bem como a proposta de realização de duas sessões abertas ao público em geral com idêntico objetivo. Por motivos que não apurámos, estas duas propostas acabaram por não figurar entre as medidas de salvaguarda elencadas no pedido de inscrição.



Por fim, o plano de salvaguarda do Kola San Jon prevê a organização e realização de uma exposição itinerante, que tome como ponto de partida a informação compilada e trabalhada para a candidatura e que «se constitua como interface de contato, troca de conhecimentos e investigação futura em parceria com outras comunidades de praticantes do Kola San Jon, em Cabo Verde e na diáspora (Holanda, Itália, Estados Unidos da América, entre outros países). Esta atividade está dependente da obtenção de financiamento, para a qual a Associação Cultural Moinho da Juventude elaborará um projeto específico» (Pedido de Inv, 2013).

Este plano de salvaguarda, o qual foi definido e estruturado pelos elementos da comissão responsável pela organização do processo, atribui ao Moinho da Juventude a responsabilidade pela execução de grande parte das medidas propostas, mas atribui igualmente responsabilidades à Universidade de Aveiro que se assume como entidade parceira<sup>231</sup>. Ana Flávia Miguel, acrescenta já em 2016, que o Plano de Salvaguarda foi elaborado de acordo com os recursos financeiros disponíveis e salienta o facto de a administração do património cultural não prever qualquer tipo de apoio financeiro, referindo que tal como sucede noutros países, para a viabilização e concretização dos planos de salvaguarda no que se refere às manifestações de património imaterial inscritas no Inventário Nacional.

Retomamos a ideia que a proposta de inventário do Kola San Jon considerava que uma das maiores ameaças à continuidade do Kola San Jon estava, porventura, no risco de demolição parcial do bairro na sequência do (então) ainda indefinido processo de qualificação socio-urbanística e de legalização da Cova da Moura. Volvidos cinco anos, a incerteza mantém-se quanto ao futuro do bairro na medida em que o processo de resolução não avançou, ainda que tenha tido alguns desenvolvimentos, dos quais daremos conta mais adiante.

---

<sup>231</sup> O papel da Universidade de Aveiro e, em concreto do Instituto de Etnomusicologia, é analisado na primeira parte da dissertação, em capítulo próprio. A participação do INET-md não se resume apenas à participação de Ana Flávia Miguel no processo de patrimonialização do Kola San Jon, como resultado da sua experiência de trabalho na Cova da Moura, mas estende-se a outras experiências de trabalho no âmbito da música que o INET-md tem desenvolvido em torno da realidade do bairro. O papel do INET propaga-se, naturalmente, muito para além da realidade da Cova da Moura e é convocado para esta pesquisa também pelo facto de se ter vindo a revelar, desde 2011, um agente fundamental na condução (ou apoio técnico e científico) a processos de patrimonialização, a nível nacional e internacional.

Em 2012, o Moinho da Juventude e os seus parceiros científicos consideraram que fazia sentido dispor deste mecanismo de salvaguarda - através do qual o Estado português passou a atribuir proteção legal a manifestações de património imaterial mediante inscrição no Inventário Nacional - para efeitos de valorização e proteção legal da cultura, mas também como forma de proteção do bairro em si para a qual inclusive uma das investigadoras estava particularmente sensibilizada:

Eu não parti para isto com uma posição neutra, para mim era uma questão de capital cultural e que isso é um fator importante na luta pelo direito à cidade, pela possibilidade de o bairro continuar a existir aqui (...). O próprio Gestual não tem uma posição neutra relativamente ao processo de qualificação. A posição do Gestual é de que se deve qualificar a partir do construído, a partir do existente. Construir a partir do existente, não demolir. Não quer dizer que não haja coisas que não sejam de deitar abaixo [dada a precariedade], mas em diálogo com as pessoas que lá habitam e informado pelas práticas e perceções das pessoas que habitam nesses lugares. Não temos uma posição neutra em relação a isso (Júlia Carolino, 2016 - entrevista).

Assim, e não obstante considerar-se que existe uma complexa questão urbanística para resolver e não obstante também não ser o principal objetivo da candidatura, segundo alguns agentes envolvidos, o de influenciar o processo de requalificação do bairro mas antes e, fundamentalmente, uma questão de reconhecimento ou *capital cultural*<sup>232</sup>, a questão urbanística foi intencionalmente trazida para o pedido de inventário e surge pela primeira vez mencionada na ata da referida reunião de 16 de dezembro de 2011<sup>233</sup> em que o assunto é transposto para o documento da seguinte forma: «Reconhecemos que este trabalho [de inscrição do KSJ no INPCI] poderá ter influências sobre a qualificação do Bairro». A questão surge numa fase inicial do processo, mas em consequência de um objetivo maior, como referido, o do reconhecimento, como consideram Júlia Carolino e Godelieve Meersschaert

Quando a Cláudia falou sobre esta possibilidade, não nos veio logo à cabeça a questão da qualificação. Que seja claro. Quando iniciámos este processo, não era esse o nosso principal objetivo. O objetivo era o reconhecimento. Era o próprio reconhecimento do Kola San Jon e o respeito por estas pessoas como o Lela, como a Amélia<sup>234</sup>, para quem isto é tão importante. É a vida deles. No início não foi nesse sentido. Só mais tarde (...) falando e procurando as coisas, é que nos começámos a aperceber que isto também

---

<sup>232</sup> Godelieve Meersschaert defende esta posição tal como Júlia Carolino, ambas em entrevista.

<sup>233</sup> Em que Deborah Delgado, Júlia Carolino e Godelieve Meersschaert se juntaram para preparar a primeira reunião entre o Moinho da Juventude e o Departamento de Património Imaterial do IMC que decorreu a 13 de janeiro de 2012.

<sup>234</sup> Amélia, carismática capitã do barco. Faleceu em 2016 e foi sepultada com o seu fato de capitão, tal como tinha pedido que acontecesse.

podia ser útil para a questão da qualificação, mas isso era outra coisa, era a luta pela melhoria do bairro. Percebemos que havia uma ligação, claro que sim, entre aquilo que nós sempre fizemos aqui no Moinho, que é mostrar a cultura que as pessoas têm e que não têm outra forma de a mostrar e a questão do bairro. Naturalmente há uma interligação (Godelieve Meersschaert, 2016 - entrevista).

A questão não se reflete diretamente no plano de salvaguarda que neste caso, ao contrário de outros, não é entendido como contramedida dos riscos e ameaças previamente identificados, mas que assenta fundamentalmente numa perspetiva protecionista, de valorização do Kola San Jon e que, naturalmente, não o faz depender de medidas que contrariem tais riscos e ameaças que decorrem em grande parte do problema urbanístico do bairro que encontra resolução, ou pelo menos, discussão, fora desta circunscrição.

\*

No dia 16 de outubro de 2013 foi publicado em Diário da República o anúncio n.º 323/2013 que procede à inscrição do “Kola San Jon” (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora) no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* apresentado pela Associação Cultural Moinho da Juventude. A publicação toma como referência a decisão favorável da Diretora-Geral do Património Cultural, datada de 30 de setembro de 2013.

A decisão teve por fundamento os seguintes critérios de apreciação:

1. A importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da identidade da comunidade do Bairro do Alto da Cova da Moura (Município da Amadora) em que esta tradição se pratica;
2. A importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial pela sua profundidade histórica, dimensão ritual e ancoragem social na respetiva comunidade;
3. A produção e reprodução efetivas que caracterizam esta manifestação do património cultural na atualidade, devendo ser salientado o papel de mobilização social e de reforço identitário que esta prática cultural desempenha no interior da respetiva comunidade;
4. A efetiva transmissão intergeracional desta manifestação do património cultural imaterial no âmbito da respetiva comunidade do Bairro do Alto da Cova da Moura, devendo ser salientado que na dinâmica da transmissão da

prática assume lugar de crucial importância a própria Associação Cultural Moinho da Juventude, responsável pela iniciativa de proteção legal do “Kola San Jon”;

5. A importância de que se reveste o pedido de inventariação em apreço pelo facto de ter resultado de um processo despoletado pela própria comunidade do Bairro do Alto da Cova da Moura, tendo em vista a salvaguarda da tradição do “Kola San Jon” à escala local, com a participação ativa da própria comunidade;
6. As medidas de salvaguarda e valorização preconizadas pela Associação Cultural Moinho da Juventude para a tradição em apreço, designadamente as de âmbito cultural e científico.

O mesmo anúncio refere que a decisão da Direção-Geral do Património Cultural sobre o pedido de inventariação do “Kola San Jon” (Amadora), teve ainda por fundamento a conformidade do pedido de inventariação com os requisitos definidos pelos dois diplomas que constituem o quadro legal em vigor, bem como a ausência de pareceres contrários à conclusão do procedimento de inventariação - quer em sede da fase de consulta direta, quer em sede da fase de consulta pública. Foi motivo de decisão favorável também o facto de o pedido de inventariação ter resultado da iniciativa da comunidade, dos grupos e dos indivíduos que asseguram a prática e a transmissão do “Kola San Jon” (Amadora), tendo em vista a valorização desta manifestação do património cultural imaterial à escala nacional.

Tal como o procedimento impõe, o pedido de inventário do Kola San Jon passou, nesta data, a estar público e inteiramente acessível através do website de acesso ao *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* - [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt).

Para além de dar conhecimento dos critérios de apreciação e dos fundamentos que estiveram na base da decisão favorável por parte da DGPC, o anúncio publicado em Diário da República salienta a obrigatoriedade, inscrita na lei e aplicável a ambos os tipos de registos («inventariação» e «salvaguarda urgente»), como referido, de se proceder à

revisão ordinária em períodos de dez anos<sup>235</sup> que responde pelo facto do PCI se inscrever em realidades que são dinâmicas e que se encontram em permanente devir. Tal significa que o processo de inventariação do Kola San Jon deve ser revisto daqui por cinco anos, ou seja, encontra-se a meio caminho do limite do período previsto para a “revisão ordinária”<sup>236</sup>. Considerando, como referido, que este procedimento visa dar conta dos efeitos da implementação das medidas de salvaguarda inicialmente propostas – e considerando naturalmente também que o património imaterial traduz realidades em permanente devir – julgo que é possível, nesta data, considerar que não são visíveis significativos avanços na implementação do plano de salvaguarda proposto pelo Moinho da Juventude no âmbito da candidatura do Kola San Jon a PCI, exceção feita à realização do documentário, não obstante a Associação manter uma dinâmica bastante ativa de promoção e divulgação da festa e da própria candidatura, do que daremos conta em capítulo posterior<sup>237</sup>. Destaco que da parte dos agentes responsáveis pela organização do processo tem havido preocupação relativamente à necessidade de avançar e produzir resultados conducentes à implementação das medidas de salvaguarda propostas em 2013 e que implicam responsabilidade da própria Associação e de outras entidades parceiras, entre elas, a Universidade de Aveiro.

O Moinho da Juventude publicou, em 2017, o Relatório<sup>238</sup> do Colóquio *Kola San Jon Cultura Proibida, Património Estimado*, organizado pela Associação Cultural Moinho da Juventude e que decorreu no dia 19 de junho de 2015 no auditório do Museu

---

<sup>235</sup> Tendo como objetivo refletir sobre os efeitos da implementação das medidas de salvaguarda inicialmente propostas e, perante a necessidade de assegurar a transmissão do património imaterial, propor novo conjunto de medidas para o período subsequente. Isto, sem prejuízo de revisão em período inferior aos dez anos, sempre que sejam conhecidas alterações relevantes. Qualquer interessado pode suscitar, a todo o tempo, a revisão ou a atualização do respetivo inventário (Costa, 2013c: 97).

<sup>236</sup> Em conformidade com a legislação em vigor, o pedido de revisão ordinária é apresentado até 180 dias antes do termo do período referido.

<sup>237</sup> O que poderá estar relacionado com a questão que foi levantada por Ana Miguel na sua dissertação de doutoramento e que se traduz no facto de não serem atribuídas verbas por parte do Estado português para implementação dos planos de salvaguarda das manifestações inscritas no INPCI: «o plano de salvaguarda do KSJ representa (...) uma missão voluntária para a preservação de uma prática performativa que, em muitos casos, exige dos seus performers um trabalho extra de angariação de fundos para garantir a manutenção dos eventos promovidos» (Miguel, 2016: 167).

<sup>238</sup> O Relatório do Colóquio *Kola San Jon Cultura Proibida, Património Estimado* resultou numa publicação que foi lançada no dia 12 de junho de 2017 no Auditório da CPLP, em Lisboa. Um segundo lançamento decorreu na Cova da Moura na manhã da festa do Kola San Jon, dia 21 de junho. A publicação beneficiou de um donativo, no valor de 1.916,67€ que Godelieve Meersschaert recebeu de St-Gillis–Waas, sua terra natal na Bélgica, e o qual doou ao Moinho da Juventude para a concretização deste projeto (conforme Godelieve esclareceu na reunião do grupo de Kola San Jon de 19 de fevereiro de 2017, a que assisti).

Nacional de Etnologia. Sobre este Colóquio falaremos mais adiante, contudo, a decisão e conjugação de uma oportunidade para publicação do Relatório não consta do Plano de Salvaguarda – como não constava a organização da iniciativa – sendo que, todavia, ambas teriam enquadramento e sentido nesse contexto.

### III.2.5. Considerações finais

O processo de patrimonialização do Kola San Jon, que se constitui como objeto de estudo nesta pesquisa na medida em que a sua patrimonialização decorre da implementação de políticas públicas para o património imaterial em Portugal, do qual acabámos de dar conta, revela-se singular. Desde logo, o facto de ser a primeira manifestação inscrita no Inventário Nacional do PCI – e à data, a única, de uma comunidade de origem não portuguesa radicada em Portugal, o que causou inicialmente incrédulo no seio da Associação que acolhe o grupo e que se viria a instituir como promotora do processo. Também porque foi a segunda manifestação a integrar o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, quando se estava, de certo modo, numa fase experimental, mesmo quando os agentes - académicos, locais e mesmo, os agentes institucionais - ainda manifestavam algumas incertezas relativamente ao seu *modus operandi*. Recorde-se que a terceira manifestação de património imaterial a integrar o Inventário Nacional só foi inscrita dois anos depois, em 2014, e que o tempo aparentemente excessivo causou-me perplexidade e me levou inclusive a considerar, nessa ocasião (Queiroz, 2014), se tal falta de participação encontraria justificação em fenómenos de falta de agencialidade, em fenómenos de dissonância entre agentes ou mesmo em conceções hegemónicas e de poder que poderiam ter influenciado tomadas de decisão na definição do que era, e não era, património imaterial.

Singular também porque se trata de um processo de patrimonialização que, não obstante ter sido conduzido, necessariamente, com o apoio e mediação do que consideramos serem os parceiros científicos, também entendidos como “agentes objetificadores”<sup>239</sup> (Leal; Oliveira e Silva, 2016: 182), utilizando a linguagem de Richard

---

<sup>239</sup> Utilizamos a expressão “agentes objetificadores” aplicada aos investigadores que ajudaram a conduzir o processo de inscrição do Kola San Jon, em sintonia com a ideia proposta por João Leal e Jaqueline de Oliveira e Silva no artigo publicado em 2015, onde os autores assumem a possibilidade de enquadrar nesta

Handler, é talvez o mais próximo possível da ideia de *bottom-up* que a UNESCO quis implementar com a Convenção de 2003 e que assenta na participação e no envolvimento ativo dos detentores do PCI, *stakeholders*, no processo. Por fim, para além de outorgar questões de etnicidade e de identidade crioula, a patrimonialização do Kola San Jon assume-se também como um processo de resistência liderado pelo Moinho da Juventude, que faz repensar os usos do património e as novas formas consciencializadas da sua apropriação.

Ainda hoje há pessoas que não percebem nada disso do património e candidatura e algumas nem querem saber. As pessoas querem é dançar e tocar. Mesmo aqui no bairro, muita gente não sabe nem percebe (Niche, koladeira, 2017 - entrevista).

A quem verdadeiramente interessa a patrimonialização? Considera Leal que «muitas vezes são os próprios agentes que estão interessados nas vantagens que o “regime patrimonial” (Hafstein 2007: 67) lhes traz» (Leal, 2015: 159). A festa tornou-se num valioso recurso para a comunidade e para os agentes locais que, por seu intermédio, encontram forma de se representar a seu favor. Procura-se, através da salvaguarda de um bem cultural de natureza intangível e a partir do reconhecimento por parte de entidades externas, reclamar e reivindicar a pertença a um lugar e a um património cultural que é edificado – o bairro – e que luta contra a ameaça de demolição e contra o estigma de descontextualização em relação ao meio envolvente. O Kola San Jon constitui-se assim como uma prática ritual e festiva, ou uma *performance cultural*, que cria e fortalece identidades fora da sua circunscrição espaço-temporal que é Cabo Verde, mas que simultaneamente as fixa num tempo e num espaço próprio, do qual é indissociável e que a comunidade insiste em reclamar para si. Neste contexto é interessante desmontar a lógica de atuação do próprio Estado que age rompendo com a visão hierárquica sobre o património e aplicando o princípio da equidade numa perspetiva estritamente patrimonialista, e que convive em simultâneo com lógicas distintas que emanam de outras instâncias do próprio Estado e que têm vindo a admitir,

---

designação precisamente os agentes académicos responsáveis pela inventariação no âmbito destes processos de objetificação/patrimonialização. Na sua interpretação, e julgo que perfeitamente aplicável no caso dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização do Kola San Jon, consideram-se como agentes objetificadores «primeiro por considerar que as práticas cotidianas do grupo são cultura, depois por considerar que a “cultura” é um signo de identidade, autenticidade e tradição» (Leal; Oliveira e Silva, 2016: 182).

ao longo dos anos, várias hipóteses, entre elas, a mais radical, que propõe a demolição (parcial) do bairro da Cova da Moura o que, neste contexto, colocaria em risco a realização do Kola San Jon, como manifestação de património imaterial que se encontra sob proteção legal do Estado português, logo, abrangida por condições especiais que visam assegurar a sua salvaguarda: «Uma vez patrimonializado o Kola San Jon transforma-se na forma mais evidente de defender o bairro e de impedir o seu desaparecimento» (Miguel, 2016: 174). Como considera, é o *xequê-mate* às instituições (idem), ou seja, aparentemente, uma forma de as vencer.

### **III.3. Implicações, consequências e efeitos da patrimonialização**

Cinco anos após a inscrição do Kola San Jon no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* é possível avaliar consequências e efeitos de um processo de patrimonialização cuja singularidade conduz a uma reflexão relevante sobre os novos usos do património na sua relação com a ideia de recurso, não apenas cultural ou turístico, mas também político e ideológico. Se, por um lado, elementos do grupo de Kola San Jon manifestam alguma desilusão perante uma expectativa prévia de que o reconhecimento se iria traduzir em mais valias efetivas para o coletivo no que respeita, por exemplo, ao incremento do número de convites para a participação em eventos culturais, por outro lado, da entidade proponente – Associação Cultural Moinho da Juventude, a leitura dos factos revela uma visão mais otimista perante as implicações e os efeitos desta experiência de patrimonialização na Cova da Moura.

O processo marca uma etapa importante do percurso da entidade que foi promotora da candidatura - poder-se-á vir a confirmar mais tarde, com maior distanciamento, se marca efetivamente um momento histórico da instituição - contudo, não será impróprio admitir, por agora, que as suas implicações ou consequências diretas não são impactantes ou que, pelo menos não geraram, no imediato, alterações estruturais na dinâmica do grupo ou do trabalho desenvolvido pela ACMJ, ainda que algumas ações específicas e bastante relevantes, tenham sido levadas a cabo.

As primeiras reações oficiais ao anúncio formal da inscrição do «Kola San Jon (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora)» no Inventário Nacional do PCI chegaram



de Cabo Verde, logo após a publicação em Diário da República, a 16 de outubro de 2013. Dois dias antes, a Direção do Moinho da Juventude havia-se dirigido, através de email, à então Embaixadora de Cabo Verde em Portugal afirmando que

Recebemos da parte da DGPC a informação que a publicação no Diário da República da Inscrição do “Kola San Jon” (Bairro Alto da Cova da Moura, Amadora) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial será efetuada na próxima semana. Recebemos a notificação de Decisão sobre o Pedido assinada pela Diretora-Geral da Direção Geral do Património Cultural, Dra. Isabel Cordeiro. Neste sentido pretendemos planear em conjunto com a Embaixada os festejos e os agradecimentos a Júlia Carolino, antropóloga e a Ana Flávia Miguel, etnomusicóloga pelo ótimo trabalho desenvolvido (email de 14.10.2013).

Tendo demonstrado acompanhamento do processo durante o período de apreciação da candidatura inclusive divulgando, como referido, a fase de consulta pública, a Embaixada de Cabo Verde em Portugal fez divulgação imediata da confirmação da inscrição e da sua publicação em Diário da República. Alguns dias depois, a 25 de outubro de 2013, a Embaixadora manifestou-se através de carta enviada à Direção do Moinho da Juventude na qual felicita a Associação e o grupo de KSJ «por todo o trabalho desenvolvido em prol do reconhecimento público do “Kolá San Jon” como Património Imaterial da Cultura». Considera Madalena Neves que esta inscrição se reveste de grande importância para toda a comunidade cabo-verdiana enfatizando o seu contributo para a preservação da identidade cultural e manutenção dos laços que unem os cabo-verdianos da diáspora ao seu arquipélago e enfatizando igualmente a importância da transmissão de tais valores culturais às gerações mais jovens perpetuando assim a continuidade das práticas.

Em novembro seguinte o Presidente da República de Cabo Verde manifesta-se igualmente sobre o assunto através de comunicado na página oficial da rede social Facebook.

Perante a notícia divulgada pelos órgãos de comunicação social locais de que, de acordo com o anúncio n.º 323/2013 do Diário da República portuguesa, o Kola San Jon, manifestação do património cultural imaterial cabo-verdiano, pela sua profundidade histórica, dimensão ritual e ancoragem social na respectiva comunidade, foi integrado no Inventário do Património Cultural Imaterial de Portugal, venho, enquanto Presidente da República e cidadão cabo-verdiano, em meu nome pessoal, e no do Povo de Cabo Verde, no país e na Diáspora, expressar a minha profunda satisfação por tamanha distinção conseguida a favor desta expressão cultural que tem desempenhado, no seio da nossa comunidade na Diáspora, em particular a comunidade residente em Cova da Moura, Portugal, um papel primordial de mobilização social e de reforço identitário da

mesma (excerto do comunicado Presidência da República de Cabo Verde, Facebook 17.11.2013).

Jorge Carlos Fonseca demonstra regozijo por esta inscrição expressando a sua satisfação pessoal e o seu reconhecimento enquanto representante dos cabo-verdianos. Na sua mensagem de felicitação, a mais alta figura do Estado de Cabo Verde distingue os agentes envolvidos felicitando, em primeiro lugar, as duas investigadoras responsáveis pela componente científica do dossiê de candidatura – a antropóloga Júlia Carolino e a etnomusicóloga Ana Flávia Miguel – considerando que «garantiram a excelência da fundamentação científica da candidatura». O Presidente da República expressa igualmente o seu agradecimento a Godelieve Meersschaert, fundadora e ex-membro da Direção da Associação Cultural Moinho da Juventude, felicitando, por seu intermédio, todos os associados e colaboradores desta instituição destacando o trabalho desenvolvido em prol da preservação e divulgação da cultura de origem dos moradores daquele que considera ser o “emblemático” bairro da Cova da Moura.

O Presidente da República de Cabo Verde termina o comunicado manifestando a sua disponibilidade para garantir o patrocínio institucional na obtenção do reconhecimento do Kola San Jon como Património Cultural de Cabo Verde e, de certo modo, acusando a receção de uma mensagem institucional veiculada pelo Moinho da Juventude logo após a inscrição no INPCI, mostra-se igualmente disponível para apoiar uma futura candidatura desta expressão cultural a Património Imaterial da Humanidade.

### **III.3.1. Proposta de candidatura multinacional do KSJ à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO***

States Parties are encouraged to jointly submit multi-national nominations to the List of Intangible Cultural Heritage in Need of Urgent Safeguarding and the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity when an element is found on the territory of more than one State Party (Operational Directives for the Implementation of the *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* Adopted by the General Assembly of the States Parties, Paris, 30 May to 1 June 2016).

Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde, manifestou-se publicamente acerca do assunto que foi despoletado pelo Moinho da Juventude no dia

em foi publicada em Diário da República a inscrição do «Kola San Jon (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora)» no INPCI. Ao comunicá-lo à agência Lusa, a representante da instituição mostrou que a Associação se dispunha a estimular uma candidatura de carácter multinacional desta expressão cultural a Património Imaterial da UNESCO

(...) a associação e os moradores vão pedir aos governos português e cabo-verdiano que promovam junto da UNESCO (...) a classificação do Kola San Jon como Património Cultural da Humanidade (comunicado ACMJ 16.10.2013).

A proposta que prevê que Portugal e Cabo Verde se possam unir numa candidatura conjunta à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* instituída no âmbito da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, da UNESCO, foi pela primeira vez formalizada neste comunicado e, desde então, tem sido abordada nas mais diversas ocasiões, públicas e privadas, e sempre que dirigentes da Associação se encontram com representantes das entidades oficiais cabo-verdianas.

Na resposta oficial ao comunicado da Presidência da República de Cabo Verde<sup>240</sup>, Isabel Monteiro, Coordenadora da Direção da ACMJ, manifestou claramente a intenção de estimular esta candidatura, argumentando que um importante passo foi alcançado com a integração desta prática no Inventário Nacional do PCI, em Portugal.

A nossa ideia, neste momento, é levarmos esta dignificação mais além, a um patamar internacional. Pensamos que não é impossível conseguirmos um reconhecimento, pela UNESCO, do Kola San Jon como Património Cultural e Imaterial da Humanidade. O primeiro passo está dado que diz respeito, precisamente, ao cumprimento da obrigação que estipula que a manifestação de património cultural imaterial candidata à Lista da UNESCO deva estar previamente inscrita num Inventário Nacional. Ora, o Kola San Jon já integra o Inventário Nacional em Portugal (Carta ACMJ – PRCV\_18.03.14).

O argumento de que um importante passo foi dado com a inscrição do Kola San Jon no INPCI, corporiza uma conceção veiculada por parte dos agentes representantes da administração central do património que tutela as políticas patrimoniais para o PCI que não sendo o seu objetivo a preparação de candidaturas à UNESCO, o Inventário

---

<sup>240</sup> A mensagem de felicitação do Presidente da República de Cabo Verde, datada de 17 de novembro de 2013, só chegou ao conhecimento do Moinho da Juventude em fevereiro de 2014 quando iniciei o trabalho de terreno na Cova da Moura e comecei por realizar algum trabalho de pesquisa prévio recolhendo informação nas mais variadas fontes, inclusive, nas redes sociais. Foi, efetivamente, uma surpresa para os dirigentes da Associação e para os elementos do grupo de Kola San Jon que desconheciam esse gesto de felicitação do Chefe de Estado de Cabo Verde. Por esse motivo a resposta do Moinho da Juventude data de 18 de março de 2014.

Nacional pode ser encarado como um mecanismo de qualificação e validação prévia de processos de salvaguarda de património imaterial de que possam vir a resultar efetivas propostas de candidatura a nível internacional (COSTA, 2013: 112). Acresce o facto de, como vimos, a atual legislação em vigor definir a obrigatoriedade de inscrição no INPCI de qualquer manifestação candidata às listas instituídas pela Convenção da UNESCO de 2003 o que, na perspetiva da própria Comissão Nacional

torna o processo mais complicado a nível dos promotores, mas para nós [CNU] facilita bastante. Restringimos muito o que é candidatável à UNESCO e, portanto, quando um promotor contacta a Comissão Nacional com uma proposta, remetemos imediatamente para a Direção Geral do Património e para a inscrição no Inventário Nacional do Património Imaterial” (Clara Cabral, 2015 - entrevista).

Da parte das entidades oficiais cabo-verdianas, o assunto não voltou a merecer outro comentário, público ou privado, a não ser no início de abril de 2015, quando o Presidente da República se deslocou a Portugal em visita de Estado e se reuniu com elementos da Direção do Moinho da Juventude. Por essa ocasião lamentou ter sabido da inscrição do Kola San Jon no INPCI pela comunicação social e demonstrou, pessoalmente, o seu apoio a uma candidatura à UNESCO.

A ex-Embaixadora de Cabo Verde em Portugal<sup>241</sup> foi manifestando ocasionalmente a disponibilidade para apoiar o Moinho da Juventude e o grupo de Kola San Jon. Tinha-lo feito ainda em 2013, na comemoração do 29º aniversário da Associação, a 1 de novembro - poucos dias após a publicação da inscrição em Diário da República, onde prometeu facilitar os contactos com grupos de Kola San Jon dispersos pela diáspora (o que não sucedeu durante a vigência do seu mandato). Na mesma ocasião assumiu igualmente o compromisso de estabelecer a mediação com o próprio governo cabo-verdiano, na mesma linha do discurso que proferiu, já em 2015, na sessão de abertura do Colóquio «Kola San Jon Cultura Proibida, Património Estimado», do qual se falarei adiante.

Cumprindo o desígnio anunciado por ocasião da inscrição no Inventário Nacional, a Direção da Associação Moinho da Juventude manifestou-se acerca desta matéria em

---

<sup>241</sup> Madalena Neves foi Embaixadora de Cabo Verde em Portugal entre 2012 e agosto de 2016. No dia 25 de outubro desse ano foi empossado Eurico Monteiro como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde em Portugal.

diversas ocasiões sempre que possível junto das representações diplomáticas de Cabo Verde, justificando a pertinência da candidatura e apelando para as mais valias e benefícios que possam advir para as comunidades envolvidas. Numa carta dirigida ao então Ministro da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio<sup>242</sup>, a coordenadora do Moinho da Juventude declara que

A Associação Cultural Moinho da Juventude tem vindo a defender a importância de uma candidatura conjunta, entre Cabo Verde e Portugal, do Kola San Jon à Lista Representativa da UNESCO que, podendo vir a ser concretizada, vem atribuir significação e universalidade a uma prática que por si só já estabelece pontes internacionais entre comunidades, grupos e indivíduos deslocalizados geograficamente, mas agregados em torno de valores e expressões que vão reproduzindo e transmitindo geração após geração, quer no próprio arquipélago quer, além-fronteiras (carta ACMJ – MCCV\_06.14).

Um dos argumentos a favor da candidatura multinacional a Património Imaterial da Humanidade é precisamente tratar-se de um património que, pese embora, a sua fragilidade e as suas condicionantes, promove o diálogo intercultural, como preconizado pela UNESCO e expresso no texto da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*

Artigo 16.º

**Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade**

1 - In order to ensure better visibility of the intangible cultural heritage and awareness of its significance, and to encourage dialogue which respects cultural diversity, the Committee, upon the proposal of the States Parties concerned, shall establish, keep up to date and publish a Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity (*Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, UNESCO, 2003).

Por trás do conceito de “universalidade” empregue pelos defensores desta candidatura para justificar a ousadia do intento, subjaz a ideia de que a *cultura* promove o diálogo e estabelece uma relação entre países, as suas «comunidades, grupos e indivíduos» que, independentemente da condição geográfica, produzem, reproduzem e transmitem práticas sociais e culturais fundadas em valores e sentimentos de pertença e identidade, a partir de matrizes comuns que justificam a apresentação de candidaturas multinacionais às Listas instituídas pela referida Convenção da UNESCO.

---

<sup>242</sup> O escritor e músico cabo-verdiano Mário Lúcio foi Ministro da Cultura de Cabo Verde entre 2011 e 2016. Denise Barros (2013) dá conta que a política cultural traçada pelo ex-ministro assumiu a cultura como um eixo estratégico para o desenvolvimento, ou seja, como geradora de riquezas.

Na perspetiva que a candidatura tenderá a ganhar maior relevância e credibilidade junto da sociedade civil e das instituições se apoiada por agentes externos, o Moinho da Juventude reforçou a sua argumentação na carta enviada ao então Ministro da Cultura, identificando um conjunto de entidades de proximidade com as quais mantém relações institucionais amplamente favorecidas pela atração que a Cova da Moura tem exercido, ao longos dos anos e pelos mais variados motivos, entre o meio académico e cultural, e da qual tem resultado o desenvolvimento dos mais variados projetos, estudos e experiências locais que engrossam o capital de conhecimento em torno do bairro e das suas múltiplas perspetivas de análise

Outros agentes locais estão igualmente envolvidos neste objectivo comum de promover o estudo, a valorização e dignificação de culturas de origem não-portuguesa residentes em Portugal, desde agentes da administração central, universidades, centros de investigação, associações locais bem, como diversos investigadores que têm vindo a desenvolver o seu trabalho sobre as dinâmicas da emigração cabo-verdiana em Portugal, concretamente no Bairro do Alto da Cova da Moura (carta ACMJ – MCCV\_06.14).

Na realidade, o Moinho da Juventude tem-se esforçado por promover a ideia de uma candidatura conjunta à UNESCO junto das entidades oficiais cabo-verdianas, contudo, há uma questão que se impõe: e relativamente a Portugal? Para além da tentativa de envolvimento de agentes culturais e académicos, terá havido ampla discussão do assunto que permita aferir se o país está disponível para acolher uma candidatura à UNESCO, de uma manifestação não representativa da *cultura popular portuguesa*? É preciso ter em conta que qualquer candidatura às listas instituídas pela Convenção da UNESCO é depositada pelo próprio país, como afirma Clara Cabral

é o Ministério dos Negócios Estrangeiros quem formalmente apresenta a candidatura (Clara Cabral, 2015 - entrevista).

Note-se que a Cova da Moura está confrontada com um problema fundiário por resolver e que essa questão opõe os moradores do bairro e as instituições locais à Câmara Municipal, um órgão local do Estado português que será obrigatoriamente proponente da candidatura, como os procedimentos legais estipulam que seja. O assunto traz complexidade e se no processo de patrimonialização à escala nacional não foi um entrave, é preciso perceber os seus eventuais limites à escala internacional. Acresce ainda outra questão que, a meu ver, deve ser ponderada: a UNESCO é, *grosso*

*modo*, uma organização internacional reconhecida por promover a paz mundial. Assim e não sendo, contudo, uma ameaça à manutenção da paz nacional, a questão não deixa de envolver um conflito que se arrasta há alguns anos e não estando resolvido pode condicionar, parece-me, a apreciação da candidatura por parte desde logo, da própria Comissão Nacional da UNESCO e depois, naturalmente do júri internacional.

Até à data sem projeto, sem candidatura e sem apoio formal, o trabalho tem sido, sobretudo, de sensibilização e mobilização, quer junto das entidades políticas e oficiais, quer junto das entidades académicas e culturais (implicadas na salvaguarda desta expressão cultural, em particular, e do património cultural - e imaterial - em geral) mas também junto da sociedade civil, portuguesa e cabo-verdiana. Neste aspeto, a Associação Cultural Moinho da Juventude tem-se mostrado ativa utilizando, entre outros canais de divulgação e promoção, as próprias deslocações do grupo para promover a patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura e as propostas associadas, nomeadamente a candidatura à UNESCO.

#### **Participação da ACMJ no desfile de comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril**

A primeira apresentação pública do Kola San Jon que acompanhei decorreu no dia 25 de abril de 2014 por ocasião da participação inédita do grupo<sup>243</sup> no desfile comemorativo do 40º aniversário da “Revolução dos Cravos” que teve lugar, como habitualmente, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Entre o Marquês de Pombal e o Rossio desfilaram centenas de pessoas agregadas em torno das mais variadas estruturas e filiações – associações, coletividades, movimentos, partidos políticos, estruturas sindicais, etc., fazendo-se acompanhar de faixas, bandeiras e estandartes, distribuindo *flyers* e entoando, como habitual, palavras de ordem no contexto do que consideram

---

<sup>243</sup> Sendo uma experiência inédita para o grupo do Kola San Jon não foi inédita, efetivamente para o Moinho da Juventude que, em 2006, se fez representar no evento pelas batucadeiras do Finka Pé integrando o grupo da Marcha Mundial das Mulheres – movimento feminista internacional nascido no ano 2000 a favor da luta contra a pobreza e violência e afirmando o direito à igualdade e à auto-determinação das mulheres. A Marcha é realizada de cinco em cinco anos em cada Continente (mais recentemente esteve em Lisboa, entre 15 e 17 de outubro de 2015, tendo passado pela Cova da Moura). Os relatos de quem presenciou esta participação indicam que no final do desfile, um concerto improvisado pelas batucadeiras, no Rossio, juntou, em seu redor, uma multidão de curiosos, tal como presenciei no mesmo local em junho de 2014 e 2015 com a presença do grupo de Kola San Jon por ocasião da sua participação na noite de S. António, em Lisboa.

ser os valores e as “aspirações de abril”. Mais do que a participação das tradicionais forças políticas e sindicais cujas figuras, mais conhecidas e aplaudidas, lideram o desfile, a participação das associações e das coletividades é menos divulgada pelos *media* mas permite-lhes beneficiar da exposição pública favorecida pela presença de milhares de pessoas que assistem à passagem do cortejo<sup>244</sup>.

A participação do Moinho da Juventude no desfile do 40º aniversário da Revolução foi proposta e aprovada em reunião de Direção e comunicada, posteriormente, aos elementos dos dois grupos culturais, o Kola San Jon e o grupo de batuque Finka Pé, numa das reuniões quinzenais. Esta participação, que me parece que pode não ser alheia ao facto, como refere Júlia Carolino, de a Associação manter diálogo com activistas de esquerda (Carolino, no prelo), foi fundamentada com base num pressuposto ideológico, transmitido, no caso do grupo de Kola San Jon<sup>245</sup>, por Godelieve Meersschaert, na reunião de 09 de fevereiro, na qual apresentou o plano de atividades para 2014<sup>246</sup>. No seu entender, esta participação resultou de um ato simbólico da comunidade da Cova da Moura - nomeadamente a que esta mais próxima do Moinho da Juventude e que é dinamizada no seio das suas estruturas associativas, a favor da liberdade conquistada com o 25 de Abril de 1974 e no que lhes diz respeito, celebrando a independência e o fim do domínio colonial durante o qual estas manifestações foram proibidas em Cabo Verde. O ato simbólico, de marchar para comemorar a liberdade e a revolução, que conduziu também à independência de Cabo Verde, foi bem aceite entre os elementos do grupo de Kola San Jon que nessa reunião demonstraram regozijo pelo que foi herdado desse momento histórico, entre outras conquistas, a emergência de

---

<sup>244</sup> As autoridades estimaram a presença de cerca de 50 mil pessoas no desfile de 2014.

<sup>245</sup> Sendo que não acompanho o grupo de Batuque Finka Pé desconheço em que momento e como o grupo foi informado da participação no desfile da Avenida da Liberdade, no âmbito da comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril.

<sup>246</sup> O grupo de Kola San Jon reúne-se, habitualmente, nas instalações do Moinho da Juventude a partir do princípio de cada ano (entre janeiro e fevereiro) com o principal objetivo de iniciar os preparativos a sua festa de junho. As reuniões decorrem ao fim de semana e, por norma, com uma periodicidade quinzenal. Na primeira reunião o grupo é informado do plano de atividades, consoante os convites e os eventos previstos, o que não invalida que surjam novos convites ao longo do ano. A estas reuniões quinzenais assiste um grupo mais ou menos variável de pessoas – entre as 10 e as 20 -, habitualmente os elementos mais velhos; dos mais novos são, maioritariamente, mulheres. As decisões quando tomadas no coletivo, representam os elementos do grupo que no dia da tomada de decisão se encontram presentes na reunião. Por norma, os elementos do grupo não são consultados quando não estão presentes, a não ser em casos excecionais. Durante o segundo semestre do ano as reuniões abrandam e só acontecem de forma pontual e justificável. Este assunto será desenvolvido no capítulo da dissertação que dará conta da apresentação do grupo de Kola San Jon no seu enquadramento no seio da instituição Moinho da Juventude.



uma identidade nacional e, consequentemente, a valorização das tradições e das práticas culturais cabo-verdianas que a partir de então puderam também viajar com os indivíduos, com a abertura do país à emigração.

Subscrevendo o apelo reivindicativo comum nestas ocasiões, os manifestantes, dos mais “ilustres” aos mais anónimos, revelam através de símbolos que envergam e/ou transportam, convicções políticas ou ideológicas, como a utilização de uma determinada cor na sua indumentária, *t-shirts* e bonés com o patrocínio de algum partido político ou estrutura sindical e, a flor, símbolo da revolução, que a maioria não dispensa. Ora, a participação da ACMJ no evento contemplou outras preocupações que não revelar símbolos ou tendências políticas, mas sim, sobretudo, ideológicas e promocionais tenho ganho destaque, entre o agrupamento do Moinho da Juventude (que incluiu, para além de elementos dos dois grupos culturais, alguns familiares e amigos e outros elementos da Associação), o fenómeno da recente patrimonialização do Kola San Jon, deliberadamente assumido pela Direção da Associação quando programou na reunião ocorrida uma semana antes do desfile, a realização de duas faixas de grandes proporções, com os slogans<sup>247</sup>

e “As crianças são a flor da revolução por isso apostamos na educação<sup>248</sup>

“Kola San Jon \* Batuque. 40 anos de liberdade. Kola San Jon Património Cultural Imaterial”



<sup>247</sup> Os slogans foram propostos em reunião de Direção do Moinho da Juventude e aprovados, sem contestação, pelos elementos do grupo de Kola San Jon. A conceção das faixas com que o grupo liderou o desfile foi da responsabilidade de dois colaboradores do Moinho, Patrícia Pelotte (educadora de infância da instituição) e Jakilson que as realizaram poucos dias antes do evento.

<sup>248</sup> A frase foi inspirada na citação de Amílcar Cabral “As crianças são flores da revolução, a razão da nossa luta”.

**Figura 22** - Participação da ACMJ no desfile de comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril, em 2014. Descida da Avenida da Liberdade. Fotografia de Carla Queiroz.

De igual modo, a ação promocional estendeu-se à distribuição de folhetos pela assistência durante o percurso, estratégia também habitual entre os outros participantes, por exemplo, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) que, nesse ano integrou igualmente o cortejo e distribuiu, ao longo do desfile, centenas de exemplares do mais recente número do boletim "Notícias da Paz". Na reunião em que foi comunicado ao grupo de Kola San Jon que iriam ser distribuídos cerca de 2000 *flyers* pela assistência foi igualmente comunicado que a sua conceção ficaria a cargo da equipa do projeto Skopeofonia na sequência da disponibilidade demonstrada na reunião de apresentação<sup>249</sup>.

Os Festejos do Kola San Jon na Cova da Moura são uma afirmação da nossa identidade e fortalecem a nossa luta pela requalificação do bairro (in flyer *40 anos 25 de abril*\_2014).

Apesar da delegação do Moinho da Juventude ser composta por outros elementos, inclusive, as batucadeiras do Finka Pé, os folhetos distribuídos ao longo da Avenida da Liberdade remetiam apenas para o Kola San Jon e destacavam a sua recente patrimonialização. Numa das faces do folheto, em formato A5, pode ver-se a ilustração de um navio, um dos símbolos da festa, com o título "40 anos 25 de abril". Na outra face, em destaque "Kola San Jon Património Cultural Imaterial de Portugal" e um convite à participação na festa, acompanhado de um pequeno texto que remete para a história da festa, para os seus elementos e especificidades. O texto termina com a frase citada, que deliberadamente associa o Kola San Jon à luta pela requalificação do bairro, e destaca a referência ao anúncio da inscrição no INPCI publicado no Diário da República de 16.10.2013. O Moinho da Juventude encetou assim, mais uma ação de promoção da

---

<sup>249</sup> O projeto Skopeofonia, coordenado pelo pólo de Aveiro do INET-md, arrancou formalmente no dia 6 de janeiro de 2014. Financiada pela FCT, resulta de uma parceria entre o próprio INET-md (Aveiro), a Associação Cultural Moinho da Juventude e o Grupo Musicultura sediado no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, e teve como objetivo "pesquisar, analisar, registar e divulgar as práticas musicais do bairro do Alto da Cova da Moura". A sua grande originalidade é que contou com um total de 14 investigadores dos quais 5 são moradores no bairro. Três desses investigadores - Celso Lopes, Ricardo Cabral e Fredson Sanches - apresentaram-se pela primeira vez ao grupo de Kola San Jon na mesma reunião em que também participei pela primeira vez (22.02.2014). Nesse dia os elementos do Skopeofonia manifestaram total disponibilidade para colaborar com o grupo nas suas iniciativas.

festa e da sua patrimonialização, ao mesmo tempo que promoveu a sensibilização da opinião pública, para as questões prementes do processo de requalificação do bairro.

Importa ainda destacar, desta participação na Avenida da Liberdade que, para além dos *flyers* e da referência à recente patrimonialização numa das faixas, foi igualmente visível na indumentária que envergavam apenas os elementos do grupo de KSJ, tamboreiros e koladeiras. Pela primeira vez foram usadas *t-shirts* alusivas, com o slogan «Património Cultural Imaterial».



**Figura 23** - Participação da ACMJ no desfile de comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril, em 2014. Pormenor da *t-shirt* aludindo ao Património Cultural Imaterial. Fotografia de Carla Queiroz.

Na primeira reunião do ano (2014) foram distribuídas algumas tarefas sendo que ficou decidido que Niche ficaria responsável pela verificação e aquisição do vestuário a usar. Sr. Teodoro, chefe dos tamboreiros, ficaria responsável pela verificação do estado dos tambores (que há algum tempo não eram utilizados) e também por efetuar os contactos telefónicos com elementos que não participam habitualmente nas reuniões, comunicando o plano para 2014. Ficou igualmente decidido que o sr. Jacinto seria contactado para efetuar a manutenção dos barcos (que tal como outros elementos da festa, os tambores, por exemplo, se encontram nas instalações do Moinho sempre que não estão a uso) e que um grupo de mulheres ficaria responsável pela execução dos rosários a partir do dia 21 de abril. Jon ficou responsável pela orientação dos

tamboreiros e koladeiras na Avenida da Liberdade, tarefa que cumpriu responsabilmente<sup>250</sup>.

Nesta primeira reunião de 2014 outros assuntos foram debatidos, nomeadamente o assunto principal, o início dos preparativos para a organização da festa, ficando decidido que nesse ano teria lugar a 21 de junho. No âmbito da distribuição de tarefas foi atribuída a coordenação geral da festa a Osvaldina e Filó - koladeiras do grupo que não se encontravam presentes na reunião e que, quando informadas, se mostraram reticentes<sup>251</sup>. O apoio à coordenação seria efetuado por duas “técnicas académicas” do Moinho da Juventude, com a colaboração de Francisco Cuberos, antropólogo de nacionalidade espanhola que então realizava trabalho de campo na Cova da Moura no âmbito do pós-doutoramento<sup>252</sup>. A manifestação de disponibilidade deste investigador para apoiar e colaborar na realização de atividades do Moinho da Juventude não difere na forma como outros investigadores o têm feito, como a própria Ana Flávia Miguel, tal como Júlia Carolino (que veio, inclusive, a integrar temporariamente a Direção da Associação, em 2016); os investigadores do grupo Skopeofonia, que colaboraram não apenas na execução dos *flyers*, mas também na conceção do cartaz de divulgação e na própria organização logística da festa, nesse ano e no ano seguinte, entre outras ações nas quais se mostraram cooperantes; ou, no meu caso, que vim a estabelecer uma relação de reciprocidade com o Moinho da Juventude, colaborando em algumas ações pontuais.

Por ocasião da realização da festa, em 2014, a primeira após a inscrição no INPCI, foi-me solicitado o apoio técnico para a conceção de uma pequena brochura intitulada *Kola San Jon e o Património Cultural Imaterial da Humanidade*. Aceitei colaborar na conceção desse documento, na medida em que aceitei igualmente participar, como oradora, numa conferência realizada no dia 21 de junho desse ano na Cova da Moura onde fui convidada a falar sobre Património Cultural Imaterial e as suas especificidades no âmbito de uma reflexão mais alargada, que reuniu outros investigadores, em torno

---

<sup>250</sup> Infelizmente, Jon viria a falecer três dias depois, vítima de um atropelamento ferroviário, o que causou uma enorme sensação de dor entre os membros do grupo que lhes prestaram diversas homenagens, inclusive, no funeral que fizeram questão acompanhar ao som dos tambores do Kola.

<sup>251</sup> Filó acabaria por não aceitar o convite para a coordenação da festa nesse ano.

<sup>252</sup> Francisco Cuberos trabalhou sobre emigração cabo-verdiana e associativismo na periferia de Lisboa, no âmbito do seu pós-doutoramento em Antropologia.

da recente inscrição no Inventário Nacional e a possibilidade de uma candidatura conjunta à UNESCO. A brochura, para a qual dei o meu contributo, foi aprovada coletivamente em reunião de Kola San Jon, contudo, não chegou a ser distribuída, por uma questão de precaução face à não oficialização de apoio por parte de Cabo Verde na candidatura à UNESCO. Note-se que nessa brochura, tal como foi solicitado, se enquadrava genericamente o conceito de património cultural imaterial da UNESCO, no âmbito da Convenção de 2003, a instituição das listas pela mesma Convenção, bem como a constituição de inventários nacionais nos termos do Art.º 12.º do tratado internacional e a referência à implementação pelo Estado português do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, em 2011, no qual o Kola San Jon figura como a segunda manifestação de PCI a ser objeto de proteção legal beneficiando do facto do regime jurídico para o PCI em Portugal prever que «no Inventário Nacional possam ser objeto de proteção legal não apenas as expressões de PCI de comunidades que permanecem inscritos nos territórios que lhes deram origem (...), mas também as expressões imateriais de comunidades deslocados do seu território de origem, i.e., das comunidades de origem não portuguesa radicadas em Portugal» (Costa 2013c: 108).

### **Participação do Kola San Jon nas Marchas Populares de Lisboa**

A origem não portuguesa desta prática ocasionou, em 2015, o convite para participação na 83ª edição das Marchas Populares de Lisboa, a título representativo e não competitivo. Desde a primeira reunião a que assisti, ainda em 2014, que o assunto da participação nas Marchas de Lisboa vinha sendo referido. No início do ano foi comunicado ao grupo de Kola San Jon essa possibilidade, na mesma ocasião em que foi comunicada a participação no desfile do 40º aniversário do 25 de Abril, sendo que neste último caso a participação estava confirmada e no primeiro, sujeita a confirmação por parte da Câmara Municipal de Lisboa, através da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa, responsável pela organização do evento.

Isabel Monteiro, Coordenadora da Associação justificou esta pretensão do Moinho da Juventude no email que dirigiu EGEAC e no qual destaca a patrimonialização

O grupo do Kola San Jon da Associação Cultural Moinho da Juventude participa há 10 anos nas Festas de Lisboa no dia 12 de Junho de forma informal, desfilando pelo Rossio,

Rua Augusta, Alfama, Mouraria, finalizando nos últimos anos na Associação “Renovar a Mouraria”. No dia 16/10/2013, foi publicado no Diário da República a inscrição do Kola San Jon da Cova da Moura no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (ver anexo). Gostaríamos de festejar este facto através duma participação “oficial” nas Marchas de Lisboa no dia 12 de Junho de 2014. Estamos ao seu dispor para quaisquer esclarecimentos adicional bem como para discutir a forma de participação nas Festas de Lisboa de 2014.

O email, datado de 12 de fevereiro de 2014 revela a ação do Moinho da Juventude perante a recente patrimonialização e o empoderamento que o fenómeno gerou entre os dirigentes associativos como um novo recurso a explorar no âmbito de uma estratégia mais ampla de promoção e afirmação da *cultura* cabo-verdiana na qual a instituição se tem empenhado e que traduz, de certo modo, uma ação *top down* sobre as comunidades para as quais se dirigem. E que comunidades? É uma questão que se coloca perante um cenário de multiculturalidade como aquele que é reconhecido na Cova da Moura.

Com efeito, o Moinho da Juventude nasceu nos anos 80, fruto da mobilização dos moradores do Alto da Cova da Moura que encetaram uma luta pela melhoria das condições de vida locais. Sendo uma Associação Cultural<sup>253</sup> que emprega cerca de cem funcionários e que desenvolve atuação em diversas áreas, o Moinho da Juventude tem ação e/ou interage com um conjunto alargado de pessoas, que não sendo objetivamente possível quantificar, é possível estimar através de uma leitura de dados que remetem para o usufruto das estruturas e equipamentos de apoio por parte dos moradores do bairro<sup>254</sup>. A estes dados acresce a participação dos moradores nos grupos culturais, uma das facetas mais importantes do trabalho desenvolvido pela instituição: no caso do batuque cerca de vinte mulheres<sup>255</sup> e no caso Kola San Jon cerca de quarenta elementos, entre homens e mulheres, ao que se acrescenta os *rappers* que usufruem

---

<sup>253</sup> Reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (desde 1989), Centro de Formação (desde 1998) e Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (desde 2010).

<sup>254</sup> De acordo com dados de 2014 da Junta de Freguesia de Águas-Livres utilização de equipamentos e infraestruturas geridas pelo Moinho da Juventude: O PULO - Centro de Atendimento e Aconselhamento Parental (84 utentes); Gabinete de Ação Social (1079 utentes); Pólo Informático (700 utentes); Gabinete de Apoio a Documentação/Legalização (2174 utentes); Centro de Formação (360 utentes); Gabinete de Inserção Profissional (2450 utentes); Creche familiar (80 utentes); Creche A Árvore (70 utentes); Jardim de Infância (84 utentes); CATL-Centro Actividades de Tempos Livres (205 utentes); Desporto: Basquete, Futsal, Atletismo (50 utentes). In *Caracterização Social*, freguesia de Águas-Livres, Câmara Municipal da Amadora, 2014.

<sup>255</sup> O grupo de Batuque Finka Pé é constituído exclusivamente por mulheres.

do (Kova M) Estúdio e as jovens que integram o grupo de dança feminino “Wonderfull's Kova M”.

A questão parece ter uma leitura interessante quanto analisada à luz do conceito de *groupness* proposto por Rogers Brubaker (2002). O autor propõe-o em alternativa ao conceito de *grupo*, e à homogeneidade que este preconiza. *Groupness* revela-se como um evento, algo que acontece, que é dinâmico e não como algo fixo ou constante. Para o autor, *groupness* deve ser tratado como uma variável conceptual, dinâmica, relacional e adaptável à descrição das condições específicas de determinado contexto, associando-se, como tal, aos conceitos de *belonging* e/ou *feeling*. Há momentos em que esse sentimento de pertença é maior e mais agregador, outros em que é menor. No caso dos indivíduos que interagem com o Moinho da Juventude, a ideia de *grupo* revela-se, efetivamente, falaciosa e, naturalmente, influenciada pelo que o autor considera como *groupism*, a tendência a classificar grupos como se fossem unidades fechadas, internamente homogêneas e externamente delimitadas (Brubaker, 2002: 164). Pensando a questão nos termos de Brubaker e, independentemente de os sujeitos poderem estar (ou ser) agrupados consoante o tipo de relação que mantêm com a Associação, o que se revela unificador é o espírito de *groupness*. Mais do que o número de associados ou o número de utentes (ambos quantificáveis) ou mais do que o número de elementos que pertencem aos grupos formalmente constituídos no seio do Moinho da Juventude também quantificáveis e qualificáveis, a ideia de *groupness* manifesta-se agregadora e torna-se também operativa na medida em que não deixa de fora outros indivíduos, dificilmente quantificáveis, que de outras formas se relacionam com o Moinho da Juventude e onde podemos incluir, por exemplo, os referidos “amigos”<sup>256</sup> da Associação.

---

<sup>256</sup> A ideia de “amigo” da Associação, à qual me tenho vindo a referir, surge nesta pesquisa para traduzir uma realidade com que me fui confrontando durante o período em que realizei trabalho de campo na Cova da Moura, junto do Moinho da Juventude. O “amigo” da Associação ou o “amigo” do bairro é, na minha ótica, qualquer indivíduo que estabeleceu, em determinada altura, interação com a Associação, independentemente dos motivos, e mantém-se presente e colaborativo mesmo depois de ter alcançado os seus objetivos pessoais. Por norma, é o indivíduo que é convocado regularmente para participar das iniciativas que a instituição promove. É também aquele que espontaneamente procura estar presente (mesmo quando não é convocado ou convidado). É alguém que, sendo de fora do bairro, comunga do sentido de *groupness*. É o indivíduo que descrevo como potencialmente colaborador, voluntário, que se dispõe a apoiar, sempre que possível, a instituição. O “amigo” do Moinho da Juventude tem muitos rostos e uma particularidade, o facto de não ter nacionalidade porque a instituição extravasa as fronteiras de Portugal.

Com efeito, não é tarefa simples analisar a questão da representatividade aplicada ao contexto da Cova da Moura e, em particular, ao Moinho da Juventude. Há que ter em conta que neste universo de milhares de habitantes, de múltiplas nacionalidades, entre eles um conjunto bastante alargado de cidadãos cabo-verdianos de várias proveniências, há um conjunto mais ou menos alargado, difícil de quantificar, que não se revê neste espírito de *groupness* e que simplesmente se mantém à margem, integrando ou não, outras estruturas associativas locais. No dia da festa de S. João é possível ver que, enquanto alguns moradores do bairro reagem à passagem do cortejo, interagindo com o grupo e com os participantes e inclusive fazendo algumas ofertas, outros mostram-se completamente amorfos à sua passagem. No entender de elementos do grupo com quem conversei sobre este assunto, foi-me referido que os moradores que não reagem, ou não são cabo-verdianos ou, sendo, são originários de outras ilhas que não São Vicente ou Santo Antão. Apesar desta explicação aparentemente simples, o assunto será um pouco mais complexo dado que durante os três anos em que acompanhei as reuniões e o grupo de Kola San Jon, sempre foram levantadas questões, das quais já dei conta, relativas à definição do percurso realizado pelo cortejo no dia da festa que tem tendência a coincidir com as ruas onde habitam os elementos do grupo, ou onde a Associação gere alguns espaços<sup>257</sup>, deixando de fora outras artérias do bairro. Na reunião de balanço da festa de 2016, vários elementos do grupo manifestaram o desejo de alargar a passagem do cortejo a outras ruas, como já dei conta, para que a festa chegue a um maior e mais variado número de moradores (pensou-se, inclusive, que isso poderia trazer mais pessoas para o grupo).

\*

Relativamente à participação nas Marchas Populares, uma das preocupações, revelada sobretudo pelas mulheres, foi o facto desta participação implicar alterações na dinâmica de exibição do grupo, habitualmente informal e espontânea. Esta questão não se colocou no caso da participação no desfile do 25 de Abril dado que ficou claro, desde o início, que os grupos Kola San Jon e Finka Pé desceriam a Avenida da Liberdade

---

<sup>257</sup> Ou ainda, por exemplo, onde se situam estabelecimentos comerciais que integram o projeto *Sabura*.



exibindo a sua performance nesse registo de espontaneidade que os caracteriza, sobretudo, a dança e o toque de Kola.

Saber como transformar a sua exibição habitual numa performance inédita de “palco”, esquematizada e coreografada, tal como a situação exigia, foi a questão mais levantada e debatida entre os elementos do grupo de KSJ, sendo que cedo se chegou à conclusão, ainda em 2014, que seria necessário encontrar ajuda especializada fora do grupo. O assunto ficou “auto-resolvido” nesse ano com um comunicado da EGEAC informando que a participação não seria possível, dada a aproximação do evento, mas que ficaria pendente para o ano seguinte. Contudo, uma troca de emails prévia obrigou a uma reflexão entre os elementos do grupo que por essa ocasião ainda mantinham o entusiasmo e a expectativa de poder participar.

Elementos do grupo reuniram-se para programar a resposta a três questões colocadas pela EGEAC:

- a) Caso venha a revelar-se possível a vossa participação no Desfile de 2014 que formato estariam a pensar desenvolver para se integrarem?
- b) Que tipo de figurinos/adereços estariam a pensar desenvolver?
- c) Qual o número dos vossos participantes, considerando a escala da Avenida da Liberdade?

À primeira questão a Associação optou pela seguinte resposta

Em relação ao formato, temos disponibilidade para nos adaptar ao formato possível dentro do que já está por vós programado.

A segunda e terceira questão mereceram resposta conjunta e bastante ponderada entre os elementos do grupo de Kola San Jon que encetaram uma primeira reflexão sobre o modo como se organizariam formalmente para participar neste evento considerando como perverter a lógica espontânea e independente que caracteriza a sua representação habitual - e tradicional - sem que isso se revelasse problemático para o grupo. Em conjunto<sup>258</sup> delineou-se uma estratégia mais cooperante, estilizada,

---

<sup>258</sup> Na reunião onde o assunto foi debatido estavam presentes 22 pessoas, das quais 15 elementos do grupo de Kola San Jon, um dirigente associativo; uma técnica superior do Moinho da Juventude e cinco investigadores.

performativa e encenada que previa, inclusive, integrar um grupo de batucadeiras, tornando-se, portanto, num complexo mais representativo do que próximo do original.

Padrinho: Tito Paris

Madrinha: Barbara Guimarães<sup>259</sup>

3 porta-bandeiras

10 tamboreiros (de calças azuis e camisas de marinheiro)

20 koladeiras + 10 homens que dançam o kola de forma estilizado (Mulheres com saias compridas e Blusa branca e homens com calças azuis e camisas de marinheiro)

3 navios movimentados cada um por um capitão e lido por um tocador de apito munida com espada (Vestido com uma farda de capitão, incluindo o chapéu)

2 homens levando o andor com o Santo António enfeitado com rosários feitos de roscas, pipocas, rebuçados, papel colorido (Calças Azuis e camisas Brancas)

10 pessoas cada um com um ramo de frutas/ hortaliças (banana verde, mandioca, manga, chouriço, roscas, flores)

15 batucadeiras, com pano de terra e tchabeta (Lenço branco na cabeça, mandrião e saia preta)

5 homens e 5 mulheres com cestos de palha na cabeça (Lenço branco na cabeça, mandrião e saia preta)

No fim: 30 adultos e 15 crianças a dançar o kola de forma informal e cantando “o Kola”

(Este número poderá ser adaptado de acordo com a dimensão e os vossos objectivos)

Para além da preocupação com a encenação que ficou, de certo modo resolvida quando Godelieve Meersschaert e Eunice Delgado equacionaram o apoio de diversas pessoas entre eles o da coreografa Elsa Shams, foi igualmente tema de reflexão e debate a preocupação com a condição física de determinados elementos do grupo, no sentido de corresponderem às exigências de um programa intenso como o que se previa. Esta questão não está desassociada da questão, de que já demos conta, do progressivo envelhecimento populacional que começa a afetar o bairro da Cova da Moura se considerarmos que os primeiros habitantes chegaram jovens, na década de 70 do século XX.

Por esta ocasião foi proposto que se incentivassem os mais novos a assumir uma posição mais ativa e que aos mais velhos fosse atribuído um estatuto “honorário”, tendo-se sugerido que fossem responsáveis, por exemplo, pelo transporte dos ramos, dos cestos e das bandeiras no desfile, mantendo-se fora da performance e dançando, se

---

<sup>259</sup> No caso da madrinha, colocou-se igualmente a hipótese de convidar a cantora cabo-verdiana Lura que estaria indisponível na noite dia 12 de junho devido a compromissos profissionais; a apresentadora de televisão Bárbara Guimarães foi a opção seguinte pela sua proximidade com o Moinho da Juventude e com a comunidade da Cova da Moura no âmbito da sua participação noutros projetos de cariz social que levaram inclusive a ser distinguida como “madrinha da cozinha do Moinho da Juventude”.

possível, mais informalmente. A propósito desta questão um dos elementos do grupo lançou o desafio aos restantes membros, para procederem à tentativa de recrutamento de novos participantes para o “Kola”, nomeadamente entre os jovens. Pensando também no assunto, e na necessidade de convocar e atrair jovens, foi lançada a ideia - na reunião de 22 de fevereiro de 2014 - de se insistir na possibilidade de introdução do “Kola” nas escolas (inicialmente nas escolas básica e preparatória da Buraca) e foi proposto, por um dos membros mais velhos do grupo que, inclusive, se disponibilizou, para ir às escolas falar do “Kola San Jon”. Foi ainda sugerida, na mesma ocasião, a criação de oficinas do “Kola” no seio da instituição, dirigidas a diferentes faixas etárias.

Ainda que a representação do Moinho da Juventude não se tenha efetivado nessa edição de 2014, a possibilidade de participação nas Marchas Populares de Lisboa consumou-se em 2015 e desta vez, por convite dirigido especificamente ao grupo de Kola San Jon.

Informo, para os devidos efeitos, que o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SECPLP) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) levarão a cabo, pelo o 5º ano consecutivo, uma campanha conjunta no âmbito do dia Mundial do Trabalho Infantil (12 de junho). Neste contexto, a CPLP irá abrir as Marchas Populares da Lisboa na Avenida da Liberdade com um desfile de sensibilização para a temática no dia 12 de junho, conforme consta no anexo.

Assim, consultamos o Grupo do Moinho da Juventude - Kola San Jon sobre o interesse em se associar a esta campanha com uma manifestação cultural que será depois transmitida em direto pela RTP. Caso estejam disponíveis e interessados em participar, por favor contactem o SECPLP na pessoa do (...). Segue, em anexo, o alinhamento do desfile, sendo necessário depois uma reunião com cada grupo para uma melhor articulação e o esclarecimento de dúvidas.

Contamos com o vosso apoio na construção de um futuro melhor, sem trabalho infantil, para as crianças da CPLP (email SECPLP-ACMJ\_05.15).

No início de maio tiveram lugar os primeiros contatos e em meados do mês o convite foi formalmente dirigido ao Moinho da Juventude para integrar o Agrupamento CPLP<sup>260</sup>, em resultado de uma parceria entre a própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Câmara Municipal de Lisboa. Ao todo, o agrupamento reuniu nove grupos culturais pertencentes aos Estados-

---

<sup>260</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) juntou-se, em 2015, pelo quinto ano consecutivo à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para assinalar o dia 12 de junho como “Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil”.

membros da CPLP<sup>261</sup> tendo sido responsável pela abertura das Marchas Populares das Festas de Lisboa com a campanha “Não ao Trabalho Infantil – Sim a uma Educação de Qualidade”.

A pedido do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e, por conveniência do Moinho da Juventude, foi realizada uma reunião, no dia 18 de maio, nas instalações da CPLP entre três representantes da Associação e um representante da direção da organização internacional, que efetuou o enquadramento genérico da campanha de combate ao trabalho infantil nos países membros e esclareceu que a participação neste evento, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, decorreu do facto de coincidirem as datas - do dia da celebração do combate ao trabalho infantil e das Marchas Populares de Lisboa - pelo que a CPLP conseguiu obter da parte da EGEAC o convite para a participação<sup>262</sup>.

Algum tempo antes da confirmação oficial e, prevendo a sua concretização, a Direção do Moinho da Juventude contactou a coreógrafa Elsa Shams cujo nome havia sido lançado no ano anterior. Elsa Shams é Professora e Bailarina, especializada em Danças Orientais. Conheceu o grupo de Kola San Jon um pouco por acaso, num Festival Andanças, no qual participa desde 1998. Elsa recorda que, em 2010, o grupo de Kola San Jon foi convidado pela organização deste festival para fazer um workshop num espaço que poderia levar até 150 pessoas.

O grupo chegou e começou a tocar e dançar do modo como habitualmente costumam fazer nas suas exposições. Aqueles que estavam à espera para participar da aula, como eu, ficaram um pouco confusos porque esperavam que alguém viesse ensinar e não compreenderam, de imediato, que o suposto era interagir com o grupo. Estabeleceu-se ali uma certa falta de comunicação. Eu própria estava para participar da aula e, como já conhecia os ritmos de Cabo Verde resolvi intervir a ajudar a estabelecer a comunicação. Como sou professora, fui tentando ajudar a dar uma certa componente pedagógica à sessão, a fazer, de certo modo, a ponte. Foi um sucesso depois, correu muito bem (Elsa Shams, 2016 - entrevista).

---

<sup>261</sup> «Bei Gua» de Timor-Leste; «Grupo Cultural da Associação de Estudantes» de São Tomé e Príncipe; «Casa do Povo de Corroios / Rancho Folclórico e Grupo de Cavaquinhos» de Portugal; «Xipane-Pane» de Moçambique; «Grupo Cultural» da Guiné Equatorial; «Mandjuandadi di Djumbai» da Guiné-Bissau; «Kola San Jon-Moinho da Juventude» de Cabo Verde; «Escola de Samba Tropa no Coqueiro» do Brasil e «Kilandukilu» de Angola.

<sup>262</sup> O convite para a participação na edição de 2015 das Marchas Populares de Lisboa foi dirigido igualmente a três outros agrupamentos: Faro; Madeira e Macau.

Elsa estabeleceu assim o primeiro contacto com o Moinho da Juventude e quando, em 2014, se colocou a hipótese de colaboração nas Marchas Populares, o seu nome foi imediatamente lançado por Godelieve depois de ter equacionado essa possibilidade em conjunto com Eunice Delgado. Nessa altura a coreógrafa não chegou a ser contactada, mas foi em 2015, perante a possibilidade, agora mais efetiva, de acontecer.

O primeiro ensaio do grupo decorreu ainda antes da confirmação oficial, no domingo, dia 10 de maio de 2015, após a reunião quinzenal do grupo de Kola San Jon na qual estiveram presentes vinte e três elementos do grupo, oito investigadores<sup>263</sup> e a coreógrafa. Nesta reunião, onde foram tratados outros temas que não apenas a participação nas Marchas Populares de Lisboa, voltou a estar em foco a questão, já levantada em 2014, da necessidade premente de integrar na performance os elementos do grupo mais jovens e de maior robustez física. O sr. Jacinto, um dos tamboreiros mais velhos do grupo, deixou claro que a sua elevada idade não permite acompanhar o grupo em todas as apresentações, nomeadamente nesta<sup>264</sup>.

Elsa Shams, interveio na reunião para agradecer o convite, disponibilizando-se para encontrar uma solução adequada conducente à participação bem sucedida do Kola San Jon e do Moinho da Juventude nas Marchas Populares de Lisboa. A coreógrafa solicitou a colaboração de todos e esclareceu que o esquema – ainda por definir – seria construído progressivamente, com o apoio e colaboração de todos, inclusive daqueles que teriam participação menos ativa, no caso, os elementos mais velhos do grupo a quem seria atribuído, como desejável, uma participação honorífica. Ficou claro também, nesta conversa prévia, que não haveria escolha de participantes, todos poderiam participar, na certeza que seria importante cumprir alguns requisitos mínimos: disponibilidade, interesse, participação ativa, capacidade de envolvimento e comprometimento (ficou definido, aliás, que seria estritamente obrigatória a participação em todos ensaios, inclusive, no ensaio geral, até ao dia da festa). Nesse mesmo dia, após a reunião, já a coreógrafa alinhavou o esquema bem como uma seleção

---

<sup>263</sup> Para além de mim, estavam presentes sete investigadores do Skopeofonia, entre eles Susana Sardo e Ana Flávia Miguel e alguns investigadores de nacionalidade brasileira, que vieram apresentar o projeto e propor a realização de algumas iniciativas com o grupo de KSJ.

<sup>264</sup> O que acabou por não se concretizar uma vez que o sr. Jacinto acabou por acompanhar o grupo.

prévia (e quase definitiva) dos participantes, naquele que foi o primeiro ensaio oficial que decorreu no espaço Polidesportivo da Cova da Moura.

Eu já tinha umas ideias para a coreografia, mas não quis impor nada. Aliás, observei bem a sua forma de dançar previamente e a minha proposta foi ao encontro dos movimentos que eles já fazem, dos passos que conhecem. Não inventei nada. Ainda tentei introduzir alguma complexidade, mas percebi que seria complicado e desisti. Não queria que ninguém ficasse de fora por não consegui acompanhar (Elsa Shams, 2016 - entrevista).



**Figura 24** - Primeiro ensaio oficial com vista à participação do grupo de KSJ nas Marchas Populares de Lisboa, em 2015. Fotografia de Carla Queiroz, captada a 10.05.2015.

Presentes neste primeiro ensaio estiveram mais de duas dezenas de membros do grupo, vários familiares e alguns moradores curiosos, também Godelieve Meersschaert que a pedido de diversos elementos do grupo apoiou a organização do evento, e também os referidos elementos do projeto Skopeofonia que, a título informal me manifestaram alguma preocupação face a uma possível folclorização desta manifestação: «nunca o Kola San Jon foi coreografado», dizia Ana Flávia Miguel, ideia com que Susana Sardo igualmente partilhava. Deslocar o Kola San Jon das ruas da Cova da Moura para as ruas de Lisboa significa descontextualizá-lo e implica, segundo as investigadoras «amputar a música e a dança da totalidade da festa e torná-las, portanto, autónomas, ou seja, independentes de qualquer acontecimento ritualístico mais complexo (Sardo, Miguel 2014: 18)» mas, apresentá-lo num desfile e perante uma tribuna, implicava, antes de mais coreografar e, desde logo, fazer perder o seu carácter espontâneo.

Com efeito, a participação nas Marchas Populares de Lisboa aguardada e ansiada pelos participantes<sup>265</sup>, trouxe, contudo, esta preocupação acrescida à comunidade académica, que se mantinha inquieta com a questão da folclorização. Note-se que num texto de 2014, na senda da patrimonialização, Susana Sardo e Ana Flávia Miguel haviam já refletido sobre o assunto

Já quando os performers são imigrantes cabo-verdianos ou seus descendentes residentes em Portugal – e em particular no Bairro da Cova da Moura – o modo de identificação do Kola San Jon pode adquirir duas configurações: aquela que acontece no bairro como forma de comemorar o São João em finais de junho, e aquela que acontece em espaços de exposição exteriores ao bairro muito próxima agora de um processo de folclorização» (Sardo; Miguel, 2014: 16).

Visto nestes termos, a questão que coloco é que se a prática alterna, como defendem as autoras, entre estas duas configurações – uma que me parece estar mais próxima da essencialização e a outra que consideram estar mais próxima de um processo de folclorização - como enquadrar então a prática quando o grupo “atua”, fora do calendário festivo, em qualquer ocasião dentro do bairro, por exemplo, na receção a altas individualidades como amiúde sucede, ou como enquadrar a questão quando (ou se) o grupo de Kola San Jon da Cova da Moura se deslocar ao estrangeiro para participar da celebração de São João Batista junto de outras comunidades cabo-verdianas, como sucederá em 2018, por exemplo, para corresponder a um convite da comunidade cabo-verdiana radicada no Luxemburgo? De facto, parece-me que a questão da folclorização - ou não - da festa de Kola San Jon da Cova da Moura não é pacífica e reveste-se de contornos interessantes para refletir. Ora atente-se nesta ideia: se a participação nas Marchas Populares se aproxima, efetivamente, da ideia de folclorização, não apenas porque se transformou num espetáculo de “palco”, coreografado - como também porque (e provavelmente como nunca na história do grupo) implicou a aproximação a um passado essencializado, recriado nos trajes e nos adereços cuidadosamente selecionados - e analisando a definição do conceito de “folclorização” proposta por Paulo Raposo convocando Jorge Freitas Branco<sup>266</sup>, em que medida podemos considerar que o caso do Kola San Jon da Cova da Moura, *per si*, não tem enquadramento?

---

<sup>265</sup> Como pude confirmar durante os ensaios e as reuniões prévias.

<sup>266</sup> «(...) como sendo aqueles [os processos de folclorização] através dos quais certas práticas culturais consideradas tradicionais são reinterpretadas, reconstruídas ou reinventadas, processos estes que

A participação nas Marchas Populares gerou, efetivamente, no grupo de Kola San Jon uma dinâmica completamente diferente do habitual, inclusive diferente da dinâmica que se gera quando o grupo sai fora do bairro para participar noutro tipo de eventos culturais para os quais é convidado. Implicou igualmente uma mobilização de recursos – financeiros, humanos, etc. - também invulgar. Os elementos do grupo foram, aos poucos, tomando conhecimento das exigências da participação ao mesmo tempo que o grupo de participantes foi evoluindo nos ensaios que nem sempre decorreram de forma pacífica<sup>267</sup>. A relação que se estabeleceu com a coreógrafa – de empatia e reconhecimento – ajudou a superar os desentendimentos e a levar a bom porto o objetivo final para o qual todos contribuíram, em especial os que no dia 12 de junho se apresentaram para desfilar na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Foi muito bom e correu muito bem. As pessoas aderiram e empenharam-se. Houve uma altura em que houve uns desentendimentos, mas não teve nada a ver comigo, facilmente se ultrapassaram. Todos os que quiseram participar, efetivamente, participaram. Foram cerca de 40 pessoas. Houve uns que desistiram e voltaram. Houve outros que apareceram no penúltimo ensaio. Mas tudo correu bem, no dia todos se apresentaram e no final nada falhou. Fiquei muito feliz (Elsa Shams, 2016 - entrevista).

Da comitiva fazia igualmente parte um conjunto de crianças que integram o “Kolinha”, tendo a koladeira Albertina Ramos (Bitas) assumido a responsabilidade pela participação das crianças no evento e prescindindo assim da participação na coreografia. Foi igualmente decidido pelo grupo que Niche ficaria responsável pelas koladeiras e Sr. Teodoro pelos tamboreiros. Bibia responsabilizar-se-ia pelos figurantes que transportariam os cestos. Filó seria a comandante, Zeca o capitão. Todos aceitaram o seu papel.

Niche foi incumbida da elaboração do orçamento geral para a participação no evento, em colaboração com um elemento da secretaria do Moinho da Juventude<sup>268</sup>.

---

assentam em movimentos sociais que procuram constituir certas representações de memórias culturais para as transformarem em cultura institucionalizada (cf. Branco 1999)» (Raposo, 2004: 4).

<sup>267</sup> Chegaram a verificar-se alguns desentendimentos entre as koladeiras mas que foram rapidamente ultrapassados.

<sup>268</sup> O orçamento geral foi elaborado detalhadamente de modo a ser remetido à Embaixada de Cabo Verde em Portugal, por recomendação da própria CPLP que demonstrou, desde o início, a impossibilidade de apoiar as despesas dos grupos convidados a não ser facultando transporte, oferecendo *t-shirts* às crianças participantes e águas que lhes foram fornecidas no próprio dia do evento. Sugeriu assim que os grupos solicitassem o apoio financeiro das respetivas embaixadas, comprometendo-se a interceder igualmente neste sentido, junto dos respetivos corpos diplomáticos. O Moinho da Juventude estimou um total de 2056,35€ divididos pelas seguintes rubricas: “Vestuário” (1211,35€); “Cabeleireiro” (375€); “Adereços



Não tendo integrado, por opção, o grupo de koladeiras intervenientes na coreografia, foi igualmente responsabilizada pela redefinição de toda a componente visual do grupo, com base nas diretivas decididas pelas mulheres, incluindo as que ficaram de fora da coreografia, nomeadamente as mais velhas que opinaram também acerca da indumentária. Ainda antes da confirmação por parte da CPLP já Niche tinha apresentado, aos seus pares, um conjunto de tecidos para a elaboração dos novos trajes femininos<sup>269</sup>. Com efeito, as mulheres haviam já refletido e deliberado sobre a necessidade de investir de forma muito cuidada na aparência<sup>270</sup>. Foi proposto e aceite que se utilizassem elementos tradicionais de Cabo Verde, nomeadamente os rosários e o lenço na cabeça (que não é comum as cabo-verdianas do grupo utilizarem, mas que, segundo me foi transmitido, remete para o contexto tradicional do país de origem<sup>271</sup>).



**Figura 25** – Elementos femininos do grupo de KSJ aguardando a participação do grupo nas Marchas Populares de Lisboa. Fotografia de Carla Queiroz, captada a 12.06.2015.

---

variados” (170€); “Alimentação” (300€). À Embaixada de Cabo Verde em Portugal o Moinho da Juventude solicitou o apoio para cobrir as despesas das rubricas “Vestuário” e “Cabeleireiro”, contudo, a verba atribuída não foi suficiente para cobrir as referidas despesas das duas rubricas.

<sup>269</sup> Na realidade os tecidos acabaram por não ser usados por uma questão de orçamento. Optou-se por comprar as saias numa grande superfície comercial onde o preço foi substancialmente mais reduzido e onde, curiosamente, se encontrou um padrão com motivos africanos que correspondeu aos objetivos e agradou as mulheres do grupo.

<sup>270</sup> O argumento principal para tal investimento na aparência foi justificado com a enorme afluência de público e com a transmissão televisiva do evento, não apenas para Portugal, mas para outros países, incluindo os PALOP.

<sup>271</sup> O lenço é usado, na Cova da Moura, no contexto cultural, exclusivamente pelas mulheres do batuque. Os lenços utilizados no desfile das Marchas Populares vieram diretamente de Cabo Verde, através de uma batucadeira do Finka Pé que fez o favor de os providenciar para as mulheres do grupo de Kola San Jon.

A saia comprida foi outra das opções tomadas por considerarem, as mulheres mais jovens do grupo, uma opção ao mesmo tempo elegante e que remete para os trajes tradicionais de Cabo Verde. O modelo da saia, rodada, permitia total mobilidade, nomeadamente na realização dos movimentos mais característicos da dança de Kola San Jon que envolvem a sucessiva aproximação e afastamento dos corpos ao ritmo da toca do tambor e que culmina no característico “golpe da umbigada”. De referir que esta componente da dança, a “umbigada”, fez naturalmente parte da coreografia, por imposição da coreógrafa e do grupo, por ser uma das componentes mais características da performance.

Para além das saias, Niche adquiriu na mesma superfície comercial, as *t-shirts* que foram posteriormente estampadas numa tipografia, sem ter esquecido de mandar gravar o slogan “Património Cultural Imaterial”. Niche confirmou-me, num tom que considero, orgulhoso

comprámos tudo novo, desde as blusas – que mandámos estampar com o nosso logótipo e com a referência ao património imaterial -, as saias, os sapatos, os lenços, os trajes dos comandantes, do capitão<sup>272</sup>, a espada, os apitos, tudo, até as *t-shirts* dos tamboreiros. As calças não, cada um levou as suas (Eunice Delgado, 2016 - entrevista).

No dia 12 de junho de 2015, o grupo apresentou-se nas instalações do Moinho da Juventude, de onde partiu para o evento<sup>273</sup>. Previamente haviam sido transmitidas todas as informações relevantes: relativamente aos horários, à ordem do desfile<sup>274</sup>, ao posicionamento dos grupos, à participação das crianças - cerca de quarenta - e seu posicionamento no desfile, ao número de pontos de exibição e sua localização<sup>275</sup> e, ao cumprimento das regras perante a tribuna principal.

---

<sup>272</sup> Capitão - elemento da tripulação do navio, que toca apito e manipula simbolicamente uma espada; Comandante - (ou ‘almirante’), transporta o barco, dançando de uma forma que evoca a arte de velejar. O capitão e os comandantes (em número variável, consoante o número de barcos que se decidir levar, neste caso, foram dois) envergam camisa branca, calças azuis escuras e chapéu.

<sup>273</sup> As despesas de deslocação foram cobertas, como referido, pela CPLP que disponibilizou dois autocarros para o transporte dos elementos do grupo e da restante comitiva da Associação Cultural Moinho da Juventude.

<sup>274</sup> Os grupos convidados foram os primeiros a desfilar pela seguinte a ordem: em primeiro lugar o grupo de Faro, seguido do grupo da Madeira, em terceiro lugar o agrupamento da CPLP e, por fim, o grupo de Macau.

<sup>275</sup> Quatro pontos de exibição. Em três dos quais os grupos atuaram a solo durante 5 minutos. O terceiro ponto de exibição e o mais importante, a atuação perante a tribuna VIP e as câmaras de televisão onde se encontravam todos os convidados entre eles representantes da CPLP e outras figuras de destaque, por exemplo, a Presidente da Assembleia Distrital de Lisboa, Helena Roseta, que saudou o grupo de KSJ. Aqui,

A delegação do Moinho da Juventude, onde me incluí, chegou cerca das 19h30 ao Marquês de Pombal e uma hora depois deu-se início ao alinhamento. Por ali circulavam bastantes curiosos que iam observando e fotografando os grupos. Os próprios elementos da comitiva do Moinho da Juventude foram circulando, no tempo de espera, para observar o ambiente envolvente, onde se destacava a presença dos restantes grupos convidados, incluindo os da CPLP onde o Kola San Jon se integrava.

A descida da Avenida iniciou-se por volta das 20h30, estando prevista a atuação do agrupamento CPLP às 21h10 na zona da tribuna VIP. O início da descida foi marcado, na minha opinião, por algum nervosismo inicial que foi ultrapassado depois da primeira exibição, sendo que a partir daí o grupo tomou o seu espaço na Avenida e manifestou uma postura de maior descontração e divertimento, contudo, a meu ver, de elevado sentido de responsabilidade.



**Figura 26** – Participação do grupo de KSJ nas Marchas Populares de Lisboa. Fotografia de Carla Queiroz, captada a 12.06.2015.

#### Alinhamento do grupo de Kola San Jon nas Marchas Populares de Lisboa:

- 1º Bandeira do Moinho da Juventude – tomando o centro da avenida e transportada por Ju;
- 2º (9) Tamboreiros – sempre juntos, tomando o centro da avenida, imediatamente atrás da bandeira: Lella, Gilson, Jacinto, Alexandre, Pedro Simão, Pipi, Pedro Coco, Jaques, Emídio, Natalino, Toni;

---

todos grupos integrantes do agrupamento CPLP atuaram em simultâneo, o que causou alguma confusão e, naturalmente, desagrado entre os membros da comitiva do Moinho da Juventude.

- 3º (8) crianças seguem atrás dos tamboreiros, divididas em dois grupos, coordenados por Bitas;
- 4º (1) comandante – Zeca – faz o comando dos três barcos;
- 5º (3) barcos (dois grandes e um pequeno) conduzidos pelos comandantes: Filó, Kaneca e João (barco infantil). Distância de 2m entre cada barco;
- 6º Coreógrafa Elsa Shams;
- 7º (10) koladeiras – tomando as suas posições e apropriando-se da largura da avenida: Bela, Marlene, Joana, Filo, Dina, Ana, Benvinda, Nani, Fabrícia, Miriam;
- 8º (10) figurantes com cestos: Isidora, Fatinha, Montura, Susi (e outros 6 não identificadas);
- 9º (1) pessoa com o Ramo - Bibia;

Ao longo do percurso, que acompanhei junto do cortejo, foram soando vozes de incentivo de familiares ou amigos que acompanharam a descida do grupo, do lado de fora, junto ao público. No final o grupo manifestou a sua total satisfação e o ambiente foi de festa, mas também de cansaço, sobretudo entre os mais velhos que se queixaram da distância e dos tempos de espera, sinal que as próprias crianças também evidenciaram.

A coreógrafa Elsa Shams fez um balanço extremamente positivo da participação do Kola San Jon na Avenida da Liberdade

Foi tão bom, correu tão bem que na festa uns dias depois, o grupo quis voltar a fazer a coreografia. Eu tinha devolvido as roupas porque eram do Moinho, mas vestiram-mas por cima das minhas. Lá fui então participar, juntamente com o grupo (Elsa Shams, 2016 - entrevista).

A participação nas Marchas Populares de Lisboa foi, efetivamente, uma referência no percurso do grupo de Kola San Jon que ao longo da sua existência tem tido imensas solicitações, mas nenhuma experiência comparada com esta, como os próprios participantes me referiram na ocasião e como demonstrou a reação eufórica do grupo, no regresso a casa, no final do evento, que tive oportunidade de presenciar e registar<sup>276</sup>.

---

<sup>276</sup> Na realidade, acompanhei e registei todo o processo de participação do Moinho da Juventude nas Marchas Populares de Lisboa ainda, em 2014, quando o Moinho empreendeu a primeira tentativa de participação e depois, já em 2015, tive a oportunidade de acompanhar todas as fases, desde os preparativos, os ensaios, as reuniões, a viagem de autocarro (ida e volta) e o desfile (dentro do recinto, fazendo parte da comitiva de apoio).

À posteriori, o grupo manifestou-se desapontado apenas com o facto de todos os intervenientes do agrupamento CPLP terem atuado em conjunto perante a tribuna VIP. Partilho da mesma ideia, porque presenciei, que se instalou efetivamente alguma confusão provocada pelo facto de dezenas de pessoas, de vários grupos, estarem a atuar num espaço reduzido. Foi também destacado pelo grupo, o facto de em termos televisivos o efeito não ter sido impactante uma vez que não foi visível a participação de nenhum grupo, em particular, mas sim, de todos, em geral. Alvo de crítica foi também o facto de nessa transmissão os apresentadores do programa não referirem sequer a participação do grupo de Kola San Jon da Cova da Moura, tendo apenas enumerado três grupos participantes do total dos oito.

No âmbito desta pesquisa não foram entrevistados os representantes da CPLP para saber se efetivamente a patrimonialização do Kola San Jon influenciou o convite para a participação na edição de 2015 das Marchas Populares de Lisboa, contudo, no Moinho da Juventude, atribuiu-se este convite a uma feliz coincidência que terá derivado da iniciativa de 2014, quando se propôs a participação do grupo nesse ano. Tal como sucedeu com a participação no desfile do 25 de Abril, em que o evento foi aproveitado para fins promocionais e de divulgação, também nas Marchas Populares o mesmo sucedeu, tendo o Moinho distribuído milhares de *flyers*, com convite à participação na festa que decorreria no bairro nove dias depois.

O ano 2015 revelou-se importantíssimo para o grupo não só por esta participação nas Marchas Populares de Lisboa, como pela organização do Colóquio “Cultura Proibida, Património Estimado” que decorreu no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa. Foi também neste ano que o Kola San Jon passou a dispor de um logotipo com a referência ao património cultural imaterial – “desde 2013”<sup>277</sup>.



**Figura 27** – Logotipo do grupo de KSJ criado pela designer Inês Veiga, em 2014.

---

<sup>277</sup> O logotipo foi criado por Inês Veiga em 2014, depois de várias propostas apresentadas pela designer e apreciadas em reunião pelo grupo de Kola San Jon.

### III.3.2. Do bairro à prática museológica, diálogos e correlações

A festa de Kola San Jon que decorre anualmente em junho e o dia da celebração do aniversário do Moinho da Juventude, a 1 de novembro, são datas que para além de marcarem momentos festivos e de convivialidade entre vizinhos, moradores, frequentadores e funcionários da Associação, são ocasiões propícias e regularmente aproveitadas para a realização de eventos de natureza vária e fins diversos, dentro e fora do bairro e implicando diretamente, ou não, o motivo da celebração. Por diversas ocasiões se têm realizado exposições, festivais, encontros, colóquios, workshops, eventos desportivos, exibição de filmes e outros eventos ou atividades dirigidas aos mais variados tipos de público e apelando aos mais diversos objetivos. Por exemplo, no dia 1 de novembro de 2010 apresentaram-se, na sede da ACMJ, os resultados do projeto “The Missing Link” no âmbito da Conferência Europeia<sup>278</sup>; três anos depois, no dia celebração do 29º aniversário do Moinho festejou-se formalmente a inscrição do KSJ no Inventário Nacional do PCI num encontro que contou com a presença da ex-Embaixadora Madalena Neves ou que no dia 18 de junho de 2005 o Presidente da República de Portugal participou numa sessão de trabalho dedicada às questões da reabilitação do espaço local, organizada por ocasião da festa. Não vimos ainda, veremos adiante, que dez anos depois, em junho de 2015, a festa do Kola San Jon incorporou um momento particularmente importante da sua trajetória histórica, ao trazer o debate para fora das fronteiras do bairro e dos seus limites geográficos, conduzindo, a partir do Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, a maior reflexão sobre Kola San Jon desenvolvida até hoje.

Ainda em junho de 2014, o tema do Kola San Jon da Cova da Moura incorporou o programa dos Encontros de Etnomusicologia “Sons&Saberes”, promovido pelo Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança (INET-MD), na Universidade de Aveiro, onde inclusive, o grupo marcou presença, a convite da UA e

---

<sup>278</sup> Trata-se de um projeto desenvolvido entre 2009 e 2011 com o apoio da União Europeia, o qual foi coordenado por uma entidade belga em parceria com instituições de vários países: Alemanha, Holanda, Bulgária, Hungria e Portugal, além do próprio país de acolhimento. Diversas entidades, entre elas a Associação Cultural Moinho da Juventude, trabalharam em conjunto no sentido de capitalizar as suas experiências para o desenvolvimento de ferramentas de capacitação de “peritos de experiência” e sua integração profissional numa perspetiva de trabalho em *tandem* (cf. Santos, 2014). A Conferência Europeia “The Missing Link”, juntou no dia 01 de novembro de 2010 todos os parceiros na Cova da Moura.

onde elementos da academia refletiram sobre algumas práticas patrimonializadas, como o KSJ, ou em vias de patrimonialização. Uns dias depois, teve lugar, já nas instalações do Moinho da Juventude, o Colóquio “Kola San Jon: Património Cultural Imaterial” organizado pela Associação na manhã do dia da festa, nesse ano a 21 de junho, onde a grande tónica do evento foi na reflexão sobre a construção do processo de candidatura, as suas nuances, efeitos e implicações e a perspetiva, mais ambiciosa, de construção de uma candidatura a património da humanidade.

### **«Cultura Proibida, Património Estimado», MNE (19.06.2015)**

Em 2015, o cenário foi diferente e o evento ganhou uma dimensão nunca antes experimentada, em termos de organização e logística, pela equipa do Moinho da Juventude e pelos próprios responsáveis da Associação que programaram o Colóquio “Kola San Jon Cultura Proibida, Património Estimado”, que decorreu, como referido, no dia 19 de junho - véspera da festa do Kola San Jon na Cova da Moura - no auditório do Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa.

A proposta para realização do evento foi apresentada pela equipa do Centro Tomkiewicz na reunião do Kola San Jon de 12.04.2015, data em que a mesma proposta foi aprovada pelo grupo. Em causa estava a ideia de realizar um Colóquio, como outros que o Moinho tem organizado, mas atribuindo-lhe maior dimensão e consequentemente, um carácter “nobre”, mais “condigno”, preferencialmente, num espaço de referência em Lisboa. Discutindo-se várias possibilidades<sup>279</sup> a ideia do auditório do Museu Nacional de Etnologia, proposta por mim e desconhecido pela maioria dos elementos presentes, foi bem acolhida, depois de esclarecida a relação do MNE com a temática do património cultural, nomeadamente a relação com o património imaterial, não só por via das suas coleções e do percurso histórico da instituição mas, sobretudo, por via da proximidade com o atual diretor do Museu, Paulo Ferreira da Costa, com quem vários elementos do Moinho da Juventude estabeleceram

---

<sup>279</sup> Foram previamente apresentadas por Godelieve duas possibilidades: Auditório dos Comandos da Amadora ou Biblioteca da Amadora.

relações cordiais e profícuas desde que foi despoletado o processo de candidatura no início de 2012.

O programa e o alinhamento do Colóquio foram definidos pela equipa do Centro Tomkiewicz em conjunto com a Direção do Moinho da Juventude e resultaram na definição de sete painéis organizados em grandes áreas temáticas. Destaca-se, no painel de abertura, a presença da então Embaixadora Madalena Neves e o discurso sobre o que convencionou chamar a “cabo-verdianidade” no período pós-colonial e a progressiva afirmação de uma identidade nacional por via da preservação das práticas culturais que alimentam o sentimento de pertença quer entre os cabo-verdianos que habitam o arquipélago, quer, em particular, entre as comunidades dispersas na diáspora. A ex-Embaixadora voltou a manifestar, nesta ocasião, a disponibilidade do governo de Cabo Verde para apoiar a candidatura do Kola San Jon a Património da Humanidade, reiterando a mesma predisposição que demonstrou noutras ocasiões públicas e privadas, anteriormente referidas.

No painel de abertura destacou-se igualmente o contributo da Arquitecta Helena Roseta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e “amiga” da Cova da Moura há mais de uma década, cujo apoio se revelou fundamental em etapas cruciais do processo da qualificação, nomeadamente através do apoio prestado, em 2009, à Comissão de Bairro da Cova da Moura na avaliação do Referencial e no Concurso Internacional para escolha do consórcio a elaborar o Plano de Pormenor. Para este Colóquio e face ao proposto, Helena Roseta optou por refletir sobre o que considera ser a “presença silenciosa” dos escravos negros em Portugal ao longo de mais de 400 anos, da qual “pouco se fala” apesar das profundas marcas deixadas na *cultura* popular lisboeta.

Vários foram os oradores convidados e os diferentes contributos, desde os mais genéricos, como o de João Lavinha, professor no departamento de Genética Humana do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge que dissertou sobre o modo como a história das populações humanas deixa marcas na sua estrutura genética atual, incidindo nas marcas de origem africana (magrebina e subsariana) na população portuguesa presente, ou o contributo das psicólogas clínicas, Conceição Teixeira - especialista em Grupanálise e psicoterapia psicoanalítica do casal e da família - que comunicou sobre “Vinculação e Transculturalidade” e Eduarda Carvalho, especialista em



Musicoterapia que abordou, dentro da mesma problemática o tema das canções que vêm do berço.

Mais específicas e também mais próximas do estudo de caso convocado pela temática do Colóquio, as apresentações do painel “Cultura Proibida, Cultura Revelada” reuniram discursos e as perspetivas de vários agentes envolvidos no processo de patrimonialização do Kola San Jon. Paulo Costa, menos na qualidade de diretor do Museu Nacional de Etnologia (papel que representou na cerimónia de abertura e boas vindas do Encontro) e mais na qualidade de ex-Diretor do Departamento de Património Cultural Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação, responsável pelo apoio prestado à candidatura do KSJ a património nacional, contextualizou a referida candidatura no quadro de desenho e implementação de políticas públicas patrimoniais pelo governo de Portugal a partir de 2008 e mais operativamente, com a disponibilização do referido *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, em 2011.

A antropóloga Júlia Carolino, sobre o contributo da qual já nos detivemos oportunamente, dialogou, neste Colóquio, com o conceito de “Direito à Cidade” preconizado por Lefebvre em 1968 e revisto por Harvey em *The Right to the City*, em 2008, propondo uma reflexão sobre ideia de apropriação da cidade, através do exemplo do Kola San Jon quer da sua dinâmica dentro dos limites do bairro da Cova da Moura quer, além das suas fronteiras quando, por exemplo, viaja até Lisboa e toma o espaço da baixa lisboeta por ocasião da celebração das festas populares da cidade.



**Figura 28** – Aspeto do Colóquio «Cultura Proibida, Património Estimado», organizado pelo Centro Tomkiewicz/ACMJ e o qual decorreu no Museu Nacional de Etnologia a 19.06.2015. Fotografia de Carla Queiroz.

Específico também e aproximado do âmbito do Colóquio, o contributo da Psiquiatra Teresa Maia, Diretora do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca que trouxe os resultados da sua reflexão em torno dos efeitos terapêuticos do Kola San Jon e também do Batuque, interligando as práticas culturais, na sua performance e desempenho com o facto de se tratar de fenómenos de grupo que, consequentemente, geram vínculos e ativações emocionais vividos através da música, do canto e do corpo.

A equipa do polo de Aveiro do INET-md trouxe para o conhecimento do público o mais recente projeto – *Skopeofonia* - desenvolvido no âmbito da pesquisa em Etnomusicologia, através de uma parceria entre a Universidade de Aveiro e a Associação Cultural Moinho da Juventude, o qual incorporou, de forma original a prática de investigação partilhada, envolvendo investigadores académicos da UA e investigadores residentes na Cova da Moura que em conjunto desenvolveram um projeto de pesquisa em torno das práticas musicais do bairro.

Antes de avançar para o programa da tarde, assegurado pelas equipas de *tandens*<sup>280</sup> dentro da habitual modalidade de trabalho do Moinho da Juventude, a Associação proporcionou a todos os participantes do Colóquio um almoço partilhado de cachupa (de cevada) confeccionado pela equipa de cozinha da ACMJ, com o qual pretendeu não só agraciar o público e sensibilizá-lo para outras manifestações da *cultura* tradicional cabo-verdiana, no caso, por via dos sabores e saberes tradicionais mas, de certo modo também para promover a gastronomia e o comércio local, em concreto o II Festival da Cachupa que decorreria no dia seguinte nos restaurantes do bairro e para o qual se poderia efetuar a inscrição durante o Colóquio.

---

<sup>280</sup> Para a Associação Cultural Moinho da Juventude o trabalho em *tandem* corporiza a ideia de trabalhar a pares, ou seja, em equipas de dois elementos constituídas, na linguagem adotada pela instituição, por um “técnico académico” e um “perito de experiência” (morador do bairro). É um princípio que a ACMJ implementa em diversas áreas de atuação e que define a harmonização e a reciprocidade entre diferentes tipos de saber. O modelo de trabalho foi proposto por Godelieve Meersschaert com base em experiências desenvolvidas nos Países Baixos e na Bélgica, conforme a psicóloga dá conta no trabalho final que desenvolveu para conclusão do Curso de Pós-Graduação que realizou, em 2004, no ISCTE. A propósito do tema, Júlia Carolino acrescenta que a ACMJ elaborou, «no quadro do projecto europeu “The missing link”, o perfil e o referencial do Técnico da Experiência, que intervém na qualidade de parceiro do 'técnico académico' (educadores, técnicos de serviço social, psicólogo, sociólogos, psiquiatras, médicos), como detentor de saberes igualmente cruciais» (Carolino, no prelo). A antropóloga insiste na ideia de que, presentemente, todas as atividades lançadas pela Associação contam com estas equipas e refere que o perfil profissional e o referencial do 'técnico da experiência' está em fase de discussão com a ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, com vista à sua inclusão no Catálogo Nacional de Qualificações em Portugal.

As comunicações baseadas no modelo de *tandem* juntaram, a pares, “técnicos da experiência” e “técnicos do saber”.

O trabalho diário em Tandem (Técnico/a Académico/a em conjunto com o/a Técnico/a da Experiência) faz, como sabemos, a Marca do Moinho (in ACMJ\_Relatório de Atividades 2015/2016).

O caso de Maria do Livramento (Bibia), koladeira do grupo de Kola San Jon e Albertina Duarte, agente de educação familiar que desvendaram, em conjunto, a simbologia dos rosários, artefactos utilizados no Kola San Jon pelos tamboreiros, koladeiras e pelo público, em geral, que acompanha a festa. No mesmo formato de *tandem* a koladeira Isidora em conjunto com a educadora de infância Patrícia Pelotte analisaram o sentido da dança do Kola San Jon e a comunicação não-verbal entre pais e filhos.

Maria Filomena Andrade, comandante do Barco do Kola San Jon, em conjunto com a Educadora de Infância Liliana Santos conduziram a sua reflexão conjunta sobre a transmissão da *cultura* entre gerações e introduziram na sua apresentação um momento de demonstração do Kola San Jon onde contaram com a colaboração de alguns elementos do grupo presentes na assistência.

A sessão de apresentações do Colóquio findou com a parceria entre António Neves, tamboreiro do grupo e Sandra Ramos, educadora de infância da creche do Moinho da Juventude que encerraram os trabalhos explorando a problemática da importância do toque do tambor sendo que António Neves, considerado, nesta dupla, o “técnico da experiência”, falou da sua experiência pessoal no que respeita à ligação com a festa de São João em Cabo Verde e as características da festa que é realizada na Cova da Moura. António referiu-se também à sua experiência enquanto pai de uma menina que frequenta a creche do Moinho da Juventude que, por diversas vezes, foi convidado a realizar pequenos workshops de tambor com as crianças no sentido de lhes inculcir o gosto pela realidade cultural cabo-verdiana.

O Colóquio, que encerrou com a projeção do filme de Rui Simões “KOLÁ SAN JON é festa di kau berdi”, contou com a participação de mais de duas dezenas de oradores divididos pelos sete painéis e com a presença, na audiência, de quase centena e meia

de pessoas que entre a parte da manhã e a parte de tarde assistiram aos trabalhos<sup>281</sup> Nunca, na história do Moinho da Juventude, se tinha reunido um número tão elevado de presenças num evento.

Na sessão de abertura a Coordenadora da Direção do Moinho protagonizou um momento inédito considerado “especial”, quer para o Museu Nacional de Etnologia, quer para a história do PCI em Portugal, quer, naturalmente, para a história da Associação Cultural Moinho da Juventude.

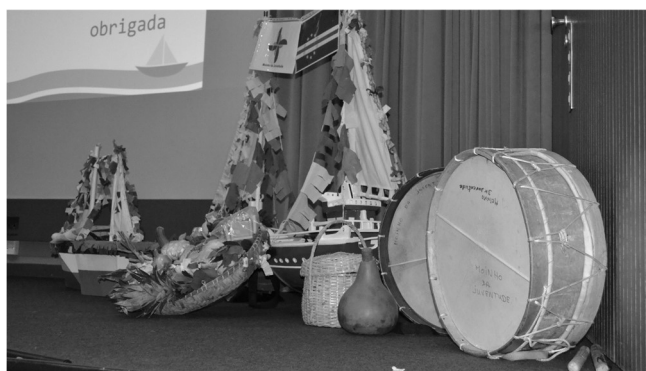
### **Doação ao Museu Nacional de Etnologia**

“Hoje é um dia especial para o grupo de Kola San Jon e para o Moinho da Juventude. Para além de estarmos pela primeira vez a realizar um evento desta natureza fora do Bairro da Cova da Moura, estamos honrados por poder realizá-lo aqui no Museu Nacional de Etnologia. Gostávamos agora de partilhar um momento especial convosco. Na presença da Sr.<sup>a</sup> Embaixadora de Cabo Verde, na presença da Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, na presença de todos vós, o Grupo de Kola San Jon e o Moinho da Juventude querem, formalmente, oferecer ao Museu Nacional de Etnologia, através do seu atual Diretor, Dr. Paulo Ferreira da Costa, o navio e o tambor que se encontram em cima deste palco e que fazem parte da nossa festa, para que, possam integrar as coleções deste magnífico e representativo Museu e para que possam perpetuar, para todo o sempre, a memória de Cabo Verde, da Cova da Moura e do Kola San Jon. Um bem haja a todos!” (Discurso de Isabel Monteiro, MNE, 19.06.2015)

A Associação Cultural Moinho da Juventude tomou a iniciativa de oferecer ao Museu Nacional de Etnologia, por ocasião deste Colóquio, dois objetos representativos da festa do Kola San Jon, um navio e um tambor. A cerimónia formal de doação dos objetos teve lugar após a sessão de abertura do Colóquio, tendo sido proferido o discurso por Isabel Monteiro, aproveitando a presença do Diretor do Museu Nacional de Etnologia, Paulo Ferreira da Costa na mesa de abertura, bem como da Embaixadora Madalena Neves e da Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta.

---

<sup>281</sup> À projeção do filme, segundo a organização, assistiram cerca de meia centena de pessoas, entre as que ficaram do Colóquio e outras que se deslocaram propositadamente, ao final do dia, para assistir.



**Figura 29** – Pormenor da decoração do espaço no Colóquio «Cultura Proibida, Património Estimado», destacando-se os dois objetos doados ao MNE nesta ocasião. Fotografia de Carla Queiroz captada a 19.06.2015.

Os dois objetos - navio e tambor – foram previamente dispostos no palco, próximo da mesa de conferências pelo que a notícia acolheu de surpresa o público uma vez que não vinha, propositadamente, anunciada no programa. Nesse dia – 19.06.2015 – e antes da incorporação definitiva nas coleções do Museu Nacional de Etnologia, os dois objetos regressaram ao bairro da Cova da Moura de modo a integrarem, pela última vez, a festa do Kola San Jon que decorreu no dia seguinte, dando azo a que uma equipa do Museu se tenha deslocado à Cova da Moura para fazer o registo fotográfico e fílmico, complementando a realização prévia de um conjunto entrevistas efetuadas uns dias antes do Colóquio, ao construtor do barco, ao comandante do navio e a diversos tamboreiros do grupo, especialistas no toque do tambor, e que permitiram documentar e efetuar o retrato biográfico dos objetos antes de virem a ganhar uma segunda vida nos termos de Kirshenblatt-Gimblett (2004), com o processo de incorporação nas coleções etnográficas do MNE.

O carácter inédito deste acontecimento mede-se também pelo facto de, pela primeira vez, se dar cumprimento ao artigo 19º do decreto-lei n.º 149 de 4 de agosto de 2015.


## Artigo 19.º


### Elementos de documentação

1 — Os bens móveis suporte de manifestações do património cultural imaterial registadas no «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial», bem como os elementos gráficos, sonoros, audiovisuais usados na respetiva documentação, devem ser, sempre que adequado, objeto de incorporação ou de depósito em museu com vista à sua salvaguarda.

Neste caso, e pela primeira vez, dois objetos integrantes de uma prática patrimonializada foram incorporados no Museu Nacional de Etnologia para fins da sua salvaguarda e já constam, inclusive, do catálogo coletivo on-line dos Museus da administração central, o MatrizNet, sistema de informação que disponibiliza pesquisa simultânea sobre 34 bases de dados de inventário, de museus tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural, Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro e Alentejo, bem como pela Parques de Sintra – Monte da Lua, permitindo atualmente o acesso a informação selecionada sobre mais de 100.000 bens culturais móveis (in: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Apresentacao.aspx>).

Na base de dados do Museu Nacional de Etnologia, acessível através do referido sistema de informação, constam quatro objetos resultantes desta doação, sendo que para além do navio e do tambor já referidos, foram contabilizados como registos de património móvel as duas baquetas de madeira utilizadas para tocar o tambor.

FICHA DE INVENTÁRIO	
Museu: Museu Nacional de Etnologia	
N.º de Inventário: BSA 143	
Supercategoria: Etnologia	
Categoria: Instrumentos musicais	
Denominação: Tambor	
Autor: Desconhecido	
Local de Execução: Ilha de Santo Antão, Cabo Verde	
Datção: XX e C.	
Matéria: Madeira de carvalho, pele de cabrito, corda	
Dimensões (cm): altura: 20,5; diâmetro: 45,1	8 imagens
Descrição: Tambor bi-membrado de percussão indetida com tuxe cilíndrico em madeira de carvalho e aplicação de membranas de pele de cabrito. Num das membranas pode ler-se em duas inscrições "Moinho da Juventude". Num das arcos de madeira que compõem o tambor está aplicada uma alça preta para transporte ao ombro. Pertencem-lhe duas baquetas (BSA 1432 e BSA 1433).	
Incorporação: Doação	
Origem / História: Bairro do Alto da Cova da Moura, Bursas, Amadora, Portugal. Integra a doação feita ao Museu Nacional de Etnologia pela Associação Cultural Moinho da Juventude do bairro e do sítio que participaram na Festa do Kola San-Jon do bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), manifestação cultural que se encontra inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Para mais informações consultar Ficha de Património Imaterial disponível em <a href="http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/InventarioImaterialConsultar.aspx?IdReg=1371&amp;IdEsp=3&amp;getPosicao">http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/InventarioImaterialConsultar.aspx?IdReg=1371&amp;IdEsp=3&amp;getPosicao</a> .	
Multimédia	
Registos Associados	

FICHA DE INVENTÁRIO	
Museu: Museu Nacional de Etnologia	
N.º de Inventário: BSA 144	
Supercategoria: Etnologia	
Categoria: Ritual	
Denominação: Navio (miniatura)	
Autor: Anónimo Quarta	
Local de Execução: Bairro do Alto da Cova da Moura, Bursas, Amadora, Portugal	
Datção: XXI e C.	
Matéria: Madeira, tecido, papel, cascas de amendoim, polícoria, cordão, metal	
Dimensões (cm): altura: 120; largura: 53,4; comprimento: 148	2 imagens
Descrição: Miniatura de embarcação de madeira com abertura no convés e alças laterais para aceno humano. Apresenta dois mastros e duas velas em tecido branco. No interior da abertura do convés, do lado da proa, encontra-se uma pequena grelha de amarração. Na popa possui duas bandeirolas: uma de Cabo Verde e outra com o logótipo da Associação Cultural Moinho da Juventude. Toda a embarcação encontra-se pintada de vermelho, azul e branco. Ao longo de cordões que unem o convés ao topo das velas estão aplicadas bandeirolas de papel vermelhas, azuis, brancas e amarelas. Outro cordão que une o topo das velas à proa encontra-se com milhares de papel e cascas de amendoim. A embarcação é acompanhada de dois suportes de madeira que permitem a sua sustentação quando não está a ser utilizada.	
Incorporação: Doação	
Proveniência: Bairro do Alto da Cova da Moura, Bursas, Amadora.	
Origem / História: Integra a doação feita ao Museu Nacional de Etnologia pela Associação Cultural Moinho da Juventude do bairro e do sítio que participaram na Festa do Kola San-Jon do bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), manifestação que se encontra inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Para mais informações consultar Ficha de Património Imaterial disponível em <a href="http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/InventarioImaterialConsultar.aspx?IdReg=1371&amp;IdEsp=3&amp;getPosicao">http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/InventarioImaterialConsultar.aspx?IdReg=1371&amp;IdEsp=3&amp;getPosicao</a> .	
Multimédia	
Registos Associados	

**Figuras 30 e 31** – Captação de ecrã do Programa MatrizNet relativo aos objetos doados pela ACMJ ao Museu Nacional de Etnologia em 19.06.2015.

Para além dos campos básicos de identificação de cada um dos objetos<sup>282</sup>, é disponibilizada, ao público, a informação dos campos “Descrição” e “Origem Historial”<sup>283</sup>:

#### **Descrição (navio)**

Miniatura de embarcação de madeira com abertura no convés e alças laterais para acarreio humano. Apresenta dois mastros e duas velas em tecido branco. No interior da abertura do convés, do lado da proa, encontra-se uma pequena gaveta de arrumação. Na popa possui duas bandeiras: uma de Cabo Verde e outra com o logótipo da Associação Cultural Moinho da Juventude. Toda a embarcação encontra-se pintada de vermelho, azul e branco. Ao longo de cordões que unem o convés ao topo das velas estão aplicadas bandeirinhas de papel vermelhas, azuis, brancas e amarelas. Noutro cordão que une o topo das velas à proa encontram-se tiras multicolores de papel e cascas de amendoim. A embarcação é acompanhada de dois suportes de madeira que permitem a sua sustentação quando não está a ser utilizada.

#### **Origem Historial (navio)**

Integra a doação feita ao Museu Nacional de Etnologia pela Associação Cultural Moinho da Juventude do tambor e do navio que participaram na Festa do Kola San Jon do bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), manifestação que se encontra inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Para mais informações consultar Ficha de Património Imaterial disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=337&EntSep=3#gotoPosition>.

\*

#### **Descrição (tambor)**

Tambor bi-membranofone de percussão indireta com fuste cilíndrico em madeira de carvalho e aplicação de membranas de pele de cabrito. Numa das membranas pode ler-se em duas inscrições "Moinho da Juventude". Num dos aros de madeira que compõem o tambor está aplicada uma alça preta para transporte ao ombro. Pertencem-lhe duas baquetas (BM.743/2 e BM.743/3).

---

<sup>282</sup> N.º de Inventário; Supercategoria; Categoria; Denominação; Autor; Local de execução; Datação; Matéria; Dimensões; Incorporação e Proveniência.

<sup>283</sup> Registo completo relativo ao navio disponível em:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1088196> [acedido em 13.10.2016]

Registo completo relativo ao tambor disponível em:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1088032> [acedido em 13.10.2016]

Registo completo relativo às baquetas disponível em:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1088239> [acedido em 13.10.2016]

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1088241> [acedido em 13.10.2016]

### **Origem Historial (tambor)**

Integra a doação feita ao Museu Nacional de Etnologia pela Associação Cultural Moinho da Juventude do tambor e do navio que participaram na Festa do Kola San Jon do bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), manifestação cultural que se encontra inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Para mais informações consultar Ficha de Património Imaterial disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=337&EntSep=3#gotoPosition>.

O MatrizNet dispõe de um sistema de circularidade de dados que permite estabelecer relação de cada um dos registos de património móvel, com outros registos associados, concretamente, Ficha de Património Imaterial e Fundos Documentais. No caso da Ficha de PCI, o registo criado pelo MNE denomina-se “Kola San Jon” e tal como para o património móvel, disponibiliza campos de identificação básicos<sup>284</sup>, adaptados à realidade do património imaterial e uma caracterização síntese da manifestação cultural

### **Caracterização-síntese**

A festa de Kola San Jon consiste num evento multi-expressivo que se realiza no bairro do Alto da Cova da Moura, por ocasião do dia de São João (no fim-de-semana mais próximo de 24 de junho). Tem como elemento central um cortejo, que envolve música instrumental (tambores e apitos, entre outros), música cantada, dança, palavra e artefactos (navio, bandeiras, imagem do santo, espada, ramo, traje, entre outros). Recria, em contexto diaspórico, alguns aspetos da tradição cultural cabo-verdiana (sobretudo nas ilhas do Barlavento), nomeadamente das festas que se realizam entre o dia 3 de maio (dia de Santa Cruz) e o dia 29 de junho (dia de São Pedro) e que atingem o seu momento mais importante na festa de São João.

Em Cabo Verde a multiplicidade de significados do Kola San Jon pode ser observada nas diferentes dimensões performativas e expressivas (a música, a dança, a palavra e os artefactos) bem como na componente religiosa (que inclui, por exemplo, a realização de missas e de peregrinações). A sua preparação estende-se ao longo do ano com apresentações em contextos diversificados como exibições espontâneas de rua, performances em palco, participação em festas populares em Portugal.

O Kola San Jon foi trazido para Portugal por migrantes de origem cabo-verdiana e desempenha, no espaço de acolhimento, um papel importante na representação de memórias, proporcionando aos participantes uma instância de avaliação positiva da

---

<sup>284</sup> N.º de Inventário; Domínio; Categoria; Denominação, Contexto social, territorial, temporal e de transmissão, Bibliografia e Multimédia. Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Imateriais/ImateriaisConsultar.aspx?IdReg=13> [acedido em 13.10.2016]



diferença cultural e social experienciada na Cova da Moura. Neste enquadramento desempenha um papel importante na ligação ao país de origem e na construção de um sentimento de pertença pelo país de acolhimento.

In Ficha de registo no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, disponível em:

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=337>

Relativamente aos Fundos Documentais, associados aos registos de património móvel já identificados (navio, tambor e duas baquetas) e ao registo da Ficha de PCI criada pelo MNE, encontra-se o registo fílmico realizado por Daniel Meira, da equipa do Museu, no dia 20.06.2015, no bairro da Cova da Moura, a última vez em que os objetos foram utilizados pelos detentores no seu contexto real. Tal como sucede nas outras tipologias de património já identificadas (móvel e imaterial), também nos Fundos Documentais, no caso referente a um registo fílmico, são igualmente disponibilizados campos de identificação básicos adaptados à realidade documental<sup>285</sup> e uma descrição/sinopse

#### **Descrição / Sinopse**

Registo fílmico da festa Kola San Jon, realizado pelo Museu Nacional de Etnologia a 20 de Junho de 2015 no Bairro do Alto da Cova da Moura, município da Amadora, distrito de Lisboa. O cortejo é organizado e coordenado pelo grupo do Kola ao longo das ruas da Cova da Moura, partindo da sede da Associação Cultural Moinho da Juventude, passando pela paróquia da Buraca e terminando no ringue do bairro. O grupo do Kola é composto por tamboreiros, as koladeiras (dançarinas), os comandantes dos navios, o capitão e outras pessoas que transportam os artefactos, tais como os estandartes, os cestos de alimentos, os ramos para leiloar e a imagem de S. João.

A doação dos objetos por parte do Moinho da Juventude ao Museu Nacional de Etnologia permite problematizar a questão da dicotomia entre património material e imaterial, a ideia de que um está associado ao outro e que ambos não sobrevivem sem o seu suporte, o que torna, à partida, a sua separação e dicotomização ambígua e

---

<sup>285</sup> N.º de Inventário / Cota; Tipo; Título; Autor; Local; Data-Período; Edição e Informação Técnica.

Disponível em:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Documentos/DocumentosConsultar.aspx?IdReg=11225> [acedido em 13.10.2016]

falaciosa. Este é um tema que não é recente e que tem sido alvo de reflexão por parte dos agentes culturais, institucionais e da comunidade académica, ao mesmo tempo que tem influenciado a própria tutela do património cultural e a ação de atribuição de “valor” por parte do Estado, que entronca com a problemática tratada na primeira parte desta dissertação. Neste caso, o museu incorpora objetos, representantes da cultura material, integrantes de uma manifestação intangível – curiosamente, de origem não portuguesa, mas que para esta questão não é relevante – à qual o Estado português atribuiu “valor” mediante um processo de proteção legal, equiparado a um processo de classificação no caso dos bens materiais, móveis e imóveis.

Se do ponto de vista teórico a dicotomia entre património cultural material e imaterial pode ser pensada e, inclusive, refutada, do ponto de vista prático ela existe e está presente, na ação do Estado, na sua práxis, na forma como classifica uns bens e protege os outros e como, consequentemente, conduz as políticas para uns em função dos outros.

### **III.3.3. Entre o discurso autorizado e a dissonância, suas formas e complexidades**

Volvidos mais de quatro anos sobre a inscrição do Kola San Jon no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* e não sendo, naturalmente, possível prever que destino estaria reservado a esta manifestação cultural caso a mesma não tivesse sido sujeita a um processo de patrimonialização, fica claro que inocência e descomprometimento não constam deste capítulo e que diversos elementos se conjugam para complexificar a leitura dos factos no que se refere ao que intitulámos “implicações, consequências e efeitos da patrimonialização”.

Vejamos, apesar do convite e das insistências para estar presente ou fazer-se representar no evento, a Presidente da Câmara Municipal da Amadora não compareceu, nem designou qualquer representante, para participar e intervir na sessão de abertura do Colóquio «Cultura Proibida, Património Estimado», organizado pela Associação Cultural Moinho da Juventude no Museu Nacional de Etnologia, em 2015, do mesmo modo que a Câmara não se pronunciou, independentemente dos argumentos apresentados, em fase de consulta direta, sobre o processo de inscrição do Kola San Jon

no Inventário Nacional e do mesmo modo se tem mantido ausente de grande parte das ações que envolvem a promoção e divulgação da *cultura* da comunidade cabo-verdiana presente no seu território, em concreto e indo ao encontro do teor desta investigação, no que respeita aos grupos culturais que são dinamizados no seio da ACMJ<sup>286</sup>.

No seu portal, na seção de Cultura / Património Cultural, a Câmara Municipal da Amadora informa que

O património existente no Município da Amadora reside num conjunto de imóveis de valor histórico-cultural, arquitectónico e urbanístico de manifesto interesse municipal. Ciente da sua importância, a Câmara Municipal da Amadora tem vindo a garantir a gestão e a conservação desse mesmo património, salvaguardando e preservando a memória e a história do seu espaço e das suas gentes (in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura> *acedido a 17.08.2017*).

A CMA coloca assim a ênfase na categoria do imóvel demonstrando preocupação, em aparente regime de exclusividade, com a gestão e conservação dessa tipologia de património, excluindo outras formas de salvaguarda e preservação da memória e da história local “do seu espaço e das suas gentes”<sup>287</sup>. Assim, ao excluir a referência a outras tipologias de património, nomeadamente património que se

---

<sup>286</sup> Há que referir, todavia, que em 2017 a Câmara Municipal da Amadora fez-se representar na festa do Kola San Jon por um dos seus vereadores, o qual acompanhou uma parte do cortejo pelas ruas do bairro.

<sup>287</sup> Curiosamente convém notar que a questão que envolve o entendimento que a Câmara Municipal da Amadora expressa acerca do património cultural presente no seu território (que se verifica no seu web site com a promoção e divulgação, em regime de exclusividade, do património imóvel presente no concelho) não deixa de ser interessante quando constatamos que a autarquia aprovou, em 15 de fevereiro de 2012, a “Classificação do Cante Alentejano como Património Cultural de Interesse Municipal e Apoio à Candidatura do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade/Unesco”. Esta questão era-me totalmente desconhecida, até ao dia 30 de março de 2017 quando tive a oportunidade de entrevistar o vereador do Pelouro da Cultura da CMA. Confrontado com a questão da promoção e divulgação exclusivamente do património imóvel, o autarca fez-me entender que o Município tinha sensibilidade para lidar com outras tipologias de património cultural, nomeadamente o imaterial. Esta questão - que acaba por ficar ausente do conhecimento de quem procura, através da internet, conhecer e explorar o património deste concelho - assenta no facto (que consta da proposta de deliberação), do Município de Serpa, enquanto promotor da Candidatura do Cante a Património Imaterial da Humanidade, ter formalizado o convite “à maioria dos Municípios Alentejanos e aqueles onde reside uma comunidade alentejana de dimensão significativa”, como o caso da Amadora, para se associarem à Candidatura. Curiosamente, uma das considerações que consta dessa Proposta refere que: «Nos termos do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram» (CMA\_ Proposta nº. 72/2012). Devo considerar que, por esta ocasião, os representantes da CMA estariam longe de prever que um ano depois de ser aprovada, por unanimidade, esta Proposta que reconheceu oficialmente o Cante Alentejano como “Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal”, a Câmara Municipal da Amadora seria confrontada com o processo de patrimonialização do Kola San Jon cujo enquadramento, a referida citação da Lei de Bases do Património Cultural claramente prevê.

encontra sob forma de proteção legal por parte do Estado português - e que se manifesta ou desenvolve dentro dos limites deste concelho – vem favorecer a ideia, nos termos de Laurajane Smith (2006) de que o património veicula um discurso e que esse discurso não só concebe a maneira como se entende o que é o património como define uma postura perante a forma como se age sobre ele (Alencar, 2013). Acresce, no caso, e a própria Laurajane Smith convoca esta questão, que posturas relativamente ao multiculturalismo influenciam a forma como o património é definido atribuindo a grupos supostamente “subalternos” um lugar dentro do discurso autorizado, que não deixa de ser potencialmente dissonante e alternativo. Tal significa igualmente que o património não deixa de ser uma prática social que assenta num fenómeno relacional onde grupos e indivíduos, dotados de agencialidade, ativam posições nas relações entre si, nas relações com os lugares, nas relações com os processos e que no seu engajamento uns e outros constroem noções que podem ser concordantes, mas também opostas e, nesse caso, permanecer fora dos termos do discurso autorizado sobre o património.

É impossível desassociar esta questão do processo conflitual que há alguns anos põe em confronto as duas instituições, a Associação Cultural Moinho da Juventude e a Câmara Municipal da Amadora, perante a questão da resolução da propriedade fundiária, muitas vezes designada como o “problema da qualificação” ou da “legalização” do bairro (Carolino, no prelo), e que tem sofrido os mais variados avanços e recuos ao longo dos últimos anos. Na minha opinião, a ninguém interessará mais do que ao Moinho da Juventude manter uma posição de rutura perante as instituições políticas que ameaçam tomar decisões radicais no âmbito do processo de legalização e requalificação do bairro que envolve, para além das instituições, outros agentes, como os proprietários legais do terreno que reclamam pela resolução do problema, solicitando uma compensação ao Estado<sup>288</sup>.

---

<sup>288</sup> A família Canas, proprietária legal do terreno, reclama a posse de 16 hectares onde habitam cerca de 6000 pessoas e tem vindo a negociar uma permuta de terrenos com o Estado, ao que se mostram favoráveis os moradores que se defendem demonstrando o pagamento de impostos (IMI), água e luz e, em alguns casos, a compra do terreno onde edificaram a casa. O debate foi novamente reacceso em outubro de 2016 por parte dos proprietários que reclamam a resolução do problema justificando-se igualmente com o pagamento, há mais de quatro décadas, de impostos devidos ao Estado por uma propriedade que consideram ser sua apenas no papel.

No dia 9 de outubro de 2016 a Direção do Moinho da Juventude convocou uma reunião de moradores e “amigos” do bairro com o objetivo de debater esta questão a propósito de uma reportagem que passou na estação de televisão pública e que confrontou os vários intervenientes, e onde a CMA fez saber que não quer ser a proprietária dos terrenos nem tem capacidade financeira para realojar mais de 5 mil pessoas que ali habitam. A resolução da questão foi remetida para a administração central que através do Ministério do Ambiente se demarca do assunto, atribuindo à Autarquia o dever de resolução do assunto.

Perante o cenário complexo que opõe proprietários legais do terreno à administração central e local, que por sua vez opõe os representantes da administração central aos representantes da administração local, igualmente opõe moradores ao poder autárquico mas que também opõe entre si as associações do bairro, por um lado a Associação Cultural Moinho da Juventude que defende uma solução coletiva para a questão, tal como deixou claro na reunião de 9 de outubro e, por outro, outros agentes locais que defendem uma solução individual, caso a caso, que passa pela aplicação da lei de usucapião<sup>289</sup>. Tal cenário de oposição entre agentes e instituições, coloca apenas do mesmo lado e, curiosamente, os proprietários legais do terreno e os moradores, na medida em que os primeiros defendem outros interesses que não a hipótese de causar prejuízos ou tomar medidas radicais, como a demolição das habitações, sendo que reclamam a permuta por terrenos noutra parte do país, preferencialmente terrenos rústicos, para a produção agrícola, em lugar de terrenos urbanos<sup>290</sup>.

O Moinho da Juventude convoca para esta causa a patrimonialização do Kola San Jon, como fez na referida reunião de 9 de outubro e é neste sentido que a problemática entronca com esta pesquisa. A inscrição do «Kola San Jon (Bairro do Alto da Cova da

---

<sup>289</sup> Direito de domínio que um indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal.

<sup>290</sup> No desenvolvimento desta questão, e a pedido dos representantes da família Canas, teve lugar no dia 4 de maio de 2017 nas instalações da Associação de Moradores do Bairro Alto Cova da Moura, uma reunião que juntou os representantes da referida família e os representantes das instituições pertencentes à Comissão de Bairro (desativada desde 2015). Em consequência desta reunião, e segundo me foi relatado por Godelieve Meersschaert, no dia 22 de maio os representantes da Comissão voltaram a reunir no sentido de promover a sua reativação. Acresce que dessa reunião resultou a elaboração de uma carta enviada à Presidente da Câmara Municipal da Amadora que recebeu os membros da Comissão no dia 20 de julho de 2017. O Moinho da Juventude fez-se representar na reunião na CMA por dois elementos da Direção: Vitalina Monteiro e Jakilson Pereira.

Moura, Amadora)» no Inventário Nacional do PCI como consta da publicação em Diário da República de 16 de outubro de 2013 vincula a prática ao território, o bairro da Cova da Moura, e atribui a esta manifestação proteção legal por parte do Estado português o que, como tal, torna mais difícil qualquer ação de demolição do bairro que possa vir a ser perspetivada.

#### **III.4. O Kola San Jon e a celebração mexicana da Festa dos Mortos em França**

O caso francês e a celebração mexicana da Festa dos Mortos tem um lugar duplamente privilegiado nesta dissertação como epílogo do capítulo que dedicámos à patrimonialização do Kola San Jon e como preâmbulo do capítulo seguinte que dedicamos ao contexto cabo-verdiano a partir da viagem que realizei ao arquipélago em 2016 e para a qual parti já com a ideia de confirmar alguns paralelismos não tanto entre as duas práticas mas, sobretudo, entre os respetivos processos de patrimonialização. A meu ver, revela-se igualmente pertinente introduzir este tema pelo facto de permitir uma articulação, intencionalmente moderada, com o universo das políticas públicas para o património imaterial sobre as quais me debrucei na primeira parte da dissertação e cujo contexto internacional foi alvo de reflexão no já mencionado Colóquio “Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas”, organizado pela Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da DGPC, entre 28 e 29 de novembro de 2012 no qual marcou presença Sylvie Grenet, como responsável pela *Mission pour le patrimoine culturel immatériel et le patrimoine ethnologique / Département du Pilotage de la Recherche et de la Politique Scientifique, Ministère de la Culture et de la Communication* e apresentando-se, desse modo, como responsável pelos inventários do Património Cultural Imaterial em França<sup>291</sup>.

---

<sup>291</sup> O governo francês gere as políticas públicas para o património imaterial, nomeadamente a gestão do Inventário Nacional, através do «Département du Pilotage de la Recherche et de la Politique Scientifique» dependente da Direction Générale des Patrimoines/Ministère de la Culture et de la Communication. Este Departamento herdou, em 2009, as competências atribuídas ainda em 2006 à «Mission du Patrimoine Ethnologique» a quem foi cometida nesse ano (em que foi ratificada, por França, a Convenção da UNESCO de 2003), a missão de implementação da Convenção à escala nacional. Entre 2006 e 2012 uma instância consultiva informal, o *Comité technique du PCI*, serviu de fórum para a troca de informações relativas à Convenção para a Salvaguarda do PCI. Progressivamente, o Comité foi-se tornando responsável pela análise e avaliação dos dossiês de candidatura para a inclusão de uma manifestação de PCI no inventário nacional francês ou para a inscrição numa das listas da instituídas pela UNESCO. Em 2012 foi criado, oficialmente por decreto, o *Comité du patrimoine ethnologique et immatériel* (CPEI) com uma duração de

Convém notar que despertei para o pressuposto de que poderia haver algumas afinidades conceptuais entre o processo de patrimonialização desta celebração de origem mexicana em França e a patrimonialização do Kola San Jon em Portugal pouco tempo antes da viagem a Cabo Verde e por sugestão de Chiara Bortolotto que, numa sessão doutoral, manifestou curiosidade e me desafiou a aprofundar o assunto. De referir que Bortolotto mantém proximidade com esta temática, não apenas por ser especialista na área do património cultural imaterial e autora de várias publicações nesta matéria, mas concretamente por ter sido responsável por uma campanha de inventário desenvolvida em França, entre 2007 e 2010, com o objetivo de identificar manifestações de património imaterial de grupos de imigrantes associadas a práticas tradicionais que se desenvolvem nos seus territórios de origem e da qual resultou a inscrição no inventário nacional francês de oito práticas de origem mexicana e onze práticas de origem italiana<sup>292</sup>.

Note-se que o inventário do património imaterial presente no território francês foi concebido em dois momentos distintos, ou dito de outra forma, reflete aquilo que Sylvie Grenet (2013) considera como sendo dois inventários: o primeiro, *L' inventaire des inventaires*, data de agosto de 2007, cerca de um ano depois da ratificação da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* por França, altura em que o *Département du pilotage de la recherche et de la politique scientifique* iniciou o “inventário dos inventários”, que consistiu num levantamento sobre o estado dos

---

cinco anos. Este novo Comité consultivo analisa e aprecia os processos de inclusão de manifestações de PCI no inventário nacional e os dossiês de candidatura para a inscrição nas listas da UNESCO. As apreciações do Comité são objeto de aprovação, através de decreto, por parte do Ministério da Cultura e Comunicação. O CPEI é composto por: três representantes do Ministério da Cultura e Comunicação; pelo Diretor Geral do Património; por três personalidades qualificadas pelas suas competências no domínio do património etnológico e imaterial; por um Presidente de Câmara designado pela Associação de Municípios de França; por um Presidente do Conselho Geral designado pela Associação de Departamentos de França e finalmente, por um Presidente do Conselho Regional designado pela Associação das Regiões de França.

<sup>292</sup> «Onze fiches ont été réalisées sur les pratiques associées à la culture italienne en France. Elles recourent plusieurs domaines: savoir-faire techniques (la barquette marseillaise) préparations alimentaires (les sugelli), fêtes religieuses (Fête de Notre-Dame de la Visitation à Vievola; Crémation des Trois Sapins; Fête de Saint-Léon, patron de Sperlonga; fête de Saint-Michel à La Ciotat) pratiques musicales et danses traditionnelles (chants polyphoniques; Courent(e); Balèt; Accordéon cormatique). Huit fiches ont été réalisées sur les pratiques associées à l'immigration mexicaine. En particulier trois d'entre elles sont associées à la fête des morts (...). Deux fiches concernent des préparations alimentaires (pain des morts et Rosca de Reyes) quatre fiches relèvent du domaine des fêtes (le jour des morts, la Posada et la Candelaria, la Fête de Notre-Dame de Guadalupe), et deux des savoir-faire artisanaux et création artistique (calaveras et piñatas)» (Bortolotto, 2010: 5).

inventários do património imaterial anteriores à ratificação da Convenção de 2003<sup>293</sup>. Em 2008 o referido Departamento iniciou a implementação do *Inventaire des pratiques vivantes* (idem) no qual até hoje tem vindo a trabalhar. Este inventário – que atualmente conta com cerca de três centenas de fichas que correspondem ao mesmo número de manifestações inscritas - foi concebido como um processo aberto e evolutivo<sup>294</sup> que é alimentado por investigações científicas, como a que foi conduzida entre 2007 e 2010, ou a partir de solicitações dos detentores do PCI.

La campagne d'inventaire [2007-2010] dont j'ai été chargée a visé en particulier les pratiques qui, tout en se déroulant sur le territoire français, sont portées par des groupes d'origine étrangère (issus de l'immigration), sont associées à des pratiques qui existent aussi sur le territoire d'un autre État (transfrontalières) ou entretiennent des liens historiques ou légendaires avec des expressions culturelles qui se déroulent dans d'autres pays (Bortolotto, 2010).

É paradigmático o caso da celebração do Dia dos Mortos, no México que desde 2008 integra a *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO - tendo sido originalmente proclamada *Obra-Prima do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, em 2003<sup>295</sup> - com a designação *Las fiestas indígenas dedicadas a los muertos*. No âmbito da referida campanha, o governo francês inscreveu-a, em 2010, no inventário nacional do património imaterial como *Fête des morts* depois de identificar a sua singularidade em território nacional. Trata-se de uma celebração de origem “indígena” que decorre anualmente entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro e coincide com as tradições católicas do Dia dos Fiéis Defuntos e do Dia de Todos os Santos. Neste dia os mortos têm permissão divina para visitar os seus parentes e amigos que se prepararam para a ocasião ornamentando as casas com flores, velas e incensos, decorando os caminhos que conduzem das suas casas aos cemitérios e cozinhando as

---

<sup>293</sup> No âmbito desta ação, os inventários do PCI foram identificados por domínio ou área geográfica, por exemplo, «l'inventaire des théâtres de marionnettes en France» ou a «Collecte du patrimoine immatériel de l'aire Ajië-Aro de Nouvelle-Calédonie».

<sup>294</sup> Que, ao contrário do caso português, se constitui como um simples recenseamento que não dá origem a qualquer forma de proteção legal.

<sup>295</sup> Recorde-se que o Programa das *Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* foi lançado pela UNESCO em 1997 e contou com três momentos de proclamação: 2001, 2003 e 2005. Durante a 3.ª Sessão do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI que decorreu em Istambul, em 2008, foi decidido integrar diretamente na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade as 90 manifestações proclamadas "Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade" entre 2001 e 2005.



refeições preferidas dos defuntos que colocam ao redor de altares familiares cuidadosamente ornamentados ou junto às suas sepulturas.

Tal como sucede com o Kola San Jon e práticas congêneres que se identificam em diversas partes do mundo, no caso da celebração do Dia dos Mortos práticas congêneres encontram-se igualmente disseminadas e identificadas noutras regiões do globo – para além de toda a América Latina, também nos Estados Unidos, na Nova Zelândia, na Ásia (Filipinas) e em vários países da Europa. Em cada um dos contextos territoriais onde é recriada, a celebração adquire novas significações. Stanley Brandes, Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley, na Califórnia, é um dos investigadores que mais tem estudado a festa do Dia dos Mortos não apenas no México, mas também nesses contextos migratórios incluindo América Latina, Europa e EUA e o seu trabalho inspirou a própria Chiara Bortolotto no período em que conduziu a campanha de identificação das manifestações de património imaterial de grupos de imigrantes levada a cabo pelo governo francês para fins de inscrição no inventário nacional<sup>296</sup>.

A análise comparada dos processos de patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura e da Festa dos Mortos em França, permite estabelecer algumas relações interessantes pese embora seja necessário ter em consideração que a relação entre México e França, da qual deriva a patrimonialização da Festa dos Mortos, é distinta, em termos migratórios, da relação entre Portugal e Cabo Verde que não é alheia naturalmente a toda a conjuntura histórica estabelecida pelo passado colonial que une estes dois países. Todavia e sublinhando as realidades distintas que decorrem desta consideração, evidencia-se o facto de ambas as manifestações serem reproduzidas em ambientes migratórios e de ambas estarem enquadradas como atividades culturais desenvolvidas no seio de associações de emigrantes que se dedicam à promoção da herança cultural das comunidades que representam verificando-se, no caso francês, a existência de algumas associações criadas exclusivamente para este fim (Bortolotto, 2010). Tal como o Kola San Jon da Cova da Moura, que extrapolou o seu espaço e o seu tempo convencional ganhando existência noutros contextos para além do que se

---

<sup>296</sup> Os objetivos, a metodologia e os resultados deste projeto de que se ocupou Chiara Bortolotto entre 2007 e 2010 são objeto de análise no Relatório *Identification des pratiques d'origine italienne et mexicaine pour l'inventaire du patrimoine culturel immatériel en France*, de 2010.

circunscreve ao dia da festa de São João Batista, a celebração da Festa dos Mortos em França adquire uma dimensão artística que igualmente a projeta, não tanto para fora do calendário ritual ao qual permanece vinculada, mas sobretudo para outros espaços não convencionais onde a prática é recriada desfasando-a completamente do contexto, familiar e social, em que tradicionalmente decorre no México. Chiara Bortolotto menciona-o na ficha de inventário considerando que «Même si ces symboles sont souvent associés à l'autel, l'aspect proprement sacré n'est pas central dans cette célébration» (Ficha de Inv, 2010). Este é outro aspeto que permite comparar os dois processos sendo que a citação poder-se-ia perfeitamente adaptar ao Kola San Jon da Cova da Moura no que respeita à questão do sagrado na medida em que, como vimos, com o processo migratório, ou de *de/territorialização*, a manifestação perdeu a sua dimensão ritual e religiosa, adquirindo uma dimensão puramente performativa que a própria Associação Moinho da Juventude pragmatiza.

Se como performance cultural o Kola San Jon tem acolhimento e aceitação em eventos de idêntica natureza por estar afeto a um grupo cultural dinamizado por uma entidade que estimula a sua exibição noutros contextos, a celebração da Festa dos Mortos, enquanto manifestação artística, é acolhida em Paris nos mais diversos espaços culturais como galerias de arte, lojas, museus e salas de exposição ou em espaços apropriados junto de representações das instituições culturais ou políticas mexicanas sediadas em França<sup>297</sup>. Num caso e noutro, a dimensão religiosa perde significado perante as dimensões - artística e performativa - que ganham maior projeção e relevo e lhes conferem novas existências e novos significados, uma espécie de *segunda vida* nos termos de Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) - e que na realidade deriva daquilo que a própria autora considera ser a “meta-culturalidade” do património imaterial que se sustenta na teoria de que a *cultura* é dinâmica e que a mudança propicia a produção e reprodução das práticas sociais. A questão também não foge da ideia defendida por E. Hobsbawm (1983) de que as transformações sociais, incluindo naturalmente as que são provocadas por contextos de mobilidade, debilitam ou destroem os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais se

---

<sup>297</sup> Chiara Bortolotto refere que é frequente os artistas associarem-se a esta celebração, buscando inspiração para criar e é frequente também associarem-se as administrações locais que acrescem outras iniciativas como por exemplo, espetáculos teatrais.

tornam incompatíveis e por isso são reinventadas dando mostras de capacidade de adaptação e flexibilidade da parte dos atores sociais que as promovem. Esta situação permite repensar o modelo patrimonial clássico, assente em alicerces espaciais fixos e bem delimitados e assumir a emergência de um novo paradigma que a própria noção de PCI propõe. A propósito do projeto de inventariação das práticas mexicanas e italianas em França, Clara Bortolotto foca esta questão considerando que o

PCI se définit en première instance en fonction des communautés de ses porteurs et que ces communautés ne se définissent pas forcément comme des communautés territoriales ou peuvent être dispersées sur un territoire discontinu du point de vue politique ou administratif. Par conséquent, l'un des principaux enjeux de cette catégorie patrimoniale est de mettre en discussion les principes classiques de la protection du patrimoine (...) (Bortolotto, 2010: 5).

Ou seja, se o impulso é dado pelas “comunidades” a quem a própria Convenção da UNESCO de 2003 atribui, subjetivamente, a responsabilidade na salvaguarda do PCI, admite-se a sua mobilidade, logo, torna inviável pensar esta nova categoria de património como estando associada a um só território, tal como sucede com outras tipologias de património cultural e natural. Vejamos, por exemplo, o que sucede com a celebração do Dia dos Mortos em que uma das componentes centrais da festa se estabelece, no México, entre a casa e o cemitério. As famílias decoram as sepulturas e reúnem-se à volta delas para desfrutarem de momentos íntimos, onde ouvem música e partilham refeições. Em Paris isso não sucede, desde logo, porque a maioria das famílias mexicanas, imigrantes recentes, não têm ainda sepulturas em número significativo nos cemitérios da cidade que justifique fazê-lo e mesmo que tal suceda, como é natural que venha a suceder, torna-se quase impossível por em prática esta tradição atendendo ao fosso existente no estabelecimento das regras de comportamento a adotar nos cemitérios franceses comparativamente com o entendimento que tais práticas suscitam no próprio país, onde são encaradas com normalidade. A juntar a isto, as matérias-primas necessárias para compor o altar dos mortos (componente fundamental da tradição mexicana), nem sempre fáceis de encontrar em Paris e que “obrigam” os emigrantes mexicanos a encontrar alternativas que satisfaçam, por exemplo, substituindo materiais sempre que é impossível importá-los diretamente do México,

como muitas vezes sucede<sup>298</sup>. Idêntica questão coloca-se no caso do Kola San Jon, por exemplo, com a matéria-prima (a pele) com que se executam os tambores que frequentemente é mandada vir diretamente do arquipélago.

Em comum ambas as manifestações têm o facto de se constituírem como veículos de afirmação social e identitária perante as sociedades de acolhimento às quais se dão a conhecer através da promoção da sua *cultura* - quer do México, quer de Cabo Verde - pelo que assumem também uma dimensão pública, independentemente da dimensão individual ou comunitária que lhes esteja igualmente associada<sup>299</sup>.

As afinidades entre o Kola San Jon e a Festa do Dia dos Mortos estendem-se ao facto de ambas terem sido submetidas a processos de patrimonialização nos países de acolhimento. Todavia e, se por um lado, o processo de patrimonialização do Kola San Jon resultou da iniciativa da “comunidade” aquela que, como define a UNESCO, está engajada com este PCI (ACCU-UNESCO 2006) e onde podemos enquadrar o Moinho da Juventude como entidade representante responsável pela condução do processo sem intervenção do Estado mas com o apoio técnico e científico da comunidade académica, no caso da Festa dos Mortos em França, a patrimonialização resultou diretamente de uma ação do Estado que promoveu os meios para a sua concretização.

As afinidades entre ambas terminam, por ora, com uma outra percepção: se por um lado, a Festa dos Mortos tem enquadramento num contexto mais alargado de promoção e valorização por parte do país de origem que promoveu, há mais de uma década, a sua patrimonialização à escala mundial, no caso do Kola San Jon a iniciativa de salvaguarda é recente e aconteceu exclusivamente na diáspora por iniciativa da

---

<sup>298</sup> Tal como também não se encontram facilmente em Paris alguns ingredientes necessários à confeção dos repastos alimentares, o que faz com que muitas vezes se opte por adquirir produtos congéneres em estabelecimentos comerciais chineses ou africanos. É também nestes estabelecimentos que se adquirem os adornos utilizados para ornamentar os altares.

<sup>299</sup> Destaca-se uma carta deixada por um turista mexicano, de férias em Paris no ano de 2007 que ao visitar o Museu de Quai Branly de se deparou com um altar onde deixou a seguinte mensagem nas costas de uma bandeira do México: *Querido Tata, ahora estoy en Paris con mi familia, André y Tatiana (a quien le decimos de carigno, Tata, como a ti!) y por eso no pude ir a verte hoy ni hacerte un altar como de costumbre. Pero aprovecho este altar en un museo para dejarte esta carta-bandera y decirte que te quiero, que te extragno y que pienso en ti (...)*. Note-se que em 2007 o Museu de Quai Branly teve um papel fundamental na valorização e promoção desta expressão cultural mexicana tendo organizado em parceria com o Instituto do México, uma “semana mexicana” destinada a “honrar” o dia mexicano dos mortos. Essa iniciativa contou com uma programação específica que incluiu oficinas, conferências, exposições, visitas temáticas, etc.

associação local que depois ter conseguido alcançar o reconhecimento nacional em Portugal, almeja alcançar o reconhecimento internacional visando o qual se tem desdobrado em inúmeras tentativas de persuasão junto das mais diversas entidades.

Ao contrário do México que conta com nove manifestações inscritas na *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO, Cabo Verde tem vindo, há alguns anos, a anunciar a preparação da sua primeira candidatura a Património Imaterial da Humanidade e é sobre esse contexto que agora nos deteremos.

## CAPÍTULO IV APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS EM CABO VERDE PARA O PCI

### IV.1. Políticas e património cultural (imaterial) em Cabo Verde: enquadramento legal e institucional

Em termos históricos a área da Cultura surge como uma preocupação do primeiro governo de Cabo Verde, pós-independência, que desenvolve esforços no sentido de empreender uma política cultural de corte com o passado colonial, agregando-a desde logo à área da Educação através da criação do Ministério da Educação e Cultura<sup>300</sup>. Na sua tese de mestrado intitulada *Legislação sobre a Defesa do Património em Cabo Verde* o investigador António Martins encontrou fracos antecedentes de trabalho desenvolvido no período pré-independência e observa que durante a primeira década após a independência nacional se deu grande atenção à assinatura de acordos de cooperação internacional na área da Cultura<sup>301</sup>.

Sem nos querermos alongar sobre o assunto e apenas a título de enquadramento, importa conferir que as primeiras incursões relevantes no domínio do património cultural datam de 1978 com a criação da «Comissão Nacional para promover o restauro, a reabilitação, a defesa e a conservação dos monumentos nacionais e de outros valores do património artístico e cultural do país nacionais». Foi criada nesse mesmo ano a Direção-Geral da Cultura, responsável pelas áreas da investigação, linguística, tradições orais, animação cultural, audiovisual e levantamento do património cultural. 1978 foi também o ano em que o Estado cabo-verdiano procurou pela primeira vez sensibilizar a UNESCO para a classificação da Cidade Velha como

---

<sup>300</sup> Em poucos meses agregam-se mais duas áreas e o Ministério passou a designar-se como Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos. Nesta conjuntura são criados ainda os seguintes organismos: Direção Nacional do Artesanato (1976); Instituto Cabo-verdiano do Livro e Instituto Cabo-verdiano do Cinema (1977).

<sup>301</sup> António Martins (2011) dá conta da criação da *Comissão de Investigação e Divulgação Cultural* por parte do Governo de Transição, em 1975, cujas competências (plasmadas no art.º 2 do Decreto-Lei nº. 45/75 de 24 de maio) refletem a nova orientação e organização ideológica e política vivida neste período que, de certo modo, preconizam a ideia defendida por alguns investigadores e eruditos que em Cabo Verde a *nação* precedeu o Estado: «a nação cabo-verdiana existe muito antes da independência, muito antes do PAIGC. Muito antes da luta já existia uma nação cabo-verdiana, mais ou menos sólida, com critérios de identidade próprios, designadamente a língua, o modo de ser e de estar, as tradições e a cultura» (Fonseca, 2012 cit in Madeira, 2015).

Património Mundial, ao abrigo da Convenção de 1972 (o que veio a suceder apenas em 2009).

Para o governo da I República (1975-1990)<sup>302</sup> a preservação e valorização do património era uma prioridade tendo sido apresentados importantes projetos entre eles o da recuperação da Cidade Velha<sup>303</sup>. Foi criado, neste período, o Instituto Nacional de Cultura (INAC) ao qual foi incumbida a tarefa de definição, preservação e defesa do património cultural e cuja atuação não foi, como revela Martins (2011), isenta de críticas<sup>304</sup>.

O advento da II República conduz a uma reestruturação profunda do setor da Cultura em Cabo Verde de que resulta a criação do Gabinete de Salvaguarda do Património<sup>305</sup> e a criação de dois Institutos: o Instituto Nacional de Investigação Cultural e o Instituto de Promoção Cultural (o qual que herdou as competências do Instituto Cabo-verdiano do Cinema, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco e do Centro Nacional de Artesanato, todos extintos em 31 de dezembro de 1997). Em 1998 nasce pela primeira vez o Ministério da Cultura desvinculado das áreas às quais esteve ligado nos anos anteriores, mais recentemente a da Comunicação Social. O Ministério da Cultura passa a ter superintendência sobre o Arquivo Histórico Nacional e sobre os dois referidos Institutos - o Instituto Nacional de Investigação Cultural e o Instituto de Promoção Cultural.

---

<sup>302</sup> Cabo Verde declarou a sua independência, tornando-se um Estado-nação, a 5 de julho de 1975 através de um processo de libertação nacional assente num projeto de unidade com a Guiné-Bissau (a primeira Constituição cabo-verdiana aprovada a 5 de setembro de 1980 previa a unificação entre os dois países, mas um golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau cerca de dois meses depois acabou com os planos de união política). Identificam-se dois grandes períodos na história da pós-independência de Cabo Verde: o primeiro entre 1975 e 1990, marcado pela existência de um regime de partido único que assentava na unidade nacional e o segundo de 1991 até à atualidade, fortemente marcado pela passagem de um regime monopartidário para um regime multipartidário. Importantes reformas políticas foram levadas a cabo em 1990 que possibilitaram a primeira eleição presidencial livre no país, em 1991. O sistema multipartidário viria a ser oficializado na Constituição de 1992.

<sup>303</sup> Também o da recuperação do mercado do Mindelo e da alfandega velha; da recuperação do Seminário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em S. Nicolau; do Museu Nacional de Cultura e da Biblioteca Nacional.

<sup>304</sup> Não obstante algumas críticas à sua atuação, é-lhe atribuído crédito no desenvolvimento de campanhas de recolha dos objetos no período entre 1993/94 que culminou com o surgimento do primeiro Museu Etnográfico de Cabo Verde, em 1997, na Cidade da Praia.

<sup>305</sup> O Gabinete de Salvaguarda do Património foi responsável pela recuperação da Réplica da Torre de Belém que se encontra em São Vicente.

Com a posse da VI legislatura (2001-2005) novas alterações são introduzidas no seio de uma renovada tutela que agora dá pelo nome de Ministério da Educação, Cultura e Desportos, agregando novamente outras áreas. No domínio da cultura, a sua ação estende-se à criação do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Cultural (INIPC) que resulta da fusão das três entidades agora extintas: Instituto Nacional de Investigação Cultural (INIC), do Instituto de Promoção Cultural (IPC) e do Gabinete de Salvaguarda do Património. O INIPC vai ter uma duração relativamente curta que dará lugar, logo em 2003, à criação do Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC)<sup>306</sup>.

O Instituto do Património Cultural (IPC) que nesta cronologia se assume como a instituição mais recente com responsabilidades no âmbito da preservação, defesa, proteção e promoção dos bens culturais em Cabo Verde, é herdeiro e subsidiário do IIPC. Com efeito, o Instituto do Património Cultural sucede ao Instituto da Investigação e do Património Culturais, o qual havia assumido competências das diversas instituições anteriormente criadas. A sua extinção foi justificada por se considerar desatualizado para «desempenhar cabalmente a função de identificação, inventariação, investigação, preservação e conservação do património cultural móvel e imóvel, tangível e intangível do povo cabo-verdiano em todo o território nacional»<sup>307</sup>.

O Decreto-Regulamentar n.º 26/2014 de 27 de junho do Boletim Oficial<sup>308</sup> da República de Cabo Verde fixa a estrutura e as normas de funcionamento do IPC, através da aprovação dos seus estatutos. Conforme o preâmbulo do documento, o diploma é legalmente fundamentado na Constituição da República de Cabo Verde cuja alínea c) do n.º 3 do artigo 78º vincula o Estado à obrigação de «Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, histórico e arquitetónico». Para dar cumprimento ao desígnio constitucional o Estado cabo-verdiano havia elaborado, em 1990, a *Lei de Bases*

---

<sup>306</sup> Decreto-Lei n.º 2/2003 de 24 de fevereiro - B.O. I Série nº 5, de 24/02/2003.

<sup>307</sup> Preâmbulo Decreto-Regulamentar n.º 26/2014 de 27 de junho.

<sup>308</sup> O Boletim Oficial de Cabo Verde corresponde ao Diário da República de Portugal.



do *Património Cultural*<sup>309</sup> amplamente inspirada na versão de 1985 da *Lei de Bases do Património Cultural* portuguesa<sup>310</sup>.

Importa destacar que o Instituto do Património Cultural integra, desde 2013, uma Direção de Património Imaterial (DPI) que é responsável por um conjunto amplo de atribuições nos domínios da História, Tradição Oral e Popular e da Linguística Aplicada. Nos seus estatutos, o IPC valoriza a disciplina e a prática antropológica como veículo de promoção do conhecimento sobre o património cabo-verdiano de natureza intangível.

A atual Direção do Património Imaterial do IPC sucede à anterior Direção de Ciências Sociais e Humanas do IIPC a quem competia a implementação e execução da política de investigação sociocultural, evidenciando-se nos últimos anos as áreas de linguística, com a publicação de obras em (e sobre) a língua cabo-verdiana, das tradições orais, com a recolha e publicação de vários contos tradicionais e da História com destaque para a publicação da obra “História Geral de Cabo Verde”<sup>311</sup> em três volumes. Da orgânica do IIPC constava ainda a Direção de Salvaguarda do Património que veio a ter um papel fundamental na única candidatura que Cabo Verde veio a submeter à UNESCO, a candidatura da Cidade Velha classificada como Património da Humanidade, como referido, em junho de 2009. Devido ao seu estatuto de património nacional e com a pretensão desta elevação à categoria de Património da Humanidade, o IIPC desenvolveu e acompanhou, durante décadas, o trabalho de restauro e reabilitação dos monumentos desse sítio histórico que contou com o apoio técnico e financeiro de países como Portugal e Espanha. De entre as suas áreas de atuação, a do Património Imaterial não era contemplada na missão institucional do IIPC que estava sobretudo vocacionado para as áreas da preservação do património móvel e imóvel, arquitetónico, subaquático, gestão museológica e gestão de sítios históricos. O trabalho desenvolvido pelo IIPC mais

---

<sup>309</sup> Lei n.º 102/III/90 de 29 de dezembro que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano.

<sup>310</sup> «Se repararmos bem, na definição dada pela Lei nº102/III/90 de 29 de dezembro de 1990, no seu Artigo 2º, constatamos que a única diferença existente é a identidade da cultura cabo-verdiana. Do resto é a mesma coisa. Realça-se que o mesmo acontece com os outros Artigos procedentes (...). (Martins, 2011: 107).

<sup>311</sup> Resulta de um trabalho de investigação iniciado em 1987 e concluído no ano 2000. O projeto nasceu de um protocolo entre a Direção Geral da Cultura e o Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal) que reuniu investigadores dos dois países.

próximo daquela que é a atual categoria de património imaterial centrava-se no domínio da recolha das tradições orais cuja delineação provinha já das atribuições alocadas à Direção-Geral da Cultura em 1978 e que ainda hoje têm um importante reflexo nas políticas culturais em Cabo Verde.

Recorde-se que, em Portugal, o conceito de património cultural imaterial surge pela primeira vez em 1985 no único artigo que lhe foi dedicado na *Lei de Bases do Património Cultural*, estabelecendo relação com o domínio das tradições orais. Tal como referido, buscando inspiração no diploma português, a *Lei de Bases do Património Cultural* de Cabo Verde emprega o conceito de bens imateriais para referir “os que constituem elementos essenciais da memória coletiva do povo, tais como história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, a língua nacional e a oficial, e ainda as obras de engenho humano e todas as formas de criação artística e cultural independentemente do suporte ou veículo por que se manifestam.” (alínea c) do artigo 3.º do Decreto-lei 102/III/1990). No seu artigo 70º, a mesma lei consagra a proteção do património cultural imaterial como obrigação do Estado cabo-verdiano, atribuindo-lhe as seguintes obrigações: a) promover o respeito dos valores gerais da cultura e defesa da identidade e memória coletiva cabo-verdiana; b) prosseguir a proteção e o fomento da língua cabo-verdiana; c) assegurar a defesa dos valores etnográficos e etnológicos; d) apoiar a revitalização e conservação de tradições culturais em vias de desaparecimento; e) promover a recolha, conservação, divulgação e fruição do património imaterial; f) promover a defesa e conservação do património documental, através da criação, organização e dinamização dos arquivos, bibliotecas e museus.

À Direção do Património Imaterial do IPC, criada na senda de uma suposta, como veremos, ratificação da Convenção da UNESCO por Cabo Verde, em 2008, é então cometida a responsabilidade de desenvolver e implementar medidas de salvaguarda potenciadoras da viabilidade e revitalização do património imaterial nas suas diversas componentes, nomeadamente tendo em vista a inscrição de bens culturais nacionais na *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da Humanidade. À DPI estão adstritas outras responsabilidades como a investigação, edição de obras científicas, realização de encontros, colóquios, seminários, ações de formações e de outras atividades de relevância. 2015 foi o primeiro ano de arranque desta Direção já num

contexto de trabalho amplamente vocacionado para a operacionalização e implementação, a nível nacional, da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, entretanto oficialmente ratificada pelo Estado cabo-verdiano.

O trabalho cometido à Direção do Património Imaterial do IPC concretiza-se num «Programa Nacional de Inventário de Património Cultural Imaterial» previsto para um período de cinco anos (2015-2020) a implementar em articulação com o desenvolvimento do diploma para a regulamentação do PCI configurando assim os moldes da conceção do Regime Jurídico nacional para salvaguarda do património cultural imaterial como instrumento fundamental para a concretização da ação do Estado cabo-verdiano nesta matéria. Das ações programadas no plano de atividades consta o Projeto de "Inventário do património cultural imaterial da ilha de Santiago" cuja realização está inserida num projeto mais amplo e ambicioso que prevê a realização do inventário geral do património imaterial de Cabo Verde, por ilhas. A primeira fase encontra-se atualmente a ser desenvolvida e contempla exclusivamente o levantamento na ilha da Santiago, como capital administrativa do país, e prevê a edição de um catálogo do património imaterial santiaguense.

Deste Programa Nacional de PCI fazem parte ainda a criação de um glossário do património imaterial nacional que permita identificar palavras, expressões e termos técnicos essenciais para compreensão do PCI, bem como a elaboração de um manual de referência para *condução do inventário e fundamentação do registo, conferindo grau de cientificidade ao processo e uma proposta de fundamentação legal* (in Plano de Atividades, DPI, 2015).

Prevê-se também a criação de uma base de dados interativa<sup>312</sup>, plataforma de comunicação entre o IPC e a sociedade civil, possibilitando o acesso às fontes, nomeadamente à documentação produzida pela administração do património e que permitirá estabelecer o mecanismo de inventário e classificação on-line.

---

<sup>312</sup> O Instituto do Património Cultural estabeleceu contactos em Portugal para o possível desenvolvimento de um modelo próximo do que foi utilizado nas candidaturas à UNESCO do Cante Alentejano e do Fabrico de Chocalhos.

Consta ainda do referido plano de atividades da DPI/IPC um conjunto de iniciativas para promoção, valorização e salvaguarda do património imaterial<sup>313</sup>, das quais nos interessa particularmente uma das linhas de atuação no âmbito deste Programa Nacional de PCI que envolve a elaboração de dossiês de classificação de bens passíveis de serem registados como património imaterial municipal, nacional ou internacional, a saber:

1. Candidatura da **Morna** à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO;
2. Candidatura da **Tabanca** à *Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente* da UNESCO;
3. Candidatura da **Festa de São João Batista** (de Porto Novo, Ilha de Santo Antão) a património imaterial nacional;
4. Candidatura da dança **Canizade** (ilha do Fogo) a património municipal e nacional;
5. Candidatura da **Língua cabo-verdiana** a património nacional.

Irei analisar particularmente as três primeiras: a da Morna por ser a candidatura de maior dimensão e aquela à qual o governo cabo-verdiano tem vindo a dar máxima prioridade nos últimos anos; a candidatura da Tabanca proposta para patrimonialização em 2005 e, por fim e mais importante, analisar a conjuntura em que se inscreve a candidatura da Festa de São João Batista (de Porto Novo, Ilha de Santo Antão) a património imaterial nacional. Sobre as outras duas manifestações, as quais foram igualmente identificadas pelo IPC como *candidatáveis* a património imaterial (municipal e nacional) não procurei, intencionalmente, o seu aprofundamento, na medida em que ficam fora dos pressupostos conceptuais que pretendo alcançar com esta pesquisa.

#### IV.1.1. Tabanca entre dois programas da UNESCO

No dia 13 de junho de 2017, o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas comunica, através da rede social Facebook, que quer a elevação de Tabanca a

---

<sup>313</sup> Como a edição de DVD's e outras publicações, o desenvolvimento de trabalhos de investigação científica, o tratamento do acervo das tradições orais do IPC, a realização/participação em ações de capacitação e formação de PCI, a organização de exposições, etc.

património nacional, em breve. O comunicado foi feito a propósito da presença do Ministro, nesse dia, no ritual do "roubo de santo" que decorreu na cidade da Praia, em Achada Santo António<sup>314</sup>. O comunicado acrescenta que o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas está a trabalhar, por intermédio do Instituto do Património Cultural, para que a Tabanca seja elevada a património imaterial nacional e que pretende ainda retomar o dossiê da candidatura a Património Mundial da Humanidade. Analisemos então a questão que me parece fundamental para compreender as diferentes dimensões e as prioridades do governo cabo-verdiano em matéria de património cultural imaterial.

Em primeiro lugar esclarecer que o processo de patrimonialização da Tabanca surge na minha investigação de uma forma inesperada quando procurava encontrar referências bibliográficas sobre Festas de Romaria/Festas de São João Batista no Arquivo Nacional de Cabo Verde, na cidade da Praia, em julho de 2016. A pesquisa que tinha iniciado em Portugal sobre géneros musicais e expressões da *cultura* popular e tradicional cabo-verdiana conduziu-me às Tabancas e à sua importância na ilha de Santiago como contraponto da fraca expressão que assumem, nesta ilha, os festejos em honra de São João Batista, do modo como são celebrados nas ilhas do Barlavento. Pese embora as Tabancas se inscrevam neste ciclo de festividades juninas, há uma tendência geral, não facilmente explicável e que não me cumpre aprofundar, para descontextualizar a Tabanca das festas em honra de São João Batista. Não teria olhado mais aprofundadamente para este assunto, porque a prática não se constitui como objeto de estudo na minha pesquisa, não fosse ter-me deparado com o facto de ter havido uma tentativa de patrimonialização, por parte do Estado cabo-verdiano em 2005, com vista à inscrição da Tabanca no *Programa das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, no âmbito da terceira proclamação. Assim, a Tabanca entronca-se com esta pesquisa no momento de analisar a ação do Estado cabo-verdiano no âmbito do património imaterial e de aprofundar um pouco o contexto atual e os antecedentes nesta matéria.

---

<sup>314</sup> Os grupos de Tabanca identificam-se pelo nome das localidades onde estão sediados: Tabanca da Achada de Santo António, Tabanca da Achada Grande, Tabanca do Chão Bom, Tabanca de Salina, por exemplo.

Como considera Wilson Trajano Filho (2006), a Tabanca é uma instituição peculiar da sociedade cabo-verdiana sendo que atualmente tem existência nas ilhas de Santiago e de Maio, pese embora também não haja notícias, no passado, de instituições com esse nome a operar em outras ilhas. Trata-se de uma associação recreativa e de ajuda mútua<sup>315</sup> cujos especialistas consideram ser uma reminiscência de ritos animistas trazidos pelos escravos (Brito-Semedo, 2005; Trajano 2006) e que consiste num ritual complexo com características místicas e religiosas que envolvem música, dança e desfile e que se organiza em torno de uma estrutura e regras bem definidas<sup>316</sup>.

Dependendo do que estivermos a referir, o termo «tabanca» poderá assumir os seguintes significados: associação (comunidade), festividade (prática cultural), género de música e dança tradicional cabo-verdiana. Funciona como uma irmandade e apresenta duas características fundamentais: por um lado, as festividades em comemoração ao santo padroeiro - Santa Cruz (3 de Maio); Santo António (13 de Junho) São João Baptista (24 de Junho) e São Pedro (29 de Junho) – que envolvem rituais religiosos e lúdicos. Por outro lado, assenta numa filosofia solidária, de partilha, cooperação voluntária e mútua em situações de crise, morte, doença, casamento, baptismo e nas fainas laborais da agricultura, pesca ou construção civil. Razão pela qual encontra-se definida como uma «associação laica de socorros mútuos, com actividades culturais e festivas em determinados períodos do ano» (Semedo e Turano 1997:77) ao qual chamamos de «tabanca» ou «comunidade da Tabanca». Encontra-se fixada em zonas, bairros e localidades rurais e/ou urbanas da ilha de Santiago e do Maio. (Barros, 2013: 23).

Não nos cumpre avançar no aprofundamento destas matérias que têm sido alvo de olhares académicos bastante interessantes e recomendáveis, como a investigação de Trajano (2006) que analisa a Tabanca numa perspetiva histórica, ou a obra de José Maria Semedo e Maria Turano (1997) e o trabalho de Denise Barros (2013) numa abordagem mais contemporânea. De facto, interessa-nos, sobretudo, dar conta de que a Tabanca se inscreve na história da salvaguarda do património cultural de Cabo Verde como a manifestação que não alcançou o reconhecimento como *Obra-Prima do Património Oral e Imaterial da Humanidade*. O dossiê de candidatura, ao qual tive acesso, foi conduzido

---

<sup>315</sup> Em Cabo Verde, este auxílio mútuo manifesta-se, por exemplo, na morte e no enterro de um dos membros associados.

<sup>316</sup> Integra a representação figurada de autoridades da chefia - Rei, Rainha, Juizes e Conselheiros -, um setor de justiça, um setor militar, carcereiros, ladrões e outras classes sociais. Há uma sede que se denomina por “capela” e um “terreiro” reservado para as danças e rituais. Relativamente aos símbolos da Tabanca, destaca-se o “santo” (uma bandeira). Atualmente o ritual mais importante da Tabanca é o “roubo de santo”, que ocorre depois da missa e que consiste no desaparecimento da bandeira, escondida por um dos “ladrões”. Sete dias depois ou mais (consoante as normas próprias de casa Tabanca) realiza-se um desfile para recuperação do “santo” (Fernandes, 2012: 30).

pelo Instituto da Investigação e Património Cultural (IIPC) com o apoio de vários municípios da ilha de Santiago e submetido à UNESCO para apreciação e deliberação. Recordemos que com o *Programa das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* a UNESCO propunha-se a incentivar os países a criar mecanismos de salvaguarda do seu património oral e imaterial, com especial enfoque para as manifestações culturais em risco iminente de desaparecimento, estimulando o desenvolvimento de planos de salvaguarda como garantia da sua continuidade e/ou revitalização, ou seja, nesta conjuntura, a Tabanca era enquadrável, sendo justificado no dossiê de candidatura o seu risco de extinção.

O IIPC faz prova do trabalho que vinha desenvolvendo desde 1982 identificando as diversas ações empreendidas em torno desta temática, as quais vão desde a constituição de arquivos, ao trabalho de documentação e promoção do conhecimento científico até à implementação do Museu da Tabanca, em Santa Catarina (ilha de Santiago), no ano 2000<sup>317</sup>. Assim, perante a demonstração e fundamentação das suas atividades e perante a justificativa de cumprimento do Plano de Salvaguarda (previsto para um período de cinco anos), não parece estranho que a comunicação social cabo-verdiana tenha divulgado que a não aprovação da candidatura “dececionou” Cabo Verde e, em particular, o Ministério da Cultura, «cujos técnicos estiveram durante largos meses a pesquisar intensamente para preparar o dossier de candidatura, segundo as normas rígidas da UNESCO» (edição online *A Semana*, 28.11.2005).

A 25 de novembro de 2005 a organização internacional anunciava as quarenta e três manifestações reconhecidas nesse ano como *Obras-Primas do Património Oral e*

---

<sup>317</sup> Denise Barros que em 2013 trabalhou para o Mestrado em Práticas Culturais para Municípios sobre o Museu da Tabanca dá conta, de uma forma muito interessante, do panorama museológico cabo-verdiano que, em termos históricos, começa a ser delineado apenas a partir dos anos 90 do século XX como uma das preocupações da Segunda República (ainda que, como nota, seja possível identificar antes disso algumas ações de recolha e levantamento no terreno). Uma das grandes fragilidades apontadas atualmente para o setor museológico, e a qual se tenta contrariar através de campanhas de sensibilização, é o facto de: «Embora os museus assentem sobre a realidade sociocultural do país, a verdade que estes não têm conseguido atrair o público cabo-verdiano. Por um lado, isto justifica-se com o facto da não familiaridade das pessoas com os espaços museológicos, daí a fruição por públicos nacionais ser quase inexistente. Por outro lado, as pessoas que contribuíram com objectos e/ou informações para a constituição do acervo e dos inventários não são envolvidas nas programações nem nas políticas dos museus, o que acaba por não favorecer a aproximação das comunidades aos museus.» (Barros, 2013: 20). O resultado é que os museus se dirigem, fundamentalmente, para o sector turístico, com o qual considera Barros, não está, todavia sintonizado (idem: 22). A autora apresenta o exemplo do Museu da Tabanca (Santa Catarina) para dar conta de todas as fragilidades.

*Imaterial da Humanidade*, deixando de fora deste reconhecimento vinte e uma manifestações, num total de sessenta e quatro candidaturas submetidas<sup>318</sup>. De fora ficou a candidatura da Tabanca tendo sido formalmente comunicada por escrito a decisão ao governo cabo-verdiano acompanhada da respetiva justificação.

Le Jury international de la Proclamation s'est reuni du 21 au 24 de novembre 2005 au siège de l'UNESCO pour examiner un total de 64 dossiers de candidatures (...) le jury a considéré que la candidature de votre pays ne remplissait pas tous les critères de sélection contenus dans le règlement et dans le guide pour la présentation des dossiers de candidature (UNESCO, Of. Ref. CLT/CH/ITH/L-422/05).

A principal justificação que consta da apreciação do júri é o facto de não ter ficado suficientemente demonstrado o valor excecional relativamente a outras manifestações similares da região e o seu papel para as comunidades envolvidas:

se référant au critère exceptionnelle détaillé 5 (article 23.f. du Guide) qui stipule que l'expression culturelle présenté doit *être une création exceptionnelle par rapport aux autres manifestations culturelles du même type dans son pays ou ailleurs* (idem).

Na sua apreciação o júri considerou, entre outros aspetos, a desadequação do Plano de Salvaguarda, o qual, em seu entender, contribui sobretudo para a promoção da manifestação como um espetáculo, mais do que a sensibilização das comunidades para a valorização deste património.

N'était pas suffisamment ciblée et nécessitait de mieux spécifier ses objectifs. En effet, il apparaît qu'un certain nombres des mesures envisagées pourraient entraîner la transformation de la Tabanka en une manifestation officielle produite comme un spectacle avec des acteurs professionnels, cela au détriment des activités visant a sensibilizer les communautés à la valeur de ce patrimoine (Idem).

Rieks Smeets, o chefe da seção de património imaterial da UNESCO que assina o documento relembra o facto de ser a última Proclamação e nesse sentido não ser possível submeter outra candidatura reformulada no âmbito deste Programa. Em alternativa, recorda que entrará em vigor a Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial que institui duas listas às quais os Estados-parte na Convenção poderão (re)candidatar as suas propostas de inscrição. Neste sentido,

---

<sup>318</sup> De fora do reconhecimento ficou igualmente a Candidatura da *Tradição Oral Galaico-portuguesa*, apresentada conjuntamente por Portugal e Espanha à terceira proclamação do *Programa das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*. Sem querermos aprofundar o assunto, referir que o Júri fundamentou a sua decisão considerando a candidatura “demasiado abrangente”.



Smeets informa que o Júri recomenda que, depois de ratificar a Convenção, Cabo Verde submeta novamente esta candidatura introduzindo as modificações necessárias, ou que selecione outro elemento “dentro do rico património cultural imaterial que o país possui”.

Na ocasião, o então Ministro da Cultura de Cabo Verde revelou a um meio de comunicação social não estar dececionado pelo facto de a Tabanca não ter sido eleita. Para Manuel Veiga o simples facto de a candidatura ter sido aceite pela UNESCO e, com isso, divulgada nos estados-membros já foi “uma vitória”. E nem mesmo o facto de ter sido a última Proclamação abala a sua convicção: “a UNESCO vai simplesmente adotar uma nova modalidade, o que não quer dizer que não vai continuar a apoiar e valorizar o património mundial” (edição online *A Semana*, 02.12.2005). Já o então Presidente do Instituto Nacional de Investigação e Promoção Cultural (IIPC), Carlos Carvalho, mostrou algum desapontamento com a decisão, mas optou por considerar grandes os ganhos: “Tanto assim é que a campanha em prol da sua prevenção ganhou um novo folego e, neste momento, quase que somos obrigados a apresentar a candidatura novamente. (...) Seguramente, o mundo não acabou e não estamos absolutamente arrependidos de termos concorrido ao lado de outras grandes manifestações culturais no mundo, é patamar onde os lobbies pesam muito” (*Expresso das Ilhas*, 30.11.2005).

A alternativa passou a ser a candidatura da Morna, sobre a qual nos deteremos adiante. Contudo, de notar que depois da criação do IPC e da sua Direção de Património Imaterial, retomou-se a ideia de candidatar a Tabanca desta vez à *Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente*, tentando revitalizá-la e contrariar o seu declínio<sup>319</sup>. No dia 28 de novembro de 2015 a Direção do Património Imaterial do IPC promoveu um Encontro com os líderes dos grupos de Tabanca da Ilha

---

<sup>319</sup> Numa entrevista dada em 2011 à agência cabo-verdiana de notícias Inforpress, o presidente da Associação Nacional da Tabanca (fundada em 2009, é uma organização não-governamental destinada à salvaguarda desta prática) defendeu que esta tradição está em risco de extinção por falta de apoios da sociedade, do Governo e das autarquias locais: “todos os grupos da tabanca carecem de instrumentos novos para atuarem, designadamente tambores, búzios e cornetas” bem como necessitam de investir para suprimir outras necessidades, por exemplo, ao nível do vestuário. O Presidente da Associação apelava à patrimonialização da Tabanca como forma de contribuir para resgatar esta prática: “é preciso que a sociedade dê mais valor à tabanca e que todos nos envolvamos, dando a nossa contribuição para que a tabanca se afirme como património nacional para poder ter outras aspirações no plano mundial” (Jornal Expresso das Ilhas/Inforpress\_26.06.2011). Importa sublinhar que não nos compete, no âmbito desta investigação, aferir o seu risco, ou não, de extinção.

de Santiago em Santa Cruz para discutir o assunto. Foi a partir deste Encontro que o IPC tomou como uma das suas linhas de ação a proposta de salvaguarda da Tabanca através da sua inscrição na Lista de Salvaguarda Urgente (UNESCO). O IPC estabeleceu como metodologia - e entre outras formas de atuação – a realização de ações de formação ao nível da comunidade no domínio do PCI/inventariação<sup>320</sup> e o desenvolvimento de um Inventário de base comunitária o qual tem vindo a implementar.

#### **IV.1.2. O Inventário de base comunitária como proposta de metodologia nos países da África Lusófona**

O Inventário de base comunitária, que em Cabo Verde está a ser desenvolvido como uma das medidas centrais para implementação da Convenção de 2003, é uma metodologia de inventário adotada ao nível dos países da África lusófona na sequência projeto “Strengthening national capacities for effective intangible cultural heritage safeguarding in selected PALOP countries”<sup>321</sup>. Trata-se de um projeto promovido pela UNESCO entre 2012 e 2016 e que é fundamental para compreender as políticas do património cultural imaterial nos PALOP. A meu ver é um assunto academicamente apelativo pelo modo como permite analisar a ação da UNESCO no continente africano e o modo como influencia, ou influenciou, a implementação das políticas públicas para o património cultural imaterial em cada um dos países da África lusófona. Assume um papel fundamental no desempenho destas funções o gabinete da UNESCO em Dacar - *le Bureau de l’UNESCO à Dakar* (também denominado como Gabinete Regional Multisectorial da UNESCO em Dacar ou simplesmente UNESCO Dacar) o qual representa a organização internacional em sete países da África Ocidental<sup>322</sup>.

O projeto *Reforço das capacidades dos países da África lusófona para implementação da Convenção de 2003*, que teve como fonte de financiamento o

---

<sup>320</sup> No dia 16 de maio de 2017, a Direção de Património Imaterial do IPC realizou na Achada de Santo António, na ilha de Santiago, uma ação de formação sobre Tabanca dirigida à comunidade.

<sup>321</sup> Em português, o projeto tomou a designação de *Programa de Reforço das capacidades dos países da África lusófona para implementação da Convenção de 2003*.

<sup>322</sup> Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Níger e Senegal. O trabalho da UNESCO Dacar abrange todas as áreas de competência da UNESCO, nomeadamente a educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, cultura e comunicação e informação. Este gabinete foi criado em 1970 inicialmente para tratar das questões da educação na África subsariana e gradualmente foi-se expandindo para outras áreas sendo atualmente um gabinete multissetorial.

governo norueguês através de uma contribuição voluntária ao Fundo do Património Cultural Imaterial, teve como destinatários Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe<sup>323</sup>.

Since 2012, the five Portuguese-speaking African countries have been part of a regional project aimed at creating the enabling of institutional and social environments to safeguard intangible cultural heritage, in particular through the improvement of national policy frameworks and training in community-based inventorying and design of safeguarding measures. Tailored training programmes to culture officials, specialists and community members have been implemented (...), in close cooperation with respective national counterparts, to build a critical level of experience and knowledge. Regionally, the project has also been actively seeking to strengthen cooperation among these five countries and build a network of regional facilitators. A generous contribution from the Government of Norway to the Intangible Cultural Heritage Fund made this project possible (in <https://ich.unesco.org/en/inventorying-in-cabo-verde-and-mozambique-a-documentary-00847>).

Em Cabo Verde a implementação do projeto foi mais tardia e teve impulso após a realização de um workshop com a duração de cinco dias que decorreu em julho de 2015 e contou com o apoio e participação da UNESCO Dacar<sup>324</sup>.

Thirty Cabo Verdean representatives from diverse institutions and backgrounds gathered in Praia (...) for a training workshop on the implementation of the 2003 UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage at national level. The training programme, held from 27 to 31 July, was organized in close cooperation between the Cultural Heritage Institute of Cabo Verde (IPC), UNESCO Headquarters and UNESCO's Regional Office in Dakar to provide attendees with a forum to discuss the scope and objectives of the Convention, as well as obligations of States Parties. Participants from various national government institutions and civil society organizations, including ministries, the National Association of Municipalities, national NGOs and the Association of Journalists took part in the workshop, highlighting the importance of a diverse perspective and cross-sectoral approach to advocacy of intangible cultural heritage safeguarding. Broader partnerships with the IPC were also encouraged to establish future initiatives.

---

<sup>323</sup> Segundo informação da UNESCO, o projeto contemplou treze workshops realizados nos diferentes países, formou mais de 170 técnicos governamentais - que fortaleceram os seus mecanismos institucionais para salvaguarda do PCI -, membros das comunidades e outros agentes interessados e envolvidos na implementação da Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no contexto da África Lusófona. Note-se que Cabo Verde e Guiné Bissau ratificaram a Convenção durante a vigência do projeto. O projeto encerrou com a realização de um workshop organizado pelo Instituto de Investigação Sócio-Cultural de Moçambique (ARPAC), que decorreu entre os dias 9 e 13 de maio de 2016 neste país.

<sup>324</sup> No seu Relatório anual de 2015 a UNESCO Dacar dá conta deste apoio como uma das rubricas do trabalho desenvolvido, em Cabo Verde, pelo Gabinete: «Assistência técnica e financeira para criar o primeiro inventário nacional de património cultural intangível (ICH) em Cabo Verde, implementado pelo Instituto do Património Cultural com foco na participação ativa de jovens nas três comunidades e assegurando a transmissão inter-geracional de elementos culturais intangíveis como a medicina tradicional, rituais e técnicas de processamento de alimentos» (*Relatório anual 2015*, UNESCO Dakar, p. 35)

Esta reunião contou também com a colaboração do Instituto de Investigação Sócio-Cultural de Moçambique - ARPAC – que providenciou a participação de um especialista moçambicano para partilhar com os colegas cabo-verdianos a experiência, mais avançada, de implementação do projeto naquele país africano. Entre outras questões teóricas discutidas, a ação teve como finalidade a instrução dos técnicos para a implementação desta metodologia que tem como base o princípio da UNESCO que considera os detentores como sujeitos ativos nos processos de patrimonialização do PCI. A metodologia implica a articulação entre técnicos e especialistas institucionais e os informantes locais, os praticantes ou detentores, pessoas que se distinguem nas comunidades e que reúnem condições, segundo os técnicos, para inventariar o património imaterial da sua comunidade. Em Cabo Verde o IPC, em acordo com o representante da UNESCO para os PALOP<sup>325</sup>, definiu que o projeto pioneiro seria o “Inventário do património cultural imaterial da ilha de Santiago”.

O projeto, que tem vindo a ser implementado desde 2015 com o envolvimento da comunidade, tem como principal objetivo o mapeamento, identificação e divulgação dos bens culturais imateriais de toda a ilha de Santiago, passíveis ou não de registo. O primeiro passo dado neste sentido e já concretizado foi a realização de um workshop em outubro de 2015 de inventário de base comunitário, destinado a técnicos e membros das comunidades e que teve lugar nas três comunidades pertencentes ao município de Ribeira Grande de Santiago: Calabaceira, Salineiro e Centro Histórico da Ribeira Grande de Santiago<sup>326</sup>. Considera o IPC ter sido esta a primeira etapa no processo criativo de reconhecimento do papel das comunidades como obreiras no processo de salvaguarda do seu património imaterial, capacitando-as para a prática do inventário enquanto primeira ação de salvaguarda no domínio do PCI.

A workshop decorreu durante 10 (dez) dias, 6 (seis) dos quais no espaço confinado do Centro Cultural, 3 (três) dias de trabalhos nas comunidades e reservou-se o último dia para apresentação dos resultados às comunidades. Tratando-se de três comunidades

---

<sup>325</sup> Lucas Santos Roque é facilitador sénior da UNESCO e, como tal, um dos responsáveis deste projeto. Durante o período de implementação foram iniciados mais cinco facilitadores que prestaram apoio à coordenação. Segundo informação disponível na página web da UNESCO (ICH) atualmente são 79 os peritos que integram a rede de facilitadores da UNESCO, a qual oferece formação de serviços de capacitação no mundo inteiro. Chiara Bortolotto é uma das facilitadoras. O brasileiro Lucas Roque é facilitador da UNESCO para os PALOP desde 2012.

<sup>326</sup> Pela relevância histórica e patrimonial da Cidade Velha no contexto mundial, enquanto sítio histórico património da humanidade, lugar de memória, berço da língua e *cultura* crioula.

abordadas em simultâneo o momento de entrega dos primeiros resultados aconteceu num estabelecimento hoteleiro com capacidade para albergar tanto os que participaram do inventário como a população que se deslocou para o efeito. Para levantamento das informações foram utilizadas diferentes técnicas de abordagem, desde a revisão da literatura e arquivos às observações e anotações, audição, a entrevista nos moldes de diálogo, grupo de discussão, entrevista estruturada, entrevista semiestruturada e entrevista não estruturada. Fotografia, vídeo participativo; gravação de áudio, mapeamento participativo, caminhada transversal (certas pessoas fazem o percurso de uma procissão ou de uma manifestação para explicar e delimitar o trajecto e explicar, caso necessário) todos esses métodos foram experimentados ao longo do inventário. Além das explanações dos formadores houve momentos de muita interação entre os formandos, resolução de fichas formativas e discussões sobre vários aspetos do PCI local, possibilitando a elaboração do mapa local dos PCI que identificou as manifestações por localidades, reconhecendo-se a importância do mapa na organização do trabalho do inventário (Relatório Inventário de base comunitário Ribeira Grande de Santiago, 2015).

A implementação do inventário de base comunitária desenvolvido nestes países revela em si a ação dos representantes das comunidades, que foram formandos nesta ação de formação e por serem considerados agentes criativos foram escolhidos e encarregues de efetuarem os registos de património imaterial da sua comunidade, sob a supervisão dos facilitadores da UNESCO<sup>327</sup> e dos técnicos da Direção de Património Imaterial do IPC

Para a realização do trabalho nas comunidades os formandos foram divididos em três grupos, consoante as proveniências, agregando-se a cada grupo três técnicos do instituto. Os facilitadores, dada a impossibilidade de acompanhamento diário, revezaram-se nos três dias. A sistematização dos dados obedeceu ao mesmo pressuposto: cada grupo tratando as próprias informações recolhidas, sendo que se optou pela divisão no seio dos grupos para que todos pudessem participar na elaboração dos vídeos e preencher as fichas no computador. No final do workshop foram selecionados três formandos por comunidade para darem continuidade aos trabalhos nas referidas comunidades. Sob a supervisão dos técnicos do IPC os membros das comunidades prosseguiram com os levantamentos no terreno e sistematização das informações utilizando para tal as fichas de inventário fornecidas pela direção do património imaterial (idem).

Entre os bens imateriais identificados pelos agentes da comunidade nesta ação de campanha de inventário, segundo informação que consta do Relatório supramencionado, contam-se, a título de exemplo, a produção de grogue, a técnica de fabrico de azeite de purga e a técnica de fabrico de alambique na comunidade de Calabaceira; no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago a pesca tradicional, o ofício de parteira e o batuque e na comunidade de Salineiro, a Tabanca, medicina

---

<sup>327</sup> Lucas Roque e Sónia Ajuda.

tradicional, técnica de fabrico de sabão de terra e técnica de cobertura de casas de palha.

Os resultados da implementação deste *Programa de Reforço das capacidades dos países da África lusófona para implementação da Convenção de 2003* relativamente a Cabo Verde foram apresentados, com saldo muito positivo conforme consta do Relatório final do projeto, preparado pela Diretora do Património Imaterial, Sandra Mascarenhas e assinado pelo então Presidente do IPC, Humberto Lima:

- a) 104 personnes formées dans le domaine du patrimoine immatériel;
- b) 33 personnes formées dans la pratique de l'inventaire;
- c) 19 jeunes qualifiés dans trois communautés;
- d) 14 techniciens formées;
- e) 3 communautés inventoriées;
- f) 27 éléments du PCI inclus dans un catalogue;
- g) Un catalogue du patrimoine immatériel de Ribeira Grande de Santiago;
- h) 4 rapports produits;
- i) 28 feuilles d'inventaires remplis;
- j) 9 vidéos produits;
- k) Un groupe de danse revitalisé dans la communauté de Salineiro;
- l) Ratification de la Convention;
- m) Création du formulaire d'inventaire;
- n) Adoption des domaines pour le PCI local;
- o) Création de livres d'enregistrement du PCI;
- p) Définition d'une stratégie pour l'immatériel et actions pour les prochaines années.

A implementação do Inventário em Cabo Verde é justificada, por um lado, por essa necessidade de dar cumprimento à obrigação do Estado perante a ratificação da Convenção da UNESCO – ratificada por Cabo Verde no decurso deste processo, como se refere na síntese dos objetivos alcançados - em conformidade com o art.º 12º, depois pela necessidade de produzir conhecimento nesta matéria e divulgá-lo junto da sociedade civil e, por fim, por se considerar a urgência e a necessidade de se resgatarem algumas tradições locais ameaçadas o que implica a intervenção do estado através da concretização de medidas de salvaguarda<sup>328</sup>. O IPC considera que a escolha da ilha de Santiago como projeto piloto justifica-se pela possibilidade de concertação de esforços e recursos atendendo ao fator da insularidade, e não pelo facto de se considerar mais

---

<sup>328</sup> No caso da experiência piloto que decorreu na Ribeira Grande de Santiago, a implementação do inventário e o envolvimento da comunidade deram lugar à revitalização do grupo das batucadeiras de Salineiro que há muito estava desativado.

representativa da diversidade cultural e imaterial cabo-verdiana. A ideia será, uma vez funcional e adaptável, replicar o modelo de inventariação a todas as restantes ilhas do arquipélago. Considera o Instituto do Património Cultural do IPC que o Programa produziu os resultados esperados em Cabo Verde e cujo contributo foi fundamental para a definição de uma política nacional para o património cultural imaterial.

#### **IV.1.3. Candidatura da Morna à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial* da UNESCO**

«A Morna é a interprete maravilhosa da alma desse povo ilhéu e sonhador, no dizer o iminente poeta e ilustre compositor Eugénio Tavares. Ela é a mais universal de todas as manifestações culturais e artísticas do cabo-verdiano (...)»  
(Resolução n.º 101/2012, BO)

Numa altura em que o património imaterial tomava projeção a nível mundial e que a corrida à inscrição nas listas da UNESCO se intensificava, a candidatura portuguesa do Fado e a sua inscrição em 2011, poderá ter inspirado e estimulado Cabo Verde a avançar com a proposta de inscrição da sua “música nacional”.

A citação com que iniciámos este subcapítulo data de 28 de dezembro de 2012 e é retirada da Resolução n.º 101/2012 publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde que classifica a Morna como *património histórico e cultural nacional*. Um ano depois do falecimento de Cesária Évora<sup>329</sup> o governo cabo-verdiano avançava para esta forma de classificação nacional da Morna, como primeiro passo para o seu reconhecimento internacional através da inscrição na Lista Representativa da UNESCO. Essa intenção foi anunciada à comunicação social no final de 2012 pelo então porta-voz do Conselho de Ministros cabo-verdiano, Jorge Tolentino, que salientou o facto do Ministério da Cultura se encontrar nessa ocasião a definir a constituição de uma Comissão Nacional destinada a preparar o dossiê de candidatura a submeter junto da UNESCO.

---

<sup>329</sup> Considerada pelos cabo-verdianos como a “Rainha da Morna” a cantora Cesária Évora faleceu a 17 de dezembro de 2011, tendo o seu funeral tido honras de Estado.

Gabriel Moacyr Rodrigues, professor e investigador cabo-verdiano<sup>330</sup> que integrou a referida Comissão, trabalhou sobre a Morna no âmbito da sua dissertação doutoral e nela teoriza sobre o seu processo de transformação na “música nacional” durante a última fase do período colonial e o facto de se ter tornado no instrumento privilegiado de construção de uma “comunidade imaginada” que é a nação. Moacyr Rodrigues analisa ainda o facto de este se ter tornado o género musical mais divulgado tanto no arquipélago como junto das comunidades emigradas ao longo do século XX constatando-se a existência de executantes e compositores em todas as ilhas e oriundos de todas as camadas sociais (Rodrigues, 2015), questão esta que se vai traduzir no grande desafio para os responsáveis da candidatura aos quais cumpre a obrigação de encontrar uma solução viável que integre no processo todas as variantes identificadas.

Julgo que é claro que não é objetivo nesta dissertação aprofundar o processo de candidatura da Morna a Património Imaterial da Humanidade nem os seus desafios e, menos ainda, analisar as suas características enquanto género musical. Tão pouco nos interessa aprofundar, uma vez que já o fizemos, a questão das emblematizações e o facto dos géneros de música e dança assumirem uma total preponderância nas listas instituídas pela Convenção. Importante sim é compreender de que modo esta candidatura se insere num quadro mais amplo de políticas patrimoniais que o Estado cabo-verdiano tem vindo a desenvolver nos últimos anos para fins de implementação da referida Convenção.

Importa esclarecer que tenho acompanhado a problemática que envolve a candidatura da Morna a património imaterial da UNESCO desde que iniciei o programa de doutoramento, em 2014, altura em que comecei a interessar-me pelas questões do património cultural imaterial em Cabo Verde, por via da relação com o meu objeto de estudo. Tenho acompanhado a questão - que, desde essa altura tem sofrido os mais

---

<sup>330</sup> Moacyr Rodrigues é um conhecido Professor cabo-verdiano e integra o Instituto de Etnomusicologia (INET-md). Doutorou-se em 2015 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a tese “O papel da morna na afirmação da identidade nacional em Cabo Verde”. Atualmente Moacyr Rodrigues passa grande parte do tempo na cidade do Mindelo onde nasceu, e em 2016 tive a oportunidade de entrevistá-lo durante a minha estadia em S. Vicente. A conversa decorreu a pretexto da revitalização das festas de S. João Batista no Mindelo, e estendeu-se a outros temas sobre a *cultura* tradicional e popular cabo-verdiana e, naturalmente, estendeu-se ao tema da Morna ao qual está associado não apenas a nível teórico, pela condução desta pesquisa, mas também pelo seu envolvimento na candidatura a Património da Humanidade.



variados avanços e recuos - sobretudo através dos meios de comunicação social locais que estão disponíveis online e que amiúde exploram o assunto. Quando estive em Cabo Verde, em 2016, naturalmente ocupei-me de aprofundar um pouco mais o assunto.

Num texto de opinião publicado em abril de 2014 no Jornal *Expresso das Ilhas*, o jornalista Carlos Filipe Gonçalves, que também integrou a referida Comissão Nacional, analisa o caminho percorrido «rumo à elevação da Morna a “Património Mundial”». Uma das questões que aborda é o modo como um conjunto de acontecimentos em cadeia, nacionais e internacionais, veio despoletar o processo em 2011. É ele que observa que a aprovação da candidatura do Fado português na lista da UNESCO em novembro desse ano e uns dias depois a morte inesperada da cantora Cesária Évora foram os dois grandes acontecimentos que despoletaram a ideia da candidatura

A notícia [da inscrição do Fado na Lista Representativa] não teve à primeira vista grande impacto em Cabo Verde, mas deve ter acordado algumas consciências, embora não o suficiente para qualquer tomada de posição ou acção imediata, creio eu. (...) Dias depois, acontece o terramoto que abala a música de Cabo Verde. 17 de Dezembro de 2011, pouco depois do meio dia, as rádios anunciavam: “Cesária Évora a Diva dos pés descalços faleceu esta manhã cerca das 11 horas e 30. A nação cabo-verdiana está de luto.” (...) Passam-se os dias, e logo no início do novo ano, a 12 de Janeiro de 2012, mais uma pedrada no charco: “Celina Pereira propõe elevação da Morna a Património Imaterial Nacional e Mundial” diz uma notícia da Lusa (...) sublinhando as potencialidades da morna como «valor universal». E acrescenta a notícia que “A cantora cabo-verdiana Celina Pereira enviou ao Governo de Cabo Verde uma petição, propondo a elevação da morna, primeiro, a património imaterial nacional e, depois, a nível mundial.”

A ideia começou então a ser formulada e debatida nos bastidores do meio político e cultural cabo-verdiano e em outubro de 2012, numa cerimónia pública, o então Ministro da Cultura, Mário Lúcio, apresentou oficialmente a Morna como candidata a património cultural e imaterial da Humanidade<sup>331</sup>. O passo seguinte foi a criação de uma Comissão de Honra e de uma Comissão Técnica, ao que se seguiu a publicação no Boletim Oficial da referida Resolução n.º 101/2012 que procede à classificação deste género musical como *património histórico e cultural* de Cabo Verde.

Após a aprovação ontem, da resolução que classifica a «morna» como património imaterial da Humanidade no Conselho de Ministros, estão criadas as condições para o Ministério da Cultura avançar com este dossiê junto da UNESCO. Para a concretização do desiderato foram criadas uma Comissão de Honra e uma Comissão Técnica que englobam personalidades idóneas, residentes no país e na diáspora, provenientes de

---

<sup>331</sup> A oficialização da iniciativa decorreu numa cerimónia que teve lugar a 9 de outubro de 2012 dedicada ao jornalista, escritor e poeta cabo-verdiano Eugénio Tavares.

diversas áreas e que, ao longo do seu percurso deram o contributo para a promoção e valorização deste “género musical dos cabo-verdianos” (comunicado\_14.12.2012 Ministério da Cultura CV)<sup>332</sup>.

Num documento datado de 2015 e assinado por Sandra Mascarenhas, responsável da Direção de Património Imaterial do Instituto do Património Cultural<sup>333</sup>, é identificada a composição da Comissão<sup>334</sup> que viria a reunir-se, pela primeira vez no dia 03 de setembro de 2013 na capital do país, sem a presença dos membros residentes em São Vicente. O objetivo da primeira reunião foi encontrar uma solução para o arranque dos trabalhos face à inexistência do financiamento que permitisse, inclusive, a deslocação de todos os membros da Comissão à cidade da Praia. Na mesma reunião surgiu a ideia de propor a criação de uma Comissão de salvaguarda e divulgação da Morna no país e na diáspora.

Sob proposta da Comissão Científica criou-se a Comissão de salvaguarda e divulgação da candidatura cuja ação central seria a organização de actividades, em parceria com entidades nacionais e da diáspora, para divulgação da morna junto a entidades como escolas, comunicação social, festivais de música e teatro, entre outros. Integraram a Comissão, inicialmente, o Diretor Nacional das Artes, Dr. João Paulo Brito; Dra. Cátia Sequeira, então assessora de comunicação do ministro da cultura e a jornalista Rosana Almeida.

Entre as propostas apresentadas por esta Comissão ressalta a ideia do lançamento de uma campanha em que a Morna surge como símbolo de união dos cabo-verdianos bem como a produção de um documentário televisivo integrado no esboço de um programa de salvaguarda que a Comissão ainda desenvolveu. Por motivos que não nos compete explorar, de referir que em 2015 o Instituto do Património Cultural

---

<sup>332</sup> Este comunicado do Ministério da Cultura deixa saber que os membros das referidas Comissões tomaram posse no dia 16 de dezembro de 2012, na cidade do Mindelo por ocasião da celebração do primeiro aniversário da morte de Cesária Évora.

<sup>333</sup> Por ocasião da entrevista que lhe dirigi no dia 07.07.2016 Sandra Mascarenhas (que conduz a Direção de Património Imaterial do IPC desde 2014) facultou-me um conjunto de documentação que utilizo nesta seção da dissertação e que apoia na caracterização das políticas públicas para o património imaterial em Cabo Verde.

<sup>334</sup> A Comissão era presidida pelo responsável máximo do Instituto do Património Cultural, o antropólogo Humberto Lima, e integrava os seguintes membros: Moacyr Rodrigues, investigador, residente na ilha de São Vicente; Ilídio Cabral Baleno, Historiador, técnico do IPC, residente na Praia; Vasco Martins, etnomusicólogo, técnico do IPC, residente na ilha de São Vicente; Margarida Martins, pedagoga, residente na ilha de São Vicente; Carlos Gonçalves, Jornalista, investigador, residente na Praia; Gláucia Nogueira, gestora do património; César Monteiro, sociólogo, então embaixador no Senegal e Eutrópio Lima, etnomusicólogo, residente na Praia.

toma a condução do processo através da sua Direção do Património Imaterial recentemente criada e afeta alguns elementos da equipa ao projeto<sup>335</sup>.

Consciente das dificuldades a presidência do instituto entendeu, a partir de 2015, conceber no seio da recém-criada Direção do Património Imaterial uma equipa técnica para elaboração do dossiê, alojando o processo na direção. A equipa, constituída pela diretora do Património Imaterial, Sandra Mascarenhas, historiadora, mestre em Património, turismo e desenvolvimento; Adelaide Monteiro, linguista; Martinho Brito, antropólogo e mestre em património e desenvolvimento; Victor Semedo, Historiador; Carlos Barbosa, antropólogo visual; Ilídio Baleno, historiador e Fátima Barbosa, gestora cultural, reuniu-se pela primeira vez a 11 de Fevereiro de 2015, com o presidente da comissão científica, Dr. Humberto Lima.

Um novo plano de ação elaborado por esta equipa deixava clara a necessidade de inventariar a Morna a nível nacional o que resulta, supomos, de um novo entendimento relativamente às orientações internacionais e à (re)interpretação no âmbito dos inventários a que se refere o artigo 12.º da Convenção de 2003. Este novo grupo de trabalho surge então com uma nova perspetiva para a candidatura da Morna sendo que para além da questão da *classificação/inventariação* introduz a ideia de *participação* (da sociedade civil e da comunidade artística) que vai beber às diretivas da UNESCO e ao trabalho de sensibilização que a organização internacional realizava então junto dos países da África Lusófona.

Note-se que é importante para compreender o desenvolvimento das políticas públicas para o património imaterial em Cabo Verde ter em consideração que o país integrou o referido *Programa de Reforço das capacidades dos países da África Lusófona para implementação da Convenção de 2003* que teve como coordenadora local Sandra Mascarenhas, Diretora do Património Imaterial. O programa, como referido, inseriu-se numa estratégia global da UNESCO com vista à criação de condições institucionais nos estados-membros para salvaguarda do património imaterial, nomeadamente ao nível da capacitação de técnicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa de modo a dotá-los

---

<sup>335</sup> Apenas a título de nota referir que no seu primeiro dia como Ministro da Cultura - 25.04.2016 - Abraão Vicente havia feito declarações polémicas, garantido que na passagem de pastas do governo anterior para o atual não se foi abordada a questão da candidatura da Morna a Património da Humanidade. O Ministro recentemente empossado questionava assim a verdadeira existência do dossiê e falava sobre a necessidade de *investigar o assunto* (Abraão Vicente, 2016 – entrevista *Expresso das Ilhas* nº 752 de 27 de abril de 2016). Cerca de quatro meses depois, em julho de 2016, supostamente depois de esclarecer a questão, Abraão Vicente anunciou publicamente que o dossiê da candidatura da Morna a Património Imaterial da Humanidade não passava de “publicidade enganosa” e que seria, para o seu Ministério uma prioridade (*Expresso das Ilhas* 28 de julho de 2016).

de conhecimentos e instrumentos adequados para a realização da recolha, preservação, manutenção e catalogação do património imaterial nesses países.

A implementação do Programa teve em início em 2012, mas em Cabo Verde operacionalizou-se apenas, como vimos, no segundo semestre de 2015, tendo contado com a orientação do facilitador da UNESCO, Lucas Santos Roque.

Foi o culminar de um processo iniciado em Maio de 2015 com a missão preparatória do facilitador Lucas Santos Roque, ao qual se seguiu a oficina de implementação, realizada em Julho com técnicos e formandos oriundos de várias instituições nacionais, poder local e ONG's. Entre Setembro e Outubro realizou-se o segundo workshop, de inventário de base comunitária, abrangendo três comunidades do concelho de Ribeira Grande de Santiago, município da ilha de Santiago onde se situa o único centro histórico classificado património mundial. O workshop de Janeiro mirou a avaliação do trabalho realizado e a validação dos registos e bens inventariados durante os dez dias do workshop de inventário de base comunitária e nos meses seguintes (IPC\_Relatório de Deslocação nº 1/2016).

Este relatório, que é assinado pela Diretora do Património Imaterial e também coordenadora, em Cabo Verde, deste Programa da UNESCO, dá conta que no cômputo geral se desenvolveram atividades de formação e capacitação por parte dos técnicos do IPC de elementos da comunidade para a prática do inventário piloto ou comunitário. O trabalho desenrolou-se em algumas etapas:

desenvolvimento do trabalho de campo com as comunidades; sistematização dos dados tendo-se promovido então a socialização dos primeiros resultados junto às comunidades; uma fase intermediária (entre Outubro e Dezembro de 2015) de continuidade dos levantamentos no terreno; por fim, em Janeiro, o retorno ao campo, nova sistematização de dados e fechamento com as comunidades; elaboração do produto final; apresentação dos resultados finais do processo e o planeamento de ações de salvaguarda com o instituto, delineando-se os caminhos e as estratégias para o PCI em Cabo Verde (idem).

Para além da experiência piloto que originou a realização do Inventário Comunitário desenvolvido na Cidade Velha, o *Programa de Reforço das capacidades dos países da África lusófona para implementação da Convenção de 2003*, resultou num enorme contributo para a candidatura da Morna. Sandra Mascarenhas refere que um dos resultados do programa foi a conceção de uma linha orientadora para os próximos anos da qual figura como prioridade a candidatura à assistência internacional como caminho para a realização do inventário de base comunitário da Morna visando a sua candidatura à Lista Representativa da UNESCO.

É importante referir uma questão para a qual despertei logo em 2014 quando já se falava amplamente (quer em Cabo Verde quer em Portugal) da candidatura da Morna. Intrigou-me desde cedo o facto de Cabo Verde estar a desenvolver trabalho conducente à formalização da candidatura, mas não ser ainda Estado Parte na Convenção, o que significava que na prática não a havia ratificado. Com vista ao esclarecimento abordei, naturalmente, o assunto na entrevista que efetuei em 2016 nas instalações do Instituto do Património Cultural na cidade da Praia, a Humberto Lima e Sandra Mascarenhas, ex-Presidente do IPC e Diretora do Património Imaterial da mesma instituição<sup>336</sup>. A questão, segundo os meus interlocutores, parece resultar de um equívoco que remonta a 2008. Neste ano - ano em que também Portugal ratificou o diploma - a Assembleia Nacional de Cabo Verde aprovou a ratificação da Convenção da UNESCO de 2003 como consta do Boletim Oficial de 16 de junho de 2008, Decreto n.º 4/2008 que integra apenas dois artigos o primeiro, da aprovação da Convenção e o segundo, da sua entrada em vigor.

Sandra Mascarenhas, diretora da DPI e Humberto Lima, ex-Presidente do IPC mostram o desconhecimento das razões, mas garantem que essa foi uma das primeiras preocupações da equipa quando assumiu, em 2014, a condução da Direção do Património Imaterial. Segundo o seu depoimento, em 2008, nunca se procedeu ao depósito junto ao Diretor-Geral da Unesco, ou seja, o processo de ratificação terá decorrido internamente, a nível nacional, mas não chegou à sede da UNESCO em Paris, onde seria concretizado. Permanecendo a incógnita sobre o paradeiro do documento, o processo foi reiniciado em 2015 com o acompanhamento do IPC e concluído com sucesso a 06.01.2016, dia em que Cabo Verde passou oficialmente a ser Estado Parte na Convenção da UNESCO de 2003, com cerca de oito anos de atraso relativamente à data em que foi despoletado.

Importa referir como conclusão deste assunto que, quando realizei trabalho de campo na cidade da Praia em julho de 2016, entre os técnicos do IPC estava instalado um cenário de incerteza perante a chegada ao governo de um novo executivo e aguardava-se as diretrizes para a prossecução dos objetivos e projetos da Direção de

---

<sup>336</sup> Note-se que nessa ocasião Cabo Verde já era Estado Parte na Convenção desde 06.01.2016 mas ainda assim quis saber porque é que a ratificação do diploma aconteceu tardiamente, ou seja, quatro depois do anúncio oficial da candidatura da Morna.

Património Imaterial (e de todas as outras). Curiosamente, alguns dias depois de eu ter regressado a Portugal, o Ministro da Cultura Abraão Vicente comunicou oficialmente que a candidatura da Morna era uma prioridade do seu Ministério e que a nova equipa do IPC seria incumbida de o concretizar. De lá para cá tenho acompanhado o desenvolvimento da questão através dos meios de comunicação de Cabo Verde que são pródigos em divulgar notícias acerca deste assunto. Uma delas data de 14 de junho de 2017 e foi divulgada pela agência cabo-verdiana de notícias “Inforpress”. O título é sugestivo “Candidatura da morna a património da Humanidade: Um parto difícil” e refere-se a um encontro aparentemente menos bem-sucedido, promovido pelo IPC. A reunião previa juntar um grupo alargado de músicos de São Vicente, que compareceram em número reduzido, manifestando descontentamento.

A coordenadora da candidatura da morna a património cultural imaterial da Humanidade, Sandra Mascarenhas, veio ao Mindelo socializar o projecto, solicitar a participação da comunidade musical na feitura do inventário da morna, mas o parto parece que vai ser difícil. A começar pela fraca presença das pessoas na reunião, passando pelo torcer de narizes à bondade do Projecto (...) “Vamos morrer todos sem ver a morna património da Humanidade”, vaticinou o guitarrista, impedido verbalmente de sair, quando pretendeu abandonar o pátio do Centro Cultural do Mindelo, onde decorria a reunião. A coordenadora da candidatura não se desarmou e continuou a explicar os meandros do processo de socialização, que já vem do concelho de São Domingos, na ilha de Santiago, e pretende passar, quase em simultâneo, por todos os municípios do país até ficar pronto em Outubro ou Novembro para que a entrega à comissão de avaliação da Unesco se faça em Março de 2018 (*Inforpress*, 14.06.2017).

A candidatura sofreu alguns avanços e recuos, mas o governo cabo-verdiano cumpriu o prometido e entregou no passado mês de março (de 2018) o dossiê junto da UNESCO, classificando como “tecnicamente irrepreensível” pelo que se vislumbra, em seu entender, “todas as hipóteses” de ser classificado.

#### **IV.2. Festas de Romaria e o São João Batista no Porto Novo, ilha de Santo Antão**

Somos crioulos, somos crioulos de Cabo Verde. Esta é a nossa especificidade primeira. Nascemos do cruzamento de sangue e de culturas. Do confronto, primeiro, e do reencontro depois, entre África e Europa, emergiu a antropologia das ilhas. Nem a África somente, nem a Europa apenas. No caldeirão da história das nossas ilhas dois mundos se cruzaram, se fundiram, se amalgamaram, se constituíram numa nova individualidade cultural, num novo humanismo (...) (Veiga, 2005)

As Festas de Romaria - que têm paralelo, em Portugal, com as Festas dos Santos Populares e no Brasil com as Festas Juninas (Rangel, 2008) - são das mais conhecidas festividades populares de Cabo Verde o que, segundo os especialistas, não fica indiferente ao facto de terem sido introduzidas no arquipélago pelos próprios portugueses que governaram o país desde meados do século XV até à independência em 1975<sup>337</sup> (Rodrigues, 1997; Albuquerque, 2001; Barcelos, 2003).

Foram trazidas para Cabo Verde pelos portugueses. Pela certa, as mais antigas chegaram com a Igreja nos princípios do século XVI, logo após a sua descoberta no princípio da colonização. Os escravos, com certeza traziam as suas festas que, por serem pagãs, foram logo cristianizadas. Dessa cristianização, nasceu quase sempre uma manifestação de outro tipo. Uma manifestação eivada de um sincretismo, certamente, mais visível no começo da sua existência (...) (Rodrigues, 1997).

A questão é indissociável de toda uma teoria já bastante escrutinada de construção de uma *nação* cabo-verdiana, peculiar, de que resulta uma identidade cultural própria que emerge do cruzamento de culturas repartidas entre a Europa e África (Lima, 1996; Veiga, 2005; Madeira, 2015). Está próxima também, segundo Moacyr Rodrigues (1997), da problemática que envolve a questão das origens da evangelização e da cristianização em Cabo Verde fundamental, do ponto de vista histórico, para compreender a emergência da devoção popular no arquipélago. Sem aprofundar o assunto do qual historiadores e inclusive alguns teólogos se têm ocupado, há que notar que o processo de evangelização em Cabo Verde acompanhou o processo de povoamento das ilhas tendo a missão sido confiada à Ordem de Cristo à qual se somou a presença de missionários de outros institutos, nomeadamente franciscanos e capuchinhos que colaboraram no desempenho desta tarefa (Fernandes, 2012). Do estabelecimento da organização eclesial surgiram as paróquias e, conseqüentemente, a celebração dos padroeiros.

---

<sup>337</sup> Não obstante a discussão historiográfica em torno da autoria da descoberta de Cabo Verde (note-se que, em 1962, Jaime Cortesão defende que algumas ilhas já eram conhecidas pelas populações africanas antes da chegada dos portugueses), documentos oficiais admitem que as ilhas foram encontradas pelos portugueses em duas viagens que decorreram entre 1460 e 1462. Em 1460 terão sido descobertas as ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal; e na viagem de 1462 a ilha Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia e Santo Antão. Santiago foi a primeira ilha a ser povoada em 1462 e foi escolhida dada a existência de muitas ribeiras propícias à agricultura e de lugares onde aportar os navios. Foi também a primeira ilha a beneficiar de uma divisão político-administrativa.

Identificam-se festas de romaria em todas as ilhas de Cabo Verde: Tabanca na ilha de Santiago; São Filipe (ou Festa da bandeira) na ilha do Fogo e São João Baptista em quase todas as ilhas, sobretudo Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Brava<sup>338</sup>. É de referir que todas elas têm traços comuns seja na dimensão religiosa, por exemplo, a existência de procissões, seja no ritmo das danças e nos instrumentos utilizados. A componente religiosa associada ao lado profano ou popular e a mescla de raízes tradicionais europeias e africanas são o que mais as caracteriza e congrega<sup>339</sup>.

Frederico Cerrone<sup>340</sup> (1996) faz notar que Santo Antão é uma das ilhas do arquipélago cabo-verdiano onde a prática religiosa é mais arreigada e onde as crenças e as tradições populares estão mais enraizadas. A ilha foi descoberta pelos navegadores portugueses em 1462 e a sua colonização teve início em 1548 sendo povoada por colonos vindos de Portugal e por escravos ladinizados, já aculturados, ou mesmo libertos (Rocha, 1990; Albuquerque, 2001). Localizada no grupo do Barlavento<sup>341</sup>, Santo Antão é uma das nove ilhas habitadas do arquipélago sendo a ilha mais setentrional e ocidental e, conseqüentemente, a mais afastada do continente africano pelo que o seu extremo oeste é considerado o ponto mais ocidental de África. É a segunda maior ilha do arquipélago em superfície e a terceira em população. O nome «Santo Antão» terá sido atribuído pelo navegador português que a descobriu em 1462, segundo o calendário

---

<sup>338</sup> Segundo Fernandes (2012), citando João Lopes Filho, também nas ilhas de Sotavento, nomeadamente na Brava, como referido, e também no Fogo. Tanto numa ilha como na outra saem à rua tamboreiros e koladeiras e procedem as tradicionais festas da bandeira, com mastro e dança do cavalo ao som do tambor durante a procissão religiosa. A ilha Brava possui características distintas e muito originais (Brito-Semedo, 2005). A umbigada, tão característica do Kola San Jon do Barlavento, não existe nesta ilha (Rodrigues, 1997). Note-se que em 2016 compareceram numa reunião do grupo de Kola San Jon, na Cova da Moura, três cabo-verdianos originários desta ilha, pertencentes à Associação Fina Brava, que se apresentaram como organizadores da primeira festa de San Jon da Ilha da Brava que se realizou em Portugal, mais concretamente no dia 26 de junho de 2016 nas instalações da Escola Azevedo Neves (Damaia). Para além das informações sobre a dinamização da festa e o seu programa (do qual constavam algumas adaptações relativamente ao modo como decorre no seu contexto original), dispuseram-se a convidar os elementos do grupo de Kola San Jon para participarem da festa. O contacto previa ainda o pedido de empréstimo de um tambor, ao que o grupo e o Moinho da Juventude não se opuseram.

<sup>339</sup> A publicação *Festas de Romaria, Festas Juninas* (1997) de Moacyr Rodrigues revela-se fundamental para aprofundamento desta matéria.

<sup>340</sup> Frei Frederico Cerrone foi Missionário Capuchinho (da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos) em Cabo Verde onde teve um papel fundamental, juntamente com outros, na restauração da Igreja e na implantação da Ordem no arquipélago. Destacou-se pela sua obra social nomeadamente nas Ilhas do Fogo e São Vicente, mas também pelos importantes contributos teóricos para a história da igreja em Cabo Verde.

<sup>341</sup> O arquipélago está dividido em dois conjuntos, as ilhas de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava; e as ilhas de Barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitada), S. Nicolau, Sal e Boavista.



hagiológico, em consonância com o santo do dia da descoberta - 17 de janeiro - tal como sucedeu com outras ilhas do grupo (São Vicente, São Nicolau e Santa Luzia). Administrativamente a ilha de Santo Antão está dividida em três concelhos: Porto Novo, Paul e Ribeira Grande. A cidade de Porto Novo, anteriormente conhecida como Porto dos Carvoeiros, é sede do concelho que lhe dá nome. Trata-se do maior centro urbano de Santo Antão e é aqui que a festa de São João Batista tem maior expressividade.

Em 1898 Carlos Ribeiro Nogueira Ferrão, redige um dos primeiros e mais importantes estudos monográficos sobre Santo Antão. Nesse relatório, intitulado *Estudos sobre a ilha de Santo Antão*, o então administrador da ilha retrata as condições de vida no território focando as principais características físicas do espaço e da organização social. Da descrição do Porto dos Carvoeiros, Ferrão refere a existência de uma pequena ermida de S. João onde

(...) tem lugar todos os anos a maior festa de toda a freguesia, e mesmo de toda a ilha, que começa no dia 21 de junho e termina em 24 do mesmo mez. É a festa de S. João Baptista, advogado contra as dores de cabeça...e a favor dos casamentos, segundo a crença popular (Ferrão, 1898: 60).

Carlos Ferrão dá conta de três dias de *folia incomparável* onde milhares de pessoas se deslocam de todos os pontos da ilha para assistirem à festa ocupando pequenas ravinas em volta da povoação onde se instalam, construindo cercados de pedras e cobertos por um lençol assente numa estaca de modo a formarem barracas as quais o autor compara às do exército.

N'estes dias de balbúrdia infernal, em que é difícilimo às autoridades a manutenção da ordem, a música do arraial é composta de mais de trezentos tambores de todos os tamanhos e feitios, cuja harmonia bastante se assemelha a uma tremenda trovada que Deus mandasse sobre a terra, n'esses três dias sem fim. (...) E o infernal rufo lá continua, a toda a hora e em todos os instantes e, aumentando freneticamente de intensidade à medida que vão chegando mais músicos da ilha (idem: 61).

Ferrão descreve o ambiente da festa que considera *talvez a mais concorrida de toda a província de Cabo Verde* apontando para que ali se juntariam entre cinco a seis mil pessoas, não obstante em certos anos o número ter ultrapassado os oito mil romeiros. A descrição é rica no retrato que faz do lado pagão da festa, mas não adianta pormenores acerca da componente religiosa a não ser dando conta da existência de uma “romaria” após a qual tinham lugar as *desenfreadas* corridas de cavalos. Conclui o

autor, presumo que com alguma ironia, que a festa de S. João Baptista se resumia a *tocar ou ver tocar tambor, beber ou ver beber aguardente*.

O culto de São João Batista em Porto Novo está associado, por via da tradição oral, a uma lenda em que uma mulher, de nome “Mamaia”, teria encontrado São João na beira da praia e este ter-lhe-á expressado o desejo de viver num local isolado. Mamaia satisfez-lhe o desejo e levou-o para viver numa gruta onde permaneceu durante muitos anos. Com a morte de Mamaia e o crescimento da vila, o santo manifestou a necessidade de se isolar, acabando por fugir para a localidade de Ribeira das Patas. Os habitantes de Porto Novo insistiam em ir buscar o santo que acabava sempre por fugir para esse local. Assim os porto-novenses assumiram o compromisso de o ir buscar no dia 23 de junho e o de o tornar a levar no dia 25 (Rodrigues, 1997; Miguel, 2010, 2016; ACMJ, 2013).

Não muito distante da realidade que nos é dada a conhecer sobre a Festa de São João Batista em Porto Novo nos finais do século XIX, na atualidade a festa mantém-se como uma das mais importantes e concorridas festividades de todo o arquipélago cabo-verdiano gozando de grande expressão a nível local, mas também a nível nacional e internacional<sup>342</sup>.

Ao contrário do que sucede na Cova da Moura, em Porto Novo a *Festa d’Sonjon*, também conhecida como “Colá Son Jon ou Kola San Jon” tomando o nome da dança, destaca-se, entre outras importantes dinâmicas de que falaremos, pela componente religiosa em que assume um lugar central a peregrinação, considerada o pilar da festa, que decorre no dia 23 de junho entre a povoação de Ribeira das Patas (no interior do concelho) e a cidade de Porto Novo. Ao som de tambores e de «kola san jon» milhares de pessoas<sup>343</sup> percorrem a pé um trajeto de 22km que liga as duas localidades com o

---

<sup>342</sup> Pese embora seja atualmente uma das Festas de Romaria mais expressivas em todo o arquipélago cabo-verdiano, a história dá conta de períodos de decadência da Festa de São João Batista em Porto Novo. Tal como me foi reportado por alguns interlocutores locais em junho de 2016, Moacyr Rodrigues confirma-o na sua publicação de 1997 identificando, por volta dos anos 80 uma altura em que a festa esteve decadente, tanto quanto, segundo o autor, estaria em São Vicente: “festa de velhos, bêbados e mirones”. O autor refere que, não obstante ter perdido todo o vigor da dança, manteve-se sempre, durante este período de decadência, a religiosidade do povo.

<sup>343</sup> Em 2016 alvitrou-se a presença de cerca de 3000 na peregrinação, concretamente no momento da chegada da imagem a Porto Novo. Esta informação foi-me transmitida por Albertina Pinto, juiz da festa em 2016, sem base, julgo eu, em fontes oficiais. A mesma pessoa lamentava o facto de ter estado aparentemente menos gente do que o habitual o que se explica, na sua opinião, com o facto da festa ter

objetivo de “cumprir a promessa” e trazer a imagem do santo à cidade onde permanece até ao dia 25 de junho, dia em que um menor número de pessoas realiza o trajeto em sentido contrário de modo a depositar de novo a imagem do santo na Capela onde vai permanecer até ao ano seguinte. Um dos momentos mais simbólicos da peregrinação é a chegada de São João Batista a Porto Novo e a entrada na cidade, acompanhada por milhares de peregrinos e festeiros, movidos pela fé ou apenas pela diversão e embalados pela dança e batida frenética do ritmo Kola San Jon<sup>344</sup>.

Movidos por uma força quase que sobrenatural, peregrinos de todos os recantos da ilha e de outras paragens vão fazer uma viagem de quase oito horas, rezando, cantando, dançando e tocando tambor. Pelo caminho, terão ao seu dispor água, alimento e apoio médico. Há quem diga que nada se compara em Cabo Verde com a romaria de São João Baptista no concelho do Porto Novo. Estar no meio da festa é descrito como uma experiência inesquecível. Apesar da longa distância percorrida, e em grande rebuliço, os festeiros conseguem aguentar a carga com uma felicidade contagiante. Velhos, jovens, crianças e adultos acompanham o santo e entram no centro da cidade do Porto Novo numa explosão de energia e alegria. A chegada é assinalada com badaladas do sino da igreja e o repicar mais forte dos tambores (edição online *A Semana*, 23.06.2015)



**Figuras 32 e 33** – Peregrinação de São João Batista entre Ribeira das Patas e Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. 23.06.2016. Fotografias de Carla Queiroz.

decorrido num dia de semana (5ª feira) e assim ter afastado grande número de pessoas que, por norma, se deslocam de S. Vicente. O Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Porto Novo na véspera da festa falou-me em cerca de 5000 pessoas que, por norma, são contabilizadas nesse local, à chegada da peregrinação à cidade de Porto Novo.

<sup>344</sup> Antigamente, e segundo alguns informantes, a imagem de São João Batista era transportada à cabeça pelas mulheres. Atualmente a padiola que permite a condução da imagem ao longo dos 22 kms entre Ribeira das Patas e Porto Novo (e depois no regresso) está adaptada para ser transportada, ao ombro, por quatro pessoas. A título de curiosidade referir que o transporte da imagem do santo causa por vezes alguns conflitos à saída da Igreja na Ribeira das Patas, uma vez que são vários os voluntários. Na festa que assisti, em 2016, o santo foi transportado durante a primeira parte do percurso pela então Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, numa das ombreiras frontais e, na outra, ao seu lado, o (futuro) candidato, seu opositor que veio a vencer as eleições do mês de setembro seguinte e a substituir Rosa Rocha à frente da Câmara Municipal.

De referir que no decurso de uma pequena parte do trajeto que fizemos juntas, a então Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo questionou-me se eu conhecia alguma peregrinação semelhante, dado que a própria não conhecia outra igual e considerava-a como a grande mais valia da festa de Porto Novo e, como tal, aquilo que a tornava inédita e diferente de todas as outras. Esta questão e a conversa com a edil relacionam-se com uma outra importante questão do foro patrimonial que darei conta. Antes, referir que para além da componente religiosa que é complementada com a realização de missas, procissões e outros atos de natureza religiosa, conduzidos e estimulados pelos padres Capuchinhos (da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos) responsáveis pela paróquia, outras iniciativas são desenvolvidas e integradas na Festa de São João Batista, sobretudo de carácter desportivo, cultural e recreativo.



**Figuras 34 e 35** – Componentes religiosas da Festa de São João Batista. Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Junho de 2016. Fotografias de Carla Queiroz.

Com efeito, o município tem assumido um papel preponderante na organização da componente popular da festa e aos agentes políticos se deve aquilo que os próprios consideram como a sua «revitalização», o que me foi atestado por vários interlocutores locais entre eles Moacyr Rodrigues que me confirmou pessoalmente, na entrevista que me concedeu no Mindelo, que a festa de Porto Novo passou por um período de declínio e foi revitalizada pela ação direta do poder local, em paralelo com a ação da igreja católica na prossecução do mesmo objetivo no que diz respeito à revitalização e ampliação da componente religiosa da celebração<sup>345</sup>.

---

<sup>345</sup> Cujas ação e influência observei diretamente na peregrinação de 23 de junho de 2016 e nos diversos eventos que decorreram entre os dias 24 e 25.

A Câmara Municipal é responsável pela organização da «Feira de Produtos Agropecuários de Santo Antão» (FEPASA) que antecede a festa de São João Batista e é também responsável pela dinamização do espaço «Aldeia Cultural Nôs Reíz». A Feira de Produtos Agropecuários conta com catorze anos de existência e tal como me confirmou, em entrevista, o ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo Amadeu Cruz que introduziu a Feira na programação da festa de São João Batista em 2004, o evento cumpre o duplo objetivo de revitalizar a festa e promover o desenvolvimento económico e a dinamização das atividades locais, nomeadamente a agricultura, indústria agroalimentar, artesanato e gastronomia. A Feira que, em 2016, teve lugar no “Recinto 5 de julho” junto do espaço «Aldeia Cultural Nôs Reíz», tornou-se o momento que dá início às festividades e onde os tocadores de tambor iniciam as suas primeiras aparições públicas. Daí por diante é “repicá pau na tambor” até ao último dia da festa. De referir, a título de curiosidade, que o primeiro contacto que tomei com os tambores e o Kola San Jon em Cabo Verde foi no dia 18 de julho de 2016, dia em que cheguei a Santo Antão que coincidiu com o dia de encerramento da FEPASA. À entrada da Feira um grupo bastante alargado de tamboreiros exibia a sua toca, e era acompanhado pontualmente por alguns homens e mulheres que, junto do grupo, kolavam aos pares.

A «Aldeia Cultural Nôs Reíz» é um espaço igualmente dinamizado pela Câmara Municipal. Trata-se do recinto onde decorre grande parte da atividade cultural da Feira e que diariamente acolhe uma programação variada, desde espetáculos musicais, teatrais, recriações históricas, concursos, etc. O local é o ponto de encontro, sobretudo noturno, dos porto-novenses e dos visitantes durante os dias em que decorre a festa. É também o ponto de encontro dos tamboreiros - que se mantêm enérgicos durante os cerca de dez dias que dura a festa - e dos que os acompanham dançando, com a mesma energia, o Kola San Jon. A dança é praticada durante toda a festa: em todos os momentos formais e/ou religiosos que constam do programa oficial e, naturalmente, em todos os momentos informais, sempre que haja um tambor que dê o mote. Moacyr Rodrigues (1997) associa a origem da dança de Kola San Jon à altura em que os escravos tinham folga para participarem nas procissões religiosas e festejarem o seu santo devoto. O autor considera que o golpe da umbigada reflete a oportunidade que a dança convocava para os escravos se desafiarem sexualmente. Rodrigues refere ainda o facto

de durante o tempo colonial a dança ter sido proibida pelas autoridades civis e eclesiásticas, pelo seu caráter pecaminoso. Alguns autores consideram (Fernandes, 2012) que, sendo uma dança pagã, faz parte dos louvores a São João Baptista, ou seja, uma forma dissidente de orar e mostrar a sua fé.

No âmbito da sua programação cultural, a Câmara Municipal dinamiza ainda as tradicionais corridas de cavalos que têm lugar num recinto adequado, afastado do centro da cidade, nos dias 23 e 24 de junho e às quais Carlos Ferrão já se referia no Relatório de 1898 (Ferrão, 1898: 61). Este é um dos momentos mais aguardados da festa e de todos os que assisti, provavelmente o que conta com maior número de pessoas na assistência. É também um dos momentos em que os tambores são em maior número e estão mais enérgicos soando durante horas e horas a fio. À volta do recinto os comerciantes montam espaços de venda de comida e bebida<sup>346</sup>.



**Figura 36** – Corrida de Cavalos. Festa de São João Batista. Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. 24.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.

A Câmara Municipal responde também, no âmbito desta ação cultural e recreativa, pela organização do Desfile de São João, um desfile de cariz etnográfico que tem lugar na noite de 22 de junho, véspera da peregrinação. Trata-se de um evento relativamente recente que foi concebido na mesma ocasião da FEPASA, em 2004, com idêntico objetivo de contribuir para a dinamização e revitalização da festa. A ideia partiu, segundo me informou o próprio, do ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, Amadeu Cruz que se inspirou nas marchas populares de Lisboa para conceber um

---

<sup>346</sup> Segundo fontes da imprensa local, em 2007 e 2008 as corridas de cavalos não se realizaram em Porto Novo por falta de espaço apropriado. Foram retomadas em 2009, após a construção de uma nova pista e até hoje não mais voltaram a ser interrompidas.

concurso entre bairros: «A ideia era termos um desfile de trajes, de navios e de toca de tambores e de kola. Termos grupos de quatro ou cinco bairros da cidade e no fim sair um grupo vencedor. Foi um evento inédito, jamais realizado em Porto Novo» (Amadeu Cruz, ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, 28.06.2016 - entrevista). Nesse ano de 2004 um jornal local noticiava que a novidade havia trazido a Porto Novo muitos curiosos, alguns vindos da Ribeira Grande e do Paul, outros vindos do lado de lá do canal, desde São Vicente. Segundo a publicação, «as marchas caíram no gongo dos portonovenses e vieram para ficar, para ser atração de forasteiros que procuram Porto Novo pelo Son Jon. Com as festas juninas a ganhar novos contornos e ingredientes, espera a autarquia que sirvam elas também de chamariz numa forte aposta no Turismo» (*Expresso das Ilhas*, 30.06.2004)<sup>347</sup>. Segundo constatei em 2016, é outro dos eventos mais concorridos da festa onde se reúnem milhares de pessoas, entre os que participam e os que assistem.



**Figuras 37 e 38** – Pormenores do Desfile de São João. Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. 22.06.2016. Fotografias de Carla Queiroz.

As festas são aguardadas anualmente com enorme ansiedade e expectativa. As pensões ficam lotadas e o movimento marítimo entre o Porto Grande em São Vicente e

---

<sup>347</sup> O ano de 2004 revela-se importante na ação da Câmara Municipal, que nesse ano introduziu importantes alterações na festa. Parece ser o ano em que os agentes políticos locais despertaram para a questões da revitalização como via de promoção da festa. Nesse ano, e provavelmente inserido nesta estratégia, o então Presidente da República, Pedro Pires, marcou presença, assumindo-se como o patrono das festas de São João naquele concelho onde esteve durante quatro dias.

o Porto Novo em Santo Antão intensifica-se<sup>348</sup>. Nestes dias a cidade multiplica a sua população, recebendo vizinhos das povoações mais próximas e de outras localidades da ilha<sup>349</sup>. Recebe também amigos e familiares que se deslocam de São Vicente e das outras ilhas do Barlavento, mas também de familiares e amigos que se encontram emigrados no estrangeiro e regressam nesta ocasião para participar da festa.

Com efeito, o São João Batista é uma das épocas do ano, talvez a época do ano que atrai um maior número de emigrantes e seus descendentes provenientes, sobretudo, da diáspora europeia e norte-americana.

O ritmo do cais é atípico, pois além do seu movimento regular (...) é grande o número de pessoas que chegam das outras ilhas, de emigrantes que vem da Europa e dos Estados Unidos (...). Causa emoção ver as pessoas cumprimentando seus entes queridos entre lágrimas, sorrisos e abraços (Lopes, 2015: 7).

A presença significativa<sup>350</sup> de emigrantes que programam as férias de modo a fazê-las coincidir com a festa de São João Batista fez com que a Câmara Municipal de Porto Novo tomasse a iniciativa, há alguns anos, de promover o “Encontro com Emigrantes”. Trata-se de um evento, que inclusive é anunciado no programa oficial das festas, que tem lugar nas vésperas do dia 24 de junho. Para além de dar as “boas vindas” aos emigrantes, o encontro tem como principal finalidade potenciar oportunidades de investimento no concelho por parte daqueles que estão fora, “em prol do desenvolvimento local”. Note-se que estudos que incidem sobre práticas transnacionais<sup>351</sup> dos migrantes cabo-verdianos (Malheiros, 2001; Grassi, 2007;

---

<sup>348</sup> A ilha de Santo Antão é acessível apenas por via marítima. O acesso faz-se a partir da cidade do Mindelo, em São Vicente, até Porto Novo onde fica situado o principal porto da ilha de Santo Antão. As ligações são diárias e a viagem dura cerca de uma hora.

<sup>349</sup> De referir que os porto-novenses retribuem, marcando presença nas festas de romaria organizadas noutras localidades da ilha. Festas de romaria celebram-se durante quase todo o ano em muitas localidades, no entanto, as mais concorridas são as dos meses de maio e junho. Para além do São João em Porto Novo as duas mais conhecidas são a de Santo António das Pombas em Paul e a festa de São Pedro na Garça (concelho de Ribeira Grande). Numa crónica publicada num jornal local, Fernando Monteiro considera este périplo como sendo uma maratona, ou uma corrida de estafetas, «quando termina uma começa outra» (*Expresso das Ilhas*\_30.06.2004).

<sup>350</sup> Não foi possível obter dados estatísticos que permitam contabilizar o número de emigrantes que a Festa de São João Batista recebe, por ano.

<sup>351</sup> Consideramos nesta dissertação a ideia de práticas transnacionais concertada com a definição de «transnacionalismo» proposta Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc em 1994: «the processes by which immigrants forge and sustain multi-stranded that link together their societies of origin and settlement. We call this processes transnacionalism, to emphasize that many immigrants today build social fields that cross geographic, cultural, and political borders. Immigrants who developed and maintain



Åkesson, 2008; Cardoso, 2008; Góis; Marques, 2008; Barros, 2013) referem como uma das suas principais componentes, na esfera económica, o envio de remessas dos emigrantes e os investimentos que são feitos no país de origem, quer ao nível da aquisição de terrenos, construção de habitação e outro tipo de negócios (Góis; Marques, 2008)<sup>352</sup>. Neste sentido, é compreensível que no Encontro de Emigrantes promovido pela Câmara Municipal, se juntem à edilidade outras entidades locais, como sucedeu em 2017 com a presença do BCN - Banco Caboverdiano de Negócios<sup>353</sup>.

A despeito deste Encontro formal, ao qual seguramente muitos emigrantes não comparecem, cumpre destacar, pelo que observei em 2016, que a presença dos emigrantes na festa não é, à primeira vista, notória. Apesar de ter conhecido alguns e de me ter sido referido que nesta ocasião «muito poucas são as famílias que não têm um familiar, ou vários, que venham do estrangeiro», é um dado assente que no conjunto da festa de São João Batista a figura dos emigrantes se dilui. Pedro Góis e João Carlos Marques (2008) dão conta de que a manutenção do uso da língua materna (crioulo cabo-verdiano) é uma das principais características da prática transnacional entre os migrantes cabo-verdianos<sup>354</sup> sendo que essa pode ser, a meu ver, uma das razões pelas quais não distinguimos facilmente os emigrantes. Para além deste dado, que considero relevante na própria reflexão que envolve toda a teorização da construção da “identidade” cabo-verdiana, torna-se difícil também, a meu ver, identificar os emigrantes na medida em que estes não tomam uma atitude passiva ou de contemplação, antes pelo contrário, revelam-se participativos, tocando tambor,

---

multiple relationships – familial, economic, social, organizational, religious and political - that span borders, we call “transmigrants”» (Basch, Glick Schiller e Blanc, 1994: 7).

<sup>352</sup> Pela importância que toma na esfera política e na economia local, a questão tem sido, historicamente, tratada no programa de sucessivos governos que, desde o pós independência, têm vindo a dar uma importância crescente à questão da emigração e ao desenvolvimento da política externa, como dá conta Kátia Cardoso (2008): «O nosso Governo, ciente do papel que cabe aos nossos emigrantes na Reconstrução Nacional, criará as condições necessárias à atracção das suas poupanças e sua consequente aplicação em sectores produtivos da vida nacional, através da livre iniciativa de cada um ou da participação em sociedades mistas» (in. Programa de governo PAICG\_1981-1985).

<sup>353</sup> Que apresentou produtos e serviços bancários criados especialmente para o segmento emigrante.

<sup>354</sup> César Monteiro (2008) dá que conta que a língua (crioulo) é o principal identificador identitário da nação cabo-verdiana (imediatamente seguido da música). Marzia Grassi associa a questão à construção da identidade nacional na sua relação com o dinamismo económico em contexto transnacional, do qual o país francamente depende: «A língua crioula surge como um elemento fundamental da identidade étnica dos cabo-verdianos na diáspora, servindo o propósito de obedecer à construção nacional de um país cuja viabilidade económica continua a depender maioritariamente das receitas dos emigrantes» (Grassi, 2009: 161).

dançando kola san jon, participando na peregrinação e em todas as outras manifestações religiosas. Transportam o santo, cumprem discretamente as suas promessas religiosas, assistem e participam das missas, procissões, leilões e vibram, como todos os outros, quando assistem às corridas de cavalos. Esta ideia de participação e de postura do emigrante mais *essencializada* difere da postura contemplativa do turista que mesmo quando se esforça por participar, por norma, se revela *outsider*. A questão convoca-me para o texto e para a experiência de Ana Flávia Miguel que acompanhou, como referido, o grupo de Kola San Jon da Cova da Moura na viagem a Cabo Verde, em 2008. Miguel constatou, dando conta disso na sua tese de mestrado (2010), que em Santo Antão o grupo da Cova da Moura passou despercebido, «não foram vistos como diferentes e contextualizaram-se na Festa de São João Baptista de uma forma totalmente fluida» (Miguel, 2010: 134). Acrescenta a etnomusicóloga que, no momento em que a peregrinação entrou na cidade de Porto Novo e onde o grupo de Kola San Jon se reuniu com a multidão<sup>355</sup>, abordou algumas pessoas no sentido de perceber se tinham dado conta que estava ali um grupo de emigrantes e que só depois de confrontados com a sua questão, os seus interlocutores se apercebiavam pela presença da bandeira de Portugal (que o grupo transportava).

A festa de São João Batista recebe, naturalmente, alguns turistas, mas ainda em número reduzido, como me foi confirmado pela diretora do principal complexo hoteleiro local<sup>356</sup>

(...) veem muitas pessoas de fora mas, os forasteiros são sobretudo familiares e amigos dos que cá estão. Veem de outras localidades da ilha, veem de outras ilhas (sobretudo São Vicente), e vêm do estrangeiro, de Portugal, de França, da Holanda, Luxemburgo, ou Estados Unidos. Verdadeiramente turistas não há muitos ainda, os turistas procuram Santo Antão por outros motivos, não tanto pela festa. A festa de São João Batista em

---

<sup>355</sup> Ana Flávia Miguel dá conta, tal como me foi referido na Cova da Moura, que o grupo de Kola San Jon não integrou, por opção, a peregrinação onde é trazida a imagem de São João Batista desde a Ribeira das Patas até Porto Novo. Justica-se esta atitude como uma questão de precaução, dadas as condições climáticas adversas “para quem não está habituado”. Assim, o grupo reuniu-se com a multidão à entrada da cidade, tal como o fazem, como constatei em 2016, centenas de pessoas que não acompanham o cortejo desde o seu início.

<sup>356</sup> Albertina Pinto, a quem já nos referimos, é Diretora do Santantao Art Resort, Porto Novo. Foi juíza da Festa de San Jon nesse ano de 2016. A figura de juíza da festa, segundo me confirmou Albertina, é recente, só existe desde 2014. A ideia terá sido proposta pelo Padre capuchinho Pier Aldo Delfino, que é o sacerdote mais antigo (está na paróquia há 25 anos) e que, juntamente com alguns elementos da Cáritas tomaram a iniciativa de falar com a Câmara Municipal que acolheu a ideia. Os juízes da festa desempenham funções exclusivamente no âmbito da componente religiosa, apoiando a igreja na organização e divulgação da festa.

Porto Novo mantém as suas características e raízes populares (Albertina Pinto, 26.06.2016 - entrevista).

De notar que a questão da turistificação no que respeita à festa de São João Batista em Porto Novo tem as suas questões como veremos adiante, ainda assim menos complexas do que as que são levantadas a propósito do resgate da festa de São João Batista na vizinha ilha de São Vicente.

#### **IV.2.1. San Jon na Ilha de São Vicente e a influência de *cultural brokers***

Como referido anteriormente, os elementos do grupo de Kola San Jon da Cova da Moura são, na sua maioria, cabo-verdianos originários das ilhas do Barlavento, sobretudo Santo Antão e São Vicente, mas também de São Nicolau. Antes da minha deslocação a Cabo Verde em 2016 e na altura em que programava a estadia no terreno, muitos me confirmavam, no grupo de KSJ, que a principal celebração de São João Batista é a que decorre em Porto Novo<sup>357</sup> sendo que uma das questões que levava para averiguar no terreno era precisamente perceber porque é que se toma a festa de Santo Antão como a referência sobretudo por comparação com a “mesma” celebração na ilha vizinha de São Vicente. Eunice Delgado<sup>358</sup>, Niche, natural de São Vicente, foi uma das pessoas que ao longo do tempo me foi falando sobre a festa de Santo Antão onde marcou presença em 2008 juntamente com o grupo do Kola San Jon. Para além dessa experiência foi igualmente partilhando comigo algumas memórias da sua infância no Mindelo no que diz respeito à forma como era vivida a festa de *San Jon* com a qual veio a restabelecer a ligação anos mais tarde, já na Cova da Moura. Niche foi das primeiras pessoas a chamar-me, involuntariamente, a atenção para a questão da revitalização da festa em São Vicente por parte de promotores ligados ao setor do turismo<sup>359</sup>. Este foi um dos motivos pelos quais programei, em 2016, uma pequena estadia no Mindelo que

---

<sup>357</sup> E também na ilha Brava.

<sup>358</sup> Recorde-se que Eunice Delgado é cozinheira do Moinho da Juventude e uma das coordenadoras do grupo de Kola San Jon.

<sup>359</sup> Godelieve Meersschaert havia-me falado também sobre o assunto, tal como Júlia Carolino contextualizando uma visita ao Moinho da Juventude, por parte dos responsáveis da Associação Terra Tambor, em 2014.

me permitisse compreender e esclarecer localmente a questão da turistificação da festa de São João Batista nessa localidade.

Foi em 1998 que a agência de viagens *Fly*, com sede no Mindelo, decidiu revitalizar algumas componentes tradicionais da festa de São João Batista que nessa época se encontravam em desuso na ilha de São Vicente. Movida por esse objetivo a diretora técnica da agência, Maria Teresa Graça ou Mité como é conhecida localmente, pôs em marcha o projeto «Kola San Jon Sabura e tradição» pelo qual a *Fly* foi responsável entre 1998 e 2007.

Quando estávamos a abrir a *Fly* já tínhamos concebido que o nosso papel ao nível do turismo teria que ter um pendor cultural, um lado cultural. Não era só o turismo por receber, não. Queríamos que as pessoas viessem e soubessem quem somos nós, o que nós fazemos. Queríamos mostrar aspetos da nossa cultura, algo que nos identifique nesta ilha, algo que seja da nossa cultura, sobretudo nesta zona do Barlavento. Pensei muito até que o meu coração disse “Kola San Jon”. [A festa] estava completamente em declínio, totalmente em declínio. Saí à procura dos elementos que nos permitem celebrar: o “navizinho”<sup>360</sup>, o tambor, as koladeiras, as bandeirinhas de papel de seda, o rosário de San Jon, os homens e as mulheres que faziam a bandeira, as espadas, a caixinha de primeiros socorros, que são tudo elementos que fazem aquela tradição. Frequentemente ouvia: “o sr. Fulano de tal já morreu, o outro já morreu, o outro emigrou” (Maria Teresa Graça, 30.06.2016 - entrevista).

Segundo Mité, por essa ocasião a celebração de São João Batista em São Vicente estava decadente, muitas componentes estavam já ausentes da festa, os mais novos estavam totalmente desligados e quanto aos mais velhos, muitos tinham morrido e

---

<sup>360</sup> Mité defende a ideia, de que outros também comungam, que o navio ou “navizinho” que incorpora a festa de Kola San Jon é entendido como resposta ao fenómeno de migração interna ocorrido em meados do século XIX, como uma manifestação da saudade face ao impedimento de viajar, por falta de recursos, de São Vicente para Porto Novo por ocasião das festas de São João: «Quando começou a seca aqui em Cabo Verde, os homens de Santo Antão debandaram para São Vicente. Porquê? Porque o porto estava em força, portanto, era o Porto Grande de São Vicente o motor da economia do país. Então os homens vinham para aqui trabalhar, deixando mulheres e filhos em Santo Antão. Quando chegava a altura de São João queriam dispensa para ir para a festa, mas os patrões não lha davam. Se for, quando vier já não tem trabalho. Então o que é que o homem fez para superar essa dor? Ele resistiu a isso prometendo celebrar o San Jon e fazer a viagem no seu imaginário. Assim ele construiu o seu *navizinho*, entrou dentro dele e fez a sua viagem para a Ribeira de Julião onde o San Jon se celebra em São Vicente. É esta simbologia que é a essência do navio. O navio de São João nasceu em São Vicente.» (Maria Teresa Graça, 30.06.2016 - entrevista). O argumento é forte e muitas vezes reproduzido na tradição oral, como confirmei tanto em Cabo Verde, como na Cova da Moura, contudo, não exclui outros dois argumentos igualmente interessantes e reproduzidos nestes dois contextos: um que associa a origem do navio usado no Kola San Jon às caravelas portuguesas da época dos descobrimentos - pela presença das insígnias da Ordem de Cristo usadas também nas velas das naus do tempo dos descobrimentos, e o outro que aponta para uma alusão aos navios de pirataria que assolavam, no passado, as costas de Cabo Verde (Pedido de Inv, 2013).

outros emigrado. Em fevereiro desse ano a agência *Fly* recebeu um grupo de turistas e decidiu “recriar” a festa totalmente fora do seu tempo

Conseguimos em pleno mês de fevereiro ter *navizinhos*, conseguimos ter tambor, conseguimos ter uma série de elementos e fizemos uma demonstração de Kola San Jon na Ribeira de Julião para esse grupo de turistas de cerca de 30 pessoas. Correu muito bem, as pessoas gostaram muito e fiquei a pensar, temos que revitalizar isto, as pessoas têm que ir lá celebrar, a parte religiosa e a parte profana. É isso que faz a festa. Então pensei bastante e decidi escrever um projeto de revitalização das festas de São João que se chamava “Kola San Jon Sabura e Tradição”. Submeti o projeto às entidades camarárias e outras entidades privadas aqui de São Vicente. Posso dizer que teve muita aceitação, as pessoas aderiram bastante. O que nós queríamos era fazer com que os homens, os festeiros, fizessem os seus *navizinhos*, fazer com que os festeiros construíssem os seus tambores. Fazer com que as senhoras montassem os seus ramos de *San Jon*, fazer com que as senhoras ensinassem as crianças a fazer um rosário, fazer com que ensinassem a fazer a bandeirinha de seda. O projeto tinha assim uma importante componente pedagógica que estava relacionada com a execução dos objetos. Para que fosse mais aliciante nós demos o cunho de concurso. Concurso de fabrico de *navizinho*, concurso de fabrico de tambor, concurso de montagem de arcos ou ramos de São João (Maria Teresa Graça, 30.06.2016 - entrevista).

Parece-me plausível analisar este fenómeno à luz das ideias de “objetificação” e “mercantilização da cultura” - i.e., da constituição da *cultura* como objeto e enquanto produto de consumo e de mercadorização (Handler, 1988; Raposo, 2004; 2009) tanto quanto facilmente, neste caso, se identifica a figura do(s) “objetificador(es)”, aquele que manifesta, a determinada altura, agencialidade perante a decisão de selecionar determinados elementos ou “traços culturais” que atraem a sua atenção (Leal, 2014: 9)

aspects of social life that sought to preserve; that is, they have transformed them into discrete things to be studied, catalogued, and displayed (Handler, 1988: 77).

Prossegue Handler fazendo notar que esse olhar do objetificador perante um meio que lhe é familiar e/ou lhe desperta a atenção envolve seleção e reinterpretação ou, como considera Leal interpretando a teoria de Handler, envolve *descontextualização* e *recontextualização* de elementos que deixam de significar o que significavam para adquirirem novas significações. A festa de São João Batista em São Vicente, transformou-se, como outros elementos culturais sujeitos a processos de objetificação, num símbolo ou “emblema identitário”. Citando novamente Leal (2014), da pequena tradição passou à grande tradição; de cultura – sem aspas – transformou-se em “cultura” – com aspas (Cunha, 2009 cit in Leal 2014: 9).

Na verdade, o processo de objetificação fez com que a festa ganhasse novo fôlego em São Vicente sendo que a *Fly* esteve à frente do projeto “Kola San Jon Sabura e Tradição”, como referido, durante dez edições, até 2007, ano foi criada a Associação Terra Tambor com o objetivo de *devolver a festa à sociedade civil*. Para Maria Teresa da Graça, que liderou o processo durante todos estes anos, *resgatou-se a tradição*, as noites de salta *lumnara*, a confeção de bandeirinhas de seda, a armação de ramos e a confeção de figurinhas de massa de pão. A Associação Terra Tambor tornou-se o “operador cultural”<sup>361</sup> (Raposo, 2004) e tomou pulso à organização da festa. A agência *Fly* - o “objetificador” inicial que identificou e selecionou a prática cultural, leia-se “tradição” e a revitalizou - ocupa-se agora apenas do trabalho de promoção turística.

Inventando e encenando autenticidade, a “cultura” tornou-se um dos maiores bens da indústria turística e dos média, como se pode verificar pelas diversas revistas, publicações e brochuras turísticas, adicionadas às edições de livros de luxo sobre “festas e tradições” locais. Cartazes e postais anunciam Carnavais e cerimónias religiosas, performances e animações lúdicas. Ilustrações de “nativos” sorridentes e coloridas cenas de rua promovem o “novo” carácter e o “novo” modo de vida das comunidades locais a visitar (Raposo, 2009: 71).

Veja-se que na prossecução desse objetivo a agência *Fly* inaugurou, em dezembro de 2015 um espaço museológico sito no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD), no Mindelo.

É um espaço que fazemos questão de apresentar ao turista. Abrimos em dezembro do ano passado (2015). Custou muito, tivemos que submeter a um financiamento. Criámos o nome de *San Jon celebration Oh que sabe*, «celebration» para poder internacionalizar e «oh que sabe» por ser a expressão mais ouvida durante o San Jon (ibidem).

No âmbito da implementação da sua estratégia turística, a *Fly* tem vindo a desenvolver, desde 2011, uma ação de promoção junto das comunidades emigrantes fixadas em alguns países da Europa estabelecendo-as como veículos de promoção de Cabo Verde em geral e de São Vicente em particular, junto das comunidades autóctones. O caso da Holanda é paradigmático. Não sendo o país da Europa onde está fixado o maior número de emigrantes cabo-verdianos, a comunidade migrante mantém, todavia,

---

<sup>361</sup> Desempenham o papel de mediadores nas relações que se estabelecem entre produtores e consumidores de “cultura popular” (Raposo 2004, 2009).

uma relação umbilical com a festa de San Jon e celebram-na lá<sup>362</sup>. A situação resultou numa estratégia promocional encetada pela *Fly* que anualmente organiza um voo propositadamente pela ocasião do São João.

Eu fui lá à Holanda lançar o voo. Nessa altura fizemos um programa de rádio em direto com o objetivo de captar audiências. Ouvi histórias belíssimas à volta da festa do Kola San Jon. Como eu disse eles têm lá uma relação umbilical (...) Este ano fizemos uma tentativa com o Moinho da Juventude para virem por essa altura, mas não saiu bem (...) tínhamos voo lançado em França, Holanda, Luxemburgo. Estas três comunidades vinham encontrar com a comunidade de Lisboa e vinham todos juntos. Porquê este voo? Não apenas porque a comunidade quer, mas porque nós entendemos que a comunidade é um veículo de promoção que nos pode levar até aos turistas nessas localidades. Para além do trabalho que a *Fly* faz a nível das feiras de turismo e etc., entendemos a comunidade é um excelente veículo e a prova disso é que já têm vindo estrangeiros com eles. Sabe como o cabo-verdiano se mistura bem (ibidem).

O espaço museológico que a agência gere e dinamiza no Mindelo apoia e complementa esta estratégia. Entre outras ações, desenvolve workshops onde o artesão interage com o turista mostrando, por exemplo, como se constrói um *navizinhe*, como se fabrica o tambor ou como se dança kola san jon

Este é o pacote que a que chamamos fullpackage que inclui visita do espaço museológico, vídeo-áudio, workshop e a parte performativa (ibidem).

A estratégia de promoção aposta ainda numa ação de merchandising que contempla a comercialização de vários produtos, promocionais e de artesanato relacionados com a festa e as suas atividades paralelas e envolve um conjunto de artesãos locais, alguns dos quais que foram igualmente “resgatados”, na medida em que já não desenvolviam a atividade e retomaram-na propositadamente para este efeito. Neste sentido, uma das vertentes a explorar passa ainda, segundo me foi comunicado por Maria da Graça, pela criação de uma cooperativa de artesãos destinada a criar emprego e a instituir-se como motor de desenvolvimento económico para a região.

No que respeita à revitalização da festa de São João Batista na ilha de São Vicente há várias dimensões interessantes de analisar. Por um lado, como vimos, um

---

<sup>362</sup> A festa de San Jon é celebrada em Roterdão pela comunidade cabo-verdiana num local denominado por Pracinha d' Quêbrod, cujo nome lhe foi atribuído pelos próprios cabo-verdianos. Neste local, que funciona como ponto de encontro desta comunidade, são celebradas as festas tradicionais de Cabo Verde com especial destaque para a Festa de São João Batista, da qual participam emigrantes de todas as ilhas de Cabo Verde, sobretudo de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau.

inquestionável fenómeno de *objetificação da cultura*, entendida, conforme Richard Handler (1988), como a transformação da *cultura* popular em símbolo de identidade e que não estará também longe daquilo que Hobsbawm e Ranger (1982) definiram como “invenção da tradição”, e que entendem como o conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceites, com o propósito de inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, estabelecendo assim uma continuidade artificial com o passado.

Retomando a celebração do Dia dos Mortos, no México, e estabelecendo uma comparação com a celebração de São João Batista na ilha de São Vicente no que toca a um aspeto que considero que não podemos desconsiderar, para além daquele que se traduz nas questões da *objetificação da cultura* e “invenção da tradição” e que se prende, inevitavelmente, com o fenómeno de turistificação e mercantilização da *cultura* (Scher, 2011). Neste caso do México parece haver um forte estímulo e incentivo por parte dos agentes e promotores turísticos, mas também por parte do governo que em 2003 propôs inclusive, como vimos, a candidatura da Festa do Dia dos Mortos a *Obra-Prima do Património Oral e Imaterial de Humanidade*<sup>363</sup> e que continua desenvolvendo ações de promoção e preservação da festa através do Ministério do Turismo. Note-se que por ocasião da celebração da Festa do Dia dos Mortos de 2016, a Secretaria do Turismo patrocinou a organização de um evento inédito, ao estilo de um grande desfile carnavalesco, que decorreu na Cidade do México no dia 29 de outubro de 2016. A ideia nasceu a partir de uma cena do filme *Spectre* de James Bond que foi rodada nesta cidade e não está totalmente isenta de críticas

Este espetáculo impresionante nunca ha sido parte de la tradición. (...) Las películas de Hollywood, los programas sobre zombies, el Día de las Brujas e incluso la política están cambiando rápidamente la celebración del Día de los Muertos en México, que tradicionalmente consistía en tranquilas reuniones familiares alrededor de las tumbas de sus difuntos queridos, a los que les hablaban e les llevaban bebidas, música y cosas que les gustaba (in: [http://www.milenio.com/hey/dia\\_de\\_muertos](http://www.milenio.com/hey/dia_de_muertos)).

O caso decorre naturalmente de um fenómeno da *objetificação da cultura* e mais ainda a partir de uma perspetiva de deliberada “invenção da tradição” assumida pelos

---

<sup>363</sup> E que em 2008 transitou automaticamente para a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO.



próprios agentes políticos locais como um impulso para o desenvolvimento turístico e, naturalmente, económico da região

Tenemos que inventar un carnaval de Día de Muertos porque después de la película de James Bond van a venir (los turistas) a buscar el carnaval y no lo van a encontrar (Enrique De la Madrid, Secretario de Turismo da Cidade do México\_08.07.2016)

M. Caponero e E. Leite (2010) chamam a atenção para as consequências (por vezes nefastas) destas situações, considerando que, em muitos casos, as festas populares transformadas em grandes espetáculos de entretenimento que tendem a sofrer maior interferência, nomeadamente do poder político, tendem a contar com menos participação da comunidade local e a transformar-se em meros espetáculo de entretenimento submetidos a normas, regras e programações, marcadamente institucionalizados (Caponero; Leite, 2010: 109).

Um pouco diferente na forma como se revela mas dando azo a idênticas leituras em torno da questão da *objetificação*, menos óbvias as questões da *invenção da tradição* mas igualmente presentes múltiplas possibilidade de análise em torno das questões da *turistificação*, no caso da festa de São Vicente uma das grandes diferenças em relação ao exemplo anterior é que o impulso foi dado pelo setor privado sendo que o governo cabo-verdiano não tem tido, aparentemente, interferência, não obstante a aproximação recente por parte do poder local e o facto da Câmara Municipal de São Vicente se ter vindo a assumir como um importante parceiro da Associação Terra Tambor na organização dos festejos.

Naturalmente toda esta questão torna-se num objeto de estudo interessantíssimo de aprofundar. Se no caso do México, a invenção da tradição pode colocar em risco formas tradicionais de celebração do Dia dos Mortos, no caso da Festa de São Vicente a revitalização trouxe a ideia de que *felizmente* se voltou a festejar o San Jon quando já poucos o festejavam. No caso do México, como a prática nunca esteve verdadeiramente ameaçada<sup>364</sup> o que está em causa - e a questão que pode ser explorada

---

<sup>364</sup> Esta questão foi confirmada pela própria UNESCO no documento de apreciação da candidatura ao Programa das *Obras-Primas do Património Oral e Imaterial de Humanidade*: «embora a tradição não esteja formalmente ameaçada, a sua dimensão estética e cultural deve ser preservada do crescente número de expressões não indígenas e de carácter comercial que tendem a afetar seu conteúdo imaterial" (UNESCO, Comunicação da decisão\_07.11.2003). Esta questão pode tornar-se bastante crítica no que respeita à ação do governo mexicano perante tal advertência da UNESCO, de 2003.

- tem a ver com a emergência, programada e deliberada, de novas práticas, de novas manifestações, ao serviço da indústria do turismo e do entretenimento que põe em causa a continuidade (ainda que *artificial*) com o passado, o que se cruza, por outros motivos, aqui sim, relacionados com as questões da decadência e do perigo de extinção, com o caso de São Vicente e da revitalização da festa de São João Batista que pretende, ao jeito de Hobsbawm e Ranger (1982), manter e preservar essa continuidade. A questão pode ser tão complexa quanto estimulante e permitir-nos-ia ir mais além no aprofundamento e na análise, por exemplo, refletindo sobre o facto de, num caso como outro, ou seja, no caso do México, como no caso de Cabo Verde, ambas as práticas terem ultrapassado as fronteiras dos países, na senda da teoria de “world in motion” cunhada por Inda e Rosaldo (2002) que incorpora as ideias de de/territorialização e *globalized culture*<sup>365</sup> e que abre caminho a todo um mundo de renovadas significações. Conforme analisa George Yudice (2006), o património cultural que no caso que analisamos toca também, de forma interessante, as questões do turismo, da etnicidade, da autenticidade e da emigração e consequente tentativa de preservação e promoção da identidade cultural é entendido como recurso que produz novos significados, sendo utilizado, em última instância, como estratégia, política ou não, para o desenvolvimento socioeconómico.

#### **IV.3. A patrimonialização da festa de São João Batista em Cabo Verde**

Numa entrevista publicada no jornal *Expresso das Ilhas* de 12 de outubro de 2016 o atual Ministro da Cultura de Cabo Verde, Abraão Vicente afirmava a intenção de classificar, durante o seu mandato, o Kola San Jon como património nacional, estendendo a mesma pretensão ao Batuco, Funaná e Tabanca. A questão da patrimonialização do Kola San Jon enquadrava-se, naturalmente, nos objetivos da minha viagem a Cabo Verde em 2016. Não é impróprio admitir que levava em mente o exemplo do processo de patrimonialização da celebração do Dia dos Mortos que antes de ser patrimonializada em França, em contexto de reprodução da festa na diáspora, foi proposta para patrimonialização no México, seu país de origem.

---

<sup>365</sup> «(...) the process of reinscribing culture in a new time-space contexts, of relocalizing it in a specific cultural environments» (Inda, Rosaldo: 2002: 12).

Ora se o Kola San Jon foi reconhecido pelo Estado português como património cultural imaterial em Portugal, interessava-me, para além de conhecer a prática na sua “origem”, conhecer os ecos desta patrimonialização e saber como é que Cabo Verde promove, valoriza e preserva este património cultural imaterial não sujeito ao que num “mundo em movimento” os autores Inda e Rosaldo (2002) consideram como processos de de/territorialização, mas sujeito a renovadas formas de significação para as quais olhámos particularmente neste capítulo.

Foram várias as pessoas em Cabo Verde com quem conversei sobre o assunto e foram interessantes os dados e as informações recolhidas. Miguel Autinho, então vereador dos Pelouros da Educação, Formação e Cultura da Câmara Municipal de Porto Novo, foi a primeira pessoa a falar-me do assunto comunicando-me que em 2013 a Assembleia Municipal de Porto Novo tomou a iniciativa de classificar a festa de *San Jon* (de Porto Novo) como património cultural imaterial. Na altura o Ministério da Cultura tinha a intenção, segundo Autinho, de classificar o *San Jon* como património imaterial nacional.

A Assembleia Municipal aprovou, em 2013, um decreto que classifica a festa do San Jon de Porto Novo como património cultural imaterial. Esse projeto serviu para que pudéssemos ter algum documento para fazer chegar a proposta para património nacional. Só que esse processo ainda esta no Ministério da Cultura, não teve seguimento. (...) Fizemos chegar a proposta ao anterior Ministério da Cultura, mas foi numa altura em que o governo estava já a caminhar para eleições e as coisas ficaram em stand by. Estamos à espera que o novo Ministro da Cultura possa avaliar (Miguel Autinho, 20.06.2016 - entrevista).

Umas das questões levantadas pelo então vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Porto Novo<sup>366</sup> tem a ver com a complexidade da classificação a nível nacional sendo que é um dos temas centrais que merece particular atenção no que respeita ao entendimento acerca da patrimonialização das festas de São João Batista em Cabo Verde, pelo que sobre ele nos debruçaremos adiante. Da aprovação, por parte da Assembleia Municipal de Porto Novo desta deliberação, decorreu uma colaboração entre a Câmara Municipal de Porto Novo e o Instituto do Património Cultural com vista à delineação de um projeto conducente à «classificação da peregrinação de San Jon em

---

<sup>366</sup> Miguel Autinho abandonou o cargo de vereador dos Pelouros da Educação, Formação e Cultura após a derrota do PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde nas eleições autárquicas de 4 de setembro de 2016.

Porto Novo a Património Cultural Imaterial de Cabo Verde». Conforme consta do documento ao qual tive acesso, e tal como me foi confirmado no IPC, este organismo dependente do atual Ministério da Cultura e Indústrias Criativas, prestou apoio técnico à Câmara Municipal na concretização do referido projeto. A equipa de trabalho foi constituída por seis técnicos do Instituto e sete técnicos da Câmara Municipal de Porto Novo<sup>367</sup>.

Tal como revela a sua designação, o projeto foca-se no elemento diferenciador desta manifestação relativamente a todas as outras formas de celebração de *San Jon* nas restantes ilhas do arquipélago cabo-verdiano. Esse elemento diferenciador é precisamente a peregrinação que se realiza no dia 23 de junho, véspera do dia de São João, entre a Ribeira das Patas e a cidade de Porto Novo. A questão e o facto de não se candidatar o São João Batista de Porto Novo mas sim a peregrinação que está integrada na festa, foi abordada na entrevista com o vereador da Cultura mas também remete-me para a conversa informal, à qual já me referi, que mantive com a então Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, Rosa Rocha<sup>368</sup> a propósito da singularidade da peregrinação quando fizemos, em conjunto, o trajeto entre a cidade de Porto Novo e a Ribeira das Patas para dali partirmos, a pé, para realização da referida peregrinação<sup>369</sup>. Em causa está a questão de definir o que classificar como património cultural imaterial e como fazê-lo o que parece inclusive não ter reunido consenso entre os representantes da Câmara Municipal de Porto Novo e do Ministério da Cultura.

(...) o desejo da Câmara Municipal era que a festa no seu todo, e não apenas a romaria, fosse merecedora de tamanha distinção. No entanto, o argumento sustentado pelo Ministério da Cultura é que São João é celebrado noutros concelhos do arquipélago, pelo que seria injusto sobrepor a festa do Porto Novo à da ilha Brava – também famosa. Para a edil Rosa Rocha, é um erro pretender-se dissociar a romaria da festa de Son Jon do

---

<sup>367</sup> De acordo com o documento, do IPC trabalharam no projeto: três Historiadores, dois Antropólogos e uma Geografa; da Câmara Municipal de Porto Novo: um Mestre em Supervisão Pedagógica, uma Arquiteta, um estagiário de Arquitectura, um Técnico de Construção Civil, dois Historiadores e um Turismólogo.

<sup>368</sup> Tal como Miguel Autinho, Rosa Rocha abandonou o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo após a derrota do seu partido, PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde, nas eleições autárquicas de 4 de setembro de 2016. Foi substituída na presidência da Câmara Municipal por Aníbal Fonseca do MpD - Movimento para a Democracia que venceu as referidas eleições.

<sup>369</sup> A então Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo fez apenas uma parte da peregrinação a pé desde a Ribeira das Patas até à primeira paragem do cortejo. Como referimos, Rosa Rocha transportou em ombros a imagem de São João Batista, acompanhada, nas mesmas funções, pelo candidato do PAICV Aníbal Fonseca que a haveria de substituir à frente da gestão do município nas eleições autárquicas que tiveram lugar a 4 de setembro de 2016.

Porto Novo, concelho onde essa manifestação nasceu e tem uma força sociocultural ímpar. Mesmo assim, a edilidade está disposta a aceitar esse título e espera ser informada da decisão pelo ministro Mário Lúcio até a próxima segunda-feira, 22 de Junho, véspera da peregrinação (edição online *A Semana*, 23.06.2015).

Note-se que não cheguei a entrevistar a Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, nem a estabelecer sobre este assunto uma conversa formal. Na Câmara Municipal fui recebida apenas pelo Vereador da Cultura com quem me foi pré-agendada uma reunião na sequência de contactos prévios que estabeleci ainda a partir de Portugal. O então Vereador da Cultura falou do assunto sem que referir o desacordo, do qual tomei conhecimento já depois do regresso.

Importa também reforçar a ideia de que quando me desloquei a Cabo Verde em 2016, tinha havido alterações em termos políticos e o país estava em pleno período de transição. O Movimento para a Democracia (MpD) havia vencido as eleições legislativas três meses antes, a 20 de março de 2016, e estava novamente no poder<sup>370</sup>. A mudança política ocasionou naturalmente algumas alterações nos serviços públicos e isso sentia-se menos na Câmara Municipal (onde já reinava algum clima de campanha pré-eleitoral decorrente do agendamento das autárquicas para o mês de setembro) mas, sobretudo, no IPC quando em julho de 2016 ali realizei trabalho de campo. A mudança de Ministro, a recente nomeação do novo diretor<sup>371</sup> e a possibilidade de serem introduzidas outras alterações nos serviços comprometiam o trabalho e os projetos em curso. A questão da patrimonialização da festa de São João Batista, como outras questões patrimoniais, inclusive as que demos conta, são herdadas pelo atual governo que deixou saber, através da referida entrevista dada pelo atual Ministro ao jornal *Expresso das Ilhas* em outubro de 2016 que pretende avançar com esta classificação a património nacional.

---

<sup>370</sup> O Movimento para a Democracia (MpD) foi criado no dia 14 de março de 1990 e ganhou as primeiras eleições em 1991, pondo fim ao sistema de partido único imposto pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, fundado pelo líder nacionalista Amílcar Cabral (atual PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde). Os dois partidos políticos – MpD e PAICV – tem alternado na governação política. Nas eleições de 20 de março de 2016 saiu derrotado o PAICV que governava desde 2001.

<sup>371</sup> O novo Ministro da Cultura e Indústrias Criativas, Abraão Vicente deu posse no dia 30 de junho de 2016 a Charles Akibodé, como Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural (IPC). Note-se que a minha estadia na cidade da Praia decorreu entre 1 e 18 de julho. Como curiosidade referir que precisamente a 30 de julho de 2017 o Ministro demitiu do cargo Charles Akibodé.

A discussão vinha da anterior legislatura e o entendimento dos agentes políticos que então tutelavam as áreas da cultura e do património passava pela necessidade de avançar para uma proposta de classificação nacional que englobasse todas as formas de celebração de São João Batista em Cabo Verde

O Ministério na altura, considerou que sendo o San Jon uma festa que é também celebrada em São Vicente, na Ilha Brava, em São Nicolau, não seria digamos, justo, classificar apenas a Festa de São João de Porto Novo, apesar de reconhecerem as grandes diferenças que existem. E foi feita então a sugestão para nós tentarmos trabalhar nesse sentido. Tendo em conta que a Festa de Porto Novo é a única que tem a peregrinação que nós então trabalhássemos o projeto nesse sentido (Miguel Autinho, vereador do Pelouro da Cultura da CMPN, 20.06.2016 - entrevista).

A proposta apresenta então esta especificidade de propor a candidatura da peregrinação e não da festa em si o que resulta, na minha leitura dos factos, desse entendimento político, aparentemente não consensual, de que não seria viável classificar como património nacional a Festa de São João Batista de Porto Novo, quando o São João Batista é celebrado em muitas outras localidades, de forma distinta, no arquipélago cabo-verdiano.

Sobre o assunto falou-me também Amadeu Cruz, ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, na entrevista que me concedeu na cidade do Mindelo<sup>372</sup>. Amadeu Cruz defende a necessidade de haver um debate que conduza ao modo como o assunto deve ser tratado quando efetivamente, na sua opinião

O *San Jon* é uma festa nacional que encontramos não só em Santo Antão como também noutras ilhas. Veja, é a principal festa da ilha Brava; (...) do Fogo também e eventualmente no Maio mas tenho dúvidas. Na Boavista há uma freguesia de São João Batista, portanto, há festa de São João Batista. No Sal, também agora mais recentemente há festa de São João Batista porque há uma grande comunidade de pessoas de outras ilhas (...). Portanto, ou por tradição ou por via dessas comunidades há festa de São João Batista em diversas ilhas. Já para não falar de São Nicolau onde também há festa do San Jon, aqui em São Vicente e, naturalmente em Santo Antão. Então sim, é uma festa nacional (Amadeu Cruz, ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, 28.06.2016 - entrevista).

Na Introdução à proposta de «classificação da peregrinação de San Jon em Porto Novo a Património Cultural Imaterial de Cabo Verde» elaborada pelo Município de Porto

---

<sup>372</sup> A título de curiosidade referir que Amadeu Cruz era o edil da Câmara Municipal quando o grupo de Kola San Jon se deslocou a Cabo Verde em 2008 para participar da festa de São João Batista em Porto Novo

Novo com o apoio técnico do Instituto do Património Cultural, refere-se o facto deste Instituto ter incentivado o Município a abrir o processo de classificação da sua festa de San Jon a património cultural imaterial, de onde resultou a deliberação aprovada pela Assembleia Municipal que classifica a festa de São João como património cultural imaterial do concelho. Na sequência deste ato, o passo seguinte formalizou-se com a proposta de classificação nacional, que a Câmara Municipal de Porto Novo fez chegar ao anterior Ministro da Cultura e que, segundo a justificativa expressa no documento, resulta da vontade da população de Porto Novo e de todas as entidades envolvidas na festa. Note-se que esta assunção deixa dúvidas porque em momento algum é comprovada a vontade expressa da população, nem averbado o apoio a esta candidatura de todas as entidades envolvidas na festa.

A proposta, que contempla uma componente de enquadramento histórico e de caracterização da festa de São João Batista um pouco aprofundada, apresenta um capítulo de fundamentação onde a entidade proponente justifica a candidatura

A sua justificação baseia-se na necessidade de perpetuar a tradição da peregrinação de San Jon, como um marco e uma experiência única nas festas de San Jon de Porto Novo, enquanto manifestação cultural única em Cabo Verde («Proposta de classificação da peregrinação de San Jon em Porto Novo a Património Cultural Imaterial de Cabo Verde», CMPN/IPC, s/d).

O argumento fundamental da proposta é apresentado como sendo a valorização e preservação das Festas de Romaria enquanto património imaterial de Cabo Verde em geral sendo que a peregrinação de Porto Novo se institui, como referimos, como o elemento diferenciador. Neste sentido, a proposta contempla também, naturalmente, um capítulo que contem o historial da peregrinação (associado à tradição oral) e a sua caracterização atual, incluindo um apontamento sobre as cinco paragens que são feitas no decorrer da peregrinação entre a vila de Ribeira das Patas e a cidade de Porto Novo. É importante referir que a proposta de candidatura termina com três capítulos dedicados à questão do Turismo: a) “as festividades de San Jon e o Turismo”; b) “os impactos económicos das festividades de São João Batista em Porto Novo enquanto evento turístico”; c) “como transformar as festividades de São João Batista num produto turístico”.

Em agosto de 2015 a Direção do Património Imaterial (DPI) do Instituto do Património Cultural<sup>373</sup> emitiu um «Parecer sobre o projeto de “Classificação da peregrinação de Son Jon em Porto Novo a património cultural imaterial de Cabo Verde”, apresentado pela Câmara Municipal do Porto Novo, Santo Antão» admitindo algumas incongruências e alertando para a necessidade de as mesmas serem revistas de modo a refletirem os princípios e as orientações da UNESCO<sup>374</sup> e consequentemente traduzirem-se em boas práticas em matéria de implementação e consolidação da política para o património cultural imaterial nacional. Através do seu Parecer, considera a DPI ser necessário e crucial impedir que alguns erros nos processos de classificação periguem iniciativas futuras, tanto a nível interno como a nível internacional, sugerindo algumas medidas que considera, do ponto de vista pedagógico, importantes de acionar. Entre elas destaca a necessidade de maior articulação com o IPC, através da Direção do Património Imaterial e propõe a realização de uma ação de formação com enfoque no património cultural imaterial, na Convenção da UNESCO e suas diretrizes operativas, como complemento de uma oficina de inventário destinada à formação das comunidades e sua habilitação para a realização de inventários comunitários. Esta forma de atuação enquadra-se numa estratégia mais ampla definida pela DPI/IPC para corresponder às demandas com vista à classificação de bens nas escalas municipal e nacional, que responsabiliza o IPC pela capacitação das comunidades detentoras, em parceria com as instituições locais - câmaras municipais, organizações não-governamentais e da sociedade civil – com vista à implementação da prática do Inventário de Base Comunitário.

---

<sup>373</sup> Recorde-se que cabe à Direção do Património Imaterial (DPI) a implementação da política de salvaguarda do património cultural imaterial em Cabo Verde, competindo-lhe a responsabilidade de empreender medidas de salvaguarda conducentes à viabilização e revitalização do património imaterial no que respeita ao inventário, registro, criação de normativos e, dos planos de salvaguarda bem como a gestão dos bens classificados.

<sup>374</sup> A questão advém particularmente do facto de, em 2015, a Direção de Património Imaterial do IPC ter passado a estar vinculada à UNESCO e ao seu *modus operandi* em matéria de PCI por ter trabalhado, juntamente com outros países da África lusófona, ao abrigo do referido programa da Unesco de «capacitação para implementação da Convenção de 2003» - com enfoque na introdução à prática do inventário participativo – de base comunitária, do qual resultou o trabalho pioneiro de levantamento do património imaterial da Cidade Velha. A questão da ratificação da Convenção por Cabo Verde estava também, nesse ano, em vias de resolução pelo que as obrigações em termos de desenvolvimento e implementação de políticas públicas nesta área já se começavam a refletir.



O Parecer da DPI propõe ainda a necessidade de elaboração de uma proposta de salvaguarda para esta manifestação que resulte de uma ação concertada entre a população, as diversas entidades locais e o próprio Instituto do Património Cultural. O Instituto do Património Cultural, através desta Direção, concertava uma estratégia que previa trabalhar a festa de São João no terreno, junto dos diferentes municípios onde tem maior expressão – nomeadamente na ilha Brava, em Porto Novo e em São Vicente – de modo a propor a classificação a património nacional das Festividades de São João Batista.

As notícias mais recentes dão conta que em novembro de 2017, através de resolução do Governo, as festas de São João Baptista em Porto Novo, Santo Antão, foram classificadas como património imaterial nacional. O objetivo, segundo o Ministro da Cultura é maior sendo que pressupõe uma candidatura internacional. Por esta ocasião Abraão Vicente, declarou à imprensa local que a «ideia é preparar uma única candidatura das festas de São João, celebradas tanto em Cabo Verde, como no seio da comunidade cabo-verdiana radicada em Portugal, onde esta manifestação popular é já uma festa de cariz nacional, reconhecida pelas autoridades portuguesas» (Inforpress\_25.11.2017).

#### **IV.3.1. Algumas considerações a propósito da proposta de Candidatura da peregrinação de San Jon a património nacional**

A proposta de candidatura da peregrinação de San Jon a património nacional, apresentada pela Câmara Municipal de Porto Novo e à qual tive acesso em 2016 dá azo a algumas reflexões interessantes. Note-se que o documento foi-me facultado pelo IPC que se constitui como parceiro e que, se por um lado apoia tecnicamente o desenvolvimento da proposta, posteriormente emite um Parecer alinhando algumas críticas.

Em primeiro lugar, destacar o facto de esta proposta de candidatura refletir a questão central que, a meu ver é fonte de preocupação para os agentes políticos e culturais em Cabo Verde que redundam, como referi, em saber o que classificar como património cultural imaterial nacional e como fazê-lo (a questão adapta-se à Festa de

São João Batista, como provavelmente à candidatura da Tabanca e mesmo da Morna). É notória a intenção, expressa e justificada no texto, de centrar a candidatura exclusivamente na peregrinação. Na minha opinião resulta numa vã tentativa, corrompida pelo elevado grau de aprofundamento que se coloca na caracterização da festa de São João Batista de Porto Novo, no seu todo, focando todas as suas componentes o que resulta na ideia de que a peregrinação é mais uma dessas componentes e assim é tratada. Apresentado deste modo faz vingar a ideia, a meu ver, que o objeto da patrimonialização está mais na festa em si, do que numa das suas componentes. Note-se que o próprio Parecer emitido em 2015 pela DPI já confirmava esta ideia

(...) o texto que suporta o pedido de classificação é dúbio em termos de definição do bem proposto para classificação, não se distinguindo claramente qual o item que se crer classificar, se a festa de Son Jon ou a peregrinação, exclusivamente, enquanto uma das etapas da festa (Parecer DPI n.º 4\_2015).

Curiosamente, e também a meu ver, a riqueza desta manifestação e aquilo que verdadeiramente a diferencia e torna singular está ausente desta proposta de candidatura e se assim podemos dizer a chave, ou o segredo, está nas pessoas que, em boa verdade, me parecem também arredadas do processo, o que não está também de certo modo arredado do referido Parecer da DPI quando considera que

Todavia, constatamos a ausência da comunidade na proposta. À luz da Convenção não basta referir-se a solicitação/pedido da comunidade para se fundamentar a classificação. A comunidade enquanto grupo de indivíduos que participam na prática e na transmissão do bem e o consideram como sendo parte do seu património, além de ser envolvida desde o início do processo, deve haver comprovante da sua anuência tanto para o inventário como nos processos de classificação e salvaguarda do bem (idem).

Voltamos atrás e à questão que me levou a Cabo Verde, em 2016, para perceber porque é que se toma a festa de São João Batista, de Santo Antão, como a referência. A resposta, se é que existe, parece-me que pode ser encontrada no que pode ser entendido como o conceito de «comunidade», que permanece tanto discutível na forma de o definir e objetificar quanto necessariamente operacional no que respeita particularmente ao PCI (Blake: 2009; Leal, 2015) sendo para aqui convocado como conceito agregador, à luz da gramática da UNESCO, dos *stakeholders* - people who share a self-ascribed sense of connectedness (ACCU-UNESCO 2006) – nomeadamente na sua

relação com o território e no modo como essa comunidade vivencia e se apropria da festa: seja na peregrinação onde se entregam à música e à dança de forma *tão enérgica que quase roça o selvático*<sup>375</sup>; seja nas muito concorridas corridas de cavalos, onde milhares de pessoas vibram com a exibição dos animais e a performance dos cavaleiros; seja na missa ou na procissão para as quais adultos e crianças se preparam “religiosamente” escolhendo os melhores trajes que muitas vezes mandam vir do estrangeiro pelos seus familiares<sup>376</sup>; seja no leilão de ramos onde entusiasticamente disputam, por exemplo, um banalíssimo cacho de bananas; seja na forma como vivem e desfrutam dos bailes, dos concertos e de outros espetáculos que decorrem durante todas as noites no recinto da festa; seja do modo como não largam o tambor durante dias ou dormem com ele à cabeceira durante as poucas horas em que vão à cama ou em que se encostam um pouco para descansar porque estes “não são dias de descanso” mas de festa; seja no modo como prepararam e partilham as suas refeições e os pratos especiais de *San Jon*.

Firmou-se-me a ideia, depois da estadia no terreno, de que a festa de São João Batista em Porto Novo se constitui como esse momento da vida provisoriamente suspensão, da clara rutura com o quotidiano tantas vezes marcado pela adversidade, o período em que a folia é lei, a diversão é a regra e os excessos são a norma, «a festa faz-nos esquecer tudo, quando dançamos esquecemos, quando tocamos esquecemos, quando bebemos esquecemos» (interlocutor não identificado\_notas de campo 2016).

Há ainda outra questão para a qual considero que devemos olhar com espírito crítico nesta candidatura e que decorre do modo como, no final, a entidade trata, premeditadamente, a questão do turismo na relação com a festa que define como um «produto e marca turística de Porto Novo». Parece-me aceitável considerar que a festa de São João Batista foi alvo de tentativa de revitalização (e turistificação?) há alguns anos, por parte do executivo municipal, quando se introduziram algumas componentes

---

<sup>375</sup> A expressão é adaptada do texto da candidatura que a identifica como sendo retirada de um artigo de um jornal local a propósito da realização da festa de São João Batista.

<sup>376</sup> A questão da escolha da indumentária que é usada no dia de São João Batista foi-me referida por vários interlocutores que me confirmaram que quando um familiar emigrado vem participar da festa, por vezes mandam vir o traje que envergam durante as celebrações religiosas. Muitas vezes os próprios familiares tomam a iniciativa de fazê-lo, mesmo quando não lhe é pedido. Há quem se desloque também à vizinha ilha de São Vicente para adquirir uma indumentária dada a fraca oferta de comércio de vestuário em Porto Novo.

novas no programa da festa, entre as quais a realização da FEPASA, o desfile de bairros inspirado nas marchas populares de Lisboa, ou mesmo a criação do espaço cultural *Aldeia " Nôs Reíz "*. Por concretizar ficaram outras ideias, entre as quais destaco a criação da *Rota de SanJon*. Trata-se da possibilidade dada aos turistas de realizarem, fora do período da festa, a peregrinação entre Ribeira das Patas e Porto Novo com acompanhamento de um guia. Esta proposta, que julgo não ter tido concretização, remete para lógica da revitalização da festa em São Vicente, mas mais do que isso, remete verdadeiramente para a sua turistificação. A proposta de trazer a festa de San Jon para o dia-a-dia através da implementação de uma estratégia acionada pelo estímulo do turismo previa também a criação de um monumento a SanJon, semelhante à estátua de Santo António que existe em Paúl, sendo que em Porto Novo a ideia seria colocá-la numa Praça para que se tornasse local de devoção ao santo, durante todo o ano. Curiosamente, e segundo os agentes locais, a proposta da criação da Rota e do monumento a San Jon pretendia dinamizar o segmento do turismo religioso, inexistente nesta ilha que é sobretudo procurada, em termos turísticos, pelos amantes do turismo de natureza.

A questão que levanto é se perante estas evidências, a festa é de facto «produto e marca turística» da região, ou se a problemática corporiza uma tematização discursiva inscrita numa estratégia mais ampla de mercadorização, emblematização e turistificação – e que preconiza a ideia de *cultura* como “recurso utilizado para outros fins”, que não os estritamente culturais (Yudice cit in Leal, 2013: 7) - que diversos agentes locais tentam promover e implementar. Note-se que da própria academia cabo-verdiana surgem ecos desta conceptualização. Veja-se a seguinte citação de António Martins na sua tese de mestrado sobre Legislação sobre a Defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005), orientada por João Lopes Filho

O Património, para além de representar a “memória” colectiva de um povo, poderá ser, também, uma fonte de receita económica, com maior destaque por atrair muitos turistas. Sendo assim, deve-se apostar, (...) fortemente no turismo cultural e no de natureza, como forma de superar alguns problemas económicos (...) (Martins, 2011: 21).

Uma espécie de avaliação de pontos fortes e fracos do fenómeno da *turistificação* no quadro do contexto (histórico) cabo-verdiano, conduz este antropólogo

a observar efeitos negativos do turismo que redundam amiúde na «manipulação dos costumes e tradições para satisfazer a procura turística» (idem: 74)<sup>377</sup>.

Quando se sabe, efetivamente, que os efeitos da patrimonialização amiúde redundam, como vimos, nas questões do turismo, apropriações e usurpações nem sempre benéficas para as próprias manifestações ou práticas culturais que frequentemente saem corrompidas – tendencialmente tanto mais corrompidas quanto maior a intenção e o investimento - também é certo que muitos processos são despoletados estrategicamente para que daí resultem esses benefícios. A questão toca particularmente a discussão de David Guss (2000), a propósito do caso afro-venezuelano de uma celebração de São João Batista em Curiepe, na província de Miranda, próximo de Caracas. O autor reflete sobre o (mau?) resultado de uma ação programada e conduzida no final dos anos 60 - num contexto económico nacional bastante favorável - levada a cabo por agentes da comunidade local fixados na capital venezuelana quando decidiram empreender uma estratégia “to help their community” (Guss, 2000: 38)

It was the era of the Alliance for Progress, and Venezuela, like the rest of Latin America, was obsessed with the notion of development. But Venezuela, unlike its neighbors, was on the verge of an enormous boom. (...) The Curieperos who met in the barrio of San José in Caracas thought it unforgivable that their community should be bypassed by this economic miracle (...) After several months of discussion, Ruíz's [auto-proclamado líder do grupo migrante] group concluded that Curiepe's main resource was culture, particularly the festival of San Juan.» (Guss, 2000: 39)

A proposta passou por desenvolver um plano de promoção a nível nacional da festa, o qual foi amplamente bem-sucedido. Contudo, veio a revelar-se tanto mediatizado e popularizado quanto economicamente desastroso<sup>378</sup> e culturalmente ruinoso. Na obra *The Festive State* Guss defende que a *cultura* é um terreno contestado, com contornos flutuantes e que, na Venezuela, as festas representam os seus campos de batalha, nos quais as identidades são imaginadas e criadas, combatidas e negociadas, não apenas localmente, mas também a outros níveis e por outros agentes, incluindo o

---

<sup>377</sup> Como contraponto deste único aspeto negativo que elenca, António Martins (2011) dá conta de um maior número de aspetos positivos do “Turismo” que vai sublinhando ao longo do texto.

<sup>378</sup> «But it was not merely the tourists who had invaded San Juan. Commercial interests had begun to arrive as well, particularly tobacco and beer companies. (...) Those setting up stalls to sell alcohol and food were not from Curiepe either, and none of their profits remained in the community. The vision of Ruíz's group had not materialized. The village, which numbered less than 3,000 people (Brandt 1978: 10), still had not a single hotel or restaurant. And instead of enjoying the economic miracle it had been promised, Curiepe now braced itself once a year to be invaded» (Guss, 2000: 43).

próprio Estado e as grandes empresas nacionais. Através do exemplo da Venezuela afrodescendente, o autor mostra como os conceitos de raça, etnia, história, género e nacionalidade são desafiados a um extremo e redefinidos ao longo do tempo, com consequências que resultam indesejáveis e amiúde irreversíveis<sup>379</sup>.

Num artigo recente publicado na *Revista Andaluza de Antropología*, Gema Carrera Díaz<sup>380</sup> debruça-se sobre semelhante questão e sobre o que considera serem as instrumentalizações que têm vindo a ser produzidas concretamente em torno do património cultural imaterial a partir da Convenção da UNESCO de 2003, que exemplifica com o caso espanhol da “Festa dos Pátios de Córdoba”. Mesmo a propósito, o artigo trata o tema que estou a analisar e que diz respeito à forma como a Câmara Municipal de Porto Novo tratou premeditadamente o assunto no projeto da candidatura da peregrinação de San Jon a património nacional. Gema Carrera Díaz sintetiza, muito bem, a meu ver, a questão do seguinte modo

El “Discurso Autorizado de Patrimonio” (Smith, 2006) comienza a emplear de forma cosmética o instrumental los conceptos de diversidad cultural, identidad, comunidad o participación social en torno al patrimonio inmaterial, que se convierten en objeto de activaciones realizadas de forma no integrada por agentes de diverso tipo (políticos, empresariales, etc.) con objetivos más relacionados con el aprovechamiento económico, empresarial, turístico, político y electoralista de estos nuevos “artefactos metaculturales” (Kirshenblatt-Gimblett, 2004) alejados del sentido dado al PCI por parte de la Convención (Carrera Díaz, 2017: 2).

Carrera Díaz considera, demonstrando não ter dúvidas, que a turistificação, a mercantilização e o uso político dos bens culturais, incluindo a uma velocidade vertiginosa os de natureza intangível convertidos em “artefactos metaculturais” (Kirshenblatt-Gimblett, 2004) e arredados da necessidade de investimento que envolve a deterioração dos bens móveis e imóveis, é um dos fenómenos atuais que mais afeta, negativamente, a *cultura* e o património cultural. Para a autora, este reducionismo

---

<sup>379</sup> No caso de Curiepe e depois de uma penosa e complexa travessia de que Guss dá conta pormenorizadamente, a festa acabou por ser novamente resgatada pela comunidade local.

<sup>380</sup> Refira-se que Gema Carrera Díaz tem produzido reflexão nesta área que deriva não apenas do seu currículo académico, como institucional. Para além de chefe do Departamento de Património Etnológico do Instituto Andaluz do Património Histórico, e responsável da direção técnica do *Atlas del Patrimonio Inmaterial de Andalucía*, colaborou com o Ministério de Cultura Histórico durante a participação do Estado espanhol no órgão subsidiário do Comité intergovernamental de Património Cultural Imaterial da UNESCO para avaliação de candidaturas à Lista Representativa em 2012-2013, tendo também integrado o grupo e peritos responsável pela conceção do Código Ético para a salvaguarda do PCI.

instrumental parte de uma visão de desenvolvimento limitada ao mero crescimento económico. Díaz traz para reflexão o caso espanhol da festa liderada pelo município de Córdoba, que se converteu num dos pilares da política turística desta cidade andaluza.

Esta candidatura, como muchas otras, demuestra que asistimos a una mercantilización de lo simbólico sin precedentes. Los elementos culturales, en este caso la fiesta de los patios de Córdoba y los patios en sí, se convierten en una producción cultural impulsada por determinadas instancias políticas o empresariales, o incluso por algunos propietarios, no por su valor de uso sino por su valor de cambio en el mercado (idem: 16).

Curioso e a fazer lembrar o caso de São Vicente e a reprodução da festa de São João Batista em fevereiro, completamente fora de tempo ao serviço dos intentos turísticos, a ideia de que em Córdoba

La hostelería quiere explotar este nuevo producto turístico y mantenerlos [os pátios] abiertos todo el año, aunque no sea primavera (idibem).

Note-se que, tal como o São João é celebrado no dia 24 de junho e nos dias que antecedem esta data, a Festa dos Pátios de Córdoba é celebrada no princípio do mês de maio e estende-se apenas por um período de doze dias<sup>381</sup>.

Em 2013 a UNESCO celebrou os dez anos da implementação da Convenção. Por essa ocasião a comunidade académica e científica havia despertado para a ideia de que já era possível - e exigível - refletir sobre os efeitos da patrimonialização, de certo modo equiparado aquilo que especialistas já vinham fazendo, há algumas décadas com o estudo dos impactos da patrimonialização dos bens culturais inscritos na Lista do Património Mundial da Humanidade, ao abrigo da Convenção de 1972. A Convenção de 2003, mais recente e bem-sucedida do que respeita à sua adesão, vai dando passos largos no sentido da maturidade e tornando observáveis algumas questões que os especialistas tem vindo a abordar de forma bastante crítica<sup>382</sup>. No que respeita aos efeitos da patrimonialização de bens culturais imateriais, são vários os autores que veem

---

<sup>381</sup> Para informação mais detalhada sobre a Festa dos Pátios de Córdoba consultar informação disponível em língua portuguesa no site [www.matrizpci.pt](http://www.matrizpci.pt) (secção UNESCO), ou consultar diretamente a candidatura na seção das listas, no portal UNESCO – Intangible Cultural Heritage.

<sup>382</sup> A título de nota Cécile Duvelle, Secretaria da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial entre 2008 e 2015 publica, já em 2017 um artigo muito interessante a propósito de muitas questões que a implementação da Convenção levanta, o qual denomina como “Aventuras e desventuras de uma formosa convenção internacional” (tradução minha).

trabalhando a partir de casos etnográficos concretos, alguns dos quais com uma história anterior que decorre de processos de patrimonialização prévios, nomeadamente ao abrigo de outros programas da UNESCO, em particular do programa das *Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*. É o caso de Dorothy Noyes (2006) e as complexidades que encontra na “arena” de Berga onde decorre a “Patum” uma celebração tradicional que se realiza durante o festival de Corpus Christi nesta cidade catalã; ou o caso de Laurent Sébastien Fournier (2012) que analisa semelhantes complexidades, inclusive, ameaças turísticas decorrentes dos impactos das políticas da UNESCO a partir da patrimonialização das manifestações populares condensadas numa candidatura multinacional denominada “Gigantes e Dragões Processionais da Bélgica e França”, sendo que poderíamos revelar outros exemplos, inclusive do próprio Laurent Fournier (2011) que havia revisitado uma outra festa, a *Tarasque*, (clássica na etnografia do Sul de França) também classificada pela UNESCO, ou o trabalho de Ignazio Macchiarella (2012) sobre o canto *A Tenore*, na Sardenha, que constitui um outro exemplo de re-significação, transformação e rutura a partir de um processo patrimonial.

O trabalho que tem sido feito pelos especialistas com base em estudos de caso específicos pode ter, a meu ver, um efeito inspirador e inclusive pedagógico não apenas para aqueles que são observadores interessados noutras práticas, como também para aqueles que estão envolvidos em processos que estão agora a dar os seus primeiros passos e que, no terreno enfrentam desafios impostos por reais intenções de patrimonialização de bens culturais, neste caso, intangíveis.

É preciso evitar a destruição das festas populares, assegurando sua salvaguarda para a preservação da história e da identidade cultural, mas sem a necessidade de que para isso se tornem imutáveis ou “engessadas”, pois a própria cultura é dinâmica. É necessária a reflexão sobre a inter-relação entre as festas populares, os poderes económicos e políticos na sociedade contemporânea, envolvendo o maior número possível de agentes, incluindo os administradores, produtores, instâncias do poder público em nível local, regional e nacional, além dos patrocinadores e empresas prestadoras de serviço turístico para evitar que o turismo descaracterize as festas populares e induza à perda de seu real significado, transformando-as em meros “espetáculos” de valor mercadológico, vazios em conteúdos culturais (Caponero; Leite, 2010: 111).

Como notou Chiara Bortolotto, trata-se de pensar esta nova categoria patrimonial – a do imaterial – como um objeto privilegiado de estudo para aqueles antropólogos dispostos a adotar uma análise reflexiva do seu próprio trabalho ou



aqueles prontos a observar à distância os processos de patrimonialização, seja nos terrenos clássicos, seja no interior das instituições (Bortolotto, 2011: 23).

Apenas para concluir esta questão, que sobra em matéria para reflexão e aprofundamento, referir que não fica provado o consentimento expresso da população e o seu envolvimento na candidatura da peregrinação de San Jon em Porto Novo a Património Cultural Imaterial de Cabo Verde, nem o referido apoio das entidades locais. Conduz-me assim a considerar que a candidatura assenta nitidamente numa estratégia *top-down* que contraria as recomendações gerais da UNESCO e, em particular, a recomendação para implementação, em Cabo Verde, de um inventário de base comunitária, teoricamente concebido para ser realizado pelos representantes da comunidade com o apoio técnico e científicos das instituições competentes.

Também referir que esta candidatura, que curiosamente em alguns momentos me parece ter ido buscar inspiração e “beber” da candidatura do Kola San Jon ao Inventário Nacional do PCI não apresenta, como bem notado pelo Parecer da DPI, propostas de salvaguarda conducentes à valorização e preservação da prática enquanto bem de elevado valor cultural e simbólico para esta comunidade. Veremos se o assunto poderá ficar resolvido quando o Instituto do Património Cultural e o governo de Cabo Verde avançarem para a implementação de um regime jurídico para o PCI que, segundo a Diretora do Património Imaterial estava em 2016 em construção e que certamente ajudará a clarificar e resolver muitas destas questões que são complexas e carecem de regulamentação.

#### **IV.4. A experiência do imaterial entre a comunidade cabo-verdiana em Portugal e Cabo Verde: que relações, que conexões, que futuro?**

A relação entre património cultural imaterial e Cabo Verde, seja no arquipélago ou na diáspora, é fértil, tem-se intensificado nos últimos anos e constitui, a meu ver, um excelente objeto de estudo pese embora estudar políticas patrimoniais para o PCI neste país da África lusófona nunca foi objetivo desta dissertação, ainda que por vezes a tentação fosse grande e o desejo de aprofundamento das matérias fosse ainda maior. Movida por um interesse inicial muito centrado na Festa de São João Batista na ilha de

Santo Antão, rapidamente em Cabo Verde despertei para outras realidades paralelas às quais não fiquei indiferente pelas aparentes afinidades com alguns dos temas que trato na primeira parte da dissertação. Não me foi indiferente, por exemplo, um facto que desconhecia, de haver uma estratégia mais ampla de implementação das diretivas da UNESCO com influência direta sobre as políticas nacionais, dirigidas aos PALOP, nem me foi indiferente também o facto de nesses países ter sido possível alavancar o trabalho - e fazê-lo em rede com os outros países - com o apoio financeiro do «Fundo para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial», previsto pela Convenção de 2003 e que resulta, neste caso, da contribuição de um estado-membro da Europa.

Importa ter em conta que foi o processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal que me conduziu a tocar os limites deste super terreno, ainda por explorar, que é o da implementação da Convenção de 2003 em contexto africano<sup>383</sup>, por um lado e já com um grau de complexidade elevado em Cabo Verde e, por outro, com uma complexidade naturalmente maior, ao nível do grupo dos países de língua oficial portuguesa. E ao retomar o tema desta investigação apraz perceber como o próprio processo de patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura permite tão interessantes ginásticas epistemológicas e tão diversas propostas de análise se abrem a partir deste contexto. Neste sentido parece-me interessante notar como o terreno da Cova da Moura se pode manter tão atrativo como até aqui em termos de interesses académicos e oportunidades de investigação, inclusive, no que respeita ao próprio Kola San Jon o que de certo modo já acontece com a aproximação recente de alguns investigadores<sup>384</sup>. Vejo com muito interesse, por exemplo, a possibilidade de se explorar esta questão da ação do Estado e da condução das políticas do património em Cabo Verde num contexto mais amplo de intervenção da UNESCO no continente africano,

---

<sup>383</sup> De referir que pouco depois da adoção da Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em 2004, o diretor-geral adjunto da UNESCO, Mounir Bouchenaky, convidou os países africanos a ratificá-la. Bouchenaky, que participou em junho desse ano numa reunião dos países da África Ocidental e Central considerou que África é a grande beneficiária da Convenção 2003 e que não seria suficiente assiná-la, mas também ratificá-la. A Argélia foi o primeiro país a ratificar o documento.

<sup>384</sup> O caso de Elizabeth Rodrigues, autora do livro “Terror e Aventura. Tráfico de africanos e cotidiano na Bahia” que em abril de 2017 esteve junto do Moinho da Juventude e do grupo de KSJ a trabalhar a questão dos valores, conhecimentos e simbologia dos festejos do Kola San Jon e a sua valorização no processo de aprendizagem das crianças/jovens no Moinho; ou Marianna Monteiro, Professora do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Estadual Paulista que se encontra, como demos conta, a realizar investigação pós-doutoral junto do grupo de Kola San Jon da Cova da Moura, pondo em evidência a conexão do Kola San Jon com outras danças de umbigada já estudadas pela própria no Brasil.

como vejo igualmente com interesse a possibilidade de se aprofundar a relação entre Kola San Jon (Portugal) e Festas de Romaria/Festa de São João Batista (Cabo Verde) e as suas conexões inclusive as que tangem o património imaterial, interligado, ou não, com outro tema que me suscitou curiosidade e pelo qual não pude enveredar. Trata-se da oportunidade de explorar a ligação entre esta prática e práticas congéneres que decorrem noutras latitudes onde cabo-verdianos também celebram a festa de São João Batista, indo ao encontro do que pode ser visto, como João Leal considera serem *travelling rituals* (2009, 2015) ou do modo como Rui Cidra coloca a questão interrogando-se sobre “Como a música viaja?” a partir da célebre formulação de James Clifford, «como as expressões musicais e as suas estéticas “viajam”?» (Clifford cit in Cidra, 2008: 110). São conhecidas dos cabo-verdianos as celebrações que decorrem na comunidade de Dacar<sup>385</sup> como são conhecidas as celebrações transatlânticas que decorrem em Brockton<sup>386</sup> em Massachusetts nos Estados Unidos, ou ainda as que têm lugar entre as comunidades cabo-verdianas radicadas na Europa, para além de Lisboa, as celebrações de São João Batista em Roterdão, no Luxemburgo ou mesmo entre os cabo-verdianos de Famek, na região francesa da Lourena, como vim a descobrir numa fase já avançada da minha investigação.

De facto, a experiência do imaterial no contexto de Cabo Verde e das suas comunidades é potenciadora de oportunidades que se revelam interessantes de analisar. Uma das questões que levava como tópico para aprofundamento na viagem de 2016 era perceber o impacto do processo de patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura em Cabo Verde o que, curiosamente, se veio a revelar quase, arrisco dizer, um não assunto. Ou seja, entre algumas pessoas que me confirmaram que tiveram conhecimento, tanto em Santo Antão, como em São Vicente e em Santiago, na generalidade a questão não deu azo a maior aprofundamento fazendo-me considerar

---

<sup>385</sup> Uma notícia publicada num jornal local de 1993 dá conta da forma como na diáspora se celebram as festividades cabo-verdianas, considerando-se principalmente em Dacar, no Senegal sendo que a celebração do São João Batista é inclusive inserida no programa cultural anual da cidade, sob a égide dos ministérios da Cultura de Cabo Verde e do Senegal (*Novo Jornal Cabo Verde* de 26.06.1993). A diretora técnica da agência *Fly*, em São Vicente, Maria Teresa Graça confirmou-me que perdura este dinamismo da comunidade cabo-verdiana de Dacar no que respeita à celebração das festas de São João Batista.

<sup>386</sup> Trata-se de uma das cidades dos EUA onde se encontra fixada uma das maiores comunidades de cabo-verdianos. Segundo Marzia Grassi (2007) provêm das ilhas do Fogo, Brava, Santo Antão e São Nicolau (fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde, 1998), o que ajuda a explicar as celebrações de São João Batista neste destino.

que o assunto não teria tido grande eco no arquipélago a não ser junto de alguns agentes políticos e culturais, provavelmente mais bem informados, que apenas se congratularam com a questão. A questão mais interessante de reportar é que em Santo Antão, o vereador da Cultura da Câmara Municipal de Porto Novo acabou por revelar, sem explorar o assunto, que o processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal “alavancou o processo de classificação da festa em Porto Novo” o que se pode confirmar, tendo em conta que o primeiro (inscrição do KSJ no INPCI) data de 2013 e o segundo – a deliberação da Assembleia Municipal de Porto Novo – é subsequente, ou seja, data de 2015. A questão pode também ajudar a clarificar o facto de a proposta de candidatura da peregrinação a património nacional, sobre a qual nos detivemos, ter algumas passagens que, como referi, me parecem inspiradas no dossiê português.

A generalizada falta de informação sobre o assunto e/ou a pouca relevância dada à questão impeliram-me a consultar no Arquivo Histórico da cidade da Praia todos os jornais (impressos) existentes em 2013 – ano em que processo de patrimonialização em Portugal se consumou com a publicação em Diário da República – com o objetivo de aferir se a informação foi ou não noticiada pelos meios de comunicação social locais, observando-se a ausência de notícias sobre o assunto na imprensa local daquele ano.

O facto de o assunto não ter sido explorado em Cabo Verde leva-me também a considerar que aquilo que aparentemente poderia resultar numa forte conexão – creio que expectável por parte de alguns agentes em Portugal - entre o arquipélago cabo-verdiano e a sua diáspora no que respeita às políticas de salvaguarda do PCI e que poderia trazer benefícios a ambas as partes (uma que adquiriu *know how* em processos de patrimonialização no domínio do PCI e a outra que carece de *know how* nesta matéria) até agora não se concretizou. A ideia de uma parceria que poderia fazer sentido visto que em Portugal entidades académicas e investigadores estiveram envolvidos no processo de patrimonialização - e isso lhes conferiu experiência e capacitação - não tem, parece-me, grande fundamentação. Não é assim alheia a ideia que a experiência (inclusive académica) do processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal não contribuiu de forma assumida e relevante para o trabalho que Cabo Verde vem desenvolvendo nesta matéria o que se reflete, a meu ver, na própria ação do Moinho da Juventude que até há cerca de um ano atrás foi bastante persuasivo no modo como

abordou, junto de algumas entidades cabo-verdianas, a questão da eventual candidatura à UNESCO e agora aparenta estar menos empenhado em fazê-lo.

Um pouco afastado do circuito académico que esteve envolvido na patrimonialização do Kola San Jon da Cova da Moura, o governo cabo-verdiano, através do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas e do seu Instituto do Património Cultural tem-se mostrado ativo na abordagem ao património imaterial e particularmente interessado no apoio de Portugal. Note-se que ainda em junho de 2016 o recém-eleito primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva elegeu Portugal para realizar a sua primeira visita oficial ao estrangeiro depois da vitória nas eleições legislativas e entre outros temas, pediu apoio para candidatura da Morna à UNESCO. Um ano depois, em junho de 2017 e com um Instituto do Património Cultural aparentemente ativo no cumprimento da sua missão para o património cultural imaterial, decorreu na cidade da Praia um workshop com a duração de três dias sobre o tema “Património Cultural Imaterial, as políticas nacionais e a UNESCO” organizado pelo próprio IPC, através da Direção do Património Imaterial, em parceria com a Fundação João Lopes<sup>387</sup>. O referido encontro teve como objetivo a capacitação de técnicos da área do património e a contou com a participação de Filipe Themudo Barata, da Universidade de Évora, na qualidade de coordenador da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional. O apoio de Portugal firmou-se, no mesmo mês, quando o Ministério da Cultura anunciou através das redes sociais outro reforço na área do património imaterial, desta vez, Paulo Lima para apoiar o processo da candidatura da Morna a Património Mundial da Humanidade. Esta colaboração foi tornada pública no dia no dia 19 de junho de 2017, dia em que foi recebido nas instalações do Ministério da Cultura, juntamente com a embaixadora de Portugal em Cabo Verde, Helena Paiva. Cabo Verde deu passos sólidos para a concretização do processo, o qual foi trabalhado em parceria com a cooperação portuguesa, o que justifica a presença e colaboração de um especialista «que esteve envolvido em três processos de candidaturas portuguesas, o Fado, o Canto Alentejano e o Fabrico do Chocalho, três patrimónios imateriais de Portugal elevados a património

---

<sup>387</sup> Criada em 26 de junho de 2012, com sede na cidade da Praia (e delegações na ilha de São Nicolau e em Portugal), a Fundação João Lopes é presidida por João Lopes Filho, que a instituiu em memória de seu pai com o principal objetivo de cultivar os valores preconizados pelo patrono, um dos fundadores da revista “Claridade” (publicada pela primeira vez em 1936, em São Vicente). A Fundação integra um Conselho de Curadores do qual fazem parte um conjunto de distintas personalidades cabo-verdianas.

da humanidade, em 2011, 2014 e 2015, respectivamente». Recorde-se que Paulo Lima fez parte da comissão executiva da candidatura do Fado e coordenou as candidaturas portuguesas do Cante Alentejano e do Fabrico de Chocalhos juntando-se em 2017 à equipa do IPC ao abrigo de um plano de estratégia de cooperação na área da cultura, Portugal/Cabo Verde.

Por essa ocasião, o Ministério da Cultura manifestou mais uma vez a intenção de submeter a candidatura da Morna até 31 de março de 2018 o que veio efetivamente a concretizar-se, considerando que houve um engajamento total, “financeiro e político”<sup>388</sup>, da parte do Governo neste processo o qual foi liderado pela Direção de Património Imaterial do IPC com o apoio de um especialista português.

Todavia, não só da Morna se ocupou a DPI/IPC que desde 2017 vem desenvolvendo outras ações no terreno, nomeadamente, no que nos diz respeito, retomando o projeto de classificação nacional das Festas de São João Batista. O IPC anunciou, ainda em junho de 2017, que a inventariação de todas as festas de São Batista, em Cabo Verde e na diáspora, se consumará como uma das principais medidas de salvaguarda destas práticas, às quais se associarão outras de que é exemplo, a criação da “Aldeia Cultural” que em Porto Novo/Santo Antão já é uma realidade.

Uma equipa do Instituto de Investigação e do Património Culturais (IIPC) está em Porto Novo, onde pretende discutir com os responsáveis locais e a sociedade portonovenses as condições para elevação das festas de São João a património imaterial nacional. Na terça-feira (21) a equipa do IIPC esteve reunida com a Câmara Municipal e os munícipes para debater esta questão. A Câmara Municipal do Porto Novo tem defendido que as festividades de São João no Porto Novo devem ser reconhecidas como património cultural imaterial nacional, “condição fulcral” para a dinâmica que se pretende impor a uma das maiores manifestações populares de Cabo Verde. As festividades de São João no Porto Novo são, desde junho de 2013, património cultural imaterial municipal, por deliberação da Assembleia Municipal, pretendendo agora o executivo camarário pedir ao Governo o reconhecimento dessas festas como património cultural imaterial nacional (edição online A Nação, 22.06.2017).

Diríamos, como conclusão que é impossível concluir. Ou seja, estamos perante um processo em curso do qual frequentemente vou tendo feedback, quer seja através

---

<sup>388</sup> À margem do workshop “Património cultural imaterial em perigo – Que fazer?”, organizado pelo Instituto do Património Cultural (IPC) e pela Fundação João Lopes, o Ministro da Cultura Abrão Vicente comunicou que o Governo disponibiliza 15 mil contos para processo candidatura de Morna a Património da Humanidade o que, segundo o Ministro «um valor que não chega a ser suficiente», mas que dá um impulso ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo IPC.

das redes sociais, quer através da imprensa cabo-verdiana online ou através de contactos pessoais que mantenho no arquipélago, na cidade da Praia como em Santo Antão. Vimos na citação supramencionada que uma equipa de técnicos do IPC se deslocou, em 2017, a Porto Novo para acompanhar as Festas de São João Batista<sup>389</sup>; sabemos também que o Ministério da Cultura mantém o interesse em retomar a candidatura da Tabanca. Atendendo a que, 2016 foi o ano de todas as eleições em Cabo Verde – legislativas, autárquicas e presidenciais<sup>390</sup> - o ano de 2017 projetou-se como um ano de reformas e avanços conducentes ao desenvolvimento de projetos anteriormente iniciados que beneficiaram, aparentemente, de novos estímulos.

A experiência do imaterial parece estar tão empolada em Cabo Verde quanto está em sentido inverso na Cova da Moura. Quero com isto dizer que a “euforia” patrimonial que, de certo modo se verifica em Cabo Verde e que se conheceu na Cova da Moura nos primeiros tempos após a concretização do processo, deu lugar a uma brandura e neste momento a patrimonialização do Kola San Jon tem fraca expressividade no grupo. Das poucas iniciativas que se tem desenvolvido, há a notar que em março de 2017 alguns colaboradores do Moinho da Juventude reforçaram a importância da patrimonialização do Kola San Jon numa reunião com um representante da CPLP em Portugal no sentido de justificar o pedido de cedência do auditório existente nas suas instalações para a realização do lançamento das atas do Colóquio “Cultura Proibida, Património Estimado” (Museu Nacional de Etnologia/2015), que decorreu no dia 12 de junho e que foi alvo de um “relançamento” na Cova da Moura no dia 24 de junho por ocasião da festa de São João no bairro. Trata-se de um projeto que foi concebido ainda em 2015 mas que só em junho de 2017 foi concretizado. Refira-se, a título de curiosidade, que as atas do Colóquio foram publicadas pelo Moinho da Juventude com uma verba que Godelieve Meersschaert adquiriu e doou ao grupo de

---

<sup>389</sup> Note-se que nesta citação retirada do Jornal *A Nação*, é noticiada a questão da deliberação da Assembleia Municipal que classifica as festividades de São João no Porto Novo como património cultural imaterial municipal desde junho de 2013 mas não se refere o facto de o Município ter avançado de seguida com uma proposta de candidatura da peregrinação a património nacional. Não podemos garantir se foi desconhecimento por parte do órgão de comunicação social, ou se se enquadra numa nova estratégia de ação por parte do Município/IPC que inviabiliza a anterior.

<sup>390</sup> Legislativas – 20.03.2016; Autárquicas – 04.09.2016; Presidenciais – 2.10.2017.

Kola San Jon, resultantes de uma oferta que habitualmente a sua cidade natal, na Bélgica, atribui aos seus habitantes que estão fora do país.

Acresce que em setembro de 2017 o Moinho da Juventude associou-se mais uma vez às Jornadas Europeias do Património<sup>391</sup>, tal como havia feito na edição de 2016 nesse ano com o foco no tema *Comunidades e Culturas*. Em 2017 a Associação adotou o tema do evento *Património e Natureza - Pessoas, Lugares e Histórias* propondo uma programação específica em torno da divulgação e valorização de expressões culturais de matriz cabo-verdiana que um núcleo de moradores do bairro mantêm vivas e ativas. A patrimonialização do Kola San Jon foi uma das bandeiras promocionais do evento que surge sem especial relevo ou destaque no programa proposto pela Associação. Considerando que os processos de patrimonialização, no que respeita ao património cultural imaterial, decorrem de realidades em permanente devir, é forçoso que aceitar que a leitura dos factos é tanto radiográfica quanto os processos *per si*, o que faz de qualquer análise, uma obra inacabada.

---

<sup>391</sup> As Jornadas Europeias do Património (JEP) são uma iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da União Europeia. Os temas são adotados anualmente por um conjunto alargado de países que o compõem, incluindo Portugal. A DGPC é a entidade que coordena, em Portugal, a organização das JEP que todos os anos têm tido grande adesão não apenas por parte de múltiplas entidades que programam uma agenda cultural específica para este fim de semana (sempre no final de setembro), como por parte do público que adere e participa ativamente nas inúmeras atividades que decorrem por todo o país e por toda a Europa, pelo que é considerado o evento cultural mais participado pelos cidadãos europeus.



## CONCLUSÃO

Retomamos a Introdução para considerar que o ponto de partida desta pesquisa assenta precisamente num paradoxo, talvez dos mais perversos ou dos que maiores inquietações levanta àqueles que se veem confrontados com a necessidade de aplicar os princípios definidos pela Convenção da UNESCO de 2003. Com efeito, se por um lado o património cultural imaterial suscita renovadas forma de olhar para os modos de vida contemporâneos, agora sob o primado das «comunidades, grupos e indivíduos» e relativizando o papel das instituições, a verdade é que este se torna um conceito tanto necessariamente, como dificilmente, operacionalizável sem a intervenção de agentes e organizações que apoiam, incentivam e muitas vezes conduzem ações de identificação e salvaguarda do património cultural imaterial à revelia das comunidades (grupos ou indivíduos) por vezes pervertendo os próprios princípios estipulados pela UNESCO.

Veja-se que o caso português, em que é entendido que a iniciativa para inscrição de uma manifestação de PCI no Inventário Nacional pode ser desenvolvida por diversos tipos de entidades desde os próprios detentores do PCI, passando pelas organizações não-governamentais, autarquias locais, regiões autónomas e inclusive organizações da administração central do Estado (Costa, 2015). Como vimos, as autarquias têm estado particularmente motivadas para fazê-lo sendo que estão investidas de legitimidade para tal. Contudo impõem-se requisitos os quais, uma vez infringidos, desvirtuam o procedimento que prevê que tais organizações, dotadas de agencialidade, obrigatoriamente procedam ao envolvimento efetivo, acompanhado de autorização expressa, dos detentores do PCI sempre que objetivo final seja a patrimonialização. Procurando ir ao encontro da filosofia da UNESCO o Estado português considera que a proteção legal dos bens imateriais deve resultar, fundamentalmente, do envolvimento dos detentores no processo, não podendo ser conduzido exclusivamente por organizações, governamentais ou não-governamentais, sem o consentimento, a participação e, preferencialmente, o envolvimento ativo daqueles que são considerados *stakeholders* (idem). Note-se que esta é uma das principais características que distingue as metodologias adotadas para fins de proteção legal dos bens culturais móveis e imóveis, dos imateriais. No caso dos primeiros porque os processos de proteção legal

resultam em grande parte da iniciativa e da ação consumada da administração - local, regional ou central - sendo que no caso do PCI a proteção legal decorre deste princípio fundamental de participação e engajamento ativo dos detentores no próprio processo de patrimonialização.

Vários especialistas defendem a ideia de que a Convenção constitui um poderoso instrumento político, de promoção do património e multiplicam-se os exemplos dos autores que levantam dúvidas sobre a verdadeira implicação das «comunidades, grupos e indivíduos» nos processos de patrimonialização. Muito em causa está a ambiguidade, de que falámos, suscitada pela própria definição dos conceitos, a qual a própria UNESCO trata de uma forma paralela e pouco esclarecedora em todo o processo de implementação da Convenção, quando nela reside toda a sustentação dos princípios definidos neste Tratado internacional.

A certa altura considerámos, por motivos que fomos explorando ao longo desta investigação, que o processo de patrimonialização do «Kola San Jon» da Cova da Moura se revela singular. Inclusive, por este motivo. Com efeito, o processo foi despoletado casuisticamente, no entanto foi na esfera institucional que se desenvolveu, tendo acolhimento no seio de uma organização, no caso uma associação local, sendo que não teria vingado se outra organização – académica - não tivesse suportado o ónus da condução científica do processo. Afastando possíveis paradoxos, parece-nos, contudo, um dos melhores exemplos no que ao conceito de *bottom-up* diz respeito. O processo foi efetivamente conduzido na esfera institucional, mas há que considerar as suas particularidades: por um lado, a Associação proponente é composta por indivíduos maioritariamente cabo-verdianos, dos quais alguns elementos do grupo de Kola San Jon, logo, pelos próprios detentores do PCI. Por outro lado, e para além dos indivíduos que integram os órgãos sociais da Associação, a própria representa uma comunidade de emigrantes muito mais alargada que se revê na sua existência e que com ela estão, como vimos, profundamente engajados. Por fim e uma das confirmações que esta pesquisa nos trouxe, é que todo o processo de Candidatura foi construído não apenas com a autorização tácita, mas com o pleno envolvimento da comunidade patrimonial, neste caso, o grupo de Kola San Jon. Sai secundarizado o papel das instituições (culturais e académicas) que, tendo apoiado e conduzido o processo, criaram condições para que os

protagonistas fossem aqueles que na gramática da UNESCO surgem classificados como os detentores. Neste aspeto há que sublinhar uma ideia que Paulo Costa, no papel de representante da administração, defende num dos seus textos e a qual subscrevo inteiramente muito a propósito daquilo que observei durante a minha permanência na Cova da Moura, junto do grupo de Kola San Jon. Sugere este antropólogo que devemos ter «lucidez e coragem de reconhecer que esta crescente institucionalização e regulação da atuação sobre o sector são, em grande medida, absolutamente inconsequentes para a viabilização, transmissão e prática futura das manifestações do PCI, que não são passíveis de protecção com recurso a leis e instituições caso as dinâmicas sociais das comunidades e dos grupos para os quais esse PCI é fonte de sentido identitário não possam ter continuidade» (Costa, 2013a: 51). De facto, se os elementos do grupo se desinteressarem pela prática do Kola San Jon, se a transmissão às gerações mais jovens não for acautelada, se a continuidade não for assegurada, quaisquer políticas são, de facto, inconsequentes. Nem tão pouco a obrigatoriedade de apresentação e cumprimento de um plano de salvaguarda pode garantir a continuidade, caso as condições de reprodução não estejam, de facto asseguradas.

Considero que uma das grandes conclusões que se retira desta pesquisa é que é possível apaziguar as inquietações verificando-se que modelos pré-concebidos, inclusive à escala supranacional, podem ter aplicação mesmo quando à partida de revelam paradoxais. O processo de patrimonialização do Kola San Jon permite esta leitura, ou seja, dar conta do pressuposto de que determinados graus de institucionalização nos processos não determinam o seu falhanço conceptual, mas antes ajudam a impulsioná-los com sucesso.

Prosseguimos nesta retórica de conclusão para considerar que o estudo de caso, o qual em boa hora decidi associar a esta pesquisa, permite estabelecer pontes com todas as outras matérias que foram sendo tratadas ao longo desta dissertação pelo que tentarei demonstrar como se articulam.

Começámos por tratar no primeiro capítulo de políticas públicas para o PCI. O recuo cronológico resultou da necessidade de contextualizar e enquadrar o panorama atual pegando numa ideia, que os próprios agentes institucionais reclamam, de que este novo ciclo de políticas institucionais, (re)iniciado em 2007, ocorre após uma ausência de

políticas nesta área de quase duas décadas no seio da administração do património cultural. Este recuo histórico ajuda a compreender que não se desenvolveram esforços no sentido da salvaguarda do que hoje é consagrado como PCI apenas após a ratificação da Convenção da UNESCO de 2003.

É certo que, na atualidade, qualquer processo de patrimonialização é subsidiário desta conjuntura e dela é naturalmente indissociável. Naturalmente não existiria patrimonialização do Kola San Jon se a UNESCO não tivesse adotado esta Convenção, se Portugal não a tivesse ratificado, se não fossem concebidas e implementadas medidas conducentes à sua aplicação a nível nacional, ainda que poucos na Cova da Moura conheçam os pressupostos da Convenção ou mesmo tenham conhecimento efetivo da sua existência.

Neste primeiro capítulo demos conta de todo este contexto, focando a conceção do regime jurídico o qual, entre muitas outras regulamentações tem uma atenção especial para com as «minorias étnicas» onde o Kola San Jon foi buscar a fundamentação para se constituir como bem cultural imaterial patrimonializável. Detivemo-nos sobre o Inventário Nacional do qual deriva, em exclusivo, a proteção legal de manifestações de PCI em Portugal, incluindo a do Kola San Jon. Neste primeiro capítulo detivemo-nos ainda sobre formação e capacitação de agentes sublinhando que o processo de patrimonialização beneficiou deste contexto dando a conhecer as suas especificidades a uma antropóloga que mais tarde veio a lançar o desafio ao Moinho da Juventude, despoletando o processo.

O estudo de caso permite também estabelecer articulações com o segundo capítulo: agentes e organizações. A DGPC, enquanto organismo público acolhedor das competências para o PCI e no cumprimento da sua missão, teve um papel fundamental no apoio ao processo de patrimonialização do KSJ, sugerindo metodologias, boas práticas e um acompanhamento permanente que se reverteu, em parte, no sucesso da Candidatura.

A Comissão Nacional da UNESCO é também visada neste segundo capítulo não apenas porque é responsável pela verificação da correta aplicação da Convenção em Portugal, mas porque está incumbida de apresentar, na sede da UNESCO em Paris, as candidaturas portuguesas às listas instituídas pela mesma. Quando e de que modo o KSJ

entronca com a CNU? Em outubro de 2013, precisamente no momento em que o Moinho da Juventude anuncia a inscrição no INPCI e a sua intenção de candidatar esta manifestação a Património Imaterial da Humanidade. Veja-se: embora não tenha avançado, a intenção mantém-se; Cabo Verde tem manifestado abertura para se constituir parceiro numa eventual candidatura multinacional; o requisito de inscrição no Inventário Nacional está cumprido; agentes e organizações perfilam-se para apoiar cientificamente, pelo que o assunto poderá ter desenvolvimentos futuros que no contexto desta dissertação não passam do campo das hipóteses.

Ainda neste segundo capítulo aborda-se o papel da administração regional e local no que ao património cultural imaterial diz respeito. Toda a questão que envolve o bairro da Cova da Moura e a Câmara da Amadora tem enquadramento neste contexto. Trata-se de uma questão sensível à qual esta investigação não poderia ser alheia e que contradiz a ideia de que a euforia patrimonial se instalou como uma avalanche nos municípios que concorrem para ser aqueles que maior uso farão da aplicação do conceito de PCI e da sua salvaguarda. Neste caso a questão manifesta-se contrária o que mais uma vez revela a singularidade deste processo de patrimonialização.

No segundo capítulo acercamo-nos ainda de uma categoria de agentes que de igual modo manifesta articulação com este processo. Quando falamos do lugar da investigação na sua relação com o património cultural imaterial, destacamos os exemplos das instituições académicas e científicas que mais engajados estão com este domínio do património cultural, quer em termos de investigação, quer no que respeita ao seu envolvimento na condução de processos de patrimonialização. Aqui destacamos entre outros, o papel do INET-md salientando o seu engajamento com este processo em concreto e com outros nos quais teve participação ativa.

Qual é o impacto do desenvolvimento de políticas públicas para o PCI nas comunidades e grupos? De que forma as comunidades que vivem e praticam o património são ou não beneficiadas? Estas são questões que encontram resposta no terceiro capítulo, aquele que é dedicado ao estudo de caso e no qual revelamos as especificidades deste processo, o seu contexto, os intervenientes, protagonistas, as implicações, consequências e os desafios que se levantam.

O quarto e último capítulo se por um lado ajuda a compreender aquilo que o capítulo anterior nos revela, por outro lado, acrescenta novidade, valor e mais valia pelo facto de nos trazer outra realidade totalmente diferente, a dos países africanos na sua relação com o PCI, que joga com outros recursos, com outras metodologias, com outras estratégias, com outras formas de atuação.

Terminámos o último capítulo da tese considerando que é impossível concluir. Mantemos a premissa. O exagero da expressão traduz uma estranha sensação de inquietação. A vastidão do tema ou dos temas tratados abre inúmeras possibilidades de investigação e/ou o aprofundamento de muitas destas matérias. Note-se que considerámos desde o início que esta pesquisa se centraria num ciclo de uma década de políticas públicas para o PCI (2007-2017) contudo, e porque são matérias que refletem contextos sociais dinâmicos, em permanente devir, discretamente não resistimos a atualizar algumas matérias já relativas a 2018. A sensação de “dever cumprido” nem sempre se sobrepõe à de “assunto encerrado”.

## BIBLIOGRAFIA

ACCU-UNESCO, 2006, *Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage – Report*, Tokyo, UNESCO, Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO.

AIKAWA, N., 2004, “An Historic Overview of the Preparation of the UNESCO International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage”. In *Museum International, Views and Visions of the Intangible* 221/222, 137-149.

ÅKESSON, Lisa, 2008, “They are ungrateful!” Cape Verdean notions of transnational obligations”. In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 249-264.

ALARCÃO, Adília, 2014, “O Património como um todo. Contributos da democracia de Abril”. In T. Soeiro et al. (coord.), *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 233-237.

ALBUQUERQUE, Luís de, 2001, “O descobrimento das ilhas de Cabo Verde”. In Maria Emília Madeira Santos; Luís de Albuquerque (coord.). *História Geral de Cabo Verde* (v. 1). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal; Cidade da Praia: Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde.

ALBUQUERQUE, R.; FERREIRA, L. E. e VIEGAS, T., 2000, *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALENCAR, Alexandra, 2013, *Património: para além da materialidade constituída*, Cadernos NAUI Vol. 2, n. 2, jan-jun 2013.

ALIVIZATOU, Marilena, 2008, “Contextualising Intangible Cultural Heritage in Heritage Studies and Museology”. In *International Journal of Intangible Cultural Heritage* 3, 44-54 [on line: file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/3-3%20(3).pdf].

ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso.

ANTUNES, André, 2010, *Espaço Comum para a Cova da Moura*, Lisboa: Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

ARAÚJO, Fernanda, MAPRIL, José, 2002, «Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context». In M. Fonseca, J. Malheiros et al. (org.), *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisboa: FLAD, 197-227.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE, 2013, *Pedido de Inventariação do Kola San Jon no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, Alto da Cova da Moura, Amadora.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE, 2015, *Boletim n.º 50*.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE, 2015, *Relatório Colóquio Cultura Proibida, Património Estimado*, MNE – ‘15.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE, 2016, *Relatório de Atividades 2015-2016*.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PAREMIOLOGIA, 2016, *Request by a non-governmental organization to be accredited to provide advisory services to the committee*, UNESCO.

BÄCKSTRÖM, Bárbara, 2009, *Saúde e imigrantes: as representações e as práticas sobre a saúde e a doença na Comunidade Cabo-Verdiana em Lisboa*, Lisboa: ACIDI.

BARATA, Filipe Themudo; GONÇALVES, Gerardo Vidal, ed., 2008, *Patrimoine immatériel: base de données et organisation sémantique*. [s.l.]: CIDEHUS, Vol. 3.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 1977, "Bairros clandestinos na periferia de Lisboa". In *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, vol.XII, nº 23, 28-55.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 2001, Lisboa, *Periferia e Centralidades*, Oeiras: Celta Editora.

BARBOSA, Carlos Elias; RAMOS, Max, 2008, "Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal". In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 175-193.

BARCELOS, Christiano José de Senna., 2003, *Subsídios para a História de Cabo Verde*, Cidade da Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

BARROS, Denise, 2013, *O Museu da Tabanca (Chã de Tanque, Santa Catarina) e a comunidade da Tabanca de Achada de Santo António (Praia): projeto de salvaguarda de património cultural e de desenvolvimento comunitário* (vol. I), Trabalho de Projeto apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BASCH, Linda G., SCHILLER, Nina Glick e BLANC, Cristina Szanton, 1994, *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*, Luxembourg: Gordon and Breach.

BATALHA, Luís, 2008, "Cabo-verdianos em Portugal: "Comunidade" e Identidade". In GÓIS, Pedro (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 25-36.

BLAKE, Janet, 2009, "UNESCO's Convention on Intangible Cultural Heritage: the Implications of Community Involvement in 'Safeguarding'". In Smith, L. & N. Agakawa, *Intangible Heritage*, London-New York: Routledge, 45-73.

BORTOLOTTI, Chiara, 2008, *Le Dia de los muertos à Paris: enjeux de la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel translocal*. Rapport de recherche pour la Ville de Paris (résumé). Disponível em <http://www.patrimoineimmatériel.net/?p=176>, data de consulta a 13.06.2017.

\_\_\_\_\_, 2010a, *Identification des pratiques d'origine italienne et mexicaine pour l'inventaire du patrimoine culturel immatériel en France*, Rapport de recherche pour le Ministère de la Culture et de la Communication. Disponível em [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Ethno\\_Bortolotto\\_2010\\_541\\_sommaire\\_introduction.pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Ethno_Bortolotto_2010_541_sommaire_introduction.pdf), data de consulta a 06.09.2017.



\_\_\_\_\_, 2010b, “A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003” in *Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.4, 6-17. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/revista/edicao-04/completa-4>], data de consulta a 12.10.2017.

\_\_\_\_\_, 2013, “Les inventaires du patrimoine immatériel en Italie: État, régions et associations”. In P. Costa, C. Isnart (orgs.), *Atas do Colóquio Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 27-41.

BORTOLOTTI, Chiara (org.), 2011, *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

BRANDES, Stanley, 1997, “Sugar, Colonialism, and Death: On the Origins of Mexico's Day of the Dead”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 39, n° 2 (Apr., 1997), 270-299.

BRETTON, R., 1964, “Institutional completeness of ethnic communities and the personal relations of immigrants” in, *American Journal of Sociology*, 70(2): 193-205.

BRIGOLA, João, 2016, *Ensaio de História da Cultura – Museus, Património, Ciência*, e-book, CIDEHUS.

BRITO, Joaquim Pais de, 2009, “Sobre a Voz e o Lugar do Museu”. In Paulo Ferreira da Costa (coord.), *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits, 355-369.

BRITO, Margarida, 1998, “Breves apontamentos sobre as formas musicais existentes em Cabo Verde”. In *Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde*, Praia-Mindelo: Ed. Centro Cultural Português, 13-25.

BRITO-SEMEDO, Manuel, 2005, “A Formação da Nação Crioula – as Ilhas de Cabo Verde”. In Felinto Elisio Correia (org.), *Cabo Verde 30 anos de cultura 1975-2005*, Praia: IBNL.

BRUBAKER, Rogers, 2002, “Ethnicity without groups”. In *Archives Européennes de Sociologie* XLIII (2), 163-189.

CABRAL, Clara, 2009, *Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação*, Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

\_\_\_\_\_, 2009b, “A Convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda”. In Paulo Ferreira da Costa (coord.), *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação e Softlimits, 125- 139.

CAMACHO, Clara, 1999, *Renovação museológica e génese dos museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*, Lisboa: Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CAMPOS, Ricardo; VAZ, Cláudia, 2013, “Rap e graffiti na Kova da Moura como mecanismos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes”. In *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/28216/16061>, data de consulta a 28.07.2017.

CANCLINI, Néstor, 1997, *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson, 2010, "Inter-relações entre as festas populares, políticas públicas, património imaterial e turismo". In Revista *Patrimônio: Lazer & Turismo*, v.7, n. 10, abr.-mai.-jun./2010.

*Caracterização Social 2014*, Amadora: Freguesia Águas Livres, Rede Social da Amadora, Conselho Local de Ação Social.

CARDOSO, Kátia, 2008, "A Diáspora ao Serviço do Desenvolvimento: os Pontos de Contacto entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana". In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 195-208.

CAROLINO, Júlia (no prelo), "O associativismo num bairro com história". In I. Raposo e J. Carolino (orgs), *Cova da Moura, que desígnio, que desenho*. Em preparação.

CAROLINO, Júlia, s/d, *A qualificação sócio-espacial do Bairro da Cova da Moura. História, balanço e perspectivas*, resumo, Lisboa: CIAUD/FA/UTL. Disponível em <http://ciaud.fau.utl.pt/index.php/pt/component/content/article?id=558>, data de consulta a 21.03.2017.

CARPENTIER, Alejo, 2001, *Music in Cuba*. Ed. Timothy Brennan. Trans. Alan West-Durán. Minneapolis: University of Minnesota Press.

CARRERA DÍAZ, Gema, 2017, "Património imaterial, reduccionismos, instrumentalizaciones político y económicas y conflictos de apropiación simbólica". *Revista Andaluza de Antropología*, Num. 12, marzo de 2017. Disponível em <http://www.revistaandaluzadeantropologia.org/uploads/raa/n12/carrera.pdf>, 1-30, data de consulta a 11.06.2017.

CASALTA NABAIS, José, 2004, *Introdução ao direito do património cultural*, Coimbra: Almedina.

CARVALHO, Ana, 2011, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas*, Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-Universidade de Évora.

\_\_\_\_\_, 2015, *Diversidade Cultural e Museus no Século XXI. O Emergir de Novos Paradigmas*. Évora: Dissertação de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Especialidade: Museologia, apresentada à Universidade de Évora.

CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo, 2008, *Le patrimoine culturel immatériel au Portugal: questions d'aujourd'hui et défis de demain*. [s.l.]: CIDEHUS, Vol 1.

CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo, ed., 2008, *Le patrimoine culturel immatériel et le rôle d'institutions publiques dans l'implémentation d'inventaires: actes du Séminaire International*, Université d'Évora, 2008. CIDEHUS, Vol. 2.

CARVALHO, Ana; FALANGA, Roberto, 2016, “Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património”. In Ana Carvalho (coord.) *Participação: Partilhando a Responsabilidade*, Lisboa: Acesso Cultura, 29–44.

CENTRO EM REDE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA, 2012, *Request by a non-governmental organization to be accredited to provide advisory services to the committee*, UNESCO.

CENTRO EM REDE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA, 2017, *Report by a non-governmental organization accredited to act in an advisory capacity to the committee on its contribution to the implementation of the convention*, UNESCO.

CERRONE, Federico, 1996, *Cabo Verde Cruzamento do Atlântico Sul*. Mindelo: Edição Rádio Nova.

CIDRA, Rui, 2008, “Produzindo a música de Cabo-Verde na Diáspora: Redes Transnacionais, World Music e Múltiplas Formações Crioulas”. In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 105-125.

CLARO, João Martins, 1996, “Enquadramento e Apreciação Crítica da Lei n.º 13/85”. In *Direito do Património Cultural*, Oeiras: INA, 279-328.

COMISSÃO PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL, 2011, *Relatório Anual de Atividades 2011*.

CORTESÃO, Jaime, 1962, *História dos descobrimentos portugueses*, Lisboa: Edições Arcádia.

COSTA, Francisco Lima, 2004, *Turismo Étnico, Cidades e Identidades: Espaços multiculturais na Cidade de Lisboa* (versão provisória). Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/FranciscoLimaCosta.pdf>, data de consulta a 24.03.2017.

COSTA, Paulo Ferreira da, 2008, “Discretos Tesouros: Limites à Protecção e outros Contextos para o Inventário do Património Imaterial”, *Revista Museologia.pt*, n.º 2, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 16-35.

\_\_\_\_\_, 2009a, “Museu de Arte Popular: oportunidades perdidas, novas oportunidades”, *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, vol. 13, n.º 2, Lisboa, CRIA, 477-480.

\_\_\_\_\_, 2009b (coordenação e introdução) *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits.

\_\_\_\_\_, 2009c, “Património, identidade e desenvolvimento rural”, *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança* – Conferência realizada no Centro de Ciência Viva da Floresta, Proença-a-Nova, entre 20 e 21 de Março de 2009, Câmara Municipal de Proença-a-Nova, 169-178.

\_\_\_\_\_, 2011, *Relatório de Comissão de Serviço*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

\_\_\_\_\_, 2013a, “Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal (2007-2011): enquadramentos, paradigmas e instrumentos estratégicos”. In J. L. Mingote Calderón (coord.),

*Patrimonio Inmaterial, Museos y Sociedad. Balances y perspectivas de futuro*, Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 44-71.

\_\_\_\_\_, 2013b, "Património imaterial: entre as comunidades e as organizações". In *Revista Património*, n.º 1, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 154-159.

\_\_\_\_\_, 2013c, "O Inventário nacional do património cultural imaterial: da prática etnográfica à voz das comunidades". In P. Costa, C. Isnart (orgs.), *Atas do Colóquio Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 93-115.

\_\_\_\_\_, 2013d, "Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal (2007-2012): Enquadramentos, Paradigmas e Instrumentos Estratégicos", *O Ideário Patrimonial*, n.º 1 (Praxis que se Entrecruzam – Colóquio de Turismo e Património), Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar, 49-55.

\_\_\_\_\_, 2014a, "Património Imaterial: organizações e conceitos". In *Revista Património* n.º 2, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 176-179.

\_\_\_\_\_, 2014b, *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 5-13. Disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=4>), data de consulta a 17.03.2017.

\_\_\_\_\_, 2015, "Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Produção de Conhecimento e Medidas de Salvaguarda", *Práticas Musicais no Alentejo: A terra, as memórias e o património*, 24/25 de julho de 2015, Reguengos de Monsaraz.

CRAVEIRO, Maria Teresa, 2010, "Do "bairro clandestino" às "Áreas de Gênese Ilegal" – um problema que permanece em Portugal". In I. Raposo; L. Bógús; S. Pasternack, 2010, *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: Análise comparativa Portugal- Brasil*, São Paulo: EDUC.

CUBEROS, Francisco, 2015, "Cova da Moura: inmigración caboverdiana y asociacionismo en la periferia de Lisboa". In *AIBR – Revista de Antropología Iberoamericana em Rede*, Volumen 10 Número, 2 Mayo - agosto 2015. Disponível em <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Dialnet-CovaDaMoura-5198890.pdf>, data de consulta a 24.03.2017.

CUSTÓDIO, Jorge (coord. científ), 2010, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico I.P..

DANTAS, Júlio, 1968, "As Cheganças". In AAVV, 15 *Novelas Históricas Portuguesas*, Lisboa: Estúdios Cor.

DE JUAN, Edurne, 2008, "Prácticas creativas y de intervención: el Rap político en la Cova da Moura, Lisboa", *Forum Sociológico*. Disponível em <https://sociologico.revues.org/266>, data de consulta a 24.03.2017.

DE JUAN, Edurne; RODRIGUES, Donizete, 2013, "Rap e Construção Identitária: Os Jovens de Origem Cabo-verdiana da Cova da Moura". In *Revista UBILETRAS*, revista online do departamento de letras da Universidade da Beira Interior. N.º 4. Disponível em

<http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/ubiletras04/donizete-edurne-rap-identitaria.pdf>, data de consulta a 28.07.2017.

DÍAZ-SÁNCHEZ, M.; HERNÁNDEZ, A., 2013, “The Son Jarocho as Afro-Mexican Resistance Music”. In *The Journal of Pan African Studies*, vol.6, no.1, 187-209.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2013, *Relatório de Atividades 2013*.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2014, *Relatório de Atividades 2014*.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2014, *Report on the Implementation of the Convention and on the Status of Elements Inscribed on the Representative List of The Intangible Cultural Heritage of Humanity*, UNESCO.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2015, *Relatório de Atividades 2015*.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2016, *Relatório de Atividades 2016*.

DUNCAN, Bentley, 1989, *Les Litteratures africaines de langue portugaise. Actes du colloque International*. Paris, 28 – 29, 30 Novembre, 1 Decembre 1984, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais.

FERNANDES, António, 2012, *A Inculturação da Liturgia: um desafio para Igreja de Cabo Verde*, Porto: Dissertação de Mestrado Teologia apresentada à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira, 1898, *Estudos Sobre a Ilha de Santo Antão*, Lisboa: Imprensa Nacional.

FERREIRA, Maria Júlia; CARVALHO, Rui, 2010, *Estratégias residenciais em áreas críticas urbanas: O caso do Bairro do Alto da Cova da Moura, em Lisboa*, APDR, Madeira Julho 2010.

FONSECA, M. Lucinda, 1990, *População e Território. Do País à Área Metropolitana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

FOURNIER, Laurent Sébastien, 2009, *L’impact de l’appellation «Chef d’oeuvre du patrimoine oral et immatériel de l’humanité» en France. Le cas des géants et dragons processionnels*. Paris: Mission à l’ethnologie, Ministère de la Culture et de la Communication.

\_\_\_\_\_, 2011, “La Tarasque métamorphosée”. In Chiara Bortolotto (dir.), 2011, *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d’une nouvelle catégorie*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme.

\_\_\_\_\_, 2012, “The impacts of the intangible cultural heritage UNESCO policies in France”, *Traditiones*, Journal of the Institute of Slovenian Ethnology, 41/2, 193–206.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca, 2009, *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

FUNDAÇÃO INATEL, 2010, *Request by a non-governmental organization to be accredited to provide advisory services to the committee*, UNESCO.

FUNDAÇÃO INATEL, 2015, *Report by a non-governmental organization accredited to act in an advisory capacity to the committee on its contribution to the implementation of the convention*, UNESCO.

GODINHO, Marco, 2010, *Cova da Moura. Bairro "Histórico" em evolução*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GÓIS, Pedro; MARQUES, J.C., 2008, "Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal". In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 87-99.

GÓIS, Pedro (org.), 2008, *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, 1997, *Museologia e Etnologia em Portugal: Instituições e Personalidades*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GRASSI, Marzia, 2007, "Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora cabo-verdiana". In M. Grassi e I. Évora (orgs.), *Género e migrações cabo-verdianas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GRENET, Sylvie, 2013, "Les inventaires du PCI en France". In P. Costa, C. Isnart (orgs.), *Atas do Colóquio Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 17-26.

GUSS, David, 2000, *The Festive State. Race, Ethnicity and Nationalism as Cultural Performance*, Berkeley: University of California Press.

HAFSTEIN, Valdimar, 2007, "Claiming Culture: Intangible Heritage Inc., Folklore, Traditional Knowledge". In D. Hemme, M. Tauschek & R. Bendix (eds.), *Prädikat 'Heritage. Wertschöpfungen aus Culturellen Ressourcen*, Munster Lit Verlag, 75-100.

\_\_\_\_\_, 2009, "Intangible Heritage as a list: from masterpieces to representation". In L. Smith; N. Akagawa (eds), *Intangible Heritage*, USA, Canada: Taylor & Francis, 93-111.

HALL, Stuart, 1999, *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A.

HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: The Wisconsin University Press.

HARTMANN, Luciana, 2011, "Performances culturais: expressões de identidade nas festas da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai". In *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 2, 233-259, jun. 2011. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612011000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612011000200002&lng=pt&nrm=iso), data de consulta a 21.08.2017.

HEINICH, Nathalie, 2009, *La Fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme/ministère de la Culture et de la Communication, coll. «Ethnologie de la France».

HOBSBAWM E., 1983, "Introduction". In E. Hobsbawm e T. Ranger (orgs), *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press, 1 -14.

HORN, David; SHEPHERD, John (eds), 2017, *Bloomsbury Encyclopedia of Popular Music of the World*, Volumes VIII–XIV: genres. Volume XI Genres: Europe, Bloomsbury Publishing Inc.

HORTA, Ana Paula Beja, 2006, "Places of Resistance: Power, spatial discourse and migrant grassroots organizing in the periphery of Lisbon", in *City*, vol. 10, n.º 3, December.

\_\_\_\_\_, 2008, *A Construção da Alteridade: Nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial*, Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, FCT.

HORTA, Ana Paula Beja (org.), 2010, *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI.

HORTA, Ana Paula Beja, 2010, "Introdução". In Ana Paula Beja Horta (org.), *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, 11-35.

ILHÉU, Ana; SILVA, Carlos, 1991, *Minorias Étnicas, Comunidade Cabo-Verdiana no Concelho da Amadora*, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 46-48.

INDA, Jonathan Xavier; ROSALDO, Renato, 2002, "World in Motion", em Jonathan Xavier Inda e Renato Rosaldo (orgs.), *The Antropology of Globalization*, Massachusetts: Blakwell Publishers, 1-34.

INSTITUTO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2015, *Relatório de Base Comunitária*, Praia: Instituto do Património Cultural.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2007, *RELATÓRIO DE 2007*, Departamento de Património Imaterial.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2008, *RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008*, Departamento de Património Imaterial.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2009, *RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009*, Departamento de Património Imaterial.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2010, *RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010*, Departamento de Património Imaterial.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2011, *RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011*, Departamento de Património Imaterial.

ISNART, Cyril, 2012, "Recensão Chiara Bortolotto (org.), *Le patrimoine culturel immatériel: enjeux d'une nouvelle catégorie*". In *Etnográfica*, vol. 16 (3), 644-646.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 1991, "Objects of Ethnography". In KARP and LAVINE (eds.) *Exhibiting Cultures*. Washington and London: Smithsonian, 386-443.

\_\_\_\_\_, 1998, *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley: University of California Press, p. 131-176.

\_\_\_\_\_, 2004, “Intangible Heritage as Metacultural Production”. In *Museum International*, 56 (1-2), 52-65.

KONACH, Teodora, 2015, “Intangible cultural heritage projects – National policies and strategies. The creation of intangible cultural heritage inventories”. In *ENCATC Journal of Cultural Management and Policy* // Volume 5, Issue 1. Disponível em <https://www.encatc.org/media/2669-2015encatcjournalvol5issue16779.pdf>, data de consulta a 30.11.2017.

KURIN, Richard, 2004a, “Patrimoine culturel immatériel: les problématiques”. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématique, les pratiques*, Arles: Maison des Cultures du Monde.

\_\_\_\_\_, 2004b, “Safeguarding Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention: a Critical Appraisal”. In *Museum International*, 56 (1-2), 66-77.

\_\_\_\_\_, 2004c, “Museums and intangible heritage: culture dead or alive?” In *ICOM News* 57 (4), 7-9.

LEAL, João, 2007, *Açores, EUA, Brasil. Imigração e Etnicidade*, Horta: Direcção Regional das Comunidades.

\_\_\_\_\_, 2009a, “O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica”. In Paulo Ferreira da Costa (coord.), *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits, 289- 295.

\_\_\_\_\_, 2009b, “Travelling Rituals. Azorean Holy Ghost Festivals in Southeastern New England”. In *Community, Culture and the Makings of Identity. Portuguese-Americans Along the Eastern Seaboard*, edited by Kim Holton and Andrea Klimt, 127–144. Dartmouth, MA: University of Massachusetts (Dartmouth) – Center for Portuguese Studies and Culture.

\_\_\_\_\_, 2013a, “Agitar antes de usar: a Antropologia e o Património Cultural Imaterial”. In Revista: *Memória em Rede*, Pelotas, v.3, n.9, Jul./Dez.2013, 1-16.

\_\_\_\_\_, 2013b, “Cultura, Património Imaterial, Antropologia”. In P. Costa; C. Isnart (orgs.) *Atas do Colóquio Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 131-144.

\_\_\_\_\_, 2015, “Património Cultural Imaterial, Festa e Comunidade”. In Yussef Campos (org.), *Património Cultural Plural*, Belo Horizonte: Arraes Editores, 144-162.

LEAL, João; Oliveira e Silva, Jaqueline de, 2015, “Culturas objetificadas, inventadas, vividas. As políticas para o patrimônio cultural imaterial e atuação dos antropólogos”. In *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 9, n. 1, 170-187.

LIMA, Augusto Mesquitela, 1996, “Dinâmica da Cultura Cabo-verdiana”. In *Emigrason*, Nos 38/39, 1ª Série, 4.

LOPES, Alcides, 2015, *Os Tamboreiros da Ilha das Montanhas: Música e sociabilidade no Colá Son Jon de Porto Novo*, Recife: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.



LOWENTHAL, David, 1988, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge: Cambridge University Press.

LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Edifícios, Núcleo de Arquitectura e Urbanismo, Proc. 0806/01/16942, *Colaboração do Lneec na Análise das Condições de Habitabilidade do Edifício no Bairro do Alto da Cova da Moura - Relatório de Síntese*, 2008.

MACCHIARELLA, Ignazio, 2012, “Sauvegarder l’oralité? Le cas du canto a tenore”. In BORTOLOTO, Chiara (dir.), 2011, *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d’une nouvelle catégorie*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme.

MACHADO, Alberto Rui, 2010, “O associativismo cabo-verdiano em Portugal: da Casa de Cabo Verde aos tempos de hoje”. In Ana Paula Beja Horta (org.), *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, 241-250.

MADEIRA, João Paulo, 2015, *Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

MALHEIROS, Jorge, 2001, *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MALHEIROS, J. ET. AL., 2006, *Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura*. Volumes I, II e III.

MALHEIROS, J.; Mendes, M. et al., 2007, *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

MARTINS, António, 2011, *Legislação sobre a Defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)*, Praia: Dissertação de Mestrado Património e Desenvolvimento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira, 2009, *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação*, Lisboa: Gradiva.

MEERSSCHAERT, Godelieve, 2003, (sem título), Comunicação apresentada no Congresso Internacional Cidadania, Emprego e Participação, Centro de Congressos da AIP, Lisboa, 12 e 13 de novembro.

\_\_\_\_\_, 2004, *Uma reflexão sobre o contributo da PARCERIA Perit@s de Experiência / Técnico@s no processo de ‘empowerment’ e na construção da resiliência*, Curso de Pós-Graduação Gerir Projetos em Parceria, 2003-2004, Departamento de Sociologia, ISCTE.

\_\_\_\_\_, 2010, “Caminhadas”. In Maria de São José Côrte-Real (org.), *Revista Migrações - Número Temático Música e Migração*, outubro 2010, n.º 7, Lisboa: ACIDI, 251-254.

MEERSSCHAERT, Godelieve (coord. edit), 2017, *Eduardo Pontes, Vida, Obra, Revolução*, ed: Centro Documental Tomkiewicz.

MELLO, Celso Albuquerque, 1996, *Direito Internacional da Integração*, Rio de Janeiro: Renovar.

MEMÓRIA IMATERIAL COOPERATIVA CULTURAL CRL, 2014, *Request by a non-governmental organization to be accredited to provide advisory services to the committee*, UNESCO.

MENDES, Felismina Rosa, 2010, "Reflexões sobre o movimento associativo imigrante em Portugal". In Ana Paula Beja Horta (org.), *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, 233-236

MENDES, Luís, 2008, "Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa", revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto II Série, Volume II, 57-82.

MENDES, Paulo, 2008, "A comunidade cabo-verdiana nos Açores". In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 37-66.

MIGUEL, Ana Flávia, 2010, *Kola San Jon, Música, Dança e Identidades Cabo-Verdianas*, Aveiro: Dissertação de Mestrado em Música apresentada à Universidade de Aveiro.

MIGUEL, Ana Flávia, 2016, *Skopeologias: músicas e saberes sensíveis na construção partilhada do conhecimento*, Aveiro: Dissertação de Doutoramento em Música apresentada à Universidade de Aveiro.

MIGUEL, Ana F.; SARDO, Susana, 2014. "Classificar o património (re)classificando as identidades. A inscrição do Kola San Jon na lista portuguesa do PCI", *e-cadernos ces*, 21: 52 - 75.

MONTEIRO, César, 2008, "Algumas dimensões da expressão musical cabo-verdiana na área metropolitana de Lisboa". In Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 127-136.

\_\_\_\_\_, 2009, *Campo musical cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa: protagonistas, identidades e música migrante*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Sociologia, especialidade em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, apresentada ao ISCTE-IUL.

MUNICIPALIDADE DA AMADORA, 1983, Relatório «Cova da Moura».

NORTON, Richard J., 2003, "Feral Cities". In *Naval War College Review*, vol. 66, no. 4 (Autumn 2003), 97-106.

NOYES, Dorothy, 2006, "The Judgment of Salomon. Global Protections for Tradition and the Problematic of Community Ownership", *Cultural Analysis* 5, 27-55.

ORTNER, Sherry, 2006, "Power and projects. Reflections on agency". In *Anthropology and Social Theory, Culture, Power and Acting Subject*, Durham: Duke University Press, 129-153.

*Pedido de Inventariação Fête des morts*, 2010, Département du Pilotage de la Recherche et de la Politique Scientifique, DGP/MCC. Disponível em <http://www.culturecommunication.gouv.fr/Thematiques/Patrimoine-culturel-immateriel>, data de consulta a 29.04.2017.

PORTES, Alejandro, 2004, "O estudo do transnacionalismo imigrante", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 69, 73-93.

QUEIROZ, Carla, 2014, *Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações. O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal*, Trabalho Final de Curso. Lisboa: Doutoramento FCT em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, apresentada ao ISCTE-IUL/FCSH-UNL.

RAMOS, Manuel João, 2003, "E tudo o fumo levou: as memórias e as identidades". In M. J. Ramos (coord.), *A Matéria do Património*, Lisboa: Edições Colibri, 47-57.

RAMOS, Teresa (coord), 2008, *Iniciativa Bairros Críticos na Cova da Moura*, relatório preliminar de avaliação externa. Lisboa: Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, Universidade Católica Portuguesa.

RANGEL, Lúcia, 2008, *Festas Juninas, festas de São João: origens, tradições e história*, São Paulo: Publishing Solutions.

RAPOSO, Isabel, 2010, "Intervenção pública num bairro crítico, o Alto da Cova da Moura". In *Cadernos da Faculdade de Arquitectura*, Lisboa: FAUTL, 97-103.

RAPOSO, Paulo, 2004, «Do ritual ao espectáculo. "Caretos", intelectuais, turistas e media», Maria Cardeira da Silva (org), *Outros Trópicos. Novos Destinos turísticos, Novos Terrenos da Antropologia*, Lisboa: Livros Horizonte.

\_\_\_\_\_, 2009, "Máscaras, Performances e Turismo". In Paulo Ferreira da Costa (coord.), *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits, 60-79.

REITZ, J., 1980, "Immigrants, their descendents, and the cohesion of Canada". In R. Breton (org.), *Cultural Boundaries and the Cohesion and Canada*, Montreal: The Institute for Research on Public Policy, 329-417.

RIBEIRO, Carla, 2014, *A tutela jurídico-administrativa do património cultural: em especial, os museus*, Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

RIBEIRO, Jorge Castro, 2010, "Migração, sodade e conciliação: a prática do batuque caboverdiano em Portugal". In Maria de São José Corte-Real (org.), *Revista Migrações - Número Temático Música e Migração*, outubro de 2010, n.º 7, Lisboa: ACIDI, 99-117.

RIBEIRO, Jorge Castro, 2012, *Inquietação, memória e afirmação no batuque: música e dança cabo-verdiana em Portugal*, Aveiro: Dissertação de Doutoramento em Música apresentada à Universidade de Aveiro.

RIBEIRO, José da Silva, 2000, *Colá S. Jon, Oh que sabe!*. Porto, Cabo Verde: Edições Afrontamento/Ministério da Informação e Cultura de Cabo Verde.

ROCHA, Agostinho, 1990, *Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462/1983)*, Praia: Editora Imprensa Nacional de Cabo Verde.

RODRIGUES, Elisabete, 2009, *Cova da Moura: por dentro e por fora*, Porto: Dissertação de Mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

RODRIGUES, Moacyr, 1997, *CABO VERDE. Festas de Romaria Festas Juninas*. Mindelo, S. Vicente, Cabo Verde: Autor.

\_\_\_\_\_, 2015, *O papel da morna na afirmação da identidade nacional em Cabo Verde*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Ciências Musicais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

SANDRONI, Carlos, 2011, "L'ethnomusicologue en médiateur du processus patrimonial. Le cas de la Samba de roda". In C. Bortolotto (ed.). *Le Patrimoine Culturel Immatériel. Enjeux d'une Nouvelle Catégorie*, Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 233-252.

SANTOS, Irene Hipólito dos, 2014, *Construir e Construir-se (n)uma Associação de Bairro: o Moinho da Juventude, na Cova da Moura*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Educação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

SARDO, Susana, 2013, "Etnomusicologia, música e ecologia dos saberes". In *Música e cultura: revista da ABET*, vol. 8, n. 1, 2013, 66-77. Disponível em <http://musicaecultura.abetmusica.org.br/>, data de consulta a 20.03.2017.

SCHER, Philip W., 2011, "Heritage Tourism in the Caribbean: The Politics of Culture after Neoliberalism", *Bulletin of Latin American Research*, 30(1), 7-20.

SCHREIBER, Hanna (ed), 2017, *Intangible Cultural Heritage: Safeguarding Experiences in Central and Eastern European Countries and China. The 10th Anniversary of the Entry into Force of the 2003 Convention through the Prism of Sustainable Development*. Poland: Łódzkie Zakłady Graficzne.

SEEGER, Anthony, 2009, "Lessons Learned from the ICTM (NGO) Evaluation of Nomination for the UNESCO Masterpieces of the Oral And Intangible Heritage of Humanity, 2001-5", Smith, L. & N. Agakawa, *Intangible Heritage*, London-New York: Routledge, 112-128.

SEMEDO, José; TURANO, Maria R., 1997, *Cabo Verde: O ciclo ritual das festividades da tabanca*. Praia: Spleen edições.

SENG, Eva-Maria, 2016, "Patrimoine - Global – Régional – Glocal: Patrimoine matériel et immatériel, une alternative?" In *Le patrimoine culturel immatériel: Regards croisés de France et d'Allemagne, Les Cahiers du CFPCI* n.º 3, Centre français du patrimoine culturel immatériel - Maison des Cultures du Monde, 20-34. Disponível em <http://www.cfpci.fr/medias/PDF/2016/cahiersndeg3.pdf>.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, 2015, *Relatório Estatístico 2015*. Lisboa: SEF.

SIEBER, Timothy, 2005, "Popular Music and Cultural Identity in the Cape Verdean Post-Colonial Diaspora". In *Etnografica* IX(1), 123-48.

SINGER, Milton, 1972, *When a Great Tradition Modernizes*. Chicago: University of Chicago Press.

SMITH, Laurajane, 2006, *Uses of heritage*, Routledge: New Edition.

SOARES, Maria João, 2002, "A Igreja em tempo de mudança política, social e cultural". In Maria Emília M. Santos (org) *História Geral de Cabo Verde*. Vol III. Lisboa, Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Cultural de Cabo Verde, 327-406.

SOUSA, Filomena, 2015, *Património Cultural Imaterial. Memóriamedia e-Museu – métodos, técnicas e práticas*, Alenquer: Memória Imaterial CRL.

SOUSA, S. ET. AL., 2012, *Iniciativa Bairros Críticos - Registo de Processo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

TRAJANO FILHO, Wilson, 2006, "Por uma etnografia da resistência: o caso das tabancas de Cabo Verde", *Série Antropologia*, 408, Brasília, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

UNESCO, 1972, *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*, data de consulta a 08.06.2018, <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>.

UNESCO, 1989, *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*, data de consulta a 08.06.2018, <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000846/084696e.pdf#page=242>.

UNESCO, 2003, *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, data de consulta a 08.06.2018, <https://ich.unesco.org/en/convention>.

UNESCO, 2016, *Operational Directives for the Implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, data de consulta a 08.06.2018, <https://ich.unesco.org/en/directives>.

UNESCO, 2015, *Relatório anual 2015*, Dacar: Escritório da UNESCO em Dacar.

VEIGA, Manuel, 2005, "Uma nova prospetiva da Cultura". In Felinto Elisio Correia (org.), *Cabo Verde 30 anos de cultura 1975-2005*, Praia: IBNL.

VIDAL, Fernando; DIAS, Nélia, 2016, *Endangerment, Biodiversity and Culture*. London and New York: Routledge.

VILHENA, António; COELHO, António Baptista, 2008, *Colaboração do LNEC na Análise das Condições de Habitabilidade do Edificado no Bairro do Alto da Cova da Moura - Relatório de Síntese*, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

YÚDICE, George, 2006, *A Conveniência da Cultura. Usos da Cultura na Era Global*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

ZANTEN, Wim van (ed.), 2002, *Glossary. Intangible Cultural Heritage*. The Hague: Netherlands National Commission for UNESCO.

## LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

1973. Decreto-lei 582/73, de 5 de novembro. Diário do Governo, Série I, n.º 258.  
Aprova a organização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

1979. Decreto-lei 218/79, de 17 de julho. Diário da República, Série I, n.º 163.  
Cria no Ministério dos Negócios Estrangeiros a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

1979. Decreto-lei 519-G2/79, de 29 de dezembro. Diário da República, Série I, n.º 299.  
Aprova e publica em anexo o estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS).

1980. Decreto-Regulamentar n.º 34/80, de 2 de agosto. Diário da República, Série I, n.º 177.  
Aprova a Lei Orgânica do Instituto Português do Património Cultural.

1985. Portaria 80/85, de 7 de fevereiro. Diário da República, Série I, n.º 32.  
Aprova o Regulamento do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural.

1985. Lei n.º 13/85, de 6 de julho. Diário da República, Série I, n.º 153.  
Aprova a lei do património cultural português.

1989. Decreto-lei 103/89, de 30 de março. Diário da República, Série I, n.º 74.  
Aprova a nova orgânica da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Comissão Nacional da UNESCO), sob a tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

1989. Decreto-Lei 248/89 de 8 de agosto. Diário da República, Série I, n.º 181.  
Cria, na dependência do IPPC, o Museu Nacional de Etnologia.

1991. Decreto-Lei n.º 278/91, 9 de agosto. Diário da República, Série I, n.º 182.  
Cria o Instituto Português dos Museus (IPM).

1991. Decreto-lei 278/91, de 9 de agosto. Diário da República, Série I-A, n.º 182.  
Cria o Instituto Português de Museus e extingue o Departamento de Museus, Património Móvel e Material, bem como a Divisão de Fotografia do Instituto Português do Património Cultural.

1992. Decreto-Lei nº 106-F/92 de 1 de junho, Diário da República, Série I.  
Cria o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

1997. Decreto-Lei n.º 161/97, 26 de junho. Diário da República, Série I, n.º 145.  
Estabelece a orgânica do Instituto Português de Museus (IPM).

1999. Decreto-Lei n.º 115/99, 3 de agosto. Diário da República, Série I, n.º 179.  
Regime jurídico das associações de imigrantes

1999. Decreto-Lei n.º 398/99, 13 de outubro. Diário da República, Série I, n.º 239.  
Reestrutura a orgânica do Instituto Português dos Museus (IPM).

2000. Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de junho. Diário da República, Série II, n.º 130.  
Cria a estrutura o Projecto para a Rede Portuguesa de Museus.

2001. Despacho normativo n.º 28/2001, de 7 de junho. Diário da República, Série I, n.º 132.  
No sentido de promover parâmetros de qualidade para os museus portugueses estabelece o Programa de Apoio à Qualificação de Museus.

2001. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Diário da República, Série I, n.º 209.  
Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

2003. Decreto-Lei n.º 58/2003, de 1 de abril. Diário da República, Série I-A, n.º 77.  
Aprova a nova Orgânica da Comissão Nacional da UNESCO.

2003. Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de novembro. Diário da República, Série II, n.º 275.  
Articula os Ministérios da Educação e da Cultura.

2004. Lei n.º 47/2004, 19 de agosto. Diário da República, Série I, n.º 195.  
Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

2006. Decreto-lei 215/2006, de 27 de outubro. Diário da República, Série I, n.º 208.  
Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura.

2007. Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março. Diário da República, Série I, nº 63.  
Aprova a orgânica do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. (IMC, I.P.).

2007. Portaria n.º 377/2007, de 30 de março. Diário da República, Série I, nº 64.  
Aprova os Estatutos do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

2008. Decreto do Presidente da República 28/2008, de 26 de março. Diário da República, Série I, n.º 60.  
Ratifica a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de outubro de 2003.

2008. Aviso 137/2008, de 28 de julho. Diário da República, Série I, n.º 144.  
Torna público ter a República Portuguesa depositado, junto do Director-Geral da UNESCO, em 21 de maio de 2008, o seu instrumento de ratificação à Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, aberta à assinatura em Paris em 17 de Outubro de 2003.

2009. Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho. Diário da República, Série I, n.º 113.  
Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

2010. Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril. Diário da República, Série I, nº 69.  
Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial e as respectivas normas de preenchimento da ficha de inventário.

2011. Despacho n.º 1018/2011, 12 de janeiro. Diário da República, Série II, n.º 8.  
Designa a composição da Comissão para o Património Cultural Imaterial.

2011. Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro. Diário da República, Série I, n.º 249.  
Aprova a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros.

2011. Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011/A. Diário da República, Série I, n.º 126.  
Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial da Região Autónoma dos Açores.

2012. Decreto Regulamentar n.º 16/2012, de 30 de janeiro. Diário da República, Série I, n.º 21.  
Aprova a orgânica da Comissão Nacional da UNESCO.

2012. Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio. Diário da República, Série I, nº 102.  
Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.

2012. Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. Diário da República, Série I, n.º 102.  
Aprova a orgânica das Direções Regionais de Cultura.

2012. Portaria n.º 80/2012, de 13 de julho (J.O. da Região Autónoma dos Açores, Série I, N.º 112).  
Aprova as categorias pré-definidas de manifestações do património cultural imaterial da Região Autónoma dos Açores.

2012. Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho. Diário da República, Série I, nº 142.  
Aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural.

2012. Despacho n.º 11142/2012, de 7 de agosto. Diário da República, Série II, nº 158.  
Cria a estrutura flexível da Direção-Geral do Património Cultural, definindo as competências cometidas à Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, dependente do Departamento de Bens Culturais.

2013. Anúncio n.º 323/2013, de 16 de outubro. Diário da República, Série II, n.º 200.  
Inscrição do “Kola San Jon” (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

2013. Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de setembro. Diário da República, Série I, n.º 177.  
Estabelece o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas.

2015. Decreto-Lei nº 149/2015 de 4 de agosto. Diário da República, Série I, nº 150.  
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

2016. Decreto Legislativo Regional n.º 40/2016/M, Diário da República, Série I, n.º 233.  
Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial na Região Autónoma da Madeira.



## SÍTIOS ONLINE INSTITUCIONAIS CONSULTADOS

Associação Cultural Moinho da Juventude

<http://www.moinhodajuventude.pt/>

Associação Internacional de Paremiologia / International Association of Paremiology

<http://www.aip-iap.org/pt/>

Câmara Municipal da Amadora

<http://www.cm-amadora.pt/>

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades

<http://www.cidehus.uevora.pt/>

Comissão Nacional da UNESCO

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/>

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia

<http://cria.org.pt/wp/>

DGPC

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

Embaixada da República de Cabo Verde em Portugal

[www.embcv.pt/](http://www.embcv.pt/)

Fundação INATEL

[www.inatel.pt](http://www.inatel.pt)

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

[www.museus.gov.br/](http://www.museus.gov.br/)

INET-md - Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança

<http://www.inetmd.pt/>

IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

<http://portal.iphan.gov.br/>

MATRIZPCI – DGPC

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/home.aspx>

MEMORIAMEDIA

<https://www.memoriamedia.net/>

Museu Nacional de Etnologia

<https://mnetnologia.wordpress.com/>

Projecto MEDINS

<https://medinsuevora.wordpress.com/>

UE – Cátedra UNESCO

<http://www.catedra.uevora.pt>

UNESCO

<https://ich.unesco.org/>

<https://whc.unesco.org/>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Painel de azulejos autoria coletiva que reflete as «traves mestras». Ilustrado por cada núcleo da Associação Cultural Moinho da Juventude. Fotografia: Carlos Palma/ACMJ, 2007.	<b>154</b>
Figura 2 - Elementos do grupo de KSJ participando na Festa que decorreu a 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Par de dançarinos executando o <i>golpe da umbigada</i> . Fotografia de Carla Queiroz.	<b>167</b>
Figura 3- Elementos do grupo de KSJ participando na Festa que decorreu a 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Koladeiras executando o <i>golpe da umbigada</i> . Fotografia de Carla Queiroz.	<b>167</b>
Figura 4 - Imagem de São João Batista depositada na sala polivalente da Associação Cultural Moinho da Juventude, em 05.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>168</b>
Figura 5 - Festa do Kola San Jon de 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Participação da imagem de São João Batista no cortejo pelas ruas do bairro. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>170</b>
Figura 6 – A Koladeira do grupo de KSJ, Ana Gomes, ensaiando a toca do tambor em vésperas da realização da Festa do Kola San Jon de 2016 no bairro do Alto da Cova da Moura. Fotografia de Carla Queiroz captada a 05.06.2016.	<b>171</b>
Figura 7- A Koladeira do grupo de KSJ, Ana Gomes, integrando o cortejo como tamboreira na Festa do Kola San Jon que decorreu no bairro do Alto da Cova da Moura a 24.06.2017. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>171</b>
Figura 8- Elementos integrantes do cortejo da Festa do Kola San Jon que decorreu no bairro do Alto da Cova da Moura a 21.06.2014. Navio e navio em miniatura. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>173</b>
Figura 9 – Elementos do grupo de KSJ participando na Festa que decorreu a 21.06.2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Godelieve Meersschaert na escadaria de sua casa preparando-se para distribuir pequenas oferendas. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>174</b>
Figura 10- Festa do Kola San de 2014 no bairro do Alto da Cova da Moura. Koladeiras executando a sua performance defronte da casa de Godelieve Meersschaert e Eduardo Pontes. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>174</b>
Figuras 11 e 12 - Festa do Kola San de 2017. Atuação do grupo frente ao Clube. Fotografias de Carla Queiroz.	<b>175</b>
Figura 13 - Festa do Kola San de 2017. Passagem do cortejo pela “Praça Eduardo Pontes”. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>177</b>
Figuras 14 a 17- Participação do grupo de KSJ na noite de Santo António em Lisboa a 12.06.2014. Fotografias de Carla Queiroz.	<b>180</b>

Figuras 18 e 19 – Aspeto da construção de um tambor destinado à participação na Festa da São João Batista, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde. Fotografias de Carla Queiroz.	<b>193</b>
Figura 20 – Aspeto da sala polivalente do Moinho da Juventude preparada para receber a reunião do grupo de Kola San Jon no dia 05.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>195</b>
Figura 21 – Aspeto da reunião do grupo de Kola San Jon no dia 05.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>195</b>
Figura 22 - Participação da ACMJ no desfile de comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril, em 2014. Descida da Avenida da Liberdade. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>235</b>
Figura 23 - Participação da ACMJ no desfile de comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril, em 2014. Pormenor da <i>t-shirt</i> aludindo ao Património Cultural Imaterial. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>237</b>
Figura 24 - Primeiro ensaio oficial com vista à participação do grupo de KSJ nas Marchas Populares de Lisboa, em 2015. Fotografia de Carla Queiroz, captada a 10.05.2015.	<b>248</b>
Figura 25 – Elementos femininos do grupo de KSJ aguardando a participação do grupo nas Marchas Populares de Lisboa. Fotografia de Carla Queiroz, captada a 12.06.2015.	<b>251</b>
Figura 26 – Participação do grupo de KSJ nas Marchas Populares de Lisboa. Fotografia de Carla Queiroz, captada a 12.06.2015.	<b>253</b>
Figura 27 – Logotipo do grupo de KSJ criado pela designer Inês Veiga, em 2014.	<b>255</b>
Figura 28 – Aspeto do Colóquio «Cultura Proibida, Património Estimado», organizado pelo Centro Tomkiewicz/ACMJ e o qual decorreu no Museu Nacional de Etnologia a 19.06.2015. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>259</b>
Figura 29 – Pormenor da decoração do espaço no Colóquio «Cultura Proibida, Património Estimado», destacando-se os dois objetos doados ao MNE nesta ocasião. Fotografia de Carla Queiroz captada a 19.06.2015.	<b>263</b>
Figuras 30 e 31 – Captação de ecrã do Programa MatrizNet relativo aos objetos doados pela ACMJ ao Museu Nacional de Etnologia em 19.06.2015.	<b>264</b>
Figuras 32 e 33 – Peregrinação de São João Batista entre Ribeira das Patas e Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. 23.06.2016. Fotografias de Carla Queiroz.	<b>309</b>
Figuras 34 e 35 – Componentes religiosas da Festa de São João Batista. Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Junho de 2016. Fotografias de Carla Queiroz.	<b>310</b>
Figura 36 – Corrida de Cavalos. Festa de São João Batista. Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. 24.06.2016. Fotografia de Carla Queiroz.	<b>312</b>
Figuras 37 e 38 – Pormenores do Desfile de São João. Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. 22.06.2016. Fotografias de Carla Queiroz.	<b>313</b>

## ANEXOS

- I. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (UNESCO, 2003);
- II. Operational Directives for the Implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (UNESCO, 2016);
- III. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Diário da República, Série I, n.º 209;
- IV. Decreto-Lei nº 149/2015 de 4 de agosto. Diário da República, Série I, nº 150;
- V. Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril. Diário da República, Série I, nº 69;
- VI. Anúncio n.º 323/2013, de 16 de outubro. Diário da República, Série II, n.º 200;
- VII. Programa do Colóquio Kola San Jon: Cultura Proibida, Património Estimado, MNE, Jun 2015;
- VIII. República de Cabo Verde, Ofício de Felicitação pela Inscrição do KSJ no INPCI, 25 outubro de 2015.
- IX. Procedimento de Inscrição do “Kola San Jon (Amadora)” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial – Notificação de decisão sobre o Pedido;